



# resenha

## de Política Exterior do Brasil

Número 97, 2º semestre de 2005

1. Discursos
2. Atos Internacionais
3. Comunicados, Notas, Mensagens e Informações
4. Artigos
5. Entrevistas

**Ministério das Relações Exteriores**



# resenha

de Política Exterior do Brasil

Número 97, 2º semestre de 2005



**Ministério das Relações Exteriores**

**RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL**  
**Número 97, 2º semestre de 2005**  
**Ano 32, ISSN 0101 2428**

*A Resenha de Política Exterior do Brasil* é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Centro de Documentação (CDO), do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores  
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores  
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Diretora do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD)  
Embaixadora Maria Elisa Berenguer

Padronização  
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica  
Hilton Ferreira da Silva

Encarregado da Gráfica do Ministério das Relações Exteriores  
Paulo Cesar Bruno

Endereço para correspondência:  
Centro de Documentação (CDO)  
Divisão de Comunicações e Arquivo (DCA)  
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo  
CEP 70170-900, Brasília, DF  
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

---

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores.— Ano 1, n.1 (jun. 1974) – .— Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Gráfica do Ministério das Relações Exteriores, 1974 – .

v.

Semestral.

NOTA: Havendo sido extinto o Centro de Documentação, a publicação, em papel, da Resenha de Política Exterior do Brasil foi interrompida de 1996 a 2002. Em 1995, houve apenas a edição relativa ao 1º semestre (nº 76). Os números 77 (2º semestre de 1995), 78 e 79 (1996), 80 e 81 (1997) foram publicados somente em formato eletrônico, na Relnet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais ([www.relnet.com.br](http://www.relnet.com.br)), projeto conjunto da Fundação Alexandre de Gusmão, do MRE, e do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32 (05)

# SUMÁRIO

## DISCURSOS

### **Conselho de Segurança da ONU - Projeto de Resolução A/59/L.64**

Discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil: “Questão da Representação Equitativa e Aumento da Composição do Conselho de Segurança e temas correlatos: Apresentação do Projeto de Resolução A/59/L.64”, na Organização das Nações Unidas, em 11 de julho de 2005 ..... 25

### **Visita do Presidente da República à França**

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo Prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, em Paris, em 13 de julho de 2005 ..... 29

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Foro Franco-Brasileiro da Sociedade Civil, em Paris, em 13 de julho de 2005 ..... 30

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”, em Paris, em 13 de julho de 2005 ..... 34

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo Presidente da República francesa, Jacques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa, em Paris, em 14 de julho de 2005 ..... 41

### **Visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita Oficial do Presidente da República de Botsuana, no Palácio Itamaraty, em 26 de julho de 2005 ..... 43

### **Seminário IBAS**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do Seminário IBAS sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, no Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 2005 ..... 45

### **Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Camerun**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Camerun, Senhor Laurent Eso, no Palácio Itamaraty, em 5 de agosto de 2005 ..... 49

### **Visita ao Brasil do Presidente da República da Gâmbia**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita Oficial do Presidente da República da Gâmbia, Yahya Jammeh, no Palácio Itamaraty, em 9 de agosto de 2005 .... 51

### **Comissão Mista Brasil-Quênia**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura da Comissão Mista Brasil-Quênia, no Palácio Itamaraty, em 11 de agosto de 2005 ..... 53

### **Visita ao Brasil do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido em homenagem ao Senhor Fradique de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, no Palácio Itamaraty, em 18 de agosto de 2005 ..... 55

### **Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 31 de agosto de 2005. .... 57

### **Formatura da Turma de 2002 do Instituto Rio Branco**

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de formatura da Turma “Celso Furtado” (2002) do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 1º de setembro de 2005 ..... 69

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de formatura da Turma “Celso Furtado” (2002) do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 1º de setembro de 2005 ..... 73

### **Início das obras da Rodovia Interoceânica**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de início das obras da Rodovia Interoceânica, em Puerto Maldonado, Peru, em 8 de setembro de 2005 ..... 81

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio), Nova Iorque-EUA, 14 de setembro de 2005 .. 85

### **Visita do Presidente da República à Organização das Nações Unidas**

Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York, em 14 de setembro de 2005 ..... 86

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio), em Nova York, em 15 de setembro de 2005 ..... 88

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 17 de setembro de 2005 ..... 89

### **Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, no Palácio Itamaraty, em 29 de setembro de 2005 ..... 93

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, no Palácio Itamaraty, em 30 de setembro de 2005 ..... 96

### **Visita ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido ao Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, no Palácio Itamaraty, em 4 de outubro de 2005 ..... 99

### **Visita do Presidente da República a Portugal**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal”, em Portugal, em 13 de outubro de 2005 ..... 101

### **XV Cúpula Ibero-Americana**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: “A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”, em Salamanca, Espanha, em 15 de outubro de 2005 ..... 105

### **Visita do Presidente da República à Itália**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de Declaração Conjunta à imprensa, em Roma, em 17 de outubro de 2005 ..... 109

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de celebração do 60º aniversário da FAO, em Roma, em 17 de outubro de 2005 ..... 110

### **Visita do Presidente da República à Rússia**

Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Moscou, em 18 de outubro de 2005 ..... 115

### **Seminário Internacional Bolsa Família**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário Internacional Bolsa Família, no Palácio Itamaraty, em 20 de outubro de 2005 ..... 117

### **Rodada Doha da OMC**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC, no Palácio Itamaraty, em 28 de outubro de 2005 ..... 123

### **Reunião Ministerial do Conselho de Segurança da ONU**

Discurso do Ministro Celso Amorim em Reunião Ministerial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Nova York, em 31 de outubro de 2005 ..... 129

### **Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Jamaica**

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro da Jamaica, Percival Patterson, no Palácio Itamaraty, em 1º de novembro de 2005 131

### **IV Cúpula das Américas**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Sessão da IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, Argentina, em 5 de novembro de 2005 ..... 133

### **Visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América**

Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, na Granja do Torto, em 6 de novembro de 2005 ..... 137

### **Reunião do Conselho de Comércio Exterior da FIESP**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na reunião do Conselho de Comércio Exterior da FIESP, São Paulo, 18 de novembro de 2005 ..... 141

### **Cumprimentos de fim de ano do Ministro das Relações Exteriores**

Cumprimentos de fim de ano do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, Brasília, 21 de novembro de 2005 ..... 155

### **Conferência Ministerial da União Africana**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Conferência Ministerial da União Africana, em Arusha, Tanzânia, em 23 de novembro de 2005 ..... 165

### **Sessão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados**

Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 29 de novembro de 2005 ..... 169

### **Reunião de Puerto Iguazú**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, em Puerto Iguazú, Argentina, em 30 de novembro de 2005 ..... 179

### **15ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social**

Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na 15ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Palácio do Planalto, em 1º de dezembro de 2005 ..... 183

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 15ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Palácio do Planalto, em 1º de dezembro de 2005 ..... 193

### **Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros, em São Paulo, em 2 de dezembro de 2005 ..... 199

### **XXIX Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul**

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Montevideú, em 9 de dezembro de 2005 ..... 205

### **Sexta Conferência Ministerial da OMC**

Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sexta Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong, China, em 14 de dezembro de 2005 (*texto em inglês*) ..... 211

Statement by Minister Celso Amorim on behalf of the G-20, em Hong Kong, China, em 17 de dezembro de 2005 ..... 212

**ATOS INTERNACIONAIS** ..... 215

### **COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS e INFORMAÇÕES**

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini (04/07/2005) ..... 223

Comunicado à imprensa a respeito do contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão (05/07/2005) .. 223

Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini - Brasília (05/07/2005) ..... 224

Comunicado à imprensa sobre a participação do Presidente Lula em reunião do G-8 em Gleneagles (05/07/2005) ..... 226

Declaração Conjunta dos Chefes de Estado e/ou de Governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul, participantes da Cúpula do G-8 em Gleneagles (07/07/2005) ..... 226

Comunicado à imprensa a respeito da mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre os atentados em Londres (07/07/2005) ..... 229

Comunicado à imprensa sobre a Declaração de Londres do G-4 (08/07/2005) ..... 229

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Comissária de Relações Exteriores da União Européia (11/07/2005) ..... 230

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à França (12/07/2005) .....	230
Declaração à imprensa dos Ministros do G-20 presentes em Dalian (12/07/2005) .....	231
Comunicado à imprensa a respeito do Seminário sobre Segurança Cidadã na América do Sul, Brasília (12/07/2005) .....	232
Comunicado à imprensa sobre a participação do Brasil no XVI Conselho Presidencial Andino (15/07/2005) .....	232
Comunicado à imprensa sobre a violência em Israel e nos territórios palestinos (15/07/2005) .....	232
Comunicado à imprensa a respeito da declaração franco-brasileira sobre os mecanismos inovadores de financiamento, Paris (15/07/2005) .....	233
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Luanda, Angola, por ocasião da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (18/07/2005) .....	234
Comunicado à imprensa sobre a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Comunicado Final (20/07/2005) .....	235
Comunicado à imprensa sobre a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Resolução sobre a Guiné-Bissau (20/07/2005) .....	241
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae (23/07/2005) .....	242
Comunicado à imprensa sobre a morte de cidadão brasileiro em Londres (23/07/2005) .....	243
Comunicado à imprensa sobre evento da OEA no Brasil (25/07/2005) .....	243
Comunicado à imprensa sobre o atentado em Sharm-el-Sheikh, Egito (25/07/2005) .....	243
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae - Comunicado Conjunto (26/07/2005) .....	244
Comunicado à imprensa sobre a morte do Sr. Jean Charles de Menezes no Reino Unido (28/07/2005) .....	245
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Montevideú (28/07/2005) .....	245
Comunicado à imprensa sobre o Seminário do Foro Trilateral Índia - Brasil - África do Sul (IBAS) a respeito do Desenvolvimento Econômico com Equidade Social , Rio de Janeiro (29/07/2005) .....	246

Comunicado à imprensa sobre o Programa de Trabalho Brasil - Urugui (29/07/2005) .....	246
Comunicado à imprensa sobre a II Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul - Americana de Nações (01/08/2005) .....	248
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Trabalho ao Brasil do Chanceler de São Tomé e Príncipe (01/08/2005) .....	248
Comunicado à imprensa sobre o regime europeu de importação de bananas – resultado da arbitragem (01/08/2005) .....	248
Comunicado à imprensa sobre a participação do Ministro Celso Amorim no Seminário do IBAS a respeito do Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Rio de Janeiro (01/08/2005) .....	249
Comunicado à imprensa sobre o falecimento do Vice-Presidente da República do Sudão, John Garang de Mabior (01/08/2005) .....	250
Comunicado à imprensa sobre a mensagem de condolências em razão do falecimento do Rei Fahd Bin Abdul Aziz Al-Saud, da Arábia Saudita (01/08/2005) .....	250
Memorando de Entendimento Trilateral sobre Aviação Civil entre Brasil, África do Sul e Índia (03/08/2005) .....	250
Comunicado à imprensa sobre o Instituto Social Brasil-Argentina (04/08/2005) .....	251
Comunicado à imprensa sobre a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Camerun (04/08/2005) .....	251
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Primeira Vice-Presidente do Governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de la Vega Sanz (05/08/2005) .....	252
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial ao Brasil do Presidente da Gâmbia, Senhor Yahya Jammeh (08/08/2005) .....	253
Comunicado à imprensa sobre o falecimento do ex-Chanceler do Reino Unido, Robin Cook (09/08/2005) .....	253
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Benin, Rogatien Biaou (10/08/2005) .....	254
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Quênia, Chirau Ali Mwakwere (10/08/2005) .....	254

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil (10/08/2005) .....	254
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a La Paz (12/08/2005) .....	255
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Equador (12/08/2005) .....	255
Comunicado à imprensa sobre a Comissão Mista Brasil-Quênia (12/08/2005) .....	255
Comunicado à imprensa sobre o assassinato do Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka, Lakshman Kadirgamar (12/08/2005) .....	255
Comunicado à Imprensa sobre a visita à Bolívia do Ministro Celso Amorim (15/08/2005) .....	256
Comunicado à imprensa sobre a situação na Guiné-Bissau (16/08/2005) .....	256
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes (16/08/2005) .....	257
Comunicado à imprensa sobre a execução do plano israelense de desengajamento de Gaza (17/08/2005) .	257
Comunicado à imprensa sobre o acompanhamento das investigações sobre a morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes em Londres (18/08/2005) .....	258
Comunicado à imprensa sobre o Dia da Amizade Brasil-Haiti - Exposição “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti” (18/08/2005) .....	258
Comunicado à imprensa sobre a imposição de direitos “antidumping” pelos EUA a respeito do suco de laranja (19/08/2005) .....	259
Comunicado à imprensa sobre o assassinato de Jean Charles de Menezes - Missão de altos funcionários a Londres (19/08/2005) .....	259
Comunicado à imprensa a respeito da rendição de cidadão brasileiro na Colômbia (19/08/2005) .....	259
Comunicado Conjunto da Visita Oficial ao Brasil do Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe (19/08/2005) .....	260
Comunicado à imprensa a respeito da Reunião Ministerial sobre Segurança Cidadã na América do Sul (19/08/2005) .....	262
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti, Embaixador Juan Gabriel Valdés (19/08/2005) .....	262

Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves (19/08/2005) .....	263
Comunicado Conjunto da Visita de Trabalho ao Brasil do Senhor José Maria Pereira Neves, Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde (22/08/2005) .....	263
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Senhor Pastor Micha Ondo Bilé (22/08/2005).....	266
Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Presidente da República da Gâmbia, Senhor Yahia Jammeh (23/08/2005) .....	266
Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Ministro das Relações Exteriores da República do Benin, Senhor Rogatien Biaou (23/08/2005) .....	267
Comunicado à imprensa a respeito da Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio (24/08/2005) .....	268
Comunicado à imprensa a respeito da missão brasileira a Londres sobre a morte de Jean Charles de Menezes (26/08/2005) .....	268
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Burkina Faso (29/08/2005) .....	269
Comunicado à imprensa sobre a Cerimônia de Comemoração do Tratado de Cooperação Amazônica (29/08/2005) .....	270
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (30/08/2005) .....	270
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique (30/08/2005) .....	270
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Bruxelas (01/09/2005) .....	271
Comunicado à imprensa sobre a passagem do Furacão Katrina - Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigida ao Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush (01/09/2005)..	271
Comunicado à imprensa a respeito do incidente no norte de Bagdá com peregrinos iraquianos (02/09/2005) .....	271
Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial MERCOSUL-União Européia (02/09/2005) .....	271

Comunicado à imprensa sobre o Furacão Katrina - Prestação de Assistência Consular (02/09/2005) ..	272
Comunicado à imprensa sobre o Furacão Katrina - Informação sobre a Senhora Wanda Campos (03/09/2005) .....	272
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, ao Brasil (06/09/2005) .....	273
Comunicado à imprensa sobre o encontro dos Presidentes do Brasil, Peru e Bolívia (06/09/2005) ....	273
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Paquistão (06/09/2005) .....	274
Comunicado à imprensa a respeito do relatório final sobre o Programa “Petróleo-por-Alimentos” (07/09/2005) .....	274
Comunicado à imprensa a respeito da suspensão do acordo sobre isenção de vistos de turista e de negócios com o México (09/09/2005) .....	275
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala (09/09/2005) ..	275
Comunicado à imprensa a respeito da morte de Jean Charles de Menezes - Diálogo entre o Ministro Celso Amorim e Lord Goldsmith, “Attorney General” do Reino Unido (09/09/2005) .....	275
Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Ministro de Assuntos Exteriores da República da Guiné Equatorial, Senhor Pastor Micha Ondo Bilé (09/09/2005) .....	276
Comunicado à imprensa a respeito da Declaração Ministerial de Bhurban do G-20 (10/09/2005) .....	277
Comunicado à imprensa sobre a Senhora Benilda Caixeta (11/09/2005) .....	280
Comunicado à imprensa sobre as eleições parlamentares no Japão - Mensagem de congratulações ao Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi (12/09/2005) .....	281
Comunicado à imprensa a respeito do contencioso na OMC entre o Brasil e as Comunidades Europeias sobre a classificação aduaneira de cortes de frango salgado - Relatório do Órgão de Apelação (12/09/2005) .....	281
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo - Comunicado Conjunto (12/09/2005) .....	282
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala - Declaração Conjunta (13/09/2005) .....	284

Declaração dos Presidentes do Brasil e da Guatemala (13/09/2005) .....	288
Comunicado Conjunto dos Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana e da República Federativa do Brasil (13/09/2005) .....	289
Comunicado à Imprensa - Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana e da República Federativa do Brasil (13/09/2005) .....	290
Comunicado à imprensa a respeito da participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Debate de Alto Nível sobre Financiamento do Desenvolvimento, na Reunião Plenária de Revisão da Declaração do Milênio e outros eventos (13/09/2005) .....	291
Declaração sobre fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento (15/09/2005) .....	291
Forum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) - Declaração à imprensa (15/09/2005) .....	293
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República da Áustria, Heinz Fischer (16/09/2005) .....	294
Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti (19/09/2005) .....	294
Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura (20/09/2005) .....	294
Comunicado à imprensa a respeito do Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão (22/09/2005) .	295
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura (23/09/2005) .....	295
Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim a Washington (26/09/2005) .....	295
Comunicado à imprensa a respeito da Cerimônia de Assinatura de Acordo de Sede entre o Governo Brasileiro e o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (28/09/2005) .....	296
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (28/09/2005) .....	296
Comunicado à imprensa a respeito da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (28/09/2005) .....	296
Comunicado à imprensa sobre o Seminário Internacional sobre Políticas de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (“offset”) (28/09/2005) .....	297

Comunicado à imprensa a respeito do falecimento da Senhora Ana Lucia Bandeira Bezerra (28/09/2005) .....	297
Comunicado à imprensa a respeito do falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa (29/09/2005) .....	298
Comunicado à imprensa sobre os documentos adotados por ocasião da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (30/09/2005) .....	298
Comunicado à imprensa a respeito dos atentados em Bali, Indonésia (01/10/2005) .....	309
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde (03/10/2005) ..	309
Comunicado à imprensa a respeito da brasileira assassinada na Flórida (04/10/2005) .....	310
Comunicado Conjunto da Visita Oficial ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires (04/10/2005) .....	310
Comunicado à imprensa sobre a Quinta Reunião do Mecanismo de Consulta Política Brasil-República da Coreia - Comunicado de Imprensa (04/10/2005) .....	312
Comunicado à imprensa sobre o Seminário “Oportunidades Comerciais Mercosul-Índia-SACU: Uma Futura Área de Livre Comércio” (05/10/2005) .....	313
Comunicado à imprensa a respeito do contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Pedido brasileiro de autorização para adoção de contramedidas (06/10/2005) .....	313
Comunicado à imprensa sobre o Prêmio Nobel da Paz - Mensagem de congratulações do Ministro Celso Amorim (07/10/2005) .....	314
Comunicado à imprensa sobre o terremoto no Paquistão, Índia e Afeganistão (08/10/2005) .....	314
Comunicado à imprensa sobre a XV Conferência Ibero-Americana (10/10/2005) .....	314
Comunicado à imprensa sobre a VIII Cimeira Brasil-Portugal (11/10/2005) .....	315
Comunicado à imprensa sobre a ajuda humanitária a El Salvador e Guatemala (11/10/2005).....	315
Comunicado à imprensa a respeito das Propostas do G-20 sobre Apoio Doméstico e Acesso a Mercados (12/10/2005) .....	316
Comunicado à imprensa sobre a Proposta do G-20 em Acesso a Mercados .....	317

Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira (13/10/2005) .....	319
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Italia (13/10/2005)....	327
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Federação da Rússia (14/10/2005) .....	328
Comunicado à imprensa - Brasil e Argentina celebrarão, com a assinatura de acordos, os vinte anos de amizade entre os dois países (14/10/2005).....	328
Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo (14/10/2005) .....	329
Comunicado à imprensa sobre a Declaração de Salamanca (16/10/2005).....	330
Declaração Conjunta entre o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da República Italiana para incentivar a cooperação nos setores industrial, tecnológico e de desenvolvimento (17/10/2005).....	335
Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladímir V. Pútín (18/10/2005).....	336
Comunicado à imprensa sobre a envio da ajuda humanitária brasileira a El Salvador e Guatemala (18/10/2005) .....	339
Nota conjunta à Imprensa - Governo Federal enviará ajuda humanitária à região da Caxemira (18/10/2005) .....	339
Comunicado à imprensa sobre os 60 anos das Nações Unidas (21/10/2005).....	339
Comunicado à imprensa sobre a ajuda humanitária ao Paquistão (21/10/2005).....	341
Comunicado à imprensa sobre a Segunda Reunião de Consultas Políticas Brasil-República da Turquia (22/10/2005).....	341
Comunicado à imprensa sobre o Protocolo de Montevideú sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL (25/10/2005).....	341
Comunicado à imprensa sobre a solução amistosa na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (26/10/2005).....	342

Comunicado à imprensa sobre o Regime Europeu de Importação de Bananas - Resultado da Segunda Arbitragem (27/10/2005) .....	342
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Chanceler de Israel ao Ministro Celso Amorim (27/10/2005) .....	343
Comunicado à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC - Cartas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (28/10/2005) .....	343
Comunicado à imprensa sobre o árbitro da OMC define prazo razoável para implementação no contencioso sobre subsídios europeus ao açúcar (28/10/2005) .....	345
Comunicado à imprensa sobre a Reunião Ministerial do Conselho de Segurança (29/10/2005).....	345
Comunicado à imprensa sobre os atentados em Nova Delhi, Índia (29/10/2005).....	345
Comunicado à imprensa sobre a visita do Primeiro-Ministro da Jamaica ao Brasil (31/10/2005).....	345
Comunicado à imprensa sobre as Jornadas de Direito Internacional Público no Itamaraty (31/10/2005) .....	346
Comunicado à imprensa sobre a Criação do Núcleo de Acompanhamento da Febre Aftosa (NAFA) (31/10/2005) .....	346
Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Senhor Percival J. Patterson, Primeiro-Ministro da Jamaica, Brasília (1/11/2005) ....	347
Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente George W. Bush ao Brasil (03/11/2005).....	349
Comunicado à imprensa sobre a IV Cúpula das Américas, Mar del Plata (03/11/2005) .....	349
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (04/11/2005).....	350
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Londres e Genebra (04/11/2005) .....	350
Declaração Conjunta por ocasião da visita do Presidente George W. Bush ao Brasil (06/11/2005) ....	350
Comunicado à imprensa sobre a IV Cúpula das Américas - Declaração de Mar del Plata (07/11/2005) .....	352
Comunicado à imprensa sobre as Exposições do Itamaraty na sede da ONU em Nova York (08/11/2005) .....	365

Declaração de imprensa da Reunião Ministerial do G-20 (09/11/2005) .....	365
Comunicado à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC – Carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Chefes de Governo do G-20 (10/11/2005) .....	366
Comunicado à imprensa sobre os atentados em Amã (10/11/2005) .....	367
Brasil – Argentina - Comunicado de imprensa conjunto - Encontro Presidencial Iguaçu + 20 (11/11/2005) .....	367
Comunicado à imprensa sobre a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (11/11/2005) .....	368
Comunicado à imprensa sobre a visita a Brasília do Ministro do Comércio Exterior da República Popular Democrática da Coreia, Rim Kyong Man (11/11/2005) .....	368
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Lula ao Primeiro-Ministro Tony Blair (15/11/2005) .....	368
Comunicado do Mercosul sobre as Negociações na OMC (15/11/2005) .....	369
Comunicado à imprensa sobre a petição com denúncias contra o Brasil apresentada à CIDH (16/11/2005) .....	370
Comunicado à imprensa sobre a Missão aos Emirados Árabes Unidos e à Arábia Saudita (17/11/2005) ....	371
Comunicado à imprensa sobre os Acordos Sobre a Faixa de Gaza (18/11/2005) .....	371
Comunicado à imprensa sobre a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (21/11/2005) .....	372
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Príncipe Philippe da Bélgica (22/11/2005) .....	372
Comunicado à imprensa sobre o II Prêmio Binacional das Artes e da Cultura Brasil-Argentina (23/11/2005) .....	373
Comunicado à imprensa sobre o Instituto Social Brasil-Argentina (25/11/2005) .....	374
Comunicado à imprensa sobre as Audiências na Corte Interamericana de Direitos Humanos relacionadas ao Brasil (25/11/2005) .....	375
Comunicado à imprensa sobre a Reforma do Regime Açucareiro Europeu (25/11/2005) .....	375

Comunicado Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (27/11/2005) .....	376
Comunicado à imprensa sobre a Audiência Pública na Câmara dos Deputados com a presença do Ministro Celso Amorim (29/11/2005) .....	377
Comunicado à imprensa sobre o encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner (Iguaçu+20) (29/11/2005) .....	377
Comunicado à imprensa sobre o Compromisso de Puerto Iguazú - Desenvolvimento, Justiça e Integração (30/11/2005) .....	377
Comunicado à imprensa sobre o Protocolo Bilateral sobre acessão do Vietnã à OMC (30/11/2005) ..	379
Comunicado à imprensa sobre os donativos do Brasil a El Salvador ( 30/11/2005) .....	380
Comunicado à imprensa sobre o envio de urnas eletrônicas à República Dominicana (02/12/2005) ...	380
Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Defensores dos Direitos Humanos (03/12/2005) .....	380
Comunicado à imprensa sobre o atentado em Netanya, Israel (06/12/2005) .....	381
Comunicado à imprensa sobre a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Israel (06/12/2005) .....	381
Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Reino Unido (07/12/2005) .....	381
Comunicado à imprensa sobre o TRIPS e Saúde Pública - Decisão do Conselho-Geral da OMC (07/12/2005) .....	381
Comunicado à imprensa sobre a XXIX Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul (08/12/2005) ....	382
Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL (09/12/2005) .....	383
Comunicado à imprensa sobre o Brasil recebe prêmio do PNUD (12/12/2005) .....	387
Comunicado à imprensa sobre o voluntário Syllas Souza Silveira, Condecorado com a Ordem do Rio Branco (12/12/2005) .....	388
Comunicado Conjunto de los Presidentes del Mercosur y Estados Asociados (12/12/2005) .....	388

Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia - Bogotá, 13 e 14 de dezembro de 2005 (12/12/2005) .....	395
Comunicado à imprensa sobre o assassinato do jornalista e Deputado libanês Gibran Tueni (12/12/2005) ..	395
Declaração Ministerial do G-20 em Hong Kong, (13/12/2005) .....	395
Comunicado à imprensa sobre a viagem do Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio a Israel (13/12/2005) .....	397
Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia (14/12/2005) .....	397
Comunicado à imprensa sobre o Encontro do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, por ocasião do lançamento da pedra inaugural da futura Refinaria Binacional Abreu e Lima (15/12/2005) .....	402
Comunicado Conjunto - G-20, G-33, ACP, PMDRs, Grupo Africano, Pequenas Economias (16/12/2005) .....	403
Declaração Conjunta do Grupo de Cairns e G-20 (16/12/2005) .....	404
Comunicado à imprensa sobre a Resolução das Nações Unidas sobre o Holocausto (16/12/2005) ....	404
Comunicado à imprensa sobre o Prêmio América do Sul (16/12/2005) .....	404
Comunicado à imprensa sobre a I Reunião do Fórum Brasil-Coreia (16/12/2005) .....	405
Comunicado à imprensa sobre as eleições no Iraque (19/12/2005) .....	406
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Bouteflika, da Argélia (19/12/2005) .....	406
Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon, de Israel (19/12/2005) .....	406
Comunicado à imprensa sobre as eleições na Bolívia (19/12/2005) .....	407
Comunicado à imprensa sobre as eleições na Tanzânia (21/12/2005) .....	407
Comunicado à imprensa sobre a Constituição da República Democrática do Congo (RDC) (21/12/2005) ..	407

Comunicado à imprensa sobre o registro da marca “escapulário” na Alemanha (23/12/2005) ..... 407

Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao povo do Sri Lanka, por ocasião do primeiro aniversário do tsunami de dezembro de 2004 (26/12/2005) ..... 408

## **ARTIGOS**

### **“A ONU aos 60”**

Artigo do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, publicado na “Revista Política Externa”, vol. 14. Brasília, DF, 03/10/2005 ..... 409

### **“As rotas da integração sul-americana”**

Artigo de Paulo Sérgio Oliveira Passos, Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, publicado no jornal “O Globo”. Brasília, DF, 22/10/2005 ..... 416

### **“A política externa do governo Lula: dois anos”**

Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Revista Plenarium - Brasília, DF, 25/11/2005 ..... 417

### **“O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina”**

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Chanceler Rafael Bielsa, da Argentina. Jornal Folha de São Paulo, 30/11/2005 ..... 424

### **“Unfinished Business”**

Artigo do Ministro Celso Amorim publicado no International Herald Tribune, 10/12/2005 ..... 425

### **“Os avanços de Hong Kong”**

Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 26/12/2005 ..... 426

## **ENTREVISTAS**

Entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à revista Forbes, em 08 de julho de 2005 ... 429

Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Conferência de imprensa em Paris em 15 de julho de 2005 ..... 430

Coletiva de Imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim e do Secretário do Exterior do Reino Unido, Jack Straw (Londres, Inglaterra, em 25 de julho de 2005) ..... 432

“Isto é uma reforma, e não uma revolução”. Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim (O Globo, em 13 agosto de 2005) ..... 436

“Amorim defende financiamentos e diz que integração é boa para o Brasil” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim à Folha de São Paulo, em 14 de agosto de 2005 .....	437
“Sob críticas, Amorim defende política externa de Lula” - Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Agência Reuters em 26 de agosto de 2005 ....	440
Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à rede CBN de rádio, em 30 de agosto de 2005 ...	441
Íntegra de entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista Veja, em 24 de agosto de 2005 .....	443
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornalista Stephen Sackur, do programa “Hard Talk” (BBC World Service), em 20 de setembro de 2005 .....	457
Entrevista coletiva à imprensa concedida pelo Senhor Ministro de Estado em Washington, em 26 de setembro de 2005 .....	464
<b>“Café com o Presidente”</b>	
Programa de rádio, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Rádio Nacional, em 26 de setembro de 2005) .....	469
Chanceler afirma que Brasil deve ajudar mais outros países do bloco e elogia relações com os EUA – Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim (Correio Braziliense, em 09 de outubro de 2005) .....	471
Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC, em 28 de outubro de 2005 .....	473
Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal alemão Handelsblatt, em 22 de novembro de 2005 .....	479
Comentários do Ministro Celso Amorim sobre telefonema do Presidente Lula ao Primeiro-Ministro Tony Blair, em 01 de dezembro de 2005 .....	481
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal The Guardian, em 09 de dezembro de 2005 .....	483
“Brazil ups pressure on Europe ahead of trade talks” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à agência Reuters, em 12 de dezembro de 2005 .....	484

Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal Die Zeit, em 14 de dezembro de 2005 .....	485
Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal Le Figaro, em 19 de dezembro de 2005 .....	486
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	488

## Conselho de Segurança da ONU - Projeto de Resolução A/59/L.64

*Discurso na Assembléia Geral das Nações Unidas do Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg, Representante Permanente do Brasil: “Questão da Representação Equitativa e Aumento da Composição do Conselho de Segurança e temas correlatos: Apresentação do Projeto de Resolução A/59/L.64”, na Organização das Nações Unidas, em 11 de julho de 2005*

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar o Projeto de Resolução A/59/L.64 em nome dos seguintes co-patrocinadores: Afeganistão, Alemanha, Bélgica, Butão, Dinamarca, Fiji, França, Geórgia, Grécia, Haiti, Honduras, Ilhas Salomão, Islândia, Índia, Japão, Kiribati, Letônia, Maldivas, Nauru, Palau, Paraguai, Polônia, Portugal, República Tcheca, Tuvalu, Ucrânia e Brasil, assim como dos co-patrocinadores que se uniram à iniciativa desde a última quinta-feira, 7 de julho, ou seja, as Ilhas Marshall e a Lituânia.

Inicialmente, eu gostaria de exprimir nosso sincero agradecimento ao Senhor, Presidente Jean Ping, por convocar este oportuno debate, e cumprimentá-lo pela sua liderança notável na condução dos trabalhos da Assembléia Geral em sua 59ª Sessão, em particular, do processo preparatório da Cúpula de Setembro.

Senhor Presidente,

À medida que nos aproximamos do sexagésimo aniversário das Nações Unidas, todos os membros compartilham cada vez mais um sentido de urgência quanto à necessidade de promover a

eficácia da Organização em todas as áreas, e, particularmente, no campo da manutenção da paz e da segurança internacionais. Tornou-se especialmente acentuada entre todos nós a consciência da necessidade de mudança.

Os co-patrocinadores estão plenamente conscientes de que a consideração deste projeto pelos 191 membros das Nações Unidas constitui passo histórico na diplomacia multilateral. Seus dispositivos fortalecem significativamente esta Organização mundial, e reformam verdadeiramente o Conselho de Segurança – segundo a Carta das Nações Unidas, o órgão principal da Organização com responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

A experiência acumulada desde a criação das Nações Unidas demonstra que, aos olhos dos nossos povos, as realidades de poder de 1945 já foram há muito superadas. A estrutura de segurança então estabelecida já está claramente ultrapassada. Para desempenhar, de maneira eficaz, suas funções e poderes o Conselho de Segurança necessita de uma reforma abrangente, inclusive com a expansão da categoria de membros permanentes, de forma a ajustá-lo ao mundo contemporâneo.

Uma reforma dessa natureza dotará o Conselho de melhores condições para lidar com ameaças à paz cuja natureza e características têm sofrido mudanças, bem como contribuirá para o cumprimento mais sistemático e eficaz de suas decisões.

A representatividade e a participação equitativa devem ser claramente refletidas na composição do Conselho de Segurança. A legitimidade das decisões do Conselho só estará assegurada se promovida a sua atualização em conformidade com esses princípios.

Senhor Presidente,

O Projeto de Resolução L.64 visa ao aumento da composição do Conselho de Segurança de forma a refletir novas realidades. Conforme previsto no Projeto, a expansão conformaria um equilíbrio de forças capaz de aperfeiçoar a capacidade de resposta do Conselho aos pontos de vista e às necessidades de todos os Estados membros, em particular dos países em desenvolvimento, e de assegurar o aprimoramento de seus métodos de trabalho.

O Projeto estabelece, de forma objetiva, os mecanismos necessários para alcançar esse resultado, inclusive o uso pleno dos processos democráticos e universais de tomada de decisão da Assembléia Geral. O Projeto também determina a consideração futura da questão do veto, e prevê o exame da eficácia e a composição do Conselho, quinze anos após a entrada em vigor das mudanças propostas.

Como é de amplo conhecimento, nosso Projeto baseia-se em proposta apresentada pelo Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudança, reiterada pelo Secretário-Geral em seu relatório "Por uma liberdade mais ampla" e permite maior participação de todos os grupos regionais na composição do Conselho.

O grupo de co-patrocinadores abrange países ricos e pobres, grandes e pequenos, insulares e sem

litoral, assim como um membro permanente do Conselho de Segurança.

Durante a preparação do Projeto, os co-patrocinadores engajaram-se em diálogo aberto, transparente e abrangente com todos os Estados membros das Nações Unidas, em Nova York e nas capitais. O resultado reflete a latitude mais ampla possível de posições sobre o assunto, ou seja, reflete as posições daqueles que lutam por uma reforma verdadeira e significativa do Conselho de Segurança e que, com esse espírito, participaram de maneira construtiva do processo.

Nosso Projeto está sendo apresentado à Assembléia Geral, a tempo de tomar decisões antes de setembro. Sua apresentação após a conclusão de duas importantes reuniões de cúpula permitiu que países na África e no Caribe ponderassem cuidadosamente os prós e contras da expansão proposta.

Fomos fortemente encorajados pelo fato de que os Chefes de Estado africanos, falando em uma só voz em Sirte, adotaram uma posição muito próxima à nossa, assim como pela reunião dos Chefes de Governo da Caricom em Santa Lúcia, na qual um número expressivo de Estados caribenhos indicou estar inclinado a apoiar a proposta.

Senhor Presidente,

O objetivo de estabelecer uma composição mais equilibrada do Conselho de Segurança só pode ser alcançado por meio de uma expansão democrática de ambas as categorias de membros, permanentes e não-permanentes. Isso será alcançado por meio da escolha dos novos membros permanentes pela Assembléia Geral, de forma a corrigir a situação atual e assegurar representação permanente tanto para países desenvolvidos quanto para países em desenvolvimento.

Ademais, a adição de novos membros permanentes escolhidos pela Assembléia Geral estabelece vínculo de responsabilidade entre os novos membros permanentes e o conjunto dos membros

da Organização. O mecanismo de revisão previsto no Projeto constitui garantia adicional nesse sentido. A promoção de mudanças estruturais, substantivas e significativas no Conselho de Segurança também resultará em revisão de suas práticas e métodos de trabalho.

Tomar uma decisão sobre este Projeto significa colocar em marcha um processo que, sem dúvida, dará forte impulso ao multilateralismo e à democratização das relações internacionais, resultando também em um Conselho de Segurança mais equilibrado e eficiente.

É um processo que, uma vez iniciado, será conduzido por todo o conjunto de membros das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Enquanto as Nações Unidas se preparam para a celebração da Cúpula de Setembro, torna-se cada vez mais evidente a inter-relação entre segurança e desenvolvimento, de forma que não é possível avançar numa área sem progredir na outra.

Uma definição mais abrangente e atualizada das ameaças contemporâneas que confrontam a humanidade é essencial para assegurar que as preocupações dos povos das Nações Unidas nas áreas social, econômica e de direitos humanos sejam devidamente levadas em consideração, ao mesmo tempo em que as Nações Unidas avançam rumo a uma garantia mais eficiente da paz e da segurança.

A horrível ameaça dos ataques terroristas, que uma vez mais revelaram de maneira chocante a sua brutalidade e crueldade indiscriminadas, representa outro alerta, infelizmente repetitivo, da necessidade de se atualizar nossas percepções de ameaça e de se adaptar as estruturas apropriadas para lidar com elas.

Está claro que a efetividade futura do Conselho depende, também, da presença permanente dos maiores contribuintes financeiros e daqueles que têm maior disposição e capacidade de contribuir para a atuação das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

As críticas à nossa proposta, até o momento, não trataram de maneira realista da questão central dos membros permanentes. Restringir a expansão do Conselho à categoria de membros não-permanentes não só representaria a manutenção do *status quo*, mas também arriscaria aumentar a disparidade da sua composição. De forma alguma corrigiria seus desequilíbrios estruturais.

Alguns também disseram que uma proposta como a nossa deveria ser objeto de decisão unânime, uma alegação cujo verdadeiro objetivo é evidente para todos: simplesmente bloquear o processo. Nossa resposta é deixar a Assembléia Geral utilizar seu processo universal e democrático de tomada de decisão, o mesmo método pelo qual os parlamentos conduzem seus assuntos todos os dias.

Quanto ao argumento de que trabalhar para concluir o exame desta questão – após doze anos de debate – é de alguma forma ainda prematura, nós só podemos considerá-lo especioso.

Senhor Presidente,

Eu preciso salientar a percepção compartilhada entre co-patrocinadores e outros membros de que uma conclusão bem-sucedida da reforma do Conselho de Segurança realçaria sua legitimidade e representatividade, e constituiria o impulso mais importante para o fortalecimento da Organização e para a garantia de um resultado favorável para a reunião de Cúpula de Setembro.

Estamos convencidos de que, tanto em substância quanto em procedimento, nossa proposta promove, efetivamente e sem ambigüidade, de forma direta e concreta, a democratização das relações internacionais sob a égide das Nações Unidas e favorece a obtenção da paz e da segurança em plena harmonia com os propósitos e princípios da Carta; um objetivo que agora está a nosso alcance. Uma oportunidade como essa não pode ser desperdiçada.

Senhor Presidente,

Em conclusão, é importante lembrar a observação do Secretário-Geral, Kofi Annan, de que nenhuma reforma das Nações Unidas pode ser completa sem a reforma do Conselho de Segurança, e sua recomendação para resolvermos essa questão antes de setembro. Talvez, mais que qualquer outro, ele está consciente da premente necessidade de preservar e fortalecer as Nações Unidas como o único instrumento multilateral e universal para enfrentar e resolver as crises multifacetadas e cada vez mais complexas que afetam a humanidade. Uma vez mais, faremos bem se seguirmos seu conselho.

Quero deixar claro, a esse respeito, que não pretendemos impor um voto sobre esse assunto antes que tenha sido discutido de forma abrangente pelos Estados membros no decorrer deste debate. Como foi o caso desde a criação do G-4, há dez meses, e agora com a participação plena dos co-patrocinadores, estamos dispostos a avançar no diálogo com todos os grupos que genuinamente desejam promover o fortalecimento da Organização e de sua capacidade para enfrentar as ameaças contemporâneas à paz e à segurança.

Como os Ministros de Relações Exteriores da Alemanha, Índia, Japão e do meu país declararam

em Londres, na última sexta-feira, 8 de julho: “À luz das decisões da recente Cúpula da União Africana, em Sirte, e da Cúpula da Caricom, em Santa Lúcia, os Ministros reiteraram sua disposição de continuar a dialogar com a União Africana, com a Caricom e com os co-patrocinadores do projeto de resolução, bem como com os demais membros da Nações Unidas”.

Colocando essa decisão em prática, eles se encontraram, naquela ocasião, com o Ministro para Assuntos Estrangeiros de Gana, Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, na sua capacidade de membro do grupo de contato do mecanismo de implementação para reforma das Nações Unidas estabelecido pela União Africana, a fim de examinar os resultados da Cúpula da União Africana em Sirte e discutir perspectivas para ação comum, no futuro imediato, a respeito da expansão e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Apresentando esta proposta, os co-patrocinadores deram um passo corajoso em direção a uma mudança real e significativa nesta Organização. Que todos nós coloquemos em prática nossa determinação de construir um mundo melhor. Obrigado.

## Visita do Presidente da República à França

*Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo Prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, em Paris, em 13 de julho de 2005*

Meu caro Bertrand Delanoë, Prefeito da cidade de Paris; senhoras e senhores Conselheiros da cidade de Paris; companheiros Ministros de Estado e integrantes da minha comitiva; companheiros e companheiras,

Visitar, nesta tarde, o prédio da Prefeitura de Paris é retornar ao palco de eventos históricos da vida da França e desta Paris revolucionária. Amanhã, 14 de julho, terei a honra de participar das comemorações de um desses gloriosos momentos que o povo francês legou à história universal. É um patrimônio de todos aqueles que lutam por um mundo mais solidário e justo.

Foram esses sentimentos que conduziram gerações de brasileiros à luta por melhores condições para os trabalhadores de meu país e para garantir o bem-estar e a dignidade de todos os meus concidadãos. Foi com essa convicção que fundamos o Partido dos Trabalhadores e lutamos pela democracia política e pela justiça social do meu país.

Para muitas gerações de latino-americanos, Paris é um símbolo dessa luta pela liberdade. Liberdade de pensar e liberdade de contestar. Paris acolheu numerosos professores e intelectuais brasileiros, como Jorge Amado, Josué de Castro, Celso Furtado, e tanto outros, impedidos de lecionar e trabalhar em sua pátria. Esta cidade lhes assegurou o direito de serem cidadãos do mundo, no momento em que a repressão e a intolerância haviam tomado

conta do meu país.

Aqui, artistas e profissionais brasileiros puderam desenvolver sua arte e seu ofício. Aqui, nossos pensadores puderam aperfeiçoar idéias e solidificar convicções sobre as grandes questões nacionais, como a luta pelo desenvolvimento e contra a exclusão.

Como no passado, a França continua solidária. Engajou-se na iniciativa internacional contra a fome e a pobreza e apóia os esforços impostos nas Nações Unidas, para tornar a ordem internacional menos desigual e mais legítima.

Aos meus compatriotas, quero dizer que encontrarão aqui mais do que hospitalidade de uma cidade acolhedora e cosmopolita, como a simpatia de um povo que nutre uma amizade secular pelo Brasil. Encontrarão nesta cidade, neste país, um segundo lar, onde poderão aprofundar seus estudos e trabalhos com o benefício do avanço de nossas sociedades.

Vocês, meus compatriotas, são o ponto alto do ano do Brasil na França. As centenas de manifestações de arte e de cultura sendo exibidas, a espontaneidade e o calor humano, aproximam nossos povos e enriquecem as já excelentes relações entre Brasil e França.

Bertrand Delanoë, meu caro Prefeito, *merci beaucoup*.

## **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Foro Franco-Brasileiro da Sociedade Civil, em Paris, em 13 de julho de 2005**

Senhores Representantes das Organizações Não-Governamentais; Senhores Ministros de Estado e integrantes da comitiva que me acompanham à República Francesa; Ministro Luiz Dulci, Secretário-Geral da Presidência da República; Ministro Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Tarso Genro, da Educação; senhoras e senhores; companheiros e companheiras; Conselheiros do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da França e do Brasil; minha querida companheira Marisa; meu querido companheiro Marco Aurélio; Beбето; Lulinha; Chico e demais companheiros,

Quanto mais participativa e autônoma a sociedade civil, mais forte se torna a democracia na vida dos povos.

O processo democrático tem se consolidado na companhia virtuosa de direitos civis e em avanços sociais arduamente conquistados nas lutas da sociedade por soberania, justiça e dignidade.

A capacidade da sociedade civil de inaugurar o futuro e legitimar a mudança tem enriquecido o processo democrático contemporâneo. É o que hoje se expressa na grande aspiração pelo crescimento que distribui riqueza, fortalece a liberdade, promove a paz e eleva o espírito humano.

Há vinte e cinco anos, por exemplo, apenas três países da América Latina desfrutavam a brisa renovadora da democracia. Nos demais, a asfixia das liberdades e a supressão dos direitos humanos eram acenados, não raro, como moeda de troca indispensável à aceleração do desenvolvimento. Hoje, esse quadro sombrio se inverteu, graças, sobretudo, às conquistas e à participação da sociedade civil em nosso continente.

A realização deste fórum internacional - que hoje encerramos -, louvável iniciativa conjunta da “Cordinacion Sud” e da Abong, é um testemunho vivo da rica troca de experiências e do importante

aprendizado comum que têm ocorrido entre as organizações da sociedade civil, em especial as da França e do Brasil.

Tenho repetido que o lugar da sociedade civil não é na platéia, assistindo ao espetáculo. É dela que quase sempre vem a energia transformadora para resolver problemas que perduram há muito tempo em nossos países.

É fundamental o compromisso e a efetiva participação dos governantes e das instituições multilaterais na luta por um mundo melhor. Mas é também decisivo o envolvimento cada vez maior da sociedade civil em nível internacional.

Minhas senhoras e meus senhores,

Há no Governo brasileiro um ministério encarregado de estabelecer as relações com o Parlamento, o que é fundamental numa democracia representativa.

Tomei a decisão, no início de meu mandato, de atribuir a um outro ministério, a Secretaria-Geral da Presidência da República, a tarefa de coordenar e realizar a articulação cotidiana com as diferentes organizações da sociedade civil. Em dois anos e meio, mais de 1.500 encontros foram realizados pela Secretaria-Geral com representantes da sociedade civil. Das entidades empresariais às centrais sindicais, dos movimentos sociais às organizações de trabalhadores rurais, das ONGs às fundações, das igrejas às universidades e associações de intelectuais e estudantes, os canais de interlocução com o nosso Governo sempre estiveram abertos.

Nessas iniciativas, tenho participado diretamente, recebendo no Palácio as principais lideranças das entidades nacionais ou visitando-as em suas sedes. Mantivemos também encontros com organizações e movimentos sociais em quase todas as viagens que realizamos no território nacional, bem como nas internacionais.

Para construir, por exemplo, o nosso Plano Plurianual de Investimentos relativo ao período 2004-2007, a Secretaria-Geral organizou fóruns de

participação social nas 27 unidades da Federação, com duas mil 170 organizações da sociedade civil.

Em poucas palavras, institucionalizamos o diálogo e a negociação permanentes como método efetivo de Governo, possibilitando importantes parcerias em projetos de interesse público, especialmente na área social.

E criamos também o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, como instância permanente de consulta e elaboração política entre o Governo e importantes lideranças dos mais variados setores da sociedade, a exemplo do Conselho Francês. Com 102 conselheiros, sendo 90 representantes da sociedade civil, ele é uma iniciativa pioneira no nosso país, reconhecida nacional e internacionalmente.

O Conselho discutiu as reformas previdenciária, tributária, sindical e trabalhista e tem dado contribuições à nova Política Industrial, bem como tem realizado colóquios sobre habitação e licenciamento ambiental, além de intensos debates sobre o desenvolvimento regional.

Uma tarefa levada adiante por todo o Governo foi a criação de novos espaços democráticos e a retomada e o fortalecimento daqueles já existentes, tornando-os instâncias de discussão das políticas públicas.

Podemos destacar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar, que propõe diretrizes para as políticas e ações na área da nutrição e no combate à fome. O Fórum Nacional do Trabalho – composto por empresários, trabalhadores e representantes do Governo – é responsável pelo diálogo nacional em torno das reformas sindical e trabalhista. Temos também o Conselho das Cidades, composto por 71 representantes de todas as entidades envolvidas com a questão urbana.

Quero chamar a atenção para o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, que foi criado em nosso Governo, e para a Ouvidoria Geral da União, instâncias que levam o olho do cidadão e da cidadã para dentro da máquina pública.

Nesses 30 meses de Governo, foram realizadas 12 conferências nacionais, num processo que envolveu diretamente mais de um milhão e 400 mil pessoas, debatendo e aprovando propostas de políticas públicas setoriais e gerais.

Realizamos conferências nacionais nos setores da saúde, meio ambiente, mulheres, aquicultura e pesca, assistência social, reforma agrária, direitos da criança e do adolescente, cidades, segurança alimentar, esporte, direitos humanos, igualdade racial e direitos da pessoa portadora de deficiência.

Para dar uma idéia mais concreta de como se realiza esse processo, destaco duas delas. A Conferência de Políticas para as Mulheres, que foi preparada com a realização de mais de 2 mil plenárias municipais e regionais, seguidas de conferências em todas as 27 unidades da Federação, com a participação direta de mais de 150 mil mulheres. E tudo isso culminou com o encontro nacional de cerca de duas mil delegadas em Brasília.

A outra foi a 1ª Conferência Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, que teve a honra e a alegria de abrir no dia 30 de junho último. Preparada com a realização das conferências estaduais e locais, ela envolveu diretamente mais de 90 mil pessoas.

Participaram do processo de debates, lado a lado, em clima de grande fraternidade, representantes dos muitos segmentos que compõem a riqueza da nossa multiplicidade étnica: negros, indígenas, ciganos, árabes, palestinos, judeus e tantos outros.

Essa imensa participação – e o que significa na história do nosso país – já foi, por si mesma, uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial. Uma vitória de que há muito tempo o Brasil precisava, e que a consciência democrática da sociedade civil, em especial a do nosso povo negro, sempre buscou.

Minhas senhoras e meus senhores,

Tenho muito orgulho de ter aberto o Palácio do Planalto aos movimentos sociais da cidade e do

campo, historicamente mantidos à distância dos centros de decisão no país, alguns até criminalizados. Esse intenso diálogo tem se mostrado cada vez mais frutífero e ajuda a construir e implementar políticas decisivas para o nosso desenvolvimento social.

É o caso do choque de crédito popular que teve início a partir de uma idéia da Central Única dos Trabalhadores, a nossa querida CUT. As reivindicações das centrais sindicais também contribuíram fortemente para a decisão de reduzir a alíquota do imposto de renda dos assalariados e para a política de valorização real do salário mínimo.

Estamos realizando a reforma agrária em conjunto com os movimentos sociais do campo, de modo pacífico e cada vez com melhor qualidade. Acabamos de firmar um acordo histórico com os trabalhadores sem-terra, que assegura o assentamento de 115 mil famílias em 2005 e de 400 mil famílias até o final do mandato.

Também temos negociado intensamente com os agricultores familiares, que receberão nesta safra R\$ 9 bilhões de reais (aproximadamente 3 bilhões de euros) para financiar sua produção, um volume três vezes superior ao que era emprestado em 2002.

Estamos assim reforçando econômica e politicamente a agricultura familiar e gerando novas e melhores oportunidades de trabalho e renda no campo.

Quero lembrar que no âmbito das políticas de financiamento há algo muito importante: a política de microcrédito que estamos aplicando no Brasil. É um dado que é importante que os Conselheiros das fontes no Brasil saibam: a média de dinheiro emprestado para o microcrédito, disponibilizado nos últimos anos no Brasil, era de 30 milhões de reais por ano; este ano, fizemos um acordo, com a participação de várias cooperativas de bancos populares, e disponibilizamos 600 milhões, vinte vezes mais do que era disponibilizado por ano.

Isso porque acreditamos que, por intermédio das políticas de microcrédito, da bancarização de setores marginalizados da sociedade, e do crédito

consignado, estamos dando um impulso à economia que não estava previsto na ordem e na discussão econômica do nosso país há algum tempo.

É por isso que, de vez em quando, leio e escuto pessoas falarem da “contradição” entre a política de juros altos para conter a inflação e a política de incentivo ao consumo, liberando crédito como jamais foi feito no Brasil.

Lembro às pessoas que, quando fizemos a campanha, falávamos de uma poupança interna de 17% e hoje a poupança interna está em 23,5%, o que é um crescimento inesperado para qualquer partidário ou crítico do Governo, já que poucos acreditavam que isso fosse possível.

Em relação à política indigenista, após longo processo de negociação, homologamos a famosa, a polêmica reserva Raposa Serra do Sol, no extremo norte da Amazônia, uma terra indígena com mais de 1 milhão e 700 mil hectares. Como muitos aqui sabem, essa era uma das mais antigas e significativas reivindicações dos povos indígenas no nosso país.

Estas são apenas algumas das transformações que estão ocorrendo no Brasil, impulsionadas pela participação da sociedade civil.

Poderíamos mencionar, ainda, outras conquistas populares do nosso país que se tornam realidade pela conjunção da capacidade reivindicatória e propositiva dos movimentos sociais com nossa vontade política transformadora: a criação do Fundeb – Fundo de Educação Básica, verdadeira revolução no financiamento do ensino público, que beneficiará 17 milhões de crianças e jovens.

A reforma universitária, elaborada em fecundo diálogo com as entidades de docentes e de estudantes, bem como de outros segmentos sociais. Cabe aqui um dado importante: quando fomos discutir a questão da reforma universitária, em uma plenária no Palácio do Planalto, com todas as entidades envolvidas com educação, fiz questão de afirmar que a proposta não seria do Governo, que o Governo apenas iria receber as propostas da sociedade e iria encaminhá-las ao Congresso

Nacional para que a própria sociedade fosse ao Congresso fazer os Deputados e Senadores compreenderem que, em torno daquela proposta, não estava o desejo de uma reforma universitária do Governo, mas sim a necessidade da sociedade brasileira ter uma nova universidade no nosso país.

O Fundo de Habitação Popular, antigo anseio dos movimentos comunitários urbanos do Brasil, foi uma conquista consagrada há pouco mais de 20 dias no Palácio do Planalto.

A mesa permanente de negociação com o funcionalismo público federal. Em 2004, pela primeira vez em nossa história, foram assinados acordos coletivos entre o funcionalismo e o Governo Federal.

Temos consciência de que ainda não fizemos todo o necessário em relação à sociedade civil. Ainda podemos e vamos avançar muito na democratização e no controle social. Mas, seguramente, já fizemos mais do que qualquer outro Governo anterior para instaurar em nosso país uma democracia participativa como estabelece a Constituição Federal, ou seja, para criar de verdade um novo padrão de relacionamento entre Estado e sociedade civil. Para isso, tenho certeza de que nos serão muito úteis as análises e propostas de vocês neste Foro.

As organizações e movimentos sociais – no Brasil, como na França e em outros países – têm pujança e autonomia, fazem parcerias, dão apoio, mas também cobram medidas e fazem críticas ao Governo, como vocês acabaram de ver aqui, no discurso do meu companheiro.

Este é, sem dúvida, o caminho do maior fortalecimento da democracia em nossos países. Além de justo e indispensável no mérito, ele tem se mostrado cada vez mais eficiente para enfrentar e superar nossos graves problemas econômicos e sociais, rumo à sociedade justa e solidária que todos almejamos.

Queria – já encerrei o discurso por escrito – fazer um improviso, porque agora já não está mais o Presidente aqui, está o representante da sociedade civil. Tenho consciência de que, certamente, estamos

longe de fazer aquilo que cada um de nós entende que precisa ser feito. Mas tenho consciência de que nenhum país da América Latina e poucos países do mundo estão estabelecendo o padrão de relacionamento com a sociedade civil que estamos estabelecendo.

Conversava com nossos companheiros que foram participar da festa da aprovação da Lei do Fundo de Habitação Popular, e um companheiro dizia que o Fundo era muito importante, mas muito mais importante era o fato de ele já ter entrado, em pouco tempo, duas vezes no Palácio do Planalto.

Parece pouco, mas lembrei que, em 1994, quando fui visitar o Mandela, chegamos ao palácio do Governo e tinha muita gente olhando o prédio, passando a mão nas paredes. Ousei perguntar para o Mandela o que aquele povo estava fazendo lá e ele respondeu: “Olha, Lula, você tem que imaginar que esse povo nunca conseguiu sequer chegar perto do palácio. E eles, aos milhares, passam todo dia aqui, não pedem nada para mim, não querem nem me ver. Eles só querem descobrir e só querem confirmar que isso aqui é uma coisa deles e que aqui está o Presidente eleito por eles”.

No Brasil, embora sejamos uma sociedade diferente, historicamente, o dado concreto é que em nenhum momento a sociedade civil teve os espaços de condução de políticas que tem hoje junto com o Governo.

E nunca exigimos da sociedade, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, de qualquer ONG, ou de algum dirigente sindical, que em algum momento eles concordassem com as políticas do Governo. Porque, muito antes de ser Presidente da República, muito antes de ser alguma autoridade, escrevemos um documento em que dizíamos que “entre uma decisão de partido e uma decisão de Governo, a sociedade ou o militante deve ficar com a decisão da sua organização social como referência do seu procedimento”.

Estou convencido de que a sociedade civil pode ser vista como a própria religião. Digo sempre:

todo mundo deveria participar de algum âmbito religioso, porque a religião não faz mal. Ninguém aprende coisa ruim praticando religião. Pode até não gostar mas, certamente, de lá ele não sairá com disposição de fazer mal a alguém.

A sociedade civil é exatamente assim. De vez em quando, podemos não gostar das críticas. Afinal de contas, todos nós somos preparados para receber elogios e não críticas. Mas podem ficar certos de uma coisa: a compreensão que tenho e a compreensão do meu Governo é a de que a participação da sociedade civil é importante, para aplaudir ou para vaiar, para cobrar ou para propor. O que é importante é que faça isso com a maior seriedade, porque o maior legado que um Governo pode deixar ao seu país – como disse anteriormente – é o estabelecimento de um novo padrão de relacionamento entre sociedade e Estado, entre Governo e sociedade, para que qualquer Governo que venha depois não tenha como virar as costas para a sociedade outra vez.

Por isso, meus parabéns ao Conselho de Desenvolvimento Brasileiro e ao Conselho de Desenvolvimento da França. Espero que essa harmonia que vocês estão estabelecendo aqui possa fazer com que os empresários, os políticos e os governantes estabeleçam essa mesma harmonia.

Lembramos a vocês que, em setembro, todas as ONGs e todas as organizações da sociedade civil do mundo inteiro têm o compromisso de pressionar – dentro de seu próprio país – os países ricos para que se dediquem mais a ajudar os países pobres a cumprirem as Metas do Milênio, sem o que os países pobres não conseguirão cumpri-las.

Portanto, mais do que se organizar para cobrar de cada Governo, vocês estão agora envolvidos numa ação globalizada. E, nessa ação globalizada, vocês vão ter que trabalhar muito mais do que já trabalham, para que as coisas que vocês acreditam aconteçam no mundo.

Muito obrigado.

### **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura do Colóquio “Brasil: Ator Global”, em Paris, em 13 de julho de 2005**

Primeiro, queria dizer às autoridades francesas, aos Reitores, aos Ministros brasileiros e a todos os professores e alunos que estão aqui, da minha alegria de poder estar, outra vez, em Paris e poder falar um pouco da participação do Brasil neste mundo globalizado e o que achamos que pode acontecer nos próximos anos.

Queria também dizer a vocês que está comigo o nosso querido Governador do estado do Amapá, que logo será o governante da América do Sul mais próximo da França e, portanto, poderá ser um canal muito importante para o desenvolvimento daquela região. O estado do Amapá tem praticamente 80% do seu território como área de preservação. Ao longo do tempo, esse fato colocou algumas dificuldades para o desenvolvimento do estado, mas agora temos que tirar proveito da intenção mundial de preservação para que os estados que preservem mais a sua fauna, a sua floresta, possam ganhar recursos adicionais.

Meu agradecimento à Universidade de Paris pela organização deste encontro consagrado à política externa do Brasil e pelo convite que me foi feito para aqui apresentar algumas reflexões.

O título do colóquio “Brasil: Ator Global” aponta para um problema central: qual o sentido e as possibilidades da presença e ação de meu país no cenário internacional?

A expressão “ator global” pode provocar mal-entendidos. O primeiro é o de acreditar que o Brasil, um país com problemas sociais e sem meios importantes de projeção de poder militar no plano internacional, não poderia aspirar a ser globalmente um ator pleno. Somente países ricos, socialmente mais desenvolvidos e dotados de meios militares mais expressivos teriam capacidade de atuar de forma independente e eficaz na cena mundial.

É evidente que riqueza e força militar são

expressões de poder. Elas não esgotam, no entanto, a capacidade de ação e de influência de que pode dispor um país. O segundo equívoco é o de pensar que o Brasil, somente por possuir vasto território, abundantes recursos naturais e população numerosa, terá automaticamente papel de relevo na esfera internacional.

O Brasil está, felizmente, longe dessas duas perspectivas extremas. Nossa diplomacia é experiente, bem preparada e suficientemente lúcida para não ser nem tímida nem temerária.

Minha experiência pessoal, como líder operário, ensinou-me que, em qualquer negociação, a credibilidade é um fator fundamental. E para ter credibilidade é preciso conhecer as forças de que dispomos.

Não fugimos a nossas responsabilidades, por timidez ou por temor aos mais poderosos. Nosso desafio é o de tentar entender e de afirmar como o Brasil pode colaborar para a construção de uma nova relação de forças internacionais. Precisamos de um mundo mais democrático, justo e pacífico, mas isso não depende somente de nós, tampouco pode nos conduzir à passividade.

Abrir mão da idéia de uma “ação global” seria deixar o futuro ao sabor das forças de mercado, onde prolifera enorme desordem econômica e financeira, ou ao sabor de políticas de poder, dominadas por posturas unilaterais.

O Brasil nasceu, 505 anos atrás, fruto das grandes explorações marítimas, a primeira onda de “globalização” empreendida pelo capitalismo mercantil. Como colônia e depois como país politicamente independente sofremos, por séculos, os constrangimentos que condicionaram a vida dos países da periferia.

Em nossa história vivemos momentos de submissão e de reação a esses constrangimentos.

Hoje, o que importa é buscar espaço neste mundo globalizado, por meio de uma ação política que preserve a soberania nacional, garanta a soberania popular e contribua para o aprofundamento

da solidariedade internacional.

A “mundialização”, como se diz aqui, nos colocou diante de uma nova obrigação: a de fazermos com que as forças que ela desencadeia sejam canalizadas para o interesse da maioria. Não tenho me omitido a esse respeito.

Fui a Porto Alegre e a Davos. Defendi nos dois encontros as mesmas idéias: aquelas que expressei também em minhas intervenções em Evian e na Escócia, quando me reuni com os líderes do G-8.

Acredito que se pode estabelecer pontes entre foros e grupos de países, que antes pareciam irreconciliáveis. Vejo uma crescente disposição em estreitar esse diálogo. Até porque as grandes questões com que nos confrontamos na atualidade, desde a pobreza na África, às mudanças climáticas, até o terrorismo, só poderão ser resolvidas efetivamente por uma ação concertada, multilateral.

Um país como o Brasil não tem a opção de viver à margem dos processos globais. Dou um exemplo: temos um programa de combate à Aids, que é mundialmente reconhecido como resposta a um dos piores dramas vividos pela humanidade em nossos dias. Realizamos, em ampla escala, a distribuição de remédios retrovirais. Mas, para que seja viável em um país com recursos escassos, esse programa depende de que os preços dos medicamentos não ultrapassem certos limites razoáveis.

Torna-se essencial, portanto, estabelecer um equilíbrio entre o interesse legítimo das empresas farmacêuticas, que se beneficiam de patentes, e o interesse maior de salvar quantas vidas pudermos.

As normas sobre patentes já não são definidas isoladamente em cada país, são normas globais. Participamos todos de sua elaboração, de sua interpretação e de sua execução. No caso da Aids, essa participação é, sem exagero, uma questão de vida ou morte.

Outro exemplo, a que tenho mais me dedicado, é o do combate à fome e à miséria. Pela minha própria trajetória de vida e experiência política,

essa é uma prioridade pessoal. Sempre tive consciência de que essa tarefa não era apenas dos brasileiros, mas de todas as nações. A fome e a pobreza têm determinações internacionais.

Isso não quer dizer que os países não devam assumir suas responsabilidades para reduzir as desigualdades e garantir a todos uma vida digna. Mas é inegável que o esforço de cada país, principalmente dos menos desenvolvidos, ganhará muito se for respaldado internacionalmente. Não falo apenas de ações compensatórias, necessárias, mas não suficientes. Falo de iniciativas de fundo, que lidem com as causas estruturais da fome e da pobreza no mundo. Por isso, defendo um sistema mais equitativo, onde os fluxos financeiros e o comércio internacional criem oportunidades e não sejam fatores de desagregação econômica e social. O problema da fome e do subdesenvolvimento não será resolvido apenas pelas forças de mercado.

Muitos agricultores pobres na periferia do mundo teriam, hoje, condições de competir internacionalmente e de ter uma vida mais condigna, não fossem as barreiras que os impedem de vender o que produzem aos consumidores nos países mais ricos.

Precisamos encarar esse problema. É intolerável que 1 bilhão de dólares seja gasto a cada dia em subsídios à exportação e em medidas de apoio doméstico à produção agrícola. Não é humano e racional que uma vaca tenha um subsídio superior à renda individual de centenas de milhões de homens e mulheres.

Segundo o Banco Mundial, uma efetiva liberalização do comércio agrícola poderia gerar cerca de US\$ 200 bilhões de dólares de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza.

Posso citar muitos outros exemplos, todos apontando para a mesma direção: esses problemas não se resolvem sozinhos, nem pela iniciativa de alguns países. Exigem a participação ativa dos países em desenvolvimento. É o que o Brasil tem feito nos

últimos dois anos e meio. Temos realizado intenso trabalho diplomático de aprofundamento de vínculos tradicionais em nosso continente e de maior aproximação com regiões do mundo em desenvolvimento, como a África e o Oriente Médio.

O Brasil quer que sua voz seja cada vez mais ouvida no plano internacional. Mas queremos também ouvir a voz de outros países, para identificar interesses comuns e intensificar o diálogo e a cooperação.

Há dois meses tivemos a satisfação de sediar, em Brasília, uma pioneira cúpula que reuniu países árabes e sul-americanos e abriu novas e promissoras avenidas de aproximação entre essas duas regiões do mundo em desenvolvimento.

Com a Índia e a África do Sul estabelecemos um foro de diálogo trilateral. Além de estreitar nossa coordenação política, criamos um fundo inédito, administrado por essas três grandes democracias do mundo em desenvolvimento. Um primeiro projeto já está beneficiando Guiné-Bissau.

Senhoras e Senhores,

Nos planos econômico e comercial, trabalhamos para aprofundar a integração e a unidade de nossa região, a América do Sul, assim como para ajudar a construir uma economia internacional que proporcione melhores oportunidades de crescimento para todos.

O Brasil tem feito um grande esforço para retomar o crescimento econômico, reduzir o desemprego, melhorar a distribuição da renda e aumentar sua capacidade de competição externa.

Em 2004, nosso comércio exterior totalizou quase US\$ 160 bilhões de dólares, com mais de US\$ 96 bilhões de exportações. Esse valor foi o dobro do total das exportações registradas em 1999.

O saldo comercial, que no final dos anos 90 era deficitário, chegou em 2004 a um *superávit* de quase US\$ 34 bilhões de dólares. As previsões para 2005 – e o Furlan que confirme – são de um *superávit* de quase US\$ 40 bilhões de dólares.

Nosso comércio com o mundo tem caráter “global”. A distribuição de nossas exportações entre

os principais mercados mantêm um notável equilíbrio geográfico entre a União Européia, os Estados Unidos, a América do Sul e a Ásia. Outras áreas, como a África e o Oriente Médio, revelam sinais promissores de crescimento. Tudo isso significa que o Brasil está mais aberto ao mundo.

A relação comércio exterior-PIB passou de menos de 15%, nos anos 90, para mais de 26% em 2004. A estabilidade macroeconômica que conseguimos, somada ao fortalecimento da capacidade exportadora, reduziu nossa vulnerabilidade externa. Em 1999, o pagamento de juros pelo Brasil representou mais de 33% do total de nossas exportações. Hoje, não passam de 16%.

O Brasil reúne todas as condições para tornar sua inserção na economia internacional cada vez mais proveitosa e, o que é muito importante, preservando nossa autonomia para executar políticas públicas indispensáveis para um desenvolvimento sustentável, com justiça social.

Senhoras e Senhores,

A esta altura de minha exposição, muitos poderão estar se perguntando se uma ação mais destacada do Brasil no cenário internacional é compatível com um estreito relacionamento com nosso entorno imediato, a América do Sul. Penso que não só é compatível como absolutamente indispensável.

A parceria estratégica com a Argentina, a consolidação do MERCOSUL e a integração sul-americana são para nós prioritárias; mais que isso, são inseparáveis de nosso projeto nacional de desenvolvimento. E isso não é retórica, é realidade, é fato.

Nenhum outro Governo brasileiro buscou a aproximação com nossos vizinhos com tanta intensidade. Os contatos no mais alto nível se avolumaram.

Temos acelerado projetos para a integração da infra-estrutura física regional, para o que contamos, inclusive, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Possivelmente, no próximo ano, nós teremos pelo menos uma obra de infra-estrutura financiada pelo Banco de Desenvolvimento brasileiro em cada país da América do Sul, tornando realidade o sonho histórico que motivou tantas e tantas lutas na América do Sul.

A partir dessa base, avançamos na consolidação do MERCOSUL, apesar das dificuldades e das crises de crescimento que, como sabem os europeus, são comuns nos processos de integração.

O MERCOSUL é uma realidade e uma promessa cada vez mais importante para nossos povos.

Trabalhamos agora para reforçar suas instituições e dotá-lo de um parlamento que reforçará sua vocação democrática e permitirá enraizar de forma mais profunda a construção de um destino comum.

O MERCOSUL não pode reduzir-se apenas a uma zona de livre comércio ou mesmo a uma união aduaneira. Ele tem a vocação de ser um efetivo espaço de integração econômica, política, cultural e de construção de uma nova e ampliada cidadania.

Avançamos na direção de uma integração mais solidária, com a criação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL, voltado para a redução das assimetrias entre os países membros e suas regiões, promovendo a competitividade e a coesão social.

Paralelamente - e uma coisa reforça a outra - estamos construindo a Comunidade Sul-Americana de Nações. Os países do MERCOSUL estão cada dia mais próximos da Comunidade Andina, porque acreditamos que ambos os processos são complementares e convergentes. Lançada em dezembro último, realizaremos em Brasília, daqui a dois meses, a primeira reunião de Presidentes da Comunidade.

A América do Sul toma consciência de sua identidade e de sua vocação para a integração. Em poucos dias serão iniciadas as obras de construção

da rodovia interoceânica, que ligará o Brasil aos portos peruanos de Ilo e Matarani. Será um avanço decisivo para o comércio não apenas entre o Brasil e o Peru, mas também de ambos com a Bolívia.

Este é apenas o mais recente exemplo de um amplo conjunto de iniciativas que vêm delineando a América do Sul como espaço integrado na área de transportes, comunicações e energia.

Nesse ponto, queria dar um outro dado. Em 500 anos de história, construímos a primeira ponte entre Brasil e Bolívia no ano passado. Inauguramos a obra no estado do Acre. E estamos fazendo a primeira ponte entre Brasil e Peru, em Assis-Brasil, também no estado do Acre, que fará parte da rodovia interoceânica. E vamos fazer, se Deus quiser, depois do acordo que firmarmos na sexta-feira, a primeira ponte ligando o Brasil e a América do Sul à Europa, via ligação da Guiana Francesa com o estado do Amapá.

Isso demonstra que em 500 anos, apesar de todos os grandes intelectuais brasileiros terem escrito sobre a necessidade de integração, apesar de Bolívar e outros revolucionários na América do Sul terem passado parte da sua vida falando em integração, apesar de todos os políticos em época de campanha eleitoral falarem de integração, a verdade nua e crua é que a integração física – aquela que se preocupa com energia, com comunicação, com estrada, com ferrovia, com hidrovias e com a parceria efetiva entre empresários brasileiros e empresários de cada país – está se consolidando nesse momento. E não por obra apenas do Brasil, mas por uma compreensão de todos os países de que, se durante 500 anos acreditamos que os benefícios para o nosso desenvolvimento viriam do Norte, agora há a consciência de que nós precisamos começar a resolver os nossos problemas e não ficar dependentes das promessas dos países desenvolvidos que, dificilmente, chegam a se concretizar.

Esse grau de consciência que os governantes estão tomando é que está fazendo com que haja uma profunda mudança no comportamento dos países da América do Sul.

Senhoras e Senhores,

O Brasil tem procurado dar nova qualidade e novo impulso à sua ação no âmbito das negociações multilaterais de comércio, na Organização Mundial do Comércio (OMC). Já foi dito que a OMC tem procedimentos “medievais”. Talvez, efetivamente o seja em alguns aspectos, particularmente no que diz respeito à transparência.

Demos um passo importante para mudar o quadro em que se davam efetivamente as negociações naquele foro, restritas a alguns poucos interlocutores do mundo desenvolvido.

Tomamos a iniciativa, ao lado de outros países em desenvolvimento, de criar o G-20, que se afirmou como um ator respeitado na atual rodada de negociações comerciais.

Hoje, todos reconhecem que esse mecanismo de coordenação entre países do Sul adquiriu um papel da maior importância na viabilização de um acordo que possa fazer com que a Rodada de Doha seja, de fato, voltada para o objetivo do desenvolvimento.

Outro campo em que conseguimos avanços importantes foi o de nosso esforço conjunto pela erradicação da fome e da pobreza.

O Presidente Jacques Chirac entendeu a sensibilidade desse tema e tem sido um parceiro essencial, desde a reunião do G-8 ampliado, em Evian. Ajudou a dar força à iniciativa, acrescentando o prestígio da França, que é grande, e trazendo idéias inovadoras. Os Presidentes Lagos, do Chile, e Zapatero, da Espanha, logo se juntaram a nós, seguidos pelo chanceler Schröder, da Alemanha, e pelo Presidente Bouteflika, da Argélia.

Em setembro do ano passado, conseguimos reunir, em Nova Iorque, mais de 100 países, com a presença de mais de 50 Chefes de Estado e Governo.

Hoje, temos um processo em marcha, em busca de novos mecanismos de financiamento do desenvolvimento e do combate à fome e à pobreza.

O tema vem ganhando destaque nas Nações Unidas, nas reuniões do FMI e do Banco Mundial, e

no próprio G-8, como vimos há pouco, na reunião de que participamos, na Escócia.

Esperamos que até a Cúpula das Nações Unidas de setembro, quando passaremos em revista as Metas do Milênio, algumas idéias possam vir à luz, como a de uma pequena taxa sobre as passagens aéreas, baseada, aliás, em uma proposta da França, que apoiamos firmemente. Ou, ainda, a redução dos custos de remessas de emigrantes, que aportam recursos vultosos, com importante incidência sobre as economias dos países em desenvolvimento.

Outra importante iniciativa é a conversão do serviço da dívida, ou parte dela, em investimentos na educação proposta por Brasil, Espanha e Argentina, que se encontra em fase de elaboração e viabilidade técnica. Menos consensuais, mas em discussão, estão propostas sobre a taxação de paraísos fiscais ou de venda de armas.

Senhoras e Senhores,

Ao refletir sobre a ação externa do Brasil, não poderia deixar de me referir aos desafios que se colocam no plano da paz e da segurança. É fundamental que a comunidade internacional disponha dos meios necessários para responder às ameaças à paz. Esses meios devem ser eficazes, mas devem também ser legítimos. A história nos ensina que não serão eficazes se não forem legítimos. Daí nossa profissão de fé no multilateralismo.

Com a criação da ONU, há exatos 60 anos, a comunidade internacional encontrou um novo caminho para enfrentar os problemas da paz e da segurança. Um caminho fundado no diálogo, na decisão coletiva e no princípio de que o uso da força só se faria no interesse comum. Esses princípios são, hoje, mais válidos do que nunca. O mundo está diante de situações e ameaças graves. Prolongadas injustiças, não raro em um contexto de pobreza e de privação, continuam a desestabilizar regiões inteiras, como é o caso do Oriente Médio ou de extensas áreas do continente africano.

Em nossa própria região, preocupa-nos, em especial, a situação do Haiti, país tão sofrido, que

necessita do apoio da comunidade internacional.

Temos liderado o esforço das Nações Unidas no Haiti, na esperança de que possamos criar um novo paradigma para as operações de paz. Não visamos apenas à segurança da população e à estabilização do país. Queremos que no Haiti se criem condições para uma efetiva reconciliação política e o reencontro do país com a esperança de seu desenvolvimento econômico e social.

Os terríveis atentados em Londres, na semana passada, nos mostraram que aos conflitos externos e internos somam-se legítimas preocupações com a expansão de redes terroristas.

Sabemos, além disso, que tais redes podem vir a ganhar um poder destrutivo sem precedentes, se tiverem acesso a armas de destruição em massa.

Brasil e França compartilham a visão de que é preciso revitalizar o multilateralismo. Encontramos diante de uma oportunidade histórica para dar vida nova aos instrumentos coletivos de que dispomos. Sem o multilateralismo, estaremos condenados à instabilidade crônica e aos riscos de uma escalada da violência no plano global.

A tarefa mais imediata é concluir, com êxito, uma reforma corajosa das Nações Unidas, uma reforma voltada para o futuro.

Nesta semana, os países-membros das Nações Unidas discutem um projeto de resolução visando à reforma do Conselho de Segurança, órgão central do sistema de segurança coletiva.

Nesse projeto, juntamos forças com a Alemanha, a Índia e o Japão, no chamado “G-4”, e temos obtido o apoio de muitos países, alguns mesmo, como a França, na condição de co-patrocinadores.

Outro aporte importante, na mesma direção do projeto do G-4, foi recentemente aprovado pela União Africana.

Queremos levar ao Conselho a visão de um país do Sul, que fez soberanamente a opção de não produzir armas nucleares, que atribui importância especial à relação entre a paz e o desenvolvimento e aos meios pacíficos de solução de controvérsias.

Esperamos que a reforma do Conselho possa ter um desfecho favorável no futuro próximo, abrindo caminho para a consideração de outras mudanças não menos cruciais. Entre elas, estão o fortalecimento dos demais órgãos principais e a revisão e eventual criação de novas instâncias para lidar com a construção da paz e o respeito aos direitos humanos.

Senhoras e senhores,

Ao considerar esses temas que dizem respeito ao ordenamento internacional, permito-me fazer um recuo histórico e falar um pouco da convergência de pontos de vista entre o Brasil e a França.

Nossa crença na liberdade como valor fundamental vem de longe. As idéias do iluminismo francês e a própria Revolução Francesa (ao lado da Revolução Americana) tiveram impacto direto no Brasil.

Foram fontes de inspiração para idéias republicanas e movimentos de rebeldia contra o colonialismo, como a Inconfidência Mineira, a Revolução dos Alfaiates, na Bahia, ou a Revolução de 1817, em Pernambuco, o meu estado natal.

Esses movimentos foram duramente reprimidos, mas deixaram uma herança de lutas que contribuiu para acelerar nossa independência.

Joaquim Nabuco, outro pernambucano, chegou a afirmar que “todas as nossas revoluções (antes da Independência) foram ondulações que começaram em Paris”. Os que reprimiam os movimentos nativistas e republicanos falavam em erradicar “os abomináveis princípios franceses”. São os princípios que se celebram no 14 de julho, não apenas pela França, mas por todos os que amam a liberdade e crêem na solidariedade humana.

A França foi para o Brasil, em muitos momentos, uma inspiração de liberdade. Durante os anos de autoritarismo, muitos brasileiros, injustamente perseguidos em nosso país, encontraram refúgio e proteção em terras francesas. Guardamos uma dívida de gratidão com o povo francês por essa solidariedade em uma hora difícil de nossa vida nacional.

Orgulhamo-nos, ao mesmo tempo, de ver que

as atividades do Ano do Brasil na França incluem homenagens a dois brasileiros que lutaram lado a lado com o povo francês em momentos difíceis para a França. Na clandestinidade e com grande sacrifício pessoal, meu amigo e companheiro Apolônio de Carvalho deu contribuição destacada à resistência e à libertação da França do jugo nazista.

Na diplomacia, a coragem do embaixador Luiz Martins de Souza Dantas ajudou a salvar centenas de vítimas inocentes. São exemplos dos laços humanos que vinculam a França e o Brasil.

Isso confere à nossa parceria um significado muito especial, porque a defesa dos direitos humanos e a consolidação da democracia são hoje tarefas inadiáveis no plano internacional.

Sabemos que a liberdade e a prática da democracia não podem ser trazidas de fora. Não são produtos de exportação, menos ainda, produtos de imposição. Só podem ser o que sempre foram para todas as nações que as alcançaram: uma conquista de seus povos. A comunidade internacional pode e deve ajudar nesse processo, mas deve fazê-lo sem arrogância.

Na América do Sul, vivemos um momento que é de consolidação das democracias.

As dificuldades econômicas são, como sempre foram, fator de instabilidade social e política. Mas o amadurecimento dos povos de nossa região faz com que, em nossos dias, o horizonte das alternativas políticas já não contemple soluções que não passem pelos canais democráticos.

O Brasil tem procurado contribuir para fortalecer a estabilidade democrática da América do Sul, e o faz com o espírito fraterno, respeitoso da autodeterminação dos povos e da soberania nacional.

De nossa parte, não haverá interferência, mas tampouco indiferença para com a sorte de nossos irmãos. O Brasil continuará a estender sua mão, em favor do fortalecimento desse patrimônio de liberdade. Mas a democracia não é apenas uma aspiração isolada de cada país. É também uma tarefa a ser realizada nas relações entre os países.

Um mundo plural – ou “multipolar”, como às vezes se diz – não é um desejo piedoso de diplomatas ou acadêmicos idealistas. É uma exigência dos dias que correm. A negação da pluralidade de pólos, pretensamente “realista”, reduz as relações internacionais apenas à expressão da força militar.

Para afirmar a democracia no plano internacional, é preciso reconhecer que a pluralidade de visões é legítima e que há um espaço crescente a ser dado à ação diplomática.

Ser democrata no plano global é acreditar que todos têm direito a ser atores, que cada ator tem suas razões e que, enfim, nem sempre a razão do mais forte é a mais forte das razões.

Muito obrigado.

**Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na recepção oferecida pelo Presidente da República francesa, Jacques Chirac, por ocasião da Data Nacional Francesa, em Paris, em 14 de julho de 2005**

Primeiro, quero agradecer ao Presidente Chirac e sua esposa pelo tratamento carinhoso que foi dado à delegação brasileira. Segundo, dizer aos franceses e aos brasileiros que estão aqui que, certamente, o Ano do Brasil na França representou um marco nas nossas relações. Certamente, tudo será melhor daqui para a frente.

Queria fazer uma confissão. Venho à França desde 1980, tive importante relação com o movimento sindical francês, quando era dirigente sindical. Depois, tive importante relação com o Partido Socialista Francês. Quando ganhei as eleições, no Brasil, e vim à França pela primeira vez, fiquei imaginando como é que seria a relação do Presidente Chirac com o Presidente do Brasil, tendo em vista que fui um sindicalista e tinha proximidade com o Partido Socialista.

E o que realmente aconteceu foi que desde a primeira vez que vim aqui, em 2003, na primeira reunião com o Presidente Chirac, senti que não estava

diante de um homem de esquerda ou de direita, que não estava diante de um homem preconceituoso, mas diante de um estadista que sabia tratar a todos com respeito e com muita igualdade.

Foi o Presidente Chirac o primeiro Presidente a assumir, junto comigo, a luta para combater a fome no mundo. Foi o Presidente Chirac que foi a Genebra participar de uma reunião comigo e com o Presidente Lagos, do Chile. Foi o Presidente Chirac que foi, a convite meu, às Nações Unidas, onde mais de 100 países estavam representados e mais de 50 chefes de Estado e de Governo compareceram, para que nós pudéssemos socializar a luta contra a fome no mundo.

Não é fácil, é muito difícil fazer com que as pessoas transformem a teoria da solidariedade na prática. É algo difícil. Mas, ao mesmo tempo, estou convencido de que nunca, na história recente da humanidade, se discutiu tanto a questão da pobreza no mundo. Só no G-8 já discutimos duas vezes. Em Davos, a fome foi tema prioritário durante dois anos seguidos.

Por isso, acho que já subimos, juntos, alguns degraus. A França tem uma história de solidariedade com o Brasil, e o povo francês está demonstrando que, independentemente de quem seja Governo, o seu coração e a sua consciência são formados por solidariedade.

Por isso, Presidente Chirac, para mim, será inesquecível o que vivi na França nesses dias, com a minha comitiva. O carinho do povo francês na rua, o carinho dos brasileiros e dos franceses no show de ontem à noite, o belo espetáculo no desfile do dia 14 de julho, e o carinho que Vossa Excelência e sua esposa dedicaram a mim e à minha esposa estarão guardados para todo o sempre na minha alma, porque os franceses estão ensinando que não existe meia democracia. A democracia tem que ser total e a França a pratica como poucos países do mundo.

Por isso, viva a França e viva o Brasil.



## Visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita Oficial do Presidente da República de Botsuana, no Palácio Itamaraty, em 26 de julho de 2005*

Excelentíssimo Senhor Festus Mogae, Presidente da República de Botsuana e Senhora Barbara Mogae; Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Senhora Adrienne Senna; Embaixador Celso Amorim, Ministro de Relações Exteriores e Senhora Ana Amorim; senhores Embaixadores estrangeiros acreditados junto a meu Governo; senhores Ministros; minhas amigas e meus amigos; senhores integrantes da comitiva da República de Botsuana; senhores Embaixadores,

Cumprimento o Presidente Festus Mogae e a Senhora Barbara Mogae que, com muita honra, recebo em visita oficial ao Brasil.

É um privilégio podermos receber o Chefe de Estado de um país que, além de amigo, é um exemplo de estabilidade política e de compromisso com os valores democráticos.

A estabilidade em Botsuana tem prestado importante contribuição para a manutenção da paz e da concórdia em toda a África Austral nos últimos anos. Floresce a democracia e amplia-se o desenvolvimento econômico e social em vários países da região.

Por tudo isso, a África Austral tornou-se, hoje, símbolo de tolerância e de renascimento do continente africano.

Dentro de alguns dias estaremos organizando, no Rio de Janeiro, um Simpósio sobre África Austral

e África Oriental. Teremos uma ocasião singular para conhecer e aproveitar as inúmeras oportunidades oferecidas neste momento promissor por Botsuana e por outros países da região.

Observamos também grande convergência de posições em assuntos multilaterais, em particular no que se refere à reforma das Nações Unidas.

O Brasil está trabalhando junto com os países africanos em favor de uma reforma que torne o Conselho de Segurança mais legítimo e representativo, com a presença de países em desenvolvimento como membros permanentes. Agradeço de forma muito especial ao Presidente Mogae, pelo apoio de Botsuana à aspiração do Brasil por um assento permanente no Conselho.

Senhor Presidente,

O Brasil quer estabelecer uma parceria mutuamente benéfica com Botsuana. Queremos que nossos laços bilaterais concretizem o ideal de cooperação Sul-Sul que venho defendendo desde que assumi o Governo.

Temos ainda muito o que fazer. O fortalecimento de nossas relações bilaterais, que são recentes, começou a ganhar maior vigor apenas no ano passado, quando o Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros do seu país liderou expressiva missão empresarial ao Brasil.

Em março deste ano, o Governo brasileiro enviou missão diplomática a Gaborone para explorar diversos projetos de cooperação nas áreas de saúde, esporte, piscicultura e ecoturismo.

O Acordo-Quadro de Cooperação Técnica que estamos assinando hoje representa um marco na consolidação de nossas relações. O entendimento será instrumental para a continuidade e ampliação da cooperação no combate ao HIV/Aids. Estamos conscientes da necessidade de adotar ações urgentes para enfrentar essa terrível epidemia, cujo custo social ainda está por ser estimado.

Esteja seguro, Presidente Mogae, de que o Brasil está preparado a prestar toda a sua solidariedade a fim de evitar o agravamento da situação em seu país, e em outros países da região. Uma das vias que estamos explorando é a de um projeto educacional, por meio de programas de televisão que capacitem os professores a tratarem do combate à epidemia nas escolas e junto às suas comunidades.

Acreditamos que a conscientização é um dos elementos centrais na luta contra o flagelo do HIV/Aids.

Há também boas possibilidades de cooperação na área agrícola. Botsuana apresenta clima semi-árido semelhante a diversas regiões brasileiras. Essa circunstância torna propícia a transferência da experiência significativa em matéria de agricultura tropical que o Brasil logrou desenvolver nas últimas décadas.

A área comercial é igualmente promissora. Por isso, saudamos a assinatura, pelo Governo de Botsuana, do Acordo de Preferências Tarifárias entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Meridional. Estou convencido de que o processo de liberalização comercial entre o MERCOSUL e a Sacu criará as condições legais e os incentivos necessários

para que possamos dar vigoroso impulso no intercâmbio entre as duas sub-regiões.

Existem muitas oportunidades a explorar nas relações econômicas, inclusive com a realização de investimentos. Desde já, sobressaem áreas as mais diversas como as de turismo, têxtil, couros e calçados, agropecuária e de serviços financeiros.

Senhor Presidente,

Vossa Excelência é reconhecido como uma das mais expressivas lideranças africanas. Seu compromisso com os valores democráticos e sua contribuição para a estabilidade política e para o desenvolvimento de Botsuana constituem importantes ativos para seu povo e seu país.

Acompanhamos com interesse o exitoso esforço do Governo de Botsuana em diversificar o setor produtivo do país. Têm sido notáveis as ações empreendidas para a melhoria dos indicadores sociais, que se situam hoje acima da média no continente.

A visita de Vossa Excelência inaugura um novo capítulo nas relações entre nossos países. O Governo brasileiro está firmemente empenhado em avançar a cooperação bilateral para o desenvolvimento e em expandir os laços em todos os domínios possíveis. As afinidades históricas, culturais e étnicas que ligam o Brasil aos irmãos africanos tornam esse compromisso inadiável.

E a vontade política para buscar essa aproximação nunca esteve tão presente em meu país. E é por todas essas razões que saúdo sua visita ao Brasil e, para celebrá-la, convido todos os presentes a fazerem um brinde ao fortalecimento das relações entre Botsuana e Brasil, e à felicidade pessoal da Senhora Barbara e do Presidente Festus Mogae.

Muito obrigado.

## Seminário IBAS

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura do Seminário IBAS sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, no Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 2005*

Queria, em primeiro lugar, manifestar a minha grande satisfação com a presença aqui entre nós de autoridades importantes dos três países que compõem o IBAS e do PNUD: o Ministro do Desenvolvimento Social da África do Sul, Zola Skweyiya; o Secretário da Comissão de Planejamento da Índia, Rajeeva Shah; o meu colega e amigo Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Glauco Arbix; e o Representante do PNUD no Brasil, Carlos Lopes.

Queria, antes de dizer algumas poucas palavras de boas-vindas, mencionar a importância do apoio que o PNUD deu a este evento, sem o qual não poderíamos tê-lo realizado. Foi um apoio não apenas material, mas também em termos de entusiasmo por essa nossa iniciativa.

Creio que, como todos verão pelo programa, talvez não faça muito sentido a mim, como Ministro das Relações Exteriores, diante de autoridades muito mais competentes do que eu no tema do Seminário, estender-me sobre esta questão específica: desenvolvimento econômico com equidade social. Terão todos a ocasião de ouvir da parte dessas autoridades, das muitas outras personalidades e autoridades que participarão das várias mesas-redondas e grupos, comentários específicos, certamente muito mais pertinentes do que aqueles que eu poderia fazer.

Seria interessante, diante de uma platéia variada e, diria até, uma platéia que não está predominantemente voltada para a política internacional ou para a política externa, fazer alguns comentários sobre o contexto em que esta reunião se realiza, especialmente sobre o próprio IBAS. O que é o IBAS? Como nasceu? Que áreas cobre? Que impacto já teve?

O IBAS talvez tenha sido, no que diz respeito ao Brasil – e não quero com isso monopolizar para o Brasil a iniciativa, porque todas as coisas sempre têm uma origem mais remota e um desenvolvimento posterior –, a primeira iniciativa de política externa do Governo do Presidente Lula. Quando o Presidente Mbeki esteve aqui para a posse do Presidente Lula, infelizmente por falhas nossas de cerimonial, acabou não havendo oportunidade de um encontro do Presidente Lula com o Presidente Mbeki. Mas houve, no dia seguinte à posse, encontro meu com a Ministra Zuma, minha boa amiga com quem tenho trabalhado em muitos temas. Aquele dia, quando nos sentamos no Gabinete – eu ainda estava recebendo as primeiras visitas de Ministros que acompanharam a posse do Presidente Lula –, conversamos sobre a necessidade de reforçar a cooperação Sul-Sul. No curso da conversa – claro que já existem outros grupos de cooperação Sul-Sul; existe o G-15, do qual fazemos parte; existe naturalmente nas Nações Unidas o G-77; existem os países não-alinhados – nos pareceu que, para

fazer algo que tivesse impacto real, imediato, era preciso começar com uma coisa ao mesmo tempo pequena, mas muito significativa.

Daí surgiu, nessa conversa, a idéia de por que não começar com três países, três grandes democracias, cada uma de um continente: Índia, África do Sul e Brasil. A Ministra Zuma, com aquela característica muito pessoal de tomar as coisas com muita firmeza, dentro daquela aparente suavidade – suavidade real como pessoa, mas de uma firmeza política muito grande – levou a idéia adiante. Poucos meses depois, ela esteve na Índia e propôs então ao Ministro da Índia – era o que havíamos combinado que faria – que tivéssemos um primeiro encontro, com base nessa idéia de cooperação entre essas três grandes democracias, esses três países também caracterizados pelo multiculturalismo, pela diversidade racial, com liderança no conjunto dos países em desenvolvimento, enfim, com muitas características positivas em comum. Ela expôs essa idéia na Índia ao Ministro de então – ainda no Governo anterior na Índia – e fizemos a nossa primeira reunião de Ministros das Relações Exteriores pouco depois, em junho ou julho.

Daí se desencadeou um processo amplo, um processo que não ficou limitado aos encontros de Chancelarias, de Ministérios das Relações Exteriores. Claro que há uma dimensão política, uma dimensão também de coordenação entre Ministros das Relações Exteriores, que é importante. Ainda há pouco, em um tema de interesse de todos, creio eu, de uma forma ou de outra, referente à reforma das Nações Unidas, a própria Ministra Zuma disse: “Nós do IBAS temos uma responsabilidade”. Nasceu daí também encontro específico entre alguns países africanos, Índia e Brasil, no contexto desses esforços de reforma. A idéia é que pudesse cobrir muitas outras áreas, que gerasse atividades de cooperação trilateral. Essas ações têm-se sucedido em vários domínios. Há projetos importantes que têm ocorrido na área de informática, biotecnologia, transportes.

Na área de transportes aéreos, por exemplo,

as autoridades dos nossos três países acabam de firmar um acordo inédito, trilateral, que cria as condições para que se faça algo que é natural, uma ligação aérea intensa entre Índia, África do Sul e Brasil, unindo, não apenas três países, mas três continentes.

Há no IBAS – gostaria de reforçar esse lado, para além das colocações políticas, que são evidentemente importantes, para além da coordenação nos organismos internacionais, que nós temos procurado também manter – um elemento muito pragmático de cooperação, de busca de aumento das relações econômicas, culturais, científicas, tecnológicas e da troca de experiências em âmbitos diversos, como este, que é objeto do Seminário de hoje.

Queria dizer isso para contextualizar o que é o IBAS. Diria mesmo que outras iniciativas que foram tomadas em outras esferas, como por exemplo a criação do G-20 no âmbito da OMC, tão importante para a luta de nossos países por maior justiça no comércio internacional, não teriam sido possíveis se já não tivéssemos criado um ambiente de confiança entre esses três países que são chave em suas regiões. É claro que não são os únicos. Há outros importantes e com grande liderança, também, em todas as três regiões. Mas é evidente que Brasil, Índia e África do Sul têm um papel fundamental, e o fato de termos já um clima de confiança nos facilitou muito, consegui, inclusive, uma tarefa que, para muitos, parecia impossível. Quando começamos a falar do G-20, todos os críticos, sobretudo dos países em desenvolvimento, mas muitos dos nossos próprios países, porque tendem muitas vezes a copiar o que sai nos países desenvolvidos, diziam “Como é que isso vai ocorrer? Isso não vai dar certo. Como é que Brasil e África do Sul, que são membros do Grupo de Cairns, estarão no mesmo grupo que a Índia, que tem uma visão muito mais voltada para o pequeno produtor rural, para a agricultura familiar?”. E nós conseguimos.

Conseguimos não só nos unir, mas, ao nos

unirmos, conseguimos mudar a agenda das negociações comerciais. Creio – tenho uma certa experiência nessas negociações comerciais – que parte em função do IBAS – não diria que foi o único fator naturalmente – conseguimos, por meio do G-20, modificar não só o conteúdo das negociações, mas a própria forma como ela é feita. Os países em desenvolvimento passaram a ser interlocutores ativos e, diria, hoje indispensáveis nas negociações comerciais. Lembro-me do tempo em que as negociações eram realizadas, praticamente todas, entre União Européia e Estados Unidos, às vezes Japão e Canadá, e depois então se distribuía migalhinhas para países em desenvolvimento. Hoje as coisas não ocorrem e não ocorrerão mais dessa maneira. O IBAS é um dos responsáveis por essa mudança.

Outra questão que queria mencionar, que é importante e guarda certo ineditismo também, é a de que os nossos Chefes de Governo e de Estado fizeram algo que é uma grande novidade – não sei se é a única, é difícil saber se já ocorreram experiências semelhantes –, que foi a criação de um Fundo junto com o PNUD com recursos provenientes dos três países (Índia, África do Sul e Brasil) para ajudar países mais pobres. O Fundo IBAS foi feito não para recolher recursos para ajudar países como Índia, Brasil e África do Sul, que são pobres, que são países em desenvolvimento, mas que, comparados com outros países em desenvolvimento, são países, se não ricos, pelo menos já com capacidade produtiva e tecnológica muito desenvolvida.

Estamos desenvolvendo alguns projetos. O primeiro, que já começou a ser feito, é em Guiné-Bissau, talvez um dos países mais pobres da África, um dos países menos estruturados politicamente. Isso é notável. Vamos desenvolver projetos no Laos, no Haiti e em alguns outros. Os Ministros de Exterior já se comprometeram com o Fundo IBAS (claro que quando os Ministros do Exterior se comprometem é uma coisa, mas depois temos também que convencer os nossos Ministros da Economia, mas, como essa

causa é muito boa, os convenceremos a aumentar a nossa contribuição para o Fundo IBAS, de modo a dar-lhe vida). A expectativa é de que isso possa ajudar a trazer recursos da iniciativa privada – já trouxe um pouco – e de que outros países possam ver nisso um exemplo de mobilização da energia dos países em desenvolvimento para ajudar outros países em desenvolvimento.

Não quero falar muito sobre o tema do Seminário já que, como anunciei, não tenho competência específica sobre isso – meu colega e querido amigo Patrus Ananias terá oportunidade de falar sobre o tema –, mas nada é mais atual do que a questão do desenvolvimento e da equidade. O Presidente Lula costuma dizer que os ciclos econômicos no Brasil têm características diversas. Houve momentos de crescimento, momentos de estagnação, momentos até de recessão, mas esses momentos diferentes têm algo em comum: em todos eles a renda se concentrou, os ricos tornaram-se mais ricos e os pobres, se não de maneira absoluta, pelo menos de maneira relativa, se tornaram mais pobres. Quando tratamos desse tema desenvolvimento e equidade, tratamos, sem dúvida alguma, de um dos grandes desafios que temos de enfrentar.

Lembro-me de ter lido uma vez um estudo da CEPAL de uma pessoa que infelizmente morreu cedo, acho que era chileno, que se referia à América Latina e fazia uma grade entre desenvolvimento e equidade, crescimento econômico e equidade, e o artigo se chamava “O Quadrilátero Vazio da América Latina”. O quadrilátero vazio era o seguinte: a grade tinha crescimento e tinha equidade, e na América Latina havia países com alto grau de crescimento e pouca equidade, que era o caso do Brasil na época; com relativa equidade e pouco crescimento, como era o caso do Uruguai; e havia países estagnados e sem equidade, como era o caso de muitos países que nem tinham crescimento nem equidade. A única coisa que não havia na América Latina era crescimento e equidade. Esse é um grande desafio.

Essa é uma questão – e fico contente de ver

aqui o Glauco Arbix, com quem já comentei esse tema – que não sei se será discutido aqui, mas acho que uma das coisas que sempre pensamos – estou falando da população em geral, os leigos – é na equidade como um mecanismo de correção das distorções do crescimento o que, em parte, pode ser verdade. Mas temos que pensar na equidade também como um fator de crescimento. Não sei se já temos mecanismos de mensuração, mas temos um dos maiores programas de transferência de renda do mundo, que é o programa Bolsa Família. Sabemos estatisticamente e empiricamente pelas pessoas que conhecemos o impacto que isso tem na vida das pessoas. Pessoas que estão na escola e que, do contrário, estariam trabalhando, fazendo trabalho infantil inclusive, e que não o fazem porque recebem esse benefício. O Patrus falará sobre isso certamente, de modo que não quero me aprofundar.

Além desse aspecto de corrigir as desigualdades, o que me pergunto - e aí talvez devêssemos nos aprofundar um pouco – é em que medida essas ações que visam à equidade não contribuem também para o crescimento, aumentando o consumo de produtos populares, aumentando o consumo de produtos locais, aumentando o consumo de outro gênero de produção que não é aquele que aparece normalmente e de maneira óbvia nas estatísticas do PIB, como eletro-eletrônicos, automóveis etc, mas também são produtos no sentido pleno e econômico da palavra.

Queria apenas, para encerrar, fazer uma referência ao fato de que este Seminário poderá nos ajudar a dar respostas a algumas dessas questões. Vejo que há temas da maior importância, como estratégias para o alívio da pobreza. Há várias

questões relativas a mecanismos específicos como microcrédito, à situação de grupos sociais vulneráveis. Há também a questão da tecnologia. Tenho a certeza de que este Seminário será um marco importante na evolução do IBAS e certamente nos ajudará a projetar outros eventos.

Já tinha aqui registrado o meu agradecimento ao PNUD e quero também agradecer ao IPEA pela contribuição não só financeira, mas sobretudo intelectual para o evento e dizer também, talvez como última reflexão, que o IBAS nos permite pensar no desenvolvimento com equidade não só no plano nacional, mas também no plano internacional. É o que temos procurado fazer. Os três países estiveram presentes no recente diálogo do G-8 com países em desenvolvimento. Os três países têm estado envolvidos na campanha de combate à fome e à pobreza. Os três países têm estado, como já mencionei antes, intensamente engajados no combate aos subsídios agrícolas dos países ricos, que talvez seja a forma mais forte, escandalosa mesmo, de subtrair renda dos países em desenvolvimento. Quando falo nisso não falo apenas dos interesses específicos dos nossos países. Todos sabemos da importância – para citar o caso do algodão, em que o Brasil esteve tão envolvido – que o algodão tem para alguns dos países mais pobres da África, como Burkina Faso, Benin etc.

Queria, mais uma vez, dar as boas-vindas aos Ministros, pedir desculpas porque infelizmente não poderei ficar para todo o Seminário – mas participarei desta sessão de abertura – e desejar a todos que estão aqui um trabalho produtivo, que certamente possa render frutos e que tenha continuidade.

Muito obrigado.

## Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Camerun

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Camerun, Senhor Laurent Eso, no Palácio Itamaraty, em 5 de agosto de 2005*

Queria mais uma vez dar as boas-vindas ao Ministro Laurent Eso e aos membros de sua numerosa e substantiva delegação e também aos membros brasileiros que participam da Comissão Mista. Quero também aproveitar esta ocasião para agradecer a recepção que tivemos – o Presidente Lula e eu, quando estive no Camerun no início do ano – por parte das autoridades do Camerun.

Esta Comissão Mista é a retomada de um processo que começou há muitos anos, mas que havia ficado parado. Na realidade, antes da minha ida ao Camerun, o último Ministro das Relações Exteriores brasileiro que havia estado lá foi o Ministro Abreu Sodré, creio que em 1986; portanto, um espaço de quase vinte anos. Temos agora também esta visita, que creio ser a primeira de um Ministro das Relações Exteriores do Camerun ao Brasil.

A visita do Presidente Lula foi um fato importante. A recepção calorosa que lhe foi dispensada e os contatos que puderam ser feitos demonstraram que a nossa decisão de reabrir a Embaixada Brasileira no Camerun é uma decisão acertada. Os acordos já começaram a ter efeito. Dizia-me o Ministro que ele já pôde se beneficiar da possibilidade de vir ao Brasil sem necessidade de visto, em função do acordo que firmamos.

Esta Comissão Mista é apenas a segunda na nossa história. Tenho certeza de que agora

manteremos um contato mais estreito, mas esta reunião já é muito significativa. Primeiro, porque conseguiu levar a diante elementos que já havíamos discutido antes, que agora puderam ser aprofundados, na área agrícola, na área de educação, na área da saúde, além de instrumentos mais tipicamente diplomáticos, que têm a ver com a possibilidade de trabalho dos dependentes de diplomatas nos dois países. É importante também porque esta visita precede de apenas algumas semanas, de menos de dois meses, a visita do Presidente Biya, que nos dará muita honra ao vir ao Brasil no final de setembro.

Tudo isso ilustra de maneira bastante evidente a importância que têm as nossas relações, a importância que os dois Governos estão dando a essas relações, que encontram também reflexo na área empresarial. Temos um comércio muito pequeno, mas que aumentou muito nos últimos anos, em quase 500%, se tomarmos uma perspectiva de três anos. E é sobretudo muito desequilibrado, porque favorece muito o Brasil. Claro que queremos sempre procurar o equilíbrio por intermédio do aumento do comércio dos dois lados e não da sua diminuição. Os nossos empresários estão, pelo que sei, desejosos de voltar ao Camerun. É importante que eles se façam acompanhar também de outros empresários – e fica aqui uma mensagem não só para

o Departamento da África, mas para o Departamento de Promoção Comercial – que possam também comprar do Camerun, para que haja um estímulo ao crescimento constante do comércio.

Na área de investimentos há uma presença importante na construção civil, e tudo isso creio que se liga também a uma intensificação das nossas atividades na área cultural, que é extremamente bem-vinda, sobretudo na área educacional e poderá se estender a outros aspectos.

Tive já ocasião de trocar algumas impressões sobre assuntos de interesse global com o Ministro Esso. Foi uma conversa muito interessante e creio que agora nos cabe, depois de ouvir suas palavras, escutar o relatório breve que os coordenadores dos

dois lados da Comissão Mista nos farão. Antecipo que dois instrumentos serão firmados, e que a ata final talvez tome algum tempo, mas poderemos assiná-la depois do almoço ou durante a tarde.

De qualquer maneira, queria, mais uma vez, dizer da nossa alegria com a presença desta missão do Camerun ao Brasil, uma missão que também se faz acompanhar de empresários. Isso é muito importante. Certamente que este encontro de hoje, esta reunião da Comissão Mista, o nosso encontro e também o encontro que os Presidentes terão em menos de dois meses, são uma indicação segura do estreitamento das nossas relações com o Camerun.

Muito obrigado.

## Visita ao Brasil do Presidente da República da Gâmbia

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita Oficial do Presidente da República da Gâmbia, Yahya Jammeh, no Palácio Itamaraty, em 9 de agosto de 2005*

Senhores Ministros de Estado da Gâmbia e do Brasil; senhores integrantes das comitivas gambiana e brasileira; senhoras e senhores,

É com grande satisfação que estendo ao Presidente da República da Gâmbia, Yahya Jammeh, e à sua delegação, os meus votos de boas-vindas ao Brasil.

Vossa Excelência é o primeiro Chefe de Estado da Gâmbia a visitar meu país. Esse gesto é altamente significativo no momento em que celebramos os 40 anos do estabelecimento das relações diplomáticas.

Os laços de cultura e história que orientam nossa aproximação são os mesmos que me levaram a visitar 14 países africanos desde o início de meu Governo.

Inspira-me nesse diálogo com os irmãos da África uma forte afinidade e o sentimento de gratidão pela contribuição de milhões de africanos para a construção de nosso país e de sua rica diversidade.

Senhor Presidente,

Queremos aprofundar as potencialidades desse legado. Estamos dando hoje um importante passo nessa direção com a assinatura do acordo que estabelece uma Comissão Mista. Teremos doravante um valioso instrumento para renovar nossas parcerias e identificar áreas prioritárias de cooperação.

Uma delas, sem dúvida, é o esporte, onde já contamos com um mecanismo bilateral. Vejo no esporte uma poderosa ferramenta para a promoção da cidadania, da integração social e da convivência entre povos e culturas.

O Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, que também acabamos de assinar, nos permitirá explorar experiências comuns e conhecimentos complementares em benefício do desenvolvimento sustentável de ambos os países.

O Brasil bem conhece os fortes dilemas que a Gâmbia enfrenta para, de um lado, preservar o meio ambiente e a justiça social e, de outro lado, atender as demandas, igualmente legítimas, por progresso e bem-estar.

Por isso, colocamos à disposição da Gâmbia nossa ampla capacitação em lidar com os problemas de urbanização. Nas questões sanitárias e na produção de combustíveis menos poluentes, em particular, o Brasil pode oferecer soluções práticas.

O intercâmbio na área educativa oferece outra valiosa oportunidade de cooperação. Por meio dos Programas de Estudantes – convênio de graduação e pós-graduação –, o Brasil deseja estimular estudantes gambianos a cursarem universidades brasileiras.

Queremos que nossas relações se assentem em bases econômicas sólidas. O Brasil é um dos

principais parceiros comerciais da Gâmbia. Para que nosso intercâmbio continue a expandir-se, precisamos trabalhar para dar maior equilíbrio ao comércio bilateral, tratando, ao mesmo tempo, de diversificá-lo.

O ritmo sólido de crescimento recente de Gâmbia muito deve ao empenho do Governo de Vossa Excelência em dar prioridade a setores estratégicos para o desenvolvimento nacional. Os investimentos em educação e infra-estrutura, em particular, vêm contribuindo para a modernização econômica do país. O empresariado brasileiro deve engajar-se nesse esforço e empenhar-se em identificar novas oportunidades. Desde logo, ressaltamos os campos aeronáutico e agrícola.

O turismo é também promissor, tendo em vista a proximidade geográfica entre a Gâmbia e o Nordeste brasileiro. A presença, na comitiva da Gâmbia, de homens de negócio reforça nossa expectativa de que as relações econômicas estarão mais fortes ao final desta visita.

Senhor Presidente,

Como o Brasil, a Gâmbia orgulha-se de sua diversidade étnica e riqueza lingüística. Essa herança fundamenta nossas identidades nacionais e aproxima nossos povos. Reconheço o empenho do Governo de Vossa Excelência em promover a prática da democracia participativa. Também no Brasil aprendemos que o engajamento de todos os setores sociais no projeto de construção nacional é a melhor resposta às mazelas da marginalidade e da exclusão. A atuação da Gâmbia nos foros regionais e multilaterais reflete a preocupação com a democratização das relações internacionais.

No âmbito africano, o Governo de Vossa

Excelência vem contribuindo ativamente para tornar a União Africana uma efetiva expressão da maturidade política e da vocação pacifista do continente.

Os mesmos valores permitiram à Gâmbia e ao Brasil promover os interesses dos países em desenvolvimento no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde coincidiram como membros não-permanentes no período de 1998 a 1999.

Somos, por essa razão, profundamente reconhecidos pelo apoio de Vossa Excelência à busca de uma convergência entre as propostas defendidas pelo Brasil e o G-4 e as da União Africana sobre a reforma do Conselho de Segurança. Ambas refletem a convicção de que a participação de países em desenvolvimento como membros permanentes no Conselho é inadiável.

Estou convencido de que a aproximação de nossas posições é possível e necessária para que não percamos esta oportunidade histórica de fortalecer e democratizar as Nações Unidas. Somente assim habilitaremos o multilateralismo a responder às exigências de um mundo marcado pela globalização desigual, pelo armamentismo e pelo acirramento da intolerância.

Acredito que essa convergência de percepções em diversos foros multilaterais sairá ainda mais fortalecida depois da visita de Vossa Excelência.

É, pois, com espírito construtivo e com a consciência do significado de sua visita ao Brasil, que convido a todos os presentes a elevarem um brinde pela felicidade pessoal de Vossa Excelência e pelo bem-estar e prosperidade do povo gambiano.

Muito obrigado.

## Comissão Mista Brasil-Quênia

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, por ocasião da abertura da Comissão Mista Brasil-Quênia, no Palácio Itamaraty, em 11 de agosto de 2005*

Meu caro Ministro e amigo Chirau Ali Mwakwere,

É um prazer recebê-lo no Brasil para essa primeira Reunião da Comissão Mista entre o Quênia e o Brasil. Quando, há poucos meses, estive em Nairóbi, aquela era a primeira visita de um Ministro brasileiro em trinta anos, o que demonstra que havíamos, por motivos diversos, abandonado, ou pelo menos deixado de lado, uma dimensão muito importante da nossa política externa, que é a política africana e, dentro da política africana, as nossas relações com o Quênia, país que tem muita importância regional e global. Portanto, é com grande alegria que, poucos meses depois, não só recebemos o Ministro queniano no Brasil, mas também realizamos esta primeira Comissão Mista.

Vejo que há importante delegação em ambos os lados. Quando estive no Quênia, levei um grupo de pessoas ligadas a vários Ministérios e também empresários. Folgo em ver alguns aqui presentes neste encontro. Na minha visita ao Quênia, pude perceber que as perspectivas de cooperação eram grandes. Nossa Embaixada em Nairóbi sempre foi importante também pelo aspecto multilateral, mas pude constatar que havia muita coisa a fazer no plano bilateral.

Devo dizer, Ministro, que um dos momentos emocionantes que vivi no Quênia foi em almoço em que estavam presentes o Ministro do Comércio e

outros Ministros quenianos. Durante essa reunião, um missionário católico, que se ocupava de certa comunidade, deu depoimento sobre o apoio que o Brasil prestava àquela comunidade na questão do combate à AIDS. Nós, às vezes, falamos dessas coisas como se fossem abstratas e muitas vezes não vemos o reflexo dessas ações na vida das pessoas. E o depoimento desse missionário foi extremamente tocante porque ele contou que, graças à cooperação que o Brasil havia dado em projeto piloto, o índice de mortalidade na comunidade, que era de 20 crianças por ano, vítimas da AIDS, foi reduzido a zero. É testemunho muito concreto de como algumas ações podem ter um efeito direto na vida das pessoas. É claro que estamos falando de uma pequena comunidade e isso não resolve os problemas do conjunto do país, mas é uma demonstração evidente de que aquilo que nos esforçamos para fazer, às vezes com sacrifício, porque o Brasil também é um país pobre, é extremamente positivo.

Também tivemos ocasião de verificar, na área agrícola, por exemplo, que não temos apenas o que oferecer – porque o Brasil tem uma tradição de pesquisa na área tropical, digo isso com orgulho mas sem imodéstia, que talvez não exista igual no mundo – mas também temos o que aprender. O Diretor da EMBRAPA, que esteve lá conosco, ficou muito impressionado com a pesquisa em germoplasma que o Quênia realiza. Essa cooperação, portanto, em

muitos campos pode e deve ser uma via de duas mãos, e sei que esta Comissão Mista vai dedicar-se a muitos dos temas importantes. Nós mesmos já conversamos sobre algumas dessas áreas – como açúcar, etanol, outros aspectos da área agrícola, saúde, energia, meio ambiente, educação, esporte e cultura. Tive oportunidade, também, de visitar o Museu de História Natural do Quênia. Enfim, há muito o que podemos aprender mutuamente.

O campo comercial é um mundo ainda a ser descoberto. O nosso comércio é muito pequeno, o Brasil exporta apenas 20 milhões de dólares para o Quênia, o que é absurdamente pouco, se pensarmos que exportamos para a Gâmbia – anteontem estive aqui o Presidente da Gâmbia – 30 milhões de dólares. Isto demonstra que temos de descobrir os canais do comércio e também importar. É natural que todo o comércio não tenha, necessariamente, um equilíbrio perfeito, mas tem que haver estímulo para que haja comércio de duas mãos ou, pelo menos, se não importarmos logo, temos que ter a capacidade de investir para que o Quênia possa exportar para terceiros mercados e, com isso, ter divisas que permitam a importação crescente também do Brasil.

Fico contente que esta Comissão Mista esteja contemplando parte específica de cooperação, mas também parte voltada para oportunidade de negócios. Entendo que além dos contatos que

poderão ocorrer aqui, membros da delegação queniana vão participar de seminário que se intitula “Quênia: mercado de destaque”, no dia 15 de agosto, organizado pela ABIMAQ, em São Paulo. Isso é algo muito importante. Conversávamos, há pouco, sobre a produção agrícola, por exemplo, do açúcar, com a perspectiva de produzir etanol, o que envolve também muita maquinaria e investimentos.

Creio que, além de todos estes temas, naturalmente temos questões políticas a conversar. Conversamos sobre algumas questões regionais, tanto da África quando da América Latina, e outras que são de caráter geral, como a reforma das Nações Unidas e a OMC. Folgo em constatar – mas vou deixar os anúncios por conta do meu amigo Ministro Mwakwere – que há, da parte do Quênia, disposição forte em intensificar as relações com o Brasil. Claro que esta própria delegação já é demonstração disso, mas há outras demonstrações que também serão dadas e que muito nos alegram. Queria dizer que o Presidente da República concordou em abrir espaço na sua agenda, hoje, para receber o Ministro. Creio que também será um bom momento para tocarmos em alguns outros pontos relativos à aproximação entre os dois países.

Bem-vindos mais uma vez e bom trabalho para os membros da Comissão.

## Visita ao Brasil do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido em homenagem ao Senhor Fradique de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, no Palácio Itamaraty, em 18 de agosto de 2005*

Excelentíssimo Senhor Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, e sua filha Maria José Ribeiro; senhores Embaixadores acreditados junto ao meu Governo; minha querida companheira Marisa Letícia Lula da Silva; senhores Ministros de Estado integrantes das comitivas de São Tomé e Príncipe e do Brasil; Senadores; Deputados; meus amigos e minhas amigas,

Seja bem-vindo, Presidente, amigo Fradique de Menezes. Guardo as melhores recordações das duas viagens que fiz a São Tomé e Príncipe.

Ficamos todos encantados com a paisagem da ilha, a simpatia de sua gente e a acolhida do Governo.

A visita de Vossa Excelência reafirma nosso compromisso de realizar o potencial de cooperação e solidariedade entre dois povos unidos por laços culturais, étnicos e afetivos.

Quero reafirmar ao Presidente Fradique de Menezes a determinação de meu Governo de avançar ao lado do seu no caminho do desenvolvimento com justiça social.

O ajuste complementar em matéria de AIDS, que hoje assinamos, estenderá tratamento universal aos afetados em São Tomé e Príncipe por essa epidemia.

Os projetos de desenvolvimento agrícola e extensão rural levarão a São Tomé os avanços técnicos que o Brasil alcançou no manejo de condições climáticas e de solo, semelhantes aos de seu país.

Os empresários brasileiros também desejam engajar-se nesse esforço. Identificam, em São Tomé e Príncipe, uma terra de oportunidades. Sua localização estratégica faz do país uma plataforma ideal para a entrada de produtos brasileiros na região do Golfo da Guiné.

Para tanto, empresas brasileiras dispõem-se a colaborar na instalação da indispensável infraestrutura, em particular portuária. O rico potencial petrolífero de São Tomé oferece os meios para realizar um futuro de prosperidade.

É, pois, com alegria que constato a expressiva delegação que acompanha Vossa Excelência em sua viagem pelos quatro cantos do Brasil para mobilizar investimentos em São Tomé e Príncipe.

Senhor Presidente,

Na pessoa de Vossa Excelência, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa encontrou um timoneiro seguro e dinâmico. Foi com esse sentimento que tive a honra de passar-lhe, em São Tomé, em 2004, a Presidência da nossa

Comunidade.

Em 2006, estaremos celebrando o décimo aniversário da CPLP. É muito importante que contemos com a liderança de Vossa Excelência nesse momento de fortalecimento institucional e de afirmação internacional da Comunidade.

Receba, Presidente Fradique, nossa homenagem por sua capacidade de mobilização no encaminhamento dos desafios por que tem passado à CPLP, em particular em Guiné-Bissau.

Reitero o firme propósito de meu Governo de continuar a colaborar com os esforços para ajudar aquele país irmão.

A coesão entre os Governos da região, em cooperação com a comunidade internacional, pode oferecer respostas aos múltiplos problemas da África.

Se nos unirmos em torno de ações concertadas, podemos superar crises políticas, evitar guerras civis e poupar muitos da miséria, da fome e da doença.

Congratulo-me com Vossa Excelência por seu compromisso com o processo de revigoramento das instâncias multilaterais do continente, em particular, da União Africana.

Empenhei-me, desde o início do meu mandato, em sensibilizar a comunidade internacional para o combate aos principais fatores de desagregação do nosso tempo: a fome e a miséria.

Os resultados da Cúpula de Nova York, de setembro de 2004, demonstram que a comunidade internacional compreendeu a urgência dessa tarefa fundamental.

As propostas concretas que serão

apresentadas na reunião de setembro próximo reforçam a convicção de que está ao nosso alcance erradicar definitivamente essa mazela.

Senhor Presidente, senhoras e senhores,

O Brasil e São Tomé e Príncipe compartilham os valores da democracia, da liberdade e da justiça social. Nossos dois países estão empenhados em consolidar uma ordem mundial baseada em um forte multilateralismo, que assegure oportunidades para todos.

Sob a presidência de Vossa Excelência, a CPLP reafirmou sua firme adesão a esses princípios, ao defender a democratização do Conselho de Segurança e reiterar seu apoio à inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho.

Somos profundamente reconhecidos por esse voto de confiança por parte da diplomacia de São Tomé.

Caro Presidente e amigo,

Estou comprometido com a intensificação das relações entre Brasil e São Tomé e Príncipe.

Vamos continuar a trabalhar para intensificar a concertação político-diplomática e a cooperação bilateral e para fortalecer os elos econômicos e comerciais. Conte sempre com o Brasil, como bom amigo de São Tomé e Príncipe.

Com esse espírito, convido todos os presentes a erguer um brinde à felicidade pessoal do Presidente Fradique de Menezes, à prosperidade de São Tomé e Príncipe e à amizade que une e sempre unirá nossos países.

Muito obrigado.

## Sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, em 31 de agosto de 2005.*

Senhor Presidente, Cristovam Buarque; Senhor Vice-Presidente, Senador Eduardo Azeredo; Senhoras e Senhores Senadores presentes,

Em primeiro lugar, quero dizer que, para mim, é sempre um grande prazer e uma grande honra vir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Creio que seu antecessor havia uma vez comentado que eu era o Ministro que mais vezes tinha vindo à Comissão. Aqui vim, muitas vezes, para discutir temas específicos, como negociações da ALCA, da OMC, ou a questão do Haiti. Vou procurar não cansá-los com repetições de coisas já ditas anteriormente. Embora esteja, naturalmente, dentro das limitações do tempo que o Senador Cristovam Buarque mencionou, estou disposto a responder qualquer pergunta. Aquelas que, eventualmente, não seja capaz de responder por falta de informação precisa no momento, comprometo-me a respondê-las mais tarde.

Esse oferecimento, que na realidade nasceu – como disse o Senador Cristovam – de um café-da-manhã em que conversamos sobre vários temas da política externa, tem também um sentido de certa prestação de contas: estamos vivendo um momento importante, do ponto de vista técnico e de calendário, porque estamos dias antes, menos de um mês, 15 dias, para a realização da Assembléia Geral das Nações Unidas; estamos em um momento em que se retomarão as negociações da OMC – isso faz

parte também do calendário, em relação à OMC tudo pára no mês de agosto, é um período de férias na Europa –; e também estamos retomando as negociações com a União Européia, sem falar nos temas que sempre temos. Assim, achei que era um momento bom – seguindo de certa maneira o que havíamos conversado – para esse tipo de diálogo, que é sempre útil. Acho que mais do que ninguém, mais do que qualquer outra instituição, o Congresso Nacional, no caso o Senado e essa Comissão, especificamente, é o interlocutor natural do Itamaraty – do Executivo em geral, mas do Itamaraty em particular – para a questão de política externa.

Não creio que seja possível conduzir uma política externa sem apoio da sociedade civil, e acho que o diálogo é a melhor forma de ter esse apoio – e ter, inclusive, as críticas que permitam aprimorar a própria política. É dentro desse espírito de diálogo que compareço agora à Comissão, e sinto-me muito honrado pela presença dos senhores, em um momento em que o Congresso está envolvido com muitas outras atividades. Queria dizer – se me permitirem, completando um pouco e sendo absolutamente honesto e franco nas minhas colocações, como procuro ser, às vezes até com o risco de dizerem que sou ingênuo – que nem sempre conseguimos fazer tudo o que queremos.

Não há dúvida de que muitas críticas que frequentemente aparecem sobre política externa

também inspiram o desejo de ter o diálogo. Obviamente, o exercício da crítica é legítimo, a divergência de pontos de vista é algo absolutamente necessário no sistema democrático, mais do que necessário, é positivo, porque, inclusive, faz-nos aguçar a mente em relação a temas que temos que debater lá fora. Assim, é muito bom já termos debatido um pouco internamente, porque isso nos faz aperfeiçoar as percepções e os nossos conceitos a respeito de certos temas.

Não posso deixar de mencionar, porque também é um fato recente que ocorreu comigo, uma conversa que tive com um jornalista – os nossos colegas aqui da mídia sabem que não é freqüente eu fazer um comentário desse tipo, porque a mídia, por natureza, mantém uma relação de embate, de embate positivo, diria, mas também de embate com as autoridades. Numa recente viagem, muito recente, um correspondente estrangeiro, que mora no Brasil, fez-me a seguinte pergunta: “Ministro, como é que o Senhor explica que a política externa brasileira, que tem sido objeto de tantos elogios e comentários positivos no mundo inteiro...” – diz ele e estou repetindo tão literalmente quanto possível as palavras dele – “... seja atacada com tanta ferocidade no Brasil?” Obviamente, não tinha como responder a pergunta do jornalista. Então, de maneira um pouco rápida, porque tinha quer ser rápido, disse para ele: “Quanto às motivações, não posso dizer, mas quanto ao conteúdo, acho que a sua pergunta é a minha resposta. É talvez algo que sociólogos mais ‘aparelhados’ do que eu para esse tipo de análise, poderiam e até deveriam analisar”. Porque há um fenômeno no Brasil que me chama a atenção (não quero fazer disso um ataque à imprensa, talvez eles estejam certos e nós estejamos errados, mas acho até interessante como reflexão): tomei alguns fatos importantes e vi a reação da imprensa internacional e da imprensa brasileira.

Não vou ser aqui exaustivo, e me perdoem os nossos representantes da mídia se não estiver sendo justo, se não estiver comentando todos. Mas

lembramos, por exemplo, a formação do G-20, que ocorreu em setembro de 2003. Estou falando da época como um conjunto, há alguns que antecedem, outros que são durante a reunião do G-20 e talvez algum depois. Alguns comentários da imprensa brasileira (não vou mencionar os jornais): “Riscos da nova estratégia brasileira na OMC”; “Falta agenda positiva às alianças do Brasil”; outro jornal: “Brasil sente gosto de derrota”; outro jornal: “Falácias de Cancun”; outro jornal: “Uma vitória de Pirro no comércio internacional”; outro jornal brasileiro (são variados): “Nada do que se está fazendo é novidade”. Agora vou citar algumas manchetes de imprensa estrangeira. Vou fazer a tradução aqui rápida, de modo que pode sair imperfeita. Jornal italiano: “Brasil e Índia orientam, guiam, lideram os rebeldes da economia emergente”; *Wall Street Journal*: “Brasil pula na frente na cena comercial internacional”; *A Reforma* do México: “Atrás da batalha de Cancun, Brasil emerge como poderosa liderança internacional”; *Le Monde*: “Em Cancun, o Brasil se tornou um ator global”. É algo interessante para nós repararmos. Isso é sobre Cancun.

Em relação à Cúpula dos Países Árabes, que criou tanta polêmica aqui no Brasil, vou ler algumas das manchetes e títulos editoriais: “Excesso de exibicionismo”; “Diplomacia perde o controle”; “Encontro traz mais problemas do que negócios”; “Cúpula serviu para criar caso com quem adora criar caso”. A imprensa estrangeira, jornal argentino: “Ambiciosa Cúpula entre Árabes e Sul-Americanos”; outro jornal argentino: “Uma Cúpula para abrir mercados”; *Washington Post*: “América do Sul – líderes sul-americanos e árabes se unem”; *Wall Street Journal*: “O Brasil de Lula conclama por comércio mais aberto”. Estou falando de jornais de primeiríssima linha, não foram escolhidos. Assim, não vou dizer aqui um por um, mas são jornais como *Washington Post*, *El País*, *Wall Street Journal*, *La Nación*, *Clarín*,: “O Brasil organiza uma Cúpula inédita, com 34 estados de ambas as zonas”; *Agência BBC*: “Abbas (que é o líder palestino) – destaca

liderança do Brasil na América do Sul”; Miami Herald: “Cúpula com os Árabes é considerada benéfica para nações sul-americanas”.

Reforma do Conselho de Segurança, um assunto muito atual e freqüentemente objeto de inúmeras críticas. Alguns jornais brasileiros: “África rejeita proposta brasileira”; outro jornal brasileiro, editorial: “Adeus, Conselho”; Estado de S. Paulo – desculpem, mencionei por engano: “Esperança Evanescente”. Não era minha intenção mencionar nenhum jornal, me escapou. Imprensa estrangeira: China: “G-4 continua negociando com União Africana sobre expansão do Conselho”; Índia (tudo na mesma data, aproximadamente): “G-4 impulsiona a despeito do resultado da conferência africana”. Bom, não irei ler todos jornais indianos pois são iguais. Reino Unido: “G-4 insiste em ter o apoio da África na proposta da Reforma das Nações Unidas”.

Sobre o Haiti, na época em que mandamos as forças: *Financial Times*: “Brasil lidera missão de paz no Haiti”; jornal brasileiro: “Missão no Haiti já tem problemas”.

Enfim, vou parar por aqui, mas, no mesmo dia em que saiu um artigo chamando a nossa política externa de cínica e de amoral, o *The Economist*, revista inglesa insuspeita, dizia: “Política externa brasileira, um gigante se levanta.”

Portanto, acho que há algo curioso nisso. Algo que mereceria um estudo que não sou capaz de fazer. Certamente, psicólogos, sociólogos, antropólogos – há muitos em todos os partidos políticos – poderiam deter-se sobre esse, digamos, desejo, essa necessidade de autoflagelação que freqüentemente existe no Brasil. Só para mencionar, *en passant*, na questão, por exemplo, do Conselho de Segurança. Já mencionei isso algumas vezes, até numa entrevista à revista *Veja* – não sei o que vai aparecer; a entrevista foi feita, mas, naturalmente, o que será publicado não depende do que falei. No caso do Conselho de Segurança, estamos juntos numa empreitada que envolve a 2ª maior economia do mundo, que é o Japão; a 3ª maior economia do

mundo, que é a Alemanha; o 2º país mais populoso do mundo, que, em breve, será o país mais populoso, que é a Índia; e o Brasil. Assim, não é uma empreitada de loucos e cegos caminhando num deserto. Ela pode não dar certo, é uma outra questão, mas ela é vista com respeito e com desejo de que seja concretizada positivamente nesses países.

O único país em que vejo – certamente, não é a maioria da opinião pública brasileira, porque também não tenho acesso a todas as pesquisas que são feitas, mas tenho acesso a algumas e vejo que a política internacional continua sendo a mais bem avaliada e a de menor avaliação negativa. Mas isso é o povo, e nem sempre o que o povo diz se reflete nas manchetes. E também não fazemos política para ter avaliação, estou apenas fazendo uma constatação. Mas há, em contraste com o que ocorre nesses três outros países, como procurei mostrar pelas manchetes de jornais, uma constante busca de diminuir os resultados, de amplificar os problemas. E isso é algo que realmente desafia – creio eu – pessoas muito mais competentes do que eu, que possam analisar, o que na época dos governos militares chamavam-se de fatores psicossociais – embora não goste dessa palavra. Não quero dizer que a política externa seja um mar de rosas, que não haja problemas, que não haja dificuldades. É evidente que existem, mas há um fenômeno psicológico que deveria ser estudado, sinceramente, acho que ele deveria ser estudado.

Vejamos o conteúdo das críticas. Até gostaria de mencionar isso porque, muitas vezes, essas críticas apontam em direções contrárias. Freqüentemente ouço de críticos da imprensa ou outras pessoas importantes da intelectualidade brasileira que “a política externa do Governo Lula é mera estridência, é puramente espalhafato, ela não mudou nada.” Em seguida, vemos a crítica contrária: “o PT se apoderou da política externa. A política externa, que costumava ser de Estado, virou algo ideológico”. Então, é a crítica oposta. Não estou dizendo qual delas é certa, mas as duas não podem

estar certas ao mesmo tempo. Depois vou me deter sobre cada uma delas. Há uma crítica também freqüente sobre uma eventual falta de padrões éticos nas nossas votações, tomando-se sempre como exemplo a Comissão de Direitos Humanos.

Há as críticas, já mencionadas, que mostram falta de percepção ou persistente alusão ao fato de que tudo na política externa, desde a visita de africanos, a concessão de status de nação mais favorecida para a China – sobre a qual posso também falar abundantemente se for necessário –, até a política na América do Sul, de que tudo tem a ver com o Conselho de Segurança. Não se faz esse tipo de apreciação na Alemanha, na Índia e no Japão, mas no Brasil faz-se. E disso se sucedem as críticas ao Conselho de Segurança como se fosse uma empreitada, quase como uma torcida. Os editoriais dizem: “Adeus, Conselho”. É tudo assim, quase como uma torcida para que as coisas não caminhem bem, quando não há também uma crítica sobre as próprias motivações e uma crítica inclusive sobre fatos, freqüentemente até de maneira irreal.

Estou citando um pouco a opinião pública e os jornais, não por ter com eles, digamos, um ressentimento. Ao contrário, porque acho que eles espelham um sentimento. Então, precisamos, de alguma maneira, esclarecê-lo. Por exemplo, havia um jornal – confesso que nunca vi isso em outro país – dizendo que o Brasil não deveria ser membro permanente do Conselho de Segurança, entre outras razões, porque o nosso PIB é inferior ao do México. Que os mexicanos digam isso – o que seria discutível, aliás, porque o cálculo do PIB é em dólares e não em PPP. Todos nós sabemos que quando muda o câmbio muda o PIB, mas, independentemente do argumento, poderia entender que o México dissesse isso, e não está dizendo. É difícil entender, muito difícil entender que os próprios brasileiros digam isso. É difícil entender. Sinceramente, não dá para compreender a lógica do raciocínio.

Além disso, há também, mais recentemente, fatos muito positivos – e não é à toa que a opinião

pública em geral tenha uma avaliação positiva da política externa – porque tem havido avanços notáveis em vários campos, na área de comércio, na área da aproximação com os países africanos, na aproximação com outros países, no comércio, inclusive com os EUA, nas relações com os EUA – tivemos dois secretários de Estado aqui no espaço de seis meses e que não vieram cobrar, vieram conversar, ouvir, falar também. Isso é raro. O Brasil tem hoje alto nível de interlocução com o Reino Unido e com a França. Isso não é dito por mim, mas por jornalistas e observadores estrangeiros. Isso raramente aconteceu no passado, independentemente das pessoas que estavam lá. Creio que tudo isso é um processo. Não quero atribuir tudo ao governo atual, nem posso. Nem nas coisas boas, nem nas coisas ruins, porque todas as coisas ocorrem como parte de um processo. Mas, freqüentemente, há essa visão.

Houve aqui, também, uma referência aos chamados “grandes fracassos”, derrotas terríveis que o Brasil teria sofrido na OMC, perante o BID, e a que já é antecipada no Conselho de Segurança, que nem ocorreu ainda, mas que já está contabilizada como uma derrota definitiva, o que revela, no mínimo, falta de visão histórica, porque política internacional não é como Copa do Mundo que, quando se perde, está perdido. Não, não é assim. É um processo; as coisas vão continuando; elas não param num determinado momento. Elas têm um prosseguimento. Vou procurar me referir a esses pontos. São, digamos, alguns pontos críticos, que acho mais interessante do que estar aqui, para os senhores e as senhoras, fazendo um grande relatório.

Vamos ver, então, a alegação de que a política externa é mero espalhafato, que ela não traz resultados, não tem nenhum sentido. Quero dizer uma coisa: você não pode reduzir política a números. Queria fazer essa ressalva porque vou falar muito de números agora. Quando o Brasil se posiciona, como se posicionou em relação à Guerra do Iraque, por exemplo, isso é um fato importante, que corresponde

ao sentimento do povo brasileiro. E quando é feito com coragem, com altivez, sem confrontação, acho que a nossa credibilidade no mundo aumenta em vez de diminuir, porque todos os nossos interlocutores só respeitam as pessoas que se respeitam. Em todos setores da vida é assim e na política externa não é diferente.

Vamos aos números. Fala-se muito, e com frequência, que um dos ganhos indiscutíveis ligados à política econômica é a política de comércio exterior e o crescimento das exportações brasileiras, que diminui a vulnerabilidade externa. Isso, creio, é compartilhado amplamente pelos analistas econômicos. E é claro que isso não se deve ao esforço isolado do Itamaraty – longe de mim dizer isso –, deve-se, certamente, aos empresários brasileiros, que aprenderam a ser exportadores e sabem vender, e não apenas comprar, como freqüentemente ocorria no passado. Deve-se, também, a outros ministérios dentro do governo, à contribuição de muitos dos estados, que hoje em dia têm missões freqüentes – estamos apoiando, por exemplo, uma missão do Ceará à África.

Quero dizer para os senhores o seguinte: a política externa tem alguma coisa a ver com isso, porque se o conjunto de nossas exportações aumentou mais ou menos 30% no ano passado – um pouco menos, por volta de 20 a 30% – as nossas exportações para os países em desenvolvimento aumentaram cerca de 50%, com pequenas variações.

No caso da América do Sul, por exemplo, aumentou 57% em 2004 em relação a 2003. À Argentina – falam tanto que o Brasil cede à Argentina – nossas exportações bateram recorde no ano passado e novamente vão bater recorde neste ano. E recorde é recorde, então não é possível dizer, como me foi dito uma vez numa reunião, “Ah não, o aumento é muito grande porque partiu de uma base baixa”. Não, a base não é baixa, a base é alta. E bateu recorde no ano passado e vai bater recorde de novo neste ano. O valor de nossas exportações para a Argentina vai chegar perto de US\$ 10 bilhões.

As nossas exportações para a América do Sul, exclusivamente, chegam a 18%, mais ou menos. As exportações para os EUA estão hoje um pouco abaixo de 19%. Isso em relação à América do Sul. Se nós tomarmos a América Latina em seu conjunto, as exportações somam mais do que as exportações para os EUA, e são praticamente iguais às exportações para a União Européia. E provavelmente serão maiores. Estou falando na América Latina, depois vou citar outros exemplos.

Agora, vejam bem, isso tudo é num contexto de aumento das exportações, porque as pessoas, às vezes, afirmam: “Não, mas o governo Lula não deu atenção aos EUA”. Só que nossas exportações para os EUA cresceram mais nos primeiros dois anos e meio do governo Lula, cresceram o dobro, do que elas cresceram em todo primeiro período do governo Fernando Henrique. Não estou fazendo julgamento de valor, estou apenas procurando mostrar que as idéias de que não estaríamos crescendo e não estaríamos dando atenção aos EUA são totalmente falsas, porque nossas exportações nunca cresceram tanto – 20% em um ano e 20% no outro, o que é um crescimento de mais de 40% porque são juros propostos em dois anos. Se isso é pouco, sinceramente, me surpreendo.

Dessa forma, temos uma participação crescente de países em desenvolvimento, num conjunto que é também crescente, só que, com os países em desenvolvimento crescendo mais. De maneira totalmente casual, estava olhando a lista dos 31 mercados para onde o Brasil mais exportou nos últimos seis meses e havia uma comparação, que já estava no quadro, entre o que tinha crescido entre janeiro e junho deste ano e janeiro e junho de 2004. É uma lista dos 31 maiores mercados brasileiros. Assim, não se pode alegar que inclui países, digamos, como Burkina Faso, cujo chanceler esteve aqui ontem, ou Gâmbia, que partiu de 1 para 20. Assim, não é que 2000% não queira dizer nada uma vez que a base seja pequena, não é isso. São os 31 maiores, aliás, o último da lista é a Suécia, que

também não é um país desprezível, vamos dizer assim. Bom, desses 31 países, os 10 em que houve maior crescimento são países em desenvolvimento. Primeiro Índia, segundo Rússia, terceiro Nigéria – considerada uma viagem inútil por muitos que criticaram a viagem à África, não sei se havia aí uma dose de preconceito, mas, enfim. Primeiro Índia, segundo Rússia, terceiro Nigéria, quarto Venezuela, quinto Peru, sexto Tailândia, sétimo Equador, oitavo África do Sul, nono Colômbia e décimo Argentina.

Pode ser coincidência, como falaram. A interiorização do Brasil ocorreu por causa de Brasília? Não, sei, mas houve uma coincidência, antes não havia interiorização, depois que fizeram Brasília houve interiorização. Então, o fato é que a política externa que tem procurado enfatizar relações com esses países, já tem dado resultado prático. Outra curiosidade: desses países, 5 são sul-americanos e 4 são da Comunidade Andina, e o Brasil, juntamente com o MERCOSUL, acaba de fechar um acordo com a Comunidade Andina. Vejam que nos perguntam por que é que o Brasil e o MERCOSUL estariam perdendo tempo em negociar acordos na América do Sul, se teríamos tantas outras possibilidades. Isso é para ilustrar, de alguma maneira, alguns desses êxitos que são às vezes tomados como se fossem coisas da natureza sobre as quais não teria havido nenhuma influência do Governo. Sim, têm algo a ver com a política internacional. Sempre citei a América do Sul por dois motivos: primeiro, porque realmente tem sido maior que com outros casos. Segundo, por que é a prioridade das prioridades do Presidente da República.

Portanto, esses números demonstram que não é retórica, que não estamos conversando sobre coisas abstratas, que não é para escrever uma frase bolivariana na bandeira do MERCOSUL. Não é para nada disso. É para encontrar resultados concretos. E é o que temos feito. E não estou falando em investimentos, em serviços, que também são coisas que temos exportado. Estou falando de bens, porque bens são mais fáceis de medir. Mas, se formos

procurar a área de serviços, de empresas brasileiras, investimentos e serviços, vamos encontrar algo muito semelhante, com números naturalmente diferentes, mas com resultados muito semelhantes.

Quando o Presidente foi à Coreia e ao Japão – eu naturalmente o acompanhei; foi uma viagem, sem dúvida, importantíssima; logo depois de uma viagem à África –, houve um jornal brasileiro, cujo o nome graças a Deus já me esqueci, que disse: “Enfim uma viagem relevante”. Claro que era relevante, mas dizer que a viagem à África não era relevante. Não sei o que é que isso denota, prefiro não pensar o que é que isso denota, numa população brasileira que é formada por 50% de pessoas de origem africana. Só por aí já importaria. Mas veja o comércio. Mencionei a Nigéria, que a Nigéria foi o terceiro país que mais cresceu. E não estamos falando de números baixíssimos. Claro que a Nigéria não chegou ainda aonde pode chegar. Mas, no primeiro semestre, chegou a mais de US\$ 400 milhões, sinal de que pode chegar perto de US\$1 bilhão. Isso foi antes ainda da missão que o Ministro Furlan fez depois da visita do Presidente. Assim, acredito que esses números vão melhorar ainda mais.

Estamos falando de números expressivos. E também para homenagear a imprensa, li em um jornal algo muito interessante: se você excluir o petróleo – importamos petróleo da Nigéria em quantidades importantes, da Argélia, acho que um pouquinho do Gabão e também de outro país africano –, o nosso superávit com a África responde por mais de 10% do superávit comercial brasileiro. Claro que não é a mesma coisa, mas não é pouco, não é algo desprezível, é algo importante. Com os países árabes, as nossas exportações subiram 45%, 46%, entre 2003 e 2004, e em cima desse crescimento subiram cerca de 20% agora. Poderia citar exemplos também, porque, além dos números, acho que é importante reter alguns exemplos, a esmo, mas que revelam a importância dessas relações.

Passava pelo Catar e havia uma empresa brasileira que tinha vendido 500 ônibus para o Catar.

Na Arábia Saudita, foram vendidos 15 aviões da EMBRAER. É uma coisa importante, sabemos que as decisões de alguns desses países são políticas porque eles inclusive não precisam de financiamento. No caso desses aviões, por exemplo, o pagamento foi em “cash”, o que aliás facilita a nossa participação porque a dificuldade, no caso da EMBRAER, em geral, é de competir com o financiamento da Bombardier, que é muito subsidiado.

Vou dar outros exemplos. Em Moçambique, cuja Ministra do Exterior vem hoje aqui, onde o Presidente esteve e cujo Presidente foi recebido aqui no Brasil, a Vale do Rio Doce conseguiu a maior concessão de carvão, pela qual vinha lutando há muito tempo. Assim, não se pode desligar esses fatos da política externa. Eles estão ligados à política externa, como é o caso, também, da exploração de manganês, também pela Vale do Rio Doce, no Gabão. A Petrobrás tem expandido seus negócios em Angola e na América do Sul. Nossas exportações para a Venezuela, por exemplo, passaram de aproximadamente US\$ 600 milhões em 2003, para US\$ 2 bilhões este ano, sem falar nos investimentos das construtoras brasileiras e em operações de mineração.

Enfim, quando se diz que não há resultados práticos, não sei qual é o resultado prático que se quer. Volto a dizer, pessoalmente, que não é da minha formação, sequer, limitar a política externa a questões econômicas ou de comércio. Mas, como vejo que a grande maioria da mídia brasileira, pelo menos, olha por esse lado, aqui temos os números. Eles estão aí, nada disso foi abstrato, tudo isso é concreto.

O segundo ponto que gostaria de mencionar tem relação com outra crítica – repórteres se relacionam pouco a essa –, quando se diz que a política externa é ideológica. Teríamos uma relação com a África porque é ideológico, com os Árabes porque é ideológico. Não terminamos uma ALCA que estava desenhada baseada nos parâmetros do Consenso de Washington porque é ideológico. Criamos o G-20 porque é ideológico. Acho que nada

disso é ideológico. Ideológico é quem acha que se você vende para os países árabes não é bom; se vende para os EUA ou para a União Européia – para quem nós queremos naturalmente continuar a vender – é bom.

O que é que o Brasil tem procurado fazer? Uma das primeiras iniciativas do Brasil no campo de política internacional, tomada no segundo dia de Governo – vou citar duas iniciativas –, foi quando, por motivação brasileira, criou-se o Grupo de Amigos. Houve muitas críticas. No final, todos elogiaram. Até o Colin Powell, que esteve aqui, alguns se lembram, elogiou o Brasil no caso da Venezuela. Os EUA talvez nunca tiveram uma interlocução tão intensa com o Brasil. Houve dia em que falei duas vezes com o Colin Powell. Uma vez com o senhor Cisneros, que me foi procurar em Nova York. Falei no mesmo dia duas vezes com o então Chanceler da Venezuela e, graças à nossa ação, o Presidente Lula falou inúmeras vezes com o Presidente Chávez, recebeu também o Colin Powell, recebeu outros interlocutores. O fato é que encontramos uma saída, como queria a OEA, democrática, constitucional e eleitoral por parte da Venezuela. Se tivéssemos seguido outro caminho, que era o de eleições antecipadas, provavelmente teríamos entrado em um conflito muito grave. Portanto, se ajudar a democracia for ideológico, somos ideológicos. Faz parte de nossa ideologia favorecer a democracia sempre que é possível e sempre que está ao nosso alcance e sem interferências indevidas nos assuntos internos de outros países, ajudando quando possível e dentro dos parâmetros possíveis.

Outra iniciativa que tomamos no segundo dia de Governo foi a criação do grupo que chamamos de IBAS: Índia, Brasil e África do Sul. Por quê? Porque são três grandes democracias de três continentes em desenvolvimento. Trabalhar junto com esses países é algo positivo para o próprio fortalecimento da democracia no mundo. Se você mostra que os países em desenvolvimento podem lutar pelos seus anseios de reforma, de mudança no

comércio internacional, de melhor justiça social, e podem fazê-lo de maneira democrática, essa é a melhor contribuição que podemos dar. E o sentido do IBAS é exatamente esse: três democracias estáveis, respeitáveis, com credibilidade internacional, unidas em um grupo para fazer várias coisas. Temos cooperação na área de tecnologia e na área comercial. O nosso comércio com a África do Sul também tem crescido à base de 40%, 50% ao ano. Dos números que acabei de dar para os senhores, o país que, singularmente, mais cresceu entre o primeiro semestre deste ano e o do ano passado foi a Índia.

Enfim, contribuindo para reformas sociais, contribuindo até com países mais pobres, fizemos algo que até pode ser tachado de ideológico, mas que é raramente feito. Juntamos três países em desenvolvimento para criar um fundo para ajudar países mais pobres que nós. E o primeiro projeto aprovado foi para a Guiné-Bissau. Todos os governos brasileiros, todos em que servi, pelo menos desde meados do Governo militar – houve momentos que não, mas desde 70 e poucos em diante –, apoiaram os países de língua portuguesa. Conseguimos fazer um fundo, Índia, Brasil e África do Sul, três países em desenvolvimento, cujo primeiro projeto é para ajudar países como a Guiné-Bissau, para ajudar eventualmente o Haiti, para o qual há outro projeto aprovado. Há um projeto aprovado também na Ásia, não lembro se no Nepal ou em Sri Lanka. Para ajudar, portanto, países mais pobres, que necessitam mais do que nós. Bom, se isso é ideológico, aí me renderia à classificação. Eu não acho. Acho que isso fortalece a democracia, fortalece a reforma social e a liberdade.

Em relação à campanha da fome que o Presidente Lula lançou – tenho experiência de Nações Unidas, vivi lá muitas vezes, já servi lá em vários governos, como Ministro, como Embaixador –, nunca vi numa mesma sala, ao mesmo tempo, tantos chefes de Estado. Você vê ao longo de uma conferência, por exemplo, da Assembléia Geral que comemorou o cinquentenário das Nações Unidas, ao longo de dois, três dias, muitos chefes de Estado,

mas não nas mesmas duas horas tantos chefes de Estado. Havia perto de 60 chefes de Estado do mundo inteiro para discutir a questão das fontes inovadoras de financiamento no combate à fome. É ideológico combater a fome? Talvez alguns achem que é ideológico combater a fome, nós não achamos, achamos que é algo necessário.

O Presidente Chirac, eleito pela centro-direita francesa, que é um homem respeitado, um grande estadista, também acha que é importante combater a fome no mundo. Também o Presidente Lagos, o Presidente Zapatero. Não vou falar nem no Lagos nem no Zapatero, porque podem dizer que eles são socialistas, mas o Presidente Chirac é o principal parceiro que, desde o início, colocou-se ao lado do Presidente Lula nessa empreitada. E, dentro de poucos dias – não posso atribuir isso ao Brasil nem só à iniciativa do Presidente Lula, porque alguns desses processos vêm de longe, mas estão se acelerando agora –, vai haver um segmento específico sobre financiamento ao desenvolvimento no contexto da próxima Assembléia da ONU em grande parte por causa disso. Porque ninguém pode ignorar uma Assembléia da qual participaram 60 chefes de Estado, havia mais de 100 Ministros – pelo menos uns 20 Ministros não puderam falar porque não houve tempo – e mais de 100 países – 110, 112 – assinaram a declaração. Isso são coisas que alteram a geopolítica mundial, alteram a cabeça das pessoas no mundo inteiro. Isso naturalmente, creio, talvez cause algum incômodo. Agora, não creio que haja nada de ideológico nisso.

O G-20 não tem nada de ideológico. Quando houve Cancun fomos muito criticados – mas se você for hoje à sala do meu amigo Zoellick, há uma fotografia em que estamos eu, ele, o Lamy e o ministro indiano, porque ele acha que foi um grande momento da OMC em julho, depois de Cancun. Éramos classificados como os países que não queriam nada no comércio internacional. Curiosamente, dez meses depois, estávamos na fotografia que é considerada pelo Zoellick como um momento importante da sua

trajetória de negociador comercial. Por quê? Porque nós tivemos uma posição firme, mas, ao mesmo tempo, de negociação. E, graças a isso, evitamos um acordo que, esse sim, seria desastroso. Desastre não foi o que ocorreu em Cancun. Desastre teria sido o que iria ocorrer em Cancun, se o Brasil – logicamente não foi o Brasil sozinho, não vamos dizer isso – não tivesse ajudado a criar o G-20.

Aproveito para falar do “fracasso”, por exemplo, da nossa candidatura na OMC. Claro que é sempre bom ganhar. Não vou dizer a vocês que não teria preferido ganhar. Agora, o Doutor Ulisses também teria preferido ganhar quando se lançou como anticandidato, mas sabia que não iria ganhar. Talvez tenhamos sido um pouco mais ingênuos e achássemos que poderíamos ganhar, porque, para usar uma metáfora esportiva, tínhamos um candidato que era muito bom para a final – o Embaixador Seixas Corrêa, no caso da OMC –, mas que podia ser derrotado nas quartas-de-final. E todos se concentraram em fazer com que ele perdesse nas quartas-de-final.

O que se diz frequentemente é “Ah, o prestígio do Brasil, como é que isso foi tomado levemente?” Ora, primeiro, não foi leve. No contexto dos candidatos que apareceram – não vou entrar em detalhes, os senhores permitirão que não o faça porque não quero entrar em considerações sobre pessoas aqui, o que fiz na época e não quero voltar a elas –, achávamos que era muito importante haver um candidato identificado com os objetivos do G-20. Tentamos convencer outros países, não pudemos, por razões diversas. Havia mudanças de Governo, mudanças de Gabinete, não foi possível. Mas achávamos, então, que tínhamos que ter um candidato com o mesmo posicionamento político. E foi o que fizemos. Agora, o prestígio do Brasil foi afetado? De maneira alguma. Na primeira reunião importante da OMC, que teve de discutir uma questão complexíssima, como a questão dos equivalentes “ad valorem”, uma questão que nem vale a pena entrar em detalhes, o Brasil foi instrumental,

reconhecido por todos. Basta, para quem quiser, fazer pesquisa no *Financial Times* ou no *Wall Street Journal* e vão encontrar isto: o Brasil foi um país central. Junto com a Índia do G-20, mas o Brasil era o que participava mais da negociação, até porque o Brasil tem uma postura, digamos assim, mais ofensiva nisso e a Índia tem uma postura firme, mas é mais sob um outro aspecto. A reunião que decidiu o tema foi entre a União Européia, Estados Unidos, Brasil e Índia. Não tinha mais ninguém. E o prestígio do Brasil tinha sido afetado?

Pouco depois, o G-20, novamente sob a coordenação brasileira, faz apresentação de uma proposta para os três pilares da área agrícola. Recebe apoio amplo dos países em desenvolvimento, o que, aliás, é natural. Mas também os EUA e a União Européia consideram o documento a melhor base para continuar a negociar, nessas difíceis negociações, que continuam em DOHA. Prestígio do Brasil afetado? Não vejo o prestígio do Brasil afetado.

No caso do próprio G-20, o Brasil coordena o grupo porque foi quem liderou a sua formação. Várias vezes quis até me desvincular dessa liderança, porque acho que é bom que outros países também assumam. E foi idéia do Brasil, depois que houve as reuniões em Genebra e em Brasília, que a Índia fizesse uma reunião. Fomos nós que sugerimos, eles aceitaram e o Ministro indiano Kamal Nath decidiu a reunião, mas entregou imediatamente a coordenação, porque ele achava que a coordenação tinha que ficar com o Brasil. É o prestígio do Brasil afetado?

Na reunião na China – tanto se fala da rivalidade Brasil-China – o país, que poderia naturalmente como anfitrião presidir a reunião, pede ao Brasil que o faça. E agora vamos ao Paquistão e, novamente, o Brasil vai presidir a reunião. Só para, digamos, corrigir essa percepção errada em relação ao “desprestígio”. O Paquistão vai fazer uma reunião que iria demorar dois dias. No segundo dia não poderia estar no lugar onde eles queriam, que era

um retiro a mais de 3000 metros de altitude – como tenho um lado também de Ministro das Relações Exteriores, tenho que me encontrar com o Primeiro Ministro ou com o Ministro do Exterior do Paquistão. Como não poderia, mudaram o lugar da reunião para que o Brasil possa estar presente. Assim, onde está o desprestígio? Eu não vejo, só vejo aqui, infelizmente. Claro que isso atinge, enfraquece, debilita um pouco porque tira um pouquinho do entusiasmo.

Quero dizer que não vejo em lugar nenhum alguma debilidade da posição do Brasil. Repito, sobre a candidatura, se tivesse que fazer tudo de novo, faria tudo de novo. Acho que a candidatura do Embaixador Seixas Corrêa na OMC foi importante, para deixar claro o posicionamento do Brasil.

O próprio Diretor-Geral eleito, Pascal Lamy – com quem todos sabem, os jornalistas sobretudo, tenho boas relações pessoais –, pediu para estar comigo quando o Presidente Lula esteve em Paris no 14 de julho. Passamos uma hora juntos conversando inúmeras coisas, inclusive cargos da OMC, coisa sobre a qual não quis me pronunciar, porque achei que não devia. Isso demonstra um grau de confiança. Antes, o hábito era fazer romaria ao Diretor-Geral da OMC. Fui para Genebra e o fiz, também, mas agora ele é que vem procurar o Brasil. Assim, onde está o desprestígio? Eu não vejo, sinceramente.

Bem, esses são alguns aspectos. A reforma da ONU, evidentemente, não tem nada de ideológico; é uma outra questão que já abordei e não vou repetir. Se houver alguma pergunta, tratarei de responder. Recordo apenas que é uma empreitada em que o Brasil está junto com duas das três maiores economias do mundo ocidental e o segundo país mais populoso do mundo. Portanto, não pode ser uma coisa de tontos como, às vezes, parece tão implícito nos editoriais que se lê.

Leio muito para tratar de todos os assuntos, inclusive os mais delicados. Leio muito que o voto é ideológico, que o Brasil comprometeu as suas posições de princípio. E não vou dizer que não tenha

havido, aqui e ali, alguma modificação, mas são marginais. Por exemplo, o caso de Cuba, que é o mais citado. O Brasil sempre se absteve: absteve-se na época do governo Itamar, até onde eu posso lembrar, absteve-se, creio que até antes, na época do governo Collor, absteve-se na época do governo Fernando Henrique Cardoso, e absteve-se agora no governo Lula. Assim, onde é que está a mudança, onde é que está, digamos assim, o comprometimento da ética e da moral na nossa política nessa questão? Sinceramente, não vejo.

O que tem ocorrido, ao contrário, é que um número maior de países, por exemplo, da América do Sul, tem votado com o Brasil. Todos os países da América do Sul que estão na Comissão de Direitos Humanos tiveram o mesmo voto que o Brasil. Todos. E países que são citados como exemplos de democracia, muitas vezes países em desenvolvimento, votaram contra, como é o caso, por exemplo, da própria África do Sul que votou de modo muito mais forte do que nós, votou contra. Poderia entrar aqui nas explicações mas deixo isso para outra ocasião, porque muitas vezes já dei explicações sobre a questão do voto.

É atribuído o fato de termos votado desta ou daquela maneira em relação à China porque queríamos agradecer o país em função da vaga no Conselho de Segurança. Mas, para voltar à Comissão de Direito Humanos, o governo Fernando Henrique, pelo que me lembro, apenas uma vez deixou de se abster, que eu me recordo. Mudou, depois voltou atrás. Por quê? Esses votos são altamente politizados. Por que é que os EUA, por exemplo, apresentaram no ano retrasado uma moção contra a China, e não apresentaram este ano? Por que é que temos que ficar à mercê dos interesses imediatos de alguma grande potência? Por que é que não há discussão sobre direitos humanos em países desenvolvidos? Por que é que quando o Brasil apresentou – no governo anterior, era Embaixador em Genebra, mas foi o Brasil que tomou a iniciativa – uma resolução sobre a incompatibilidade do racismo com a democracia,

vieram vários países dizer que a resolução estava criando problemas para eles, que não era uma coisa útil. Os países não diziam de uma maneira tão clara como vou dizer, mas estava implícito: “países em desenvolvimento têm direito de falar quando for direitos sociais e culturais, mas direitos políticos e civis não, isso aqui é privilégio nosso, dos países desenvolvidos”.

Hoje em dia fico feliz porque fui a uma reunião no Chile sobre democracia e vi essa frase como lema: “O racismo é incompatível com a democracia”. O Brasil propôs, por exemplo – algumas propostas vêm do governo anterior, não há nenhuma negação nisso, outras são atuais, outras são perseguidas hoje com maior intensidade –, que haja um relatório global sobre direitos humanos. Para nós, não há nenhum problema que haja um relatório global, que examine a situação no Brasil. Como ela é examinada, todos os relatores vêm ao Brasil regularmente, têm um convite permanente. Eles vão à China também, mas que eles possam ir a outros lugares, inclusive no mundo desenvolvido, para onde não vão e onde não são recebidos.

Em síntese, a questão é esta: a nossa posição é uma posição coerente. Agora, não vamos ser ingênuos, não vamos pensar que a Comissão de Direitos Humanos é formada por um grupo de vestais internacionais que têm os olhos postos apenas na virtude, porque não é. Ela é formada por países. E países levam para qualquer foro interesses de Estado. Assim, temos que balancear os interesses de Estado como todos o fazem. Todos o fazem.

Bem, creio que mencionei os pontos mais importantes mas – para não deixar decepcionados os meus assessores que me mandaram uma nota – quando se fala de vitórias, de vitórias na política externa ou fracassos da política externa, não posso deixar de mencionar os contenciosos da OMC. Muitos alegam, “ah não, mas isso começou no governo anterior”. Começou, sim, no governo anterior. As consultas foram feitas no governo anterior, mas todo mundo que conhece o tema, que é sério e

analisa com honestidade essas questões da OMC, sabe que a decisão difícil não é começar uma consulta, a decisão difícil é abrir o painel. Dentro do meu Ministério e dentro do governo havia pessoas com dúvidas sobre se devíamos começar o painel sobre algodão e se devíamos começar o painel sobre açúcar. Havia dúvidas, e foi uma decisão política que tomei, naturalmente com o apoio dos outros ministros, de começar o painel. Não porque quisesse briga com a União Européia e com os EUA – também não sou contra, aliás vou agora recomenciar as negociações com a União Européia –, mas porque, ao contrário do que muitos achavam, eu achava, e tenho hoje certeza absoluta, de que o contencioso não prejudicaria as negociações, ao contrário, iria ajudá-las

E hoje vemos algo na OMC que, para falar a verdade, há muitos anos não via: os países desenvolvidos na posição defensiva. Claro, ganhamos a batalha? Não. Vai demorar. Mas se você olhar os anos 90, o que tínhamos, o que é que havia? “Ah não, esses países em desenvolvimento mantêm essa proteção inadequada à indústria, políticas ultrapassadas, e o que nós precisamos é liberalização comercial.” Hoje, quem fala de liberalização comercial somos nós e são eles que resistem.

Pela primeira vez, tenho dito isso em vários foros internacionais, lutamos pela liberalização comercial com justiça social. E digo isso tranqüilamente, porque não são só os grandes produtores brasileiros de açúcar e de outros produtos que também resistem, que vão se beneficiar. São também produtores humildes do Burkina Faso, cujo ministro está aí, um dos países mais pobres da África, e de outros países africanos, para ficar aqui num exemplo. Acho que os princípios estão presentes, mas os princípios têm que ser operativos, não podem ficar apenas na retórica. O que nós estamos procurando com os países em desenvolvimento é ter parcerias operacionais que possam efetivamente melhorar as condições do exercício da democracia, da reforma social, da liberdade, não apenas para alguns, mas para todos. Obrigado.



## Formatura da Turma de 2002 do Instituto Rio Branco

Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores,  
Embaixador Celso Amorim, na cerimônia de formatura da Turma  
“Celso Furtado” (2002) do Instituto Rio Branco, no Palácio  
Itamaraty, em 1º de setembro de 2005

Senhor Presidente,

Não vou fazer uma dissertação sobre política internacional porque creio que na sua presença, que é nosso guia e mentor nestes temas, seria pouco apropriado de minha parte. Mas não posso deixar de comparar, como primeiro Chanceler formado pelo Instituto Rio Branco – não dessa vez, mas ainda quando o Presidente Itamar Franco me confiou o cargo e não o primeiro da carreira, porque outros foram da carreira, mas antecederam o Instituto Rio Branco –, o momento de hoje com o momento que vivíamos a cerca de 40 anos atrás, 41 anos atrás para ser mais preciso. Hoje, o Brasil vive um clima de plena democracia, o Brasil vive um clima em que as instituições funcionam plenamente, o Brasil vive um clima em que se procura afirmar na realidade internacional sem subordinações e sem dogmas ideológicos, de uma natureza ou de outra.

Senhor Presidente,

O desafio que hoje existe para os diplomatas brasileiros é muito diferente daquele que os da minha geração - o Embaixador Samuel entre eles, e o Embaixador Fernando Reis também - tiveram que enfrentar. Nós, naquela época, tivemos que nos adaptar a um momento sombrio da história brasileira, um momento em que as liberdades eram cerceadas,

em que a própria política externa sofria de maneira bastante evidente o impacto do obscurantismo. E tivemos que procurar, digamos assim, nos interstícios da ditadura, formas de poder expressar de maneira patriótica aquilo que nós achávamos que era o interesse nacional. Hoje os formandos encontram uma situação totalmente diversa. Encontram um país democratizado, que luta por afirmar-se no cenário internacional, um país que busca transformações sociais de maneira acelerada, e os desafios são, portanto, muito diferentes.

Naquela época, 80% das exportações do Brasil eram compostas por café. Hoje o Brasil vende aviões, ônibus, serviços sofisticados, continua vendendo café, felizmente, e vendendo outros produtos agrícolas também, mas diversificou totalmente a sua pauta. Naquela época, nosso comércio era quase exclusivamente com os países desenvolvidos, com a Europa e com os Estados Unidos e um pouco com o Japão. Hoje, se nós tomarmos os sete primeiros meses do ano de 2005, 52% das nossas exportações se dirigem a países em desenvolvimento. Isso não é pouca coisa, é uma mudança muito grande. Durante anos e anos o Brasil teve uma postura um pouco amesquinhada nas relações internacionais, apesar dos esforços de grandes Embaixadores e de grandes Ministros que

teve também, mesmo naqueles momentos. Devido à situação interna, nós tínhamos hipotecas muito graves, o nosso telhado era um telhado de vidro no social - como continua a ser apesar dos esforços que têm sido feitos, sobretudo neste Governo - e também no político, nos direitos humanos e isso tudo diminuía nossa capacidade de ação internacional. Felizmente, com a democracia, com os avanços que fizemos em vários campos - na área industrial, na área econômica, e com os esforços que temos feitos na área social para corrigir essa mazela enorme que é a má distribuição de renda de que o Brasil padece - um dos piores índices do mundo -, nós podemos falar hoje de igual para igual

Já disse que não ia entrar nos temas específicos da política externa porque, creio, que isso é algo a que o Presidente vá se referir de maneira muito mais apropriada do que eu. Mas há algo, sim, que quero dizer, porque isso diz respeito, de certa maneira, à nossa auto-estima. Peço desculpas aos membros da mídia que já me ouviram ontem, não vou repetir tudo o que disse, mas vou repetir uma coisa que disse ontem no Senado Federal a propósito de uma pergunta feita por um outro representante da mídia, um correspondente estrangeiro no Brasil que me fez a seguinte pergunta: “Ministro, porque será que a política externa brasileira que é tão elogiada, em alguns momentos até objeto de inveja, de comentários positivos no mundo inteiro é, às vezes, criticadas com tanta ferocidade no Brasil?” Eu não me atrevi a responder porque eu não tenho os dotes sociológicos, psicológicos ou antropológicos que me permitissem dar essa resposta. Mas a própria pergunta, de certa maneira, já foi um elemento de grande estímulo para mostrar que nós, sim, estamos caminhando da maneira correta, que a percepção que existe sobre o Brasil hoje é a percepção de um interlocutor válido, de um interlocutor importante, em todos os temas, temas que vão do desarmamento ao comércio, da reforma da ONU à integração continental. Em todas essas ações é difícil imaginar alguma atividade, seja no plano nacional, seja no

plano internacional, em que a palavra do Brasil não seja buscada. Talvez, mais do que em qualquer outro tema, no combate à fome e à pobreza, que Vossa Excelência iniciou de maneira clara.

Queria dizer uma outra coisa: freqüentemente, procura-se imputar motivações de natureza ideológica à política externa; procura-se dizer que a política externa foi, digamos, tomada de assalto por certos partidos políticos. Quero dizer, Presidente, como alguém que está a 40 anos na carreira diplomática, como alguém que passou por aqueles momentos de obscurantismo - eles sim, ideológicos, porque eram ideológicos e repressores - que a política externa que Vossa Excelência persegue é uma política externa que está de acordo com objetivos permanentes do Brasil. Vossa Excelência apenas os tem perseguido com mais ênfase, com mais determinação, e aduzindo um elemento novo de reforma, que a sua trajetória de vida, que a sua trajetória política nos trouxe e que vem como uma grande contribuição. Digo-lhe isso não como seu Ministro apenas, porque não teria grande mérito em dizê-lo, mas como um diplomata que completa, aproximadamente, 40 anos de carreira, e que viu durante esses 40 anos muitas coisas ocorrerem, mas que raramente viu - não digo que nunca - a política externa brasileira tão ativa, tão presente, tão respeitada por esse mundo afora.

Nós todos conhecemos os dados de comércio, sabemos que isso não é retórica, e que essas questões são realidade. Portanto, meus jovens e queridos colegas que entram para o Itamaraty, agora de maneira plena, o desafio é contribuir para essa política externa. Desenvolvê-la, criticá-la inclusive, porque sempre temos dito, ao contrário do que ocorreu no passado, que a crítica é bem-vinda. Achamos que na política externa, na diplomacia, não há liderança por imposição; a liderança vem da inspiração. É isso que recebo do Presidente Lula, e é isso que procuro transmitir, com o apoio do Secretário-Geral e dos outros chefes da casa, para meus colegas. É pela inspiração que podemos

exercitar alguma liderança, se é que cabe falar de liderança.

Presidente, enfrentamos ainda grandes desafios. Muitos deles vêm, naturalmente - Vossa Excelência sabe -, da dificuldade de recursos. Sabemos do apoio que Vossa Excelência tem procurado dar ao Itamaraty em momentos difíceis. Também sabemos da contribuição que devemos dar a metas que dizem respeito ao país como um todo, que possibilitem, inclusive, um esforço adicional em relação à área social. Mas contamos e seguiremos contando com a sua compreensão, para que possamos fazer aquilo que é indispensável.

Não vou cansá-lo, Presidente, nem cansar os meus colegas com estatísticas, mas fizemos uma pequena comparação, e se os números não tiverem exatos eles poderão ser corrigidos, mas é mais ou menos o que vou dizer: na sua gestão, em dois anos e meio, o senhor recebeu mais ou menos o dobro do número de Presidentes estrangeiros que foram recebidos no mesmo período pelo seu antecessor. O número de viagens de Ministros ao exterior – de outras pastas, Ministro da saúde, Ministro do comércio – é infinitamente superior ao número anterior. Tudo isso exige apoio, dedicação de nossos colegas, exige trabalho e exige também recursos materiais.

As pessoas costumam criticar as viagens do Presidente, ou as visitas estrangeiras, mas elas trazem resultados concretos, não são questões abstratas. Há uma estatística, Presidente, que elaborei, olhando até casualmente os números, que não mencionei antes, e, creio que Vossa Excelência também não mencionará. Entre os trinta maiores mercados brasileiros – e, portanto, não se pode dizer que a base inicial é baixa –, os dez que mais cresceram, se compararmos o primeiro semestre desse ano com o primeiro semestre do ano passado, são com países em desenvolvimento. E todos eles, Presidente, ou o senhor visitou, ou recebeu visita do Chefe de Estado ou do Chefe de Governo correspondente. Portanto, quando se fala em aumento do saldo comercial ou

em diminuição da vulnerabilidade externa, a política externa não é estranha a esses temas. Ela não é o único fator, certamente. Os nossos empresários têm aprendido a vender, outros ministérios têm trabalhado ativamente, mas o contexto que Vossa Excelência tem criado para o relacionamento internacional do Brasil é fundamental para isso.

Obviamente, política externa não se faz só com números, ela se faz também com ações de paz, com ações de solidariedade e creio que o Brasil tem muito do que se orgulhar nessas áreas. Recordo-me, logo no início do seu Governo, da postura firme, clara e sem confrontações que Vossa Excelência tomou, que nós tomamos seguindo orientação de Vossa Excelência, em relação à Guerra do Iraque. Hoje estamos vendo o que está ocorrendo no Iraque. Estamos vendo o que está sofrendo o povo iraquiano e o que estão sofrendo, inclusive, as tropas que lá estão presentes. Se nós tivéssemos buscado – refiro-me à humanidade – ou persistido um pouco mais em uma solução pacífica teríamos, talvez, algo mais a comemorar.

Senhor Presidente, há, portanto, este aspecto que é preciso ter presente: política externa se faz, principalmente, com o cérebro das pessoas, com a dedicação das pessoas. Não fazemos escolas, salvo uma ou outra, talvez, em algum país da África, não fazemos estradas, não produzimos navios, não produzimos aviões. Mas a política externa tem algo a ver com toda essa dimensão que o Brasil tem ganhado internacionalmente, e tudo isso resulta também em postos de trabalho, em melhores condições para o povo brasileiro, em mais respeito pelas nossas posições, em qualquer assunto – quando temos que defender a família de um brasileiro morto, brutalmente, em Londres, quando temos que tratar de brasileiros que, às vezes, são humilhados em outros países. Tudo isso, Presidente, exige, portanto, recursos materiais e também recursos humanos. Queria mencionar por que isso é uma verdade que tem que ser apreciada e sei que contarei com o seu apoio para isso. Não poderemos aparelhar

essa carreira para enfrentar os desafios - e eu não digo nem os da sua política externa, que introduziu um grande dinamismo, mas até os desafios de ontem - com os recursos que nós temos hoje. Temos mais ou menos o mesmo número de diplomatas que tínhamos há 20 anos. Há vinte anos, havia talvez 300, 400 mil brasileiros no exterior; hoje são 4 milhões. O Brasil não se relacionava como se relaciona hoje com países da África, com países árabes, com tantos outros países que Vossa Excelência visitou ou cujos governantes Vossa Excelência recebeu aqui. Por isso, necessitamos de seu apoio. Em breve, Vossa Excelência estará recebendo um projeto de medida provisória e espero contar com o apoio rápido do Ministério do Planejamento para termos um projeto de medida provisória sobre este tema. Sabemos das dificuldades da medida provisória, mas se trata de algo que diz respeito à estrutura do Executivo apenas, e, portanto, mereceria esse tratamento.

Essa medida provisória, Presidente - apenas para que saibam nossos colegas também -, tem dois ou três aspectos: um é o aumento dos quadros. Não podemos viver mais com os mil diplomatas que tínhamos, até porque muitos estão em outros ministérios - ontem, na Comissão Mista com Moçambique, olhei para a primeira fila do lado brasileiro, teoricamente, eram representantes de outros ministérios, e todos eram do Itamaraty, todos, sem exceção. Damos esta contribuição com muita alegria, e acho que é motivo de orgulho, porque, na realidade, o Itamaraty é a única escola de Governo no Brasil. Mas isso tem um custo para nós e precisamos aumentar os quadros.

Precisamos também, Presidente - e eu me permito falar diretamente aos meus colegas -, melhorar as oportunidades, a perspectiva de ascensão funcional para os colegas que entram na carreira. Presidente, não fui dos mais jovens Embaixadores. Tive percalços políticos na minha carreira, mas, ainda assim, cheguei a Embaixador com 47 anos. Hoje, um Embaixador com 50, 51 anos, é considerado muito moço, porque a média é de 56, 57 anos. Isso

tem que mudar. Temos que dar perspectivas de acesso aos jovens, e uma das coisas que nós fizemos na nossa reforma, que será submetida a Vossa Excelência, é facilitar a aceleração do fluxo de diplomatas na carreira. Isso é algo muito importante. Faremos também outra coisa importante, Presidente: os Ministros viajam e verificam que há dificuldades até de apoio a eles. Outro dia, ouvia o Ministro Furlan falando, de forma bem intencionada como não poderia deixar de ser, sobre o apoio reduzido que teve em uma Embaixada africana. Sei disso, e ninguém pode ignorar isso. Já passei por isso muitas vezes, e Vossa Excelência mesmo passou. Mas é porque não há estímulos suficientes. Temos que criar estímulos suficientes, de carreira, pecuniários, ajuda à educação. O brasileiro tem, teoricamente pela Constituição, direito e acesso à educação. O brasileiro diplomata não tem por que ele vive no exterior. Alguns podem compensar isso se eles estão em um país onde a vida é mais fácil, mas há países onde isso não é possível. É, certamente, o caso de grande parte dos países africanos. Os diplomatas não podem ter os filhos em escolas públicas; eles têm que mantê-los em escolas privadas. Precisamos, portanto, encontrar solução para estas questões e sei que contaremos com Vossa Excelência.

Presidente, também tenho que mencionar que, além desses estímulos - e isso é um desafio para mim mesmo e para o Secretário Geral (não conseguimos encontrar uma solução para isso) -, temos que assegurar a renovação. Os quadros da minha geração e das outras têm que compreender quando chegou o momento de ceder o passo aos mais jovens. Digo isso como um diplomata, não tanto como Ministro. Há um momento em que nós temos que entender que nossa experiência terá que ser usada de outra forma, seja dirigindo o Instituto Rio Branco, como está hoje fazendo o brilhante Embaixador Fernando Reis, seja como um Assessor Especial para assuntos delicados e difíceis, como o Embaixador Ouro Preto, seja em áreas onde a sabedoria é importante mas a energia da juventude já não seja tão importante.

Temos que apreender, como em todas as carreiras, que há um momento de ceder o passo. E esse é um dos grandes desafios que temos, pois a legislação e os mandatos de segurança não nos favorecem, mas temos que encontrar um caminho para isso.

Presidente, desculpe-me, alonguei-me mais do que queria. Queria falar, de coração, da minha alegria, da minha gratidão. Nunca esquecerei o momento, que talvez tenha sido – já havia sido Ministro antes como o senhor sabe, tenho muita honra de ter servido sob a orientação do Presidente Itamar Franco, um homem de grande integridade que contribuiu muito para a transição democrática do Brasil – o de maior alegria profissional que tive: quando Vossa Excelência me convidou para ser Ministro de um Governo com a promessa de renovação do Brasil, com a promessa de que o Brasil será um país não só democrático, o que nós queremos que ele continue a ser, com instituições fortes, mas um país socialmente mais justo, um país que sabe se respeitar e porque sabe se respeitar é também respeitado no resto do mundo. Obrigado meus colegas e bem-vindos ao Itamaraty.

**Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cerimônia de formatura da Turma “Celso Furtado” (2002) do Instituto Rio Branco, no Palácio Itamaraty, em 1º de setembro de 2005**

Excelentíssimo Senhor José Alencar, Vice-Presidente da República; minha querida companheira Marisa; meu querido companheiro Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores e sua esposa, Ana; meu querido companheiro Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores; Embaixador Fernando Guimarães Reis, Diretor do Instituto Rio Branco; Embaixador Everton Vieira Vargas, Paraninfo da Turma Celso Furtado; senhoras e senhoras diplomatas; senhoras e senhores formandos; Secretário Marcos Sperandio, orador da turma; meus amigos e minhas amigas; meu querido companheiro Marco Aurélio Garcia,

Com grande satisfação, volto a esta Casa para participar da formatura de nova turma de diplomatas.

A partir de hoje, vocês poderão orgulhar-se de pertencer plenamente ao corpo de servidores públicos que se destacam pelo elevado grau de profissionalismo e pelo compromisso com os objetivos nacionais.

Este também é um momento especial para o Instituto Rio Branco, que completa 60 anos dedicados à preparação dos quadros do Itamaraty, para a nobre missão de representar o Brasil e defender seus interesses.

Desde o início do meu Governo, e sob a condução segura do meu querido chanceler Amorim, o Itamaraty tem tido um papel de destaque na construção de um novo projeto de nação.

Nossa diplomacia não é apenas um instrumento de projeção externa do país, mas um elemento constitutivo de nosso projeto coletivo de desenvolvimento. Para cumprir esses objetivos, a Casa de Rio Branco teve inédita autonomia administrativa que lhe permitiu, em sintonia com as grandes orientações políticas do Governo, levar adiante uma política externa de perfil elevado, inovadora e afirmativa.

A criatividade, o entusiasmo e o empenho de cada um de vocês permitirão aprofundar esse projeto. Ele não pertence a um partido ou grupo, não se subordina a engajamentos ideológicos e, menos ainda, se alimentam de pretensões de lideranças regionais.

Os objetivos que norteiam a nossa política externa são a defesa do interesse nacional e a solidariedade continental, o que implica construir uma ordem internacional mais democrática e equitativa.

A escolha de Celso Furtado para patrono desta turma demonstra que vocês, jovens formandos, compartilham essa visão. Temos todas as razões para homenagear esse admirável brasileiro, um dos grandes pensadores latino-americanos, lúcido intérprete do Brasil. Homem de pensamento e ação, Celso não se contentou em fazer um diagnóstico dos

problemas e desafios que, secularmente, impediram o país de realizar seu potencial de nação. Engajou-se na transformação dessa realidade.

Essa postura inspira as ações externas de meu Governo, uma atuação que está a serviço do desenvolvimento nacional e da construção de um Brasil mais solidário. Não aceitamos como fato consumado uma ordem internacional injusta, sustentada por processos decisórios pouco transparentes e pouco democráticos. Nossa atuação diplomática é fundada na defesa de princípios, mas também na busca de resultados. Tem uma dimensão utópica sem deixar de ser pragmática.

Vivemos em um mundo difícil, em que a correlação de forças é adversa às legítimas aspirações dos países em desenvolvimento. Não podemos nos acomodar à inércia e à inação. Menos ainda à submissão pregada por alguns poucos em nome de um discutível realismo.

Senhoras e Senhores,

Em um mundo globalizado e interdependente, nossa contribuição à paz e à democracia é determinada pelo princípio da não-indiferença. Por isso, nos engajamos nos esforços de estabilização do Haiti. Aceitamos o desafio de assumir o comando da Missão de Paz naquele país, atendendo a uma solicitação das Nações Unidas.

Essa é uma oportunidade histórica para os países da América Latina e do Caribe demonstrarem que é possível um novo modelo de cooperação internacional. Um modelo em que o restabelecimento da ordem e da segurança esteja alicerçado na recuperação econômica e na transformação social, nunca na truculência.

Graças à Missão das Nações Unidas, o Haiti caminha hoje para a realização de eleições democráticas que renovam esperanças no seu futuro. Respeitosos dos princípios da não-intervenção sem arrogância, mas também sem indiferença, contribuimos para a solução de crises em países de nossa América do Sul.

Ao mesmo tempo, estamos fortalecendo o

projeto de integração física, indispensáveis para dar à região condições de inserir-se competitivamente no mundo de hoje.

O mesmo compromisso político e ético nos levou, em 2004, a lançar a Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. A iniciativa reuniu 60 líderes mundiais em Nova Iorque e trouxe para o centro da Agenda Internacional a urgência de se enfrentar esses dois flagelos. O compromisso de mais de 100 países no sentido de buscar fontes alternativas inovadoras de financiamento reforçam nossa convicção de que é possível eliminar a pobreza extrema em nosso Planeta.

Igual espírito de solidariedade tem presidido o resgate e o aprofundamento de nossas relações com a África. Em três visitas ao Continente, já estive em 14 países e assumi o compromisso de retornar todos os anos à região com a qual temos afinidades históricas e culturais.

As relações do Brasil com os países africanos, tanto em matéria de cooperação como de comércio, vêm ganhando intensidade sem precedentes. Somente neste último mês de agosto, recebi a visita de dez líderes africanos. Estamos lançando parcerias mutuamente vantajosas, sem assistencialismo, que abrem oportunidades promissoras de negócios em frentes inovadoras de colaboração.

Confiamos nos esforços de transformação política que estão em curso no continente africano. À frente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e em coordenação com a União Africana, o Brasil tem contribuído para a normalização institucional em pontos consagrados da região. Apoiamos a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Colaboramos para o diálogo político e a capacitação institucional, social e econômica de Guiné-Bissau.

Senhoras e Senhores,

As realizações de nossa diplomacia, nesses dois anos e meio de Governo, reforçam minha convicção de que estamos no caminho certo. São muitas as manifestações de respeito e estímulo ante

essa mudança da presença do Brasil na cena internacional.

É amplamente reconhecida a contribuição que temos prestado para a democratização dos organismos multilaterais e para a conformação de uma nova geografia política, econômica e comercial.

A constituição do G-20, que contou com a colaboração decisiva do Brasil, alterou a dinâmica do processo decisório da Organização Mundial do Comércio, trazendo países em desenvolvimento para o centro das negociações.

A Organização Mundial do Comércio está deixando de ser um clube dos ricos, em benefício do sistema multilateral de comércio como um todo. Trabalharemos agora para concluir, com êxito, as negociações da Rodada de Doha.

O comércio deve tornar-se definitivamente uma alavanca do desenvolvimento e permitir que a criatividade e a competitividade de nossa gente sejam justamente recompensadas.

Estamos empenhados na eliminação dos subsídios bilionários à exportação e na redução drástica do apoio interno à produção agrícola dos países desenvolvidos. Os recursos hoje gastos com subsídios agrícolas são seis vezes maiores do que o montante adicional necessário para implementar as Metas do Milênio.

A democratização do sistema internacional não será completa sem uma efetiva reforma das Nações Unidas, que necessita maior eficácia e legitimidade. Juntamente com os parceiros do G-4, temos insistido na necessidade, em particular, de ampliar o Conselho de Segurança. É inadiável torná-lo mais representativo, com a inclusão de países em desenvolvimento entre os membros permanentes.

Ninguém ignora a complexidade dessa tarefa. Mas estamos convencidos da importância e da oportunidade dessa discussão. A nova correlação de forças internacionais que almejamos para além de um mundo unipolar passa também por parcerias estratégicas alternativas e pelo reforço do diálogo Sul-Sul.

Ainda no primeiro ano de meu Governo, formamos o IBAS com Índia e África do Sul. Ao juntarmos as três grandes democracias do mundo em desenvolvimento criamos novo mecanismo de articulação entre países com grande potencial de cooperação econômica, cultural e científica.

A realização, em Brasília, em maio de 2005, da Cúpula América do Sul/Países Árabes reforçou nossa convicção de que os países em desenvolvimento, atuando de forma coordenada, têm condições de encontrar as respostas para os desafios comuns. Abrimos novas e promissoras oportunidades de negócios entre as duas regiões e inauguramos um encontro inédito de civilização sobre o signo do diálogo e da tolerância.

Senhoras e senhores,

Desde o primeiro dia de Governo, ressaltei que o foco prioritário de nossa diplomacia seria a criação de uma América do Sul mais unida, próspera e estável. Quero reconhecer de público o trabalho incansável do Itamaraty para tornar realidade o sonho da integração sul-americana.

Estamos provando que, com paciência, dedicação e visão de futuro, é possível atingir objetivos ousados que antes não saiam do papel. Não foi pouco o que realizamos nesses dois anos e meio. Criamos as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações, que se reunirá, pela primeira vez, após sua fundação em Cuzco, em Brasília, dentro de poucas semanas.

Estamos avançando rapidamente nas áreas de infra-estrutura e integração energética, fundamentais para a consolidação de um espaço sul-americano. Ao mesmo tempo, concluímos acordos comerciais com a Comunidade Andina que estabelecem praticamente uma área de livre comércio na região.

Estamos tornando a América do Sul uma realidade tangível para os brasileiros que, por muito tempo, viveram de costas para seus vizinhos. O fortalecimento do MERCOSUL é pedra angular desse esforço de integração, e as relações com a

Argentina, seu motor essencial.

É preciso reconhecer que, muitas vezes, não temos tido agilidade para responder às expectativas criadas e para superar os entraves inerentes a qualquer processo de integração profunda.

Precisamos avançar mais, levando em conta as preocupações legítimas de nossos parceiros. Temos que aumentar as nossas importações, sobretudo dos sócios menores, e avançar na integração das cadeias produtivas.

O futuro do MERCOSUL depende, em última análise, de nossa capacidade de desenvolver políticas industriais e agrícolas comuns e de fortalecer o Bloco no plano institucional.

Temos razões para otimismo. O comércio intra-regional retoma com vigor sua trajetória ascendente. Em 2004, nossas exportações para os países do MERCOSUL aumentaram 60%. O poder de atração do Bloco, cada vez maior, reflete-se no número crescente de países associados e no dinamismo de nossas negociações externas.

Senhoras e senhores,

A política externa brasileira alcançou um novo nível de maturidade. Não estamos mais limitados por fronteiras imaginárias ou fórmulas prontas. Estamos explorando oportunidades de diálogo, cooperação e negócios, onde quer que elas existam.

Desenvolvemos parcerias diversificadas e relações mais equilibradas com todas as regiões do mundo. Na melhor tradição de nossa diplomacia, temos feito isso sem confrontações estereis e valorizando sempre as relações indispensáveis com parceiros tradicionais do mundo industrializado.

Para aqueles que acreditam nas estatísticas, basta olhar os resultados excepcionais do nosso comércio exterior. Desde 2003, nossas vendas para os Estados Unidos e para a União Européia crescem em ritmo acelerado. As exportações para os Estados Unidos, somente neste ano, aumentaram quase 24%. Esses números espelham o excelente nível de entendimento político bilateral.

Nossas vendas para os países em

desenvolvimento aumentaram exponencialmente e já representam mais de 50% de nossas exportações, concentrando-se em produtos de maior valor agregado. O comércio exterior brasileiro, que já ultrapassou a marca histórica de 110 bilhões de dólares, é tão somente expressão de uma realidade maior.

O Brasil está assumindo um papel de crescente relevo no cenário internacional, articulando seus interesses com base no diálogo e em nome de valores universais, democráticos e humanistas.

Estamos projetando lá fora os êxitos econômicos e sociais que temos tido aqui dentro. Depois de tantos anos de recessão e crescimento medíocre, entramos na rota de crescimento sustentado. Isso permitiu criar mais de 3 milhões e 250 mil novos empregos com carteira profissional assinada.

Oito milhões de famílias – e serão 8 milhões e 700 mil famílias em dezembro – já se beneficiam dos programas de transferência de renda do Governo. Domamos a inflação e nossa vulnerabilidade internacional teve uma redução sem precedentes nas últimas décadas. O Brasil se constitui em um ponto de atração para investimentos produtivos de todo o mundo.

Em suma, o Brasil se afirma como nação que toma as rédeas de seu destino. Um país que ouve e é ouvido.

É por isso que hoje, um dia especial na vida dos novos diplomatas, quero deixar-lhes uma mensagem ao mesmo tempo singela e poderosa. Inspirem-se no exemplo de Celso Furtado. Acreditem sempre no Brasil, em seu imenso potencial como nação e na capacidade transformadora do nosso povo.

Por isso, quero desejar a todos boa sorte e dizer a vocês que saímos da teoria para a prática, realizando coisas consideradas extraordinárias para o nosso país. Vou ler alguns números, sobretudo para vocês que estão assumindo essa tarefa importante de representar o Brasil no mundo.

No mês de agosto, a balança comercial bateu o seu quarto recorde consecutivo. As exportações, em maio, fecharam com 9,8 bilhões. No mês de junho, as exportações ultrapassaram, pela primeira vez, a marca dos 10 bilhões – foram 10 bilhões e 200 milhões. Em julho, as exportações chegaram a 11 bilhões. Em agosto, os números confirmaram a sustentabilidade e as exportações chegaram a 11 bilhões e 300 milhões, com um saldo positivo de 3,7 bilhões de dólares.

Mais importante, no mês de agosto, outros recordes também foram batidos. As importações atingiram a cifra recorde de 7 bilhões e 700 milhões, quebrando a barreira dos 7 bilhões. A corrente de comércio também alcançou cifra recorde de 19 bilhões. Em comparação com agosto do ano passado, os números ficaram assim: as exportações cresceram 20% e as importações 31%. No acumulado de 12 meses, novos recordes: exportações de 111 bilhões e 200 milhões e importações de 71 bilhões e 100 milhões, somando 182 bilhões na corrente de comércio, um recorde histórico do nosso país. O saldo foi de 40 bilhões de dólares favoráveis ao Brasil.

Quero aproveitar a emoção dos jovens que estão se formando hoje, depois dos discursos brilhantes de todos que me antecederam, para fazer alguns reconhecimentos. Primeiro, expressar a felicidade de ter escolhido o Celso Amorim para ser Ministro das Relações Exteriores do meu Governo. Não apenas porque o Celso Amorim é um diplomata calejado, experimentado, e não basta isso para exercer o papel de chefe das nossas Relações Exteriores. É preciso, além de toda essa graduação, de toda essa formação intelectual, ter vontade e acreditar naquilo que faz. Eu não sei se em algum momento histórico, mesmo ele, quando foi Ministro do outro Governo, teve a disposição que tem hoje para trabalhar. Porque uma coisa é você cumprir uma função, outra é você fazer algo em que você acredita, sobre o qual a sua consciência e o seu coração dizem: vai nessa, que nós vamos vencer.

Me lembro que quando chamei o Celso

Amorim e, logo depois, convidei o Marco Aurélio para trabalhar como meu assessor, não faltaram pessoas que tentaram criar disputas, alegando que eu tinha um chefe das relações internacionais e um assessor especial e que, portanto, haveria um confronto entre os dois. É importante dizer: o Celso Amorim cumpre a função institucional de ser Ministro das Relações Exteriores, e o Marco Aurélio cumpre uma outra função, tão nobre quanto se tivesse o título de ministro ou de embaixador, e faz um trabalho que possivelmente qualquer um outro, até eu, teria dificuldade de fazer, porque o Marco Aurélio tem uma relação especial com a esquerda da América Latina e a esquerda européia. E, para nossa felicidade, muitos companheiros que eram militantes de esquerda na década de 80 estão se transformando em Governo. Desse modo, passamos a ter uma relação privilegiada com presidentes e com ministros que eram militantes, junto conosco, do Foro de São Paulo, tentando encontrar uma saída democrática para a esquerda na América Latina.

Essa função de assessor especial é uma função que permite, ao mesmo tempo, ter uma relação de alto nível com o presidente de um país e ter uma relação de alto nível e de confiança com a oposição daquele país, com os sindicatos, com os grupos indígenas, com o movimento social, porque é uma relação construída ao longo de 15 ou 20 anos. Não é algo que aconteceu porque alguém tem um cargo, aconteceu porque temos uma relação.

Quero, Celso Amorim, ressaltar isso porque já estamos com 32 meses de Governo e acho que você e o Marco Aurélio deram uma dimensão extraordinária do que é possível construir. Somos capazes de ir à Bolívia conversar com os Presidentes, conversar com os Senadores e depois chamar o Evo Morales e conversar com ele com a mesma respeitabilidade, com o mesmo grau de reconhecimento. Foi isso que permitiu que criássemos o Grupo de Amigos para ajudar a Venezuela, porque ao mesmo tempo que conversávamos com o Chávez, conversávamos com a direita na Venezuela, com os

setores de esquerda da Venezuela, para que houvesse essa compreensão.

O mesmo aconteceu com o Equador, o mesmo aconteceu com o Uruguai. Acho extraordinária a relação entre vocês dois, e a possibilidade de ver a América do Sul em um caminho de consolidação da democracia, tal como estamos vivendo hoje.

A segunda coisa, Celso, que acho extremamente importante é que, obviamente, os números comerciais não dependem apenas da questão de comércio exterior. Não acredito em política que a gente não olhe no olho das pessoas, em que não exista o tocar de mão, o abraço. Não acredito que as pessoas comprem o que não vêem, que as pessoas comprem o que não conhecem. E o desafio que eu impus a mim, antes da campanha, durante a campanha e depois de eleito, era o de que o Brasil precisava parar de pensar pequeno, o Brasil precisava parar de se achar um país de Terceiro Mundo, um coitado, que dependia muito da sua relação com os Estados Unidos, que dependia muito da sua relação com a Europa, que pensava muito se podia ou não podia fazer, porque os ricos não gostariam.

Nós partimos do pressuposto de que respeito é bom, nós gostamos de dar e gostamos de receber, e que, para além da nossa relação com os países mais importantes do mundo, há a relação com o nosso povo, a relação com o tipo de nação que nós queremos construir, e a relação com os objetivos que construímos para o futuro deste país. E provamos que o Brasil pode ser tão respeitado em sua relação internacional quanto qualquer país do mundo.

Para isso, basta que você se respeite. Para vocês que vão agora adentrar na diplomacia brasileira, que vão viajar o mundo representando o Brasil, um conselho de um Presidente da República, de um sindicalista que passou a vida inteira negociando: vocês só serão respeitados se vocês se respeitarem; portanto, nunca baixem a cabeça numa negociação.

Toda vez que vocês estiverem vacilando,

lembrem-se de que vocês representam um país de 186 milhões de habitantes, que têm aspirações, que têm desejos e que estão depositando confiança no nossos jovens diplomatas, que estão com entusiasmo, que estão com esperança, que têm o objetivo de fazer este país ser cada vez maior.

Celso, o Itamaraty sempre me recebeu. A diplomacia brasileira sempre me recebeu bem no mundo inteiro, quando não era Presidente, quando era oposição. Você mesmo me recebeu. Nossos embaixadores no mundo inteiro me receberam com muita fidalguia, com muita diplomacia. Nunca tive nenhum problema nas nossas relações, onde quer que seja, fosse como dirigente sindical ou como candidato da oposição – hoje, como Presidente, sei que sou melhor cuidado.

De qualquer forma, temos que estar convencidos de que mudou a diplomacia brasileira. Ela mudou com os mesmos diplomatas, com os mesmos profissionais que tínhamos antes. E por que ela mudou? Ela mudou exatamente porque tem uma orientação e tem preferências e objetivos definidos. Nós não poderíamos ficar de costas para a América do Sul, vendo os países com fronteira conosco comprando produtos de outros continentes porque nós não temos estradas, não temos pontes, não temos aviões, não temos aeroportos, não temos portos.

Devemos nos convencer de que temos que participar desse processo de integração. No dia 9, Celso, estaremos lá no Peru para lançar a pedra fundamental da Rodovia Bioceânica. Vamos concretizar no dia 9, com o lançamento da pedra fundamental de uma estrada que, a começar do Acre, vai ligar o Brasil ao Oceano Pacífico, o discurso teórico de mais de um século e meio que motivou Bolívar, que motivou Martín, que motivou tantos heróis da América Latina.

Nós estamos fazendo, Celso – acho que foi você que me falou –, por meio de uma política de financiamento do BNDES, aquilo que Bolívar tentou fazer com a espada, que outros tentaram fazer com luta. Estamos fazendo com política de financiamento,

muitas vezes criticada dentro do Brasil. Nós não estamos apenas financiando, estamos exportando serviços brasileiros, e o Brasil só tem a ganhar com isso, sem que, em momento algum, numa palavra, num gesto, tenhamos transmitido qualquer idéia de que queremos ter hegemonia.

Eu tenho dito a todos os Presidentes: queremos ter parceria, não queremos ter hegemonia. Até porque ninguém é líder porque pede para ser líder, ninguém é líder porque tem mais dinheiro, ninguém é líder porque fala mais grosso ou mais fino. Os líderes surgem quando os liderados o escolhem como líder, e o Brasil quer construir uma parceria forte com a América do Sul, sim, porque é um mercado extraordinário, não apenas para o Brasil, mas também para o desenvolvimento de cada país da América do Sul, e porque não seremos ricos se tivermos nas nossas costas países miseráveis onde persistem a fome, o desemprego e a miséria.

A política para a África. Sei que tem muita gente que não gosta e pensa: “O Presidente Lula, deixar de ir para os Estados Unidos mais uma vez, deixar de ir para Paris mais uma vez, deixar de ir para Londres mais uma vez, para ir para a África? Já visitou quatorze países na África!”. Já visitei quatorze, e no ano que vem visitarei mais quatro ou cinco países. Não apenas porque temos razões de sobra para visitar a África, porque temos dívidas históricas com os africanos, devemos parte do que somos aos africanos, mas também porque sabemos que aquela região do mundo não se desenvolveu porque durante mais de 300 anos tiramos de lá a parte mais sadia da população, a parte mais jovem, que poderia ter contribuído para o desenvolvimento. Ela veio ser escrava no Brasil, nos Estados Unidos, no Haiti, em Cuba e em tantos outros países.

Portanto, temos que visitar a África quantas vezes for necessário. E não apenas pensando em comércio, porque não se faz relação apenas pensando em comércio, se faz relação pensando em política, se faz relação pensando em cultura, se faz relação, sobretudo, pensando em fazer políticas de

colaboração e de cooperação com países africanos e com outros países.

Me lembro que muita gente não gostou da nossa relação com o Oriente Médio, mas onde é que estava escrito que a relação preferencial com o Oriente Médio tinha que ser dos Estados Unidos, tinha que ser da Inglaterra, da França ou da Rússia? Não estava escrito em lugar nenhum, não tem manual na ONU, não está na Bíblia, não está em lugar nenhum, porque só eles é que podem ter relações e nós não podemos.

Assumimos o desafio de fazer uma Cúpula com os países arábes, aqui. Alguns diplomatas sabem das dificuldades porque sofreram muita pressão para que ela não existisse. E a Cúpula, depois de tudo, depois da má vontade de alguns, realizou-se, e com um sucesso que acho que não poderia ter sido maior.

Estamos pensando de forma ainda mais ampla, em realizar uma Cúpula com os países africanos. A Nigéria já se ofereceu para sediá-la, o Obasanjo, está vindo aí, no dia 6, e vamos ver se ele está disposto a bancar uma Cúpula na Nigéria entre América do Sul e países africanos. E vamos fazer sem que isso diminua a nossa relação com os Estados Unidos, porque não precisa ser diplomata, formado no Rio Branco, para saber que a nossa relação com os Estados Unidos tem que ser cuidada com carinho especial pela importância que os Estados Unidos têm no mundo, pela importância do Brasil e pelo potencial dos dois países.

O mesmo vale para a União Européia. Jamais queremos brigar com a União Européia. Só queremos dizer para eles: temos o mesmo direito que vocês. Não somos menores, não queremos ser maiores e queremos que vocês tornem o comércio mundial mais justo, favorecendo os países mais pobres. Fazemos assim com a China. Nós não tivemos nenhum problema em reconhecer a China como economia de mercado. Mas não teremos nenhum problema em colocar salvaguardas para evitar que os produtos chineses causem qualquer dificuldade na economia brasileira.

É com essa altivez e é de cabeça erguida que vocês irão vencer na vida. É de cabeça erguida e com altivez que vocês serão os diplomatas que vocês sonharam ser e conquistarão o respeito que vocês precisam e merecem ter, não apenas de nós, brasileiros, do Governo brasileiro, mas também dos povos estrangeiros e dos Governos estrangeiros.

Quando vocês estiverem numa Embaixada, como São Tomé e Príncipe, pequena, humilde, pensem nisso. E o Brasil tem que ter, mas tem muita gente que fala: “Não, está gastando muito dinheiro com a diplomacia; o Governo está querendo montar Embaixada em país africano pequenininho”. Puro preconceito, porque quando você visita esses países, a maior Embaixada é a dos Estados Unidos, ocupa quarteirões e quarteirões. Sabem por quê? Porque eles têm noção de Nação, têm noção de respeito e sabem que é importante o fincar uma bandeira num pequeno território de alguns metros quadrados para

estabelecer relação política.

Nós ficamos com dó de gastar 5 mil dólares, 6 mil dólares, 10 mil dólares. Vamos ter que avançar e avançar muito para que o Brasil, definitivamente, a partir da mudança da mentalidade da nossa imprensa, do nosso povo, dos nossos diplomatas, faça diplomacia sem preconceito, como muitas vezes temos em relação a países da América do Sul, como, às vezes, temos em relação a países da África. Até porque jamais seremos uma grande Nação se deixarmos prevalecer dentro de nós duas coisas que tornam a alma humana menor, que tornam a consciência medíocre: a subordinação e o preconceito.

Tirem essas duas coisas da cabeça de vocês que certamente vocês serão vencedores, mais do que já foram até agora.

Meus parabéns, e muito obrigado a vocês.

## Início das obras da Rodovia Interoceânica

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de início das obras da Rodovia Interoceânica, em Puerto Maldonado, Peru, em 8 de setembro de 2005*

Excelentíssimo Senhor Alejandro Toledo, Presidente da República do Peru; Senhora Eliane de Toledo, Primeira-dama do Peru; Excelentíssimo Senhor Eduardo Rodríguez Veltzé, Presidente da República da Bolívia; Senhores Ministros das Relações Exteriores; Senhor José del Maestro Rios, Presidente regional de Madre de Dios; meu querido companheiro Jorge Viana, Governador do estado do Acre; Senhor Eduardo Zavala, Prefeito de Puerto Maldonado; senhoras e senhores membros das comitivas do Peru, da Bolívia e do Brasil; Senador Sibá Machado, do Brasil; Deputada Perpétua Almeida; Deputados Miguel de Souza e Zico Bronzeado; meus companheiros e companheiras; companheiros da imprensa brasileira, da imprensa boliviana e da imprensa do Peru,

Fiz questão de ter um intérprete no meu pronunciamento porque senão apenas alguns poucos iriam entender todas as minhas palavras e todas as minhas intenções.

Quero, inclusive, cumprimentar os empresários brasileiros, os empresários peruanos e os empresários da Bolívia porque nós, governantes, estamos começando a fazer a nossa parte. Depois da estrada, virão os empresários procurar as oportunidades para parcerias, joint ventures no campo da agricultura, no campo da indústria e no campo do comércio.

Por isso, quero dizer ao Presidente Toledo

que estamos aqui, hoje, concretizando um sonho. Um sonho de muitos que morreram há muito tempo e que tanto lutaram para que a nossa querida América do Sul passasse por um auspicioso processo de integração.

Na verdade, querido companheiro Toledo, estamos aqui, saindo da era dos discursos para entrar na era da prática. Este ato de lançamento da pedra fundamental da Rodovia Interoceânica em Puerto Maldonado é um momento especial para as relações entre Brasil e Peru. Estamos, hoje, inaugurando um capítulo novo na história da região Amazônica e da América do Sul, como um todo. Celebramos a realização de um sonho que peruanos, bolivianos e brasileiros acalentaram por décadas, sonho que, até agora, não havia saído dos discursos e das intenções. Iniciamos, hoje, a integração física de nossos países. Nossa fronteira deixa de ter uma linha de divisão. Será, cada vez mais, um traço de união entre nossos povos. A geografia torna-se nossa aliada. Homens, como Manoel Paes Sousa, Euclides da Cunha e o próprio Barão do Rio Branco dedicaram-se, faz um século, a marcar os limites entre nossos países. Hoje, temos que explorar nossas fronteiras até nossas potencialidades de cooperação.

A Rodovia Interoceânica, por sua grandeza e importância estratégica, será um poderoso instrumento de progresso. Haverá novas frentes de trabalho e de oportunidades, resgatará populações

historicamente isoladas e marginalizadas. Essa obra é um símbolo da confiança, amizade e cooperação que marcam nossas relações. Ela corresponde à aposta que Brasil e Peru fizeram, uma aliança profunda e irreversível. Materializa a convicção de que podemos superar as limitações que ainda travavam o desenvolvimento de nossos países. A Rodovia Interoceânica será o indutor de descentralização, prosperidade e renovação.

Meu querido amigo Presidente Alejandro Toledo,

Quando estive em Lima, há mais de dez anos, percebi quão pouco conhecemos a riqueza, a variedade cultural e as oportunidades que o Peru oferece para nós, brasileiros. Lamentei a quantidade de produtos que importamos de outros países e que poderiam perfeitamente ser fornecidos pela indústria e pela agricultura peruanas. Os povos da Amazônia brasileira querem também que seus produtos, seu trabalho e sua visão de mundo possam chegar a outras terras e a outros continentes.

Estou certo de que a estrada interoceânica trará benefícios diretos e imediatos para a macro região sul-peruana, para o norte e o centro-oeste brasileiros e também para o ocidente boliviano. Ela promoverá o desenvolvimento econômico das regiões fronteiriças por multiplicação e diversificação dos produtos e serviços comercializados. Favorecerá também a presença do Estado nessas áreas, a segurança e a proteção do meio ambiente, coibindo, sobretudo, a exploração ilegal de madeiras. Permitirá uma melhor assistência, com unidades locais, facilitando o acesso de agentes de saúde, professores, pesquisadores e outros profissionais, juntamente com os empresários. Serão os novos atores do desenvolvimento regional.

Serão criadas as condições para novos investimentos, favorecidos pela inigualável diversidade agrícola, biológica e mineral dessa terra. Vamos aproveitar o grande potencial energético dessa região. Aí está o caráter estratégico desta obra

ambiciosa.

Essa estrada terá ainda um enorme impacto sobre o turismo. Do alto de Cuzco e na Planície Amazônica os visitantes conhecerão um patrimônio natural sem par.

Quero prestar homenagens ao governador Jorge Viana e aos presidentes regionais peruanos que estão aqui conosco. Eles acreditaram e investiram neste sonho. Mais do que ninguém tiveram clareza sobre o que este projeto significará para a região. Trabalhadores, empresários, turistas e investidores estão para chegar. E com eles novas oportunidades de empregos, de cooperação e de negócios.

Quero convidar os homens de visão para abraçar este desafio de escrever conjuntamente a história futura de nossos países e de nossa região.

Meus caros Presidentes Toledo e Rodríguez, Esta obra se constrói de sonhos e de concreto, tem grande valor material, tem maior valor simbólico. A Rodovia Interoceânica é o primeiro grande pilar desta grande estrada comum que estamos edificando na América do Sul. Ela atesta o nosso compromisso de construir a infra-estrutura necessária à união definitiva de nosso continente. Tenho insistido que os importantes acordos comerciais que assinamos só trarão resultados quando criarmos os meios efetivos para a sua implementação.

Pontes e estradas não apenas transpõem rios e unem comunidades distantes, como também tornam possível o diálogo, a cooperação e o comércio entre os povos. A conexão física da América do Sul é um requisito para que a nossa região se integre de forma competitiva nessa economia globalizada. Como disse, na histórica Reunião de Cuzco, em dezembro passado, ao integrarmos nossos países, estamos nos integrando com o mundo. Nessa empreitada, a parceria inovadora entre a Corporação Andina de Fomento e o Proex brasileiro tem demonstrado que, unindo esforços, estaremos realizando o desafio da construção da Comunidade Pan-Americana de Nações.

Ainda este mês, em Brasília, terei o prazer

de receber os amigos, Presidente Toledo e Presidente Rodríguez, juntamente com os demais líderes sul-americanos para a primeira reunião de Cúpula de nossa comunidade. Vamos reafirmar os compromissos continentais de tomar com as próprias mãos as rédeas do nosso destino comum.

Essa pedra fundamental que assentamos hoje, em solo peruano, tem, portanto, uma especial significância. Ela é o alicerce da obra maior que teve em Bolívar e em outros tantos próceres seus primeiros arquitetos. Está cimentada pela amizade de nossos povos e pela convicção de que só depende de nós, e de mais ninguém, a construção de um futuro mais próspero, mais justo e solidário.

Querido companheiro Toledo; meus queridos amigos; mulheres e homens do Peru, da Bolívia,

Tivemos a felicidade de, no ano passado, inaugurarmos a primeira ponte entre Bolívia e Brasil. Uma ponte pequena, muito estreita, em que só cabe um carro. Mas, de qualquer forma, o primeiro sinal da integração em 500 anos de história.

Já estou convidando o Presidente Toledo para que possamos, em novembro, inaugurar uma ponte entre Assis Brasil, no estado do Acre, e Iñapare, no Peru, para que não apenas as mercadorias transitem, mas nossa alma latina transite, e o povo peruano possa transitar para o Brasil e o povo brasileiro possa transitar para o Peru, quem sabe, talvez, sem precisar de passaporte, sem desconfiar das pessoas, acreditando que a integração da América do Sul é um fato irreversível.

É muito importante a nossa aliança com o Norte, é muito importante a nossa aliança com outros países e outros continentes. Mas temos a obrigação moral, política, ética, e a obrigação para com o nosso povo, de afirmarmos, cada dia, que a América do Sul só deixará de ser um continente pobre no dia em

que acreditarmos em nós mesmos. O que temos que fazer, ao invés de ficarmos olhando para os países mais ricos, é olharmos para a nossa pobreza e saber que poderemos acabar com ela quando nossos países se desenvolverem.

Esta estrada, que é a estrada do desenvolvimento, a estrada da integração, é a realização de um sonho de muitos, inclusive o meu, que, desde muito pequeno, ouvi falar numa rodovia interoceânica.

Pois bem, meu querido companheiro e irmão Presidente Toledo, quis Deus que você e eu pudséssemos começar esta obra. Não sabemos se vamos viver para ver a concretização dela. A única coisa de que tenho certeza é que, em algum momento, alguém escreverá, na História, que foi exatamente neste dia que a Comunidade Sul-Americana de Nações se consolidou. Não tem volta. Temos que continuar construindo estradas porque devemos aprender com a história. Ou fazemos a integração, ou atravessaremos mais um século sendo países de boas perspectivas, mas países pobres.

Por isso, meu querido Presidente Toledo, quero terminar minhas palavras dizendo que hoje estamos aqui demonstrando que quando os políticos são sérios e conversam seriamente, transformam suas conversas em realidade. E o povo do Peru, que já tem orgulho de seu Presidente, no futuro terá muito mais orgulho de um Presidente que não teve medo de gastar dinheiro em uma região tão distante como esta. Porque, muitas vezes, é melhor fazer obra onde há desenvolvimento, e estamos fazendo obras em regiões do Peru, da Bolívia, e também do Brasil, que são pobres e que merecem, dos governantes, o mesmo carinho e a mesma atenção que os grandes centros ricos dos nossos países.



## Visita do Presidente da República à Organização das Nações Unidas

*Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de abertura da Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio), Nova Iorque-EUA, 14 de setembro de 2005*

Senhor Presidente,  
Senhores Chefes de Estado,

Para Josué de Castro, brasileiro e cidadão do mundo, “a fome” é expressão biológica de males sociológicos”. Ela é um flagelo fabricado pelos homens, contra os homens. Essas idéias guardam atualidade. Fiz do combate à fome prioridade de meu governo. É luta que expressa desafio maior: promover o desenvolvimento com justiça social e democracia política.

Em 2004 organizei, junto com meus colegas da França, Chile e Espanha, reunião de alto nível para promover Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. Sessenta Chefes de Estado e de Governo e mais de 100 delegações responderam positivamente.

Hoje damos continuidade a um debate iniciado na Cúpula do Milênio. Estamos trabalhando para que as Metas do Milênio sejam alcançadas. O relatório Sachs mostra que esses objetivos são possíveis.

O debate sobre fontes inovadoras de financiamento do desenvolvimento deixou de ser tabu. A ONU trouxe o tema para o centro de sua agenda. O BIRD, o FMI e o G8 sensibilizaram-se para a questão.

Este debate e os eventos paralelos

relacionados às Metas do Milênio refletem a força da mobilização.

Para cumprir aqueles objetivos a comunidade internacional necessita engajar-se. Ir mais rápido. Passar da palavra à ação. Aprofundar parcerias entre governos, empresários e sociedade civil.

No ano passado, sugerimos mecanismos para obter recursos adicionais, que permitissem ajuda mais eficiente, em bases estáveis e previsíveis.

Este ano, o grupo técnico, mais Alemanha e Argélia, discutiu iniciativas de curto prazo. Caminhamos para a execução de projetos-piloto em torno de algumas dessas idéias. Apóio a proposta de meu amigo Chirac, de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas. Sei que outros países, como o Chile, já adotaram essas idéias.

No Brasil, determinei que meu Governo apresse estudos para que a medida possa ser colocada em prática. Esse mecanismo arrecadará recursos significativos.

Mais importante será seu efeito de demonstração. Com criatividade e solidariedade, seremos capazes de encontrar fórmulas inovadoras para o combate à pobreza extrema.

Iremos propor à Assembléia-Geral a redução dos custos das remessas internacionais dos emigrantes. Queremos que elas cheguem

integralmente a seus destinatários. Isso ajudará a gerar renda e emprego para as famílias daqueles que deixaram o lar em busca de oportunidades.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que a contribuição maior do Brasil à erradicação da fome no mundo é o esforço inédito que estamos fazendo no nosso próprio país. As ações que integram o Fome Zero são parte de uma grande transformação em curso no Brasil.

Contribuem para realizar cinco dos oito objetivos do Milênio. Transferimos não apenas renda, mas o direito à educação e à saúde.

Condicionamos o benefício à frequência escolar e ao acompanhamento da saúde das gestantes e das crianças.

O Brasil contribui para a superação da pobreza e das desigualdades, quando promove discussões sobre a necessidade de maior equilíbrio e justiça no comércio internacional.

Escandalosos subsídios aos agricultores dos países industrializados representam seis vezes o adicional de 50 bilhões de dólares necessários anualmente para cumprir as Metas do Milênio.

Neste mundo turbulento e inseguro em que vivemos, estou convencido de que a erradicação da fome é condição indispensável para construir uma ordem internacional estável e pacífica.

A hora de agir é agora.

Muito obrigado.

### **Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Reunião de Cúpula do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York, em 14 de setembro de 2005**

Senhor Presidente,

Desejo congratulá-lo pela iniciativa de convocar esta reunião, em um momento crucial para o futuro das Nações Unidas.

Intensificam-se os esforços para fortalecer a ONU e seus órgãos principais. Precisamos adequar o Conselho de Segurança às exigências políticas e

econômicas de um mundo em profunda transformação.

Esta é a terceira reunião de Cúpula do Conselho em 60 anos de existência.

Em 1992, os Chefes de Governo dos membros do Conselho se reuniram para celebrar o fim do confronto Leste-Oeste e os novos horizontes que se abriam para uma ação efetiva em favor da estabilidade internacional. Havia motivos para confiar no futuro da segurança coletiva.

Em 2000, o encontro de Cúpula coincidiu com atos de brutal violência movidos pela intolerância racial e religiosa.

Buscava-se aprender as lições das guerras civis na ex-Iugoslávia e em Ruanda para recuperar a capacidade de a Organização conter abusos maciços aos direitos humanos.

Hoje, estamos confrontados a ameaças cada vez mais complexas. Os dois projetos de resolução sobre a mesa são uma tentativa de dar resposta a esses desafios.

Atos bárbaros de terrorismo continuam sendo perpetrados contra inocentes e indefesos.

O combate a esse flagelo exige firmeza.

Mas não o derrotaremos apenas pela repressão. Precisamos evitar que o terrorismo crie raízes em meio à desesperança. Temos de rejeitar o preconceito e a discriminação, sob qualquer disfarce ou pretexto.

No combate à violência irracional nossas melhores armas são a cultura do diálogo, a promoção do desenvolvimento e a defesa intransigente dos direitos humanos.

Senhor Presidente,

O Conselho deve continuar a dedicar também amplo espaço em sua pauta às questões africanas.

Nos 14 países africanos que já visitei e nos numerosos contatos em Brasília com lideranças do Continente, pude comprovar o importante progresso institucional e econômico em curso na região.

A decidida vontade política de suas lideranças

de superar os conflitos do presente e lidar com a herança de um passado de dependência tem sua melhor expressão na criação da União Africana.

Esse exemplo merece ser acompanhado por todas as regiões que almejam integrar-se de forma soberana e pacífica na comunidade internacional.

No Haiti, a América Latina quer demonstrar que as Nações Unidas não estão condenadas a simplesmente recolher os destroços dos conflitos que não pôde evitar.

A Missão de Estabilização das Nações Unidas está oferecendo um novo paradigma de respostas aos desafios da solução dos conflitos e da reconstrução nacional.

Estamos contribuindo para a estabilização duradoura do país – sem truculências ou imposições.

Estamos estimulando o diálogo e apoiando a reconstrução institucional e econômica.

O estabelecimento de uma Comissão de Construção da Paz mostra que a comunidade internacional partilha essa mesma visão.

Uma melhor coordenação entre o Conselho de Segurança e o ECOSOC assegurará que situações como as do Haiti ou da Guiné-Bissau recebam tratamento adequado.

São crises profundas de sociedades que buscam reencontrar o caminho do desenvolvimento.

Nessas questões, a ação das Nações Unidas é insubstituível.

É o caso do conflito no Oriente Médio, onde questões políticas sensíveis precisam ser equacionadas com credibilidade e transparência.

Com esse espírito, o Brasil apóia os esforços do “quarteto” para implementar o Mapa para a Paz.

Senhor Presidente,

O projeto de reforma das Nações Unidas, hoje em discussão, é indissociável da atualização do Conselho de Segurança.

Sua agenda cada vez mais ampla e ambiciosa implica responsabilidades diversificadas – muitas vezes em áreas não previstas pela Carta.

Não é admissível que o Conselho continue a operar com um claro déficit de transparência e representatividade.

A boa governança e os princípios democráticos, que valorizamos no plano interno, devem igualmente inspirar os métodos de decisão coletiva e o multilateralismo.

Temos diante de nós uma oportunidade histórica para ampliar a composição do Conselho de forma equitativa.

Para a maioria dos países membros da ONU, isso significa aumentar o número de membros permanentes e não permanentes com países em desenvolvimento de todas as regiões, nas duas categorias.

Senhor Presidente,

Estou convencido de que não haverá um mundo com paz e segurança enquanto 1 bilhão de pessoas forem oprimidas pela fome.

Insisto que este mal é a mais devastadora arma de destruição em massa.

A fome e a pobreza afetam a capacidade de trabalho, as condições de saúde, a dignidade e as esperanças.

Desagregam famílias, desarticulam sociedades, enfraquecem a economia.

Desatam um círculo vicioso de frustração e indignidade, que é terreno fértil para a violência, as crises e conflitos de toda ordem.

Reitero que o Brasil deseja que este Conselho continue a ser o foro multilateral por excelência para a promoção da paz e da segurança internacional – papel maior que lhe reserva a Carta das Nações Unidas.

O Brasil assume plenamente suas responsabilidades na promoção das reformas necessárias ao fortalecimento dessa instituição, que deve estar no centro das complexas decisões que o momento histórico exige.

Muito obrigado.

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Alto Nível da Assembléia Geral das Nações Unidas (Metas do Milênio), em Nova York, em 15 de setembro de 2005**

As Metas do Milênio constituem uma notável conquista do humanismo contemporâneo. Sua aprovação representou, sem dúvida, uma vitória dos valores de solidariedade humana sobre as doutrinas então predominantes no mundo, de indiferença moral e omissão política perante os excluídos.

Elas refletem, pois, um estágio superior da nossa consciência coletiva. Baseiam-se na convicção de que devemos combater as desigualdades, respeitando e valorizando as diferenças.

Expressam uma visão substantiva de democracia, segundo a qual os direitos políticos, para serem efetivos, são indissociáveis dos direitos econômicos, sociais e culturais.

Afirmam a necessidade de expandir a produção de riquezas, mas universalizando os seus benefícios; e de fazê-lo sem eliminar as fontes da vida, mas protegendo-as e renovando-as.

O que exigirá, com certeza, uma nova relação, mais criativa e responsável, dos seres humanos com a natureza e consigo mesmos. As Metas traduzem, enfim, o ideal civilizatório da paz fundada na justiça.

Não poderia haver objetivos mais justos e pertinentes, nosso desafio é o de concretizá-los. Para isso, não bastam mecanismos e procedimentos de rotina.

Na maioria dos países, as Metas simplesmente não serão cumpridas se persistirem os atuais modelos de financiamento e os limitados fluxos de ajuda. Temos de agir com maior presteza e ousadia.

É preciso ampliar, e muito, os recursos disponíveis para combater a pobreza e a fome, oferecendo oportunidades de desenvolvimento aos países pobres. Se os países desenvolvidos tiverem a devida lucidez estratégica, perceberão que essa nova atitude, esse esforço adicional, mais do que justo, é

absolutamente necessário. Sem ele, temo que a segurança e a paz mundiais se tornem uma quimera.

Senhoras e Senhores,

Tenho dito sempre, e faço questão de repetir, que cada um de nossos países deve fazer a sua parte. Temos nos empenhado em realizar no Brasil as mudanças que propomos no plano internacional, sem qualquer pretensão de ditar modelos, mas com tremendo entusiasmo e determinação política.

Adotamos as Metas do Milênio como referência obrigatória para as nossas políticas públicas. Criamos, inclusive, um prêmio nacional para valorizar as melhores experiências de solidariedade social, sejam de governos locais, de igrejas, de empresas ou de movimentos populares.

Assinalo brevemente iniciativas de nosso governo em 4 áreas: o combate a Fome; o direito ao trabalho; a luta pela equidade racial e de gênero; e a preservação ambiental.

Hoje, o Programa Fome Zero, que tem no Bolsa Família o seu principal instrumento, já beneficia 7 milhões e 500 mil famílias, cerca de 30 milhões de brasileiros e brasileiras.

Até o final de meu governo, todas as famílias que vivem abaixo da linha de pobreza estarão incorporadas ao programa. O Brasil, afinal, garantirá aos seus filhos o direito de comer todos os dias.

Já avançamos bastante, o que nos credencia a dar passos ainda mais ambiciosos no rumo da justiça social. Fizemos o Brasil voltar a crescer de modo sustentado, com geração de empregos e distribuição de renda. Em 32 meses, criamos 3 milhões e 200 mil novos empregos, sem falar em centenas de milhares de postos de trabalho gerados na agricultura familiar.

A preocupação com os direitos das mulheres e com a promoção da igualdade racial permeia todas as nossas políticas públicas.

Criamos secretarias especiais, com status ministerial, cuja função é justamente a de instigar e estimular a equipe de governo para garantir que isso

de fato aconteça.

Exemplifico com algo que me emociona profundamente: negros e índios pobres, oriundos da escola pública, agora podem entrar na universidade, graças ao nosso programa de cotas étnicas e de apoio financeiro aos alunos carentes.

Um exemplo mais: abolimos uma discriminação anacrônica que pesava sobre as trabalhadoras rurais na reforma agrária, a titularidade da terra era só dos maridos. Agora é dos maridos e das mulheres. O crédito à agricultura familiar era só para os homens, agora passou a ser também para homens e mulheres.

Na área ambiental, entre outros êxitos, destaco com alegria a redução consistente do desmatamento na Amazônia e as novas perspectivas que se abrem para os 22 milhões de habitantes da região com o Plano Amazônia Sustentável, um inovador projeto de desenvolvimento econômico e social ecologicamente orientado.

O Brasil está se transformando num país cada vez mais produtivo e solidário e cada vez mais disposto a somar forças com nações de todos os quadrantes para que as Metas do Milênio sejam de fato atingidas em benefício dos pobres do mundo e de toda a humanidade.

Quero terminar dizendo que não posso deixar de sublinhar um ponto que levantei na Reunião do Conselho de Segurança da ONU sobre a necessidade urgente de reforma daquele órgão, a fim de torná-lo mais legítimo e mais representativo, sem a qual a ONU não cumprirá o papel histórico que lhe está destinado.

**Discurso do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na abertura do debate geral da 60ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova York, em 17 de setembro de 2005**

Senhor Presidente; Senhor Secretário-Geral; Excelências,

Congratulo calorosamente o Embaixador Ian

Eliasson, da Suécia, por sua assunção à Presidência da 60ª Assembléia Geral. Saúdo fraternalmente o Secretário-Geral Kofi Annan, cuja sabedoria e compromisso com o multilateralismo têm contribuído imensamente para o avanço das Nações Unidas. O Chanceler Jean Ping, do Gabão, merece um reconhecimento especial pela forma competente e dedicada como presidiu a 59ª Sessão da Assembléia Geral.

A história nos oferece uma rara oportunidade de mudança. Não a desperdicemos. Paz, desenvolvimento, democracia, respeito aos direitos humanos são os objetivos que nos unem. Reforma deve ser a nossa palavra de ordem.

O documento final da Cúpula certamente ficou aquém de nossas ambições. Mas fornece as diretrizes para levar a termo nossa tarefa.

A Assembléia Geral precisa ser fortalecida. Mais do que nunca, precisamos de um foro de representação universal onde as questões cruciais da atualidade internacional possam ser democraticamente debatidas. A Assembléia Geral deve prover liderança e direção política à Organização como um todo. Ao defendermos a autoridade da Assembléia Geral, mediante mudanças que a tornem mais ágil e produtiva, estamos defendendo a essência mesma das Nações Unidas.

O Conselho Econômico e Social deve voltar a ser um órgão vivo e influente. Deve servir para que encontremos convergências para questões relacionadas a comércio, finanças e desenvolvimento, em um ambiente livre de preconceitos e dogmatismos. O ECOSOC deve ser a instância deliberativa privilegiada na busca da conciliação entre os objetivos do crescimento econômico e da redução das iniquidades de uma globalização assimétrica. O Presidente Lula sugeriu neste ano, na Cúpula do G-8 em Gleneagles, que poderíamos começar a elevar a estatura do ECOSOC, organizando um segmento de alto nível com a participação, por exemplo, do Ministro da Economia da presidência rotativa do G-8. O ECOSOC deve também prestar sua

contribuição na promoção da estabilidade e da paz, em parceria com o Conselho de Segurança, como estabelece o artigo 65 da Carta.

O estabelecimento de uma Comissão para a Construção da Paz preencherá uma lacuna institucional importante. Será o elo, hoje inexistente, entre segurança e desenvolvimento.

As estruturas e mecanismos da Organização na esfera dos direitos humanos devem ser reforçados e aperfeiçoados. Apoiamos a criação de um Conselho de Direitos Humanos que se baseie nos princípios da universalidade, do diálogo e da não seletividade. A elaboração de um relatório global sobre direitos humanos, a cargo do Alto Comissariado, que cubra todos os países e situações, contribuirá para aumentar a credibilidade do sistema de proteção dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

O Secretário-Geral instou-nos a trabalhar de forma mais coordenada com vistas à proteção das vítimas de violações graves e sistemáticas dos direitos humanos. A cooperação internacional na esfera dos direitos humanos e da assistência humanitária deve orientar-se pelo princípio da responsabilidade coletiva. Temos sustentado – em nossa região e fora dela – que o princípio da não-intervenção em assuntos internos dos Estados deve ser acompanhado pela idéia da “não-indiferença”.

Lidamos, hoje, com conceitos novos como “segurança humana” e “responsabilidade de proteger”. Concordamos que devem ter um lugar adequado em nosso sistema. Mas é ilusório pensar que podemos combater os desvios políticos que estão na origem de violações graves de direitos humanos por meios exclusivamente militares, ou mesmo por sanções econômicas, em prejuízo da diplomacia e da persuasão.

A segurança humana resulta, principalmente, de sociedades justas e equitativas, que promovem e protegem os direitos humanos, fortalecem a democracia e respeitam o estado de direito, ao mesmo tempo em que criam oportunidades de desenvolvimento econômico com justiça social. As

Nações Unidas não foram criadas para disseminar a filosofia de que a ordem deve ser imposta pela força. Esse recurso extremo deve ser reservado a situações em que todos os demais esforços tenham sido esgotados e as soluções pacíficas sejam realmente inviáveis. E o julgamento sobre a existência dessas condições excepcionais há que ser sempre um julgamento multilateral. A Carta contempla dois tipos de situação para o uso da força: a necessidade de manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais, e o direito de legítima defesa. Esses dois conceitos não podem ser confundidos, sob pena de embaralharmos as bases doutrinárias da Organização.

Senhor Presidente,

A reforma do Conselho de Segurança destaca-se como peça central do processo em que estamos envolvidos. A necessidade de fazer com que o Conselho se torne mais representativo e democrático é reconhecida pela imensa maioria dos Estados-membros.

No horizonte histórico em que vivemos, nenhuma reforma do Conselho de Segurança será significativa se não contemplar uma expansão dos assentos permanentes e não-permanentes, com países em desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina em ambas as categorias. Não podemos aceitar a perpetuação de desequilíbrios contrários ao espírito do multilateralismo.

Um Conselho mais eficaz deve ser capaz, acima de tudo, de assegurar o cumprimento de suas decisões. Não parece razoável imaginar que o Conselho poderá continuar ampliando sua agenda e suas funções sem que se resolva seu déficit democrático.

Há dois anos, o Presidente Lula declarou, perante esta Assembléia, que toda nação comprometida com a democracia, internamente, deve lutar – em suas relações exteriores – por processos decisórios transparentes, legítimos e representativos. No mesmo espírito, o Secretário-Geral Kofi Annan

apontou para as contradições a serem superadas, e cito: “Somos nós que vamos ao redor do mundo pregando a democracia. Acredito ter chegado a hora de aplicarmos isso a nós mesmos e assim mostrarmos que existe representação efetiva”.

Senhor Presidente,

Estamos ainda distantes dos objetivos da Declaração do Milênio. A Sessão de Alto Nível destacou a importância de compromissos renovados com a Assistência ao Desenvolvimento e contribuiu para promover uma aceitação mais ampla da destinação de 0,7 por cento do produto nacional bruto como ajuda ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo, devemos continuar a trabalhar com fontes inovadoras e adicionais de financiamento. Noto com satisfação que, desde o Encontro de Líderes Mundiais para a Ação Contra a Fome e a Pobreza, convocado pelo Presidente Lula há um ano, obtivemos progressos significativos. Um número crescente de Governos e de grupos não-governamentais se está juntando ao esforço para pôr fim à fome e à pobreza. Esta é a única guerra em que estamos empenhados. A única em que todos poderemos, um dia, declarar vitória.

No último ano, testemunhamos novamente atos brutais de terrorismo. Civis, mulheres e crianças inocentes são hoje vítimas de grupos adversários dos valores que compartilhamos. Como país cuja identidade não pode ser dissociada das noções de tolerância e diversidade, o Brasil rejeita de maneira veemente esses atos abomináveis, que atentam contra a própria noção de humanidade. Continuaremos a prestar nosso apoio a uma maior cooperação internacional para o combate ao terrorismo e para a eliminação de suas causas profundas. Esses esforços devem respeitar o direito internacional e os direitos humanos. A luta contra o terrorismo não pode ser vista estritamente em termos de repressão por instituições policiais. Não podem tampouco tais ações resultar em mortes tão absurdas e indiscriminadas como as provocadas pelo próprio

terrorismo. Apesar de não haver vínculo automático entre pobreza e terrorismo, problemas socioeconômicos severos – em particular, quando combinados com a ausência de liberdades civis e políticas – são fatores que podem expor as comunidades a atitudes extremas de grupos fanatizados. Expresso, desde já, a disposição brasileira de trabalhar intensamente com vistas à pronta conclusão de uma convenção abrangente sobre terrorismo.

Reconhecemos os riscos da proliferação de armas de destruição em massa. Não podemos, entretanto, deixar de lembrar a importância de reduzir e desmantelar os arsenais existentes de todas essas armas. Lamentamos profundamente que a VII Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação Nuclear não tenha produzido resultados tangíveis. Ao lado dos esforços para a não-proliferação, devemos continuar a trabalhar incansavelmente para o desarmamento nuclear.

Enfrentamos, além dos desafios a que já me referi, duas crises com impacto global: a explosão pandêmica do HIV/AIDS; e as trágicas ameaças derivadas das mudanças climáticas. O Brasil continuará mobilizado para promover a implementação dos instrumentos multilaterais para combater esses flagelos.

Senhor Presidente,

O Brasil está comprometido em reforçar a aliança estratégica com o principal parceiro em nossa região – a Argentina – e em construir uma América do Sul próspera, integrada e politicamente estável, a partir de nossa experiência no MERCOSUL, cujo aperfeiçoamento, nos planos econômico e político, continuaremos a buscar incessantemente. A Comunidade Sul-Americana de Nações, fundada em Cuzco, Peru, no ano passado, será um fator de fortalecimento da integração de toda a América Latina e do Caribe.

Nosso esforço de estabelecer alianças com outros países e regiões estende-se além do horizonte

regional.

A criação do IBAS – grupo que compreende a Índia, o Brasil e a África do Sul – aliou três democracias da África, Ásia e América Latina, desejosas de estreitar os vínculos econômicos, políticos e culturais entre si e suas regiões.

Empenhamo-nos, junto com outros países, a formar o G-20, que colocou os países em desenvolvimento no centro das negociações agrícolas da Rodada de Doha. A ação do G-20 permitiu, pela primeira vez, no quadro do GATT ou da OMC, associar liberalização comercial com justiça social.

Fortalecer os laços com a África tem sido uma antiga aspiração brasileira. Nenhum outro governo no Brasil perseguiu esse objetivo com a determinação do Presidente Lula. O comércio e a cooperação entre o Brasil e a África cresceram de forma significativa. O diálogo intensificou-se. Temos contribuído para a consolidação da paz e da democracia em países como Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. Ajudamos a combater a fome, a desenvolver a agricultura e, com grande empenho, a lutar contra o flagelo do HIV-AIDS em vários países irmãos do continente africano.

Tivemos a honra de, pela primeira vez, ter o Presidente da Nigéria e da União Africana nas comemorações da nossa data nacional.

A mesma solidariedade inspira a participação do Brasil nos esforços de paz das Nações Unidas no Haiti. O envolvimento do Brasil, bem como de outros países latino-americanos, no Haiti não tem precedentes tanto em termos de presença de efetivos militares quanto de articulação política. Animam-nos três objetivos principais: 1) a criação de um ambiente de segurança; 2) a promoção do diálogo entre as forças políticas, com vistas a uma verdadeira transição democrática; e 3) o efetivo apoio internacional para

a reconstrução social e econômica do Haiti. O Haiti será, possivelmente, o primeiro caso-teste para a Comissão de Construção da Paz.

No Brasil, há um renovado interesse pelo mundo árabe, inspirado por fortes laços históricos e culturais. Além de iniciativas de cunho bilateral, temos procurado fortalecer laços com entidades regionais, como a Liga dos Estados Árabes e o Conselho de Cooperação do Golfo. Em maio de 2005, uma inédita Cúpula de países da América do Sul e dos países árabes foi realizada em Brasília. A Cúpula constitui um evento pioneiro que reuniu duas grandes regiões do mundo em desenvolvimento, em uma demonstração concreta e efetiva de harmonia entre civilizações.

Durante diversas viagens ao Oriente Médio, tive a oportunidade de conversar com uma variedade de interlocutores, incluindo as lideranças israelenses e palestinas. Essas lideranças estão cientes da disposição brasileira de apoiar o trabalho do Quarteto, como parceiro para a paz. A prática efetiva da tolerância e do respeito ao outro, e a convivência harmoniosa das diversas comunidades constituem, talvez, a nossa vantagem comparativa. Percebi que esta convicção é compartilhada por importantes personalidades e líderes políticos tanto em Israel quanto na Palestina.

Senhor Presidente,

No limiar de um novo capítulo na vida das Nações Unidas, o Brasil estará comprometido com os ideais que levaram à criação da única Organização de vocação universal, a única que poderá garantir um futuro de paz e prosperidade, não para uns poucos, mas para todos.

Muito obrigado.

## Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, no Palácio Itamaraty, em 29 de setembro de 2005*

Senhores Presidentes; Senhores Ministros de Estado; Senhores e Senhoras Senadores; Senhores e Senhoras Deputados Federais; senhores integrantes das delegações presentes à primeira reunião da Comunidade Sul-Americana de Nações; meus amigos e minhas amigas,

É com honra, alegria, e sobretudo emoção, que dou boas vindas aos meus colegas e amigos presidentes que aqui se encontram para reafirmar o compromisso comum com a integração da América do Sul. Estamos animados por um mesmo sentimento.

A Comunidade Sul-Americana de Nações é muito mais do que uma construção política e jurídica, fruto de voluntarismo. Somos 350 milhões de homens e mulheres, determinados a realizar todas as potencialidades de uma região dotada de imensos recursos naturais e humanos. Uma região banhada pelo Atlântico, pelo Pacífico e pelo Caribe. Um vasto e diversificado território que se estende da Amazônia até a Terra do Fogo, que reúne as alturas dos Andes e as Planícies Patagônicas, a exuberância do Pantanal e as paisagens lunares dos desertos bolivianos e chilenos.

Possuímos uma economia complexa e diversificada com um PIB superior a 1 trilhão de dólares. Temos palcos industriais competitivos e uma

agricultura capaz de tornar-se o celeiro do planeta. Dispomos de três bens que serão fundamentais para o futuro da humanidade: água, alimentos e energia de múltiplas fontes. Reunimos centros de ensino e universidades que produzem considerável pesquisa científica e inovação tecnológica.

Abriamos uma exuberante produção artística e cultural. Acima de tudo, contamos com a diversidade e a tranquilidade dos nossos povos. Ostentamos uma tradição de convivência pacífica e de tolerância que se fortalece nos valores da democracia e da solidariedade. Por isso, fomos capazes de superar o obscurantismo da ditadura, estimulada pela Guerra Fria, e reafirmar o nosso respeito aos direitos humanos.

A democracia política que estamos construindo nessa região toma impulso na medida em que avançamos na construção de uma democracia econômica e social. Temos graves problemas sociais, mas também a clara determinação de resolvê-los. Queremos fazer do nosso Continente uma região de paz, apta a resolver seus contenciosos com os instrumentos da negociação política.

A América do Sul junta-se às demais grandes unidades geográficas do mundo, que dispõem, todas, de mecanismos de concertação política e econômica.

Meus caros amigos,

Estamos reunidos aqui para aprofundar os compromissos que assumimos em Cusco, em dezembro passado. Naquela ocasião, lançamos as bases da Comunidade Sul-Americana de Nações. Afiançamos nossa convicção em uma história compartilhada, em um destino comum.

Estamos decididos a concretizar um sonho de integração e unidade que animou os próceres de nossa independência. Vencemos o ceticismo e os preconceitos.

A comunidade da América do Sul já dispõe de um valioso patrimônio acumulado. Contamos com esquemas profundos de integração sub-regional, que se vêm aperfeiçoando ao longo das últimas décadas e que continuarão a ser objeto de nossa atenção prioritária. O Mercosul, a Comunidade Andina, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e o Sistema da Bacia do Prata testemunham a busca de respostas positivas aos nossos desafios comuns.

Não queremos duplicar esforços nem estruturas institucionais. Desejamos a articulação das várias instâncias de diálogo, coordenação e integração que já possuímos. Não abandonamos nosso ideal latino-americano, reforçamos nossa identidade coletiva, agregamos valor ao projeto de uma América Latina e de um Caribe fortes e coesos. Hoje, aprovaremos o Programa de Ação que encomendamos em Cusco, ele orientará o nosso trabalho no futuro.

Na prática, já avançamos na construção de uma verdadeira Área de Livre Comércio de toda a América do Sul. Devemos aprofundá-la e aperfeiçoá-la. Em 2004 nossas trocas intra-regionais aumentaram 25%, alcançando o valor histórico de 83 bilhões de dólares. Nossos empresários começam a ver na América do Sul um grande mercado para seus produtos e importante plataforma de exportação para outros continentes. Teremos sempre em mente as assimetrias e os diferentes graus de desenvolvimento de nossas economias.

Os acordos entre o Mercosul e a

Comunidade Andina mostram que é possível harmonizar interesses. A integração das cadeias produtivas dará a nossos países melhores condições para a inserção competitiva na economia globalizada. O alicerce da Comunidade Sul-Americana é a integração da infra-estrutura física. Estamos dando passos firmes na execução dos projetos que elegemos como prioritários no marco da Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, IIRSA.

Avança, significativamente, a criação de uma malha de conexões energéticas, viárias e de comunicações entre os nossos países. De Norte a Sul, de Leste a Oeste, estamos impulsionando a construção de estradas, hidrelétricas e gasodutos. Essas obras têm forte impacto multiplicador sobre a geração de empregos, a captação de investimento, o estímulo ao comércio e a melhoria das condições de vida de nossas populações.

O Brasil já participa ou participará diretamente em pelo menos um projeto de integração física em cada um dos países da América do Sul. Sei que determinação semelhante anima todos os meus colegas sul-americanos. Junto com os presidentes Toledo, do Peru, e Rodríguez, da Bolívia, lançamos, há poucos dias, o início das obras da Rodovia Inter-oceânica. Essa estrada liga mais do que dois oceanos. Ela integra e desenvolve o coração do Continente, resgata populações esquecidas, protege o meio ambiente, tira do isolamento regiões marginalizadas e projeta a competitividade de nossos produtos em todo o mundo.

A integração energética, negligenciada no passado, passou a ter a relevância estratégica que merecia. Estamos coordenando esforços na exploração do petróleo e do gás. Daí surgiram iniciativas como a Petrosul, lançada por Venezuela, Brasil e Argentina, mas aberta a todos os países da região. Compartilhamos tecnologia na produção de combustíveis limpos e renováveis, como é o caso do etanol e, mais recentemente, do biodiesel. Avançamos na interconexão elétrica de nossos países. Abraçamos, agora, o desafio de desenvolver uma

rede sul-americana de gasoduto, criando um verdadeiro anel energético continental.

Meus amigos, a CASA que estamos construindo requer soluções inovadoras de financiamento e exige também o empenho do nosso empresariado. Por meio do BNDES e do Proex, o governo brasileiro tem financiado a exportação de bens e serviços para a realização de obras com interesse direto para a integração continental. Encontra-se em andamento, na região, 43 projetos de infra-estrutura com financiamento brasileiro, num total de 4 bilhões e 300 milhões de dólares. Para alavancar ainda mais a nossa capacidade de financiamento, o Brasil tomou a iniciativa de incorporar-se como membro pleno da Corporação Andina de Fomento, aumentando significativamente nossa participação no capital da instituição.

Esperamos que, em breve, a CAF possa contar com a participação de todos os países da região. Este será um passo decisivo na direção de um Banco Sul-Americano de Desenvolvimento.

A valorização dos Convênios de Créditos Recíprocos, os CCR, é outra ferramenta poderosa para levantar os recursos necessários à nossa integração. Vamos hoje avançar na harmonização de critérios e normas comuns de financiamento em nossa região.

Senhores Presidentes,

É imprescindível aprofundar o diálogo político entre nossos países. O Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul já conta com a participação de dez parceiros sul-americanos. A adesão da Guiana e do Suriname à iniciativa criará um verdadeiro mecanismo de coordenação política regional. Vivemos em um mundo difícil, sobretudo para os países em desenvolvimento. Enfrentamos novas ameaças à segurança coletiva e ao crescimento. Unidos, estaremos melhor habilitados para fazer valer nossos interesses coletivos e contribuir para uma ordem internacional mais democrática e mais equitativa.

A América do Sul começa a ser vista como

importante interlocutor em temas centrais na agenda internacional. O encontro inédito que promovemos com o Mundo Árabe, em abril deste ano, testemunha a contribuição que podemos oferecer ao diálogo entre civilizações e à formação de parcerias inovadoras.

Em sua recente visita ao Brasil, o presidente Obasanjo, da Nigéria, expressou o desejo de organizar uma Cúpula entre a América do Sul e a África. Alarga-se o horizonte de oportunidades para o conjunto de nosso Continente.

Nossos sócios do mundo em desenvolvimento apostam na capacidade de encontrarmos respostas conjuntas para os desafios do crescimento com justiça social.

As iniciativas Sul-Sul de cooperação internacional não prejudicam relações tradicionais e indispensáveis com nossos parceiros industrializados. Partem da constatação evidente de que alcançamos níveis de maturidade política e econômica, que nos habilitam a ampliar nossos horizontes de atuação.

Ao chegarmos de cabeça erguida nas negociações internacionais, somos mais respeitados. A presença significativa de países sul-americanos na missão das Nações Unidas no Haiti é exemplo da contribuição que podemos prestar para a promoção da paz e da segurança. Estabelece um novo paradigma de cooperação internacional, em que a reconstrução econômica e social é a chave para a solução duradoura dos conflitos. Permite vislumbrar o aprofundamento de nossa cooperação e integração em matéria de defesa e segurança. No Haiti, não queremos impor soluções políticas. Lá, respeitamos os direitos humanos e o pluralismo político.

Recusamos a prepotência e a arrogância, próprias dos que têm nostalgia das aventuras coloniais. Sabemos que cabe somente aos haitianos, decidir sobre o seu futuro.

Senhores Presidentes,

A integração da América do Sul tem uma dimensão essencialmente humana. Ao longo de nossas fronteiras se fortalecem os marcos de nossa união.

Nelas, o cidadão sul-americano constrói cotidianamente a integração com que sonhamos. Por isso, necessitamos de uma agenda de cooperação para nossas regiões fronteiriças.

Estaremos dando um passo fundamental na construção de uma cidadania sul-americana com o acordo que dispensa visto de turista e passaporte no trânsito dos nossos cidadãos na região. Em nosso Continente Sul-Americano, não precisaremos de muros.

A verdadeira integração se faz por meio das pessoas, e vai além dos esforços de abertura de nossos mercados. Implica na criação de uma identidade cultural e a valorização de nossa herança comum. O Brasil tomou uma medida pioneira nessa direção, ao aprovar a lei que torna obrigatório o ensino do espanhol em nossas escolas. As gerações futuras de brasileiros terão o espanhol como segunda língua, assim como terão a América do Sul como nossa segunda pátria. Esperamos que, crescentemente, o português também venha a ser lecionado nos outros países sul-americanos. Estamos prontos a contribuir para que isso ocorra.

Agradeço ao meu colega, Presidente Alejandro Toledo, o excelente trabalho desenvolvido pelo Peru desde a histórica reunião de Cuzco. Sua visão e determinação permitiram o surgimento de nossa Comunidade. Estou certo de que encontraremos o mesmo entusiasmo da parte do governo boliviano, que estará a cargo da organização da nossa próxima Cúpula.

Permitam-me apenas um comentário final. Compartilho o sentimento que tem atravessado todas nossas reuniões presidenciais. É necessário menos retórica e mais ação. Por essa razão, trouxemos para este nosso encontro uma pauta de questões concretas e cruciais para o futuro de nossos países e de nossa região. Elas expressam a visão estratégica que estamos desenvolvendo sobre o nosso Continente.

Sei que temos problemas e responsabilidades que exigem nossa atenção e presença cotidianas em nossos países, o que limita nossa assistência a

compromissos internacionais. Mas a experiência nos mostra que, em um mundo interdependente como o nosso, não podemos ficar confinados em nossas fronteiras nacionais. Aprendemos que nossas iniciativas internacionais, sobretudo aquelas em nosso entorno regional, são fundamentais para os destinos de nossos países. E o Brasil decidiu associar o seu destino ao futuro e ao destino da América do Sul.

Muito obrigado.

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no encerramento da Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações – CASA, no Palácio Itamaraty, em 30 de setembro de 2005**

Bem, meus amigos, poderia chamá-los de meus companheiros e companheiras aqui presentes.

No final desta reunião, não poderia deixar de agradecer, primeiro, a presença de todos vocês, que vieram para esse Encontro em razão da crença de que é possível construir um mundo melhor. Segundo, de agradecer ao presidente Toledo pelo trabalho primoroso que fez como Presidente Pro-Tempore da Comunidade.

Queria agradecer também ao companheiro Duhalde, pela dedicação, por todo esse tempo, na Direção do Mercosul. Não sei se o Duhalde sempre foi assim – porque o conheci muito pouco na época em que ele foi Presidente da Argentina –, mas poucas vezes vi um dirigente político tão despojado, com tanta vontade de fazer as coisas, sem perguntar para quem e para quê, como o Duhalde. Portanto, Duhalde, os meus mais sinceros parabéns pelos serviços prestados à Argentina e ao Mercosul.

Queria dizer aos meus amigos que estamos iniciando um processo, e que não é uma tarefa fácil construir e consolidar uma Comunidade, respeitando assimetrias, levando em conta a cultura de cada Nação, as dificuldades. Exige de nós muita disposição para trabalhar e muita paciência, para que possamos conviver, algumas vezes, com coisas com as quais não concordamos.

Dizia Toledo: “a Europa levou quase meio século para chegar onde chegou e, faz pouco tempo, nós vimos a França e a Holanda recusarem, através do voto direto do seu povo, a construção de uma Constituição única para a Europa”. Já tinha havido outros momentos em que alguns países votaram contra a moeda única. E isso é assim mesmo. Não temos que ficar nervosos, não temos que perder a paciência, porque isso é um processo de maturação, é um processo de aprendizado.

O Projeto da IIRSA começou a ser debatido em 2000. Lembro-me de que na primeira reunião que realizamos, no Paraguai, logo depois da posse do Presidente Nicanor, propus que fizéssemos uma reunião específica para discutirmos os principais projetos de interesse dos países. Somente hoje é que fizemos essa discussão, porque antes a questão passou pelos técnicos da CAPES, pelos técnicos do BNDES, pelos ministros de Infra-Estrutura de alguns países. Quase três anos depois os presidentes dos países da América do Sul se depararam com o conjunto de obras que foram definidas como prioridades.

Agora, se considerarmos o tempo em que começamos a trabalhar, efetivamente, com o espírito de construir algo na América do Sul e na América Latina, vamos perceber – e eu concordo contigo, Duhalde – que avançamos de forma extraordinária.

Lembro-me de que, quando ganhei a Presidência da República, a minha primeira conversa com o Duhalde foi sobre se o Mercosul iria sobreviver ou não, porque os presidentes anteriores já tinham considerado o Mercosul como praticamente terminado.

Se analisarmos o que avançamos nesses três anos na relação entre os países, mesmo na relação comercial, vamos perceber quanto tempo perdemos e quanto poderíamos ter avançado se 30 anos atrás tivéssemos trabalhado como fizemos nesses poucos anos.

Muitos de nós têm mais um ano de mandato. Uns, serão candidatos. Outros não podem ser

candidatos. Uns, irão ganhar. Outros, irão perder. Ora, não podemos permitir que, em função de um ano eleitoral, diminua a disposição política de um presidente de trabalhar para consolidar o que estamos fazendo. Esse, possivelmente, será o legado que deixaremos para as novas gerações. Esse legado tem que ser muito bem consolidado, porque muitas vezes não sabemos o que vem depois de um governo e não conhecemos a disposição política do sucessor. Por isso, é importante a participação da sociedade na discussão do que fazemos aqui, para que não seja algo de um presidente, mas algo definido pela vontade da maioria dos povos que nós representamos.

Quero dizer de coração para vocês. Às vezes, fico pensando se devo fazer mais uma viagem. Às vezes, fico pensando se não seria melhor ficar no Brasil resolvendo os meus problemas do que viajar. Entretanto, como acredito que a arte da política é a arte do diálogo, é a arte da conversa, é a arte da convivência, é o olhar, é o pegar na mão, é a divergência, é a convergência, eu, mesmo contrariado, tenho feito muitas viagens. E podem ficar certos de que, até o final do meu mandato, vou fazer quantas viagens entender capazes de ajudar na construção da unidade Sul-Sul, da unidade da América do Sul, da América Latina, da unidade entre a América do Sul e a África. Acho que já fizemos coisas que muitos estudiosos não acreditavam que pudessem ser feitas.

Não era qualquer estudioso que acreditava que pudéssemos, em três anos, chegar onde chegamos. Não era qualquer estudioso que acreditava que pudéssemos, por intermédio do G-20, ter a participação que temos na Organização Mundial do Comércio. Ou que haveria um debate tão importante sobre a reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança. Tudo isso só foi possível porque ganhamos força. Só foi possível porque estamos deixando de ser coadjuvantes da história política mundial para sermos atores principais nessa história.

Sempre digo aos meus companheiros do Brasil que o que fizemos em três anos outros tentaram fazer em muitos anos. E Deus me deu a oportunidade de ser presidente no mesmo momento em que muitos presidentes da América do Sul já não se contentavam mais apenas com discursos sobre a integração. Acreditavam que era preciso criar gestos práticos, coisas práticas para que essa integração pudesse acontecer.

Acredito que nós crescemos, em três anos, mais do que a Europa nos seus primeiros cinco ou dez anos de integração. E crescemos porque aprendemos algumas coisas com eles. Portanto, nós já temos uma referência.

Estamos ainda longe do ideal, muito longe. Há países com situações muito diferenciadas, e temos que respeitar as dificuldades que cada um tem.

Quero terminar dizendo a todos vocês, do fundo do meu coração: obrigado por acreditarem, como eu acredito, em que não haverá outro caminho para nós fora da nossa integração.

Podemos pensar que agindo individualmente encontraremos solução. Aliás, no século XX inteiro, cada país tentou encontrar a solução sozinho. Cada um achava que poderia ser mais amigo de uma grande potência. Cada um achava que tinha que ser mais

amigo ou da União Européia, ou do Japão, ou dos Estados Unidos, porque a partir dessa amizade iria solucionar os seus problemas.

Os indicadores mostram que não houve evolução. E, como já foi dito aqui, quem era rico ficou mais rico e quem era pobre ficou mais pobre. Essa lição deve valer para orientar nosso comportamento daqui para a frente. Quero terminar dizendo aos companheiros Presidentes, Chanceleres, Embaixadores e altos funcionários dos países da América do Sul: não haverá saída individual para nenhum país.

Devemos entender a importância do trabalho conjunto, da criação de mecanismos eficazes de coordenação. Não foi muito discutido aqui mas, por exemplo, precisamos definir uma forma de financiamento, com regras que possam atender a todos os países, porque cada um de nós tem uma norma, uma regra. Se não definirmos um procedimento é, muitas vezes, difícil aplicar aquilo que discutimos nas reuniões.

Portanto, como sou mais otimista que a média dos seres humanos, quero dizer para vocês: Viva a Comunidade Sul-Americana de Nações. E muito obrigado pela presença de vocês.

## Visita ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no almoço oferecido ao Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, no Palácio Itamaraty, em 4 de outubro de 2005*

Excelentíssimo Senhor Pedro Pires, Presidente da República de Cabo Verde; Senhoras e Senhores Embaixadores estrangeiros acreditados junto ao meu governo; Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Senhoras e Senhores Ministros de Estado, integrantes das comitivas de Cabo Verde e do Brasil; Senhores Senadores; Senhores Deputados; meus amigos e minhas amigas,

É com grande alegria que dou as boas-vindas ao Presidente de Cabo Verde. Esta é a terceira visita do presidente Pires ao Brasil, em apenas quatro anos. O Primeiro-Ministro José Maria Neves esteve aqui, pela última vez, há poucos meses. Isto, por si só, atesta a vitalidade das relações que estamos construindo.

Guardo as melhores recordações da hospitalidade e carinho que marcaram minha visita a Cabo Verde, no ano passado. Pude testemunhar a solidez das instituições democráticas e a pujança econômica do país.

Como o Brasil, Cabo Verde vem construindo os sólidos alicerces de um futuro próspero e justo. O governo do Presidente Pires aposta, como nós, na luta contra a fome, a pobreza e a exclusão social. Sabe que essas são as verdadeiras barreiras ao desenvolvimento duradouro de nossos países.

Senhor Presidente,

O Brasil quer colaborar cada vez mais com a obra coletiva da Nação cabo-verdiana. Temos especial orgulho de apoiar a formação da maior riqueza que Cabo Verde possui: seu capital humano.

O governo e a sociedade brasileira estão engajados no projeto de criação da primeira universidade pública de Cabo Verde. Também queremos cooperar na alfabetização e na capacitação técnica de jovens cabo-verdianos. A reconhecida experiência do Sebrae e do SESC poderá ajudar a impulsionar no curto prazo a geração de renda e emprego para aqueles que estão iniciando sua vida profissional.

A mesma preocupação com o bem-estar da população, sobretudo dos segmentos mais vulneráveis, motiva nossa parceria na área da saúde. Estamos implementando programas de formação de médicos cabo-verdianos e ajudando no combate à SIDA.

Queremos também valorizar nosso maior patrimônio comum. Por meio do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, na Casa Cor de Rosa, em Praia, estamos trabalhando para que nossa língua se transforme em poderosa ferramenta de projeção de nossos valores, aspirações e interesses.

Meus amigos e minhas amigas,

Poucas horas de voo separam o Brasil de Cabo Verde. Muitas vezes, não nos damos conta do quanto estamos próximos. A ampliação da conexão aérea entre Fortaleza e o Sal tornará essa realidade ainda mais nítida.

Estou certo de que o turismo e o comércio entre nossos países serão os primeiros beneficiários. Cabo-verdianos e brasileiros poderão conhecer-se ainda melhor e nossos empresários poderão explorar novas oportunidades de negócios. Esse é o primeiro passo em direção a um maior equilíbrio em nossas relações econômicas e comerciais.

O Brasil está empenhado em ampliar suas importações de Cabo Verde. Nossas empresas estão atentas às possibilidades que Cabo Verde oferece como porta de entrada para o mercado do Oeste africano.

Hoje, Cabo Verde apresenta-se orgulhosamente como um grande “canteiro de obras”. Empresas brasileiras desejam engajar-se nesse processo de diversificação da base produtiva. Os investimentos em curso na ampliação da infraestrutura viária e portuária do país habilitarão Cabo Verde a beneficiar-se de sua localização estratégica.

Caro Presidente Pires,

Cabo Verde e Brasil estão empenhados em ajudar o povo de Guiné-Bissau a reencontrar o caminho da paz e da reconciliação.

O Brasil tem colaborado e continuará a colaborar com os esforços do Presidente Pires, em nome da comunidade internacional, para promover a normalização institucional do país.

Vivemos em um mundo marcado por turbulências políticas, a ameaça do armamentismo e uma globalização que acirra desigualdades sociais e econômicas. Compartilhamos a defesa de uma ordem mundial regida pela observância do direito internacional e exercida por meio de um sistema multilateral equilibrado e justo.

Estamos empenhados na mobilização mundial contra a fome e a exclusão social. O apoio de Cabo Verde – e de Vossa Excelência pessoalmente – reforça minha determinação em prol da criação de mecanismos financeiros inovadores para o desenvolvimento.

O apoio de Cabo Verde ao pleito brasileiro de integrar como membro permanente um Conselho de Segurança ampliado constitui gesto de confiança que muito apreciamos. Reflete a convicção de que a democratização das Nações Unidas é imprescindível ao fortalecimento da paz e segurança internacionais. Devemos trabalhar junto com nossos irmãos africanos para encontrar uma solução que seja, a um tempo, justa e pragmática.

Também na OMC precisamos assegurar maior transparência e representatividade em benefício dos países em desenvolvimento. Por isso criamos o G-20, que conta com vários países da África entre seus membros.

Por isso também o Brasil continuará apoiando a entrada, em condições equitativas, de Cabo Verde na organização.

Senhoras e Senhores,

Qualquer brasileiro que escutar as músicas de Cesária Évora, a grande cantora cabo-verdiana, sentirá uma marcante familiaridade.

A “morna”, música típica de Cabo Verde, é considerada como descendente do fado, mas lembra muito nosso choro e os cantos inspirados na dura vivência de nossos escravos. Trata, sobretudo, do sentimento da saudade, palavra de nosso idioma que não tem tradução em outras línguas.

É com saudade antecipada de nossos visitantes cabo-verdianos que convido os presentes a se unirem a mim em um brinde à prosperidade de Cabo Verde, à amizade entre nossos povos e à felicidade pessoal do Presidente Pedro Pires.

Muito obrigado.

## Visita do Presidente da República a Portugal

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no Seminário “Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal”, em Portugal, em 13 de outubro de 2005*

Bom dia,

Penso que hoje é um dia especial para portugueses e brasileiros, afinal de contas, Portugal se classificou ontem para a Copa do Mundo, com um técnico importante do Brasil. O Brasil, ontem, ganhou da Venezuela de 3 a 0, e a Argentina perdeu do Uruguai de 1 a 0. Isso faz com que o Brasil possa disputar, finalmente, uma final com Portugal. Isso seria extremamente importante.

Meu caro Primeiro-Ministro da República Portuguesa, José Sócrates; meu caro Manuel Pinho, Ministro da Economia e Inovação de Portugal; senhores Ministros de Portugal; meus companheiros Ministros brasileiros, Fernando Haddad, da Educação; Gilberto Gil, da Cultura; Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República; nosso Governador Wellington, do Estado do Piauí; meu caro Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Ministro-Interino das Relações Exteriores; meu caro Fernando Serrasqueiro, Secretário de Estado do Comércio, Serviços e de Defesa do Consumidor de Portugal; Embaixador Francisco Seixas da Costa, Embaixador de Portugal no Brasil; Embaixador Paes de Andrade, Embaixador do Brasil em Portugal; senhores empresários brasileiros e empresários portugueses; empresárias brasileiras e empresárias portuguesas; meus companheiros e companheiras da comitiva do Brasil; meus senhores e senhoras da

comitiva de Portugal,

É um grande prazer reunir-me com empresários portugueses e brasileiros, passados dois anos de minha primeira visita a Portugal.

Quero compartilhar com todos um pequeno balanço do que aconteceu no Brasil de lá para cá.

Estou convencido de que as perspectivas para as nossas relações econômicas e comerciais nunca foram tão favoráveis. Sei que nossos parceiros portugueses estão bem informados sobre o Brasil. Somos, hoje, o segundo principal destino dos investimentos de portugueses.

Isso é prova concreta de que nossas relações ultrapassaram a etapa dos discursos bem-intencionados. Abrem-se agora, novas oportunidades de investimentos no Brasil.

Avançamos na reforma tributária, que reduz o custo dos investimentos, da produção e das exportações. Aprovamos a Lei de Falências com características modernas e novos marcos legais sobre Inovação, Patentes e Consórcios Públicos.

A recente aprovação da Lei de Parcerias Público-Privadas estabeleceu um novo modelo para licitação de obras de infra-estrutura. Estamos empenhados em um grande esforço de ampliação e modernização da base produtiva brasileira.

O significado dessas reformas tem que ser interpretado em conjunto com os avanços no campo

econômico. Estamos implementando uma política de desenvolvimento que combina crescimento sustentável, estabilidade econômica e distribuição de renda. O resultado dessa política foi que, em 2004, registramos o maior aumento do PIB desde 1994.

A expectativa de inflação caiu de 13% para 5% entre 2002 e meados de 2005. Nosso risco país é o menor dos últimos sete anos. Recuperamos nossas reservas internacionais, reduzimos a relação entre a dívida externa e exportações, e pudemos prescindir de um novo acordo com o FMI.

Esses números não são ganhos passageiros de políticas provisórias. São frutos de um projeto de longo prazo e de um compromisso com 186 milhões de brasileiros. Não pretendemos mudar de rumo ante conjunturas políticas ou fases eleitorais.

Em 30 meses de governo, criamos mais de 3 milhões e meio de empregos formais. Trata-se de uma vitória incontestável em nossa busca da superação da pobreza e da exclusão social. É também um sinal muito positivo para a expansão do mercado interno e para a melhoria do poder de compra de todos os brasileiros.

Na área externa, nossas exportações quebraram todos os recordes. Em 2002, as vendas externas alcançavam 60 bilhões de dólares com um superávit de 13 bilhões de dólares. Em setembro deste ano atingimos a marca de 112 bilhões de dólares, com um superávit de 41 bilhões de dólares. Em 2005, as cifras serão ainda maiores.

Há duas explicações para esse fenômeno que persiste, apesar da valorização do real. A primeira são as reformas que têm sido implementadas e o ambiente macroeconômico. Os produtos brasileiros competem melhor no exterior. Reduzimos as barreiras e a burocracia que muitos chamam de “custo Brasil”.

A segunda é a ampliação e diversificação de nossa rede de parcerias e de acordos internacionais. Aprofundamos relações com sócios tradicionais e buscamos novas associações. Na América do Sul, estamos completando uma rede de acordos preferenciais, com o objetivo de criar um único

mercado na região. Já estamos próximos de uma zona de livre comércio sul-americana.

Mas a integração continental vai mais além. Estamos desenvolvendo ampla rede de infraestrutura em toda a América do Sul. Estradas, pontes e portos estão permitindo unir nossos países, até há pouco tempo de costas uns para os outros, e criar corredores ligando o Atlântico ao Pacífico.

Os avanços comerciais e econômicos logrados na integração regional serviram de base para a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações, que celebrou sua primeira reunião presidencial há poucas semanas em Brasília.

Avançamos também na revitalização de parcerias na África, no Oriente Médio e com as grandes economias emergentes: China, Rússia e Índia. Negociamos com todos eles acessos privilegiados para nossos produtos e serviços.

Empresas brasileiras iniciaram um processo de internacionalização mais intenso, investindo no exterior. A política comercial brasileira não é excludente.

Não nos movem fatores ideológicos. Nossas relações são construídas a partir de uma visão pragmática. O Brasil está empenhado, junto com seus sócios do Mercosul, em concluir negociações biregionais com a União Européia no mais breve prazo possível. Por isso, precisamos chegar a um pacote equilibrado e mutuamente vantajoso.

Portugal é importante motor para as negociações entre nossos blocos regionais. Hoje, na Presidência da Comissão Européia, pode ter um papel para a conclusão exitosa de nosso acordo.

Meus amigos e minhas amigas,

Ao tratar das relações entre Brasil e Portugal, é muito difícil fugir às frases de efeito. Falamos de “irmandade”, dizemos que Portugal será “a porta de entrada do Brasil para a Europa”. Essas expressões singelas escondem verdades que não podem ser desprezadas. Qualquer empresário sabe que o sucesso de sua empreitada depende muito de uma

sólida rede de contatos e da qualidade do diálogo com seus interlocutores.

Não há nada mais vantajoso do que negociar em sua própria língua, com alguém que partilha dos mesmos costumes. Nossa afinidade explica, em muito, a aposta de Portugal no Brasil e do Brasil em Portugal. Explica também, a crescente presença de subsidiárias de empresas brasileiras em terras portuguesas. Isso pode ser fator determinante para iniciativas conjuntas em terceiros mercados. Somos, sim, portas de entrada. Portugal pode ser canal privilegiado para o acesso brasileiro ao mercado europeu. O Brasil pode constituir plataformas para as operações de empresas portuguesas na América do Sul.

Recorrendo a outro lugar comum, basta lembrar o exemplo dos exploradores e comerciantes portugueses na época dos descobrimentos. Vasco da Gama e seus companheiros não inventaram sozinhos uma nova rota para a Índia. Não abriram mercados do nada. Após dobrar o Cabo da Boa Esperança, usaram o conhecimento dos navegadores e comerciantes árabes.

Essa forma de fazer negócios continua válida até hoje. Se Portugal e Brasil conhecem os atalhos em suas respectivas regiões, devemos usar essa vantagem em nosso benefício.

Nesta visita, me acompanha uma importante delegação de empresários que estão dispostos a explorar esses atalhos. Nossa idéia é atrair investimentos portugueses, mas também investir em Portugal.

Queremos encontrar fórmulas para estimular e diversificar nossas trocas comerciais. Estamos interessados em parcerias produtivas em setores estratégicos. Um exemplo é a área energética. O Brasil tem, hoje, imenso conhecimento acumulado no desenvolvimento e uso do etanol e do biodiesel. Queremos explorar todas as possibilidades de cooperação que se abrem nesse e em outros setores.

A ousadia e o engenho de nossos antepassados serão sempre fonte de inspiração para

a nossa associação. Vencemos oceanos e unimos continentes e povos. Construiremos, agora, as pontes de uma nova cooperação, mais densa e madura.

O vento é favorável e, como disse um dos poetas maiores da nossa língua portuguesa, “navegar é preciso”.

Meu caro Primeiro-Ministro; meu caro Ministro da Economia; empresários brasileiros e empresários portugueses,

A reunião que estamos fazendo hoje surgiu de uma idéia do Presidente Jorge Sampaio – exposta quando nos encontramos em Tóquio – segundo a qual era necessário e urgente que empresários brasileiros e portugueses conversassem mais para que pudéssemos fazer com que as nossas relações históricas fortalecessem a economia portuguesa e a economia brasileira.

Nada melhor do que estarmos cumprindo uma vontade política, num momento em que, certamente, a economia de Portugal demonstra avanços extraordinários e a economia brasileira está mais sólida.

Os empresários portugueses que investem no Brasil devem conhecer profundamente o que vou dizer agora – os brasileiros têm obrigação de saber: não há nenhum momento na história do Brasil, sobretudo na história econômica, em que tenhamos um conjunto de fatores combinados entre si, que dão sustentabilidade à política econômica brasileira.

Vocês sabem que o Brasil viveu paradoxos, às vezes, inexplicáveis. Durante muito tempo, todas as vezes em que o Brasil pensava em exportar, já sabíamos que o mercado interno seria asfíxiado. Toda vez que o Brasil fortalecia o mercado interno, sabíamos que as exportações iriam ser arrojadas. Parecia um antagonismo criado na cabeça dos dirigentes da época, que não combinavam exportação com crescimento do mercado interno. Agora, estamos provando que é possível aumentar as exportações e estimular o crescimento do mercado interno, num jogo combinado que permite maior solidez da economia brasileira.

Outro questão importante no Brasil é a de que era praticamente proibido a economia brasileira crescer com inflação baixa. Toda vez que se falava em crescimento, no Brasil, já se pressupunha inflação de dois dígitos. Hoje, estamos provando que essa máxima não era verdadeira, que é possível crescer com inflação baixa.

O que está acontecendo no Brasil, hoje? Temos crescimento das nossas exportações, crescimento da economia, aumento das importações, sobretudo de bens de capital, numa demonstração de que as nossas empresas estão acreditando no futuro e estão se modernizando. Cresce o mercado interno, a poupança interna, o crédito, há crescimento do superávit de conta corrente, da geração de empregos formais, e o que é que está caindo no Brasil? A inflação e o custo de vida.

Digo isso para ressaltar que, quando assumimos o governo, tomamos a decisão de que era preciso dar uma chance ao Brasil. O Brasil não podia continuar a ser um país que vivesse de momentos eleitorais, em que qualquer programa terminasse próximo às novas eleições. Estamos convencidos de que o Brasil está preparado para um novo ciclo de crescimento e estamos convencidos de que esse novo ciclo só acontecerá se, do Presidente da República ao mais humilde servidor público brasileiro, da iniciativa privada aos trabalhadores brasileiros, levarmos a sério que o Brasil não pode jogar fora essa chance excepcional que está tendo.

Todo mundo sabe que em ano eleitoral os governantes ficam mais generosos. Muitas vezes essa generosidade obriga o governante a cometer atos de irresponsabilidade, até porque o dinheiro que vai gastar não é dele, é um dinheiro arrecadado do povo. Nós nos comprometemos moralmente, não apenas

com a nossa consciência, mas com o futuro do Brasil, de que embora tenhamos eleições no próximo ano, não faremos nenhum gesto e não tomaremos nenhuma medida que possa colocar em risco a solidez das coisas que construímos até agora, com muito sacrifício. Não vou carregar nas minhas costas a responsabilidade de não ter consolidado a chance que o Brasil precisa para ser, definitivamente, um país desenvolvido. O Brasil já teve muita pirotecnia, já teve muitos mágicos, já se inventou planos à meia-noite que acabaram de madrugada, já se inventou planos pelos quais parecia que o Brasil ia ficar rico e que, quando terminavam, o Brasil estava mais pobre. Não faremos isso. Em economia não tem mágica, tem responsabilidade e tem oportunidade. Agiremos com toda a responsabilidade possível e não perderemos nenhuma oportunidade, não apenas aquelas que criarmos, mas, sobretudo, aquelas que o mercado mundial criar para o Brasil.

Portanto, com essas palavras quero dizer aos empresários portugueses: o Brasil continua sendo uma grande oportunidade. E quero dizer aos empresários brasileiros: política e comércio exterior são uma via de duas mãos. Não podemos querer apenas vender, não podemos querer apenas receber investimentos. É preciso também estarmos dispostos a comprar e a investir. Essa combinação de compra e venda, dos dois lados, e de investimento, dos dois lados, pode ser a combinação perfeita que pode consolidar aquilo que os navegadores portugueses acreditavam quando descobriram o Brasil: de que era possível, apesar do Oceano Atlântico, unir essas duas Nações. Eles já fizeram a parte deles, agora cabe a nós darmos prosseguimento.

Muito obrigado.

## XV Cúpula Ibero-Americana

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na XV Cúpula Ibero-Americana: “A Projeção Internacional da Comunidade Ibero-Americana”, em Salamanca, Espanha, em 15 de outubro de 2005*

Circunstâncias muito especiais marcam nosso encontro. Estamos comemorando o trigésimo aniversário do Reinado de Juan Carlos I, hoje, nosso anfitrião.

O reencontro da Espanha com a democracia e o desenvolvimento marcaram as últimas décadas. Esse processo teve em Sua Majestade um defensor intransigente e líder clarividente.

A transição espanhola para a democracia repercutiu profundamente em nosso Continente. Inspirou os democratas latino-americanos em suas lutas pela liberdade.

A decisão do Governo espanhol de sediar esta Cúpula na Universidade de Salamanca possui significado particular. Antes mesmo dos descobrimentos, esta cidade simbolizava o encontro harmônico de culturas. Nela conviveram árabes, cristãos e judeus. Esta Universidade foi responsável por uma das primeiras reflexões humanistas sobre a colonização e suas conseqüências. Aqui prevaleceu a coragem de pensar livremente e de desafiar interesses estabelecidos.

Nossa Cúpula coincide, também, com o lançamento da Secretaria-Geral Ibero-Americana. Essa iniciativa confirma o compromisso de fortalecer nossa coordenação. Favorece e amplia nossa voz coletiva.

Estou certo de que meu amigo Enrique Iglesias trará à Secretaria a competência e a capacidade de

trabalho que marcaram sua gestão no BID. Na pessoa da embaixadora Maria Elisa Berenguer, o Brasil terá a honra de ocupar a Secretaria-Adjunta e colaborar para dar estrutura à nossa Organização.

Senhoras e Senhores,

A Comunidade valoriza nossa presença coletiva num mundo em profunda transformação.

Aqui podemos discutir sobre os desafios contemporâneos com que se defrontam nossos países. Aumentam as possibilidades de coordenarmos posições. Estamos unidos pelos ideais ibero-americanos. É uma rica experiência política e cultural, em que convivem a latinidade com os valores e culturas de nossas populações pré-colombianas e dos afro-descendentes.

Debatemos, há pouco, a realidade sócio-econômica de nossos países. Avaliamos como podemos unir capacidades para atender aos legítimos anseios de nossos cidadãos. Estaremos, assim, nos habilitando a contribuir para um objetivo ainda maior, a luta contra a fome em escala mundial.

É essa a razão que levou meu governo a propor uma série de iniciativas dentro e fora de nossas fronteiras. São ações que buscam promover o desenvolvimento com dignidade e distribuição de renda.

Nossa Comunidade não está partindo do zero. Vários projetos em curso entre nossos países

testemunham o potencial dessa cooperação. Ressalto, em particular, a iniciativa para identificar fontes inovadoras de financiamento para o combate à pobreza extrema que lançamos em setembro passado, em Nova Iorque. Esse movimento, com forte participação ibero-americana, recebeu amplo apoio da comunidade internacional.

Isso nos estimula a continuar amadurecendo estudos e propondo medidas concretas. Estamos contribuindo, assim, para o cumprimento de várias das metas adotadas na Cúpula do Milênio.

O debate ibero-americano, no entanto, pode e deve ser mais ambicioso. Nossa diversidade nos permite uma visão mais abrangente e, sobretudo, mais solidária, da complexa relação entre pobreza, desesperança e violência.

Foi também sob o signo da solidariedade que abordamos o tema da migração. Entre nós, o fluxo de gente em busca de um novo lar e de novas oportunidades não constituiu, historicamente, um problema. Contribuiu, seguramente, para a diversificação da paisagem humana de uma região marcada pelo “encontro de civilizações”.

Fiquei feliz que, em nosso debate anterior, fossem apresentadas soluções criativas, permitindo que o tema migratório em nossos países possa ser resolvido de forma justa e democrática. Penso, sobretudo, na necessidade de garantir condições dignas aos trabalhadores, independente de seu status migratório.

Senhoras e Senhores,

Há um fio condutor que vincula nossos países e distingue nossa atuação internacional. É a “afinidade na diversidade”. Ela se alimenta da riqueza de nossas diferenças e nos permite dar resposta eloqüente às ameaças do mundo contemporâneo. O nome dessa resposta é tolerância.

Promover a paz, democratizar o sistema internacional, lutar contra o terrorismo, impulsionar o desenvolvimento sustentável, o combate à fome e à pobreza. Só venceremos esses desafios se

soubermos derrotar preconceitos e desconfianças. É essa a maior contribuição que nós, ibero-americanos, podemos prestar. Somos exemplo de que as fronteiras entre Norte e Sul, entre ricos e pobres, entre religiões, culturas e civilizações, podem e devem ser superadas pelo diálogo e conhecimento mútuo. Nossa história de lutas também foi escrita em momentos de convívio e de conciliação.

Senhoras e Senhores,

Já estamos mostrando o que podemos fazer nas áreas da cultura e da educação. Trabalhamos na preservação de nossa herança comum e na valorização de nossas individualidades. Esse é o objetivo da Carta Cultural, cujas bases estamos adotando.

Investimos em nosso futuro coletivo. Vários dos projetos que estamos implementando dirigem-se às nossas crianças e jovens.

O crescimento sustentável deve ser nosso legado para essa nova geração. Dele, dependem nossas esperanças de paz, democracia e segurança para todos.

Por essa razão, apoiamos com entusiasmo a iniciativa do governo espanhol de converter dívidas de países mais pobres em investimentos em educação. Recursos desse programa poderão ajudar na expansão do ensino do castelhano em nossas escolas públicas, onde a oferta já é obrigatória no ensino médio. Como credor, o Brasil somou-se a essa idéia dispondo-se a perdoar a dívida de Cabo Verde em troca da constituição da primeira universidade pública daquele país.

As instituições financeiras internacionais têm um papel insubstituível no financiamento do desenvolvimento, dentro do espírito das decisões de Monterrey. Devemos exigir delas, mais firmemente, compromissos com o financiamento de programas de infra-estrutura indispensáveis à distribuição de renda e ao crescimento.

Por sua vez, gastos com educação, saúde e infra-estrutura devem ser, em realidade,

caracterizados como investimentos. Somente assim asseguraremos nível adequado de bem-estar e de prosperidade para todos os povos ibero-americanos.

A trajetória recente de nossos parceiros ibéricos, no seio da União Européia, nos serve de estímulo e inspiração. Vemos, com muita confiança, as parcerias econômicas que estamos desenvolvendo no âmbito da Comunidade.

Com nossos vizinhos do Mercosul, da América do Sul e com o conjunto da América Latina, estamos engajados em um processo de integração sem precedentes. Assim como os homens de negócios, toda a sociedade civil é chamada a participar de nosso esforço de concertação.

Queridos amigos,

A solidariedade que inspira nossa Comunidade Ibero-Americana leva a marca da inclusão. Queremos fazer valer nossa visão participativa no cenário internacional, seja nas discussões sobre a democratização da ONU, seja em favor de negociações comerciais mais justas e equilibradas.

A luta contra os subsídios que países desenvolvidos dão à produção e às suas exportações agrícolas deve fazer parte de nossa agenda. Não podemos perder a oportunidade que nos oferece a

Rodada de Doha para construir um mundo mais justo e equilibrado.

A atuação conjunta de vários de nossos países no Haiti é emblemática do que podemos realizar. Deve e pode tornar-se paradigma de um novo modelo de resolução de conflitos e de apoio a países em grave crise econômica e social. Sem truculência ou hegemonismos, queremos contribuir para a paz e a reconstrução econômica e social do Haiti.

Nossa ambição e nossa vontade política condicionarão nossa projeção na cena internacional. E o alcance de nossos projetos estará sempre determinado por nossa capacidade de conciliar afinidades e diferenças.

Nossa Comunidade deve ampliar seu diálogo internacional, em particular com a África. Poderíamos começar pelos países de língua portuguesa e pela Guiné Equatorial, de expressão castelhana, que já manifestaram esse interesse.

Nossa proximidade não é medida apenas em valores e aspirações. Nessa jornada, estou seguro de que saberemos utilizar, a nosso favor, as maiores virtudes que possuímos: a riqueza inesgotável de nossa gente e a certeza de que compartilhamos uma história e um destino comuns.

Muito obrigado.



## Visita do Presidente da República à Itália

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião de Declaração Conjunta à imprensa, em Roma, em 17 de outubro de 2005*

Quero agradecer as palavras do presidente Ciampi e a calorosa acolhida do povo italiano. Brasil e Itália estão ligados por laços históricos e culturais. Mais do que isso, somos unidos por vínculos familiares e de sangue.

Parte importante de nossa história foi escrita com a ajuda de imigrantes italianos que vieram em busca de um futuro melhor e terminaram por “fazer a América”. Realizaram sonhos e ajudaram a construir o Brasil.

No novo continente, tiveram destaque em vários setores da sociedade brasileira. Com o suor do seu trabalho e com seu talento, participaram diretamente da industrialização do país, despontaram na vida acadêmica, nas letras e nas artes. Contribuíram, também, para o desenvolvimento do pensamento político brasileiro e para a formação do movimento sindical, onde iniciei a minha vida pública.

Hoje, a comunidade ítalo-brasileira tem cerca de 25 milhões de pessoas. A grande São Paulo é a maior cidade italiana fora deste país. Temos uma pequena Itália no coração do Brasil. Os imigrantes e seus descendentes têm muito orgulho de suas origens, sem deixarem de ser cem por cento brasileiros. Esse é um dos grandes trunfos do Brasil. Somos uma nação pluriétnica, aberta a todas as culturas, forjada na tolerância e na diversidade.

Meu caro Presidente Ciampi,  
Vejo com entusiasmo a decisão do governo

italiano de renovar e reforçar nosso diálogo político e de fazer do Brasil parceiro estratégico na América do Sul. Essa decisão corresponde ao empenho brasileiro de valorizar cada vez mais nossos vínculos tradicionais com a Itália.

Nossos Ministros têm trabalhado intensamente para dar novo conteúdo à agenda bilateral. O Protocolo de Intenções que estamos assinando renovará nossa cooperação bilateral em campos estratégicos. Incluímos entre nossos objetivos as áreas de energia, ciência e tecnologia, indústrias criativas e turismo. O volume do comércio entre o Brasil e a Itália atingiu o significativo valor de 5 bilhões de dólares em 2004.

Ainda assim, estamos muito aquém de nossas potencialidades. Estou certo de que a missão empresarial de alto nível que a Confindustria enviará ao Brasil em 2006 identificará novas e promissoras oportunidades de negócios. Temos de incentivar os investimentos recíprocos. A Itália é o quinto maior investidor estrangeiro no Brasil. As inversões italianas tiveram um crescimento de 300% na última década.

Hoje, o Brasil inicia uma nova etapa de investimentos em infra-estrutura. Criamos um novo modelo de Parcerias Público-Privadas para a licitação e execução de grandes projetos. Estamos engajados na ampliação e modernização da base produtiva brasileira e esperamos contar com a presença de empresários italianos. Queremos, sobretudo, incentivar o intercâmbio entre nossas empresas

pequenas e médias.

Hoje, o Brasil e seus vizinhos estão empenhados num grande esforço de integração da América do Sul. Abrem-se, com isso, perspectivas para um mercado ampliado e grandes oportunidades de negócio.

Caro Presidente,

Brasileiros e italianos vêem o mundo através das mesmas lentes da herança latina e humanista. Nossos laços históricos devem facilitar o diálogo e cooperação no cenário internacional.

Partilhamos a convicção de que não haverá paz e segurança duradouras enquanto não tivermos um mundo mais equilibrado econômica e socialmente.

Por essa razão a Itália está se juntando ao Brasil e a outros países na Ação Internacional contra a Fome e a Pobreza. A participação italiana enriquecerá nossa busca de mecanismos inovadores de financiamento. Já estamos trabalhando em projeto piloto de taxação voluntária de bilhetes aéreos internacionais.

Queremos, também, facilitar as remessas dos trabalhadores imigrantes para seus países de origem.

Podemos atuar em conjunto na cooperação triangular com países da África. Penso em projetos na área social, sobretudo para a formação de recursos humanos.

Nesse mesmo espírito de promoção da cooperação e do diálogo de civilizações, saudamos a decisão do Conselho Europeu, com apoio da Itália, de iniciar as negociações para o acesso da Turquia à União Européia.

Este é um sinal altamente positivo para a promoção da paz e do entendimento entre os povos. No campo econômico, temos dois grandes desafios. O primeiro é a pronta conclusão do Acordo Mercosul-União Européia. O Brasil está empenhado em levar as negociações a bom termo. Será preciso demonstrar sabedoria política para encontrar um ponto de equilíbrio que satisfaça a todos.

Neste momento as negociações da OMC

merecem nossa atenção redobrada. É preciso consolidar os avanços feitos e superar as dificuldades que ainda persistem, de modo a atender as preocupações de todos os participantes, em especial dos países em desenvolvimento. Para todos, mas sobretudo para as nações mais pobres, não há alternativa ao sistema multilateral.

Senhor Presidente,

Sei que a Itália, assim como o Brasil, está genuinamente engajada no processo de reforma das Nações Unidas. Nossas convergências são maiores do que nossas eventuais diferenças. A Paz e a Segurança, tanto quanto o comércio, dependem fundamentalmente do reforço do Sistema Multilateral. Não podemos desperdiçar a oportunidade histórica que temos diante de nós.

Meu caro Presidente Ciampi,

Neste ano celebramos os 60 anos do fim da Segunda Grande Guerra. Esse é o momento para recordar e honrar os soldados brasileiros e os patriotas italianos que lutaram durante o conflito contra o fascismo. Temos o dever de honrar aqueles que sacrificaram suas vidas pela liberdade de nossos povos e pelos valores da democracia e da paz.

Coragem e determinação semelhantes motivaram os migrantes italianos que arriscaram sua sorte no Brasil e apostaram num país em que quase tudo ainda estava por fazer. É com esse espírito de desprendimento e de solidariedade que construiremos uma nova agenda de trabalho entre nossos países, à altura de nossa história.

Muito obrigado.

**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de celebração do 60º aniversário da FAO, em Roma, em 17 de outubro de 2005**

Senhor Jacques Diouf, Diretor-Geral da FAO; Senhoras e Senhores Chefes de Delegação; meus amigos e minhas amigas,

É com muita satisfação que participo das comemorações dos 60 anos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Minhas palavras em português estão sendo agora traduzidas para as cinco línguas oficiais da Organização.

Vemos, com especial satisfação, a introdução do português – falado por 250 milhões de pessoas em oito países e quatro continentes – como língua de trabalho da FAO.

A FAO nasceu no mesmo ano em que foram criadas as Nações Unidas, o que não é mera coincidência. Um mundo de paz e segurança é indissociável dos esforços para garantir o pleno acesso ao mais fundamental dos direitos humanos: o direito à alimentação.

O Brasil contribuiu muito com a FAO nestes 60 anos. Josué de Castro, geógrafo e grande pensador sobre a questão da fome, teve atuação destacada como Presidente do Conselho da FAO. É nele que temos inspiração, ao concebermos o principal programa de política pública de meu Governo: o Fome Zero. Partimos do diagnóstico de que, no Brasil, não há problema de oferta de alimentos. Há, sim, um problema de acesso aos alimentos.

A fome é sinônimo de falta de emprego, de renda, de educação, de saúde, de condições de vida dignas para milhões de brasileiros e para milhões em todo o mundo.

Em uma palavra: a fome, no Brasil é, acima de tudo, um problema de exclusão social. Disso posso dar testemunho, porque essa dura realidade aprendi da forma mais difícil: vivendo-a.

O programa Fome Zero reconhece o caráter emergencial do combate à fome. Por um conjunto de ações são distribuídos alimentos para acampados Sem-Terra, indígenas e quilombolas como chamamos os escravos libertos que vivem em comunidades do interior. A merenda escolar também atende às crianças da rede pública de ensino.

Mas o Fome Zero busca, além disso, a

mudança dos fatores estruturais que levam à fome. Por isso, a ênfase na reforma agrária, no apoio à agricultura familiar, na democratização do acesso à terra, no crédito, na assistência técnica e na comercialização dos produtos agrícolas.

Milhões de famílias recebem do Governo auxílio financeiro, desde que mantenham seus filhos na escola e os levem aos serviços públicos de saúde.

Já garantimos, nesses 34 meses de Governo, renda mínima de 7 milhões e 700 mil famílias. Até o fim de 2006, queremos atingir todas as famílias que vivem abaixo da linha da pobreza em nosso país.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar hoje distribui 36 milhões de refeições por dia, alcançando, agora, crianças da pré-escola e da creche. Seu valor, estagnado há 10 anos, cresceu 38% nesses 34 meses de Governo.

Sabemos, ao mesmo tempo, que a segurança alimentar dos estudantes estará em risco se o núcleo familiar não contar com a renda que lhes permita permanecer na terra e produzir.

Não basta distribuir alimentos. É preciso que o pequeno agricultor tenha a quem vender sua produção, pois temos sempre que ter presente que 10% do PIB no Brasil provém da agricultura familiar. Ela é responsável pela produção de itens essenciais para a alimentação de nosso povo, como o feijão, a mandioca, o milho e o leite. E é, assim, que estamos executando um amplo programa de reforma agrária.

O Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar recebeu, somente neste ano, 9 bilhões de reais, beneficiando dois milhões de famílias.

Tão importante quanto gerar números recordes, é assegurar que as necessidades dos assentados sejam atendidas. Por isso, a ênfase de nossas ações governamentais na infra-estrutura rural, na comercialização da produção, na saúde e na educação.

O orçamento global do programa Fome Zero teve crescimento de 82% em um ano, atingindo o equivalente a 5 bilhões de dólares. Nunca um governo no Brasil investiu tanto para combater os males da fome.

E seguiremos aumentando os recursos, até que todos os brasileiros possam fazer pelo menos três refeições por dia. Este é um compromisso que assumi antes de chegar à Presidência e que levarei adiante com máximo empenho.

Senhoras e Senhores,

O combate à fome e à pobreza está hoje no centro da agenda internacional. E isso só tem sido possível porque muitos de nós, governos e organizações da sociedade civil, estamos engajados nessa luta, fazendo com que passe a ser uma questão política e não apenas uma estatística.

Em parceria com meus colegas da França, Chile e Espanha, promovi, em setembro do ano passado, em Nova Iorque, encontro mundial de líderes para uma ação contra a fome e a pobreza.

O objetivo da iniciativa é buscar recursos adicionais para o financiamento do desenvolvimento e o combate à fome e à pobreza, por meio de instrumentos novos e criativos.

Cerca de 60 Chefes de Estado e mais de 100 delegações estiveram presentes à reunião de Nova Iorque. De lá para cá, muita coisa aconteceu. O tema do financiamento ao desenvolvimento virou destaque nas Nações Unidas, no Banco Mundial, no FMI e também nas reuniões do G-8, como a última cúpula realizada na Escócia. É uma contribuição valiosa para cumprirmos, talvez, a mais ambiciosa das Metas do Milênio: a diminuição da pobreza no mundo pela metade, até 2015. Estou convencido de que isto é possível.

Os recursos da ajuda oficial ao desenvolvimento devem ser aumentados. Sabemos, porém, que no curto e no médio prazo, continuarão sendo insuficientes.

Precisamos de uma parceria renovada entre governos, empresários e sociedade civil para superarmos o atual déficit de financiamento do desenvolvimento. Já estamos dando passos concretos nesse sentido.

Junto com nossos parceiros, em particular com a França, Chile, Espanha e Alemanha,

desenvolvemos um projeto-piloto baseado na aplicação de pequena contribuição sobre a emissão de bilhetes aéreos internacionais. Também estamos examinando medidas que possam facilitar e reduzir os custos das remessas dos emigrantes a seus países de origem. São recursos importantes, estimados em dezenas de bilhões de dólares, que ajudam na geração de renda e emprego.

Buscamos instrumentos que possam, de forma estável e previsível, complementar os fluxos tradicionais de assistência oficial ao desenvolvimento. O objetivo é fazer com que os países beneficiados possam desenvolver-se de forma sustentada e, um dia, prescindir da ajuda externa e caminhar com as próprias pernas.

Os mecanismos que propomos não diminuem a importância de um sistema multilateral de comércio justo e equitativo.

O montante de recursos gastos com subsídios agrícolas equivale a seis vezes o valor adicional necessário, a cada ano, para viabilizar o cumprimento das Metas do Milênio. Esta situação tem que mudar.

O fim dos subsídios agrícolas é, sem dúvida, a chave para o êxito da Rodada de Doha na OMC. Saudamos, dessa forma, a iniciativa da União Européia e dos Estados Unidos de reduzirem o montante dos subsídios à exportação. Ainda que os volumes anunciados não sejam suficientes, trata-se de gesto de boa vontade que deve ser valorizado.

Precisamos concentrar nossos esforços para que uma parcela da riqueza gerada pela globalização seja revertida em favor dos países mais pobres. Como venho repetindo, não haverá paz e segurança em um mundo em que um bilhão de pessoas não têm o que comer.

No dia 11, antes de embarcar para a Europa, encaminhei ao Congresso Nacional projeto de lei de segurança alimentar e nutricional no Brasil, em cumprimento das Diretrizes Voluntárias para o Direito à Alimentação.

Estamos, com isso, convidando os poderes estaduais e municipais a se juntarem à iniciativa. É

uma oportunidade para que todos os homens públicos de meu país manifestemos nosso compromisso com esse direito, que não é outro senão o direito à vida.

No âmbito regional, ao final da Conferência Latino-Americana sobre a Fome Crônica, realizada na Cidade da Guatemala há poucas semanas, assumi o compromisso de anunciar, aqui em Roma, o lançamento da iniciativa “América Latina sem Fome”.

Depois de minha passagem pela Guatemala, o furacão Stan causou perdas importantes na agricultura daquele país e em toda a América Central. A FAO deve estar preparada para ajudar a garantir auxílio urgente à população atingida e a colaborar na recuperação da atividade agrícola da região.

Estou certo de que contaremos com a colaboração da FAO para levar adiante nosso objetivo de caráter emergencial e para superar esse mal no continente latino-americano até 2020.

Nesse mesmo espírito, meu companheiro Fernando Haddad, Ministro da Educação, está assinando memorando de entendimento com a FAO. Esse documento permitirá a cooperação em iniciativas no campo da alimentação escolar com outros países da América Latina, África e Caribe, começando pelo Haiti.

Senhoras e Senhores,

Como sinal da importância que atribuímos à parceria com a sociedade civil na luta contra a fome, escolhemos Porto Alegre para sediar a Conferência Internacional da FAO sobre a Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, em março de 2006. É uma referência à cidade que, por três vezes, foi sede do Fórum Social Mundial e que simboliza a idéia de que “um outro mundo é possível”.

Esta é outra forma de demonstrar nosso empenho em incorporar a segurança alimentar e nutricional à agenda internacional. Temos de dar sentido estratégico à produção de alimentos, sobretudo aquela proveniente dos pequenos agricultores.

Senhoras e Senhores,

Apesar do relevante trabalho realizado pela FAO e por outros organismos internacionais dedicados à luta contra a fome, muito ainda resta por fazer para erradicar esse flagelo da face da Terra.

A fome continua a matar muita gente. Quando não mata, provoca doenças ou compromete para sempre o desenvolvimento de crianças, mulheres e homens.

Em um mundo de avanços tecnológicos e de abundância, é indigno e inaceitável que a fome ainda esteja presente na vida de milhões de homens, mulheres e crianças de tantos países.

Temos de dar sentido de urgência à solidariedade internacional. Temos de fazer da luta contra a fome e a pobreza um compromisso político e um projeto de vida. A FAO ocupa um lugar central nesse esforço. Continuaremos empenhados no fortalecimento da Organização e de suas práticas democráticas.

Quero expressar, em nome do povo brasileiro, votos de pleno êxito à FAO e de renovado apoio ao seu Diretor-Geral, meu caro amigo Jacques Diouf.

Desejo vida longa à Organização e espero que daqui há 60 anos possamos ser lembrados como os homens e mulheres que juntaram esforços para tornar a fome e o direito básico à alimentação, em definitivo, coisas do passado.

Meus amigos e minhas amigas,

Queria terminar dizendo a vocês que a fome não é um problema econômico, não é um problema de produção de alimentos, não é um problema tecnológico. É um problema eminentemente político. Devemos enfatizar que a fome é um problema político, e não um problema de estatística ou um mero problema social – utilizado em discursos nas campanhas eleitorais –, em cada reunião que participamos, sobretudo junto aos países ricos. E, ao mesmo tempo, nos países mais pobres, temos que dar exemplos de civilidade, de honestidade, de ética,

para que possamos merecer os olhares solidários de milhões e milhões de seres humanos que, muitas vezes, gostariam de contribuir mas têm medo que o seu dinheiro não cumpra a finalidade para a qual foi doado.

Termino o meu mandato no dia 31 de dezembro de 2006. Desejo que o Secretário-Geral Diouf faça um outro ato como este para que possamos ter a oportunidade de vir aqui e provar que é possível garantir a todos os pobres do mundo café da manhã, almoço e jantar todo dia. Esse é um direito sagrado,

um direito elementar, porque a fome é, sem dúvida nenhuma, a maior arma de destruição em massa nos dias de hoje. Ela mata mulheres, fetos, crianças, inocentes que, muitas vezes, não aprenderam ainda nem a gritar que estão com fome.

Esse desafio não é da FAO, não é meu, não é individualmente de nenhum de vocês. Esse desafio é de 6 bilhões de seres humanos que não podem, em nenhum momento, deixar de estender a mão para aqueles que mais precisam de nós.

Muito obrigado e parabéns à FAO.

## Visita do Presidente da República à Rússia

*Declaração à Imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em Moscou, em 18 de outubro de 2005*

Delegados que estão presentes aqui, em nome das duas Delegações; jornalistas brasileiros e jornalistas russos; meus amigos e minhas amigas,

Tenho a enorme satisfação de estar aqui, no Kremlin, em minha primeira visita à Rússia.

Minha primeira palavra é de agradecimento, pela generosa acolhida dispensada a mim e à minha comitiva.

Somos países de dimensões continentais, com extensos recursos naturais e parques produtivos altamente complexos. Países de industrialização tardia, nossas economias estão diante de desafios semelhantes. Precisamos nos modernizar, ganhar competitividade, mas, sobretudo, atender às demandas de nossa sociedade.

O povo brasileiro e o povo russo são motivados por um profundo sentimento nacional e por um desejo de presença soberana no mundo.

Meu caro Presidente Putin,

Tenho uma grata recordação de sua visita ao Brasil, no ano passado. Nossos encontros vêm ocorrendo em momento altamente promissor das relações entre nossos países. Nunca foram tantos os contatos e os projetos em comum. Nosso intercâmbio comercial alcança cifras recordes. Nossa cooperação em ciência e tecnologia progride.

Também avança a cooperação energética, particularmente no domínio do gás natural e dos usos pacíficos da energia nuclear.

Quando de sua visita ao Brasil, assinamos um memorando de entendimento na área espacial. Desde então, nossas agências espaciais aprofundaram a cooperação nesse setor estratégico.

No próximo ano, irá ao espaço o primeiro cosmonauta brasileiro para cumprir missão no segmento russo da Estação Espacial Internacional. Este será um marco de excepcional significado para as relações bilaterais, revelador do potencial de cooperação entre russos e brasileiros.

Nossa relação cultural tem, também, dado significativos sinais de progresso. A música, a arte, a literatura, a dança russa exercem enorme poder de atração e de aproximação entre os dois países. A escola de balé do Bolshoi, em Santa Catarina, única fora da Rússia, está formando uma geração de jovens que estará sempre vinculada ao seu país. Estamos discutindo a abertura de uma escola de música em Fortaleza, com o apoio do Conservatório Tchaikovsky, de Moscou.

Presidente,

É fundamental aprofundarmos nosso diálogo político. Temos, hoje, uma ampla convergência sobre as principais questões da agenda global.

Estamos desenvolvendo uma fértil troca de idéias sobre os principais assuntos da cena internacional. Queremos um mundo mais seguro e também mais próspero e justo. Condenamos o terrorismo, a proliferação de armas de destruição em

massa, mas também afirmamos a necessidade de dar renovado ímpeto ao combate à fome e à pobreza em escala mundial. Queremos contar com a presença da Rússia nos esforços que estamos desenvolvendo para identificar e implementar mecanismos inovadores de financiamento para o combate à fome e à pobreza extrema.

Compartilhamos com a Rússia a convicção da necessidade de reforma das Nações Unidas, incluindo o seu Conselho de Segurança, com vistas a dotar aquele órgão de maior legitimidade, representatividade e eficácia.

Meu caro Presidente,

A política externa brasileira tem a Rússia como parceiro estratégico. Entendemos que o enfrentamento ao terrorismo, a democratização das instituições multilaterais e um justo equilíbrio comercial precisam de uma soma de esforços políticos feitos por Rússia e Brasil.

O debate nas Nações Unidas, o debate na Organização Mundial do Comércio e o debate em outros foros multilaterais demonstram que somente

o trabalho conjunto dos países emergentes pode criar uma nova geografia política, econômica e comercial.

Brasil e Rússia não têm contenciosos históricos. Portanto, temos um mundo promissor a ser construído. Se juntarmos o conhecimento científico e tecnológico russo com o conhecimento científico e tecnológico do Brasil, a competência da indústria brasileira com a competência da indústria russa, a vontade de ter um mundo justo, da Rússia, com a vontade de construir um mundo justo, pelo Brasil, a capacidade de trabalho do povo russo e do povo brasileiro, certamente estaremos dando ao mundo uma nova cara, sem guerra, sem terrorismo e sem ódio, com muito trabalho, com muita paz e com muita vontade de fazer progredir os nossos países.

Amanhã, quando chegar ao Brasil, volto com a convicção de que não apenas levei esperança para o Brasil, como deixamos esperança na Rússia. Volto, sobretudo, com a convicção de que Rússia e Brasil estão dando passos muito importantes para construir um novo mundo.

Muito obrigado.

## Seminário Internacional Bolsa Família

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário Internacional Bolsa Família, no Palácio Itamaraty, em 20 de outubro de 2005*

Senhores e Senhoras Embaixadores acreditados junto ao meu Governo; meus queridos companheiros Ministros presentes a este evento; Ministro coordenador deste evento e Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; meu querido Samuel Pinheiro Guimarães, interino das Relações Exteriores; Dilma Rousseff, Ministra da Casa Civil; Márcio Thomaz Bastos, Ministro da Justiça; Fernando Haddad, Ministro da Educação; Luiz Marinho, Ministro do Trabalho; Nelson Machado, Ministro da Previdência Social; Saraiva Felipe, Ministro da Saúde; Agnelo Queiroz, Ministro dos Esportes; Márcio Fortes, Ministro das Cidades; Luiz Dulci, Ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República; Waldir Pires, da Controladoria-Geral da República; meus queridos companheiros secretários especiais, Nilcéa Freire, de Políticas para as Mulheres; José Fritsch, da Aquicultura e Pesca; Senhor Carlos Nogueira, interino de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; minha querida companheira Marisa; meu caro Chico Menezes, presidente do Consea; meu caro Carlos Lopes, representante da ONU no Brasil, que logo, logo estará representando o Brasil na ONU, porque ele vai voltar para Nova Iorque; Senhora Pamela Cox, Vice-Presidente regional do Banco Mundial para América Latina; meu caro João Sayad, Vice-Presidente de Finanças e Administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID;

meu querido companheiro, José Orcírio do Santos, Zeca do PT, Governador do Mato Grosso do Sul; meu querido companheiro Jorge Viana, Governador do Acre; Senador Aloizio Mercadante, líder do Governo; Senadora Ideli Salvatti; Senador Eduardo Suplicy; Deputado e líder do Governo, Arlindo Chinaglia; Deputada Maria do Carmo; Deputado Beto Albuquerque; Deputado Jackson Barreto; meus queridos companheiros e companheiras representantes das entidades que colaboram, de um jeito ou de outro, com a Política de Segurança Alimentar no Brasil, com o Bolsa Família; meu caro André Spitz, meu caro Selvino Heck, dois companheiros que trabalham no meu gabinete, tentando contribuir para organizar a sociedade; meus amigos e minhas amigas,

Queria dizer algumas coisas que acho importantes, só para recuperarmos nossa memória sobre o tema. Em março de 1993, se não me falha a memória, nós produzimos no Instituto da Cidadania um programa de políticas de segurança alimentar. Na época, o Presidente era Itamar Franco. Vim a Brasília e entreguei a proposta de segurança alimentar ao Presidente Itamar Franco. Naquela ocasião, criamos o Consea. O Presidente do Consea foi o Dom Mauro Morelli, o coordenador do programa foi o companheiro Betinho. Mas o programa, naquela ocasião, se transformou muito mais em um programa de solidariedade, em um programa de arrecadação

de alimentos.

Lembro-me que, naquela época, sugeri ao Presidente Itamar Franco que o Consea fosse intimamente ligado à Presidência da República, porque havia o problema da necessidade de recursos do Governo Federal e, se o Consea dependesse do Ministro da Fazenda, não teria nenhuma chance. Portanto, era preciso que estivesse muito intimamente ligado ao Presidente da República.

O Presidente Itamar Franco acolheu a idéia, criou o Consea, o Dom Mauro Morelli foi o Presidente, o Betinho fez uma campanha extraordinária. Mas lembro-me que, naquela época, já havia divergência – que ainda hoje vi aqui, na exposição do Patrus – em torno do debate sobre a natureza, assistencialista ou não, do programa.

E, na minha vida, as coisas acontecem sempre desse jeito. Quando entrei no Sindicato e começamos a fazer movimentos, o pessoal dizia assim: “mas o sindicato é assistencialista, o sindicato é economicista.” Não importa o que era, o que importa é que estava cumprindo a sua finalidade.

Quando fui fundar o PT, e ia conversar com os mais ideologizados, que vinham da militância política do passado, o que me irritava profundamente era alguém perguntar: “é tático ou estratégico?”. Eu lá sabia se queria tático ou estratégico, queria um partido.

Nesse caso aqui, o que menos me incomoda é saber se é assistencialista ou não. O que me incomoda é saber se as crianças deste país estão tomando café, estão almoçando ou estão jantando. É isso o que me incomoda.

E, aí, cada um dê um nome. Isso é que nem enredo de carnaval. Cada um invente no seu enredo e toque a bola para a frente. O nosso papel não é ficar discutindo filosofia. O nosso problema é discutir o seguinte: o Programa está atendendo, de forma categórica, as pessoas que nós queremos atender? As mães que recebem o Bolsa Família estão colocando os seus filhos na escola? As mães que estão grávidas estão fazendo os exames que têm que fazer? As crianças novas estão tomando vacina?

Além disso tudo, agora haverá o Brasil Sorridente, as crianças vão poder sair com os dentes bem tratados também. É isso que vai contar na história desse Programa. Se entrarmos no debate acadêmico – se o programa é assistencialista ou não, se é estruturante ou não – não vamos terminar nunca. No século que vem, Patrus, estaremos mortos e alguns estarão discutindo: “mas será que aquele Programa era isso, era aquilo?” Não importa.

O resultado final é o seguinte: quantos anos de vida nós demos a mais para as crianças deste país? Quantos anos de vida nós demos a mais, em se tratando de saúde, para as pessoas? Esse é o desejo.

Se esse trabalho tivesse sido feito, com a estrutura que temos agora, desde a época em que fizemos a proposta, certamente já teríamos resolvido e estaríamos ajudando outros a cumprirem com as Metas do Milênio. Mas ainda temos que assumir o compromisso e, quem sabe, Carlos, possamos conversar com o Secretário Kofi Annan para sugerir que cada país crie uma comissão específica para cuidar do cumprimento das Metas do Milênio. Sei que elas são difíceis de cumprir. Digo sempre o seguinte: o impossível não existe, ele é só mais difícil. Mas se as pessoas ficarem esperando que caia do céu, se cada país ficar esperando que um belo dia, um alemão, um sueco, um americano, um inglês, ou um dinamarquês vão acordar com pena de alguém que está morrendo na África e, por si só, vão dar o dinheiro, pode saber que vamos demorar três séculos para resolver esse problema.

O que é importante, e é esse o compromisso que assumi com a minha consciência, com a minha vida, é que temos que dar o exemplo. Essa é a coisa mais fantástica, vocês darem o exemplo. A cada vez que chegarmos para debater em algum lugar do mundo, poderemos dizer: “é possível”. É possível fazer isso, é possível fazer aquilo, por quê? Porque nós fizemos. Obviamente que temos consciência de que não é possível acabar com males que estão sendo gerados no Brasil há décadas, há séculos, em apenas quatro anos. O dado concreto é que o começo tem

que ser sólido. A fiscalização de um Programa como este – envolvendo o Ministério Público, a Controladoria-Geral da República, a sociedade civil e muitas pessoas que querem contribuir – é a única garantia que temos de que qualquer governo posterior vai ser obrigado, no mínimo, a dar continuidade ao êxito que o Programa está tendo, corrigir as coisas que possivelmente tenham falhas e aprimorá-las.

O mais importante de tudo isso, porém, é que o Patrus disse, no seu discurso, e depois vimos ali, na imagem, na exposição feita pelo Ministério: o Bolsa Família, o programa Fome Zero, é uma espécie de guarda-chuva. Quando o Agnelo Queiroz cria o Segundo Tempo, não deixa de ser uma extensão do Bolsa Família. Quando o Marinho anuncia que no mês de setembro criamos 189 mil novos empregos, é a melhor coisa que poderia acontecer ao programa Fome Zero ou ao Bolsa Família, porque essa é a consolidação do fim, senão da pobreza, mas da miséria, para muita gente no nosso país. Quando escutamos sobre programas, como o ProJovem, que está atendendo a quase 190 mil jovens, de 17 a 24 anos, que voltaram para a escola e estão recebendo bolsa de 120 reais. E prestar um trabalho comunitário, para esse jovem se formar, está dentro do programa Bolsa Família. Quando o Marinho cria o Consórcio da Juventude, que também paga uma mensalidade para jovens aprenderem uma profissão, está dentro do Bolsa Família. Quando criamos a Escola de Fábrica, no Ministério da Educação, está dentro do Bolsa Família. E, assim, são dezenas de programas.

Há um leque de programas que fazem parte do programa Fome Zero, que fazem parte do nosso desejo de resolver o problema do emprego neste país, o problema da fome, o problema da educação e, portanto, acho que aquele mapa do Brasil mostra claramente a grandiosidade do Programa. Aliás, vamos deixar exposto, com o antes e o depois, porque muitas vezes, a imagem vale mais do que um discurso. Possivelmente, as pessoas já esqueceram algumas coisas que eu falei, ou nem prestaram atenção, ou já esqueceram do Patrus, mas a imagem

fica gravada, porque esse é um trabalho sério. Por que é sério? Porque combater a fome não é uma tarefa fácil. Primeiro, porque quem tem fome tem vergonha de dizer que tem fome. O Marinho lembra do famoso discurso que fazíamos na porta de fábrica, que o trabalhador tinha vergonha. Ele não tinha um pedaço de carne para colocar na mesa mas se você, no domingo, visitando o trabalhador, perguntasse: “você está comendo carne?” Ele falava “estou”, porque tinha vergonha de dizer a verdade.

Sei que, muitas vezes, parece que não faz parte da liturgia presidencial contar determinados casos. Mas, quando comecei a trabalhar na Villares não tinha refeitório, não tinha restaurante, a gente levava marmita. E a segunda-feira, normalmente, é o melhor dia da marmita, porque é a sobra do almoço do domingo, é o bife à milanesa, é o macarrão, é o frango. E eu me lembro — isso está gravado na minha memória —, como se fosse hoje, que cheguei, numa segunda-feira — normalmente, sentam-se os mesmos companheiros à mesa, quem já trabalhou em fábrica sabe, às vezes, chegam certos companheiros e sentam-se juntos durante anos e anos, é como se fosse uma confraria — e eu fiquei distante porque na minha marmita não tinha mistura. Estava lá sentado, cada um dos companheiros abria a comida cheirosa, e quando fui abrir a minha, vi que não tinha carne. Eu peguei e fechei: “Ah! Eu não estou com fome, não. Vou deixar para comer depois”. E sempre tem aquele cara que faz a pergunta indesejável: “ô Lula, me dá a tua mistura”. Eu falei: “não, não vou dar porque vou comer mais tarde”. E isso acontece porque as pessoas têm vergonha. Ninguém vai reconhecer para um amigo, para um namorado que não teve o que comer, ninguém vai reconhecer.

Assim, combater a fome é um trabalho mais delicado por isso, porque temos que encontrar um corte na tal da linha da pobreza e temos que confiar nos dados do IBGE, da Fundação Getúlio Vargas, porque não tem algo mais confiável. Você trabalha com as estatísticas que tem, algumas com três anos de antecedência, outras com dois anos, outras com

cinco. Você trabalha.

O dado concreto, e vou dizer para vocês, é que tem gente que reclama: “Ah! Mas o governo poderia estar fazendo estradas com isso”. Sabe, acho normal, não fico nem nervoso quando as pessoas falam isso porque o cidadão que toma café da manhã todo dia, almoça todo dia, janta todo dia, não tem por que reconhecer a fome com a mesma força com que outros reconhecem. Então, acho que é um processo de educação. Muita gente fala: “Ah! Mas poderia estar atendendo a classe média...” O programa Bolsa Família é para atender a classe média. O resultado final é atender aqueles que pagam impostos no Brasil, porque quanto mais crianças comerem, menos crianças teremos na rua; quanto mais adolescentes estiverem na escola, menos adolescentes teremos na rua ou na criminalidade; quanto mais crianças estiverem comendo na escola, menos pessoas cometerão delitos e pequenos delitos, tornando-se marginais. Então, no fundo, o ganhador de tudo isso não é a própria pessoa que recebe, é a sociedade brasileira. Por isso, este Seminário é importante.

No âmbito internacional tenho obtido muito apoio, sobretudo de pessoas como o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, como o Presidente Lagos, do Chile; como o Presidente Zapatero da Espanha; como o Presidente Chirac, que têm tido sensibilidade de ajudar a organizar campanhas internacionais.

Agora, o que estamos fazendo? Qual é o esforço que o meu governo está fazendo? O que o meu estado está fazendo? Para que a gente possa sensibilizar alguém de fora a dar uma hora do seu trabalho ou 1 dólar, 1 euro para ajudar outro país, é preciso que a gente faça por merecer. E fazer por merecer não é apenas estar com fome, fazer por merecer é o governo ter um comportamento sério. É preciso que as pessoas reconheçam que o dinheiro vai ser aplicado corretamente para cumprir sua finalidade e aí, sim, vamos ter os recursos necessários.

Não é uma tarefa fácil. Confesso a vocês que é uma tarefa extremamente difícil, é uma tarefa que

vai precisar de muitas reuniões, de muitas viagens, de muitas conversas para podermos convencer o mundo a se dar conta disso.

Alguns países já aprovaram a cobrança de uma pequena taxa das passagens de vôos internacionais para o combate à fome. Tínhamos sugerido que fosse cobrada taxa no dinheiro que está nos paraísos fiscais, que fosse cobrada taxa sobre o comércio de armas, que fosse cobrada taxa sobre a relação comercial no mundo inteiro. Mas tudo isso são coisas que precisam amadurecer, não é de repente que acontece, não é em uma reunião, em duas ou três – às vezes leva-se dez reuniões para convenceremos as pessoas a aceitarem colocar uma palavra num documento.

Como diz um ditado brasileiro: “de grão em grão, a galinha enche o papo”, de reunião em reunião e de palavra em palavra vamos construindo a possibilidade de tornar o cumprimento das Metas do Milênio uma coisa muito mais séria, muito mais eficaz. É com essa visão que gostaria que o mundo olhasse o programa Bolsa Família e o programa Fome Zero.

Estou convencido de que a contribuição mais importante que o Brasil pode dar, companheiro Patrus, é usar cada possibilidade de viajar o mundo para mostrar a seriedade do Programa.

Sabendo que, de vez em quando, alguém vai pegar uma falha numa cidadezinha qualquer e vai tentar dar uma dimensão nacional. Não vai nem especificar, porque no Brasil é assim: quando as coisas são boas eles não especificam e não dizem nem o nome de quem fez, quando são ruins eles nacionalizam e fica muito difícil as pessoas que estão em casa, que não sabem do Programa, entenderem. O que precisamos ter claro é que precisamos viajar o mundo e ir convencendo as pessoas, viajar o Brasil e ir convencendo as pessoas para que a gente possa consolidar o trabalho.

Ouvi aqui, tanto do Banco Mundial quanto do representante das Nações Unidas, que, sem dúvida nenhuma, esse já é o mais importante programa de transferência de renda do mundo. Tem

gente que não sabe o que fazer com mil reais, com 5 mil, com 35 mil, com 50 mil. Mas podem ficar certos de que uma mãe que está passando necessidade, quando tem na mão 50, 60, 70, 80, 90 reais consegue fazer, com aquele pouco dinheiro, a verdadeira multiplicação dos pães. E é por isso que este Programa ganha uma seriedade maior, porque 95% ou 99% dos recursos são dados para a mãe. Disse no debate em Salamanca, que dando dinheiro para a mãe há mais resultados – não que as mulheres sejam melhores do que os homens, mas acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família. E você não olha feio, dona Marisa, por favor. É que dando dinheiro para a mãe, temos a certeza de que o dinheiro vai cumprir a sua finalidade. A mãe não vai ter a vontade de passar na casa lotérica e gastar dois reais, apostando. Se tiver frio, a mãe não vai ter vontade de parar, “mas deixa eu tirar aqui um realzinho e tomar um aperitivozinho porque está muito frio”. A mãe nunca terá essa vontade. A mãe sabe o que é sagrado, a pessoa poder tomar café de manhã, almoçar e jantar. Somente a mãe é que tem noção do que significa crianças agarradas no rabo da saia, pedindo as coisas para comer sem ter. Então, quando fornecemos o dinheiro para a mulher, damos com a certeza de que não tem fiscal no mundo melhor do que a própria mãe.

Patrus, não quero que haja 11 milhões e 400 mil pobres no ano que vem, até porque essa quantidade de empregos que o Marinho me anuncia todo mês deve estar contribuindo para diminuir a pobreza no Brasil. Se tudo der certo, e o ritmo continuar assim, poderemos chegar aos quatro milhões de empregos com carteira profissional assinada. Depois, vamos consultar nossos economistas para verificar quanto cada emprego formal representa em empregos informais. O que significa na criação de postos de trabalho a nossa política agrícola; o que significa o crescimento da economia informal, porque ela cresce concomitantemente com a economia formal.

Queria dizer uma coisa para você, Patrus, que foi o companheiro que, no começo, recebeu muitas

críticas: a gente sempre tem que levar muito a sério as críticas, analisar tudo. Mas vou te dar um conselho de alguém que aprendeu a fazer isso há muito tempo. O que é importante é ler todos os jornais que puder por dia, todas as revistas que puder por semana, e ver todos os programas de televisão. Temos que ter ouvidos e olhos tanto para ouvir como para ler tudo. Agora, nada, Patrus, é mais prazeroso para um ser humano, sobretudo que faz política, do que, apesar de tudo, deitar todo santo dia com a cabeça no travesseiro e dizer: “hoje valeu a pena governar este país, hoje valeu a pena ser o Ministro do Desenvolvimento Social”. Porque chegar a oito milhões de famílias, a oito milhões, com a certeza de que poderemos chegar a quantas forem necessário, e ainda acordar e ler no jornal que os juros baixaram mais um pouco, Aloizio Mercadante, saber que o emprego cresceu um pouco mais.

Acho que, mais importante do que tudo o que estamos fazendo, é dormir todos os dias com a consciência tranqüila de que – fiquem certos de uma coisa – o Brasil nunca mais será o Brasil do acaso, o Brasil nunca mais será o Brasil da mágica. Este país será um país grande, respeitado no mundo, na medida em que os seus governantes sejam grandes e se respeitem. É isso que estamos conseguindo. E o programa Fome Zero, Patrus, o programa Bolsa Família, pode ficar certo, é motivo de orgulho. Digo isso com satisfação em qualquer lugar do mundo. Quem tiver igual, ótimo. Quem tiver melhor, me apresente. Quem não tiver, por favor, não queremos, não patenteamos, não somos pais, apenas somos os realizadores de idéias de muitos no Brasil. E o que queremos é ajudar que outros países façam igual ou melhor, porque assim poderemos chegar, em 2015, e dizer: “finalmente nós temos um mundo em que as pessoas bebem e comem todos os dias”.

Muito obrigado pelo trabalho de vocês, que Deus possa abençoar a dedicação que tem as igrejas e, Patrus, esteja certo, meu caro, se nós cumprirmos a meta para o ano que vem, daqui a 100 anos, quando estiverem discutindo nutrição alimentar neste país, alguém

vai lembrar que, um dia, teve um ministro chamado Patrus Ananias que conseguiu, não apenas cumprir a meta, mas finalmente dar seriedade ao programa social brasileiro.

Antes de comentar a proposta européia, gostaria de fazer duas ou três observações. Primeiro, é importante ter em mente o contexto em que nos encontramos, que se reporta ao que conversamos em Genebra, até mais ou menos uma semana atrás. A expectativa naquele momento estava voltada para uma proposta significativa em acesso a mercados por

parte da União Européia. E, naquele momento, chegamos a conclusão de que isso não havia ocorrido. A proposta da União Européia para acesso a mercados não era suficiente para os objetivos de abertura de mercados que muitos de nós temos, e também por outras razões, que vou mencionar em seguida. A própria União Européia, de certa maneira, aceitou isso porque a Comissão Européia e os Comissários voltaram e foram discutir com seus Estados membros a possibilidade de melhorar a oferta. Então, esse é o contexto.

## Rodada Doha da OMC

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC, no Palácio Itamaraty, em 28 de outubro de 2005*

Antes de passar mais adiante sobre a proposta, queria fazer um outro comentário. Para nós a questão de acesso a mercados na União Européia é muito importante por vários motivos. Simplificando bastante, diria que por dois motivos. Primeiro, porque temos interesse no mercado da União Européia, que é o maior mercado importador do mundo, e dos grandes mercados talvez seja o mais fechado. Portanto, temos interesse em aumentar o nosso acesso ao mercado europeu. Essa já é uma razão suficiente para querer uma oferta significativa em acesso a mercados na União Européia.

Há, porém, outra razão também, que para países como o Brasil e os países do G-20 em geral é muito importante. A negociação agrícola se desenrola em torno de três pilares, dois que são relativos a subsídios – os subsídios de exportação e os subsídios internos – e o de acesso a mercados. E há uma correlação necessária entre esses pilares. Diria até que sobre os subsídios à exportação, embora haja uma discussão técnica e um problema importante com relação à data para sua eliminação, já existe um entendimento conceitual, estabelecido e firmado no acordo-quadro, de que nós caminharíamos para a eliminação dos subsídios e das outras formas de apoio que tenham efeito equivalente. Portanto, diria que esse pilar está bem encaminhado, embora precise ainda de algum trabalho. Mas o pilar de apoio interno, que afeta países como o Brasil e também países

africanos, como os países francófonos produtores de algodão, é muito importante, porque, por meio dos subsídios internos, países como os Estados Unidos, por exemplo, subsidiam a produção de certos produtos agrícolas, gerando distorções e inviabilizando a produção dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, há uma correlação entre o que cada país vai fazer num pilar e o que os outros podem fazer nos outros pilares. E entendemos que, para os Estados Unidos, que são um dos grandes subsidiadores, como para a União Européia, embora em proporção menor, mas com efeitos distorcidos, é muito importante que haja também um aumento importante de acesso a mercados. Na realidade as ambições americanas não estão limitadas à União Européia, mas a União Européia é o parâmetro, porque é o maior mercado e um dos mais protegidos. Tudo isso fez com que houvesse uma grande expectativa durante essa semana.

Vocês terão visto, creio que já foi distribuído pela Assessoria de Imprensa, que o Presidente Lula escreveu cartas para alguns líderes europeus, inclusive para o Presidente Chirac. As cartas não são idênticas, mas distribuimos o teor que diz respeito especificamente à OMC. Evidentemente, cada carta tem um componente da relação bilateral que não vem ao caso aqui. Essas cartas mostram claramente, e vocês têm os textos, não preciso repetir em detalhes,

os nossos interesses e as nossas expectativas. Achávamos, e achamos, que era muito importante que a União Européia fizesse uma oferta significativa na área de acesso a mercados por esses dois motivos: porque é importante em si mesmo no acesso a mercados, e porque uma oferta significativa da União Européia em acesso a mercados possibilita consolidar aquilo que os Estados Unidos já ofereceram, e avançar um pouco mais. Pelo menos é o que esperamos que possa acontecer.

Essa carta também é importante por dois outros motivos. Primeiro porque ela fixa um certo conceito em relação ao que se pode obter em agricultura, o que pode ocorrer em outras áreas, mas sempre reconhecendo que a rodada é, usando um anglicismo porque é a expressão usada sempre, um “single undertaking”, quer dizer um empreendimento único, e que, portanto, temos consciência de que tem que haver avanço em todas as áreas. Porém, não se pode esperar jamais, que os países em desenvolvimento possam fazer uma oferta em produtos industriais que seja maior do que a oferta que os países desenvolvidos estão dispostos a fazer em agricultura. É algo que foge ao bom senso em uma rodada para o desenvolvimento. “Mutatis mutandi”, no que diz respeito a serviços a situação é um pouco mais complexa porque é mais difícil você quantificar a mesma coisa em serviços. O Presidente Lula assinala na carta que entendemos que haverá necessidade também de movimento nessas outras áreas, mas que é preciso guardar a proporcionalidade.

O segundo aspecto que eu queria chamar a atenção, a respeito da carta do Presidente, tem a ver com a questão de outros países em desenvolvimento, muitos dos quais não são membros do G-20 – alguns países de menor desenvolvimento relativo, os países ACP e outros países – mas cujos interesses achamos obviamente muito respeitáveis. Ficamos preocupados quando há, voluntariamente ou não, o uso do interesse desses países para encobrir uma falta de liberalização por parte dos países desenvolvidos. Explico: como

muitos desses países ainda dependem de preferências tarifárias, eles têm uma preocupação legítima, que tem que ser considerada na rodada, mas que tem que ser considerada da maneira certa, com a erosão de preferências. A maneira mais fácil de você atender a isso, do ponto de vista do país rico, do ponto de vista da União Européia, é dizer: “vamos baixar pouco a tarifa, porque assim mantemos a preferência tarifária de vocês em nível alto”. Esse argumento acaba sendo usado para legitimar uma posição protecionista que não é positiva.

Por isso mesmo o Presidente Lula, na carta para o Presidente Chirac e para outros líderes, demonstra que está plenamente consciente de que existe essa questão, de que essa questão terá que ser abordada de uma maneira ou de outra, e de que nós, países como o Brasil, estamos dispostos a estudar maneiras de atender as preocupações desses países e estamos dispostos até a trabalhar com a União Européia e com outros, para encontrarmos formas de atender às preocupações deles. Agora, não podemos compactuar com a idéia de que, a pretexto de preservar os interesses desses países, na realidade eles se mantenham na eterna dependência de poucos produtos e poucos mercados. Até porque, havendo essa dependência, de um momento para o outro, por qualquer motivo – interno, de preço, ou de orçamento – o país desenvolvido pode mudar a política e colocar os países que dependem dessas preferências em situação muito difícil.

Assim, acho que essa carta é importante. Queria chamar a atenção para esses pontos, porque sei que vocês todos já a receberam, mas quero dizer que isso foi feito num “timing” também com a intenção de tentar pelo menos influir na atitude da União Européia. Se influenciou ou não eu não sei. Isso não se esgota em uma única ocasião. Mas é importante deixar claro, inclusive para países com os quais temos ligações políticas fortes e com os quais estamos unidos na luta contra a pobreza e a fome, como é o caso da França, a nossa visão dessas questões, para não haver

confusão ao se pensar que o Brasil está apenas perseguindo interesses individuais como país, e que não está prestando atenção aos outros. Aliás, diga-se de passagem, a própria oferta do G-20 já é, em boa medida, uma conciliação de interesses entre vários tipos de países.

Esses são alguns preâmbulos, mas acho que eles eram importantes.

Deixe-me agora passar para a oferta. Não vou aqui descrever em todo detalhe a oferta da União Européia, até porque não me cabe fazê-lo. Eles até já tornaram disponível na internet a oferta. Vou fazer alguns comentários gerais.

Primeiro, sobre como está estruturado o papel que a União Européia apresentou. Acho isso muito, muito importante e quero chamar a atenção de vocês. A UE apresentou um papel que tem uma parte discursiva seguida da oferta agrícola. Depois vem um anexo sobre os objetivos negociadores da UE em outras áreas da negociação como produtos industriais, serviços, regras e questões ligadas a desenvolvimento. Mas, na realidade, creio que eles estavam querendo muito focalizar nas áreas de produtos industriais e serviços. Isso é importante porque na medida em que é um anexo, não se trata de um pacote, isso nos permitiu, na videoconferência, focalizar 95% do tempo na questão agrícola, que é a questão que realmente está em discussão. Mas é muito importante ter presente que a nossa reação – e vou explicitar um pouco a nossa reação – se tornaria mais negativa, ou menos positiva, vamos deixar aí uma ambigüidade, se tivéssemos de tratar essa oferta como um pacote. Um anexo é um anexo. Sobre objetivos negociadores cada um é livre para dizer o que quiser, temos comentários a fazer sobre isso, mas não encaramos como um pacote. Bom, depois se quiserem posso voltar um pouco aos outros aspectos também.

Com relação à oferta agrícola diria que não há dúvidas de que a UE deu um passo. Se tomarmos o que havia antes sobre a mesa e o que tem agora, há um avanço. Um avanço sobretudo na parte das

reduções tarifárias. O resto é muito mais difícil de calcular, e não temos ainda – eu pelo menos não tenho – uma visão muito clara do que vai ocorrer em cada outro aspecto.

Em relação aos cortes, há um avanço que você poderia traduzir em aproximadamente 10 a 12 pontos percentuais de corte em cada banda, dentro da estrutura. Por exemplo, onde eles se propunham a cortar quarenta, eles agora estão se propondo a cortar cinquenta – não estou sendo preciso, porque também é banda por banda, cada uma é de um jeito. Há um avanço nesse sentido de aproximadamente 10 a 12%. Esse é o principal aspecto positivo que veria na proposta. Mas ao fazer isso, fica ainda bastante distante da proposta do G-20, para não falar da proposta dos EUA. A proposta do G-20 é vista por muitos – não apenas pelos que estão envolvidos na negociação, mas por analistas do Banco Mundial, da própria OMC, claro que alguns falando em capacidade mais oficial, outros menos – como um meio termo entre as visões dos Estados Unidos e da União Européia. Estou me referindo especificamente à parte de acesso a mercados em agricultura. Então a proposta ainda fica bastante distante, e essa distância é um pouco disfarçada quando você olha banda por banda, mas quando você toma em conta a média global de cortes, a distância ainda é considerável.

Pela proposta do G-20, a média de corte dos países desenvolvidos seria, será esperamos, da ordem de 54%. A proposta da União Européia dá uma média de corte de 39%, em números grosseiros. Esses números que nós calculamos correspondem exatamente aos mesmos que foram calculados por outros parceiros. Portanto, há uma diferença significativa. Lógico que se você considerar o que eles tinham proposto antes há um avanço, pois a proposta anterior de corte era de 26%. Mas a idéia não é fazer um meio termo entre as propostas do G-20 e da União Européia. A idéia é a de que a proposta do G-20 é que constitui um meio termo entre o que os Estados Unidos e a União Européia propuseram.

Então eles avançaram um pouco, mas ficaram muito abaixo. 39% é muito pouco. Somente um pouco mais do que foi a média da Rodada Uruguai, de 36%.

Nosso objetivo não é alargar a diferença entre industriais e agrícolas nessa rodada, é diminuir a diferença, então o corte é um corte médio, muito modesto, de 39%, levando em conta que na Rodada Uruguai foi de 36%.

Gostaria de chamar a atenção para um ponto. Não li os “press releases” da União Européia, li a proposta diretamente, mas entendo, por que isso também foi comentado na videoconferência, que a própria União Européia tem dito que a média do corte deles é 47%. Números não mentem, mas talvez vocês lembrem da frase do Presidente Itamar Franco sobre o que certas pessoas fazem com os números. Agora, como se chega a duas médias diferentes? Porque a média da União Européia, é calculada na média do que eles se propõem a cortar em cada banda. Então isso não está ponderado pelas tarifas que existem em cada banda. A média que conta, não é uma média abstrata, porque você pode imaginar uma banda que não tenha nenhum produto e ponho que nela o corte é 100%. Isso só vai fazer baixar minha média, sem ter nenhum significado na realidade. Então a média que conta, é a média que está ponderada por linhas tarifárias. Não digo nem ponderada por comércio, mas ponderada pelo número de linhas tarifárias em cada banda. Com base nessa média nós chegamos a 54% na proposta do G-20, e 39% na da União Européia. O absurdo é tão grande, nesse aspecto, que o corte para a Índia seria da ordem de 36%, e para a União Européia, 39%. Assim, o princípio que a União Européia diz que aceita, de dois terços, na realidade, quando se traduz em números, não está sendo aplicado, porque é aplicado banda por banda. Como as bandas têm números de tarifas diferentes, o resultado final seria que a UE cortaria uma média de 39%.

Há um outro aspecto que gostaria de acrescentar: esses 39%, que é pouquíssimo mais do que se tem na Rodada do Uruguai, não levam em

conta os produtos sensíveis. Quer dizer, se você tiver 8%, o máximo que eles dizem para produtos sensíveis, evidentemente que quando aplicar os cortes que serão necessariamente menores dos produtos sensíveis, essa média de 39% vai abaixar ainda mais – não sei exatamente quanto porque não fizemos as contas, nem sabemos exatamente quantos produtos serão, mas a média certamente vai abaixar. Este é um aspecto. Melhor explicando: os produtos sensíveis obviamente sofrerão uma redução substancialmente menor, da maneira que eles estão propondo, do que os produtos normais, digamos, não sensíveis. Assim, quando esses 8% de linhas tarifárias, dos sensíveis, que terão tratamento diferente, estiverem computados, com os cortes que terão; a média que era 39% irá para mais baixo, porque provavelmente nesses produtos sensíveis a média será menor do que a de cada banda para os produtos normais.

Já tinha falado de um problema que era a média, aproveitei e falei de um outro, dos sensíveis. O G-20 tinha proposto 1% como número de sensíveis, a União Européia está dizendo que o máximo é 8%. Então há aí uma discrepância grande que terá que ser enfrentada. Vou dar dois exemplos, termino a parte numérica e comento um pouco a avaliação.

Para não entrar banda por banda, faixa por faixa, vamos, por exemplo, tomar a faixa mais alta na proposta do G-20. Há aí dois aspectos importantes: onde se situa a faixa mais alta e qual é o corte da faixa mais alta. Nos países do G-20, a faixa mais alta está acima de 75%, então isso significa que produtos que têm tarifas acima de 75% terão maiores cortes. Para a União Européia, a faixa mais alta é 90%. Então já ficaria de fora do corte mais alto uma série de produtos que são de grande interesse para nós, que estão nessa faixa, entre 75% e 90%. Agora, além disso, o corte deles é menor, é 60% e, na realidade, como alguns iriam para a faixa anterior, provavelmente terão um corte de 50%. Então há dois problemas que se acumulam: qual é a faixa e quais são os cortes. Os EUA tinham proposto mais. Acho

que a média americana ficava em 72,5% de corte, as bandas são mais altas, os cortes são mais altos em tudo.

A União Européia manteve as bandas essencialmente como eram, as faixas; a melhora teria sido num corte em cada faixa. Mas com essas limitações que já descrevi: do número de sensíveis, da média, nos cortes nas mais altas. Gostaria de mencionar um último ponto em relação à parte de acesso a mercados. Na faixa menor, que vai de 0 a 30%, se não me engano, mas onde se concentra 72% dos produtos comercializados hoje com a União Européia, eles reintroduziram aquele conceito de pivô e flexibilidade. Ao invés de ter um corte realmente linear, como é a proposta do G-20, eles propõem cortar entre 20 e 45%, o que aumenta a incerteza, pois já não se sabe se o produto do seu interesse vai ser cortado por 20, 25, 30 ou 45%. O mais provável é que sempre naqueles em que estamos interessados, seja pelo número menor. Então, tudo isso entra na média de uma maneira um pouco enganosa. Na realidade, quando digo enganosa, não estou atribuindo nada de maléfico, mas de uma maneira que pode levar a percepções erradas.

Não vou comentar os outros pilares em detalhe, porque, digamos, eles não apresentam uma grande novidade, porque a expectativa toda agora estava na proposta de acesso a mercados. Mas quero fazer um comentário, que é importante em relação à parte dos subsídios domésticos. Como vocês se lembram, os EUA fizeram uma oferta, que consideramos um passo importante, na direção certa, construtiva, embora não suficiente, mas um passo importante, que desejamos inclusive consolidar. Um aspecto da proposta americana era que o limite de uma eventual “caixa azul” seria 2,5% do PIB agrícola. A UE, nesse aspecto, escuda-se no Acordo-Quadro que fala em 5%. Mas a nossa expectativa é que eles pudessem pelo menos acompanhar os EUA. E eles estão voltando, insistindo na proposta dos 5%. Então este é um aspecto certamente pouco positivo. Não sei como isso vai jogar nas relações entre os EUA e

UE, são cálculos todos que a gente tem que fazer, de que maneira e isso vai ser aplicado aos produtos específicos. Mas de qualquer forma, numa primeira visão, isso não é encorajador. Por outro lado, em alguns aspectos da parte de apoio interno, até temos uma visão que é semelhante a da UE, quando eles pedem disciplinas também específicas, limites, tetos para o produto, que é uma coisa positiva, inclusive em relação à “caixa azul”, tanto a existente quanto a nova.

Diria também, para fazer um comentário, que na parte de tratamento para países em desenvolvimento, sobretudo na parte de exceções para países que têm sensibilidades especiais, a UE revela maior flexibilidade. Não sei até se ela estava esperando com isso criar algum tipo de divisão entre os países, mas não criou. Estamos todos firmes, tratando de obter uma melhor proposta em todos sentidos.

Queria, só para terminar, numa avaliação, repetir que é de alguma forma um passo positivo, sabendo das dificuldades que existem na UE. Mas é um passo limitado, primeiro intrinsecamente, porque ele não vai o suficiente, seja para atender as nossas próprias demandas em acesso a mercados, seja para motivar suficientemente outros grandes subsidiadores a limitarem seus subsídios. Portanto, ela tem esse problema intrínseco. Dependendo da forma de se ler o anexo, ela beiraria o inaceitável, até para começar a conversar. Vou dar apenas um exemplo. Quando a UE menciona produtos industriais, coloca um coeficiente só para países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Isso é totalmente impossível, totalmente descabido, contraria o que eles próprios dizem em respeito ao tratamento especial e diferenciado.

Concluindo, não posso falar pelos outros, vocês lerão, ouvirão os comentários dos meus colegas que estavam lá, e cada um fará o seu comentário, cada um acentuará pontos de especial interesse. Evidentemente que nós todos sabemos que há nuances, indicadas por cada país, ou grupos de países, mas diria – assumo o risco de dizer isso –

que claramente a pressão continua sobre a UE. Todos os presentes, por motivos que não são necessariamente idênticos, continuam a ver a necessidade de melhora na proposta, seja em um aspecto, seja em outro. Nós acertamos, como antecipei, uma nova videoconferência, que está marcada para o dia 2 de novembro, e há novos encontros marcados que se realizarão na Europa, em formatos variáveis, também entre os dias 7, 8 e 9 de novembro.

Aspectos positivos: houve um passo, a UE procurou demonstrar flexibilidade, há um engajamento continuado dos Ministros, o que significa que ninguém jogou a toalha, todo mundo está continuando a lutar para obter um resultado, tanto que já marcamos reuniões imediatamente posteriores. Diria que esses são os principais passos positivos, comparando com o que havia antes sido colocado. No tocante aos aspectos, digamos, das limitações, já os mencionei, creio eu, ao longo da minha

exposição. O tempo vai ficando cada vez mais curto até Hong Kong – para dizer o óbvio, como diria o Conselheiro Acácio – de maneira dramática, e impondo a nós um sentimento muito grande de responsabilidade na negociação. Obviamente, o que está hoje sobre a mesa, levando em conta todos aspectos e equilíbrios, não é suficiente. Há muito trabalho a fazer. Obviamente nenhum dos parceiros presentes podia contemplar a idéia de que essa proposta criasse uma situação de pegar ou largar, porque o momento para isso não chegou. De qualquer maneira, estamos ainda negociando, mesmo entendendo os constrangimentos que sofre a União Européia, que, aliás, todos sofrem. Estamos numa situação, digamos, de “38 minutos do segundo tempo e placar indefinido”. A diferença em relação ao jogo de futebol é a expectativa de que todos podemos ganhar. Mas para que todos possamos ganhar tem que haver ainda movimentos especiais e importantes.

## Reunião Ministerial do Conselho de Segurança da ONU

*Discurso do Ministro Celso Amorim em Reunião Ministerial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, Nova York, em 31 de outubro de 2005*

Senhor Presidente; Senhor Secretário-Geral; membros do Conselho,

O Brasil mantém laços históricos com o Líbano e a Síria. Nós acolhemos uma comunidade de dez milhões de pessoas de origem libanesa e síria.

O Presidente Lula tem-se esforçado para intensificar nosso diálogo com o mundo árabe, por meio de iniciativas como a Cúpula América do Sul - Países Árabes, realizada em Brasília, em maio último. Temas como o que estamos discutindo hoje nos afetam diretamente.

Senhor Presidente,

Preocupado pela possível e indesejável interferência em uma situação interna delicada e pela estabilidade da região, o Brasil decidiu abster-se na votação da Resolução 1559.

Desenvolvimentos posteriores criaram um cenário novo e complicado.

O Brasil condenou nos mais fortes termos o ataque terrorista de 14 de fevereiro, em Beirute, que causou a morte do ex-Primeiro-Ministro Rafiq Hariri e de outras 22 pessoas inocentes.

A comunidade internacional foi unânime em seu apoio à Resolução 1595, que ofereceu ajuda às autoridades libanesas em seus esforços para esclarecer as circunstâncias da morte de Rafiq Hariri. É imperativo que os responsáveis por esse crime sejam trazidos à justiça.

Senhor Presidente,

Parabenizamos a Comissão Internacional Independente de Investigação, sob a liderança do Senhor Detlev Mehlis, pelo trabalho intenso realizado para o esclarecimento dos fatos relativos aos eventos de 14 de fevereiro.

Como sinaliza o relatório, a investigação não está ainda completa. É, assim, muito apropriado que o Conselho expresse seu apoio à decisão do Secretário-Geral de estender o mandato da Comissão até 15 de dezembro.

A demanda de maior cooperação dirigida àqueles que não foram receptivos é totalmente justificada.

Notamos, a esse respeito, que recentemente as autoridades sírias deram garantias para esse fim.

Senhor Presidente,

O projeto inicial da Resolução que acabamos de adotar teria ido além do escopo do relatório da Comissão. Não incluía linguagem que assegurasse o respeito à presunção de inocência, dentre outras deficiências.

Não estaríamos em condições de apoiar texto que buscasse promover objetivos distintos daqueles estritamente relacionados com a investigação do assassinato de Hariri.

Várias de nossas preocupações foram equacionadas na versão revisada do projeto. E

agradeço aos co-patrocinadores por não terem medido esforços para atingir o consenso.

Votamos a favor deste texto no entendimento de que qualquer medida adicional só pode ser adotada com base em exame coletivo das conclusões finais da Comissão pelos membros do Conselho.

Em outras palavras, o Brasil considera que referências ao Capítulo VII da Carta das Nações Unidas não pressupõem nem autorizam medidas contra a Síria na ausência de decisão coletiva do Conselho, baseada em cuidadosa avaliação dos fatos.

Senhor Presidente,

A presente situação no Oriente Médio está marcada pela tensão, de um lado, e por esperanças

de paz, de outro. Nessas circunstâncias, o Conselho deve guiar-se por um sentido de equilíbrio e de realismo.

Nossas decisões devem conciliar firme determinação em levar à justiça responsáveis pelo assassinato do Primeiro-Ministro Hariri com a busca de estabilidade mediante progressos institucionais e políticos.

Sem dúvida, o Conselho deve enviar forte mensagem política. A aprovação unânime da Resolução 1636 fez exatamente isso. Mas o Brasil não favorecerá decisões apressadas que possam conduzir à escalada indesejável dessa situação ou comprometer ainda mais a estabilidade na região.

Obrigado.

## Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro da Jamaica

*Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da visita do Primeiro-Ministro da Jamaica, Percival Patterson, no Palácio Itamaraty, em 1º de novembro de 2005*

Excelentíssimo Senhor Percival Patterson, Primeiro-Ministro da Jamaica; Senhores Ministros de Estado da Jamaica e do Brasil; demais integrantes das delegações da Jamaica e do Brasil; meus amigos e minhas amigas,

É com grande satisfação que dou as boas-vindas ao Primeiro-Ministro Patterson.

A primeira viagem ao Brasil de um Chefe de Governo da Jamaica, acompanhado de importante comitiva ministerial, vem coroar uma aproximação há muito esperada entre nossos países.

As respectivas visitas, este ano, dos Ministros Amorim e Roger Clarke sinalizaram a determinação de dar sentido prático ao alto grau de afinidade entre nossos governos e nossos povos.

Compartilhamos os valores da democracia e da liberdade. Estamos engajados em projetos de desenvolvimento com inclusão social, defendemos um sistema internacional mais solidário, fundado na legitimidade e na justiça.

Nossas afinidades abrem oportunidades de cooperação e parceria de grande potencial. No campo dos combustíveis renováveis e da agricultura tropical, já estamos levando adiante projetos concretos.

Os biocombustíveis oferecem uma resposta estratégica para o desafio dos preços crescentes do petróleo, da poluição ambiental e do aquecimento

global.

A Jamaica, país com forte tradição açucareira, reúne todas as condições para apostar na indústria do etanol e, assim, diversificar sua matriz energética. Representantes jamaicanos visitarão proximamente usinas e instituições da cadeia produtiva e de distribuição de etanol. Terão, também, oportunidade para obter informações sobre regulamentação e financiamento da produção e exportação do produto.

Também estamos aprofundando nosso intercâmbio na pesquisa e no cultivo de frutas tropicais, em que somos ambos competitivos. Os contatos técnicos, que contam com a parceria da Embrapa, resultaram num acordo que acaba de ser assinado.

Estamos estudando esquemas para facilitar que a Jamaica adquira máquinas e equipamentos que tornarão ainda mais competitiva sua produção agrícola.

Queremos também ampliar a cooperação na área da saúde. Vamos aproveitar a experiência brasileira na prevenção e tratamento da Aids e a reconhecida competência jamaicana no manejo da anemia falciforme.

Há igualmente muito a fazer para dinamizar nossos vínculos econômicos e comerciais. O estabelecimento de uma conexão aérea direta e

regular concretizará o grande potencial do turismo e dos negócios entre os dois países.

Meu caro Primeiro-Ministro Patterson, no mês de fevereiro passado, no Suriname, tive a honra de ser o primeiro Presidente brasileiro a participar, como convidado, de uma reunião de cúpula da Comunidade do Caribe. Afirmar, naquela ocasião, a decisão do governo brasileiro de estabelecer uma sólida parceria com os países dessa região.

Não me canso de repetir que, unindo forças e compartilhando objetivos, conquistaremos o respeito político e o interesse econômico de nossos parceiros.

A presença da Guiana e do Suriname na Comunidade Sul-Americana de Nações lançou uma ponte de diálogo e colaboração entre nossas duas regiões. Jamaica e Brasil têm uma responsabilidade compartilhada em fazer avançar a associação entre nossos blocos regionais. Por isso, estamos na dianteira dos esforços para concluir um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Caricom.

A determinação brasileira de renovar suas relações com o Caribe traduziu-se na pronta resposta à convocatória das Nações Unidas para comandarmos a missão de estabilização no Haiti. É nosso desejo que o Haiti seja exemplo de um novo paradigma da cooperação internacional para a solução de conflitos. Estamos convencidos de que a verdadeira estabilização do país requer um governo democrático e um ambiente de respeito aos direitos fundamentais do povo haitiano. É por isso que o Brasil apóia todos os esforços de normalização das relações entre a Caricom e o Haiti. Estou convencido de que será por meio da inserção – e não do isolamento – que contribuiremos para a reconciliação e reconstrução do Haiti.

Senhor Primeiro-Ministro,  
As relações entre Jamaica e Brasil têm uma

vocação universal. Estamos empenhados na conformação de uma ordem mundial mais representativa, onde os países em desenvolvimento conquistem um espaço maior e mais coeso.

Defendemos um multilateralismo mais robusto e solidário, capaz de responder às exigências de um mundo complexo, marcado por novos desafios à segurança coletiva e pela globalização desigual.

Uma atuação destacada no seio do G-77 atesta as credenciais internacionalistas da Jamaica. Sei que poderemos contar com o empenho e a experiência jamaicana na atualização do sistema das Nações Unidas.

Meu caro Primeiro-Ministro Patterson,

Brasileiros e jamaicanos temos muito em comum: a alegria de viver, a paixão pelo futebol, o gosto inato pela dança e pela música. A Jamaica, assim como o Brasil, exportou ritmos e símbolos que se tornaram universais. O reggae foi a expressão maior de uma cultura que soube aliar a alegria da música e da dança a uma mensagem poderosa de transformação social.

No Brasil, o ritmo jamaicano encontrou solo fértil e conquistou nossos corações. Em Salvador da Bahia e em São Luis do Maranhão – a capital do reggae – tornou-se fenômeno de multidões.

É com esse espírito de alegria, proximidade e solidariedade que quero transmitir às autoridades e empresários jamaicanos e brasileiros minhas esperanças de que se engajem efetivamente para tornar as relações entre nossos países muito mais intensas e produtivas em prol do desenvolvimento de nossos povos.

Senhor Primeiro-Ministro, que esta seja uma visita de muito êxito e de muita alegria.

Muito obrigado.

## IV Cúpula das Américas

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Segunda Sessão da IV Cúpula das Américas, em Mar del Plata, Argentina, em 5 de novembro de 2005*

Presidente Kirchner; Presidentes e amigos,  
Penso que o tema do emprego é um tema não só pertinente, como acho que o discurso do Presidente Kirchner, ontem, deixou claro os avanços que aconteceram na Argentina e que certamente aconteceram em outros países da América Latina. Queria, nesta pequena exposição, dizer aos presidentes que nestes 35 anos, seja como dirigente sindical, seja como dirigente político, vivi três momentos importantes na América Latina. Primeiro, a década de 70, quando tínhamos regimes autoritários em vários países, mas que por conta do endividamento interno e externo, tivemos uma política quase que de pleno emprego em muitos países da América Latina.

Depois, a década de 80, quando tivemos que começar a pagar a dívida. Na grande maioria dos países da América Latina, sobretudo no meu país, vivemos, de 1980 a 2002 praticamente, um processo de estagnação. Durante os 22 anos estivemos estagnados, ou tivemos crescimento medíocre – e digo isso porque era dirigente sindical nos anos 80 e passava parte dos meus dias levantando às 5 horas da manhã para ir a portas de fábrica, chorar junto com os trabalhadores o desemprego. O período seguinte, a década de 90, foi a época do desmonte dos Estados Nacionais. No Brasil, por exemplo, foram vendidas quase todas as empresas públicas que tínhamos.

Em outros países foram vendidos zoológicos,

aeroportos, empresas aéreas, até parque de recreação infantil, em nome de uma alegada modernidade que nos causou enormes transtornos e prejuízos. A partir do século XXI, e de 2002 sobretudo, se olharmos esta mesa aqui, vamos perceber a mudança substancial que houve na América Latina. Têm pessoas que estão aqui, eleitas Presidentes da República que, na teoria, jamais poderiam ter sido eleitas. E fomos eleitos porque conseguimos encontrar um discurso que despertou esperança em toda a gente de nossos países mas, sobretudo, na gente mais pobre de cada país. E aqui estamos, quase todos com dois ou três anos de mandato, podendo explicitar o que fizemos, ou não fizemos, em nossos países. Por isso, comecei falando do discurso do presidente Kirchner, que traduziu, com muita fidelidade, aquilo que é o resultado prático da sua gestão à frente da Argentina.

No Brasil, e respeito profundamente as particularidades de cada país, tínhamos problemas enormes e imaginávamos que talvez fosse muito difícil superá-los. Um endividamento interno insuportável, o Estado brasileiro totalmente desmontado. Nos dedicamos, nesses 34 meses, sem ficar questionando o que tinha acontecido anteriormente, a produzir aquilo que entendíamos que era necessário produzir.

Recuperamos as nossas relações externas, a credibilidade dos investidores, a credibilidade dos credores, a credibilidade interna no país. E 36 meses depois, posso, numa reunião em que discutimos

emprego e desenvolvimento, emprego e democracia, fornecer um dado para vocês, que para mim é muito importante. Nos oito anos que antecederam o meu governo, a média positiva entre trabalhadores demitidos e trabalhadores contratados era de apenas 8 mil novos empregos por mês. E nestes 34 meses de governo, a média positiva é de 105 mil novos empregos por mês. Já chegamos a 3.600.000 (três milhões e seiscentos mil) novos empregos formais, dando ao trabalhador a sua cidadania.

Conseguimos provar que era possível uma política de exportação fortalecendo o mercado interno. Isso parecia impossível no Brasil. Conseguimos provar que era possível crescer com inflação baixa. Isso também era impossível no Brasil. O resultado, é que estamos chegando aos três anos de governo com uma situação, senão a que eu desejava, senão a perfeita, mas a melhor dos últimos 20 anos na República Federativa do Brasil.

Fizemos um processo de inclusão bancária. Mais de seis milhões de pessoas pobres, que nunca tinham passado na porta de um banco, hoje têm a sua conta bancária. Concedemos crédito consignado, com desconto em folha, por metade dos juros cobrados antes desta nova medida. E já emprestamos em dois anos mais de US\$ 10 bilhões aos trabalhadores e aos aposentados, que tomam dinheiro emprestado e que descontam no dia do pagamento apenas o equivalente a 30% do seu salário. Atendemos, por meio do programa Fome Zero, oito milhões de famílias, e em dezembro chegaremos a 8 milhões e 700 mil famílias, garantindo a elas não apenas o direito à alimentação, mas a obrigatoriedade das crianças frequentarem a escola e tomarem as vacinas e das gestantes fazerem exames. Mais ainda, aprovamos o Estatuto do Idoso, pelo qual as pessoas idosas, assim como os deficientes físicos, receberam, em dois anos, mais de US\$ 2,5 bilhões.

Tudo isso sem que, em momento algum, abrissemos mão da seriedade da política fiscal, que era necessária. Porque o que fazia na minha casa

tenho que fazer no governo: só posso gastar aquilo que tenho ou aquilo que vou receber. Não posso fazer dívidas para que novas gerações venham a pagar.

Dessa maneira, quero dizer aos presidentes: se cada um de nós conhecer profundamente o que está acontecendo em cada país, voltaremos depois de uma reunião dessas com novas idéias, com novas sugestões, e quem sabe iremos colocá-las em prática, no tempo que nos resta. Este ano, estamos colocando na escola 980 mil adolescentes entre 15 e 24 anos, que tinham parado de estudar e que são a parte da população mais vulnerável. Estamos colocando estes jovens na escola por meio de programas como o “Escola de Fábrica” e o programa “Pró Jovem”, em convênio com as prefeituras. O jovens irão, ao mesmo tempo, aprender uma profissão, para que possam adentrar o mercado de trabalho.

Criamos um programa chamado PC Conectado, pelo qual pretendemos vender um milhão de computadores à parte mais pobre da população, que irá pagar no máximo entre US\$ 25 e US\$ 30 dólares por mês. O governo vai ajudar as famílias mais pobres dando um desconto nos impostos pagos pelo computador. Estas experiências – e certamente cada país aqui tem uma experiência bem-sucedida – combinam com a necessidade que temos de oferecer a nossa sociedade um novo tipo de emprego, mais qualificado e mais exigido pelo mercado, que é o emprego do conhecimento. E isso só pode ser feito por meio de um sistema muito forte de investimento na área educacional. Este ano, em janeiro, colocamos mais 112 mil jovens na Universidade, num convênio que fizemos com a iniciativa privada, descontando o imposto e o equivalente ao imposto, que foi transformado em bolsa de estudo para os pobres da periferia das escolas públicas, garantindo ainda uma cota para os pobres negros. E conseguimos neste ano fazer com que 38 mil jovens, negros, mulheres e homens, pudessem entrar numa Universidade.

Estes programas só podem ser feitos se tivermos consciência de que a macroeconomia é muito

importante, o receituário das instituições financeiras é extremamente importante, o superávit primário é importante, mas é muito mais importante termos em conta que: ou pagamos as dívidas que temos com a sociedade brasileira, com a sociedade sul-americana, com a sociedade da América Latina e do mundo inteiro, ou iremos atravessar um século tão pobre como terminamos o século passado. É nesse contexto que as discussões que temos para gerar empregos nos nossos países são extremamente importantes.

Muitas vezes, diante de países ricos, como Canadá e os Estados Unidos, ficamos pensando que eles poderiam ajudar a resolver os nossos problemas. E os nossos problemas são nossos. Muitas vezes as elites que dirigiram os nossos países, antes de nós, se subordinaram às doutrinas que pregavam facilidades, e os anos 80 e 90 foram pródigos nisso. É só ver o que aconteceu em cada país na América Latina, que percebemos que não existe mágica, não existe facilidade e não existe ninguém disposto a ajudar outro país se nós mesmos não dermos os passos necessários para que alguém nos ajude. Ou seja, primeiro, temos que agir com seriedade, temos que fazer as coisas que precisam ser feitas.

Não sei se foi o Kirchner que disse, ontem, que o capital estrangeiro é muito bem-vindo e todos nós queremos que ele venha para nossos países. Entretanto, a base do desenvolvimento depende do nosso próprio esforço, depende da nossa própria capacidade de investimento. O empresário brasileiro, argentino, americano, venezuelano, ou da Costa Rica, só vai investir em outro país se tiver garantias. Da mesma forma que nós só depositamos o nosso dinheiro no banco se tivermos a garantia de que o banco vai nos devolver, e ainda pagar uma taxa de juros. O empresário só vai investir, se tiver a garantia, se tiver mercado, mão-de-obra qualificada, infraestrutura e estabilidade, tanto institucional, quando econômica. Então, temos uma tarefa para realizar e acho que estamos realizando.

Quero dizer aos presidentes que me orgulho muito de ter vivido este momento na América do Sul

e na América Latina. E que saímos de um Mercosul fracassado em 2002, para não apenas o fortalecimento do Mercosul, mas para a constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações. Durante séculos, o Brasil ficou de costas para os demais países da América do Sul, olhando para os Estados Unidos e para a União Européia, achando que tudo o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil, ou tudo que era bom para a Europa era bom para o Brasil.

Durante muito tempo, por exemplo, a Bolívia achava que o Brasil era um país imperialista do continente e, portanto, os empresários bolivianos tinham medo dos empresários brasileiros e não tinham medo dos empresários de outros países. Durante muito tempo a Argentina e Brasil desconfiavam um do outro e assim por diante. Estamos conseguindo um feito inusitado, apesar das nossas diferenças. Hoje, estamos convencidos de que não existe saída individual para qualquer país. Ou encontramos soluções conjuntas para financiar a nossa infraestrutura, para facilitar o nosso comércio, ou não teremos solução.

Por isso, acho que essa reunião é importante, e ninguém pode sair frustrado porque não saiu daqui com a solução dos seus problemas. Queria, Kirchner, pedir licença apenas para falar de um assunto que não estava na pauta, porque recebi a programação e a programação falava em emprego, emprego e emprego. Vim preparado para discutir emprego, mas cheguei aqui e se estava discutindo outras coisas, e queria abordar, apenas para deixar registrado na reunião, a questão do livre comércio, a questão da Alca.

Primeiro, o debate sobre comércio não pode ser uma coisa ideologizada. Disputei as eleições de 2002 num contexto de guerra sobre quem era a favor da Alca ou quem era contra a Alca. Depois, ganhei as eleições e houve o Acordo de Miami em 2003, que estabeleceu parâmetros para se discutir esse assunto. Segundo, para o Brasil não faz sentido falar em livre comércio enquanto persistem os gigantes

subsídios na área agrícola que desnivelam o campo de jogo. Terceiro, daí a prioridade da OMC, onde se pode tratar efetivamente dessa questão.

Por outro lado, não há modelos únicos para relações comerciais. Na Alca se estava discutindo, antes de Miami, em 2003, temas que iam muito além do comércio, como regras para investimentos e compras governamentais, que limitavam a possibilidade de políticas industriais, tecnológicas etc. Por isso, propusemos e obtivemos redefinições da base das negociações. Temos negociado com outros países em desenvolvimento acordos em que tomamos

plenamente em conta as assimetrias e sensibilidades dos países menos avançados. O mesmo princípio deve reger as negociações hemisféricas. Estamos dispostos a continuar essas discussões, mas não podemos fixar prazos artificiais que não serão cumpridos e que apenas causarão desgastes. Por isso, preferíamos avaliar a situação após Hong Kong, a luz do que ocorrer, sobretudo quando definirmos, claramente, a questão dos subsídios na reunião de Doha.

Obrigado, Presidente.

## Visita ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América

*Declaração à imprensa do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da Visita Oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, na Granja do Torto, em 6 de novembro de 2005*

Excelentíssimo Senhor George W. Bush, Presidente dos Estados Unidos da América e sua Senhora Laura Bush; minha querida esposa Marisa Letícia Lula da Silva; Senhores e Senhoras integrantes das delegações dos Estados Unidos e do Brasil; jornalistas brasileiros; jornalistas americanos e jornalistas de todos os países que estão presentes,

A presença do Presidente Bush entre nós expressa, em grau elevado, o aprofundamento do diálogo entre nossos Governos. Em dezembro de 2002, antes de minha posse, o Presidente Bush teve a gentileza de receber-me na Casa Branca. Em junho de 2003 estive de novo com ele em importante encontro de trabalho em Washington.

Foram muitas as reuniões que mantivemos em encontros internacionais nestes quase três anos de governo. Trocamos cartas e conversamos várias vezes por telefone.

A visita de hoje está sendo uma oportunidade privilegiada para discutirmos os muitos temas das nossas relações bilaterais, assim como as questões regionais e globais em que pudemos trabalhar juntos.

Quero expressar publicamente algumas considerações sobre as relações Estados Unidos – Brasil, no marco mais geral de nossa política externa. Tenho dito, com frequência, que nossa política externa não é apenas um meio de projeção do Brasil no mundo, mas também um elemento fundamental

de nosso projeto nacional de desenvolvimento.

Nestes 34 meses de meu Governo busquei uma forte aproximação com nossos irmãos sul-americanos. Aprofundamos as relações bilaterais com todos os países da região, ampliamos e reforçamos o Mercosul, criamos a Comunidade Sul-americana de Nações, mantivemos um excelente relacionamento com os países do Caribe, da América Central e da América do Norte, impulsionamos uma política ativa em relação à África, continente em que estive várias vezes, visitando 14 países.

Somos a segunda maior nação de população negra no mundo e temos para com o continente africano uma dívida histórica. O Brasil abriu-se igualmente para o mundo árabe e o principal resultado desta abertura foi a Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Fortalecemos nossas relações com grandes países emergentes, como a China, a Índia, a Rússia, a Coreia e a África do Sul. Não hesitamos em abrir novas fronteiras. As conseqüências dessa abertura foram os incrementos sem precedentes de nosso comércio exterior, a atração de investimentos e a internacionalização de nossas empresas.

Mas esta busca de novos horizontes não comprometeu nosso relacionamento com grandes países desenvolvidos, como os da União Européia, o Japão e, obviamente, os Estados Unidos.

Quando de minha eleição para a presidência não faltaram alguns para prever a deterioração das relações entre Brasil e Estados Unidos. Equivocaram-se redondamente. Ao contrário, nossas relações atravessam hoje um de seus melhores momentos. As relações econômicas e comerciais se ampliaram em muito e nosso diálogo político ganhou qualidade superior.

Compreendemos, Estados Unidos e Brasil, nossa importância econômica e política e as responsabilidades que disso decorrem. Defendemos nossos interesses nacionais e valores políticos gerais. O respeito que temos por nós mesmos, reforçou nosso respeito mútuo. Porque cada país preza sua soberania, soubemos respeitar a soberania de nossos países. As compreensíveis diferenças de pontos de vista sobre questões da agenda regional ou mundial foram tratadas com franqueza, sem sobressaltos ou confrontação.

Quero reconhecer que o Presidente Bush, sua Secretária de Estado e outros funcionários da administração norte-americana contribuíram para que este ambiente de cordial relacionamento se aprofundasse.

Senhor Presidente,

Nossos povos compartilham uma mesma visão sobre questões absolutamente fundamentais, como a defesa da democracia, a difusão da liberdade e o respeito aos direitos humanos.

Temos diálogos sobre temas cruciais para duas nações comprometidas com os desafios da paz e da globalização. Segurança internacional, assistência ao desenvolvimento, equilíbrio das regras comerciais e reforma do sistema multilateral, da ONU, em particular, têm estado no centro de nossas conversas.

Temos sabido valorizar as nossas afinidades. Somos duas grandes democracias multiétnicas e temos vocação para cooperar na promoção da plena cidadania e no combate a todas formas de discriminação.

A presença de numerosa comunidade

brasileira nos Estados Unidos enriquece a tradição de convivência e admiração mútua entre nossas sociedades. Um bom diálogo entre nossas autoridades de imigração é fundamental para garantir tratamento justo e equilibrado àqueles que são a verdadeira ponte entre nossos países. Conversamos muito também sobre o que podemos fazer em prol do progresso e bem-estar de outros países.

Estamos empenhados em trabalhar em favor do desenvolvimento, em particular da África. No Haiti, onde o Brasil está à frente da Missão de Estabilização das Nações Unidas, temos colaborado em programas emergenciais nas áreas de saúde e saneamento e estamos empenhados no pleno êxito das eleições nacionais que abrirão caminho para a normalização política e a retomada do desenvolvimento econômico e social do país. É fundamental, no entanto, que a prometida ajuda econômica a esse país chegue com rapidez.

O Presidente Bush e eu temos a mesma visão otimista sobre nossas relações bilaterais. Foram muitos os avanços desde nossa reunião de 2003. Os grupos de trabalho que criamos, sobre crescimento, agricultura e energia, trouxeram resultados significativos. Decidimos, agora, avançar em outros campos estratégicos. Vamos iniciar uma cooperação de alto nível em ciência e tecnologia e aprofundar nossas parcerias educacionais e em áreas como biodiversidade e agricultura. No campo da saúde, vamos abrir novas frentes de cooperação, no combate a moléstias como malária, tuberculose, AIDS e ameaças como a pandemia da gripe aviária.

Nossa parceria está fundada em bases econômicas muito sólidas. Os Estados Unidos são o primeiro parceiro individual do Brasil, o maior mercado para nossas exportações e a nossa principal fonte de investimentos diretos. Nosso intercâmbio tem crescido à taxa de sete por cento ao ano. Somente em 2004, recebemos quatro bilhões de dólares de investimentos norte-americanos. Temos tratado com tranqüilidade e maturidade das questões pontuais que são parte de qualquer parceria dessa

magnitude.

Estamos empenhados em eliminar, de forma negociada, entraves injustificados em nosso comércio bilateral. Estamos levando esse mesmo espírito de parceria para as discussões comerciais multilaterais. A conclusão exitosa da Rodada de Doha, até o fim de 2006, é prioridade tanto dos Estados Unidos quanto do Brasil. Coincidimos em que a redução e eventual eliminação dos subsídios agrícolas é a chave para o equilíbrio da Rodada.

Agradeço as palavras de apoio do Presidente Bush à determinação brasileira em contribuir para o desenvolvimento e estabilidade da nossa região. É por todas essas razões que vemos com entusiasmo a disposição norte-americana de incluir o Brasil entre os países com os quais os Estados Unidos mantêm

diálogo estratégico e privilegiado.

Presidente Bush,

O que fica para a História não são apenas nossas decisões de alcance imediato. O que importa são aquelas iniciativas que levam em conta as futuras gerações e a necessidade de enfrentarmos e resolver os grandes desafios de nosso tempo. A política externa brasileira transcende governos.

Ao mesmo tempo em que defende o interesse nacional persegue grandes valores democráticos na esfera internacional. Nesse marco, insisto, as relações Estados Unidos – Brasil são fundamentais e seu aperfeiçoamento é um legado que devemos deixar aos que virão depois.

Muito Obrigado.



## Reunião do Conselho de Comércio Exterior da FIESP

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na reunião do Conselho de Comércio Exterior da FIESP, São Paulo, 18 de novembro de 2005*

Queria, em primeiro lugar, agradecer ao Embaixador, meu amigo, Rubens Barbosa, Presidente deste Conselho. Eu me sinto muito honrado de estar aqui, e também muito contente em poder compartilhar com os Senhores algumas idéias. Agradeço a todos os presentes e ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. São tantos os amigos a citar, e certamente não poderia faltar o Embaixador Sérgio Amaral, entre outros tantos amigos e conhecidos com quem tenho lidado em tantas ocasiões.

Queria fazer um comentário geral, se me permitem, sobre a própria política externa. Não é uma ocasião a se desperdiçar, estar aqui no Conselho de Comércio Exterior da FIESP, com empresários importantes, outras pessoas, intelectuais, estudiosos, porque, de certa maneira, a política externa do Governo do Presidente Lula ganhou uma notoriedade - como diria o Presidente Geisel, “para o bem, ou para o mal” - que talvez raramente tenha tido.

Acho que é importante começar com uma digressão sobre a política externa antes de entrar nos temas mais específicos das negociações. Acho que eles não são indiferentes ao aspecto comercial, embora não se esgotem, obviamente, nesse aspecto. Aliás, essa idéia veio motivada por uma matéria do “Valor” de hoje, que diz: “Brasil vira o jogo e só mantém déficit com África e Oceania”. “Quadro

invertido no Mercosul” é uma sub-matéria. Naturalmente, e corretamente, ela não pretende, nem nós pretendemos, que tudo isso tenha ocorrido por causa da política externa e sim por muitos fatores: atividades dos próprios empresários, o dinamismo de vários setores empresariais, o crescimento da competitividade, estabilidade econômica, enfim, muitos fatores. Mas a política externa não é totalmente alheia a esse fenômeno.

Começaria com um comentário. Como fui Ministro uma outra vez, tenho a vantagem de poder me comparar comigo mesmo e não parecer que estou criticando nenhum antecessor nem nenhum possível sucessor. Uma das coisas que noto hoje de diferente na política externa brasileira - eu não sei se sempre é percebida no Brasil, certamente é percebido no exterior - é que houve uma mudança de nível da nossa atuação. Eu me recordo, no meu próprio período, para não comparar com ninguém, que fizemos várias coisas boas no Governo do Presidente Itamar Franco. Aliás, algumas que até hoje são objeto de grande defesa, às vezes ardente, dos empresários, os mesmos que às vezes criticaram na época o que nós fizemos. Por exemplo, o Protocolo de Ouro Preto e a conclusão da Rodada Uruguaí são daquela época.

Eu me lembro de um artigo do “International Herald Tribune” na época. Era um artigo de um

estudioso sobre o Brasil, não me recordo agora quem era - a manchete em inglês dizia "Brazil punches below its weight", que queria dizer que o Brasil joga numa liga que é abaixo do seu nível, do seu peso, do seu interesse. Acho que isso deixou de acontecer. O Brasil agora - não é que queira também passar a jogar acima do seu peso, da sua liga - está jogando na sua liga, e isso se deve a uma porção de coisas, se deve ao fato de que o Brasil nesses últimos anos, consolidou o processo democrático, entre outras coisas.

Estava comentando aqui de uma maneira pouco heterodoxa, estava começando a palestra com uma digressão, falando um pouco da política externa de um modo mais amplo, e dizia que o Brasil, hoje, joga numa liga diferente da que jogava, correspondente a seu próprio peso, e ao seu próprio dinamismo, tanto econômico, quanto a sua potencialidade política. E isso tem várias razões.

Uma delas é o próprio amadurecimento democrático brasileiro, quer dizer, você não tem hipotecas. Os problemas que temos, enfrentamos no Congresso livremente, e transparentemente discutimos todas as questões. A Justiça, tomando as decisões que deve. Então, tudo isso é positivo. A economia também. Nesses anos de estabilidade macroeconômica a competitividade em vários setores se desenvolveu muito. Na agroindústria especialmente, mas não apenas. Até o setor aeronáutico, por exemplo. Quando se fala hoje em agroindústria, os Senhores sabem melhor do que eu, que nós não estamos falando em uma atividade primário-exportadora, como era tradicionalmente, mas atividade tecnológica também, com alta intensidade de tecnologia. Enfim, há uma série de fatores que contribuíram para isso, no plano econômico, no plano político, no plano da própria evolução da sociedade. Mas não acho que a política externa seja totalmente indiferente, ou digamos, que não tenha nenhuma responsabilidade nisso.

Acho que uma das coisas que o Presidente Lula procurou fazer, e isso acaba se refletindo no

campo das negociações comerciais, foi diversificar nossas relações. O Brasil hoje tem uma intensidade de relações com outros países que não tinha, pelo menos não tinha na mesma escala da política externa. Quando há no país uma Revolução, ou um golpe muito violento, a política externa não passa por rupturas, ela faz ajustes, ela muda de intensidade, ela enfatiza certos aspectos novos, faz o que o Governo no momento crê que sejam correções de rumos. Mas, na realidade, ela segue uma trilha que, de certa maneira, já vem traçada. Ela apenas acentua certos aspectos.

Dentro desse contexto, o Governo do Presidente Lula atua sem perder de vista as nossas relações com os grandes mercados, com os grandes países tradicionais. Ilustra isso as visitas que o Presidente tem feito, os seminários empresariais que têm sido feitos durante as visitas presidenciais, marcados sempre por esse desejo também, seja na Espanha, seja em Genebra com grandes empresários europeus, seja nos EUA. Fui Embaixador na ONU quatro anos, e fui Ministro antes. Não me recordo que, simultaneamente à Assembléia da ONU, se tenha feito seminários tão amplos ou tão importantes com gente de tanto peso, por ocasião da presença do Presidente lá. É uma tensão que indiscutivelmente se mantém e o Ministério das Relações Exteriores é um dos partícipes disso. O MIDC também, e outros.

Ao lado disso, houve um esforço também concentrado em diversificar as relações com o mundo árabe, relações com a África, com a América do Sul, relações com mercados novos, como a Rússia, outros não tão novos, mas que vinham crescendo, como a China, que tem problemas que todos conhecemos, mas que não deixa de ser um mercado muito importante para o Brasil. Isso fez com que houvesse uma certa mudança na nossa estrutura. Digamos, é uma certa geografia comercial que começa a modificar.

Isso se espelha nas estatísticas, a tal ponto que, eu acho que este ano a América Latina possivelmente será o principal mercado brasileiro. É

como eleição, que você acompanha e vê que a diferença vem diminuindo. A América Latina como um todo. Quer dizer, no momento, se eu considerar janeiro a setembro, que são as últimas estatísticas que tenho, dá algo como União Européia com 22.93% e América Latina, 22.92%. Parece um pouco como esses processos eleitorais. A cada mês, essa diferença diminui. A minha impressão é que até o fim do ano - a diferença agora é de menos de um décimo de um ponto percentual e como era maior nos períodos anteriores - é muito provável que passe a América Latina ser o primeiro mercado. Se não for o primeiro vai estar junto com a União Européia. Isso é muito significativo.

O próprio artigo que mencionei hoje, diz aqui: “O déficit com a África, por exemplo, nós só mantemos por causa do petróleo”. Mas o petróleo teríamos que comprar em algum lugar. E, outro dia, em uma matéria do mesmo jornal, havia algo surpreendente: se excluído o petróleo, 10% do nosso superávit comercial vem da África. É algo muito surpreendente, mas é verdade.

Eu até disse que queria conversar outras coisas que não comércio e acabei levando mais para o lado do comércio, que eu sei que tem o maior interesse, mais imediato e vou terminar aqui e depois vou falar no geral e, em seguida, passar para as negociações.

Estava fazendo comparações também em termos de variações absolutas de comércio entre janeiro e setembro de 2003 e entre janeiro e setembro de 2005. Em vários países, ou regiões importantes, nós dobramos. É muito interessante. Com a Argentina, mais do que dobraram. Claro que vinha também de uma crise, mas o fato é que este ano, certamente, vamos bater recorde com as exportações para a Argentina, como já tínhamos batido no ano passado, em que mais do que dobraram em relação a 2003. Com o Chile, mais ou menos, dobraram. Com a Rússia dobraram também as exportações. Mais do que dobraram, um pouquinho, nesse período. Com a Venezuela multiplicaram-se por aproximadamente

entre quatro e cinco. A expectativa é de que este ano as nossas exportações para a Venezuela fechem em 2 bilhões de dólares mais ou menos. Comparando só janeiro e setembro, passa de 350 milhões para 1 bilhão e seiscentos. É um aumento formidável. Com a África do Sul, mais ou menos, dobraram. Deve chegar a 1 bilhão e trezentos mais ou menos. Contando só janeiro-setembro, passou de meio bilhão para 1 bilhão e pouco; com a Colômbia, mesma coisa, aproximadamente; com a Índia, aproximadamente a mesma coisa. A expectativa é de que, pela primeira vez, cheguem a 1 bilhão de dólares as nossas exportações para Índia. Com a Arábia Saudita mais ou menos dobraram, de 447 para 811. Deve chegar a 1 bilhão também. Sei que a Arábia Saudita iniciou grandes compras de itens específicos, aviões, ônibus, pode ser que essa projeção não seja satisfatória. Com o Peru também mais do que dobrou de 336 para 703. A expectativa é de que chegue próximo a 1 bilhão, ou passe de 1 bilhão, estimativa que vale para o Egito, a Nigéria.

Estou falando de países - para não dizerem que eu estou usando, como diz Roberto Campos, “a falácia da composição”, que você está partindo de números muito pequenos - estou falando de países que estão incluídos entre os trinta maiores mercados brasileiros. Então é muito importante. Refiz essas contas com esse último número: dentro dos trinta maiores mercados, os dez que mais cresceram no período de 2005 em relação a 2004, todos eram países em desenvolvimento, incluindo Rússia como país em desenvolvimento, porque de fato é um país em desenvolvimento do ponto de vista econômico. Quando se fala dessa abertura de nossos mercados, quando o Presidente faz esse esforço todo, que tem outros motivos também, não quero dizer aos Senhores que é puramente comercial, mas eles têm também reflexo na área comercial. É indiscutível.

Agora, o Ministro Furlan estará indo a Argel. Uma grande missão empresarial. Você poderia dizer que isso poderia ocorrer mesmo que não tivesse havido visita do Presidente da Argélia ao Brasil, que

não tivesse ocorrido a Cúpula dos Árabes aqui, que não tivesse havido visitas políticas. Mas é claro que tudo isso cria um clima que facilita muito e certamente haverá negócios. E a Argélia hoje é um grande mercado para a carne brasileira, pode ser para aviões. Enfim, muito variado.

Diria que, embora os objetivos não sejam exclusivamente comerciais, o Brasil - quando comecei falando que o Brasil está entrando para sua liga - não pode, digamos, subir de liga e ignorar suas responsabilidades. Toda essa discussão de Conselho de Segurança, de ter tropas no exterior, no Haiti, por exemplo, ou participar em outras áreas mais ativamente, tem a ver com esse fato. O Brasil tem que se aceitar como membro de uma liga mais alta e isso envolve também responsabilidade. Não dá para a gente viver escondidinho. Não dá para ter aquilo que americanos chamam de "free-ride".

Há os bens comuns na área internacional, que são a manutenção da paz, que garantem os fluxos dos aviões, dos turistas, que garantem, por exemplo, o combate ao narcotráfico. Estou só dando exemplos. Não estou dizendo que seja a única motivação, mas a nós não interessa que na América Latina surja ou se desenvolva um narco-Estado, como poderia ser o caso no Haiti. Tudo isso tem um custo: participar da administração dessa realidade internacional, onde prosperam os negócios, onde prospera o turismo, onde prosperam os contatos mais variados. Dei aqui uma ilustração de como isso tem também reflexo no comércio, mas não quero dizer aos Senhores que tudo que a gente faz tenha só uma perspectiva puramente comercial.

O Brasil tem interesse na integração da América do Sul, que tem rendido muito. Dentro desse contexto da América Latina que eu falei, a América do Sul é das que mais cresce. Na América do Sul, o crescimento deste ano em relação ao ano passado está na ordem de quase 40%, 38.32%, em cima do crescimento do ano anterior de 54%. Quer dizer, se for feita uma composição, vai dar mais de 90% de crescimento em dois anos em comércio, em

exportações. Sabe-se que mais de 90% são manufaturas, de alto valor agregado, e investimentos. Tive uma notícia agora que acabamos de fazer um investimento importante na área de siderurgia na Colômbia. Tem outro importante, na área do açúcar, que está se desenvolvendo na Colômbia também. Enfim, na Argentina, há grande número de investimentos de empresas brasileiras, começando pela Petrobras, mais as empresas construtoras e outras que se fazem presentes lá. É algo, aliás, que ocorreu antes deste Governo, mas continua se desenvolvendo.

Esse reflexo na área comercial é indiscutível, mas é evidente que temos interesses que vão além da área comercial. Uma vez uma jornalista me perguntou: "Por que tanto interesse na América do Sul?" E eu falei: "Porque a gente mora aqui, se eu morasse em outro lugar, eu ia me interessar pelo outro lugar, mas eu moro aqui". Então eu tenho que saber se o encanamento do vizinho está direito, tenho que ajudar a consertar de vez em quando o encanamento do vizinho, porque senão pode sobrar para mim, até porque quem vê de longe confunde tudo.

Eu estava em Londres em 2002, onde o Rubens serviu muito tempo e sabe que, apesar de hoje em dia, crescentemente, haver uma capacidade do que chamam, no sentido positivo, de diferenciar entre os mercados, se um país emergente sofre, o outro sofre. Imaginem como os países da América do Sul sofrem. Temos interesse que isso fique em ordem. Temos interesse que as nossas fronteiras não sejam alvo de contrabando, de crime organizado, de guerrilha. Temos interesse na paz social nesses países. O Presidente Lula está recebendo hoje o Evo Morales, ontem recebeu o Doria Medina, e está aberto a receber o Jorge Quiroga, que chegou a marcar hora, depois desmarcou, não sei se vem ou não. Mas, enfim, os três principais candidatos a Presidente da Bolívia. Por que isso? Claro que temos interesses econômicos importantíssimos, da própria Petrobras, e outros interesses, mas temos interesse político também que haja estabilidade. Qualquer que

seja o resultado, que seja respeitado.

O mesmo tipo de ação tivemos na Venezuela. É verdade que a Venezuela estava à beira da guerra civil, e se os propósitos que estavam sobre a mesa prosperassem, era muito possível que - não posso garantir se chegariam a uma guerra civil ou não, porque essas coisas são muito complicadas - houvesse confrontações muito mais violentas do que houve. Houve um referendo e acho que o Brasil teve o papel de convencer o Presidente Chávez de que era preciso fazer o referendo, que, aliás, estava na própria constituição - embora ele nunca tenha dito que não iria fazer - não apenas fazer, mas fazer com observadores internacionais. O Brasil teve o papel, também, de convencer outros países a aceitar que isso fosse feito dentro das regras que existiam e isso foi positivo, reconhecido não só por todos, mas, na época, pela própria oposição venezuelana. Hoje não sei se ela está feliz ou não com o Chávez - isso é um problema interno - aqui também a oposição não é muito feliz com o Presidente Lula. Paciência, faz parte.

Agora, o importante é você jogar democraticamente e, sempre que possível, contribuir para a estabilidade do nosso país. E, ao mesmo tempo, estamos até - parece aquela frase do Monsieur Jordain: "de quelque chose je parle en rose" - sem reparar, estamos aumentando enormemente o comércio com esses países. E são todas quantias não desprezíveis. O Presidente esteve agora na América Central, no Caribe. Só vou citar esses dados porque eu sempre notei uma diferença muito grande na atitude, não digo dos empresários, mas muitas vezes dos setores da mídia que são voltados para cobertura desses temas, no Brasil e fora do Brasil. Para um norte-americano não existe mercado pequeno. Todo mercado é mercado e tem que ser disputado. Uma clara ilustração disso é a atitude dos setores agrícolas norte-americanos de produção de alimentos em relação a Cuba. Eles sempre procuram flexibilizar o embargo para vender. Eles não perdem ocasião, vão a todos. Aqui quando a gente pensa: por que você vai se incomodar com Angola, se tem outros?

Mas um dado interessante, que nem é parte das nossas prioridades, eu diria mesmo que não é nem prioridade, mas vejam, por exemplo, a América Central e o Caribe. Hoje exportamos mais de três bilhões de dólares, de janeiro a setembro. Quer dizer, no fim do ano deve dar 3.700, algo por aí. Isso era para ilustrar um pouco o sentido pragmático, não-ideológico, digamos, de todas essas posturas que conduzem a política externa brasileira e que têm trazido resultados concretos.

Não sei quais são os empresários que estão ganhando. Ouço muito os que não estão ganhando tanto, outros que estão perdendo. Mas os que estão ganhando a gente não ouve. Mas tem alguns que estão ganhando. Porque, para vender tanto, para as exportações brasileiras subirem tanto, praticamente dobrarem para o conjunto da América do Sul, estamos falando de quantias altíssimas. Quando digo, por exemplo, que o percentual da América Latina e de países em desenvolvimento tem aumentado no conjunto do nosso comércio, é importante ver que - aliás todos sabem disso, mas é só para frisar - estamos falando não em função de decréscimo dos outros mercados. Todos aumentaram. Com os ca está aumentando 15% mais ou menos este ano; com a União Européia, no ano passado aumentou uma quantia parecida, na base de 15%, 20%. Senão as exportações no conjunto não estariam aumentando tanto quanto estão. Então essa participação se faz dentro de um bolo crescente.

Diria que alguns desses movimentos políticos também foram fundamentais para consolidar certos processos de negociação econômica e vou direto ao que mais interessa no momento, que é o da OMC. Várias pessoas aqui presentes escrevem sobre o assunto. Gostaria até de aproveitar e mencionar a OMC, obviamente porque é o que no momento está mais em jogo nas grandes negociações globais, tirando aqui o nosso Mercosul e a América do Sul.

O G-20, por exemplo, foi naturalmente uma criação que se deve a muitas coisas, se deve ao trabalho técnico, muito bem feito, se deve ao apoio

empresarial, se deve ao apoio de vários setores. O G-20 não teria nascido se não tivesse havido já naquele momento um clima de confiança política entre os países.

Quando nós estivemos em julho do ano passado, discutindo o Acordo-Quadro em Genebra, houve um momento crucial, que parecia que a coisa ia parar e houve uma decisão do Primeiro-Ministro - pelo que eu sei, essa informação pode ser errada - uma decisão do Primeiro-Ministro indiano de que era preciso que geopoliticamente, geoestrategicamente, a Índia não podia contrariar o G-20 nem quebrar a unidade do G-20. Uma situação complicada sobre produtos especiais, vocês sabem. Então, o fato de termos uma aproximação com a Índia e a África do Sul, por exemplo, fora o que já havia no Mercosul, com a Argentina, sobretudo, nos ajudou muito a criar o clima para chegarmos ao G-20, que hoje tem papel central. Fui Embaixador em Genebra duas vezes, os nossos Embaixadores aqui tiveram contato intenso nas negociações, pelas várias funções que ocuparam, e sabem que o Brasil tem ali várias ligações em Genebra. O Brasil tem com o Grupo de Cairns. Agora o Grupo de Cairns, simplesmente, do ponto de vista político, não tinha mais a relevância.

O que a União Européia continua tentando fazer, mas com muito menos sucesso com o grupo do G-20, ela fazia com o Grupo de Cairns. Ela procurava o desqualificá-lo politicamente. Porque essas batalhas não são batalhas só nas mesas de negociação. Não são batalhas só técnicas. São batalhas políticas. São batalhas pela opinião pública. Então o que acontecia? Estou aqui meio que pulando, mas depois eu volto um pouco. O que acontecia com o Grupo de Cairns? Eu participei disso, vi isso acontecer. Eu fui apontado pelos americanos e pelo Grupo de Cairns para ser o Presidente do Comitê de Agricultura que acabou não acontecendo porque o Grupo de Cairns era visto primeiro como idealista nas suas demandas, como uma linha auxiliar dos Estados Unidos na negociação e que, se tivesse os

seus objetivos alcançados, destruiria não só a agricultura européia, mas também a agricultura de países pobres do Terceiro Mundo, da Índia, do Egito e tudo mais.

Hoje em dia, como a Índia, o Egito, a Tanzânia, fazem parte do G-20, eles não podem dizer a mesma coisa. Então, o G-20 foi uma opção fundamental, mas que teve também, como parte disso, um embasamento político. Essas coisas não existem separadamente. Eu poder ligar para um Ministro do Exterior e dizer: “Fala isso para o seu Ministro do Comércio, porque isso é uma coisa importante para nós.” Isso é fundamental.

O fato de o Presidente Lula poder ter um diálogo direto, às vezes por carta, às vezes por telefone, com esses Chefes de Estado, é algo fundamental. Não é estranho a essas negociações, não se pode ver de maneira separada. Claro que houve também a dinâmica, a instrução que considero fundamental, que tive que dar em determinado momento. Quando eu digo instrução, não quer dizer que fosse contra a vontade, para o nosso Embaixador em Genebra, na época o Embaixador Seixas Corrêa. Estávamos na reunião em Montreal, a última das ministérios antes de Cancun. Impasse total. Não avançava nada. Estávamos conversando com a Índia e com a Austrália. Muita afinidade com a Austrália no lado ofensivo, muita afinidade com a Índia no lado defensivo e um certo ponto comum dos três, na luta contra os subsídios. Num determinado momento, eu falei: “Procure manter essa coordenação, Austrália e Índia, mas se tiver que optar, opte pela Índia, porque é isso que vai poder modificar o jogo internacional.” Não é porque eu goste mais da Índia do que da Austrália, eu gosto de ambos. Não é nenhuma opção terceiro-mundista. Aliás, o Governo indiano, hoje em dia, não tem nada de terceiro-mundista no sentido tradicional. É um Governo que tem uma aliança estratégica com os Estados Unidos, e que os Estados Unidos, praticamente, já reconheceram de fato como potência atômica ao fazerem um acordo nuclear com a Índia. Na prática, um bilhão de pessoas, nós vamos

ter um aliado que não vai permitir que haja essa desqualificação.

Desculpa, estava falando da importância do G-20, e como os contatos políticos contam para as articulações nas negociações comerciais, coisa que nem sempre transparece, que nem sempre também a gente pode ficar dizendo detalhes na imprensa. São coisas que ocorrem ao longo do processo.

Bem, por que a OMC é tão importante para nós? Todos sabem disso. E qual o significado central dessa Rodada? Primeiro queria dizer o seguinte: a Rodada não é só agricultura, claro, temos muitos outros aspectos, tanto no lado defensivo como ofensivo. Mesmo no lado ofensivo, temos propostas na área de TRIMs, que são de medidas de investimento ligadas a comércio, na área de propriedade intelectual e biodiversidade, na área de *anti-dumping*, que são muito importantes para países em desenvolvimento. Outros pontos ligados ao que eles chamam de regras (rules) na OMC, que afetam a questão de subsídios à exportação, por exemplo, o caso da Embraer. Temos várias outras coisas que estão sendo discutidas também em que o Brasil está muito ativo.

Mas é evidente que cada Rodada tem, assim, o seu marco. O marco da Rodada Uruguai foi a entrada dos novos temas e, de certa maneira, a incorporação, ainda que parcial, da agricultura ao GATT. Esta Rodada é fundamentalmente uma Rodada que visa ao desmantelamento dos subsídios agrícolas. Todos sabemos disso. Este é o principal ganho. Não há nenhuma pessoa que esteja envolvida a fundo nessa Rodada que possa ter a ilusão de que a Rodada é para ganhar acesso a mercado. Ganharemos também, porque as coisas estão ligadas, mas é fundamentalmente sobre o desmantelamento dos subsídios agrícolas.

Daí a importância do G-20. Porque o G-20 não pode ser desqualificado diante da opinião pública, inclusive européia, como, digamos, um grupo de radicais, e que não tenha sensibilidade para situações difíceis. Daí, neste momento estratégico que

vivemos, a importância de manter a unidade do G-20.

Queria fazer um breve apanhado da situação atual. É impossível falar de tudo, não é Rubens? Porque é tudo muito amplo. Então vou fazer um breve apanhado da situação atual e, já vi que já falei 35 minutos quase, talvez depois abrir para perguntas.

Estamos, obviamente, passando por um momento crucial da Rodada de Doha. Já houve outros, mas diria que este é muito importante porque nós nos aproximamos da Conferência Ministerial de Hong Kong e a idéia era de que nós chegássemos àquilo que o linguajar da OMC - que é sempre um linguajar muito peculiar, que tem que ser traduzido para o público e se você passa três semanas fora, já não sabe as palavras que inventaram nos últimos dias - é chegar ao que eles chamam de modalidades plenas. O que são as modalidades plenas? Na prática, seria um acordo que já tivesse números gerais aplicáveis a todos e que depois ficasse dependendo apenas da discussão de listas. Por exemplo: se você aceitar um número "x" de produtos sensíveis, você ainda teria que, depois, dizer quais são. Isso não é pouco importante, porque faz diferença para você saber qual é o produto que vai entrar. Na prática, você já teria uma noção da configuração final da Rodada. Teria que discutir detalhes aqui e ali.

A situação hoje - o que o Brasil tem insistido, como disse minutos atrás - é que a agricultura é o motor da Rodada. Nós reconhecemos que a Rodada abrange outros setores. Temos até interesses ofensivos também em outros setores, como eu mencionei, temos preocupações também. Mas sem andar em agricultura não dá para andar no resto. Isso é a posição que adotamos, firme. A expressão é nossa. O Brasil a adotou e foi repetida depois pelo Portman e por muitos outros e hoje é aceita quase por todo mundo. Até os europeus já deixaram escapar isso várias vezes. De certa maneira, reconhecem que a agricultura é o motor da Rodada. Então, temos que nos concentrar nisso.

Sabemos também que precisamos andar em

outros caminhos. Qual é a situação da negociação agrícola no momento? Para alguns, vou chover no molhado, mas não sei o conhecimento de cada um. O que é que houve? Nós chegamos a Cancún, que obteve resultado muito insatisfatório. No Acordo-Quadro de julho passado, nós avançamos um pouco. Por exemplo, ficou muito mais clara a eliminação dos subsídios de exportação do que estava antes, aliás claríssima, sem nenhuma condicionalidade, a não ser a interna. Tratou-se de todos tipos de subsídios - na realidade, os que se chamam subsídios, os que têm outro nome, mas que representam a mesma coisa - e se chegou a critérios para substanciar o apoio interno e a idéias gerais de, pelo menos, como se chegaria à questão do acesso ao mercado.

Então foi um progresso. As pessoas podem achar que a “xícara está meio cheia, meio vazia”, mas foi um progresso indiscutível. Foi saudado no mundo inteiro como um progresso em relação ao que poderia ter saído em Cancún. Na realidade, foi melhor do que os nossos objetivos em Cancún poderiam ter sido, porque a configuração negociadora mudou. O G-20 passou a ser um “ator” direto na negociação, em vez de apenas ser chamado já quando os textos já estavam meio prontos. Enfim, mudou.

De lá para cá, as coisas ficaram, até o início do ano, meio paradas. Primeiro porque houve mudanças importantes, tanto nos Estados Unidos, quanto na União Européia. Mudou o USTR. Mudou a Comissão. Também se concentraram em outros temas. A própria União Européia, com o processo de absorção dos novos dez membros. Os Estados Unidos durante um certo intervalo, pelo menos, muito concentrado no CAFTA. Então a única coisa que aconteceu de realmente importante durante o período - além do maior conhecimento técnico, as reuniões, as coordenações políticas - a única coisa que avançou concretamente, entre o período do Acordo-Quadro de julho do ano passado e o período dos últimos dois, três meses, a única coisa que avançou foi a questão - que é quase esotérica, mas tem um sentido concreto - dos tais equivalentes “ad valorem”, que

foi basicamente resolvida. Sempre sobra alguma coisa, porque sempre se reabre temas. Essas coisas não são simples. Uma negociação, todo mundo sabe, termina quando bater o martelo final. Até ali todo mundo continua puxando de um lado para o outro. Mas, conceitualmente, ela foi resolvida de maneira razoavelmente satisfatória em uma reunião em Paris, uma mini-ministerial em Paris, em maio, creio.

Depois dessa reunião de maio, os americanos voltaram a se concentrar muito na questão do CAFTA, o próprio Robert Portman ficou preso nisso. Aguardou-se até setembro, outubro para realmente voltar a ter um impulso. Nesse período, o que aconteceu? Algumas coisas. A União Européia fez uma proposta inicial - tenho certeza que tem pessoas aqui que conhecem detalhes melhor do que eu, estou querendo colocar o grande cenário político e não os detalhes - que tinha cortes importantes, inclusive no aplicado em relação aos subsídios internos. Mas todos os cortes serão decorrentes da própria aplicação da Política Agrícola Comum, mas são cortes. Têm a vantagem de ficarem consolidados na OMC, não poder voltar atrás.

Deixe-me voltar um pouco atrás, à idéia dos três pilares básicos, que são: subsídios de exportação, apoio interno e acesso a mercados. Na parte de subsídios à exportação não houve nenhum avanço, mas há um consenso, que tem que ser comprovado na prática, de que o problema está conceitualmente resolvido. O problema fundamental é colocar uma data e é algo que a União Européia se recusa a fazer, porque é uma moeda que ela vai usar até o último momento. Há uma idéia do G-20 de que seria em cinco anos ou, falamos mais, 2010, na medida em que a Rodada vai-se arrastando. A gente tem que botar uma data fixa, senão os cinco anos vão ficando muito longos. 2010 (ou 5 anos) é uma data mais ou menos aceita como razoável para que seja o final. Pode ser que a União Européia depois brigue para botar mais dois anos. Isso é mais ou menos aceito.

Há uma discussão específica de como é que se faz o paralelismo entre os créditos subsidiados

dos Estados Unidos, que não são subsídios num sentido tão evidente, mas que são créditos à exportação, ajuda alimentar etc, e a forma européia, que também é um problema das empresas estatais, Canadá e Austrália, entre outros. Basicamente, se considera que esse tema, fora a questão da data, que é obviamente uma questão importante, estaria resolvido, pronto para entrar nas modalidades plenas de modo que haja acordo no assunto.

Na parte de apoio interno, a União Européia fez uma oferta, como eu disse, que tem um significado, porque ela entra no aplicado. Não é só no que ela tem direito de fazer, não é só “água”, como se costuma dizer em Genebra, e os Estados Unidos não haviam feito nada, o que ajudava muito o Presidente Chirac - estou citando o Chirac, mas poderia ser outro - que podia ir para as reuniões internacionais e dizer que faria algo. Como disse várias vezes, bilateralmente, para nós, para o Presidente Lula, em vários momentos, a gente pode fazer e -aliás, nós estamos fazendo - uma reforma na PAC. Isso é verdade, pode ser insatisfatória, plenamente ou não, mas está ocorrendo. Os Estados Unidos não estão fazendo nada.

O que aconteceu de novo - estou chegando ao último mês, ou mês e meio - numa reunião recente, em Zurique, os Estados Unidos anunciaram um movimento importante nos subsídios, na área de apoio doméstico. Um movimento importante nos subsídios mais distorcidos, mas insuficiente, porque no global dos subsídios, incluindo o que é considerado “de minimis” - o que não entra no cômputo geral, incluindo o uso da caixa azul, que eles passam a usar, e não usavam antes, que são os subsídios considerados menos distorcidos. No global, não cortam no que realmente aplicam. Eles continuam com uma pequena margem. Acho que eles aplicam hoje - isso também varia de ano para ano - mais ou menos 21,5 bilhões ou algo assim e com os cortes todos eles chegaram a 22 bilhões. Portanto, eles não cortam tudo. Mas cortam mais ou menos metade do que usam hoje na caixa amarela. Corte substancial.

O grande problema é sobretudo o que ocorre com esses subsídios considerados menos distorcidos, que são os subsídios da caixa azul, que eles hoje em dia não têm. O que ficou acordado em julho do ano passado é que seria possível uma nova caixa azul - não estou criticando os termos, os acordos são mais sutis do que isso. Seria possível uma nova caixa azul desde que fossem acertados e aceitos novos critérios, critérios adicionais para que realmente sejam menos distorcidos do que os outros. Senão, não adianta. Senão você está chamando os mesmos subsídios por um outro nome. É isso o que falta ouvir os americanos falar.

Hoje o Brasil participa de praticamente todas as reuniões de grupos de técnicos. Têm havido reuniões de vários formatos. Isso é uma mudança radical. No tempo da Rodada Uruguai, por exemplo, que vários de nós acompanhamos, havia o G-8, creio, que cuidava da área agrícola e o Brasil nem sequer fazia parte. Nova Zelândia fazia parte. Argentina fazia parte. Hoje não há uma reunião, seja do G-4, G-5, ou ampliada, que o Brasil não esteja lá. Isso é, em grande parte, devido a essa estratégia do G-20, que já descrevemos antes. Em todas essas reuniões, portanto, o Brasil tem participado. E seja nessas reuniões, seja bilateralmente, os americanos nos têm indicado que têm espaço para ir além do subsídio. E espaço em dois sentidos - não quero ser excessivamente técnico. O que acontece hoje? Grosso modo, da maneira como eles estão prevendo, cairiam subsídios da caixa amarela para onze bilhões mais ou menos, a caixa azul, que eles não têm, mas que eles retiram do que hoje cai no “de minimis” ou poderia ir para a caixa amarela. São subsídios que nos interessam muito, porque são os que afetam produtos como algodão ou podem afetar arroz e outros. Eles passariam para um limite de quatro bilhões e oitocentos, creio eu, e os subsídios chamados “de minimis” têm uma folga muito grande em relação ao que eles hoje aplicam.

Então, fundamentalmente, o que nós temos dito hoje é assim: Por que vocês não aproveitam essa

folga para cortar efetivamente, de tal modo que o total seja menor? E vamos aceitar algumas regras para os subsídios. Basicamente seriam os contrafixos. Não sei se tem outros programas que podem entrar nessa caixa azul, mas basicamente são os chamados contrafixos, que afetam os produtos nossos como algodão, arroz. Eles têm sempre dito - tanto no bilateral quanto no plurilateral, no multilateral eles são mais discretos - que têm espaço. Eles não dizem “eu não posso fazer isso, eu cheguei ao meu limite, eu cheguei ao *bottom line*”. O que diz o próprio Secretário de Agricultura americano? “Bem, o que vocês fizeram é interessante, é importante, mas é insuficiente. Eu preciso de acesso a mercados. Eu preciso de acesso a mercados”.

Em outras palavras, para não continuar pagando os “cheques” - usando as palavras deles - emitindo os cheques que eles hoje emitem para os agricultores, eles precisam receber esses cheques de alguma maneira de outros importadores. É isso que eles nos dizem. Eles se consideram competitivos ainda, não tanto quanto Brasil hoje em dia, mas são competitivos. Eles têm a ganhar no mercado europeu. Eles tem a ganhar em outros mercados de países em desenvolvimento. Então, eles dizem que precisam de acesso a mercados. O que quero dizer é o seguinte: claro que temos a ganhar em acesso a mercados. Por exemplo, carne, nós exportamos acima da tarifa até, mas claro que se a tarifa cair de 150 para 80, ou 100, mesmo na fórmula europeia, é melhor, pois passamos a ser mais competitivos. Se a cota aumentar de maneira importante, isso, num conjunto, significa um benefício. Mas sabemos que os nossos ganhos principais, os ganhos mais importantes, não vêm da área de acesso a mercados e não temos nenhuma ilusão sobre isso.

Mas, trata-se de uma negociação. É como se fosse um jogo de xadrez. Não como se fossem dois jogando, mas como se cinco estivessem jogando ao mesmo tempo, ou seis, ou dez, ou vinte. Mas fazer de conta que são só cinco, que são os VIP's, vamos dizer. Brasil representando o lado ofensivo do G-

20; a Índia representando o lado mais defensivo do G-20, mas também com interesses na eliminação de subsídios; a Austrália representando o interesse ofensivo de países desenvolvidos; Estados Unidos têm um misto, porque são mais ofensivos, mas têm seus subsídios também; e a União Européia, que é basicamente defensiva na questão agrícola. Os movimentos não são movimentos que eu faço, eu e União Européia, ou eu e os Estados Unidos, ou eu e Índia. O movimento de um afeta o movimento de todos os demais. Fico às vezes um pouco intrigado quando se faz um comentário sobre a tática, porque me lembro até de jogo de futebol. Uma coisa que sempre me intrigou no jogo de futebol é que todo comentarista dizia assim: “Não dá para entrar pelo meio, tem que jogar pelas pontas”. E eu pensava, se jogar pelas pontas fosse tão fácil, já teriam descoberto isso, depois de cinquenta anos. O técnico já deve ter dito, alguém já deve ter dito isso para eles, porque não podem ser tão burros assim que eles não percebam a jogada. É que deve ter um beque bom, ou deve ter alguma coisa que acontece que dificulta a jogada pelas pontas.

Se pudéssemos hoje concentrar todos os nossos canhões só na eliminação dos subsídios, eu faria isso. Acontece que o jogo é um xadrez de vários jogadores. Para que eu diga aos americanos: “Olha, a sua oferta é importante, vocês fizeram um movimento, mas não é suficiente”, o que ouço de resposta deles é: “Não, eu já fiz, eu estou aqui no meu *bottom line*. Vê lá o que vocês fizeram em serviços, em produtos industriais, nós não podemos fazer mais nada”. Negociação é uma coisa complicada. Estou lendo, aliás, um livro de um autor francês muito interessante, chamado “La Négociation”. Recomendo muito. Negociação é uma coisa muito interessante. Muito sutil muitas vezes. Entra muito de psicologia, de sociologia, política, de egos. Muitas coisas entram na negociação.

Então, podem dizer isso tranquilamente para o Brasil: “Olha, cheguei ao meu *bottom line*, o que vocês fizeram em serviços não vale nada, o que vocês

fizeram em industriais, não vale nada, então para vocês é isso aí mesmo”. Nos Estados Unidos você fala isso e eles não dizem nem sim nem não. Dizem: “Eu preciso de acesso a mercados, preciso de acesso a mercados”. Obviamente onde não tem havido até agora movimento nenhum por parte da União Européia é em acesso a mercados. Foi necessário e é necessário ainda concentrar os nossos canhões, digamos assim, em acesso a mercados. Com a plena consciência de que assim que isso ocorrer, assim que haja movimentação para mercados, os canhões vão ter que mudar de lugar. E com a plena consciência de que, quando isso ocorrer, as alianças mudam. Nós vamos estar mais próximos da União Européia, talvez, e os Estados Unidos vão estar do outro lado. E aí nós vamos pedir mais na questão de apoio doméstico. Embora, em apoio doméstico, os americanos tenham feito uma coisa importante que estamos querendo que a União Européia siga e ela não está seguindo.

Em apoio doméstico, por exemplo, a famosa “caixa azul”, o limite permitido pelo Acordo-Quadro é 5%. Os Estados Unidos ofereceram condicionalmente limitar a 2.5%. Claro que ainda é muito, sobretudo se não houver disciplina nenhuma. Mas já causa algum constrangimento. O que queremos, naturalmente, é que haja também um limite por produto, e temos dito isso. Tenho falado: “Bom, mas se vocês puserem tudo no arroz, ou tudo no algodão, de repente não adianta nada”. Aí fica dependendo da questão de acesso a mercados. A situação no momento é essa.

Em muitos momentos dessa Rodada, estive muito mais próximo dos europeus do que dos americanos, em muitos momentos. Inclusive na situação que antecedeu esse movimento de Zurique e poderia voltar a estar mais perto deles, mas as coisas variam. É um jogo. Permanentemente, você está trocando de parceiro. O cara que é seu sócio hoje, é seu adversário amanhã, e vice-versa, tirando o próprio G-20 que tem que estar unido. Qual é a situação hoje? A oferta de acesso a mercado da União Européia é muito pobre. Todos acham pobre.

Analistas internacionais acham pobre. Para se ter uma idéia, os Estados Unidos gostariam que houvesse uma redução média das tarifas agrícolas européias em 75%. A União Européia tinha proposto primeiro 26, mudou para 39. O G-20 propõe 54. A realidade é essa. Eles dizem que é o limite. Não sei se o limite será 50 ou 48.

É necessário esse avanço. Por que isso é tão importante para os EUA? Além do interesse no mercado europeu, é que esse é o *standard*. Ninguém vai baixar se a União Européia não baixar. Primeiro que não está aceito que os países em desenvolvimento vão baixar cerca de dois terços do que baixaram os desenvolvidos. Se a União Européia não baixar pelo menos 50, 54%, a Índia vai baixar muito menos do que os EUA querem; a China também vai baixar muito menos. Aí o conjunto do jogo não fecha. Isso não depende de nós. Se fechar, você pode até dizer: “Bom, tudo bem, vamos deixar aqui o acesso a mercados para o bilateral, União Européia-Mercosul”. Eu não posso dizer isso publicamente porque isso seria ruim para nossa tática negociadora, aí entra a estória do “ponta-direita, ponta-esquerda”, por que não joga pelas pontas? Por que é mais difícil.

Na realidade, talvez até desse. Acho que o objetivo principal dessa Rodada é realmente começar um real desmantelamento dos subsídios agrícolas. Eliminar os subsídios à exportação e reduzir substancialmente os subsídios internos, caminhando para sua eliminação, como nós temos feito.

O que nós tivemos que fazer na área industrial? O que a União Européia estava dizendo? Três coisas, basicamente: “Não, eu não vou abaixar mais, porque eu já estou no meu limite”. Sempre dizendo que a PAC é o limite, criticando um pouco a proposta americana como insuficiente. Nisso a gente concorda com eles. E dizendo: “Não, e os países em desenvolvimento - como se houvesse uma equivalência numa Rodada como essa - não fizeram nada em bens industriais nem em serviços e, além disso, estão prejudicando os países pobrezinhos da África ou do Caribe, porque eles vão perder

preferência. Se eu reduzir minha tarifa, eles vão perder preferência, dizem.

O último argumento é o que procura dar legitimidade moral. É curioso. Nos Estados Unidos, essas coisas são tratadas mais pragmaticamente, o que ganha, o que não ganha, etc. Na Europa, elas tem sempre que ter esse componente. Dizia o Rochefoucauld que a “hipocrisia é o tributo que o vício paga à virtude”. Tem que sempre ter esse componente moral, e o único componente moral que sobrou para a União Européia é poder dizer que “se eu abrir mais, vou prejudicar países mais pobres”.

Eles usam esses três argumentos. O que nós fizemos? Fizemos um aceno. Não é uma oferta, porque não está escrito em lugar nenhum, que podíamos nos mover na área industrial, depois de ter conversado extensamente - com o MDIC, com a CNI -, até um certo limite que era um limite da Fórmula Suíça, que representa mais ou menos um corte de 50% na tarifa consolidada, mas que significa uma abertura, não enorme, mas uma abertura em 2 mil e poucos produtos. 2.500 produtos mais ou menos. Uma pequena abertura. Uma redução de 10 a 20% desse produto, mas é significativo. Quando a gente fez essa oferta, os americanos - não porque eles são bonzinhos conosco - acharam-na construtiva. Perguntar se eles vão aceitar no final é outra questão.

A reação norte-americana foi construtiva; a reação australiana, construtiva; a reação canadense, construtiva; a reação européia, fingiu que não viu. Por quê? Porque nesse campo estavam pedindo 75% de redução da nossa tarifa industrial, o que é não é absolutamente possível, quando estão oferecendo 39% em agricultura. Como disse o próprio Ministro australiano, uma Rodada que é para diminuir o “gap” entre o desenvolvido e o em desenvolvimento e para diminuir o “gap” entre industrial e agricultura, está aumentando o “gap” entre os dois lados. Então, não é possível. Em serviços é a mesma coisa, mas não vou entrar em detalhes. Mas eles querem que nós, entre outras coisas, consolidemos 90 setores, num total de 160 de sub-setores, o que é um tiro no

escuro. É impossível de fazer.

Não se pode ter nem uma avaliação numérica das sensibilidades. Nos setores mais liberais do Governo, quando chega na área deles, têm dificuldades. Na negociação com a União Européia, por exemplo, quando chega no setor financeiro, há grandes dificuldades, dentro da área financeira. Não dá para aceitar 95 setores, sem saber onde vai tocar.

Qual é minha conclusão disso? É que, na realidade, esses dois parâmetros, tanto o que a União Européia colocou, tanto para produtos industriais para países em desenvolvimento, quanto para serviços, estão colocados tão altos, que é para não acontecer nada. Os americanos historicamente sempre foram muito mais agressivos que os europeus em matéria de acesso a mercados industriais. Tenho vivência disso de muitos anos. Se os europeus nem dão ouvidos, é porque eles não o querem fazer. Assim, partimos para uma outra conversa, para ver se encontramos caminhos comuns.

Bem, então a situação tática é essa: é preciso manter a unidade do G-20. Dentro do G-20 tem que manter o Mercosul - o que também não é fácil nem óbvio. Temos que jogar taticamente, variavelmente, de acordo com o momento, ora com os EUA, ora com a União Européia, para conseguir o nosso objetivo principal: o desmantelamento dos subsídios agrícolas. Tudo isso sabendo que esse é um jogo de tabuleiro com muitos parceiros e que o lance de um depende dos lances dos outros.

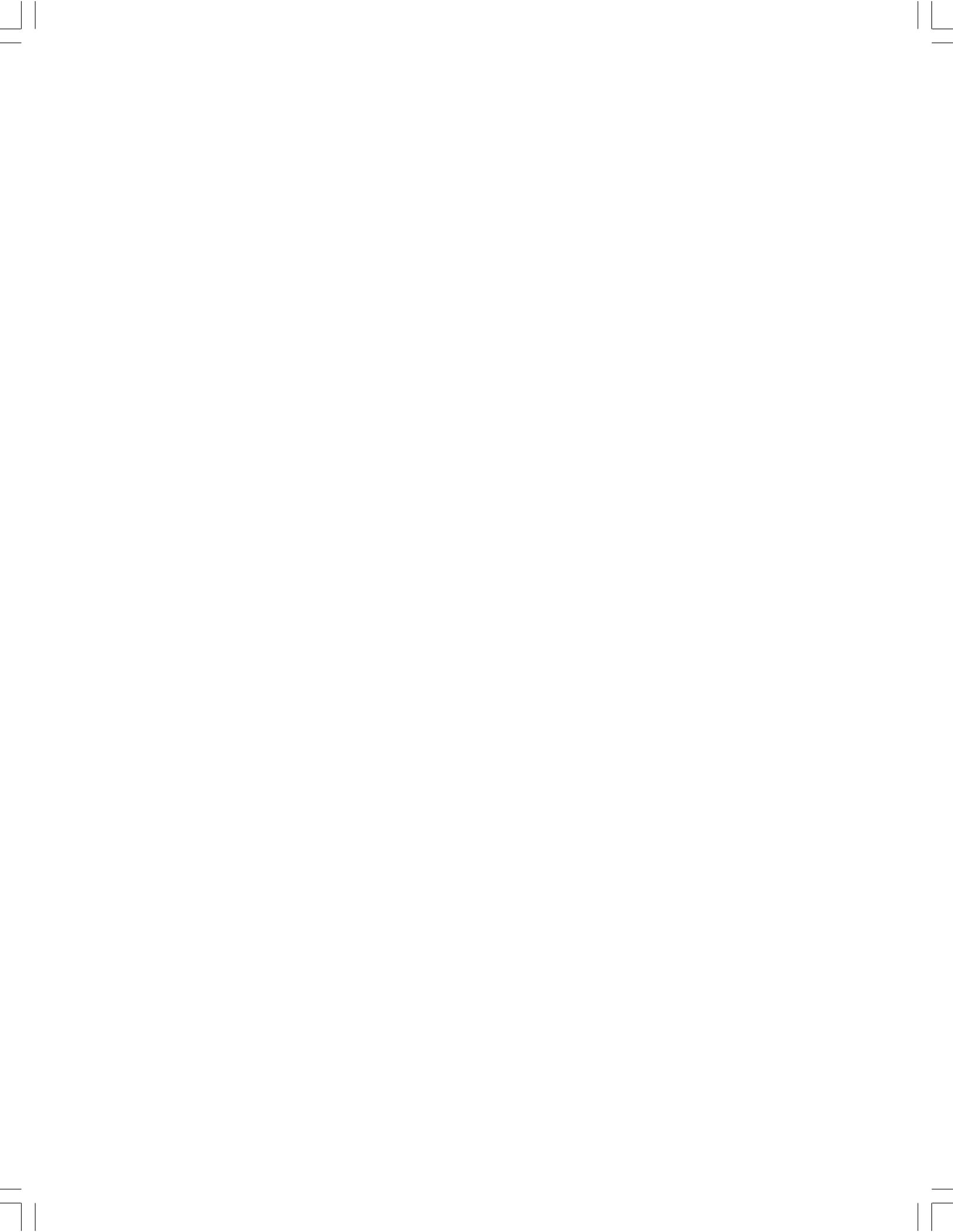
Duas frases só para acabar. Modalidades plenas não vai ser possível. O que é isso? Ninguém sabe o que pode ter no meio do caminho. Talvez alguns conceitos adicionais, para isso nós vamos nos reunir na semana que vem. Temos que manter essa unidade do G-20, e temos também que ter um trabalho ativo com os países menores de desenvolvimento relativo.

O Brasil tem muito mais ganho no mercado europeu do que ele pode perder, sobretudo se nós nos limitarmos à África e à América Latina, onde só tem um país de menor desenvolvimento relativo que

é o Haiti. O Brasil tem muito mais a ganhar na União Européia com o fim dos subsídios do que eventualmente uma perda de mercado, porque Angola ou Guiné-Bissau vão poder exportar para o Brasil. Temos que ter mais jogo aí também. Temos que ser tolerantes com a situação da zona de preferência, encontrar maneiras de que isso ocorra

de uma maneira suave.

Era isso. Claro que podia falar sobre muitas outras coisas, mas esse é o assunto do dia, que está nos jornais todos os dias. Procurei ser o mais didático possível. Não sei se me excedi. Agradeço a todos. Muito obrigado.



## Cumprimentos de fim de ano do Ministro das Relações Exteriores

*Cumprimentos de fim de ano do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, Brasília, 21 de novembro de 2005*

O reconhecimento é tônica das poucas palavras - espero que sejam poucas, pois, quando a gente começa a falar, não sabe quando pára - que vou dizer aqui para todos os colegas, na presença da minha mulher Ana, e creio que falo em nome também do Secretário-Geral, a não ser em momentos em que faço agradecimentos ou elogios específicos, será apenas em meu nome e da Casa.

Queria dizer que sou realmente muito grato - e creio que esse é também o sentimento do Presidente da República - com a maneira como o Itamaraty trabalhou este ano. Tivemos talvez um dos anos mais intensos da história diplomática do Brasil. Não estou dizendo que a gente tenha resolvido problemas extraordinários. Graças a Deus, não temos problemas ou nós não vivemos problemas que tivemos no passado. Mas em termos de atividade diplomática foi talvez um dos anos mais intensos, pelo menos entre aqueles que me foi dado presenciar.

Procurando lembrar assim, sem aprofundar, sem buscar listas e marcos, lembro a Cúpula América do Sul-Países Árabes, algo notável que mobilizou nosso Chefe de Cerimonial, que deve ter perdido horas e horas de sono e tido várias torções de tornozelos, sem falar nas torções do próprio sistema nervoso. Confesso que só fiquei aliviado quando soube que o avião do Presidente Talabani do Iraque havia partido. Porque era a primeira vez que o Presidente do Iraque vinha a um outro país. Nessa

qualidade ele tinha passado na Jordânia já a caminho, mas participou de uma reunião em Brasília e evidentemente os riscos que havia em termos de segurança potenciais, sem falar nos políticos e outros, eram muito grandes. Voltaremos a esse tema talvez ao longo da conversa.

A Comunidade Sul-Americana é um sonho que muitos de nós acalentamos, tentamos realizar. Alguns acompanharam o Embaixador Denot Medeiros que trabalhava nessa época na área econômica do Governo e eu era Ministro do Presidente Itamar Franco, quando tentamos criar uma área de livre comércio sul-americana. E a idéia foi recebida na época com um misto de tolerância por uns - porque obviamente o Brasil é um país muito grande então é difícil dizer não diretamente - e um pouco de ceticismo por outros e com clara resistência de alguns.

Fui então a uma reunião da ALADI e depois tive que detalhar para o Presidente Itamar Franco o que havia sido dito. E para mim foi uma grande experiência, dez anos depois, estar em outra reunião da ALADI em que firmamos todos os acordos. Depois tiveram que ser negociados em detalhes, mas no dia em que foram firmados todos os acordos, foi quando ouvi da Ministra da Colômbia, que tinha dificuldade com a idéia anos atrás: "Bom, com isso aqui, com esses acordos, estamos formando uma área de livre comércio sul-americana". Isso

representou uma grande revolução no pensamento e não foi obtido gratuitamente. Foi obtido às custas de muito esforço, de muito trabalho, do próprio Presidente, meu, do Secretário-Geral, dos Subsecretários, de todos aqueles que estiveram envolvidos e que culminou na Cúpula que se realizou no Brasil, durante a qual a Comunidade Sul-Americana foi finalmente estabelecida. A Comunidade foi lançada na reunião de Cuzco, mas foi finalmente estabelecida na reunião de Brasília. E todos os ceticismos e as desconfianças foram aos poucos terminando.

Hoje vemos em Mar del Plata, por exemplo, o Presidente Kirchner se referindo de maneira muito positiva sobre a Comunidade. No início havia dúvidas, por exemplo, de alguns dos países do Mercosul, se não achariam que a sua própria presença no Mercosul não ficaria diminuída dentro de algo mais amplo e se isso não seria uma ação do Brasil querendo impor a sua hegemonia. E nós hoje vemos que as coisas têm sido progressivamente melhor compreendidas. A Cúpula com os Países Árabes, a Cúpula da Comunidade Sul-Americana, esforços que até hoje não renderam frutos definitivos, mas que colocaram, por exemplo, a questão do próprio Conselho de Segurança das Nações Unidas em outro nível de discussão.

O Brasil passou a fazer parte de um quarteto de países que eram vistos como os candidatos naturais, afora possivelmente alguns africanos, para a reforma do Conselho, quando dez anos atrás o Brasil tinha que reivindicar para ser ouvido nesse contexto. Então essa também foi uma evolução grande, levou a um grande número de reuniões, em que muitos foram os envolvidos, o Embaixador Sardenberg, o Embaixador Patriota e muitos outros.

No Haiti a nossa presença é crescente. A preparação agora é para as eleições. Não sei quantos Ministros do Exterior brasileiros estiveram no Haiti, mas eu estive três vezes em um ano. O Embaixador Ruy Nogueira esteve lá várias vezes, trabalhando na área de cooperação técnica. São fatos importantes

e que definem essa política externa que contribui para aquilo que o Presidente Lula, desde o início do Governo, dizia que era um objetivo de seu Governo - e a política externa se insere nisso - que era o de aumentar a auto-estima do brasileiro.

Claro que cada um pode ter a sua visão, cada um pode ter a sua crítica, achar que certas coisas deveriam ter sido feitas de uma maneira ou de outra, isso é natural. Temos que não só aceitar, mas às vezes incentivar a crítica para melhorarmos na execução e na formulação. Mas, sem dúvida alguma, acho que podemos estar felizes com o fato de que o Brasil passou a ter uma atuação internacional, que sempre foi respeitada, mas que hoje é muito mais respeitada, muito mais presente, como ficou claríssimo nessa última reunião da OMC.

Eu queria prestar uma homenagem especial - vejo que nem todos estão aqui ainda, inclusive o Roberto Azevedo, Chefe do Departamento Econômico - à equipe que trabalhou na OMC, onde o Brasil teve papel internacionalmente reconhecido, um papel de destaque. Você lê no "Financial Times", desculpe, mas esse ainda é um resquício do colonialismo cultural, mas a realidade é essa: que as pessoas respeitam quando lêem nesses jornais. Nesse caso até jornais brasileiros foram muito generosos na cobertura ou realistas na cobertura. O fato de o Brasil ao final ter sido colocado entre os três ou quatro principais atores em uma reunião da OMC foi algo que nunca vi. Nunca vi nem sobre o Brasil nem sobre outro país em desenvolvimento. Isso foi uma evolução, uma mudança, que foi possível graças ao trabalho técnico, ao trabalho político em relação à OMC, mas também à nossa boa articulação dentro da região.

Acho que entre os fatos mais notáveis não podemos nos esquecer da consolidação da nossa relação estratégica com a Argentina. Nesse caso em particular, eu queria fazer uma homenagem especial ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães que, como sabemos, já tinha sido na época do Governo Sarney um artesão incansável. Agora também se

revelou um arquiteto importante da consolidação dessa relação, que culminou na assinatura recente de 26 acordos. E são acordos muito concretos, muito operativos, que vão da energia nuclear a questões sociais, a documentos de trabalho em fronteira, medidas de saúde, passando naturalmente por questões econômicas, comerciais, difíceis que são sabidamente, porque é da natureza das relações intensas que elas também trazem dificuldades.

Como eu costumo dizer, não há problema comercial nem atrito entre o Brasil e Mianmar em matéria comercial. Agora, entre o Canadá e os Estados Unidos tem, entre União Européia e Estados Unidos tem, dentro da União Européia, para quem conhece várias das questões, lá existem problemas deste tipo. Entre o Japão e a China existem. E entre o Brasil e a Argentina também tem que ter, é natural que tenha. Seria estranho que não tivesse. Seria sintoma de falta de intensidade na relação, como algo puramente retórico.

Mas estamos avançando também na solução das questões e vendo tudo isso sob uma ótica de integração sul-americana que vai, neste próximo ano, nos colocar desafios muito importantes. Porque nós temos talvez um momento muito especial na América do Sul por uma série de fatores que provavelmente nos permitirão aprofundar a integração. Temos que olhar essa situação não pelos problemas que ela eventualmente pode encerrar, mas, sobretudo, como oportunidade para acentuarmos a integração além do que já fizemos no plano da Comunidade Sul-americana, dos acordos de livre comércio, do próprio Mercosul, da incorporação da Venezuela ao Mercosul.

Claro que não é fácil. Nada é fácil. As pessoas perguntam às vezes: “E essa entrada da Venezuela no Mercosul? Não vai complicar?” É difícil, é complexo o processo, mas também quando a União Européia teve que incorporar os países do Leste europeu foi complexo. Quando anos antes teve que incorporar a Inglaterra, também foi complexo, porque os países têm sistemas um pouco diferentes, têm

visões um pouco diferentes do processo de integração. Mas creio que, no fundo, não há como desconhecer que são processos problemáticos, mas sempre enriquecedores. É preciso ver por esse ângulo e não, digamos, pelo ângulo da dor de cabeça: “Ai, vai me dar mais dor de cabeça”. Não. Política externa é feita de dor de cabeça. E o remédio não é tomar aspirina, é resolver os problemas, ir adiante e ficar pronto para novas dores de cabeça. E até criando algumas necessidades de dores de cabeça porque esse é o nosso “quehacer”, como diriam os nossos irmãos aqui da Americana Latina.

A nossa própria relação com os Estados Unidos atingiu um nível de maturidade, de diálogo, muito alto. Primeiro a visita do Lula a Washington. Agora a visita do Presidente Bush ao Brasil. As consultas se têm realizado de uma forma freqüente, tanto no nível do Departamento de Estado quanto na área comercial. Também digo que poucas vezes vi isso ocorrer. Como eu já fui Ministro antes, não estou querendo comparar com outros, comparando comigo mesmo, em poucos momentos eu vi a opinião do Brasil ser tão prezada, tão ouvida. Já não está aqui o nosso Embaixador Felipe Macedo Soares, que agora é Embaixador na Unesco. Durante a discussão do Grupo de Amigos da Venezuela, um pouco antes do referendo, nós tínhamos um papel um pouco até de mediação, naturalmente conversando muito com o Presidente Chávez, conversando com oposição venezuelana e conversando também com os norte-americanos para tornar o diálogo mais fácil. Eu estava com o Presidente Lula em Nova York e tinha um evento comercial - deve ser por conta dos nossos outros Ministros, o Mario Vilalva estava lá - e dediquei uma tarde inteira à Venezuela. Falei duas vezes com o Colin Powell, falei com o Cisneros, falei com o então Chanceler da Venezuela, falei com o ex-Presidente Carter.

Mas o que eu queria dizer de interessante como resultado disso tudo, em uma das conversas minhas com o Colin Powell eu disse: “Vocês também não podem ficar atiçando porque senão virá uma

reação”. No dia seguinte havia um discurso programado no Congresso americano do Secretário-Assistente Roger Noriega. E eu expressei preocupação de que poderia ter algum impacto o que ele viesse dizer e aconteceu uma coisa totalmente inusitada. O Noriega, por instrução do Colin Powell, mandou o discurso para o Embaixador Macedo Soares para ver se estava tudo bem, se não nos causava problema. Disse então que “eu não quero causar problema ao Brasil...” E assim foi, demonstrando um nível de diálogo, uma interlocução muito alta.

Aproveitando que o Roberto chegou, sei que há outras pessoas, há muitos outros que participaram da negociação [na OMC] que estão aqui, o Flávio, vários outros que participaram da negociação, o Ricardo que esteve mais diretamente comigo, o pessoal da área econômica. Nós tivemos lá uma atuação reconhecida tanto pelo seu lado técnico, tanto pelo seu lado político, pela capacidade de manter a unidade dos países em desenvolvimento, de ampliar o diálogo com outros países em desenvolvimento que eram sempre usados contra o Brasil ou para dirigir essa frente. Coisa que foi possível reiterar lá quando as câmeras do mundo inteiro filmaram a mim, a um indiano e a um argentino junto com um Ministro da Zâmbia, da Tanzânia, das ilhas Maurício, todos ali de mãos dadas, recebendo uma manifestação da Mary Robinson. Isso tudo criou um clima que tornou impossível manter essa tentativa de deslegitimar as nossas reivindicações, dizendo que queríamos algo que seria muito bom para o Brasil, para a Argentina, talvez para a África do Sul, que éramos os maiores exportadores, mas que os países mais pobres não seriam beneficiados. Essa tese se desmistificou de público e se desmistificou no próprio famoso “Green Room”, a sala de consultas pequenas, onde países como a Nigéria e Senegal tiveram atuação destacada.

Isso tudo foi algo extremamente importante e acho que é uma marca esse acordo agora que se fez em Hong Kong. Não é um acordo definitivo, nós

sabíamos que não seria. Não saímos daqui de maneira nenhuma com a expectativa de que fosse. Mas eu diria que ele superou as minhas expectativas. Eu achava que o máximo que nós conseguiríamos seria um acordo que tivesse alguns elementos técnicos que nos possibilitassem avançar um pouco mais no futuro, que criassem condições para podermos avançar. São questões muito complicadas, não vou nem dizer aqui porque provavelmente não saberia reproduzir os papéis que nos foram preparados. Coisas que obviamente nenhuma pessoa no mundo seria capaz de compreender, mas poderiam ser úteis para o futuro da negociação. O Brasil com outros países se fixaram na questão da data final para a eliminação dos subsídios, porque isso é uma coisa fácil de compreender. Todo mundo compreende.

E eu acho que, nesse sentido, o Brasil realmente pode ser uma liderança, porque - mesmo nas reuniões que antecederam nesses grupos pequenos, G-4, G-6, um grande número de G's - felizmente o Brasil tem atuado em todos eles. As discussões, naquilo que há de central na barganha da Rodada possível, que envolve a parte de acesso ao mercado de agricultura, subsídios internos e alguma contrapartida na área de serviços, estavam paralisadas. E isso nós sabíamos que não iria avançar. Porque o mandato europeu tal como eles próprios expressavam não permitia avançar. Mas sabíamos que dava para avançar um pouco. Repito, nesses temas técnicos que de alguma maneira nos ajudarão depois a encaminhar as negociações. Mas é preciso algo palpável.

E, por isso, já na penúltima reunião, o Brasil, em um desses grupos, G-4, G-6, insistiu muito que fossem discutidos subsídios de exportação porque há cerca de dois anos se considerava que a questão de subsídios de exportação estava resolvida. Só que não estava. Como se viu pela verdadeira batalha que houve sobre esse tema em Hong Kong. Considerou-se que estava resolvido porque conceitualmente estava dito que os subsídios estavam eliminados e havia um acordo de que haveria uma data final para

isso. Só que não se chegava a um acordo. Foi em uma dessas reuniões do G-4 ou G-6, não me lembro mais - o G-4 era só quando era União Européia, Estados Unidos, Brasil e Índia. Às vezes, o G-5 podia incluir a Austrália quando era só agricultura. O G-6 quando tem Japão também, que é um formato mais amplo. Mas foi em uma dessas reuniões que ficou patente que a União Européia estava resistindo e usaria todos os argumentos para resistir a colocar a data final. Não quero entrar em coisas muito assépticas tanto, mas é bom que vocês saibam do paralelismo. O Brasil já havia contribuído para o Acordo-Quadro do ano passado para encontrar uma solução, porque o argumento permanente utilizado pela União Européia para dizer que não podia haver uma data final é que havia outras formas de apoio à exportação que eram menos transparentes. Não eram subsídios óbvios, eram créditos disfarçados como ajuda alimentar ou disfarçados, no caso do Canadá e de outros países, através de operações de suas empresas estatais, que enquanto não houvesse um paralelismo ela não podia eliminar.

Mas conseguimos a partir de um movimento feito pela União Européia e pelo Pascal Lamy. Conseguimos no Acordo-Quadro do ano passado identificar os elementos centrais desse paralelismo. Mas aí ficamos nisso porque, de lá para cá, estamos conversando sobre outros assuntos: acesso aos mercados, oferta européia pobre - se era pobre porque não podia mesmo ser aumentada, se era pobre porque não tinha contrapartida. Enfim, encurtando a estória, o fato é que esse assunto se considerava resolvido. Quando nós mencionamos a iniciativa brasileira - "Vamos ver isso aqui, porque aí nós teremos algo de concreto", aquilo que os americanos chamam de "deliverable", algo que o grande público possa entender o que está acontecendo e dê para ver que é um progresso - todas essas dificuldades do paralelismo passaram a assumir uma proporção enorme. Deram a impressão de que nem em dez anos poderiam ser resolvidas. Não em um ou um mês ou dois. E, graças a muito

trabalho e estrutura política, nós chegamos ao final e conseguimos. E não na data que tínhamos proposto, que era 2010, mas uma data próxima, 2013, com a idéia de que uma parte substancial tem que ser eliminada até 2010.

Isso foi um avanço, mas também houve outros avanços que são menos perceptíveis, mas que são importantes. Para quem acompanha a área, mesmo que seja pelos jornais, nós sempre dizemos que a agricultura tem que ser o motor da Rodada. E isso, de certa maneira, ficou garantido por um outro parágrafo da Declaração que diz que tem que haver uma proporcionalidade. A expressão é de que se deve ter um "nível comparável" entre os cortes em agricultura e na indústria. Isso nunca houve, nunca aconteceu e nunca se admitiu sequer. A agricultura sempre teve tratamento especial e diferenciado. Não são os países em desenvolvimento que criam um tratamento diferenciado. São os grandes produtores agrícolas protecionistas que têm tratamento diferenciado. A mera aceitação desse princípio foi importante e está lá consignado. Agora, isso funcionará para nós, por um lado, como uma alavanca para conseguir concessões maiores e, por outro, como uma apólice de seguro em relação à nossa própria indústria. Teremos que trabalhar isso de maneira fina, sutil, mas temos aí uma coisa positiva.

Nos dois outros aspectos da agricultura, já eu falei da parte de subsídios à exportação. Na Rodada de Doha, quem se interessar em ver essas coisas, o mandato de Doha foi muito ambíguo. Ele foi aceito pelo Brasil e por outros porque abria um campo positivo. Não podemos negar isso. A palavra eliminação não aparecia. Aparecia em inglês "reduction with a view to phasing out", quer dizer, uma coisa que você não sabe bem quando que vai acontecer. Podia até ser que a Rodada terminasse e que o "with a view to phasing out" fosse para um futuro indefinido. Nós conseguimos não só a palavra eliminação, mas temos uma data.

Claro que a política deste país também mudou. Ninguém tem ingenuidade a esse respeito.

Mas, de qualquer maneira, é um instrumento de política do qual grandes mercados, grandes produtores, grandes subsidiadores estarão dependendo. Mas nos dois outros campos também. Confesso que poucas linhas que existem sobre apoio doméstico vão além da nossa expectativa. Vão além do que eu esperava. Porque elas vão além do técnico. A nossa expectativa principal era conseguir alguma coisa técnica. Mas evidentemente que a gente sempre vai colocar um pouco mais do que a gente espera obter.

E usando uma expressão bastante simples, “colou”. Porque duas idéias que foram apresentadas pelo Brasil, pelo G-20, no caso modificado pelo Canadá para melhor, elas acabaram figurando no texto final. Que é uma das idéias em relação às disciplinas que se adotem. Quer dizer, a palavra “disciplinas” já vem de antes, mas as disciplinas devem resultar em cortes efetivos. O que isso significa? Isso significa que na parte de apoio doméstico é preciso não apenas reduzir aqueles subsídios que os países podem conceder, mas não estão concedendo, mas tem que haver uma redução que realmente toque no que é real. Em outras palavras: “cortar na carne”.

Qual é a profundidade do corte nós não sabemos. Isso não está discutido. Pode ser um arranhão, pode ser um corte mais profundo. Mas o princípio de que tem que haver um corte na carne está lá e foi também resistido, mas com pouca credibilidade, porque os próprios Estados Unidos que ficaram um pouco preocupados com esse parágrafo, mas toda vez que eles escreveram para nós a proposta que eles faziam eles diziam que isso ia acontecer. É interessante que nós pudemos jogar muito com aquilo que eles anunciavam, que eles diziam. A mesma coisa valeu para os subsídios à exportação da União Européia.

Esses foram alguns avanços importantes e pudemos ao longo deste processo manter a unidade do G-20. Conseguimos lá algo que não é de especial interesse ao Brasil, embora os nossos pequenos agricultores e o Ministério de Desenvolvimento

Agrário também estejam interessados nisso. São questões que dizem respeito a salvaguardas especiais para país em desenvolvimento e produtos especiais que estejam ligados à sobrevivência direta dos agricultores ou das populações. E isso, além de ter valor intrínseco, tem um valor tático porque alivia a pressão sobre países como Índia, Indonésia, Egito, para que eles possam, de peito mais aberto, trabalhar por um melhor acesso ao mercado nos países ricos. Não digo que eles passarão a ser agressivos nesse campo, mas acredito que passarão a ficar um pouco mais tranquilos sabendo que esta questão está encaminhada. Não está resolvida, mas está encaminhada.

Esse conjunto de coisas que eu mencionei, além de um acordo de serviços que acabou ficando bastante flexível - aliás não só por causa do Brasil, mas por outros países que teriam mais dificuldades do que nós - permitiu ter um resultado substantivo. Não é um resultado que nos permite antecipar como vai terminar a Rodada nem quando. Tem que ser logo. Porque, volto a repetir, a barganha central não foi feita. Mas sabíamos que não ia ser feita. Então eu digo que é positiva duplamente. É positiva porque caminhou e é positiva porque caminhou no nosso sentido mais do que no sentido dos outros. A verdade é essa. Se for vista qualquer avaliação de qualquer órgão da imprensa nacional, mas sobretudo internacional, se verá que isso foi o que ocorreu.

Estou mencionando essas coisas todas, porque hoje é fim de ano e porque este é um momento de agradecimento e essas coisas não ocorrem sem um esforço coletivo muito grande. Sem um esforço de todos. Mencionei os Subsecretários aqui. Queria mencionar o Almir que nos tem ajudado muito. E vou mencionar os temas mais diretamente ligados à área dele. Felício que não está aqui hoje, mas trabalhou intensamente. Enfim, não quero mencionar um por um, mas o Diretor do Rio Branco também, que tem que nos fornecer os novos diplomatas e garantir o nível de excelência que o Itamaraty tem e que é objeto de admiração. Mas a contrapartida da

admiração às vezes é a inveja. Temos que estar conscientes disso.

Eu até uma vez costumava dizer quando havia um jornalista que criticava muito o Itamaraty. Depois descobrimos que ele não tinha passado no exame do Itamaraty... E não precisa ficar chateado não porque é difícil mesmo. E nós garantimos que sem nenhum elitismo, mas que continue tendo um grau de excelência muito marcado, reconhecido. E eu acho que ninguém mais reconhece isso melhor do que o Presidente da República. Certas coisas demoram a ocorrer, porque a burocracia é lenta. Nós acabamos de ter uma medida provisória que inclui outros órgãos, mas que aumenta os quadros do Itamaraty de maneira notável. Acho que nunca houve, que eu me lembre, um aumento de quase 40% nos quadros do Itamaraty, do número de diplomatas. Claro que ao longo de quatro anos. Mas isso tem sido muito importante porque não há uma Divisão que você vá que não se queixe que não tem funcionário. Não há uma Embaixada que você que não diga que tem poucos funcionários.

É curioso porque mesmo aqueles que dizem: “Ah, mas não pode fazer isso porque senão vai cair o nível”. Mas todos se queixam que não tem funcionário, todos se queixam. E não vai cair o nível porque não é possível que em um concurso para o qual se concorrem 10.000 brasileiros não se consiga recrutar 80 ou 100 por ano. Não é possível. E eu simplesmente não acho que isso é possível. Nós simplesmente temos dificuldades logísticas que o Fernando vai ter que enfrentar com o apoio do Samuel. Não é possível dizer que você precisa recrutar só 15 ou 20 por ano. A minha turma tinha 13. Eu podia até ficar preso nessa idéia: “não, temos que manter”. Mas é o contrário. Você não pode.

O Brasil é outro, o Brasil mudou. Outro dia o Embaixador Samuel veio me falar algo interessante. São coisas que a gente não sabe, a gente não sabe realmente. Não pode acompanhar tudo. Temos feito muitas aberturas de Embaixadas na África. Estamos reabrindo Consulados. Essa parte de apoio à

comunidade de brasileiros no exterior, de que o Embaixador Nogueira também se ocupa, é algo importantíssimo, importantíssimo. Como é que o Brasil fechou Consulados quando a população expatriada brasileira multiplicou por dez em 15 ou 20 anos? Quer dizer, quando tínhamos 300, 400 mil brasileiros no exterior, hoje temos três milhões, quatro milhões, os cálculos variam. E a nossa rede consular diminuiu. Não é possível, isso não é possível.

Nós vamos aos poucos procurando atender essa necessidade. Mas para isso é preciso ter quadros, porque não adianta ficar criando estrutura se não temos quadros. Não adianta criar uma Embaixada em São Tomé e Príncipe que além de ser um país de língua portuguesa, está sentado em cima de uma jazida de petróleo, se não eu não tenho ninguém para botar lá. E tem que ter os incentivos também. Nós temos trabalhado intensamente nisso. O Presidente Lula, ao permitir esse aumento de quadros, nos deu um reconhecimento explícito, além do retórico, do trabalho que tem sido feito pela Casa. E tem dado também em outros sentidos. Poucas vezes, não diria que nunca, mas poucas vezes houve tão poucos Embaixadores de fora da carreira. Eram três, foram reduzidos para dois, casos muito excepcionais: um ex-Presidente da Câmara, que foi até Presidente da República, e o caso específico de Cuba pelas relações antigas e conhecidas.

É absolutamente excepcional termos mantido isso. Não pensem, nossos colegas, que não tem havido muitas pressões, inúmeras pressões, imensas pressões. Pré e pós-eleitorais, por exemplo, e outras ao longo do caminho. O Ruy que viaja sempre conosco, com o Presidente, sabe o apreço que ele tem pela diplomacia e eu, pessoalmente, sou muito grato porque ele tem sempre procurado aceitar as recomendações que nós fazemos, tanto para lotação de postos, Embaixadores, promoções etc. Mas, além disso, teremos em breve mais uma outra peça legislativa que modificará aspectos da carreira no sentido de permitir uma maior aceleração. O Samuel, o Secretário-Geral, mas isso se aplica ao Ruy também,

ao Fernando, Artur, que foram da minha geração. Nós temos que facilitar para que as pessoas mais jovens cheguem às posições de mando. Eu acho que isso é fundamental.

Existem níveis de realização profissional, em todos os níveis, em todos os postos da carreira. Quando você faz um bom trabalho técnico e ele é levado e você sente que o Ministro ou o Presidente está usando, você se realiza profissionalmente, você sente mais isso. Mas claro que é natural que todos querem pelo menos poder ambicionar aos postos mais altos. E da maneira que a carreira está organizada isso é difícil. Um dos aspectos que nós vamos levar em conta nessa Medida Provisória é esse.

O outro aspecto é também incentivar as pessoas a servirem em postos que são importantes para o Brasil, mas que apresentam dificuldades. É um absurdo você ir a Angola e o Embaixador é o único diplomata. Isso não é possível. O Brasil tem que ter uma Embaixada de quatro, cinco diplomatas em Angola. Por interesse político, estratégico, econômico, cultural, o que quiser, e não tem. Agora, por que não tem? Por que a pessoa vai para lá, tem dificuldade de ser promovida. Embaixador não, menos. Mas enfim, tem dificuldade de ser promovida, ganha menos. Então, é preciso criar incentivos para essas pessoas poderem trabalhar nesses lugares, onde ficam esquecidas, saem do circuito. Com o apoio da Chefia da Casa, tenho procurado dar sinais diferentes. Os dois novos colegas mais jovens que estão na equipe foram promovidos logo. O colega de Guiné-Bissau, antes de chegar lá, foi promovido. Eu nem conheço algumas dessas pessoas. Claro que há uma recomendação de que são pessoas competentes, interessadas e que estão se prestando a enfrentar esses desafios.

E na parte material também. E é natural. Natural por quê? Porque o Ministro de Estado vai muito mais a Paris, a Londres, a Genebra. Pelo menos ia. Então, ele vai lá e ouve as queixas. Fui Embaixador em Genebra, fui Embaixador em dois desses três lugares. Portanto, posso falar

tranqüilamente. Ele ouve as queixas dos Embaixadores destes lugares. Ele não vai a Nairobi. Então, não sabe que o arquivo da Embaixada em Nairobi era, agora já não é mais, era no banheiro. O Ministro não vai lá, o Subsecretário não vai lá, o Chefe da Administração não vai lá. Quando o Embaixador em Guiné-Bissau liga, ele pode não ser atendido com a mesma presteza com que é atendido o Embaixador em Paris, em Londres ou em Washington, porque há sempre uma expectativa de que você pode ir a serviço para tal posto ou trabalhar para aquela pessoa. Ninguém quer ir a Guiné-Bissau de imediato. Então até o telefonema dele fica em segundo plano.

Tudo isso requer uma certa ação afirmativa. Se você deixar as coisas caminharem apenas, digamos, pelas leis de mercado dentro do Itamaraty, essas coisas não mudam nunca. E acho que nesse esforço tenho contato com o apoio inestimável do Secretário-Geral, de toda a área da Administração, a começar pelo Almir, e dos demais. E com o reconhecimento do Presidente, que nos tem possibilitado fazer essas coisas.

Ainda sobre os incentivos, outro aspecto fundamental. Tenho quatro filhos, todos criados, felizmente. Acho que não vai haver auxílio-família para netos, de modo que não é nada para mim, se por acaso eu voltar a ser Embaixador. Mas eu vivi isso em um posto de primeira categoria, que era a Holanda. Eu tinha quatro filhos e holandês não é uma língua propriamente comum. Sem auxílio-educação, eu gastaria provavelmente metade do meu salário se pusesse os quatro filhos na escola americana ou internacional, metade do meu salário indo para escola e mais um terço com a moradia, porque naquela época também não tinha auxílio-moradia. Sobrava pouquinho. As conversações estão adiantadas, espero que possa sair nessa próxima Medida Provisória. Será um começo, não será tudo que será necessário. Mas o princípio do auxílio-educação acho muito importante, porque alivia as pressões que são muito fortes. Se nós não pudermos fazer em todos

os postos, vamos fazer de maneira gradual naqueles lugares onde é mais difícil ter as crianças em uma escola pública.

Isso é também outra forma de reconhecimento. Também o Presidente mandou para o Congresso o aumento salarial. Teria preferido que isso fosse um presente de fim de ano, mas não foi possível. Mas o aumento salarial para os diplomatas, os oficiais de chancelaria e as categorias do nosso serviço exterior brasileiro também é algo importante. Sem dúvida alguma tudo isso demonstra esse reconhecimento, pois tudo isso ocorre em um quadro que todos conhecemos de aperto fiscal, de dificuldades de aumentar quadros em todas as áreas. Enfim, além do reconhecimento verbalizado freqüentemente pelo Presidente, o apreço pela política externa - que é dele na realidade, nós a executamos - há também um reconhecimento prático.

Eu poderia ficar me estendendo por muito tempo, mas não é o momento para isto. Eu me lembro que, quando eu era mais novo, havia, digamos, um certo ritual de cumprimentos ao Ministro de Estado. Eu quero inverter isso, sem nenhuma demagogia, e fazer os cumprimentos do Ministro de Estado, das Chefias, do Secretário-Geral, dos demais Subsecretários aos nossos diplomatas e funcionários que são quem fazem funcionar essas coisas.

Falei, por exemplo, um pouco da África. Falei também das inúmeras viagens do Presidente à África, o que elas resultaram de positivo tanto do ponto de vista comercial quanto político, cultural. Tudo isso envolve um sacrifício enorme com condições às vezes difícilimas. Há uma percepção, hoje em dia, muita clara, sempre houve, sobre a qualidade do Itamaraty. Mas muita clara da parte do Presidente da República e ele tem demonstrado isso de maneira inequívoca.

A propósito agora da OMC, ao se elogiar há sempre uma tentativa de separar um funcionário do Governo, do político. Não separar com nenhuma conotação negativa. Mas eu que fui já negociador muitas vezes no GATT, na OMC ou em outras situações, muitos de nós já passamos por isso, para

negociar temos que saber que temos que ter atrás um Presidente que, se receber um telefonema do Bush ou do Chirac, não vai ficar nervoso nem apavorado. Ele vai naturalmente levar em conta, vai consultar e vai tomar a decisão correta. É isso que permite a gente tomar as decisões que toma, e tomar as atitudes que toma. Então, não há como separar, apesar de todo o mérito do trabalho profissional de todos os colegas e sem nenhuma falsa modéstia no meu caso, isso do Presidente da República, da atitude política, ativa, desassombada. Já acompanhei muitos Presidentes em várias situações e eu sinceramente fico impressionado como o Presidente Lula, com plena consciência da importância da relação, com o desassombro com que ele lida com os outros líderes. Para ele não é nenhuma novidade entrar na Casa Branca. É novidade, talvez, do fato em si, mas nenhuma novidade do ponto de vista psicológico entrar na Casa Branca ou dormir no Palácio de Buckingham. Faz parte dos rituais do Estado, mas com naturalidade. A maneira com que ele se relaciona com outros líderes é algo que se reflete também nas relações com o Chanceler, nas relações com os funcionários.

Queria dizer que este foi um ano intenso, certamente na minha vida terá sido um dos anos mais intensos do ponto de vista do trabalho. Todos esses três anos foram, mas esse ano foi especialmente. Só lembrar das poucas coisas que eu mencionei. Intenso para todos nós, certamente. Nunca houve tantas viagens para a África, nunca houve tantos contatos com a América do Sul e tudo isso gera um enorme trabalho. Mas há reconhecimento e eu acho que isso é importante. Também estamos pagando nossas contribuições nos organismos internacionais, o que ainda não é feito de maneira plenamente satisfatória, mas melhorou muito em relação a todos os últimos anos. Também é algo que nós gratifica porque nos deixa em uma posição mais confortável para poder trabalhar e reivindicar o que achamos que devemos reivindicar.

Então, eu queria simplesmente, em meu nome,

em nome do Secretário-Geral, agradecer a todos a cooperação. Espero continuar contando com vocês todos, onde estiverem. A maioria provavelmente estará aqui, mas alguns estarão em outros lugares ou em outros postos. A Stela em breve deverá assumir a Subsecretaria de Administração. Fico muito contente de ter uma mulher nessa Subsecretaria, assim como tem uma mulher como Chefe de meu Gabinete, a

Lelé. Isso também é uma demonstração de que o Itamaraty está mudando, está-se tornando mais aberto, mais democrático. Enfim, quero dizer que foi um ano duro, cheio de trabalho, cheio de expectativas e ansiedades, mas que, no conjunto, tanto quanto se possa usar essa palavra que é uma palavra cheia de ambigüidades, foi um ano feliz do ponto de vista do trabalho. Muito obrigado.

## Conferência Ministerial da União Africana

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, durante Conferência Ministerial da União Africana, em Arusha, Tanzânia, em 23 de novembro de 2005*

Honorable Minister Juma Ngasongwa; Dear Ministers; Honourable Delegates,

It was with great pleasure that I received the invitation to come to Arusha to address the African Union Ministerial Conference on WTO Negotiations. I would like to thank our hosts, the Government and the people of Tanzania, for their friendship and warm welcome to one of the most beautiful places of this wonderful continent.

I feel at home in Africa. I have come several times to this land, sometimes accompanying President Lula, sometimes on my own. One of President Lula's first priorities is the intensification of Brazil's relations with African countries. This year, for example, I had the pleasure of visiting Dar es Salaam. Shortly afterwards we opened our Embassy there. We are proud of having the largest population of African-descendants outside Africa. We want to strengthen our partnership in the context of enhanced South-South cooperation.

We have a common past, notably the struggle against colonization. Today we face the common challenge of fighting poverty and underdevelopment. A large proportion of Brazil's population lives below the poverty line. We understand Africa's predicament; we share its objectives. We are partners in the common struggle to raise the standards of living of our peoples. When President Lula, together with other leaders, launched the initiative to combat hunger

and poverty worldwide, he was not thinking primarily of the poor people in Brazil, but, first and foremost, of the millions and millions of human beings living in countries still less fortunate than our own, the majority of them in African countries.

The launching of multilateral trade negotiations in Doha four years ago was meant to create an opportunity to conclude the unfinished business of the Uruguay Round. The central idea behind the DDA was, and must continue to be, to redress the development deficit in world trade. New and enhanced rules are required to allow developing countries to reap the benefits of integration into the world economy.

Dear friends,

True development requires freeing poor countries from the shackles of historic dependency. In the WTO, this means, *inter alia*, changing provisions that favour a few in the development world to the detriment of the many in the developing world. Although the developed agenda encompasses a series of important issues, it is my considered view that the greatest potential for positive change is in agriculture. This is where we, developing countries, are most competitive and more readily able to participate in the world market. Yet, it is in agriculture where the most glaring distortions lie. Cotton is a case in point.

Cotton production is the sole means of

livelihood for millions in developing countries, including in some of the most impoverished areas of the world. Our producers not only have to face structural challenges and lack of material resources. They have also to be able to compete with heavily subsidized exports from developed countries. If prices fall in the world market – and historically low prices have prevailed for the past several years – our producers take the hit. Their competitors from the developed world, however, do not. Their treasuries guarantee prices frequently twice as high as those of the world market.

The end of distortions in world cotton trade is not something to be negotiated in the context of future rules. It is a legal and ethical right the WTO Dispute Settlement Body has determined we are entitled to under the current rules; rules for which developing countries paid a steep price during the Uruguay Round. The period for implementation of the results of the cotton case is over. Brazil is reserving its rights to adopt countermeasures. But we sincerely hope that early and full implementation of the WTO ruling will make trade restrictive measures unnecessary and alleviate the unfair treatment dispensed to producers from the developing world.

Brazil has been working together with African countries on this matter, trying to ensure that results of the cotton case are fully respected and not undermined by the ongoing negotiations under the Doha Round. We are committed to the cotton initiative launched by four African countries, which must take world cotton trade one step closer to a fair deal.

The cotton example shows that increasing market access for our products, through tariff cuts or quotas may be important, but surely not enough. Such measures can be rendered innocuous by other distortive practices. Subsidies of such magnitude as those given to cotton producers in rich countries have the concrete effect of excluding developing countries from the world market. It is blatantly unfair that our farmers be compelled to compete with rich Treasuries.

This is why agriculture lies at the heart of the Doha Development Agenda and why it is so important for developing countries.

Less than a month before the Hong Kong Ministerial Meeting, negotiations on agriculture are facing a brick wall. The major economies – those responsible for the greatest distortions in agricultural trade – must show the political will necessary to bridge the wide differences that still exist in the negotiations. Developing countries have shown preparedness to shoulder responsibility by providing a contribution in keeping with their capacity.

In reality, we face a twin gap: the gap between developed and developing countries; and the gap between industrial and agricultural goods. One gap compounds the other. The G-20, to which Brazil proudly belongs, is playing a crucial role on both fronts.

The G-20 has dramatically enhanced the participation of developing countries in the negotiating process. The transparency and the inclusiveness with which the Group operates have given its members a sense of ownership in the negotiations. It has tabled comprehensive and balanced proposals that are both ambitious and realistic, bearing in mind the specificity and diversity of needs of developing countries. The G-20 has consistently tried to reach out to other groupings of developing countries, such as the African Group, the ACP and the LDC's.

The message of the G-20 is a message of unity among developing countries. I am convinced that only by preserving our unity and strengthening our natural coalition, will we be in a position to ensure that development objectives of the DDA are attained. We are at a key moment in the negotiations and we have to avoid, at all costs, falling into the trap of the old “divide and rule” strategy.

In order to promote our interests, we must work on several fronts. We must foster our common goals, be it the waiver on TRIMs or on adequate treatment for TRIPS and Health. Regarding the latter, developing countries and the African Group in particular

should not accept any outcome that would limit the Doha Declaration on TRIPS and Public Health, by placing private gains ahead of the common welfare.

Although real to some extent, differentiation among developing countries does not address their deeper needs. It is certain that different degrees of economic advancement exist among developing countries. Brazil does not face the same challenges as a poor country in Africa or a vulnerable economy in the Caribbean, even though more often than not such differences are exaggerated to weaken our common struggle.

We must also be able to act together with creativity and solidarity, so as to increase the trade opportunities of the most needed among us.

I want, at this point, to address the issue of preference erosion that has often been used to create divisions between groups of developing countries.

Unilateral preferences may, arguably, bring some temporary comfort. But preferences cannot guarantee predictable and effective market access in the medium and long run. They are unstable by nature, leaving developing countries hostage to the whims of the providers and to their changing political interests. Due to their inherent instability, these schemes do not foster dynamic growth. Furthermore, other limitations such as sanitary regulations considerably constrain the theoretical benefits of preferences. It is not surprising that they generate a mere US\$ 1 billion for LDC's, a tiny fraction of total world exports, which totalled US\$ 9 trillion in 2004.

We are not insensitive to the plight of the countries that depend on preferences. Preference erosion is a real problem. This is why adequate transition periods should be allowed and other creative measures must be put into effect to reduce the overdependence on this fragile instrument. This is why Brazil proposed – and its three Mercosur partners agreed – to announce their disposition to offer duty free quota free access for products coming from LDC's, especially from Africa and Latin America.

Other measures can be envisaged for Hong

Kong that will help LDC's and other vulnerable economies to embark on a path of sustainable development. One example of such measures that can yield concrete results is more flexibility on rules of origin, especially on the part of developed nations to LDC's and other countries that may be affected by preference erosion. This will significantly enhance the possibilities of those countries to diversify their production and/or to add more value to their traditional products.

On this very day, a plant jointly operated by a Brazilian trading company and a Jamaican state enterprise is starting its shipments of dehydrated ethanol. This investment based on state-of-the-art technology can be replicated to other countries and products if more adequate and LDC friendly norms are in place.

New and existing investment mechanisms on the part of the World Bank can play a key role in making technical and financial assistance for developing countries a reality. But poorer countries should not be left for themselves in seeking such assistance. It is a moral obligation to see to it that establishing programs with this objective is part of the commitments undertaken by WTO members. After all they are the same countries that constitute the World Bank, the IMF, etc.

In this context, I would like to end with a cautious note of optimism in relation to the Doha Round. I was positively impressed by a recent statement by Prime Minister Tony Blair, who is now holding the Presidency of the European Union. He recalled that agriculture accounts for under 2% of the GDP and roughly the same share of employment in developed countries.

The British Prime Minister goes on to say that “the EU and the US must go further, within negotiations on agriculture. We must reduce trade distorting subsidies. We must see a credible end date for export subsidies. We must put an ambitious limit on the number of sensitive products that can be afforded extra protection.” Developing countries

cannot and should not compromise their right to development.

Developing countries should not accept any attempt to lower the level of ambition of the Round. In the final analysis, what is at stake is the possibility of achieving the development goals of the DDA. Reducing the level of ambition would still be tantamount to limiting the prospects for developing

countries, at the same time as they would still be required to make concessions that would reduce their policy-space.

This is certainly not the result that all of us have been looking forward for many years, especially since Doha.

Many thanks.

## Sessão da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados

*Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 29 de novembro de 2005*

É sempre um grande prazer vir à Câmara, e especialmente a esta comissão, para tratar de temas da política externa. Recordo-me que, ainda nos primeiros meses do Governo do Presidente Lula, atendi a um requerimento para estar presente nesta comissão, em sessão que se realizou em Plenário e que coincidiu com o dia em que se iniciava a Guerra no Iraque e a intervenção norte-americana no país. Foi um momento importante e, de certa maneira, definidor da política externa brasileira. Desde aquele momento, ficou marcado como característica da política externa o fato de que tínhamos uma política independente, ativa, soberana e, ao mesmo tempo não conflitante, não confrontacionista.

Desde aquele momento, deixamos claras as nossas opiniões de defesa do sistema multilateral, da primazia do Conselho de Segurança, da primazia da busca de solução pacífica para os conflitos, sem que com isso tivéssemos de maneira alguma criado problemas no nosso relacionamento com os países – naquela época, principalmente, Estados Unidos e Reino Unido – que estavam envolvidos na ação militar. Mencionei o fato porque creio que ele, de certa maneira, é simbólico das atitudes que foram tomadas durante o Governo do Presidente Lula.

Na realidade, a política externa brasileira não é uma política que se preste a mudanças bruscas ou radicais. A política externa se baseia em princípios de Estado. No nosso caso, a autodeterminação dos

povos, a solução pacífica de controvérsias, o respeito ao multilateralismo, a não-intervenção. São princípios que outros governos seguiram e o governo do Presidente Lula também segue. Mas, evidentemente, toda política externa também é política. Não é apenas uma ação administrativa do Estado ou uma ação quase jurídica, ela também é uma ação política. E, por isso, cada governo traduz, a seu modo, os princípios básicos em ações concretas.

No caso do Governo do Presidente Lula, é preciso levar em conta uma série de fatores importantes. A meu ver, a começar pelo próprio cenário internacional. O cenário internacional é hoje muito diferente daquele que encontramos há 10 ou 15 anos atrás. Quando fui Ministro, há cerca de 12 anos, era diferente. Por exemplo, o encanto com a globalização, que havia naquele momento e que de certa maneira existia nos outros governos. Não que as pessoas devam ser contra a globalização, mas há nuances, há matizes que hoje em dia se percebe, que todos percebem, independente do posicionamento no espectro ideológico. Houve essa mudança. Houve também o reforço de uma característica que já existia desde o fim da Guerra Fria, que é uma realidade mundial caracterizada por um forte desequilíbrio de poder, onde há uma superpotência, sobretudo do ponto de vista militar, muito mais equipada do que qualquer outro país, e uma certa fragmentação dos demais países. Por outro lado, além desse

desequilíbrio de poder no plano político e militar, há um certo co-domínio no plano econômico comercial entre a União Européia e os Estados Unidos, discutindo entre si a maior capacidade de influência nos foros internacionais.

Em breve, estaremos inaugurando no Itamaraty as salas Afonso Arinos, San Tiago Dantas, e também Rui Barbosa. Pensando um pouco no conceito da política externa independente que criaram naquela época, faço uma reflexão sobre a que corresponde uma política externa autônoma e independente nos dias de hoje. A realidade sempre muda, a contextualização da política é sempre diferente. Hoje, independência, creio, diferentemente do que muita gente talvez imaginasse nos anos 50, ou até mesmo nos anos 60, não tem nada a ver com autarquia ou com isolamento. Em um mundo globalizado, a independência terá que ser necessariamente uma posição nas relações internacionais que permita trabalhar com vários atores simultaneamente; isso é, evitar a excessiva subordinação ou a excessiva dependência de um único mercado, de um único país e de uma única fonte de poder. Isso inspirou e tem inspirado a política externa do Presidente Lula. Isso tem várias dimensões.

Em primeiro lugar, significa um grande esforço de diversificação de parceiros, sem abandono dos parceiros tradicionais. Vejam bem, o Presidente Lula nunca disse que há uma substituição de alguns parceiros por outros. Trata-se apenas de uma diversificação de parceiros, além daqueles tradicionais, que são muito importantes e com os quais realizamos crescentes trocas de visitas de Chefes de Estado e de Governo. O que temos procurado é diversificar esses parceiros.

Isso encontrou expressão tanto no plano comercial quanto no plano político e das relações internacionais de um modo geral. No plano político, reforçamos as nossas relações com a América do Sul e com a América Latina. Essa vem sendo a nossa grande prioridade. Amanhã, o Presidente Lula

encontrará o Presidente Kirchner em Porto Iguazu, onde serão provavelmente assinados 20 atos bilaterais de grande importância, que vão desde a cooperação em energia nuclear ou espacial, até questões que dizem respeito ao livre trânsito de cidadãos em fronteiras, às regulamentações de previdência social para trabalhadores temporários. Enfim, uma série de atos de grande importância, que vão cimentar essa aliança verdadeiramente estratégica que há com a Argentina e que é a vértebra desse processo de integração da América do Sul.

O processo de integração da América do Sul tem várias vertentes. Uma delas é o esforço permanente de manter, de reavivar e de re-energizar o MERCOSUL. Não é uma tarefa óbvia nem fácil. Basta-se olhar para a União Européia para ver que não é fácil porque a cada momento surgem problemas e os problemas têm que ser tratados. É muito freqüente, tanto aqui como lá, que grande parte das reuniões seja consumida para tratar de problemas específicos, tratar de exceções. Mas, o MERCOSUL tem efetivamente progredido, e progredido muito, inclusive na área social. Demos alguns passos importantes no MERCOSUL nos últimos anos. Ressaltaria dois ou três.

Um deles, parece coisa mínima, mas na realidade é fundamental para que o MERCOSUL venha a se consolidar como união aduaneira, que é a questão da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC). Apesar de sermos uma união aduaneira e teoricamente termos, em boa medida, uma tarifa externa comum, na realidade, os produtos importados para o MERCOSUL pagavam a tarifa externa de novo para conseguirem ser exportados para outro país. Assim, esse não é um processo fácil para países pequenos e inclusive tem uma implicação do ponto de vista de arrecadação. O Deputado Dornelles certamente saberá. Mas é um processo importantíssimo para provar que temos um caminho a seguir nesse campo.

Outro exemplo muito importante foi a criação do FOCEM – Fundo de Conversão Estrutural do

MERCOSUL. O MERCOSUL, pela primeira vez, reconhece, de maneira clara e indiscutível, que há assimetrias e que tem que trabalhar estas assimetrias. Embora as diferenças entre nós talvez não sejam tão dramáticas quanto eram na Europa, por exemplo, entre a Grécia e a Alemanha, elas também não são pequenas. A renda per capita do Brasil é talvez quatro vezes maior que a do Paraguai. É preciso levar em conta esses fatores e a criação do Fundo de Conversão Estrutural é algo extremamente importante e apreciado por aqueles que observam o MERCOSUL de fora. Como, aliás, também é importante a questão da dupla cobrança da TEC, haja vista que durante as negociações entre MERCOSUL e União Européia era um dos pontos mais apontados pelos europeus que o usavam para assinalar que o MERCOSUL não é um processo completo. Esse são dois exemplos, poderia dar outros. No plano político, certamente a evolução do parlamento do MERCOSUL já está muito mais amadurecida, por contribuição intensa e sempre presente dos próprios parlamentares dentro da Comissão do MERCOSUL.

A preservação desse núcleo MERCOSUL parece pouco como história, mas na realidade não é pouco. Quando o Presidente Lula chegou ao governo e me tornei Ministro das Relações Exteriores, tínhamos herdado uma situação em que, tanto internamente quanto externamente, o MERCOSUL estava sendo muito desgastado. Externamente desgastado, a ponto de o Uruguai legitimamente – tanto que foi permitido naquela época – ter celebrado um acordo de livre comércio com o México, separadamente do resto do MERCOSUL. Faziam-se também constantes referências a divergências em relação à Alca, em que poderia haver países que tomassem um caminho diferente. Isso tudo foi absolutamente consolidado. O MERCOSUL hoje age unido de maneira muito clara nas grandes negociações internacionais. Essa consolidação da área externa do MERCOSUL foi importante. Do ponto de vista interno, além das medidas que mencionei, da extensão

dos aspectos do MERCOSUL social, diria que uma consciência mais clara do problema das assimetrias, permitiu, se não sanar totalmente, pelo menos aliviar algumas das questões dos países menores, como o Paraguai e o Uruguai.

Ainda nesse contexto do MERCOSUL, valeria a pena comentar a alegação freqüente de que o MERCOSUL está em crise. Lembro-me de quando era criança diziam que o Brasil estava à beira do abismo e se dizia também que o abismo era pequeno ou que o Brasil era grande demais e que não cabia lá dentro. E o fato é que, no MERCOSUL, o Brasil está sempre crescendo e sempre se desenvolvendo. Hoje, vemos, por exemplo, que as nossas exportações para o MERCOSUL têm sido recordes. Talvez seja até saudável que haja questionamentos. O Presidente Lula quando esteve na última reunião do MERCOSUL em Assunção se referiu a um mal estar no MERCOSUL, sobretudo nos países menores, e reconhecemos isso.

O Brasil, como maior parceiro do MERCOSUL, tem uma responsabilidade muito grande. Cheguei de uma reunião na África onde se estava discutindo questões de países de menor desenvolvimento relativo, o tratamento da Índia na OMC, e se comentava que nós do MERCOSUL decidimos dar acesso livre a produtos de países de menor desenvolvimento relativo – mais pobres entre os pobres – da África e da América Latina. Na América Latina, o Haiti. Mas não se pode esquecer, dentro desse contexto, que a renda per capita do Paraguai é pouco maior do que a renda considerada limite para os países de menor desenvolvimento relativo, e isso, para nós, é um motivo, se não de vergonha, pelo menos de reflexão. Não temos feito, ou não temos sabido fazer o suficiente, para ajudar os países menores da região. Também temos os nossos problemas, não somos países ricos, mas creio que temos aqui uma responsabilidade.

Aproveito para falar um pouco da América do Sul, porque também é muito importante. Um mérito que a política do Presidente Lula tem é a

coerência, quase que exatidão, com que a política anunciada foi levada a cabo. As pessoas podem não concordar com a política, o que é razoável, é algo que faz parte da democracia, pode não concordar com os meios, às vezes certas coisas foram feitas de maneira errada, mas esse aspecto deve ser creditado. Se alguém tomar o discurso de posse do Presidente Lula, e o meu que é mais detalhado, vai verificar uma enorme correspondência entre os fatos que ocorreram nesses três anos, as ações, as iniciativas que tomamos, e o que estava anunciado. Talvez até em alguns casos tenhamos ido um pouco além. Mas, voltando à América do Sul – então mencionada no discurso de posse do Presidente Lula juntamente com a América Latina como um todo –, podemos dizer que houve avanços extraordinários. Avanços digamos, não só do ponto de vista dos tratados, dos acordos, mas também do ponto de vista dos negócios.

Começando pelos acordos. Era um antigo sonho de muitos dentre nós ter na América do Sul uma área de livre comércio. Aliás, era um sonho até da antiga ALALC, ter uma área de livre comércio de toda a América Latina. Hoje em dia, ter uma área de livre comércio de toda a América Latina é algo mais complexo por que há filiações, há grupos diferentes, não é impossível, mas é mais complexo por motivos evidentes. Na América do Sul, certamente era um sonho que sempre foi acalentado. Digo que, com intensidades diversas, sempre foi perseguido, mas parecia ser muito difícil.

Recordo-me, ainda, que, quando fui Ministro do Presidente Itamar Franco, ele pela primeira vez falou de uma área de livre comércio sul-americana com essa expressão. Lembro-me de ter falado em uma reunião do grupo G-20. Na época, isso foi recebido com um misto de indiferença e de ceticismo. Pouco depois fui à sede da ALADI, em Montevideú, falar do tema – era nosso saudoso Embaixador Paulo Nogueira Batista – e sentia que alguns concordavam um pouco por amizade ao Brasil, mas não havia um grande entusiasmo pelo tema.

Houve iniciativas do governo anterior, sem dúvida, muito importantes. A primeira reunião dos presidentes da América do Sul foi um impulso político para todo esse processo. Mas, o fato é que em dois anos de dedicação intensa a esse processo, conseguimos fazer acordos de livre comércio que cobrem a totalidade da América do Sul. Isso não é pouca coisa. O mais interessante foi ouvir de alguns chanceleres, inclusive dos de alguns países que tinham um certo ceticismo em relação a essa iniciativa, que, com aqueles atos que estávamos assinando – isso foi em uma reunião da ALADI, coincidentemente 10 anos depois daquela outra a que me referi – estávamos criando uma área de livre comércio da América do Sul. Esse foi um fato notável e, sinceramente, se me perguntassem, se achava que em dois anos conseguiríamos, teria minhas dúvidas. Havia resistência, havia dúvidas, tanto interna quanto externas, mas finalmente chegamos lá graças a uma grande determinação política e à demonstração também de que estávamos dispostos a negociar reconhecendo, como já reconhecemos dentro do MERCOSUL, a assimetria.

Para finalizar o tema da América do Sul, faço um pequeno registro, que é de grande importância numérica. Pela primeira vez, no período de janeiro a outubro deste ano de 2005, a América Latina - aí também se inclui o México, a América Central e o Caribe - é o nosso principal parceiro comercial. É a primeira vez que a América Latina está à frente da União Européia, como principal parceiro comercial do Brasil. A América do Sul exclusivamente está a apenas um ponto percentual abaixo dos Estados Unidos. A América Latina, como um todo, é, hoje, o maior parceiro. Isso é muito importante quando se pensa que 98% das exportações para esses países são de produtos manufaturados, de alto valor agregado. São também de grande importância política porque estamos, na prática, realizando um mandato constitucional, que é a integração latino-americana. Estamos, na prática, fazendo com que isso ocorra, que deixe de ser algo retórico e passe a ser algo que

exista na realidade. Poderia mencionar todas as iniciativas que têm sido tomadas em relação à integração de infra-estrutura, mas vou deixar esse aspecto de lado, embora ele não seja menos importante, apenas por uma questão de tempo.

Para abordar um pouco mais o lado político, gostaria de dizer que o Brasil tem atuado, na América Latina e na América do Sul, com um sentido de que o princípio da não intervenção continua a ser um princípio basilar da política externa. Pretendemos nunca intervir na maneira como agem os governos, ou como os povos escolhem seus governantes, muito menos sobre os resultados dessas escolhas. Mas, de certa maneira, acrescentamos a esse princípio da não-intervenção, a idéia da não indiferença. O Brasil não deve estar indiferente à sorte de seus vizinhos sul-americanos, ou latino americanos e caribenhos, e isso explica uma série de ações que o Brasil tomou nesse período.

Por exemplo, a criação do Grupo de Amigos da Venezuela foi uma ação de risco diplomático tomada ainda nos primeiros dias de governo. Vimos-nos confrontados com várias propostas, inclusive a proposta na época favorecida pela OEA, que era a de antecipação de eleições ou de realizar plebiscito, o que não estava previsto na Constituição venezuelana. Conseguimos, ou pelo menos contribuimos para a criação do Grupo de Amigos, para que houvesse uma solução que, aliás, era a que previa a própria resolução da OEA, que era constitucional, democrática e eleitoral. O Grupo de Amigos inicialmente não foi muito bem recebido, nem de um lado nem de outro. Tivemos que trabalhar com um grupo de países que era bastante plural e, com isso, assegurar diálogo com o governo e também com a oposição. Os resultados foram evidentes. Contribuímos para que se realizasse o referendo revocatório, que estava previsto na constituição, no prazo que estava previsto. Os observadores internacionais foram aceitos. O fato é que aquela questão foi superada.

A questão do Haiti é outra. É uma questão

muito polêmica. Sempre que acontece um episódio este é freqüentemente ampliado pela opinião pública, o que aliás é natural. Na questão do Haiti, em primeiro lugar, houve a possibilidade de termos uma ação diferenciada. O Brasil liderando um grupo de países latino-americanos, mas sobretudo sul-americanos, que se quis fazer presente no Haiti com o objetivo de poder contribuir efetivamente para a democracia daquele país.

Quando entrei no Itamaraty no período de 64 – aliás, um pouquinho antes, entrei em 63 e me formei em 64 – foi um momento um pouco dramático na minha vida pessoal; eu comecei a trabalhar em 65 na intervenção na República Dominicana. Sobre o Haiti, tive, justamente, que falar muito, inclusive aqui no Congresso, sobre a diferença do que tinha sido a intervenção na República Dominicana – que era uma intervenção bilateral, não autorizada pelas Nações Unidas, da qual o Brasil resolveu participar pelos motivos da época, alianças estratégicas, ideológicas – da situação no Haiti em que houve, ao contrário, não só a autorização mas a criação de uma força de paz dentro do Conselho de Segurança das Nações Unidas e que é uma ação multilateral perfeitamente legal e legítima, que pretende ajudar o Haiti a livrar-se do ciclo que é um misto de violência, pobreza e miséria.

Só para que tenhamos uma idéia da desesperança pontuada por intervenções que entram apenas para restabelecer a ordem em determinado momento, talvez para resolver problema migratório de outros países e depois vão embora e deixam o Haiti como está. É a chance de termos uma ação mais determinada. Quando, de certa maneira, busca-se resolver certos conflitos, há sempre uma certa dose de idealismo que às vezes tem que ser temperado na prática. Mas o idealismo é fundamental. O idealismo entre outros aspectos é dizer que é preciso “latinoamericanizar” o Haiti.

O Haiti não podia ser um problema só dos Estados Unidos e da França ou, talvez, da República Dominicana porque é vizinha. O Haiti é um problema

latino-americano que não podemos ignorar. Menos ainda o Brasil. O Haiti é, creio, o terceiro país das Américas em número de população de descendentes africanos. O Brasil, como o primeiro, não pode estar ausente. Tenho conversado com interlocutores de tendências políticas muito variadas e todos eles unanimemente disseram que a situação de segurança no Haiti melhorou muito.

Resolvi falar da Venezuela e do Haiti porque são naturalmente os dois casos em que a ação brasileira, digamos, se singularizou, se notabilizou mais, com mais atuação da imprensa, da mídia e etc. Mas, em várias outras situações de crise o Brasil tem procurado agir, e tem procurado agir sempre baseado no princípio da não-intervenção e no conceito da não-indiferença. E o que significa isso na prática? Significa que agimos quando as partes em uma disputa querem o nosso apoio e quando consideramos que o nosso apoio pode ser útil. Os dois elementos têm que estar presentes. Se não percebermos a utilidade, não faremos. Se as partes não estiverem interessadas, também não faremos.

Isso ocorreu em relação à Bolívia, ocorreu, em certa medida, em relação ao Equador, tem ocorrido em várias situações, mas somos sempre muito cuidadosos para não ferir o princípio da não-intervenção. Com todos os problemas que o Brasil vive, que sabemos que vive, temos conseguido, do ponto de vista institucional, manter o país na trilha democrática. E esses outros países têm tido essa mesma possibilidade. É muito importante esse tipo de contato com alguns dos países que têm uma situação institucional fragilizada. Há pouco tempo, por exemplo, recebemos o Ministro do Superior Tribunal do Equador para contribuímos para a criação da Corte Suprema do Equador. Um dos problemas fundamentais da crise no Equador foi a dissolução da Corte Suprema pelo então presidente Gutierrez. Há toda uma questão de equilíbrio institucional, que é fundamental manter nesses países.

No plano comercial demonstrei ou, pelo menos, tentei ter demonstrado, que o crescimento é

notável. O crescimento do nosso comércio com a América do Sul tem sido da ordem de 50, 40% a cada ano. Com certos países tem sido mais notável ainda. Com a Venezuela, cresceu 180% em relação ao ano passado e já havia crescido mais de 100% em relação ao ano anterior. Tanto do ponto de vista político quando do ponto de vista econômico tem havido uma intensa inter-relação na América do Sul. Apesar das fragilidades que existem em todos os países, em alguns mais que em outros, temos tido a possibilidade de reforçar a nossa integração. A criação da Comunidade Sul-americana de Nações há poucos meses aqui em Brasília certamente é um exemplo disso.

Antes de passar para a questão da OMC – que é certamente do interesse de alguns – gostaria de mencionar algumas outras iniciativas importantes. Falei, no início, da diversificação dos parceiros. Repito: não se trata de substituição, mas de diversificação de parceiros. Com isso, tomamos iniciativas especiais. Uma muito importante, a meu ver, que é objeto de comentário até de revistas internacionais, para minha surpresa até de revistas especializadas em política externa, foi a criação do que chamamos de IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Qual a idéia do IBAS? A idéia do IBAS é a de que são três grandes democracias, cada uma em um continente do mundo em desenvolvimento. São também três grandes democracias que são multi-étnicas. Elas têm muita coisa em comum e podem fazer muito juntas para elas mesmas e para outros. Tanto assim que colaboramos no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para discussões às vezes de questões pontuais como, por exemplo, uma série de questões na segurança atômica. Tem sido discutido também um grande leque de projetos de cooperação trilateral que vai incluir vários aspectos de ciência e tecnologia, passando pela área comercial onde fizemos o primeiro acordo. Temos que continuar trabalhando nisso. Mas esse é outro exemplo de situação em que além da iniciativa política os reflexos

sociais e econômicos são inegáveis. Nosso comércio com a África do Sul e com a Índia tem aumentado de maneira também espetacular. Com a Índia, aumentou 100% nos 10 primeiros meses desse ano comparado com os 10 primeiros meses do ano passado, e com a África do Sul tem aumentado na ordem de 35% a 40%, o que é mais do que a média do que temos para o mundo.

Também do ponto de vista mais amplo, o IBAS tem servido como exemplo de solidariedade de países em desenvolvimento para com países mais pobres. Tivemos uma iniciativa que começou com uma doação pessoal do próprio Presidente Lula, quando recebeu o prêmio Príncipe das Astúrias. Com esse prêmio, complementado com recursos do governo, fizemos um fundo administrado pelo PNUD, com o qual estamos desenvolvendo vários projetos. O primeiro projeto, que já está sendo desenvolvido, é na Guiné Bissau. Temos outro no Haiti, já em fase avançada. Creio que essa atitude contém um ensinamento que é, digamos, a capacidade de países pobres manifestarem a sua solidariedade com outros países. Pensei, claro, em mencionar o comércio porque é muito freqüente as pessoas gostarem de dizer que outros aspectos da política são irrelevantes. A meu ver, essa é uma visão totalmente equivocada da política externa.

Aproveito para falar da África, e vou ter que falar dos aspectos comerciais porque sei que ele sensibiliza. O Presidente Lula esteve na África, onde visitou cinco países. Em sua viagem seguinte, quando foi ao Japão, país desenvolvido, um jornal publicou: “Enfim uma viagem relevante”, dando a entender que todas as viagens à África tivessem sido irrelevantes, quando há motivos, todos que se possa imaginar, para fazer com que uma visita a países africanos seja relevante. Começa pela nossa dívida, pela nossa herança cultural, mas passa por interesses políticos, digamos estratégicos, que não podemos ignorar. Quem vive o dia-a-dia, quem está vendendo uma mercadoria específica pode não se interessar, mas temos que pensar a longo prazo. O Atlântico Sul é

uma área que o Brasil tem que ter interesse. O Brasil não pode ignorar o Atlântico Sul.

Por isso, entre outras razões, o Presidente Lula abriu uma embaixada em São Tomé e Príncipe. Vocês podem perguntar: por que uma embaixada em São Tomé e Príncipe, de 200 mil habitantes? Hoje em dia, já há petróleo, mas independentemente de ter ou não petróleo, é um país lusófono, país que tem afinidades culturais conosco, pertence a alguns agrupamentos a que pertencemos.

É sempre bom lembrar também os números do comércio, porque mesmo desse ponto de vista política na África seria muito importante e tem dado frutos enormes. Um jornal forneceu um dado de que hoje 10% do nosso saldo comercial vem da África. Parece uma surpresa para qualquer um, mas é um dado real que vi no jornal, conferi e era isso mesmo. Não me surpreendo. As nossas exportações para a Nigéria, por exemplo, devem chegar a 900 milhões de dólares, o que não é pouco. Praticamente encosta com o Peru, que é um país vizinho do Brasil. Então isso mostra como há um grande potencial. Existem várias curiosidades a que poderia me referir, não só em relação à África, mas aos países em desenvolvimento em geral.

Não quero deixar de mencionar algumas coisas que me parecem importantes. Se somarmos os 30 principais mercados brasileiros, os dez que mais cresceram nos últimos anos são de países emergentes como Índia e Rússia. Tem algumas coisas aqui que naturalmente desvirtuam a estatística, por exemplo Bahamas com um crescimento de 124%, o que naturalmente deve ser resultado de alguma triangulação. Não estou contando com isso. A Venezuela teve crescimento de 157% em um ano, no ano anterior tinha crescido 141%. Isso é para dar uma idéia de que essa busca por uma diversificação de parceiros tem resultado concreto, não é abstrata, não é ideológica, é pragmática. Esse aumento tem se dado ao mesmo tempo que aumentam as nossas exportações para os Estados Unidos e para a União Européia. Para os Estados Unidos, por exemplo, elas

cresceram mais nos últimos três anos do que haviam crescido nos primeiros quatro anos do governo anterior.

Voltando à OMC, queria dizer, em primeiro lugar, que a negociação global é a mais importante para o Brasil, por várias razões. A principal é que o Brasil é um país que tem uma diversificação natural de parceiros muito grande. Hoje em dia o maior parceiro comercial do Brasil é a América Latina. A América Latina tem 23%, um pouco mais do que a União Européia. Os Estados Unidos respondem por cerca de 18%, 19%. A Ásia por 15,5%. O Brasil tem relações muito diversificadas, a África já responde por quase 10%. Temos aí uma clara diversificação de parceiros.

Portanto, a esfera de ação prioritária para a atuação do Brasil é a esfera multilateral, nunca a esfera regional substituirá a esfera multilateral, pode até complementar, mas não pode substituir. Até entendo que para países pequenos muitas vezes não seja assim. Para países pequenos ou que por uma situação geográfica específica tenham 80% do seu comércio já com determinado país, isso para ele é mais importante do que tentar negociar com o mundo, onde não tem muita chance de vender. Mas não é o caso do Brasil. O Brasil tem inserção verdadeiramente global na economia mundial, é pequena ainda pelo seu potencial, mas é global, e é bom que cresça dessa maneira. Assim, essa é a primeira razão pela qual a OMC é importante.

A segunda razão pela qual a OMC é importante é que ela dita as regras dentro das quais o comércio se realiza. E todos nós ouvimos. Pode não haver unanimidade na atribuição dos méritos, mas há unanimidade com relação ao resultado. O caso do algodão e o caso do açúcar jamais teriam ocorrido no contexto bilateral com os Estados Unidos ou no contexto da relação com a União Européia.

Em terceiro lugar, a grande distorção que existe hoje no comércio mundial – não é a única certamente, temos dumping e muitas outras coisas – é o comércio agrícola. E dentro dessa distorção, a

principal distorção – não é também a única, mas a principal – é a existência dos milionários subsídios agrícolas que perpetuam os remanescentes de feudalismo em certos lugares do mundo. A não eliminação desses remanescentes da agricultura atrasada em várias partes do mundo rico faz com que se gere desemprego, fome e pobreza nos países em desenvolvimento.

Não há como considerar a questão dos subsídios agrícolas no âmbito regional, nem no âmbito de uma negociação com a União Européia. O máximo que podemos esperar é tentar, digamos, fazer com que não tenham subsídios os produtos exportados por nós. Não poderemos combater com o mundo. Os Estados Unidos, compreensivelmente, podem alegar: por que vou eliminar os meus subsídios se a Europa não elimina os dela. Entendemos isso e temos dado essa enorme prioridade à OMC. Para ilustrar, vou mencionar um caso concreto. Os países andinos estão passando por enormes dificuldades com relação ao livre comércio com os Estados Unidos. Uma das dificuldades que existe é que os Estados Unidos não abrem mão de vender produtos agrícolas subsidiados para esses países. Esse caso demonstra claramente que se uma negociação no plano regional não for contrabalançada com boas regras multilaterais provavelmente comprometeria vários setores, inclusive alguns que acho que poderiam se beneficiar dela no curto prazo. Não quer dizer que não possamos voltar a isso, mas desde que tenhamos um bom encaminhamento a longo prazo.

Bem, algumas palavras sobre o estado da negociação, que imagino que seja de grande interesse. Encontramo-nos em uma situação delicada na Rodada. Existe hoje uma consciência muito forte de que as negociações comerciais multilaterais são importantes demais para que possamos deixar que fracassem. Portanto, acredito que isso é algo que vai prevalecer, mas o momento é delicado porque no engrenar das negociações faltou um elemento. Digo em relação às negociações agrícolas, porque como sempre tenho dito, embora a Rodada abranja outros

temas, como serviços, a locomotiva é a agricultura. Esse foi o conceito que o Brasil imprimiu e que foi repetido depois pelos Estados Unidos, por muitos outros países: o motor é a agricultura. Quando você tem uma locomotiva, mesmo que tenha vários vagões, quem se move primeiro é a locomotiva; não é empurrando o vagão que você vai fazer com que a locomotiva avance. Fazendo com que a locomotiva comece a funcionar é que os vagões podem também funcionar.

O nosso principal objetivo é a eliminação de subsídios, até a eliminação total de subsídios. Queremos a eliminação dos subsídios agrícolas, dos subsídios à exportação. Estou bem seguro de que obteremos, vai levar algum tempo, mas vamos obter. A redução substancial dos subsídios internos. Esse é o objetivo principal. Mas também temos interesse em acesso a mercados, o que é natural, queremos exportar mais para a Europa, para os Estados Unidos e para outros lugares. Vale lembrar que 50% das nossas exportações para a Europa são de produtos primários.

O que tinha ocorrido até aqui? A União Européia tinha começado um processo de reforma da sua agricultura, porque tinha que começar, independentemente de ter Rodada ou não ter Rodada. Porque ficava muito caro, porque tinha que incorporar dez novos membros, o consumidor europeu já não suporta ficar pagando certos preços eternamente. Por vários motivos, havia começado o processo de reformas. E esse processo de reformas implicava em algum corte nos subsídios. A União Européia reclamava, com uma certa razão, que os Estados Unidos não tinham feito nenhum gesto nessa área, não tinham feito nenhuma reforma. Pelo contrário, a última lei americana era muito desfavorável para o comércio internacional, muito protecionista.

Na reunião de outubro último, os Estados Unidos fizeram um movimento em relação aos subsídios internos. É um movimento que todos que estamos interessados nisso consideramos ao mesmo

tempo relevante, mas insuficiente, certamente insuficiente. E depois, se for necessário, posso explicar tecnicamente o porquê. Há várias categorias, categorias consideradas mais expressivas e as categorias menos expressivas. Cortam 60% nas categorias mais expressivas, o que é algo importante, mas estariam transferindo alguns pagamentos de categorias mais expressivas para menos expressivas. Mas é um passo e é um passo que, de alguma maneira, pode ser complementado.

Mas o que vem a ser a complementação deste passo? Estamos dispostos a diminuir o valor do cheque que damos aos nossos agricultores. Mas o que é preciso em compensação? Acesso a mercados. E o que se tira do cofre do tesouro americano passará a vir do comércio internacional. Esse é o argumento principal. Para que isso ocorra é fundamental que a União Européia, que é o outro grande parceiro no comércio internacional, faça um movimento de acesso de mercados. E esse é um movimento que não houve. Dentro dessa situação, a oferta da União Européia foi considerada insuficiente por um grande número de países. A oferta seria inferior a da Rodada do Uruguai. A Rodada do Uruguai, por exemplo, não tinha produtos sensíveis, e agora tem até 8%. Só isso já é uma proposta da União Européia. Os produtos considerados sensíveis são normalmente aqueles com tarifa mais alta que interessam muito ao Brasil. Mas vamos para outro exemplo, que considero muito ilustrativo. Há 2200 linhas tarifárias na agricultura. De acordo com a técnica que foi utilizada, uma variação em torno de um coeficiente, que chamam de pivô, a União Européia, na realidade, excluiria mais ou menos 70% dos produtos do corte linear. A base para a negociação do acesso ao mercado da agricultura seria uma forma baseada em um corte linear, e das 2200 linhas tarifárias apenas 330, 340 – não me lembro agora o número exato – é que teriam corte linear.

Essa é a situação que vamos enfrentar nos próximos dias. Temos procurado cooperar com os Estados Unidos, o que não significa nenhum

alinhamento automático com os Estados Unidos, como também nunca houve nenhum alinhamento automático com a Europa. No momento, precisamos que esse elemento da engrenagem, que essa peça da engrenagem comece a girar. Se ela girar, podemos fazer com que as outras girem. E se essas outras não girarem, aí sim, em vez de falarmos sobre acesso a mercados na União Européia, vamos passar a falar de subsídios internos. Nunca deixei de falar sobre subsídios internos nos Estados Unidos.

Mas temos que reconhecer – é uma questão

de lógica, de princípios – e isso inclui o Brasil, inclui a Austrália, que tem enorme experiência em negociações agrícolas e inclui um número grande de países que têm a visão de como se processam essas negociações, que, se não houver esse avanço, não haverá conclusão. O Brasil está preparado para avançar em outras áreas mas sempre condicionado a que haja uma oferta em agricultura e a perspectiva de um resultado em agricultura que justifique a Rodada. Se não houver agricultura, não há razão para continuar.

## Reunião de Puerto Iguazú

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, em Puerto Iguazú, Argentina, em 30 de novembro de 2005*

Querido Presidente Kirchner, Presidente da Nação Argentina; querido Dr. Raúl Alfonsín, ex-Presidente da Argentina; querido companheiro Senador José Sarney, ex-Presidente do Brasil; Governadores presentes a este Ato; Ministros do Brasil; Ministros da Argentina; Senhores Embaixadores; todos os assessores integrantes da comitiva,

Certamente, cada um de vocês deu uma contribuição inestimável para o que estamos realizando hoje. Antes de mais nada, queria prestar homenagem a um companheiro que preferiu a política à diplomacia, o nosso querido Rafael Bielsa. Essa é, possivelmente, a última reunião conosco da qual participa como Ministro das Relações Exteriores. Eu, pelo menos, vou participar da próxima em Montevidéu e ele já será deputado, companheiro Celso Amorim.

Penso que Kirchner e eu seremos sempre muito agradecidos à dedicação que vocês dois tiveram nesse episódio. Se não fosse a garra, o entusiasmo, a crença com que vocês dois, cumprindo a vontade dos Presidentes, trabalharam, certamente não teríamos obtido o sucesso que estamos obtendo nas nossas relações. O Bielsa sai, entra o nosso querido Jorge Taiana, que deve fazer o mesmo – Kirchner e eu estaremos torcendo para que faça muito mais – e o Celso Amorim continua. O sucesso de tudo isso se dá exatamente porque temos homens e

mulheres trabalhando pela integração Argentina-Brasil. Pessoas que acreditam, pessoas que venceram preconceitos, dogmas, paradigmas equivocados e que fizeram com que hoje estejamos aqui celebrando esta quantidade enorme de acordos.

Portanto, só posso agradecer ao Presidente Kirchner por mais esta oportunidade de estarmos reunidos em Puerto Iguazú e por podermos comemorar o dia extraordinário quando, nesta cidade, o Presidente Alfonsín e o Presidente Sarney tiveram comportamento de visionários. É importante lembrar que hoje é muito fácil fazermos o que estamos fazendo mas, em 1985, os dois países haviam saído de um regime autoritário, os dois Presidentes estavam recém-empossados e tiveram a coragem de mostrar para as gerações futuras que era preciso quebrar todas as barreiras entre Argentina e Brasil.

O rio da Prata, por mais largo que seja, por mais profundo que seja, depois da vontade dos dois Presidentes, em 1985, ficou pequeno pelas braçadas de brasileiros e argentinos na vontade de conquistar uma integração maior, mais sólida e muito mais vigorosa. Por isso, quero dizer ao Presidente Alfonsín e ao Presidente Sarney, que não apenas o Kirchner e eu, mas outros presidentes que virão depois de nós, daqui a algumas décadas, serão sempre agradecidos ao gesto que vocês dois tiveram. Um gesto de grandeza, de visão, de estadistas, um gesto que possibilitou que a grandeza da ação política do

ser humano superasse a pequenez que tantas vezes norteou as decisões políticas em nossos países. Meus parabéns a vocês dois.

O Compromisso de Puerto Iguazú, que acabamos de assinar, comemora este momento singular da nossa história. Em 1985, adotamos um acordo tão ambicioso e inédito quanto as potencialidades de nossa associação. Ao abrir de forma recíproca nossos programas nucleares, sedimentamos uma relação de amizade e confiança que é um exemplo para o mundo e que hoje estamos celebrando.

Mas este compromisso também nos remete para o futuro. Os entendimentos que estamos adotando, hoje, aprofundam, atualizam e aceleram nossa agenda bilateral em toda sua vitalidade e abrangência. Os acordos que estamos assinando potencializam os resultados práticos que alcançamos na geração de crescimento, empregos e bem-estar para os nossos povos. A declaração conjunta sobre política nuclear que o Presidente Kirchner e eu acabamos de subscrever aprofunda o empenho de nossos países em um projeto partilhado de desenvolvimento, assentado na cooperação pacífica e no diálogo transparente.

Mais do que nunca, estamos convencidos de que não há saída individual para nossos países, apenas soluções coletivas. Por meio de dois protocolos decidimos avançar na pesquisa, na produção, na regulamentação nuclear, sempre com os olhos postos na independência energética e na autonomia tecnológica. A mesma busca de sinergia está na origem dos demais instrumentos que estamos adotando agora.

Vamos desenvolver um satélite brasileiro e argentino para monitorar nosso patrimônio ambiental. Criaremos centros de pesquisas para promover o intercâmbio de conhecimento em setores fundamentais, como nanotecnologia e os medicamentos genéricos. Exploraremos nossas complementaridades também na esfera militar. Vamos realizar exercícios conjuntos e coordenar nossa

participação em operações de paz, como estamos fazendo no Haiti.

Estamos empenhados em consolidar a infraestrutura de transporte e de energia, que aproxima nossos países e une nossas regiões. Temos de encontrar respostas conjuntas para facilitar o nosso comércio. Por isso, o Brasil está considerando participar da implementação do gasoduto do nordeste argentino, e avançam os estudos conjuntos para a construção da hidrelétrica de Garabi.

Dentro de poucos dias estaremos reunidos em Montevideu para dar seguimento ao nosso projeto prioritário de fortalecer o MERCOSUL e consolidar a Comunidade Sul-americana de Nações. O Presidente Kirchner e eu concordamos que a Argentina e o Brasil são o eixo central desse processo. Estamos na origem do MERCOSUL e temos especial responsabilidade pela construção de um espaço continental de paz, estabilidade e prosperidade. A integração é muito mais do que o aumento do comércio. Adotamos uma política de exportação que fortalece o mercado interno, gerando emprego e renda e combate à exclusão social.

Estamos articulando políticas agrícolas e industriais que reduzem os custos de fazer negócios entre nossos dois países e com terceiros sócios, eliminando entraves burocráticos e padronizando os procedimentos. Exemplo disso é o programa de trabalho que Argentina e Brasil estão concluindo para uniformizar seus sistemas nacionais de controle fitossanitário. Essa iniciativa vai no sentido de minha proposta de que todos os países da América do Sul coordenem ações de combate a endemias que afetam a todos, como a febre aftosa. Argentina e Brasil formam uma parceria entre iguais, mas que respeitam as especificidades e necessidades de cada um.

O Brasil quer como sócia uma Argentina forte e confiante, guiada pela criatividade de sua gente e pela reconhecida vocação manufatureira e capacidade técnica de sua indústria. Por meio de cadeias produtivas binacionais, estamos forjando laços de integração centrados na inovação

tecnológica e nos ganhos de competitividade. Queremos a parceria da Argentina na abertura de novas fronteiras de comércio exterior, atraindo investimentos e internacionalizando nossas empresas.

Por isso, apoiamos o governo argentino nas negociações com o Fundo Monetário Internacional, para garantir a reindustrialização de sua economia e preservar os importantes avanços na geração de crescimento e de emprego nos últimos dois anos. Sabemos que a verdadeira integração começa com o nosso cidadão. O espaço econômico que estamos criando vai além do fluxo de bens, serviços e investimentos. É um espaço de união que se completará quando estiver plenamente assegurada a livre circulação de pessoas. Por isso, estamos aumentando as facilidades de residência de brasileiros e argentinos, reciprocamente.

Estamos garantindo a igualdade de direitos civis, inclusive com respeito ao trabalho. Nossas fronteiras são a vanguarda desse processo de construção de uma verdadeira cidadania regional. Vamos criar localidades fronteiriças vinculadas, ou seja, espaços onde argentinos e brasileiros tenham todos os direitos de seus vizinhos, inclusive o acesso à educação, ao trabalho e à saúde. Os projetos conjuntos que estamos avançando em matéria de educação, cultura e esportes são o microcosmo do que temos de melhor e do que poderemos realizar juntos.

Mas o aprofundamento de nossa relação bilateral não pára em nossas fronteiras. Está no cerne dos grandes projetos de política externa dos dois países. Da integração bilateral passamos ao MERCOSUL, de nosso bloco sub-regional avançamos para a Comunidade Sul-americana de Nações. Como região, desejamos ter uma inserção competitiva na economia mundial. Na ONU e na OMC somamos nossas vozes para ajudar a modificar as regras e procedimentos dos principais foros multilaterais que não respondem aos nossos interesses e aos de nossa região.

Em 1910, Roque Sáenz Peña disse, sobre o

Brasil e a Argentina: “Tudo nos une e nada nos separa”. Foi considerado um idealista. Hoje nossos países estão cada vez mais unidos pela coincidência de valores e interesses essenciais, como a busca do desenvolvimento e do bem-estar de nossos concidadãos e dos demais povos da América do Sul. Por isso, confio que os vínculos de cooperação, integração e amizade que unem Brasil e Argentina são parte de nossos objetivos nacionais permanentes e irrenunciáveis.

Meu querido amigo, Presidente Kirchner,

Penso que o que estamos fazendo aqui hoje, possivelmente, seja mais do que tudo o que pensamos em fazer nesse pouco tempo em que você é Presidente da Argentina e eu sou Presidente do Brasil. Afinal de contas, três anos parece tanto para quem está na oposição, mas é tão pouco para quem está na situação, que há uma contradição.

Entretanto, quero fazer justiça ao comportamento do Presidente Kirchner. Mesmo nos momentos em que Brasil e Argentina tiveram divergências setoriais, mesmo nos momentos em que setores empresariais de um ou de outro país achavam que estavam sendo prejudicados, o Presidente Kirchner, em nenhum momento, em nenhuma reunião de que participamos, em nenhuma conversa que tivemos, deixou de acreditar, um milímetro sequer, em que poderíamos avançar na integração Brasil-Argentina, fortalecer o MERCOSUL, criar a Comunidade Sul-Americana de Nações, se expandir pela América Latina e fazer com que a força da Argentina e do Brasil, trabalhando conjuntamente, pudesse nos fortalecer para melhor negociar, sobretudo na Organização Mundial do Comércio.

Todas as vezes que alguém se queixa de que há problemas da Argentina com o Brasil, fico sempre dizendo aos meus Ministros, à imprensa, que nós, mais do que ninguém, precisamos compreender que a Argentina precisa fortalecer a sua indústria, precisa recuperar a capacidade produtiva que já teve no continente. Quanto mais forte for a Argentina, mais

forte será o Brasil; quanto mais forte for o Brasil, mais forte será a Argentina; e quanto mais fortes forem Argentina e Brasil, mais forte será o Uruguai, mais forte será o Paraguai, mais forte será a Bolívia e mais forte será toda a América do Sul.

Tenho a certeza de que o Presidente Kirchner acredita, tanto quanto eu e outros presidentes, que apenas estamos colhendo aquilo que outros plantaram. Começou com Alfonsín, com o Presidente Sarney. Outros presidentes fizeram mais ou fizeram menos, os nosso diplomatas fizeram mais ou fizeram menos, mas alguém sempre deu uma contribuição, mesmo na divergência, para que descobríssemos a necessidade de avançar um milímetro a mais. Estamos colhendo o que plantamos, o fruto de nosso trabalho. Portanto, aquilo que aos olhos dos pessimistas parecia impossível está acontecendo hoje. Aqueles que muitas vezes venderam a idéia de que a Argentina e o Brasil não têm jeito, que são inimigos mortais e, portanto, não podem dar certo, estavam errados.

A Argentina tem que ter uma relação privilegiada com outros países, e o Brasil, também. Teimamos em dizer que queremos ter relações com todo mundo, não fazemos veto a nenhum país, mas não abrimos mão de que tudo comece pela grande relação entre Argentina e Brasil.

Quero dizer a vocês – já que o clima do discurso está muito tenso – que a vida humana é algo fantástico porque, de vez em quando, aparece o inesperado. Torço para um time no Brasil chamado Corinthians, que tem a maior torcida, acho, do futebol brasileiro – os cariocas acham que é o Flamengo mas, de qualquer forma, a maior torcida é de São Paulo. Era impossível, alguns meses atrás, alguém imaginar que pudesse ver um corintiano vestido com uma camisa do Boca Júnior. De repente, o Corinthians contrata alguns jogadores argentinos e, dentre eles, o Carlitos Tevez. Obviamente que ele não é estilo Maradona, nem estilo Ronaldinho, mas o povo também não quer muito estilo, o povo quer muita garra. O dado concreto, Kirchner, é que se o

Corinthians for campeão, vou te presentear com uma camisa do Corinthians, se for possível, quem sabe, com a camisa 10, se o Tevez não lhe der antes do que eu. Porque aquilo que parecia impossível, hoje virou algo normal, ou seja, os brasileiros vendo nos jogadores argentinos irmãos, parceiros. O Tevez virou a figura mais importante da torcida corintiana, que é a torcida do pobre – o Corinthians é um time pobre, acusado pelos adversários de ser muito pobre. Entretanto, um dos espetáculos da humanidade é ver um jogo do Corinthians com o estádio lotado, pelo espetáculo que a torcida dá.

Fico imaginando que tudo começou com Alfonsín, com Sarney, depois vieram outros presidentes. Chega você, que não estava previsto para ser Presidente da Argentina, chego eu, que não estava previsto para ser Presidente do Brasil, e começamos a perceber o que está acontecendo na América do Sul. Olhem o retrato das eleições na América do Sul nesses últimos três anos e vamos perceber que, em nenhum outro momento histórico, tivemos tanta possibilidade de ter uma América do Sul realmente voltada para a sua gente. Dizia a Kirchner agora há pouco: “imagine o que significou a eleição do Chávez na Venezuela; imagine o que significa se o Evo Morales ganhar as eleições na Bolívia”. São mudanças tão extraordinárias que nem mesmo nossos melhores cientistas políticos poderiam antecipar, não havia livros mostrando que isso seria possível.

Tenho certeza, Kirchner, que o que você está fazendo na Argentina vai possibilitar que, em outros países, apareça mais gente progressista, mais gente comprometida com o povo e, quem sabe daqui a alguns anos, você e eu, já na idade do Sarney e do Alfonsín, poderemos ser convidados a participar de um ato e poderemos ver que os indicadores sociais da América do Sul são comparados aos indicadores sociais dos países mais ricos do mundo.

Muito obrigado pelo carinho e boa sorte a brasileiros e argentinos.

## 15ª Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social

*Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na 15ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Palácio do Planalto, em 1º de dezembro de 2005*

Bom dia Presidente, colega e amigo Jaques Wagner,

Senhores e Senhoras Conselheiros, dentre os quais tenho tantos amigos e conhecidos e pessoas que tem colaborado conosco em tantas atividades. Até porque hoje em dia a atividade internacional não pode ser levada somente pelo Ministério das Relações Exteriores, nem só pelo Executivo, nem mesmo só pelas organizações do Estado, mas também pela sociedade civil. Vejo aqui a professora Zilda Arns, que nos ajuda a fazer trabalhos de grande importância e de sentido humanitário profundo em lugares como o Haiti e a África – para mencionar apenas um exemplo. A CUT que tem estado presente inclusive em reuniões internacionais, sem falar nos empresários que já tem participação um pouco mais tradicional, pelo menos nos aspectos da política externa relacionados com o comércio.

Sem me demorar muito, não poderia deixar de ecoar o que o Ministro Jaques Wagner disse no início da sessão. Não vou entrar em detalhes, mas posso dizer que compartilho dos sentimentos dele, tanto com as notícias boas quanto com as preocupantes e com as traumáticas. Creio que todos esses fatos são motivo de profunda reflexão. No plano político, e também no plano da distribuição de renda, é um fato novo e importante no Brasil que aja melhora na distribuição de renda. Há também um

fato importante, que todos temos que ter conhecimento: a distribuição de renda ajuda o crescimento mas o crescimento também ajuda a distribuição de renda. Como dizia o ministro Jacques Wagner, é preciso que os dois caminhem juntos.

Menciono isso porque esses objetivos e essas atitudes que dizem respeito a política interna e a evolução interna do país também inspiram a política externa. A mesma preocupação humanista e social de justiça que o Governo do Presidente Lula tem procurado imprimir no plano interno – com o êxito que cada um julgará, mas de qualquer maneira com o mesmo empenho – tem também orientado nossa ação na esfera internacional. No sentido também de aprofundar a própria democracia na esfera internacional. Sabemos que isso não é simples, não é fácil. A chamada comunidade internacional é ainda, digamos assim, um “ser” em evolução, em estágio muito mais atrasado que os Estados nacionais. Tratar, portanto, de processos verdadeiramente democráticos, inclusivos, na sociedade internacional é uma tarefa ainda mais complexa, cujo objetivo, provavelmente, será alcançado ainda de forma mais distante. Mas nem por isso devemos deixar de lutar.

Aspecto importante da política externa do Presidente Lula desde o primeiro momento, que está relacionado com a mesma atitude psicológica da política interna, é a busca de conferir ao povo

brasileiro a possibilidade de se sentir orgulhoso de seu país. O Brasil se sentirá orgulhoso de si mesmo e os brasileiros se sentirão orgulhosos quando a chaga da desigualdade social, que é brutal, uma das maiores do mundo, diminuir de maneira substancial. Não diria que é inútil o PIB crescer 10% (sempre sobra algo para alguém), mas me recorde que na época auge do crescimento econômico do Brasil, em períodos ainda de governo militar quando o país crescia a taxas milagrosas de 8-10%, o índice de distribuição de renda piorava, como apontavam *scholars* americanos, como Albert Fishlow. Temos que evitar que as coisas ocorram dessa maneira.

Na política internacional acho também que, sem nenhuma jactância, sem nenhuma arrogância, usando uma expressão que o Deputado João Hermann empregou há poucos dias em comentário à apresentação que fiz na Câmara, é muito importante que o Brasil dispute o jogo dentro da sua liga. A impressão que temos todos, não só nós mas muitos observadores internacionais da política brasileira – eu já fui Ministro uma outra vez, de modo que posso comentar isso sem crítica a nenhum antecessor e sem antecipar críticas a algum futuro sucessor –, é a de que o Brasil era como se fosse um time que jogasse abaixo da sua liga. Comparando com o meu próprio período como Ministro, e foi um período interessante do Governo Itamar Franco, era comum ouvir isso e continuei ouvindo durante muitos anos como Embaixador. Um país grande, de grande população, de grandes recursos, em processo de consolidação democrática, grande dinamismo demográfico e econômico, apesar dos percalços das últimas décadas, na hora de se colocar no plano internacional se colocava de uma maneira sempre humilde, sempre modesta, meio que pedindo licença para entrar nos lugares. Acho que isso é algo que mudou e mudou de maneira substancial.

Claro que não se pode atribuir todas as mudanças só ao que o Governo do Presidente Lula, muito menos ao que o seu Ministro, fez. Evidentemente, há um série de fatos que contribuíram

para isso: a estabilidade econômica que veio se construindo ao longo dos últimos anos, a estabilidade democrática, da qual até fatos traumáticos como esse ao qual se referiu o Ministro Jaques Wagner fazem parte – a democracia está funcionando, dentro da regras que ela tem. Em muitos casos lamentamos os resultados, dependendo da opinião de cada um, mas de qualquer maneira é um processo democrático em funcionamento. Uma política de direitos humanos que, embora não tenha conseguido todos os resultados que esperamos que alcance, credencia o país a falar de maneira desassomburada perante o mundo. O Presidente Lula, também por sua própria trajetória, pela maneira persistente, laboriosa com que trabalhou para chegar ao poder, representando o povo brasileiro como um todo, mas emergindo de uma classe social mais excluída.

Creio que todos esses fatores contribuíram muito para que a política internacional do Brasil não só tivesse características humanistas, de busca da justiça social, do aprofundamento da democracia, mas também procurasse refletir esse desejo do povo brasileiro de aumentar a sua auto estima. Creio que, ainda falando desse ponto de vista muito geral, isso se exprime de várias formas. Primeiro, lutando por nosso interesse sem temor, sempre que esse interesse é legítimo, sem necessidade de nenhum tipo de ação, digamos, excessivamente humilde – já que a humildade é uma virtude certamente, mas não quando ela é praticada em excesso, todos os excessos são errados –, e ao mesmo tempo demonstrando independência e julgamento independente diante dos fatos.

Mencionava na Câmara, e volto a mencionar aqui, que o primeiro momento em que a política externa do Presidente teve que aparecer de maneira clara foi com a guerra no Iraque. Independentemente da própria figura do Presidente, que desde o primeiro dia aparecia como capaz, até mesmo, de estabelecer um diálogo entre dois mundos, entre Porto Alegre e Davos, que ou se ignoravam ou se confrontavam.

Assim, como a política externa não é feita só

da agenda que nós mesmos traçamos, mas das nossas respostas aos fatos da agenda internacional, o primeiro momento para a política externa do Presidente surgiu com a intervenção no Iraque. E o Presidente Lula, o Governo brasileiro, tomou uma posição que é coerente com os princípios que sempre defendeu, com grande altivez e coragem, não apenas com a atitude de quem quer marcar uma posição mas efetivamente contribuir. E tanto era assim que naqueles primeiros meses de governo a troca de encontros, de telefonemas, do Presidente Lula com outros líderes, com o Presidente Chirac, com o chanceler Shroeder, com o Kofi Annan, foi intensa. Até mesmo para o Papa tive a grande honra de ser portador de uma carta do Presidente Lula. Tudo em uma tentativa para ver se conseguíamos, em um primeiro momento, evitar a intervenção armada que todos sabemos que tem custado muitíssimo e, em um segundo momento, fazer com que ela durasse o mínimo possível e que se chegasse rapidamente a alguma ação com maior apoio internacional.

Como costume dizer, os princípios básicos da política externa, que são princípios de estado, tem uma certa permanência. Entre os quais se incluem a defesa da solução pacífica de controvérsias, o respeito à soberania dos povos, à não-intervenção, o apoio ao diálogo, ao multilateralismo. Servi a muitos governos e raras vezes vi deslizes em relação a esses princípios básicos. Aconteceram alguns pequenos deslizes no início do Governo militar, sobretudo, e em alguns outro momentos (depois mesmo no Governo militar eles foram corrigidos). O que diferencia uma política, portanto, não são só os princípios mas também a intensidade com que se luta para que esses princípios se tornem realidade. E nesse ponto realmente o Governo do Presidente Lula tem marcado uma mudança importante na política externa. Ele definiu prioridades de maneira clara – me recordo uma vez ter ouvido um discurso, não me lembro se de um antecessor meu, em que ele listava vinte prioridades; quem tem vinte prioridades, não tem prioridade.

O Presidente Lula soube definir claramente as prioridades de sua política externa e qual atitude deveríamos tomar em relação aos grandes temas internacionais. Há um fato que gosto de mencionar porque acho que ele é muito revelador. Tenho 40 anos de carreira diplomática, sou Ministro pela segunda vez, fui Embaixador em alguns lugares que permitem uma observação importante do que está acontecendo, uma participação inclusive, e raras vezes vi um programa, traçado com a síntese que é necessário traçar em um discurso de posse, como foi o discurso do Presidente Lula, ser realizado com tanta proximidade em relação àquilo que foi traçado e até mais. Quem se der o trabalho de ler – são duas ou três páginas do discurso de posse do Presidente Lula – e se tiver ainda mais paciência e ler o meu, que é um detalhamento do dele, vai verificar que há uma enorme correspondência entre o que foi anunciado e o que foi feito.

Acho que as pessoas poderão criticar muitos aspectos, e é claro que a crítica e o debate democrático são essenciais para todas as políticas e para a política externa também, mas duas coisas não poderão ser ditas. Primeiro, que ele não tenha procurado seguir a linha traçada – claro que com as adaptações inevitáveis, por que o mundo não é um mundo que nós controlemos e há fatos inesperados. Segundo, que não tenha feito com enorme intensidade. Realmente participei de muitos outros momentos da política externa da diplomacia brasileira – a história julgará se eles foram melhores ou piores –, mas dificilmente vi em toda minha vida diplomática, em qualquer momento, mesmo levando em conta as questões da época – porque a tecnologia vai mudando também, facilitando maior intensidade dos contatos, mas descontando isso – dificilmente vi uma intensidade tão grande. Envolvendo o próprio Presidente.

Nesse contexto, ele procurou naturalmente salientar algumas prioridades essenciais e a principal de todas: nossa relação com a Argentina. Ontem, o encontro do Presidente Lula com o Presidente

Kirchner, que assinala momento de grande relevância para as relações Brasil-Argentina, foi um dos fatos bons e importantes da semana que acabou sendo um pouco abafado pelos preocupantes. No encontro, que revitalizou a parceria estratégica, foram assinados 24 acordos, e 24 acordos de muito conteúdo. Não tenho aqui a lista completa mas eles vão da colaboração em energia nuclear, que é exemplar – aliás foi uma das maneiras como começou o processo entre o Presidente Sarney e o Presidente Alfonsín –; passando pela cooperação espacial; o controle e monitoramento de meio-ambiente por satélite; até o trânsito das populações fronteiriças; questões de visto de trabalho, que interessam diretamente às populações; na área cultural, ensino de espanhol e português, enfim, as coisas mais variadas. Comércio, naturalmente, mas não apenas comércio. No geral as pessoas olham a política externa só pelo ângulo comercial. O ângulo comercial é importante, sem a menor dúvida, e vou me referir a ele, mas não é o único.

Portanto, foi dada prioridade muito grande para a América do Sul. Ontem, para mim ficou muito claro que o Presidente Lula saiu muito satisfeito da reunião e tenho a sensação de que o Presidente Kirchner também. Durante tanto tempo se falou de turbulência na relação com a Argentina, atritos. Eles existem mas são atritos normais, atritos comerciais, como não pode deixar de haver entre parceiros que têm uma relação intensa. Até na vida privada, individual, sabemos disso. Se temos uma relação intensa com outro sócio ou com outro parceiro, de vez em quando tem um atrito. O Brasil não tem atritos comerciais com Myanmar, por exemplo. Não conheço nenhuma pendência comercial entre Brasil e Myanmar. Agora com a Argentina tem, como os Estados Unidos têm com o Canadá, como o México tem com os Estados Unidos, como a União Européia tem com os Estados Unidos, porque isso é fruto da relação intensa. Não vou dizer que não tenha havido aqui e ali fatos que até tenham justificado essa visão, mas a percepção de quem assistiu, tanto a reunião privada

quanto a parte pública e a cerimônia de assinaturas dos acordos, não podia ser outra senão a da existência de uma relação verdadeiramente estratégica. Estava presente nos discursos dos dois presidentes, o Presidente Lula reafirmou o seu apoio a Argentina nos mais variados campos, inclusive no Fundo Monetário Internacional, e o Presidente Kirchner disse uma frase; e repito aqui uma observação que fez o Presidente Sarney, que também estava presente, que é absolutamente notável para quem olha para anos atrás: de que nós estamos trabalhando no sentido de fazer com que as fronteiras não sejam mais do que referências cartográficas.

É grande, portanto, o nível de integração. Os Presidentes não falam isso gratuitamente. Quando o fazem, falam também para inspirar suas populações, inspirar suas sociedades civis, porque essa é uma das funções de ser um líder, não é só governar, é liderar, e liderar por inspiração também. Achei que foi um momento extraordinário, que infelizmente ficou um pouquinho abafado pelos outros acontecimentos. Menciono o encontro porque ele se insere no processo de fortalecimento do Mercosul e em todo o processo de integração da América do Sul.

Diziam, por exemplo, que a Argentina era contra a Comunidade Sul-Americana. O Presidente Kirchner tem citado a Comunidade Sul-americana em todos os seus discursos, citou inclusive no discurso em Mar del Plata, e nos tem apoiado muito nesse sentido. E as questões difíceis que existem na área comercial tem sido discutidas de boa fé, sempre com a perspectiva de procurar soluções e não com uma perspectiva de exacerbar rivalidades que não tem mais cabimento na nossa época.

Sem entrar em muitos detalhes, mas falando de Mercosul e América do Sul, é impossível não notar que tem havido um avanço muito grande. Acho muito curioso porque leio sempre que o Mercosul está em crise e isso me lembra um pouco quando era criança quando diziam que o Brasil vivia em crise, que o Brasil vivia a beira do abismo. Só que ou o abismo se afastava ou o Brasil era maior que o abismo e não

caia. E o Mercosul é algo parecido, porque a cada ano as cifras de comércio melhoram, sobretudo do ponto de vista brasileiro. Precisamos é ter um pouquinho mais de generosidade, de atenção aos outros, sobretudo aos menores, como Paraguai e Uruguai.

Do ponto de vista brasileiro, em 2004, por exemplo, nossas exportações para a Argentina, parceiro maior do Mercosul, foram recordes, 7 bilhões e meio mais ou menos. Em cima desse recorde elas cresceram 30%. Então se há queixas, e elas são localizadas – sabemos que existem –, elas representam 2 ou 3% desse total. Vamos administrá-las, vamos tratar delas devidamente, mas não vamos magnificá-las. Fico muito contente que a importância da relação Brasil-Argentina não seja uma percepção só do Governo. O Paulo Skaf tem trabalhado intensamente com seus contrapartes argentinos, tenho certeza de que o mesmo ocorre com os sindicatos e com outras entidades, e isso vai continuar a se fortalecer.

Vejo que o Mercosul tem avançado muito, conseguimos dar passos importantes. Não quero ser aqui excessivamente técnico mas há dois ou três aspectos que é preciso mencionar em relação ao Mercosul. Conseguimos aprovar, – ainda é um processo, como dizem em inglês um “road map”, um mapa do caminho, que ainda terá que ser percorrido – já em Belo Horizonte-Ouro Preto o término da dupla cobrança da tarifa externa comum. O que é um absurdo, você não pode ter uma união aduaneira e ao mesmo tempo o produto entra no Brasil paga tarifa, sai do Brasil para o Uruguai paga tarifa de novo. Isso é um desestímulo inclusive à integração das cadeias produtivas, que é um dos nossos objetivos. Sabemos que não é fácil, sabemos que os países menores ainda dependem muito da arrecadação de aduana para suas próprias contas públicas e temos que encontrar compensações para isso, mas foi um grande avanço, levamos anos discutindo isso. O Mercosul tem mais de 10 anos e há mais de 10 anos que se discute esse aspecto da

União Aduaneira e conseguimos avançar. Ficou meio despercebido em meio aos problemas das geladeiras e os problemas dos fogões, que são perfeitamente respeitáveis, mas que não podem ser confundidos com o conjunto da obra.

Criamos também um Fundo Estrutural para reajuste do Mercosul que é fundamental para os países pequenos. Países como Uruguai, mas sobretudo o Paraguai que é o país mais frágil dentro do Mercosul, tem que ter alguma compensação. Uma das coisas que o Mercosul não fez até hoje, algo que tem que melhorar, foi demonstrar na prática a sua capacidade de ajudar o desenvolvimento dos países menores. O Brasil, paradoxalmente, porque é o maior e talvez o que menos precise, tem sempre aumentado as exportações. Todos sabem da importância do mercado do conjunto do Mercosul e, mais especificamente, da Argentina. E quando olhamos para as cifras de importação brasileira do Paraguai e do Uruguai vemos que elas não aumentam. Portanto, é natural que lá sempre ressurgam críticas e dúvidas sobre o Mercosul e temos que fazer algo.

Isso é um recado que vale muito para dentro do Governo. O Mercosul hoje não pode mais ser uma política do Itamaraty, nem do MDIC, nem do Ministério da Fazenda. Tem que envolver todos os Ministérios. Não se pode mais pensar em uma política industrial para o Brasil e depois constatar: “bom o que é que a gente faz com o Mercosul?” Não dá para fazer dessa maneira, temos que introjetar o Mercosul, e crescentemente a América do Sul, nas nossas decisões. Claro que o Brasil tem que ser sempre o ponto central, mas temos que introjetar já na própria política industrial, porque se você tenta criar o apêndice depois é muito mais difícil. Porque hoje a Europa tem condições de concorrer com a Boeing? Porque conseguiu em nível europeu produzir o Airbus que hoje é o avião tecnologicamente mais avançado do mundo. Temos a Embraer em seu nível, e temos que ter projetos desse tipo. Se não for aviões, navios, outras coisas. Esse é um desafio para os empresários.

Temos que trabalhar dessa maneira e temos que trabalhar de forma integrada. Temos que abrir as compras governamentais prioritariamente para o Mercosul. Não tem sentido tratarmos o Mercosul como qualquer outro fornecedor estrangeiro. Se você quiser dar prioridade ao nacional dá, agora, me parece absolutamente necessário que o Mercosul tenha prioridade em relação a outros fornecedores. Há muita resistência burocrática nisso, muito paroquialismo, e é muito difícil avançar nessas questões. Tenho dito que esse tipo de questão é fundamental. Não vamos resolver os problemas econômicos comerciais que existem no Mercosul se não resolvermos problemas como esse de compras de governo, que tem um impacto muito grande na indústria, haja visto o que está ocorrendo com a indústria naval atualmente no Brasil, com a merenda escolar também, e até com a indústria farmacêutica. Aliás, deveria ter lembrado nesse Conselho que sendo hoje dia de combate à AIDS é muito apropriado recordar que a política externa tem estado muito atenta a esse tema e a preservação do espaço de política social, entre outras coisas, para ajudar a combater pandemias do tipo da AIDS.

Assim, temos que ter uma atitude mais generosa e temos que resolver um problema de financiamento – estou aqui falando com um pouco de liberdade, usando um pouco o mesmo estilo que o Jaques Vagner usou ao abrir a reunião. Leio, por exemplo, que o BNDES tinha 60 bilhões para gastar e só empenhou 40. Porque nós não podemos usar um pouco desse dinheiro, que não pôde ser gasto em investimentos, em outros países do Mercosul? Inclusive para empresas brasileiras ou para *joint ventures*. Sei que há investimentos na indústria siderúrgica na Colômbia, há investimentos em vários setores na Venezuela, uma parte é possível até que já esteja tendo ajuda do BNDES, mas devemos ampliar um pouco essa possibilidade. Ampliar também para a América do Sul – e agora passo do Mercosul para a América do Sul –, que hoje absorve 17% das nossas exportações, sendo 90% de

manufaturas. Há, porém, um grande desequilíbrio nas nossas relações. Temos que comprar mais deles, quem sabe até comprar de empresas brasileiras que estejam investindo nesses países e ajudando a equilibrar o comércio.

Não quero ficar demais no comércio, porque acho que isso desvirtua até o que disse no início, que é o sentido humanista da relação mas, infelizmente, o comércio é o que nos dá cifras mais imediatas, de como as prioridades se refletem. Um fato muito importante, que tenho mencionado e que ainda não tem sido suficientemente apreendido, é o de que o que o Presidente Lula disse – e algumas pessoas qualificaram até como uma coisa pomposa, a nova geografia econômica mundial – está efetivamente se passando. Está se passando na realidade, sem que o Brasil tenha procurado em nenhum momento substituir seus parceiros tradicionais por novos parceiros. O Brasil está apenas tentando diversificar os parceiros. Porque no mundo de hoje independência é você não depender de um único parceiro, é ter uma relação diversificada – quando era garoto independência era meio sinônimo, ou pelo menos era mal entendida, como uma espécie de autarquia; havia o modelo soviético e outros que eram citados, e hoje isso não existe.

Assim, o Brasil – que já tinha – vem desenvolvendo hoje relações cada vez mais diversificadas. O dado que acho mais impressionante, e vamos ver se ele se confirma até o final do ano, mas não tenho nenhuma razão para crer que mude porque a tendência tem sido sempre nesse sentido, é o fato de que a América Latina é hoje o principal parceiro comercial do Brasil – não estou só falando de América do Sul, a América Latina inclui naturalmente o México, o Caribe e a América Central. É o primeiro ano em que isso acontece. A frente da União Européia e a frente dos Estados Unidos da América. Isso é algo notável. Quando se pergunta: “mas porque o Brasil tem tanto interesse na América do Sul?” Tem todas as razões políticas – que o Jaques mencionou e as quais voltarei –, sociais, humanas e

de solidariedade, mas também do ponto de vista comercial. Temos hoje na América Latina nosso principal mercado, para o qual não só vendemos muito, como vendemos produtos de alto valor agregado, 91% são produtos manufaturados. Temos que sempre, e volto a insistir nisso e é preciso que os empresários também entendam isso, importar. Porque nenhum país vive só de exportar, sobretudo em uma economia aberta como deseja ser a nossa.

A mesma coisa acontece com a África. Não na mesma escala, mas lembrava outro dia, citando um dado que vi no jornal – depois fui verificar e era verdadeiro –, que por incrível que pareça a África hoje, se nós excetuarmos as compras de petróleo, que se não fizéssemos lá teríamos que fazer em outro lugar, é responsável por 10% do superávit comercial brasileiro.

Digo essas coisas porque se lê muito, e é verdade, que o Brasil tem expandido muito suas exportações. Há um esforço notável, um esforço dos empresários, lutando com as dificuldades, do câmbio, dos juros mas, enfim, ainda assim conseguindo exportar muito e também investir no exterior, o que também é muito importante – talvez essa seja uma vantagem do câmbio, permitir a inversão no exterior, tudo tem duas faces. O fato é que não apenas temos exportado muito, como temos exportado de maneira diversificada.

Se olharmos o mapa das exportações brasileiras hoje e formos comparar com 20 anos atrás, por exemplo, constataríamos que os países em desenvolvimento deviam representar 30, talvez 35% do total das nossas exportações. Houve um primeiro salto quando o Mercosul foi criado e agora um outro salto. Os países em desenvolvimento ou emergentes – estou incluindo a Rússia por exemplo nesse contexto – são responsáveis por 53, 54% do total das nossas exportações. Isso é uma mudança notável. É importante dizer que isso está acontecendo em um contexto em que também estamos aumentando nossas exportações para os Estados Unidos e a União Européia. Não é que esteja aumentando a

participação dos países em desenvolvimento porque o nosso comércio esteja se retraindo. Não, está aumentando a fatia de um bolo que está crescendo. Isso é algo notável.

A política externa não é alheia a esse fato. Quando o Presidente Lula vai à Nigéria, o Presidente Lula vai à Índia, vai à China, à Rússia, ou recebe aqui os respectivos governantes, isso produz resultados. Sem falar na América do Sul. No primeiro ano do Governo Lula, o Presidente recebeu todos os governantes da América do Sul e no final do segundo ano tinha visitado todos os países da América do Sul. Não é um esforço pequeno, não é colocar uma política no papel e esperar que os burocratas a realizem automaticamente, porque os burocratas não realizam. Os burocratas são conservadores por natureza – não sou sociólogo mas quem é provavelmente saberá –, faz parte da definição weberiana da burocracia que ela é conservadora. Pode até ser nacional etc. mas tende a ser conservadora porque isso faz parte até do instinto de preservação, quem sempre defendeu uma certa linha não vai querer de repente mudar.

Recordo, por exemplo, uma vez em que o Presidente Lula foi, creio, a um congresso na Sociedade Israelita em São Paulo, tomou o avião a uma da manhã, às 8 da manhã chegou na Colômbia, descansou duas horas e às 10 já estava se reunindo com o Presidente Uribe. Ele já esteve três vezes na Colômbia, cerca de 4 vezes no Peru. É algo que não existe, quem for olhar para a história vai ver que isso é inédito. Como digo – na realidade um velho dito hegeliano depois tomado pelos marxistas – “a quantidade altera a qualidade”. A intensidade com que certas políticas são seguidas fazem a diferença das próprias políticas, porque uma coisa é enunciá-las na teoria, outra coisa é realizá-las.

Acho que temos conseguido diversificar nossas relações internacionais e cito dois ou três outros exemplos. Um foi a criação do grupo Brasil-Índia-África do Sul (IBAS). O IBAS reúne três grandes democracias, países em desenvolvimento,

em três continentes, é objeto de admiração e às vezes até de ciúme de outros países que também querem pertencer ao grupo. Fizemos questão de mantê-lo porque reúne três democracias estabelecidas, que têm inclusive a característica de serem multiétnicas. Não vou repetir dados de comércio, mas quem olhar os dados de comércio sobre esses países, vai ver também que há um crescimento notável, totalmente inesperado. Só com a Índia nosso comércio cresceu 100% de 2004 para 2005. Além disso, a iniciativa tem possibilitado ações conjuntas e ações de grande mérito na área social.

O IBAS criou um fundo para ajudar países mais pobres, e o primeiro projeto do IBAS é na Guiné Bissau. Assim, o que estamos vendo é um exemplo, porque é a primeira vez que países em desenvolvimento estão mostrando que ser pobre não quer dizer que você não possa ser solidário. Que você não possa ajudar aqueles que são ainda mais pobres e precisam mais do que você. É o que estamos tentando fazer no Haiti – não vou entrar em grandes delongas, quem tiver perguntas específicas poderá fazê-las, com prazer eu responderei. É, enfim, o que estamos procurando fazer no Haiti e é o que procuramos fazer em Guiné Bissau. E estamos fazendo isso com um sentido também pragmático, em que os nossos investimentos no exterior tem aumentado.

Outro dia, por exemplo, me veio um pedido para criarmos um Consulado Honorário em Ulan Bator, na Mongólia. O Consulado Honorário, como sabem, não tem custo para o país. Em geral é mantido por um empresário local que tem interesse. Isso é interessante porque é a sociedade reclamando e fico realmente espantado porque durante anos e anos, com a comunidade brasileira no exterior crescendo, com os interesses das empresas brasileiras se diversificando, estávamos fechando embaixadas e consulados. O mundo inteiro age no sentido contrário. Não fiz a conta exata, não quero ser injusto, mas é possível que o Brasil tenha hoje menos consulados do que tinha há vinte anos. Naquela época havia

talvez 200, 300 mil brasileiros no exterior. Hoje, os cálculos variam mas há quem fale em até 4 milhões. Temos apenas estimativas, não temos cálculos precisos, há muitos imigrantes que não estão em situação regular.

Sei que há pressão para cortar os gastos públicos, mas temos que ter cuidado porque o gasto público não está ali para servir o burocrata, está para servir o empresário, está para servir o cidadão, para servir a saúde pública. No caso do Itamaraty é para servir o interesse nacional, que às vezes é algo um pouco difuso, porque se projeta até a dignidade nacional. Um voto sobre uma questão como a do Iraque, por exemplo, não é uma coisa específica, mas faz o povo brasileiro se sentir mais orgulhoso da atitude que seu governo toma e é parte sim do processo de desenvolvimento. O fato do Presidente Lula ter liderado uma campanha de combate a fome no mundo inteiro – vejo aqui Oded Grajew – é algo também notável. O Presidente Lula foi o primeiro a dizer: não queremos nada para nós, queremos ajudar os países mais pobres a melhorar.

Algumas coisas têm andado rapidamente, outras não tão rapidamente, porque são mais complexas, como impostos sobre armas e outras ações financeiras, mas o fato é que o tema da fome e da pobreza entrou na agenda internacional de uma maneira que não estava. Era como um apêndice, as pessoas nem gostavam muito de falar no tema. Quando falavam até usavam uma expressão, “alívio à pobreza”, ou algo assim, miséria era uma palavra nunca usada, fome não aparecia nunca, como se fosse algo que não existisse. O fato de ter colocado o tema no plano internacional, de ter começado a tomar ações sobre isso tem reflexo não só na política externa, mas também na imagem.

Não posso me esquecer do dia em que estava entrando nas Nações Unidas – acho que o Oded também estava lá – e por acaso o Presidente Lula foi na frente, já indo para o pódio, e entrei um pouquinho depois, junto com a delegação francesa – imagino que fosse francesa porque estavam falando francês

e pareciam franceses, poderiam ser canadenses do Quebec, mas provavelmente eram franceses. Na ocasião ouvi um diplomata dizendo para outro a expressão, em francês, “le Brésil embrace le monde”. Não havia nada de irônico, era uma expressão de admiração, “o Brasil abraça o mundo”, porque era uma atitude positiva, uma atitude de indiscutível liderança pessoal do Presidente Lula, assumida pela diplomacia brasileira, e contra a qual ninguém podia ter algum tipo de reparação ou achar que aquilo era parte de algum projeto geopolítico. Era algo extremamente generoso e generoso até na repartição da paternidade porque, na realidade, o Presidente teve a iniciativa na primeira reunião a que foi em Davos, mas prontamente repartiu a paternidade com o Presidente Chirac, com o Presidente Lagos, mais tarde com o Presidente Zapatero. Diria que esses princípios que inspiram a política interna, inspiram também a política internacional.

Não quero me alongar muito, mas como falei um pouco da diversificação e das relações com a África, menciono nossas relações com os países árabes. Realizamos no Brasil uma Cúpula que foi absolutamente notável e o mundo inteiro anotou. Aqui houve críticas, dúvidas etc., algumas fundamentadas, algumas preocupações justificadas, outras talvez menos. A União Européia – não sei se seguiu o nosso exemplo ou se já tinha pensado antes, não creio, porque ninguém me havia dito isso – acaba de realizar uma reunião entre os países europeus e os países mediterrâneos. Foram muito menos Chefes de Estado lá do que vieram ao Brasil, muito menos, apesar da distância muito mais curta. E foi muito menos significativa no conjunto das ações do que a que foi realizada no Brasil.

A Cúpula América do Sul-Países Árabes é um exemplo de como abrir novos horizontes. A atuação política tem reflexos no comércio – nosso comércio com os países árabes tem crescido na base de 40% –, mas mesmo que não tivesse reflexo no comércio. Visitei Israel e visitei a Palestina e dos dois lados eu ouvi – o Jaques Wagner esteve depois de

mim em Israel – que o Brasil sim pode desempenhar um papel importante, claro que tendo noção do seu poder e da sua capacidade de influir, no Oriente Médio. Devemos, aliás, enviar observadores eleitorais à Palestina em breve, e se houver necessidade de um apoio, por exemplo, na questão da abertura das fronteiras de Gaza, que representou um grande progresso, o Brasil estará pronto a participar, estará pronto a ajudar em um esforço de realmente colaborar para a paz.

Esse mesmo espírito tem também prevalecido na parte política, que o Jaques mencionou. É um espírito de diálogo, creio que a política externa procura nesse ponto espelhar um pouco o que o próprio Jaques Wagner simboliza dentro do Governo, que é o diálogo sempre, com as variadas facções e com as variadas posições, e um diálogo que não pode ser nunca preconceituoso. Isso tem se revelado extremamente positivo. Foi muito positivo no caso da Venezuela – não vou recapitular porque todo mundo conhece a questão do grupo de amigos – e no caso do Haiti. Vou deixar de lado um momento a parte da nossa ação militar, que é uma ação não só autorizada mas pedida pelas Nações Unidas e portanto não se presta a comparações com outros casos no passado que foram realmente traumáticos, como o da República Dominicana. Dessa maneira, o diálogo que creio que ajudamos a criar dentro do Haiti e do Haiti com os países do Caribe, que tinham em um primeiro momento rompido totalmente os contatos com o país, foram de extrema importância. São coisas que passam despercebidas no dia a dia, mas é uma atitude positiva.

O mesmo ocorreu em várias situações aqui na América Latina, seja no Equador, seja na Bolívia. Sempre que somos solicitados e sempre que podemos ajudar, sem nos intrometermos nas decisões que não são nossas, temos procurado colaborar. O Presidente recebeu aqui os candidatos a Presidente da Bolívia que o procuraram, de direita, de esquerda, de onde fossem. No Equador temos procurado ajudar no restabelecimento pleno da institucionalidade

política, depois da crise e da queda do Presidente Gutierrez, e assim temos feito. É uma atitude que tenho procurado definir da seguinte maneira: somos sempre fiéis ao princípio da não intervenção, mas a não intervenção tem que ser combinada com o princípio da não indiferença. Isto é, estamos ali, estamos vendo e se pedirem o nosso apoio e considerarmos que podemos ser úteis, nós trabalharemos.

Estou passando do tempo, mas sobre as negociações comerciais – a política externa é muito ampla e não posso deixar esse aspecto de lado. Não estou falando de Mercosul, América do Sul, de relações com outros países em desenvolvimento, porque essas têm sido do ponto de vista político relativamente fáceis, embora tenham exigido muito trabalho. Ninguém podia sonhar que em tão curto espaço de tempo iríamos conseguir que o Mercosul e a Comunidade Andina formassem uma zona de livre comércio. Isso é uma coisa extraordinária para quem acompanha a política externa, é um sonho de 20, 30 anos da antiga ALALC, antecessora da ALADI, que hoje está realizado no espaço da América do Sul.

Com relação às grandes negociações comerciais encontramos a situação da ALCA, a negociação com a União Européia e a negociação da OMC. Imbricadas, encavaladas, muito polêmicas em vários aspectos. Não vou me estender muito sobre elas em virtude do tempo, mas diria muito simplesmente o seguinte: o Brasil teve clareza de que o seu principal objetivo nesse momento é o fortalecimento da OMC e do sistema multilateral. O Brasil é um país grande demais, e se contar o Mercosul mais ainda, para caber exclusivamente em uma área regional. Claro que temos nossas prioridades, mas nossas necessidades repercutem pelo mundo inteiro. Nosso comércio está distribuído da seguinte forma: a América Latina com 23%, Europa com 22%, Estados Unidos com 18%, Ásia com quase 16%, e a África somada aos países Árabes com 9%. É, portanto, uma distribuição extremamente diversificada e não podemos colocar todos os ovos em uma única

cesta. Menos ainda se nessa cesta não vão ser tratados os problemas que mais nos interessam.

As questões normativas nós nunca resolveríamos no âmbito da ALCA, nem nunca resolveremos no âmbito de um acordo bilateral com a União Européia. Podemos ter outras vantagens que podem ser importantes e que eu não nego, mas esses objetivos fundamentais não podem ser obtidos lá. Além disso, os temas de natureza sistêmica, normativa, têm que ser definidos para o mundo. Eu não posso negociar uma regra de propriedade intelectual na ALCA e ter uma outra regra de propriedade intelectual para o Japão, isso não faz sentido e nem pode, o acordo de TRIPs não permite que isso aconteça.

Quero só lembrar que fui Ministro há 11 anos atrás. Estava em Miami quando foi lançada a ALCA. Era Ministro do Presidente Itamar Franco, e fiz os primeiros memorandos, também no Governo Itamar Franco, do acordo entre a União Européia e o Mercosul. Naquela época não se falava em uma nova rodada da OMC. Isso ocorreu depois. Agora, na medida em que ocorreu, ganhou prioridade e é prioridade não só do Brasil, é prioridade dos Estados Unidos, da União Européia, da Índia, da China, de qualquer país. É preciso entender isso. Conferimos prioridade a esse aspecto com os objetivos de corrigir as maiores distorções que existem na área internacional, de preservar o espaço para nossas políticas públicas, sejam elas políticas de desenvolvimento industrial, de desenvolvimento tecnológico, ou na área social.

Políticas como a produção de remédios genéricos, se você aceitar o que está sendo exigido, por exemplo, de alguns países andinos – eles não estão aceitando aliás – seriam impossíveis. A maior dificuldade hoje no Peru, pelo que sei, com base em relatos jornalísticos, é essa. Na Colômbia a maior dificuldade é a de que os Estados Unidos, dentro do acordo comercial, querem vender produtos agrícolas subsidiados para o país. Esse tipo de questão temos que resolver na OMC. Assim, a OMC tem uma

prioridade muito grande. Por isso que a semana passada estava em Genebra, hoje à tarde vou para Genebra e depois irei, acompanhado de várias das pessoas que estão aqui suponho, para Hong Kong.

Acho que isso é o essencial do que queria dizer. Haveria muitos outros temas para tratar, na área multilateral, o esforço de reforma do Conselho de Segurança, que é algo de longo prazo, a própria atuação em relação a temas variados e específicos da agenda internacional, mas entendo que o Jaques acha que passei do meu tempo. Queria, simplesmente, dizer que no dia em que o Presidente Lula anunciou o convite, que já me havia formulado, houve uma reunião pública, justamente do embrião desse Conselho – antes do Conselho ter sido propriamente estabelecido. Naquele momento mencionei, de maneira talvez até simplificada, já que era um pouco o sentimento muito mais do que uma definição de políticas, porque não tinha tido ocasião de discutir detalhes, que a política externa brasileira seria, sem arrogância, altiva e ativa. Acho que isso o Presidente Lula tem feito e acrescentaria também solidária. É uma política que tem estado sempre, sempre, ao lado dos mais pobres, sem esquecer o interesse brasileiro, porque são aspectos totalmente compatíveis.

Tem sido para mim, sinceramente, motivo de orgulho trabalhar sob a direção do Presidente Lula, que possui a compreensão de um homem de origem simples mas que tem total desembaraço em qualquer situação. É algo que me impressiona muito, porque já vi muitos líderes brasileiros e ele não se deslumbra com carruagens, não se deslumbra pelo fato de entrar na Casa Branca, não se deslumbra por estar falando no pódio da ONU. Se deslumbra até menos do que outros que talvez tivessem menos razão para se deslumbrarem. A verdade é que tem sido um exemplo de simplicidade, de objetividade, de determinação, e para mim é um motivo de imensa satisfação. Acho que a política externa, na medida em que possa ter também algum reflexo na política interna, será lembrada no futuro. Obrigado.

### **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 15ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), no Palácio do Planalto, em 1º de dezembro de 2005**

Primeiro, não sabia que era a última reunião deste ano. Segundo, dizem que o Presidente não tem que pedir desculpas, mas estou lá em cima recebendo notícias de que o Wagner está querendo terminar a reunião há muito tempo. Estávamos tentando telefonar para o Tony Blair, para discutir a rodada de Doha, que está nos preocupando, porque os países que podem ceder não estão querendo ceder. Vamos tentar fazer um esforço – e o Celso deve ter falado com vocês – colocando o Brasil à disposição, realizando o que estiver ao alcance do Brasil, para que a rodada de Doha tenha sucesso.

Não é fácil. É mais fácil vender suco de laranja na China do que fazer alguns países entenderem que o subsídio agrícola prejudica os países mais pobres. Não o Brasil, porque o Brasil tem condições competitivas, mas, sobretudo, países africanos e da América Latina. Vocês podem ter certeza que o Brasil vai cumprir a sua parte.

Temos uma semana em que tudo começou de forma muito promissora, com notícias boas, mas que vai terminar com algumas notícias que não acalentam nenhum de nós.

Acho que duas coisas boas aconteceram esta semana. Primeiro, os números da PNAD. Confesso a vocês que estava, há muito tempo, esperando para saber se a política de crescimento de 2004 e, sobretudo, a política social que o governo implementou tinham surtido algum efeito. Os resultados apareceram na pesquisa, numa demonstração de que investir na parte mais pobre da população, naquela que nem é assalariada ainda, significa realizar distribuição de renda, e os resultados aparecem nos indicadores de qualquer instituto que fizer a pesquisa.

De forma, Patrus, que valeu a pena acreditar no Bolsa Família e não ser desestimulado, nunca, por

alguma matéria negativa. O dado concreto é que valeu a pena fazer a política social coordenada pelo seu Ministério, como valeu a pena a acreditarmos que o crescimento econômico é a base para a realização de outras políticas. Obviamente que todo mundo sabe que 2004 no Brasil foi um ano acima da média – em relação aos últimos 12 anos – e colhemos o resultado também com reflexos na política social.

A outra notícia que considero boa – nem sei se a imprensa brasileira deu destaque porque hoje ainda não vi os jornais – foi o acordo que fizemos ontem com a Argentina. Acho que demos um passo gigantesco na relação do Brasil com a Argentina. O Celso me mostrou alguns dados sobre o grande crescimento das exportações brasileiras e o Furlan citou os números.

Acho que o Furlan, além de apresentar os números, vai ter que, um dia, mostrar porque as exportações do Brasil estão crescendo tanto para alguns países que, no começo do nosso governo, alguns tratavam com muito pessimismo. O crescimento das nossas exportações para a América do Sul é uma coisa surpreendente. E não foi a América do Sul que descobriu o Brasil, foi o Brasil que descobriu a América do Sul, o Brasil que deu importância à relação com a América do Sul e os resultados estão aí. Quanto mais os países crescerem, a tendência natural é as exportações brasileiras para este Continente também crescerem cada vez mais. E para os países africanos também.

O acordo com a Argentina me chamou a atenção, Celso, por algo que – depois de três anos e tantas reuniões – vi, ontem, pela primeira vez. Ontem, pela primeira vez, fizemos uma reunião que não foi tensa. A parte brasileira e a parte Argentina estavam otimistas, acreditando que os dois lados teriam que flexibilizar para que pudéssemos chegar ao termo que chegamos. E posso dizer para vocês que foi um dos encontros mais promissores que participei entre dois países – não sei se porque o Corinthians está com muitos jogadores argentinos e isso tem a ver com o clima. O dado concreto é que o clima, ontem, era de

muito otimismo das duas partes, muito positivo. E acho que, portanto, demos um passo extremamente importante. Digo sempre o seguinte: se a Argentina e o Brasil estiverem bem, a América do Sul toda estará bem. O Brasil e a Argentina são o pêndulo desse negócio e acho que, ontem, demos um passo extremamente importante.

Duas notícias me fizeram pensar um pouco mais. Primeiro, a cassação do José Dirceu. Acho que o Congresso Nacional tem soberania para tomar as decisões e votar naquilo que gostamos e naquilo que não gostamos. A única coisa que lamento, é que o José Dirceu tenha sido cassado antes de terem provado alguma coisa contra ele. Tinha dito há um mês atrás, no Programa Roda Vida, que do jeito que as coisas caminhavam o Congresso se via quase que na obrigação de cassar o José Dirceu, porque se não cassasse seria negar tudo o que foi feito. Acho que o Congresso tomou uma decisão, a história vai se encarregar de dizer se foi certo ou não, mas acho que faltou provar para a sociedade que o Zé tinha quebrado o decoro parlamentar pelo o qual ele foi acusado. Acho que todo mundo aqui sabe da relação de amizade, de carinho, que tenho com o José Dirceu e todo mundo sabe que ele é um importante quadro político. Se ele errou ou não a história vai julgar. O dado concreto é que poderiam, antes de julgá-lo, ter provado o que diziam do José Dirceu e não fizeram isso ontem. A história vai se encarregar de colocar as coisas mais às claras para todos nós nos próximos meses, quem sabe nos próximos anos.

O segundo tema foi o PIB. Queria dizer para vocês que como venho acompanhando isso, já esperava que fosse um trimestre ruim, mas não esperava que fosse esse o número. Entretanto, acho que também não é motivo para que não acreditemos no que vai acontecer em 2006. Trabalho com a convicção, com a certeza, de que o Brasil entrou num caminho de estabilidade e de desenvolvimento que não tem retorno. Obviamente que sempre temos tempo de fazer os reparos necessários.

Quero dizer para vocês uma coisa muito séria,

até por lealdade àquilo que vocês têm dado de contribuição ao governo. Muitas demandas de vocês, que ainda sequer foram discutidas na coordenação política do Governo, vamos ter que discutir, porque vocês vão começar o trabalho do ano que vem. Vamos ter que prestar contas sobre o que vocês apresentaram este ano, porque senão vocês vão dizer: “para que o Conselho, se as nossas demandas não são levadas em conta na discussão do conselho político?” Elas vão ter que ser levadas em conta.

Quero dizer para vocês, por essa lealdade, que eu, primeiro, continuo acreditando que não há nenhuma razão para que qualquer brasileiro deixe de acreditar que o Brasil vai continuar crescendo. E pode crescer muito mais fortemente.

Há indícios na economia, há indícios no comportamento das pessoas, há indícios no BNDES, de que isso vai acontecer. O que precisamos é saber em quanto tempo isso vai acontecer e precisamos trabalhar – o Governo, as instituições do Governo, os empresários. Não podemos permitir, em hipótese alguma, que 2006 não comece dando sinais para a sociedade de que o nosso crescimento vai ser mais rigoroso, mais forte do que foi em 2005, 2004. Nem conto 2003, porque 2003 foi o ano em que entramos para preparar a casa, para começar a governar este país.

De forma que estou até esperando que se inaugure todas as pedras fundamentais que temos que lançar esses dias, que a Vale do Rio Doce faça a sua, que a Petrobras faça a sua. Mas que outras empresas comecem a pensar que o Brasil continua sendo a grande possibilidade de desenvolvimento neste Continente, e dentre os países emergentes, um país que tem grandes possibilidades.

Não tomaremos nenhuma atitude. Quero que vocês saibam da minha decisão pessoal. Nenhuma atitude será tomada em função das eleições de 2006. Nenhuma atitude que possa indicar à sociedade brasileira, que estamos fazendo aquilo que, secularmente, é feito no Brasil. Num ano eleitoral são feitas todas as bondades desnecessárias no Brasil e

depois que termina as eleições, aquelas bondades se transformam em prejuízo para os próximos quatro anos. Não faremos. Com a mesma tranqüilidade que enfrentamos 2003, enfrentaremos o ano eleitoral, que é sempre um ano muito difícil no Brasil. Um ano de muita especulação, de muitos altos e baixos, em que as pessoas põem medo, fazem terrorismo. Eu, como já participei de muitas, tenho claro qual é o clima criado num processo eleitoral. Isso não moverá, quero que vocês saibam, a cabeça do Presidente da República.

Estamos conscientes de que as coisas estão no caminho certo. As coisas podem ser ajustadas aqui e ali, mas estamos conscientes de que não há por que não continuar acreditando que o que plantamos é o que o Brasil precisa.

Sei que para muita gente parece pouco, mas o resultado da PNAD, para mim, pessoalmente, é motivo de orgulho. Os sindicalistas que estão aqui na frente, dos mais importantes deste país, a começar do Ministro do Trabalho, ao presidente de Osasco, ao presidente da CUT, sabem que pelos menos há 20 anos eram raras as categorias mais combativas do Brasil que conseguiam um aumento acima da inflação. Eram raras. Durante toda a década de 80 e parte da década de 90 fizemos greve para evitar mais prejuízo. E eu, João Felício, fiquei extremamente feliz quando vi os dados do Dieese, que mostram que, em 2005, 85% dos acordos feitos pelas categorias de trabalhadores no Brasil ou foram iguais ou superiores às taxas de inflação com ganho real.

Tenho um assessor chamado José Graziano. Toda vez que saem os macrodados, peço para ele estudar os microdados porque, às vezes, no micro a gente encontra coisas. Nos dados de ontem, duas coisas me chamaram atenção: apesar do terceiro trimestre ter caído, o consumo da família cresceu e os salários cresceram. È, portanto, um indício importante. Quem trabalha no comércio sabe que vai ter um Natal promissor, que vai ter um Natal muito vigoroso. É lógico que tomamos medidas antes para evitar que uma política de juros elevados diminuísse

a quantidade de dinheiro no mercado.

Quando fiz campanha, e vou terminar dizendo isso, ressaltei em todo o Brasil que a poupança interna era 17% do PIB, e o grande dilema daquela campanha era como fazer a poupança interna crescer. Nunca discutimos no governo, aliás, marquei uma reunião, preparei o Guido Mantega para fazer uma apresentação sobre como crescer a poupança interna. Nem chegamos a fazer a reunião e a poupança interna está hoje em 24% do PIB. Esse foi um fato inusitado que justifica o crescimento de 2004 e que justifica a possibilidade de termos de fazer a economia crescer mais.

Algumas medidas que tomamos ainda não aconteceram no Brasil. A Lei da Afetação, que garantiu ao Sistema Financeiro Privado financiar habitação no Brasil e pegou os empresários da construção civil desprevenidos porque, de repente, tinha 13 bilhões de reais para investir no setor e não havia uma preparação do setor para tomar esse dinheiro, certamente acontecerá no ano de 2006.

Acho que 2006 será um ano em que a dona Zilda vai poder cuidar melhor das crianças da Pastoral, acho que o Marinho vai poder formar mais gente, acho que os sindicatos vão poder fazer acordos melhores e acho que, possivelmente, poderemos afirmar que consolidamos definitivamente um outro jeito de encarar as coisas no Brasil.

Quando este Conselho se reúne, o que me dá tranquilidade é saber que qualquer pessoa que vier depois de nós, qualquer um, se tiver juízo, manterá o Conselho funcionando. Talvez não com todos que estão aqui, porque vai dizer: “não, esses participaram daquele Governo, então vamos ter que tirá-los”. Talvez seja um outro. Mas, de qualquer forma, para qualquer Presidente que tenha o ouvido do tamanho da boca é importante ter um Conselho como este, para ouvir até as coisas que não concorda, mas é bom ouvir, acho extremamente importante. Sou testemunha, tanto nas conversas que tive com o Jaques Wagner, como com o nosso companheiro Tarso Genro, da contribuição inestimável que vocês

prestaram ao debate. Possivelmente não tenhamos aprofundado alguns temas que precisaríamos aprofundar, embora nem sei se é possível discutir política cambial ou política de juros num cenário com muita gente.

O dado concreto é que o fato do PIB ter decrescido é um alerta. Vamos ver o que aconteceu direitinho, vamos ver qual a incidência da crise política, da política de juros. Vamos ver porque os empresários não fizeram os investimentos – alguns que estavam previstos e que não foram feitos. Isso é como na medicina, se o médico for operar uma pessoa dizendo: “eu acho que ele tem tal coisa”, não dá certo.

O quarto trimestre, certamente, dará indícios fortes de que a economia vai continuar crescendo. Acho que precisamos definir claramente que entramos numa rota de redução dos juros, a política cambial reclamada desde janeiro – desde o Furlan a muitos empresários amigos meus – até agora não mexeu no crescimento das nossas exportações.

Lembro-me que recebi a indústria automobilística no começo do ano e estava tudo acabado: “não dá mais, acabou o mundo, não estamos vendendo”. Ou seja, o que sei é que todo mês ela bate recorde atrás de recorde nas exportações.

O que acho extremamente delicado é que – viu, Wagner – precisava se criar, talvez aqui no Conselho, com outras pessoas, reuniões setoriais. Por exemplo para ver como resolver o problema do setor de calçados no Brasil? O setor tem um problema real. E o problema real do setor de calçados não é do mercado interno, é que estamos perdendo competitividade numa disputa com um país que produz nove bilhões de pares de calçados por ano, contra nós que somos o segundo, que produzimos 900 milhões.

Na hora em que perdemos uma fatia do mercado externo, recupera-lá leva muito e muito tempo. Mas é um problema que temos que ajudar a resolver. Como é que resolvemos? Tentando trazer

o setor, o Furlan já convidou algumas vezes. Vou até comprar um par de sapatos a mais para ver se ajudo. Mas é importante que a gente veja que o nosso problema de competitividade é um problema que não depende apenas de política interna, depende dos ajustes que tem que se fazer nas nossas negociações internacionais.

Muitas vezes, Wagner, transformamos um problema de um setor num problema nacional. Temos um problema no setor têxtil. Parte do setor têxtil não tem problema de competir com a China porque nós temos mais qualidade, outra parte tem. Assim, precisamos chamar essa parte, separadamente, quem sabe em reuniões, e discutir. Porque uma coisa tem que estar clara: não tem moleza nas negociações internacionais – já é assim, todos vocês têm consciência, quem exporta sabe disso, e o governo já aprendeu isso. Não tem moleza, cada um está defendendo o seu mercado com unhas e dentes, cada um quer vender mais até do que pode produzir.

Não acho que possamos desejar Feliz Natal com um mês de antecedência. Como espero me encontrar com alguns de vocês, em algum lugar, ainda este ano, só quero rressaltar que se tivesse que dizer alguma coisa sobre o Conselho, eu diria: valeu a pena. Valeu a pena criarmos esse Conselho, como valeu a pena criar o Fórum Nacional do Trabalho, que produziu uma mudança na estrutura sindical, que agora está parada no Congresso Nacional porque muitas vezes as pessoas não se manifestam no Fórum e vão se manifestar depois. Mas está lá, aprovado.

Temos outras coisas para fazer e, de preferência, vamos tentar fazer junto com vocês, até porque, digo sempre o seguinte: o que falta para os dirigentes descobrirem é que eles são passageiros, e se eles são passageiros, quanto mais compromissos

eles assumirem com aqueles que são quase eternos porque não têm mandato, ou seja, têm funções, seria melhor, muito melhor.

Outro dia fui ao Ceará e disse que, quem sabe um dia, no Brasil, um candidato não precise ter programa de governo. Ele pode até ter um programa dele, alguma coisinha que ele quer fazer, mas o Brasil deveria definir quais são as coisas que são consideradas essenciais para os próximos 15 ou 20 anos e transformar aquilo em um programa obrigatório. Cada governo que entrasse teria que fazer aquelas obras.

E uma delas, que está me preocupando e estamos trabalhando para ver se apresentamos novidades este ano, é a questão da educação. Quer dizer, estamos trabalhando fortemente nisso, trabalhando para que o Congresso Nacional aprove o FUNDEB, porque ele é a base dos passos seguintes, mas também para ver se a gente inclui alguns milhares de jovens nas universidades brasileiras. Porque se crescermos um pouco mais poderemos correr o risco de ter mão-de-obra qualificada ausente do mercado. E todo mundo sabe que energia elétrica, mão-de-obra qualificada e mercado são condições sine qua non para que o país possa crescer e ser mais rico.

Por isso, Jaques Wagner, sei que o pessoal todo aqui te elogia pela tua brilhante coordenação. Não sei se são todos baianos, mas a “baianidade” do Wagner dá um toque melhor no Conselho. Quero te agradecer pelo trabalho que fez, quero agradecer a paciência de vocês. A paciência de vocês é muito importante porque se perceber que vocês têm paciência, quando subir para a minha sala, eu também terei, para que possamos fazer as coisas certas.

Meus parabéns e obrigado por tudo.



## Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros, em São Paulo, em 2 de dezembro de 2005*

Bom dia aos nossos convidados; bom dia aos nossos Ministros e Ministras,

Quero começar agradecendo a aceitação do convite feito pelo nosso Governo, para que pudéssemos ter esse conjunto de empresários investidores no Brasil e para que pudéssemos mostrar um pouco, não apenas daquilo que somos, mas daquilo que pretendemos ser num futuro muito próximo. Há algum tempo, fizemos reuniões em Genebra, em Nova Iorque e em Tóquio, e eu dizia que era preciso, depois da aprovação de alguma estruturação na nossa legislação, que convidássemos um grupo de empresários estrangeiros e brasileiros para que pudéssemos mostrar o que está acontecendo no Brasil. Por isso quero agradecer, outra vez, a disponibilidade de vocês, de virem a São Paulo para participar deste evento.

O Brasil e a América do Sul se apresentam hoje como uma enorme fronteira de oportunidades para os investidores de todas as partes do mundo. Estamos reconstruindo a geopolítica e a infraestrutura de uma região que reúne mais de 300 milhões de habitantes, com um PIB superior a 1 trilhão de dólares.

Durante séculos, essa riqueza viveu desconhecida de si mesma. Agora, um continente inteiro redescobre a vocação para crescer de forma cooperada e solidária numa comunidade de nações. Unir mercados, abrir fronteiras, intensificar o

comércio, atrair investimentos e ampliar a justiça social é a agenda da América do Sul no século XXI.

O Brasil é um parceiro privilegiado desse renascimento continental. Não por acaso, nossas exportações devem chegar a 117 bilhões de dólares este ano. De Norte a Sul do continente, nosso país participa de projetos prioritários, que vão redesenhar as fronteiras do comércio, dos transportes, das comunicações, da energia e das oportunidades.

Falo, por exemplo, de obras em marcha como a Rodovia Interoceânica que liga o Brasil ao Pacífico, no Peru. Falo da ponte sobre o rio Orinoco, na fronteira com a Venezuela. Falo da hidrelétrica San Francisco, no Equador. Falo da ponte Assis Brasil – Iñapari, na fronteira peruana. Falo das parcerias no setor de energia com o Paraguai, a Venezuela e a Bolívia. Falo do desenvolvimento multilateral da região do rio Madeira. Falo dos gasodutos na Bolívia e na Argentina. Falo da segunda ponte sobre o rio Paraná, na fronteira com o Paraguai. Falo do corredor bioceânico entre Santos e Antofagasta, no Chile. Falo de uma nova ponte sobre o rio Jaguarão, na fronteira com o Uruguai. E falo da duplicação da auto-estrada do Mercosul, que estreitará ainda mais nossos laços com os irmãos argentinos.

Criamos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, um departamento especializado em integração latino-

americana, com carteira de projetos de 2,6 bilhões de dólares. Temos hoje, no mínimo, um grande projeto de integração física em andamento em cada um de nossos parceiros continentais.

Eis a diferença substantiva entre o que acontece hoje e a integração sonhada no passado. O processo, agora, avança intensamente sobre pontes, estradas, usinas, comércio e gasoduto.

Quero chamar a atenção dos senhores e das senhoras para esse fato histórico: estamos realizando um dos mais importantes projetos de integração continental do mundo, no século XXI. Estamos vivendo um poderoso processo de mobilização de recursos, de vontade política e de energia cultural e humana. É para participar dessa marcha, que já mudou a face comercial e política da América do Sul, e que irá mudá-la ainda mais nos próximos 10 anos, que exortamos a participação dos senhores e das senhoras.

Um outro grande mercado desponta na História. O fluxo crescente do comércio continental em produtos e serviços gerou uma dinâmica irreversível. Ela é a melhor garantia de remuneração ao capital que aqui foi investido. Significa dizer que investir no Brasil hoje, diferentemente do passado, equivale também a participar de um encadeamento virtuoso de projetos e oportunidades que, há muito, não se observava na arquitetura regional.

O Brasil rechaça qualquer pretensão hegemônica na integração regional. Todavia, seja pelo porte, seja pela sofisticação de nossa estrutura industrial e financeira, temos consciência das responsabilidades adicionais que nos cabem nessa trajetória.

Nossa economia está credenciada a desempenhar esse papel histórico. Hoje, ela reúne uma combinação ímpar de estabilidade com geração de empregos e distribuição de renda.

Desde 1995, a pobreza não caía tanto no Brasil. A tal ponto que em 2004, com onze anos de antecedência, atingimos a primeira Meta do Milênio, de reduzir à metade a miséria no país.

Temos hoje a menor taxa de desemprego dos últimos cinco anos; pela primeira vez, desde 1996, a renda média do trabalhador parou de cair; o consumo das famílias cresce e há confiança no ambiente de negócios.

Uma parcela significativa da indústria brasileira ganhou nervos e musculatura como nunca teve no passado. Portanto, estão líquidas, são mais rentáveis, ampliaram a produtividade e reduziram o seu endividamento externo e interno.

Qualquer que seja o indicador pelo qual se avalie este momento, em que pesem oscilações conjunturais da economia, o que se constata é o impulso renovado para crescer e se transformar. Ele está ancorado numa robusta convergência de investimentos públicos e privados, como não se via há mais de duas décadas no nosso país.

A Petrobras prevê uma inversão de 53,5 bilhões de dólares em novos projetos até 2010, com geração de 280 mil empregos diretos e indiretos. Vamos dobrar a malha brasileira de gasodutos. Até 2007, serão aplicados 2,6 bilhões de dólares para a implantação de mais 4.600 quilômetros de redes no Norte, Nordeste e Sudeste. Mais de 250 mil novos empregos serão gerados pelos 3 bilhões de dólares em novos investimentos atraídos por essa infraestrutura.

Este ano, pela primeira vez, os investimentos em ferrovias vão ultrapassar os valores aplicados pelo BNDES em transporte rodoviário. Mais que uma mudança de portfólio, trata-se de uma redefinição de prioridades de uma economia que assumiu sua vocação exportadora. A partir de 2006, até 2010, os investimentos no setor serão da ordem de 2,5 bilhões de reais por ano. Na semana passada, iniciamos a construção da nova ferrovia Transnordestina, que terá recursos de 4,5 bilhões de reais e ligará os nove estados do Nordeste aos portos de Pecém, no Ceará, e Suape, em Pernambuco. Nossa previsão é de que o transporte ferroviário cresça 20% no país em 2006, com encomendas de vagões superiores a 7.500 unidades.

Quatorze novas usinas hidrelétricas estarão habilitadas para construção em 2006. Licitamos, este ano, linhas de transmissão para integrar definitivamente a rede nacional de energia. Garantimos oferta suficiente de energia para afastar, de uma vez por todas, o risco de estrangulamentos inaceitáveis como o que ocorreu em 2001 no nosso país.

O setor siderúrgico brasileiro iniciou um novo ciclo de investimentos que deve somar mais de 12,7 bilhões de dólares até 2015. No segmento químico e petroquímico as inversões programadas passam de 17 bilhões de reais. No total, projetos no valor de 20,4 bilhões de dólares nos setores siderúrgico, de refino de petróleo, químico, papel e celulose estão em andamento, com ciclo de maturação até 2010.

O Governo, através do BNDES, participa ativamente desse esforço de expansão de nossa base produtiva e exportadora, em especial, com recursos aplicados em grandes projetos de celulose e siderurgia, envolvendo até 50% do investimento previsto.

Nosso otimismo se apóia no chão firme das decisões refletidas e de uma estratégia vitoriosa. Estamos fazendo uma transição benigna de um passado marcado pela estagnação para um ciclo de verdadeiro desenvolvimento econômico e social.

O Brasil trocou uma inserção externa dependente e subordinada por uma participação soberana e cooperativa no comércio internacional. O fluxo do comércio exterior saltou de 13% do PIB, nos anos 90, para mais de 26%, atualmente. Nossas reservas quadruplicaram. Há superávit em contas correntes. O risco-país foi drasticamente reduzido. A dívida externa recuou. Descontadas as reservas, ela se equipara às exportações previstas para 2006.

Este país lidera as exportações mundiais de carne, soja, café, açúcar, suco de laranja e álcool. Mas também exporta automóveis, celulares e aviões. Quase 55% de nossas vendas são de manufaturados. Os industrializados de média e alta intensidade tecnológica têm participação crescente nos

embarques. São parâmetros importantes de um país no qual já estão presentes 400 das 500 maiores multinacionais do Planeta. Essa é a hora de ampliar a parceria com o nosso desenvolvimento. Para isso, tomamos uma série de medidas nos últimos meses com o objetivo de facilitar as exportações e desonerar o investimento produtivo, totalizando uma renúncia fiscal da ordem de 5,7 bilhões de reais ao ano.

Estamos convidando os senhores a investir para compartilhar a matriz energética mais limpa e sustentável do Planeta no século XXI. A energia hidrelétrica atende 90% de nossa indústria. O Brasil será auto-suficiente em petróleo ainda neste ano. Produzimos 15 bilhões de litros de álcool a preços imbatíveis no mercado de combustíveis renováveis. O programa do biodiesel, nesta primeira etapa, substituirá 800 milhões de derivados de petróleo por combustível extraído de soja, mamona e girassol.

Tenho a certeza que esse horizonte fala alto a quem enxerga longe. Nele, o Brasil desponta como um parceiro diferenciado, uma ponte sólida e democrática para ingresso no mercado sul-americano e mundial. Estamos de braços abertos para recebê-los, numa relação madura de respeito e transparência.

Aprendi, em minha longa trajetória de negociações, que os bons acordos contemplam os interesses dos dois lados da mesa. Mais do que simplesmente adicionar fôlego a um momento singular da nossa História, queremos firmar compromissos compartilhados de longo prazo, que gerem riqueza com justiça, e democracia, com oportunidades para todos.

Meus amigos, minhas amigas,

Quero terminar dizendo a todos vocês aquilo que dizia no primeiro ano do meu mandato, em vários debates com empresários. O Brasil, durante a sua história recente, teve inúmeras oportunidades de crescer, de se desenvolver e de se transformar num país definitivamente desenvolvido.

Muitas vezes, precipitações políticas,

pressões – às vezes justas, mas feitas nas medidas equivocadas – fizeram governantes enveredarem pelos caminhos fáceis que se tornaram difíceis ao longo do tempo e, ao invés de avançar, o Brasil experimentou retrocessos.

Houve um momento na história do Brasil em que se negava o papel do Estado, tudo que fosse do Estado não valia nada. Houve um momento na história do Brasil em que se negava até a empresa nacional. O que importava era o que o mercado globalizado determinava, como se nós não pudéssemos, como Nação soberana, determinar um modelo de desenvolvimento e definir as prioridades que o Brasil precisava.

Desde que tomamos posse tenho sido um provocador, eu diria, benigno, dos empresários nacionais. Ao invés de dizer que a empresa nacional é inferior à empresa multinacional, de dizer que a empresa nacional tem que fechar para a entrada de uma empresa multinacional, não foram poucas as vezes em que desafiei as empresas nacionais a virarem empresas multinacionais. É com muito orgulho que assistimos, hoje, empresas brasileiras tendo uma inserção no mundo de forma extraordinária. À mesa nós temos dois exemplos: a Companhia Vale do Rio Doce e o nosso amigo Gerdau do grupo Gerdau.

O que queremos é que mais empresas brasileiras assumam essa dimensão multinacional, essa dimensão globalizada, para que não sejamos tratados como se fôssemos eternamente pequenos e não fossemos competitivos como somos em muitas áreas em que os senhores, aqui no Brasil, participam com seus investimentos ou em parcerias com empresários brasileiros.

Não haverá, em função do ano eleitoral – e faço questão de reiterar isso na frente dos empresários e dos trabalhadores, toda vez que sou chamado para um debate –, nenhuma tomada de posição do Governo que possa colocar em perigo, em risco, o que conseguimos criar nesses três anos de sustentabilidade e de seriedade, ou a perspectiva que o Brasil tenha, definitivamente, um crescimento

de longo prazo, um ciclo virtuoso de crescimento para que possamos, não apenas desenvolver o Brasil, mas fazer a justa distribuição de renda que ao longo da história não foi feita.

Durante 20 anos, por mais que lutassem os trabalhadores brasileiros, eram poucas as categorias que conseguiam fazer acordos acima da inflação. Normalmente as categorias menos organizadas perdiam nos acordos coletivos. Vejam a boa coincidência, pela primeira vez, nas últimas décadas, as empresas brasileiras ganham mais do que os bancos, lucram mais do que os bancos.

E este ano, pela primeira vez, em 20 anos, 85% dos acordos salariais dos trabalhadores brasileiros foram feitos acima da inflação, com ganhos reais, definitivamente melhorando a vida dos trabalhadores. Isso sintetiza o quê? Sintetiza uma máxima na qual acreditamos: quanto mais a empresa ganhar, mais chances os trabalhadores terão de ter os seus dividendos pela sua participação no resultado do ganho dessas empresas.

E sabemos que para as empresas ganharem, precisamos investir em tecnologia. Por isso estamos formando, este ano, os 10 mil doutores que prometemos em 2003. Por isso estamos anunciando este ano mais quatro universidades federais. Hoje vou lançar a pedra fundamental da Universidade Tecnológica do ABC, inauguramos a universidade tecnológica no Paraná e vamos fazer quatro universidades federais, 32 extensões, das quais cinco são faculdades que serão transformadas em universidades federais. E, ao mesmo tempo, estamos construindo 32 escolas técnicas.

E por que estamos fazendo isso? Porque acreditamos que o Brasil não parará de crescer. Não se preocupem com o índice do terceiro trimestre, não se preocupem porque embora tenha me deixado chateado, porque você sempre espera números altamente positivos, os indicadores demonstram que a economia vai crescer, e vai crescer de forma sólida, em 2006. E, se Deus quiser, vai crescer em 2007, 2008, 2009, 2010, porque espero, em qualquer lugar

do mundo que encontrar com vocês, sendo Presidente ou não, ouvir de vocês que a empresa está ganhando dinheiro no Brasil e não que a empresa quebrou por estar no Brasil.

E queremos carregar junto conosco nessa trajetória os países da América do Sul – de acordo com o trabalho intenso, que vocês têm acompanhado. Queremos criar uma consciência no Continente, em todos os países que fazem fronteira com o Brasil, de que não é possível um país crescer sozinho. É possível o Brasil crescer e, junto com o Brasil, a Argentina, o Uruguai, o Paraguai, a Colômbia, o Peru, o Equador, o Chile, e todos aqueles que pertencem à América do Sul, porque teremos a certeza de que o século XXI vai ser para nós, na América do Sul, o que foi o século XIX para a Europa, o que foi o século XX para os Estados Unidos. E isso só será possível se vocês tiverem a ousadia de acreditarem na integração da América do Sul e na perspectiva de crescimento do Brasil, como nós acreditamos.

O que estou dizendo a vocês é que tenham a certeza, de uma vez por todas, que o Brasil não cometerá os erros que já foram cometidos historicamente.

Queremos olhar para a história, para o nosso passado, e aproveitar tudo aquilo que já foi feito de bom pelos outros governos, porque o Brasil não começou conosco e tampouco terminará conosco; queremos aproveitar as boas lições para aperfeiçoá-las; queremos aproveitar as coisas que sabemos que foram ruins para extirpá-las de uma vez por todas da política brasileira.

Em economia não existe mágica. Em economia existe seriedade, transparência, existem passos a serem dados, do tamanho da nossa perna. Não adianta ficar olhando para a China, não adianta ficar olhando para os Estados Unidos, não adianta ficar olhando para alguém que cresceu mais ou menos do que nós. Não adianta. Temos que olhar para nós, para a nossa indústria, para a nossa cultura, para a nossa política, para as nossas possibilidades, e aí sim, juntos, poderemos encontrar o momento certo de

tomar as medidas certas para que o Brasil passe para o rol dos países ricos.

Ontem, telefonei ao Tony Blair, e dizia ao Primeiro-Ministro inglês: as negociações da Rodada de Doha são de tamanha magnitude para o mundo subdesenvolvido e, sobretudo, para os países mais pobres, que não temos o direito de permitir que os nossos assessores negociem sem que haja participação direta dos Presidentes da República ou dos Primeiros-Ministros na decisão final. É uma negociação muito difícil e eu disse ao Primeiro-Ministro: nós, governantes do mundo, temos que provar que pretendemos fazer uma política justa, de acordo com a qual os países que já conquistaram a sua cidadania, a sua riqueza, o seu bem-estar social, tomem posições para permitir que os países mais pobres possam vender aquilo que produzem na agricultura. Se quisermos provar que estamos falando sério, sobre um mundo mais justo, sem terrorismo, com democracia e com paz. Disse a ele: o senhor, que é o coordenador do G-8, neste momento, convoque o G-8 e convoque cinco países emergentes, a qualquer dia e a qualquer hora que, certamente, quando reunirmos os Presidentes da República, poderemos encontrar o caminho de uma boa negociação, o que os nossos interlocutores até agora não encontraram.

Veja que não estamos falando pelo Brasil. O Brasil, quando se trata do agronegócio, não tem medo de competir com qualquer país do mundo. Não estamos falando pelo Brasil, estamos falando pelos países da África, pelos países mais pobres da América Latina e pelos países mais pobres do mundo, que têm na agricultura a única possibilidade. Tenho certeza de que se o Primeiro-Ministro Tony Blair conseguir convencer o G-8 de que essa reunião é importante, nós teremos, meu caro Roberto Rodrigues e meu caro Furlan, certamente, sucesso na Rodada de Doha, que não estava previsto.

Se não acontecer, e não houver acordo, fiquem certos: os ricos continuarão mais ricos e os pobres continuarão mais pobres e as Metas do

Milênio dificilmente serão alcançadas. E, certamente, não conseguiremos fazer isso sem que os empresários do mundo inteiro, do Brasil e de qualquer país do mundo assumam junto com o Estado a

responsabilidade de construir este mundo que todos nós sonhamos.

Muito obrigado.

## XXIX Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul

*Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Montevideú, em 9 de dezembro de 2005*

Excelentíssimos Senhores Presidentes Tabaré Vázquez, da República Oriental do Uruguai; Néstor Kirchner, da República Argentina; Eduardo Rodrigues, da República da Bolívia; Ricardo Lagos, da República do Chile; Nicanor Duarte, da República do Paraguai; Hugo Chávez, da República Bolivariana da Venezuela; Excelentíssimo Senhor Nahas Angula, Primeiro-Ministro da República da Namíbia; Senhoras e Senhores Ministros de Estado; Senhor José Miguel Insulza, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos, OEA; Senhor Didier Opertti, Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração, Aladi; Senhoras e Senhores Embaixadores; Senhoras e Senhores delegados,

Minha primeira palavra é de reconhecimento pelo excelente trabalho desenvolvido pela Presidência Pro-Tempore uruguaia, neste semestre. Estivemos sob a decidida coordenação do Presidente Tabaré Vázquez, que hoje nos acolhe calorosamente em Montevideú.

Não posso deixar de registrar o trabalho da Secretaria do MERCOSUL, sob a condução do diretor Reginaldo Arcuri, que se empenhou no processo de transformação da Secretaria Administrativa em Secretaria Técnica. Despedimos do companheiro Arcuri com um abraço fraterno, confiantes em que o próximo diretor saberá dar seguimento ao excelente trabalho realizado.

Nossos agradecimentos estendem-se ao Presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL, Eduardo Duhalde. Desde que assumiu o cargo, em 2004, sua incessante atuação como facilitador de consensos e divulgador do nosso processo de integração contribuiu para dar ao MERCOSUL uma face visível e respeitada por todos.

Dou as boas-vindas ao seu sucessor, o ex-Vice-Presidente da Argentina, Carlos Álvarez, conhecido por todos nós como companheiro Chacho, grande conhecedor e entusiasta da integração sul-americana.

Senhores Presidentes,

Dentro de poucos meses, celebraremos 15 anos da assinatura do Tratado de Assunção, uma data importante para todos nós. Há pouco mais de uma semana participei, com meu amigo, o Presidente Kirchner, das comemorações dos 20 anos da Declaração de Iguazu, o embrião do processo que levou à criação do MERCOSUL.

A grande sintonia e o alcance dos compromissos que marcaram a reunião entre Argentina e Brasil convidam-nos a refletir sobre os resultados alcançados até aqui pelo conjunto do nosso bloco. E nos animam, sobretudo, a discutir entre todos os membros, democraticamente, formas de aprofundar ainda mais a integração de nossa região.

Diz-se que o melhor profeta do futuro é o passado. Se for assim, temos razões de sobra para otimismo, porque a história do MERCOSUL é uma história de sucesso. O MERCOSUL foi, e continua sendo, um projeto que todos aprovamos. Ainda mais importante, é cada vez mais percebido por nossas sociedades como algo que nos interessa e que nos convém.

Temos quatro governos firmemente engajados no aprofundamento do bloco e contamos com um ambiente regional altamente favorável à integração.

O sucesso do nosso agrupamento acaba de atrair um novo Estado Parte. Saúdo com um abraço caloroso e amigo o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, na qualidade de membro pleno o que, seguramente, sinaliza um novo momento de nossa integração.

Estamos empenhados em garantir que a incorporação da Venezuela ao MERCOSUL se faça sem traumas e prejuízos para a rica e intensa relação desse país com as demais nações do Pacto Andino. O fato de já dispormos de um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações facilitará nesse processo. O que queremos é fortalecer a integração de toda a América Sul.

Isso é não só possível, como necessário para enfrentarmos juntos a capacidade competitiva de outros blocos nessa economia crescentemente globalizada.

Estamos ultrapassando as fronteiras do Cone Sul e ganhando uma nova dimensão geográfica e econômica. Não podemos perder de vista, nesse processo de alargamento, o patrimônio invejável que acumulamos nos planos comercial, normativo, institucional e político. O conjunto de regras e experiências negociados deste 1991 deve ser o nosso roteiro principal.

Senhores Presidentes,

O MERCOSUL é um dos projetos políticos de maior envergadura da história da nossa região.

Constitui pilar essencial de uma iniciativa ainda mais ambiciosa, a Comunidade Sul-Americana de Nações.

Vivemos um momento de extraordinária convergência de valores e aspirações em nossa região. Temos o desafio de traduzir essa compatibilidade de agendas para o campo econômico.

Não ignoramos que existem dificuldades. Mas estamos trabalhando com grande empenho para superá-las e estou certo de que teremos êxito. Avançamos na regulamentação da livre-circulação de bens importados, que vai impedir a dupla tributação das mercadorias e a conseqüente distorção do comércio no interior do bloco. Além de justa, essa medida facilitará nossas negociações com outros blocos, como a União Européia.

A partir de 2006, entrará em funcionamento o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, que atenderá a uma demanda antiga de reduzir assimetrias existentes entre as economias do bloco. O FOCEM ajudará a financiar projetos importantes para a integração regional mas, sobretudo, significa nosso compromisso com o desenvolvimento equilibrado dos países do bloco.

Reitero a minha determinação de apoiar ações que gerem benefícios visíveis para as economias menores da região. A elaboração e aprovação, em tempo recorde, do Programa MERCOSUL Livre de Febre Aftosa, mostrou que somos capazes de trabalhar em conjunto para reagir a crises.

Senhores Presidentes,

Essas conquistas são certamente importantes, mas não são suficientes.

Nos próximos anos, teremos que responder pelo menos a três grandes desafios: adotar medidas que tenham impacto imediato no dia-a-dia de nossos povos; dar um novo salto qualitativo no arcabouço institucional do MERCOSUL; e desenvolver mecanismos criativos para viabilizar novos investimentos e a integração produtiva de nossos

países.

Ter uma União Aduaneira consolidada é fundamental. Mas o que isso representa para o cidadão comum? Harmonizar regras é seguramente importante para agilizar os negócios e aumentar a eficiência das empresas. Mas, em que isso se traduz, de imediato, para as nossas populações? É preciso levar o MERCOSUL ao povo e enraizá-lo em nossas sociedades.

É louvável, portanto, a iniciativa “Somos MERCOSUL”, do governo uruguaio, que buscou envolver a população e mostrar que este é um projeto de todos.

O Governo brasileiro vem participando ativamente, em conjunto com o Foro Consultivo Econômico e Social, dos esforços de envolvimento da sociedade civil no processo de integração. Também estamos empenhados na criação da Rede MERCOSUL Cidadã, que congrega ONGs representativas dos quatro países do bloco.

O êxito de nossa ação conjunta será ainda maior quando contarmos com instituições fortalecidas que apoiem e complementem o trabalho diário de nossos quatro Governos.

Se aceitamos o destino comum da integração regional, temos que ver como natural o reforço da estrutura institucional do bloco. É por isso que felicito, com especial ênfase, o trabalho da Comissão Parlamentar Conjunta do MERCOSUL na definição do Parlamento regional.

A nova instituição, que será integrada por representantes eleitos por sufrágio direto, contribuirá para dar ao bloco a legitimidade que só pode ser conferida pela vontade popular.

A Comissão avançou muito na tarefa de encontrar uma fórmula que assegure a representação equilibrada de cada um de nossos países, em pleno respeito à igualdade jurídica dos Estados.

Estou confiante de que cumprimos o prazo de 31 de dezembro de 2006 para a instalação de nosso Parlamento. Temos de encarar, com a mesma determinação, a necessidade de dotar o agrupamento

de um braço executivo adequado à crescente complexidade e extensão de nossa agenda comum.

E, como já disse em outras ocasiões, sem prejuízo da localização diversificada de algumas instituições, como é o caso do Tribunal de Assunção, Montevidéu reúne todas as qualidades para tornar-se a Bruxelas do MERCOSUL.

Ao desafio institucional, soma-se a necessidade de mostrarmos que o MERCOSUL é capaz de sustentar grandes iniciativas conjuntas na área da produção. Já avançamos muito na construção da infra-estrutura regional.

Nada menos que 43 projetos de integração física da América do Sul estão em andamento desde 2003, por meio de parcerias entre governos, empresas privadas e organismos financeiros regionais. Somente os financiamentos e garantias já aprovados pelo Brasil correspondem a mais de 2 bilhões de dólares. Boa parte desses recursos será aplicada no MERCOSUL, em obras como a duplicação da Auto-Estrada MERCOSUL, a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná e da Termelétrica de São José, no Uruguai.

Temos agora de fazer com que o MERCOSUL seja visto como um espaço econômico verdadeiramente ampliado, onde são realizados investimentos e parcerias para a consolidação de uma política industrial comum. Essas e outras iniciativas contribuirão para dar novo dinamismo econômico à região, multiplicando empregos e melhorando nossa capacidade de inserção soberana no mundo.

Ao mesmo tempo, constato com satisfação o empenho de nossos governos no combate à fome e à exclusão social, através de programas sociais ousados de transferência de renda, de saúde, de educação, de apoio à agricultura familiar ou ao microcrédito.

Na reunião de Porto Iguaçu, o Presidente Kirchner e eu conversamos sobre a possibilidade de eleger alguns setores estratégicos para dar início a esse esforço conjunto de desenvolvimento. Concordamos que o setor da construção naval pode

servir como um primeiro modelo de um novo tipo de cooperação produtiva. E penso que os demais Estados membros do MERCOSUL devem somar-se, todos, a essa iniciativa.

Com o mesmo propósito, estou determinando às autoridades brasileiras que identifiquem, no primeiro semestre do ano que vem, pelo menos um projeto de integração produtiva do Brasil com cada país do MERCOSUL, incluindo, desde já, a Venezuela.

Estou certo de que essas iniciativas, em razão de sua visibilidade e importância econômica e social, produzirão o estímulo necessário para um novo paradigma de desenvolvimento regional.

Senhores Presidentes,

Mais do que nunca, estou convencido de que não há saída individual para nossos países. Quanto mais forte estiver o Uruguai, quanto mais forte estiver a Argentina, o Paraguai, a Venezuela, mais forte estará o Brasil e vice e versa.

Mas, para isso, não basta caminharmos lado a lado, temos que caminhar juntos e com um mesmo destino. E, como disse o poeta: “não há caminho, o caminho se faz ao andar.”

Meus amigos e minhas amigas,

Queria concluir dizendo duas coisas. Primeiro, compartilhar aqui a conversa que tive com o Primeiro-Ministro Tony Blair e com o Presidente Bush, em função do encontro que teremos esta semana em Hong Kong. Alertei o Primeiro-Ministro Tony Blair e o Presidente Bush – e estou querendo falar com a Chanceler alemã e com o Presidente Chirac – de que os nossos Ministros, os nossos técnicos, já fizeram todo esforço possível, para tentar, em Hong Kong, uma solução que torne os países pobres menos pobres e desse aos países emergentes a possibilidade de ter acesso aos mercados dos países ricos, fazendo com que esses países diminuam o subsídio interno que dão à sua agricultura.

Assim, resolvi telefonar ao Primeiro-Ministro

Tony Blair e ao Presidente Bush e quero conversar com outros dirigentes. Não é possível que uma tomada de posição dessa envergadura, em que estaremos jogando o destino de milhões e milhões de seres humanos – e muitos deles não têm nenhuma força para participar das organizações multilaterais, sobretudo na OMC –, não aconteça no âmbito de uma política humanitária, solidária e comercial dos países ricos para os países emergentes. Portanto, essa decisão é tão importante que não deveria ser mais uma decisão a ser tomada pelos nossos técnicos, pelos nossos ministros, deveria ser assumida pelos Presidentes da República. Porque, se não fizermos isso, vamos fazer com que perdure por mais 20 ou 30 anos a situação de desigualdade, de empobrecimento e, quem sabe, até o aumento do terrorismo, se não apresentarmos para uma parcela enorme da sociedade a possibilidade de ter acesso ao mínimo de cidadania. Propus a eles que Hong Kong não seja o final, mas permita que, a partir de janeiro, o G-8 convoque o G-20 ou membros do G-20, e vamos tomar uma decisão política do que queremos para o comércio entre os países emergentes e pobres e os países ricos para os próximos 20 anos.

Não existirá outro momento de tomar uma decisão e é importante que tratemos, sem nenhuma arrogância, sem nenhuma imposição, de fazer com que os representantes dos países ricos se sintam responsáveis pelo fato de não termos evoluído nas negociações que vão se dar agora, em Hong Kong.

Nós, do MERCOSUL, temos demonstrado ao longo dessas negociações, total disposição de flexibilidade, proporcional às nossas possibilidades, mas precisaríamos deles um gesto um pouco maior, um gesto mais humanitário. Portanto, penso que cada um dos Presidentes do MERCOSUL poderia ligar para sua contra-parte, na Europa e nos Estados Unidos, para começarmos a fazer pressão, porque senão, passaremos mais 20 anos vendo os pobres ficando mais pobres e os ricos ficando mais ricos.

Em segundo lugar, queria falar sobre a despedida do nosso companheiro Lagos.

Obviamente que o próprio Lagos já conviveu com tantos presidentes que participaram e que vão embora e depois não participam mais de nada. Disse ontem ao Presidente Nicanor, do Paraguai, que possivelmente nós, seres humanos, tenhamos reações e comportamentos diferentes a cada momento. Confesso a vocês que, cada reunião dessas de que participo, não consigo ver vocês como Chefes de Estado. Ou seja, um chefe de Estado, é um chefe de Estado e, portanto, pode estar um ou outro que não tem importância. A verdade é que a nossa relação política é uma relação de amizade, tem algo químico entre o ser humano e uns gostam mais de outros. Acho que isso é que vai fortalecendo o que estamos construindo nesse momento no MERCOSUL, na América do Sul e na América Latina.

Volto a repetir: não é pouco o que conquistamos nesses poucos anos. Se lembrarmos que ainda quando não éramos presidentes – eu, o Kirchner, o Tabaré, o Nicanor Duarte –, o MERCOSUL era visto pela imprensa dos nossos países como fracassado, como algo que não tinha dado certo.

Nós, hoje, não apenas consolidamos o MERCOSUL, mas melhoramos substancialmente a relação entre os nossos povos. E, muito mais importante, a integração de outros países é uma coisa extremamente importante, com a consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações. É uma coisa inacreditável, até pouco tempo atrás, o maior parceiro comercial do Brasil eram os Estados Unidos, quem sabe de todos os países aqui, individualmente, depois a União Européia. E nesse pouco tempo em que começamos a acreditar em nós mesmos, o maior parceiro comercial do Brasil é a América Latina, já superando os Estados Unidos e a União Européia. Penso que isso ainda vai acontecer com quase todos os países.

O companheiro Lagos tem muito a ver com isso, pela sua postura política, pela sua história, pela credibilidade que dá às reuniões e, portanto, penso que a despedida do Lagos não é a despedida de um presidente que não vai ser candidato porque não pode, pela Constituição – quem sabe, esteja se preparando para daqui a alguns anos. É a despedida de um companheiro que, certamente, mesmo não sendo Presidente do Chile, poderá dar contribuições extraordinárias para que possamos continuar fortalecendo esse processo de integração. A integração, Presidente Lagos, nada mais é do que confiarmos uns nos outros e fazermos com que o nosso povo confie cada vez mais nos outros povos e sejam cada vez mais irmãos; que quebre todas as barreiras de preconceitos; as fronteiras, e permitamos que a nossa gente extravase o poder da sua alma, o poder de seu coração, o poder da sua mente. E, certamente, mesmo não tendo mandato, querido Lagos, você sempre, em algum momento, estará participando de algum evento que possa contribuir para que continuemos fortalecendo essa integração que, penso, será uma coisa extremamente sólida num futuro muito próximo.

Meus parabéns e espero que tenha todo o êxito que deseja ter no Chile, e que possamos não ter o Presidente Lagos aqui mas, quem sabe, acrescentar a participação de mulheres na nossa reunião, porque a coisa aqui está muito machista. Penso que temos muitos presidentes no mundo, mas acho que você, Presidente Lagos, não é apenas mais um presidente. Acho que, quem conhece a história do Chile, pode dizer: o Chile já teve muitos presidentes, mas o Lagos não é um presidente, o Lagos é “o presidente”.

Meus parabéns e muito obrigado aos companheiros.



## Sexta Conferência Ministerial da OMC

*Discurso do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Sexta Conferência Ministerial da OMC, em Hong Kong, China, em 14 de dezembro de 2005*

Madam Chair,

I would like to thank the people and the Government of Hong Kong, China, for the warm hospitality and the arrangements for this Conference.

Trade liberalization can lead to prosperity provided it proceeds in a balanced way and takes into account the differentiated needs of poorer countries. This has not been the case so far.

It is widely accepted that the multilateral trading system suffers from a development deficit. The launching of the Doha Development Agenda four years ago was a recognition of this fact.

To a large extent, the development deficit results from the inadequacy of the rules that apply to agriculture as compared to other economic activities. The agricultural gap compounds the development gap.

For some time, even after Doha, developed countries tried to camouflage these realities. They attempted to sell to the rest of the world a round on the cheap.

In Cancun, developing countries had to raise their voice against such a move. They stood firm against a meagre agreement that would not even scratch the structure of privileges and injustices built into world trade, notably in agriculture.

Developing countries from Africa, Asia and Latin America represent the majority of the world's rural population and a sizeable share of international trade in agricultural products. Many of them have joined forces to create the G-20, which includes large

agricultural exporters, countries that rely on family agriculture and least developed countries, all with a common objective: doing away with practices that distort agricultural trade.

Subsidies and barriers in developed countries suppress prices, displace production and threaten livelihoods in developing nations. This is where reform is most needed, and most urgently. Rich countries cannot expect to receive payment for doing what they should have done long ago. After so many years – should I say decades or centuries? – remnants of feudalism have been lingering on side by side with other forms of unacceptable privileges. Poor countries cannot wait for another twenty years to see true reform in agricultural trade. The time to act is now.

All forms of distorting subsidies have to be eliminated or drastically reduced. As far as domestic subsidies are concerned, the overall level of support has to be cut in real, not purely nominal, terms. Such cuts must be accompanied by tight disciplines. The time has come to define a precise end-date for export subsidies and other equivalent forms of distorting measures.

Ensuring greater market access is also essential, not only because of the direct interest to developing countries but also because of the virtuous cycle it can generate in relation to the other pillars of the agricultural negotiations. Sensitivities in developing countries as to food security, rural development and the means of livelihood of their population have to be properly addressed, lest they become an impediment

to the forward movement we want to see in agricultural trade as a whole.

We understand that the Doha round is not about agriculture alone. But its mandate recognizes that there are differentiated needs and responsibilities. This must be translated into proportionate commitments between agriculture and other market access negotiations, namely services and industrial goods. The major economies cannot expect more concessions from developing countries than what they are willing to offer. This would be tantamount to S&D in the reverse. It just won't happen.

We must also be sensitive to the needs of those who face the greatest challenges. This is the case of the LDCs and other small vulnerable economies. This Round should result in a firm commitment by developed countries to provide duty-free and quota-free market access to products from the LDCs on a stable and permanent basis, in a manner that helps these countries to diversify their productive base and free them from the bondage of unilateral, unreliable and unstable favours.

To translate our commitment into practice, Brazil, along with its Mercosul partners, is prepared to move in the direction of duty-free and quota-free access for products coming from LDCs, especially from Africa and Latin America.

A central tenet of the G-20's platform is our concern with a fair and balanced process that reflects the interests of the whole WTO membership. We are pleased to see that this "bottom-up" approach has been followed in the preparation of this Conference.

It is our hope that, after this Ministerial Conference, the Round will have gained new momentum, by means of credible and courageous moves that will enable us to achieve ambitious results in the short time that is left. To that end, the G-20 is committed to arrive at full modalities by early April.

We cannot afford to see the Doha round fail out of inaction or lack of vision. Its development dimension has raised hopes and expectations in all developing countries, large and small, LDC or

otherwise. Let us not miss this opportunity to promote development.

Thank you.

**Statement by Minister Celso Amorim on behalf of the G-20, em Hong Kong, China, em 17 de dezembro de 2005**

Mr. President,

I will speak first on behalf of the G-20 and, subsequently, I will make some specific remarks on other points of the Ministerial Declaration on behalf of Brazil.

The G-20 is a developing country grouping dedicated to agriculture. On this issue, central to development and to the Round, we have consistently stressed the need for the removal of distortions in agricultural trade. It is central to the Round and central to developing countries. We have made progress since July 2004. Nevertheless, this progress has been rather faltering and insufficient.

The G-20 has made positive contributions to the negotiating process in substance and in process, with a forward looking attitude and its commitment to ambitious results in agriculture in line with the Doha Mandate. The Group has tabled a complete set of proposals in all three pillars of the negotiation. Given the diversity of its composition, the Group's proposals in themselves represent a balanced view. The G-20 is living proof that a "bottom-up" approach is feasible and capable of forging the necessary compromises. The Group has changed the nature of the negotiating process in the WTO, playing a constructive role, enhancing transparency and promoting inclusiveness.

Throughout this process, the G-20 has preserved its unity. More than that, the G-20 has been capable of going beyond the Group's confines. Indeed, Hong Kong witnessed the unprecedented Ministerial Meeting between the G-20, the G-33, the ACP, the LDCs, the African Group, and the Small Economies. Whilst recognizing their diversity, the Groups vowed to intensify their dialogue, with a view to ensuring that the negotiations lead to an outcome

consistent with the development mandate of the Doha Round. Efforts to divide and separate developing countries came to nothing. Efforts to de-legitimize our demands lost credibility.

The expectations for the Hong Kong Ministerial were low. Elements for the central bargains were not there. Key players have been unable or unwilling to engage. This was clearly reflected in the Draft Ministerial text, which fell far short of what is needed to complete modalities. We had hoped, however, that our partners would feel the importance of the hour and make at least some gestures that would provide the necessary impetus for continuing the negotiations. We haven't seen any such gestures as yet.

The text before us marginally improves the original draft. Even within the confines of limited expectations, it should have gone farther. An unequivocal reaffirmation of the July 2004 Framework is required. Furthermore, it is necessary to make it clear that developing country members will be placed on a fourth band for the purpose of cutting their AMS and their overall trade-distorting support. Also, we should provide for a linear cut in Market Access, so as to be in line with amendments in other areas of the Declaration.

As you have said, Mr. President, agriculture is the engine of the Round and the engine is losing steam. There is urgent need for a political reaffirmation of commitment to the Round. And it is essential that this reaffirmation be made with regard to agriculture.

Setting the date for the elimination of all forms of export subsidies can provide that reaffirmation. There is no justification for the continuation of export

subsidies, the most distorting form of support. There are no ethical, economic or social reasons to justify their maintenance. There is already an agreement to eliminate them. What we need is a credible end date. Such date is 2010.

We also wish to reaffirm our solidarity to the aspirations of poor cotton producing countries of Africa that is shared by other producers in the developing world.

Mr. President,

I wish to add some elements in the representation of my own country regarding other aspects of the draft Ministerial Declaration.

Our concerns in NAMA regard the balanced treatment of this subject and agriculture. In the adoption of any formula in NAMA, it should be made clear the operation of the principle of "less than full reciprocity" in reduction commitments.

It will be also important that the question of flexibilities for developing countries be considered an integral and stand-alone part of the modalities.

In this respect, I would like to indicate that Brazil together with the group known as NAMA Eleven will be forwarding our concerns to the President on the NAMA text.

I understand the work undertaken with respect to services has started to address the concerns of G-90 delegations regarding excessive prescriptiveness of the text.

I wish also to highlight that it is necessary to agree on a mandate to initiate negotiations on the relation between TRIPS and CBD.

Thank you, Mr. President.



## ATOS INTERNACIONAIS

Os textos integrais dos atos abaixo relacionados encontram-se disponíveis na página eletrônica da Divisão de Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (<http://www2.mre.gov.br/dai/home.htm>)

### **Julho de 2005**

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, ao Acordo Geral de Cooperação para a Implementação do Projeto “Estudo de Viabilidade Técnico Econômico para Instalação de Fábrica de Medicamentos em Moçambique para Produção de Medicamentos Anti-Retrovirais e Outros” (15.07.2005)

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Bostuana (26.07.2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros Decorrentes do Transporte Marítimo e Aéreo. (27.07.2005)

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Secretariado do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) para Constituição do Centro Internacional de Cooperação Técnica em HIV/AIDS (CICT/AIDS) (27.07.2005)

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (28.07.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça em Timor-Leste” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Timor Leste (28.07.2005)

Ajuste Complementar, por troca de notas, ao Acordo de 21 de julho de 1972, que estabeleceu o limite lateral marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Uruguai (29.07.2005)

### **Agosto de 2005**

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia (09.08.2005)

Acordo sobre Criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia (09.08.2005)

Acordo de Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia (09.08.2005)

Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Benin (11.08.2005)

Acordo sobre Criação de Comissão Mista entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Benin (11.08.2005)

Acordo sobre Supressão de Vistos para os Detentores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Benin (11.08.2005)

Acordo na Área da Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia (12.08.2005)

Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Gâmbia (12.08.2005)

Acordo, por troca de notas, sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (15.08.2005)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Proteção Ambiental entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (17.08.2005)

Protocolo de Intenções entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde e Ambiente da República Argentina sobre Cooperação da Área da Saúde sobre Medicamentos (22.08.2005)

Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burkina Faso (30.08.2005)

### **Setembro de 2005**

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria (06.09.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca na Nigéria” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria (06.09.2005)

Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria (06.09.2005)

Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria (06.09.2005)

Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro (06.09.2005)

Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria (06.09.2005)

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nigéria (07.09.2005)

Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Timor Leste ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do “Programa de Cooperação Internacional em HIV/AIDS – Fase II” (09.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana (12.09.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Programa de Treinamento para Produtores em Técnicas de Produção para o Desenvolvimento da Indústria do Cajú na Guiana” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana (12.09.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas para o Estabelecimento da Produção da Soja nas Savanas Intermediárias da Guiana” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiana (12.09.2005)

Memorando de Entendimento sobre Consultas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (12.09.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Execução do Projeto “Apoio ao Programa Nacional de Prevenção e Controle de DST/HIV/AIDS da Guatemala” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (12.09.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para a Implementação da Fase II do Projeto “Bolsa-Escola na Guatemala” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (12.09.2005)

Emenda ao Ajuste Complementar do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, Modificado por Adendum de Data Vinte Dois de Agosto de Dois Mil e Dois, para a Implementação do Projeto Alfabetização Solidária na Guatemala entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (12.09.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Transferência de Técnicas em Sistemas de Produção de Frutas Tropicais para a Guatemala” entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (12.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala (12.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador (13.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Honduras (13.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua (13.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá (13.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana (13.09.2005)

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Áustria (19.09.2005)

Protocolo de Intenções entre o Instituto Rio Branco e a Academia Diplomática de Viena, academias diplomáticas, respectivamente, do Governo da República Federativa do Brasil e do Governo da República da Áustria (19.09.2005)

Memorando de Entendimento para Apoio ao Fórum Mundial de Turismo para Paz e Desenvolvimento Sustentável entre o Governo da República Federativa do Brasil e o PNUMA (19.09.2005)

Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria (27.09.2005)

Acordo relativo à Terceira Reunião da Conferência das Partes Atuando como Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena e à Oitava Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade Biológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a ONU (28.09.2005)

Acordo para a Realização da Conferência sobre a Conta Satélite de Turismo: Compreender o Turismo e Estabelecer Estratégias entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Turismo (08.09.2005)

Memorando de Entendimento em Cooperação Industrial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (30.09.2005)

Acordo sobre Transporte Marítimo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América (30.09.2005)

## **Outubro de 2005**

Protocolo de Cooperação no Domínio do Patrimônio Cultural Edificado entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto Português do Patrimônio Arquitetônico e o Ministério da Cultura do Brasil através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (13.10.2005)

Protocolo de Colaboração Cinematográfica entre o Ministério da Cultura de Portugal através do Instituto do Cinema Audiovisual e Multimídia e o Ministério da Cultura do Brasil através da Agência Nacional do Cinema do Brasil nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas (13.10.2005)

Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Portugal (13.10.2005)

Acordo para a Proteção de Informação Classificada entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Portugal (13.10.2005)

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas da República Portuguesa e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil na Área de Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal (13.10.2005)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Alterações Climáticas e do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Portugal (13.10.2005)

Protocolo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Administração de Portugal e a Escola Nacional de Administração Pública do Brasil na Área da Administração Pública (13.10.2005)

Convênio de Cooperação Técnica para a Automatização do Voto na República de Honduras entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização dos Estados Americanos (14.10.2005)

Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Hong Kong (20.10.2005)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Conservação da Biodiversidade Florestal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (13.10.2005)

Ajuste Complementar para o aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica e Operacional e Educação Corporativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Inter-americano de Cooperação e Agricultura (26.10.2005)

Ajuste Complementar para a Gestão e Modernização da Tecnologia da Informação e Implementação do Modelo de Gestão da Segurança da Informação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Projeto de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Instituto Inter-americano de Cooperação e Agricultura (26.10.2005)

Acordo de Cooperação no Domínio do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Portugal (29.10.2005)

### **Novembro de 2005**

Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas para o Processamento de Frutas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Jamaica (01.11.2005)

Acordo para o Estabelecimento e o Funcionamento de Escritório do ACNUR no Brasil entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas (08.11.2005)

Convênio de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos para a Automatização do Voto na República Dominicana (22.11.2005)

Programa de Cooperação no Âmbito da Subcomissão para as Áreas da Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia, Juventude e Desporto para 2006-2009 entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Portugal (23.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica e Industrial que entre si celebram o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil, por meio da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), e o Ministério de Economia, Energia, Comércio Exterior e Política Científica do Reino da Bélgica, por meio do Centro Belga de Pesquisas Nucleares (SCK-CEN) (24.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento das Escolas Agrotécnicas de Timor-Leste” (28.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Apoio à Produção de Café Orgânico em Timor-Leste” (28.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Consolidação e Reprodução de Ações de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Equatoriana na Luta contra a Pobreza Rural” (29.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano Isidoro Ayora” (29.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Manejo da Produção e Processamento Agroindustrial de Frutas Tropicais no Litoral Equatoriano” (29.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Manejo Agronômico e Processamento para a Cultura do Cacau no Equador” (29.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica no Equador” (29.11.2005)

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores,

Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radioativos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo, por troca de notas, para bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Protocolo para o Estabelecimento de um Grupo de Alto Nível para a Implementação da Livre Circulação de Pessoas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Declaração sobre Subtração e Restituição de Menores entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Regulamento da Comissão Binacional Brasil-Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Protocolo de Estabelecimento do Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica para a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos, de Medicamentos e de Recursos de Diagnóstico entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo de Cooperação entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços da República Argentina na Área de Televisão Terrestre Digital (30.11.2005)

Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira da República Federativa do Brasil e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República da Argentina Referente ao Projeto Sac-D/Aquarius (30.11.2005)

Programa de Trabalho entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos da República Argentina para a Determinação da Equivalência dos Sistemas de Controle Sanitário e Fitossanitário (30.11.2005)

Protocolo para a Promoção do Ensino do Português e Espanhol como Segundas Línguas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Acordo de Cooperação Cultural entre a Secretaria de Cultura e o Ministério da Cultura - Programa de Trabalho Amazônia-Patagônia (PATAGÔNIA) entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina (30.11.2005)

Protocolo de Intenções entre o Ministério do Trabalho e Emprego da República Federativa do Brasil e o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da República Argentina sobre Cooperação em Matéria Trabalhista (30.11.2005)

Convênio de Cooperação em Matéria de Esportes entre o Ministério do Esporte da República Federativa do Brasil e a Secretaria de Esporte da República Argentina (30.11.2005)

Programa Executivo Cultural entre os Ministérios da Educação da República Federativa do Brasil e da República Popular da China para os anos de 2006 a 2008 (30.11.2005)

## **Dezembro de 2005**

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Desenvolvimento Empresarial, Formação Profissional e Promoção Social em Timor-Leste” (02.12.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Intercâmbio Técnico e Institucional na Área de Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos em Bacias Hidrográficas” (05.12.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para a Implementação do Projeto “Diplomado em Banca Comercial” (07.12.2005)

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Construção de uma Segunda Ponte Internacional sobre o Rio Paraná (08.12.2005)

Acordo, por troca de Notas, referente à Atualização das Bases Financeiras do Anexo C do Tratado de Itaipu entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai (08.12.2005)

Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia (09.12.2005)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Sindical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia (14.12.2005)

Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia (14.12.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto Capacitação Integral de Técnicos Colombianos no Cultivo da Seringueira entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia (14.12.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto Planos de Energização Rural Vinculados ao Desenvolvimento Local entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia (14.12.2005)

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para a Implementação do Projeto Formulação do Programa Distrital de Reciclagem de Bogotá, D.C. entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Colômbia (14.12.2005)

Acordo, por troca de Notas, relativo a Isenções Recíprocas de Impostos sobre a Renda e o Capital de Empresas de Transporte Marítimo e Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Alemanha (14.12.2005)

## COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS e INFORMAÇÕES

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini (04/07/2005)**

O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini, realizará visita de trabalho ao Brasil, nos dias 5 e 6 de julho corrente. Em Brasília, no dia 5, o Chanceler italiano manterá encontro de trabalho, seguido de almoço, com o Ministro Celso Amorim e será recebido em audiência de cortesia no Palácio do Planalto pelo Presidente da República. No dia 6, em São Paulo, o Ministro Fini será recebido pelo Governador do Estado.

A visita, a primeira do Chanceler Gianfranco Fini a país da América Latina, e exclusiva ao Brasil, insere-se no âmbito dos esforços que o Brasil e a Itália vêm empreendendo no sentido de relançar o diálogo político e a cooperação econômica bilateral.

A agenda internacional de ambos os países revela coincidência de propósitos em diversos temas, como o cumprimento das Metas do Milênio, a implementação das metas de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto, o combate ao crime organizado e a ajuda aos países mais pobres na luta contra a pobreza.

A Itália é hoje o quinto maior investidor externo no Brasil, o oitavo maior destino das nossas exportações e o nono maior fornecedor de produtos ao país.

No encontro em Brasília, os dois Chanceleres discutirão as possibilidades de desenvolver cooperação tripartite, por meio de projetos conjuntos de cooperação técnica em benefício de países da

África. Será discutida, também, a realização de missão empresarial de alto nível da Cofindustria italiana ao Brasil, prevista para 2006, com a meta de desenvolver projetos de parcerias industriais.

### **Comunicado à imprensa a respeito do contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão (05/07/2005)**

Está sendo circulado hoje, na Organização Mundial do Comércio (OMC), pedido brasileiro de autorização para adotar contramedidas sob o Artigo 4.10 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) e para suspender concessões e obrigações para com os Estados Unidos sob o Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC).

O pedido brasileiro será examinado em reunião do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (OSC) que terá lugar em 15 de julho próximo – prazo máximo de que dispõe o Brasil para reservar seus direitos de adoção de contramedidas. Nessa reunião, os Estados Unidos terão o direito de apresentar objeção a elementos contidos no pedido brasileiro. Nessa hipótese, o assunto seria automaticamente remetido a procedimento de arbitragem sob o Artigo 22.6 do ESC, a qual determinaria o montante e a forma das contramedidas autorizadas.

O pedido brasileiro decorre do fato de ter expirado, em 1º de julho corrente, o prazo para que os Estados Unidos retirassem os subsídios considerados proibidos pelo OSC, quais sejam: (i) as garantias de crédito para a exportação de algodão e outros produtos agrícolas sob os programas GSM

102, GSM 103 e SCGP; e (ii) os pagamentos efetuados sob o programa “Step 2” a exportadores de algodão e a usuários domésticos do produto norte-americano.

Com relação aos programas de garantias de crédito à exportação, o montante das contramedidas será calculado com base nos pedidos apresentados por exportadores norte-americanos durante o ano fiscal anterior. No que tange ao “Step 2”, o valor das contramedidas será equivalente aos desembolsos realizados sob o programa durante o ano safra encerrado mais recentemente.

O pedido de autorização para adotar contramedidas reserva os direitos do Brasil de suspender concessões e obrigações não somente na área de bens, sob a forma de impostos adicionais de importação, mas também prevê a possibilidade de se suspenderem concessões e obrigações sob os acordos de comércio de serviços (GATS) e de aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS).

O Governo brasileiro tem presente que, em 30 de junho último, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos anunciou mudanças nos programas de garantia de crédito à exportação. O Governo brasileiro também tomou nota, com satisfação, do anúncio de que estão sendo encaminhadas ao Congresso norte-americano propostas legislativas que prevêm a completa retirada do programa “Step 2” e do programa de garantias de crédito de longo prazo, o GSM 103. Esse conjunto de propostas também prevê a eliminação do teto de um por cento que ora se aplica aos prêmios cobrados sob os programas de garantias de crédito.

O Governo brasileiro reconhece que essas medidas norte-americanas constituem passo positivo na solução do contencioso. No que diz respeito aos programas de garantia de crédito à exportação, o Governo examinará as alterações efetuadas, com vistas a determinar se elas são suficientes para dar pleno cumprimento às recomendações do OSC. Com relação ao “Step 2”, caso a proposta encaminhada ao Congresso norte-americano seja

aprovada, estarão atendidas as determinações do OSC no que se refere àquele programa.

Tendo presente esse cenário, os Governos brasileiro e norte-americano chegaram a entendimento bilateral que prevê: (i) a suspensão imediata do procedimento de arbitragem acima referido; (ii) a solicitação a qualquer momento, pelo Brasil, de painel para exame da consistência das novas medidas adotadas pelos Estados Unidos com as disciplinas multilaterais (painel de revisão); e (iii) a possibilidade de retomada, pelo Brasil, do procedimento de arbitragem sob o artigo 22.6 do ESC, caso o painel de revisão julgue que as medidas adotadas não são suficientes para atender às recomendações do OSC.

Vale recordar que o pedido de autorização para adotar contramedidas hoje circulado na OMC não abarca os demais subsídios que foram considerados inconsistentes com as disciplinas multilaterais. De acordo com as determinações do OSC, os Estados Unidos dispõem de maior prazo - até 21/09/2005 - para tomar as medidas apropriadas para remover os efeitos adversos desses subsídios ou retirá-los.

O Governo brasileiro permanecerá empenhado em dar seguimento aos entendimentos bilaterais que vêm sendo mantidos nas últimas semanas com o Governo norte-americano com vistas a alcançar solução para o contencioso que seja mutuamente satisfatória e que contemple a plena implementação das recomendações do OSC.

O Governo brasileiro mais uma vez reconhece a exitosa parceria estabelecida com o setor privado, mais especificamente com a ABRAPA, na condução do assunto. Essa parceria deve ser mantida e mesmo aprofundada nas próximas etapas do contencioso.

#### **Declaração Conjunta por ocasião da visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Itália, Gianfranco Fini - Brasília (05/07/2005)**

O Vice-Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Itália,

Gianfranco Fini, realizou visita oficial ao Brasil em 5 de julho de 2005, quando manteve reunião de trabalho com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e foi recebido em audiência pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. A visita do Ministro Fini, como aquela que o Chanceler brasileiro realizou a Roma em novembro de 2003, propiciou a continuidade do diálogo marcado por profunda amizade, que caracteriza as relações entre os dois países, e do atual processo de maior aproximação entre as Chancelarias e Governos brasileiro e italiano.

2. O Ministro Celso Amorim deu início à reunião, referindo-se aos antigos laços históricos que unem os dois países. A presença no Brasil de 25 milhões de descendentes de italianos confere ao relacionamento bilateral caráter particular, tendo em vista as afinidades culturais que promove e a expressividade dos contatos interpessoais. Relembrou, nesse contexto, a visita ao Brasil, no último mês de maio, do Ministro dos Italianos no Mundo, Mirko Tremaglia.

3. Os Ministros Celso Amorim e Gianfranco Fini congratularam-se com a tradicional e consistente presença de empresas italianas na economia brasileira em múltiplas áreas de atividade. Os Ministros Celso Amorim e Gianfranco Fini expressaram sua opinião de que, apesar da variedade dos investimentos italianos, ainda existem muitas oportunidades a serem exploradas. No rastro dos contatos ocorridos em matéria de colaboração infra-estrutural, entre as quais a visita, em março de 2004, do Ministro das Infra-Estruturas e Transportes, Pietro Lunardi, foi ressaltado que a experiência e a capacidade operacional italianas serão bem-vindas em projetos, em especial na área de infra-estruturas, do programa do Governo brasileiro de parcerias público-privadas ou em novas associações, inclusive de médias e pequenas empresas.

4. O Ministro Fini informou o Ministro brasileiro de que é intenção da Confederação Nacional das Indústrias Italianas enviar missão

chefiada por seu Presidente, Luca Cordero di Montezemolo, ao Brasil, no início de 2006, com o objetivo de estabelecer contatos com empresas brasileiras interessadas em parcerias industriais. Ambos manifestaram a certeza de que o anúncio de sua realização será motivo de expectativa por parte da iniciativa privada brasileira. Desejaram que a missão venha a ensejar uma efetiva ampliação da cooperação econômica bilateral.

5. Os dois Ministros manifestaram sua satisfação com o elevado patamar alcançado na cooperação técnica bilateral, que se desenvolve entre os dois Governos através de parcerias envolvendo órgãos e instituições dos dois países, entidades brasileiras e ONG's italianas e Estados e Municípios brasileiros com regiões e províncias italianas. Convergiram quanto à importância de fortalecer a cooperação bilateral nas áreas de cultura, ciência e tecnologia e indústrias criativas. Decidiram, além disso, promover a cooperação bilateral no campo das energias renováveis, como o etanol.

6. Expressaram igualmente seu firme apoio aos estudos em curso com vistas a estender essa cooperação a terceiros países, de modo a cooperar com esforços que venham empreendendo em harmonia com as Metas do Milênio. Os Ministros mencionaram o interesse comum de que essa iniciativa venha a beneficiar de forma prioritária os países africanos.

7. Os dois Ministros concordaram em continuar intercambiando informações sobre as negociações Mercosul-União Européia a fim de permitir a ambos os Governos apreciação mais pormenorizada de posições com relação ao processo negociador inter-regional. Brasil e Itália estão firmemente comprometidos em alcançar resultado equilibrado e ambicioso nas negociações do Acordo Inter-regional Mercosul-UE. Reiteraram o compromisso de trabalhar de forma construtiva e intensa no sentido de concluir as negociações inter-regionais Mercosul-UE no mais breve prazo possível.

8. O Ministro Amorim e o Ministro Fini coincidiram sobre a necessidade de alcançar as

Metas de Desenvolvimento do Milênio e destacaram a importância de assegurar resultados concretos à “Ação contra a fome e a pobreza”, que possam ser apresentados em setembro próximo em Nova York, por ocasião da avaliação da implementação da Declaração do Milênio.

9. Os Chanceleres brasileiro e italiano salientaram a convergência entre o Brasil e a Itália no tocante à necessidade de reformar as Nações Unidas de modo a tornar a Organização melhor aparelhada para lidar com os desafios que enfrenta a comunidade internacional.

10. Celso Amorim e Gianfranco Fini convergiram sobre a importância de fortalecer o sistema multilateral de comércio e reiteraram seu compromisso com o êxito da Reunião Ministerial de Hong Kong e com o pleno cumprimento no mais breve prazo da Agenda para o Desenvolvimento de Doha.

Brasília, 5 de julho de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a participação do Presidente Lula em reunião do G-8 em Gleneagles (05/07/2005)**

A convite do Primeiro-Ministro britânico, Tony Blair, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com os líderes de África do Sul, China, Índia e México, participará, em 7 de julho corrente, em Gleneagles, na Escócia, da Reunião de Cúpula do G-8 (grupo dos 7 países mais industrializados do mundo e Rússia).

Na Cúpula serão discutidas questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social e às mudanças do clima. Os líderes dos cinco países convidados deverão ressaltar a importância do multilateralismo e da repartição equitativa dos benefícios da globalização. Reafirmarão o papel da cooperação Sul-Sul e a relevância de iniciativas como a “Ação Contra a Fome e a Pobreza”, convocada pelo Presidente Lula. Defenderão, ainda, a intensificação da cooperação Norte-Sul e a mobilização de apoio internacional à obtenção de

recursos financeiros novos e adicionais para o desenvolvimento e o combate à fome e à pobreza, assim como a remoção de barreiras ao comércio internacional, especialmente de produtos agrícolas.

No que tange aos impactos globais da mudança do clima, deverão ser debatidas possíveis estratégias de resposta, tendo presente a entrada em vigor do Protocolo de Quioto, em 16 de fevereiro último, o qual abre novos caminhos para a cooperação internacional, com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos Estados - um dos pilares do regime internacional sobre mudança do clima. O Brasil e os demais quatro países convidados reafirmarão junto ao G-8 a importância de que os países desenvolvidos liderem os esforços para mitigar a mudança do clima, em particular no que se refere às políticas para reduzir as emissões de gases de efeito-estufa. Ressaltarão, nesse contexto, a urgência de que se estabeleça um novo paradigma para a cooperação internacional, que leve em consideração as perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento e assegure que tecnologias economicamente viáveis, com impacto positivo na mudança do clima, sejam colocadas à disposição dos países em desenvolvimento. Esses e os demais temas deverão ser objeto de Declaração Conjunta dos cinco países convidados.

Além de participar de reuniões com os demais países convidados e com o G-8, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá manter, à margem da Cúpula, encontro com o Primeiro-Ministro Tony Blair.

### **Declaração Conjunta dos Chefes de Estado e/ou de Governo do Brasil, China, Índia, México e África do Sul, participantes da Cúpula do G-8 em Gleneagles (07/07/2005)**

#### **Introdução**

1. Nós, os Chefes de Estado e/ou de Governo de Brasil, China, Índia, México e África do Sul, agradecemos o convite do Primeiro-Ministro Tony Blair para participar na Cúpula do G-8 em Gleneagles.

2. No momento histórico do sexagésimo

aniversário das Nações Unidas e de outros importantes eventos que ocorrerão ao longo deste ano, incluindo o processo de reformas das Nações Unidas para dar maior voz aos países em desenvolvimento nas decisões das Nações Unidas, a Cúpula de Gleneagles é uma oportunidade para dar maior impulso a esses processos e para enviar uma mensagem positiva sobre cooperação internacional. Isto deve ser atingido pela promoção do multilateralismo, pela intensificação da cooperação Norte-Sul e pela repartição dos benefícios da globalização entre todos.

3. Reafirmamos o papel da cooperação Sul-Sul no contexto do multilateralismo, e a necessidade de fortalecê-la. Estamos plenamente comprometidos com a estreita coordenação e cooperação para enfrentar os desafios apresentados pela globalização, e para promover o interesse comum dos países em desenvolvimento por meio de um esforço mais efetivo para congregar nossas prioridades e estratégias de negociação internacional. Recordamos o resultado da Segunda Cúpula do Sul, realizada em Doha, em junho de 2005, que reconheceu a importância de iniciativas como a “Ação de Combate à Fome e à Pobreza”, e a proposta do Fundo de Desenvolvimento do Sul.

#### Temas Econômicos Globais

4. Maiores estabilidade e certeza na economia mundial são fundamentais, juntamente com um contexto internacional que forneça aos países em desenvolvimento oportunidades melhores e mais justas. Os países em desenvolvimento freqüentemente sofrem os efeitos adversos de crises e desequilíbrios macroeconômicos nas economias principais, que se encontram na posição de estimular as condições para o crescimento econômico global e o desenvolvimento.

5. A persistência da fome e da pobreza, mesmo quando os meios para eliminá-las estão disponíveis, é um grande obstáculo ao desenvolvimento sustentável.

6. A mobilização de apoio internacional para

obter recursos financeiros adicionais para o desenvolvimento e para o combate à fome e à pobreza, por meio da implementação efetiva dos acordos e compromissos alcançados pela comunidade internacional no “Consenso de Monterrey” acordado na Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, é uma condição necessária para atingir as metas e os objetivos estabelecidos na “Declaração do Milênio”. Assim, devemos preservar a coerência, a parceria, a determinação e o senso de responsabilidade compartilhada, que são os elementos e princípios comuns que devem ser adotados, por todos os membros da comunidade internacional, se quisermos ver resultados positivos.

7. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio não podem ser implementados a tempo e em sua totalidade com os atuais níveis de Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (AOD), que permanece direcionada a projetos de curta duração e varia de acordo com as prioridades políticas e orçamentárias dos países doadores. Por esta razão, os países doadores devem cumprir o compromisso de atingir a meta de destinar à AOD no mínimo 0,7% de seu PIB. Isto seria de grande ajuda ao financiamento de iniciativas de combate à pobreza e à fome.

8. Saudamos a decisão adotada pelos Ministros de Finanças do G-8 para promover maior alívio da dívida de diversos Países de Menor Desenvolvimento Relativo.

9. A remoção de barreiras ao comércio de produtos e serviços de interesse de países em desenvolvimento é essencial para o desenvolvimento, o combate à pobreza e a proteção do meio ambiente. A Agenda para o Desenvolvimento de Doha destaca, claramente, o papel central do desenvolvimento nas negociações comerciais em curso. Contudo, é preciso maior progresso para materializar esse compromisso coletivo. Há necessidade de corrigir o déficit de desenvolvimento, que se tornou mais agudo após o resultado dos acordos da Rodada Uruguai.

10. A comunidade internacional precisa enviar

um sinal claro e positivo à Rodada de Doha de negociações comerciais com vistas ao sucesso da 6ª Reunião Ministerial da OMC, que será realizada em Hong Kong, China, em dezembro de 2005. Nesse contexto, é fundamental que se alcancem progressos substantivos, até o fim de julho de 2005, no tocante a negociações agrícolas, acesso a mercados não-agrícolas, serviços, regras e facilitação de comércio. Medidas de apoio doméstico à agricultura em países desenvolvidos que distorcem o comércio devem ser substancialmente reduzidas e todas as formas de subsídios à exportação devem ser eliminadas em data a ser acordada.

11. Todos os membros da comunidade internacional devem trabalhar juntos para reformar o sistema econômico internacional atual, com vistas a fortalecê-lo e torná-lo mais comprometido com o apoio ao desenvolvimento, inclusive reformando as instituições de Bretton Woods e assegurando maior voz aos países em desenvolvimento.

#### Mudança do clima

12. A mudança do clima tem profundo impacto no desenvolvimento de nossas sociedades, e continuará a tê-lo num futuro próximo. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e seu Protocolo de Quioto estabelecem um regime que trata de forma adequada os aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável.

13. O regime internacional representado pela Convenção do Clima e seu Protocolo de Quioto baseia-se na diferenciação de obrigações entre as Partes, conforme o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas dos Estados. Os países desenvolvidos devem, portanto, liderar as ações internacionais de combate à mudança do clima, implementando plenamente suas obrigações de redução de emissões e de provisão aos países em desenvolvimento de recursos financeiros adicionais, bem como transferência para os países em desenvolvimento de tecnologias limpas, de baixa

emissão e economicamente viáveis.

14. Em consonância com o princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, a Convenção do Clima e o Protocolo de Quioto não estabelecem quaisquer metas quantitativas de redução de emissões para os países em desenvolvimento, mas ainda exigem que esses países implementem políticas e medidas apropriadas para lidar com a mudança do clima, levando em consideração suas circunstâncias específicas e com o apoio dos países desenvolvidos.

15. O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL/CDM), incorporado ao Protocolo de Quioto, oferece marco importante e inovador para a participação dos países em desenvolvimento nos esforços internacionais de combate à mudança do clima. Ademais, nossos países já realizaram esforços de mitigação e adaptação que precedem e complementam aqueles relacionados ao MDL/CDM.

16. A Cúpula de Gleneagles deve reconhecer que a Convenção estabelece que o desenvolvimento econômico e social e a erradicação da pobreza são as prioridades primordiais e absolutas dos países em desenvolvimento. Como tal, há necessidade urgente de desenvolver e financiar políticas, medidas e mecanismos de adaptação aos efeitos adversos inevitáveis da mudança do clima, que estão sendo arcados principalmente pelos pobres.

17. Mudanças nos padrões insustentáveis de produção e consumo nos países industrializados têm de ser implementadas. Eficiência energética e fontes renováveis de energia, como solar, eólica e hidroelétrica, e biocombustíveis, como etanol e biodiesel, oferecem oportunidades que merecem atenta consideração.

18. Exortamos os líderes do G-8 e a comunidade internacional a conceberem mecanismos inovadores para a transferência de tecnologia e proverem recursos financeiros novos e adicionais para os países em desenvolvimento no âmbito da Convenção do Clima e de seu Protocolo de Quioto. Com esse propósito, propomos um novo paradigma

para a cooperação internacional, voltado para a obtenção de resultados concretos e devidamente avaliados, levando plenamente em consideração as perspectivas e necessidades dos países em desenvolvimento. Esse paradigma necessita assegurar que tecnologias que têm um impacto positivo na mudança do clima sejam tanto disponíveis como economicamente viáveis para os países em desenvolvimento, e demandará um esforço concertado para lidar com as questões relativas aos direitos de propriedade intelectual. Recursos financeiros adicionais, ademais daqueles já disponíveis através da AOD, devem ser direcionados aos países em desenvolvimento, de forma a permitir que eles acessem tecnologias indispensáveis. Cooperação em pesquisa na área de novas tecnologias, envolvendo tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, também deve ser encorajada.

#### **Comunicado à imprensa a respeito da mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre os atentados em Londres (07/07/2005)**

Em Gleneagles, onde me encontro para participar de reunião do G-8, tomei conhecimento, com profunda consternação, dos atentados ocorridos na manhã de hoje em Londres, que causaram a perda de vidas inocentes e feriram dezenas de pessoas.

O Brasil expressa sua mais firme condenação a mais essa deplorável ação terrorista.

Em nome do Governo brasileiro e no meu próprio, apresentei as mais sinceras condolências ao Primeiro-Ministro Tony Blair e ao Governo do Reino Unido e manifesto minha sentida solidariedade com o sofrimento das famílias das vítimas.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil

#### **Comunicado à imprensa sobre a Declaração de Londres do G-4 (08/07/2005)**

(versão em português do original em inglês)

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro

das Relações Exteriores da Alemanha, Joschka Fischer, o Ministro das Relações Exteriores da Índia, Natwar-Singh, e o Ministro das Relações Exteriores do Japão, Machimura Nobutaka, reuniram-se hoje, na Embaixada do Brasil em Londres, com o Ministro das Relações Exteriores de Gana, Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, na condição de membro do grupo de contato do mecanismo de seguimento sobre a reforma da ONU estabelecido pela União Africana, com o objetivo de examinar os desdobramentos da Cúpula da UA em Sirte e de discutir perspectivas de ação conjunta no futuro imediato com relação à expansão e reforma do Conselho de Segurança da ONU.

O G-4 apresentou seu projeto de resolução-quadro no dia 8 de julho de 2005. O Ministros recordaram a Declaração de Bruxelas, que expressou sua intenção de introduzir o texto da resolução-quadro, com vistas à sua adoção pela Assembleia Geral após as reuniões da União Africana e da Caricom em julho. À luz das decisões da recente Cúpula da União Africana, em Sirte, e da Cúpula da Caricom, em Santa Lúcia, os Ministros reiteraram sua disposição de continuar a dialogar com a União Africana, com a Caricom e com os co-patrocinadores do projeto de resolução, bem como com os demais membros da ONU.

Os cinco Ministros das Relações Exteriores mantêm-se comprometidos com a reforma da ONU, especialmente com a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a ampliação do número de membros não-permanentes e permanentes, e trabalharão juntos para alcançar um resultado exitoso.

Os Ministros acordaram encontrar-se no dia 17 de julho, na Missão da Índia em Nova York, para continuar a discutir o assunto.

Os Ministros condenaram veementemente os ataques terroristas em Londres, no dia 7 de julho de 2005, e expressaram seu profundo pesar e suas condolências às vítimas desses atentados e suas famílias, bem como ao povo e ao Governo do Reino Unido, e reafirmaram sua determinação de não

poupar esforços no combate ao terrorismo, em conformidade com suas responsabilidades sob a Carta das Nações Unidas.

8 de julho de 2005

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Comissária de Relações Exteriores da União Européia (11/07/2005)**

A Comissária de Relações Exteriores da União Européia, Embaixadora Benita Ferrero-Waldner, realizará visita oficial ao Brasil, em 11 e 12 de julho corrente. A Comissária manterá reunião com o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. A reunião permitirá examinar temas das agendas internacional e regional, bem como avaliar os entendimentos decorrentes da IX reunião da Comissão Mista, celebrada em abril passado, no que tange à cooperação bilateral nas áreas de comércio, cooperação técnica, ciência e tecnologia, meio ambiente e sociedade da informação.

A Comissária Ferrero-Waldner viajará para São Paulo no dia 12, onde visitará o Parlatino e participará na FIESP da mesa-redonda “Fortalecendo o Relacionamento Brasil-Mercosul e UE, com vistas aos Desafios Futuros”.

O Brasil está ligado aos países da União Européia por laços histórico-culturais, pela convergência de posições sobre diversos temas da pauta internacional e por importantes relações de comércio e investimentos. Em 2004, a UE foi o primeiro destino das exportações brasileiras e origem de cerca de um quarto de nossas importações. Os investimentos europeus no país totalizam US\$ 147 bilhões.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à França (12/07/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da Senhora Marisa Letícia e de comitiva ministerial, realizará visita oficial à França de 13 a 15 de julho. O Presidente Lula manterá

encontros de trabalho com o Presidente Jacques Chirac, o Primeiro-Ministro Dominique de Villepin, o Prefeito de Paris, Bertrand Delanoë, e outras autoridades francesas. O Presidente assistirá, no dia 14, ao desfile comemorativo da data nacional francesa. Também comparecerá a reuniões e eventos empresariais, acadêmicos e culturais, bem como ao Foro Franco-Brasileiro da Sociedade Civil.

A visita ocorre durante o “Ano do Brasil na França”, que conta com cerca de 400 iniciativas nas áreas da cultura, história e atualidade brasileira, no decorrer de 2005, as quais têm despertado grande interesse da sociedade e dos meios de comunicação da França.

Destaca-se no contexto da visita a assinatura do acordo para a construção de ponte sobre o Rio Oiapoque, que ligará o Estado do Amapá à Guiana Francesa. A ponte ampliará a infra-estrutura e constituirá importante fator de promoção do desenvolvimento da região em bases sustentáveis.

Durante a visita, está prevista, igualmente, a assinatura de acordo de cooperação no âmbito do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo” do Protocolo de Quioto; de acordos na área da aeronáutica militar; e de protocolo de intenções em matéria de tecnologias avançadas, como biocombustíveis e tecnologia espacial, e suas aplicações na indústria, particularmente no tocante a pesquisa, estudos, desenvolvimento, experimentações, inovação e formação.

A visita realiza-se em momento de grande dinamismo nas relações Brasil-França, caracterizadas por reconhecida afinidade de visões sobre a agenda internacional, sobretudo no que se refere ao combate à fome e à pobreza e à defesa do multilateralismo. O Brasil e a França, juntamente com Alemanha, Argélia, Chile e Espanha, têm liderado ação global em favor da identificação de fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento e à luta contra a fome e a pobreza.

Os dois países coincidem também quanto à necessidade de reforma das Nações Unidas. A França

manifestou firme apoio ao pleito brasileiro a um assento permanente no Conselho de Segurança e decidiu copatrocinar o projeto de resolução sobre o assunto que foi apresentado pelo G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão) e está, no momento, sendo considerado pela Assembléia Geral das Nações Unidas.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a França ultrapassou US\$ 4,4 bilhões em 2004. Nos primeiros cinco meses de 2005, as exportações brasileiras para o mercado francês – quinto maior para o Brasil entre os países desenvolvidos – alcançaram mais de US\$ 1 bilhão, com crescimento de 22,3% em relação ao mesmo período de 2004. O Brasil é o principal parceiro comercial da França na América Latina.

### **Declaração à imprensa dos Ministros do G-20 presentes em Dalian (12/07/2005)**

(versão em português do original em inglês)

1. A agricultura está no centro da Rodada Doha. Por ser a área com as maiores distorções mantidas pelos países desenvolvidos e na qual países em desenvolvimento desfrutam de vantagens comparativas consideráveis, significativos resultados em agricultura são essenciais para levar a Rodada Doha a uma conclusão bem-sucedida em 2006.

2. Os Ministros do G-20 presentes em Dalian reafirmaram sua disposição para um diálogo constante e construtivo com todos os Membros da OMC, no intuito de trabalhar com vistas a resultados positivos em julho. O Grupo tem assumido papel de liderança no sentido de fazer avançar as negociações por meio da apresentação de propostas concretas em todos os três pilares das negociações agrícolas. O G-20 aguarda a reação dos atores mais relevantes, que ainda estão por demonstrar vontade política de implementar compromissos condizentes com as ambições estabelecidas no Mandato de Doha. Os resultados em julho deveriam ser o produto de uma abordagem de baixo para cima para assegurar um resultado legítimo para estas negociações em benefício de todos os Membros.

3. Os textos a serem acordados em julho devem ser equilibrados e, em agricultura, o equilíbrio deve ser alcançado entre e dentro dos pilares. Os principais pontos dos três pilares são os seguintes:

\* Apoio doméstico: uma estrutura acordada para reduções no apoio em geral e na Medida de Apoio Agregado (AMS) definirá um patamar para reduções substanciais de apoio distorcivo ao comércio. Novas disciplinas na Caixa Azul e na Caixa Verde devem assegurar que a Caixa Azul gere menos distorções comerciais que a Medida de Apoio Agregado (AMS) e que as políticas da Caixa Verde permaneçam de fato não-distorcivas ou minimamente distorcivas ao comércio e à produção. O G-20 também reafirma que os países em desenvolvimento sem Medida de Apoio Agregado não deverão estar sujeitos a qualquer corte no apoio de minimis.

\* Competitividade das exportações: um compromisso imediato de congelamento em todas as formas de subsídios à exportação tornaria efetivo o espírito do acordo de julho. Mais ainda, todas as formas de subsídios à exportação deveriam ser eliminadas num período não superior a 5 anos.

\* Acesso a mercado: acordo sobre a natureza da fórmula é o elemento central da estrutura neste pilar. Os membros do G-20 acreditam que uma fórmula de redução tarifária linear dentro de faixas é a melhor alternativa para fazer avançar as negociações.

4. O tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento constitui parte integral de todos os elementos da negociação. O G-20 está também determinado a tornar operacionais as cláusulas do acordo de julho sobre tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular Produtos Especiais (SPs) e Mecanismos Especiais de Salvaguardas (SSM), de forma a preservar a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as preocupações de subsistência de milhões de pessoas.

5. O G-20 também acredita que a preocupação de países em desenvolvimento produtores de algodão deveria receber atenção

expedita nas frentes comercial e de desenvolvimento.

6. O G-20 reitera que preocupações de novos membros da OMC precisam ser efetivamente consideradas por meio de cláusulas de flexibilidade específicas em todos os pilares.

7. Os ministros do G-20 notam o crescente uso de barreiras não-tarifárias por países desenvolvidos para restringir o acesso a mercados no comércio agrícola, de forma contrária às disciplinas básicas da OMC.

8. O G-20 reafirma seu compromisso de cooperar com outros grupos, especialmente de países em desenvolvimento, para fazer progredir as negociações agrícolas com o objetivo de estabelecer condições competitivas iguais mediante a eliminação de subsídios e abertura de mercados em países desenvolvidos. Essas medidas contribuirão para que os países em desenvolvimento reduzam a pobreza e a desigualdade e melhorem sua inserção na economia internacional.

### **Comunicado à imprensa a respeito do Seminário sobre Segurança Cidadã na América do Sul, Brasília (12/07/2005)**

Será realizado no Palácio Itamaraty, nos dias 13 e 14 de julho corrente, Seminário sobre Segurança Cidadã na América do Sul, com a presença de representantes dos doze países da região. O evento ocorre no contexto da preparação para a Reunião Ministerial sobre Segurança Cidadã da Comunidade Sul-Americana de Nações, que deverá ser realizada em Fortaleza, nos dias 25 e 26 de agosto próximo.

A Comunidade Sul-Americana de Nações foi criada pelos Presidentes dos países da América do Sul por ocasião da Reunião de Cúpula de Cuzco, realizada em dezembro de 2004. O tema da segurança – assim como os de agricultura, energia, comércio e infra-estrutura – está entre as áreas prioritárias para o desenvolvimento da Comunidade.

O encontro preparatório de Brasília e a Reunião Ministerial de Fortaleza buscarão traçar as diretrizes de

programa de ação voltado para o incremento da cooperação regional, bem como examinar aspectos relacionados com a segurança cidadã.

### **Comunicado à imprensa sobre a participação do Brasil no XVI Conselho Presidencial Andino (15/07/2005)**

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, chefiará a delegação brasileira ao XVI Conselho Presidencial Andino, a realizar-se no dia 18 de julho corrente, em Lima, Peru, em representação do Presidente da República.

A participação no XVI Conselho Presidencial Andino reveste-se de particular importância, uma vez que nessa reunião se consolidará a condição do Brasil e dos demais Estados Partes do MERCOSUL como Membros Associados à Comunidade Andina (CAN).

Em decisão adotada no último dia 7, o Conselho Andino de Ministros das Relações Exteriores outorgou aos países do MERCOSUL a condição de Estados Associados à CAN. Nas palavras do Secretário-Geral da Comunidade Andina, Embaixador Allan Wagner, essa decisão tem valor emblemático para a convergência entre os dois blocos sub-regionais para a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Vale recordar que todos os Países Membros da CAN – Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela – já são Estados Associados do MERCOSUL.

### **Comunicado à imprensa sobre a violência em Israel e nos territórios palestinos (15/07/2005)**

O Governo brasileiro acompanha, com apreensão, a escalada da tensão em Israel e nos territórios palestinos, resultante da sucessão de atos de violência que levaram, nos últimos dias, à morte de vários civis, inclusive da cidadã brasileira-israelense Dana Galkowicz, vítima de ataque de míssil disparado contra a localidade de Netiv Ha' asara, no sul de Israel.

O Governo brasileiro exorta todas as partes envolvidas a evitar quaisquer iniciativas que possam vir a comprometer os preparativos em curso para a retirada das Forças de Defesa de Israel da Faixa de Gaza, a desativação de assentamentos judeus naquele território e sua entrega à administração da Autoridade Nacional Palestina, prevista para o próximo mês de agosto.

O Governo brasileiro transmite suas mais sinceras condolências aos familiares da Sra. Galkowicz, bem como a todas as famílias das vítimas dos recentes episódios de violência na região.

### **Comunicado à imprensa a respeito da declaração franco-brasileira sobre os mecanismos inovadores de financiamento, Paris (15/07/2005)**

Menos de um ano após o encontro dos Chefes de Estado e de Governo de 20 de setembro de 2004 nas Nações Unidas, ao término do qual cerca de 110 países deram a seu apoio à Declaração de Nova York, desejamos dobrar os nossos esforços em prol da instauração de mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento. A adoção dessas fontes inovadoras é uma das condições essenciais para a realização, até 2015, dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento.

Sem prejuízo do prosseguimento das discussões sobre o conjunto dos elementos do “leque de opções” apresentado no Relatório do Grupo Quadripartite em setembro de 2004, como o combate à sonegação fiscal e a facilitação das transferências de fundos dos trabalhadores migrantes, e independentemente das negociações que se estão realizando no âmbito da Rodada Doha, desejamos concentrar nossos esforços em medidas concretas que sejam realizáveis a curto prazo: os descontos internacionais de solidariedade.

Esses descontos de solidariedade, aplicados em nível nacional e coordenados no plano internacional, permitirão levantar recursos consideráveis que virão completar a ajuda pública ao desenvolvimento tradicional, aumentando a

previsibilidade e a eficácia da ajuda dispensada aos países mais pobres. Várias bases de desconto nos parecem poder ser incentivadas a mais longo prazo, notadamente as transações financeiras internacionais.

Num primeiro momento, com a finalidade de provar a exeqüibilidade desses mecanismos e de atender aos casos mais urgentes, desejamos implementar, até 2006, um projeto piloto de contribuição internacional baseada nas passagens aéreas. O produto desta contribuição permitirá financiar, notadamente, o combate ao HIV/AIDS e a outras pandemias e, em particular, os compromissos prévios de compra de medicamentos, participando, por conseguinte, da globalização da solidariedade que esperamos ver-se concretizar.

Esta contribuição de solidariedade, cujo montante deverá ser bastante baixo, será descontada das passagens aéreas entregues aos passageiros que decolarem a partir dos aeroportos situados no território dos países que participarem deste mecanismo. Uma diferenciação poderá ser efetuada entre as passagens de classe econômica, business e primeira classe, bem como entre os vôos nacionais e internacionais. A diferença de meios entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento também deverá ser levada em conta na fixação das taxas de desconto.

Conclamamos o conjunto dos nossos parceiros a se unirem a nós neste empreendimento e prosseguiremos os nossos esforços de convicção neste sentido. A Cúpula dos dias 14 a 16 de setembro de 2005 sobre a realização dos Objetivos do Milênio oferecerá à comunidade internacional a oportunidade de demonstrar a sua capacidade de reação coletiva frente à persistência da fome e da pobreza e convidamos todos os países interessados a manifestarem publicamente, por ocasião dessa Cúpula, o seu apoio à contribuição de solidariedade sobre as passagens aéreas, bem como a sua determinação em participar da sua implementação daqui até 2006.

**Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Luanda, Angola, por ocasião da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (18/07/2005)**

O Ministro Celso Amorim participará da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em Luanda, Angola, nos dias 19 e 20 de julho de 2005. A CPLP, criada em 17 de julho de 1996, é integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, e compete ao Conselho de Ministros, que se reúne anualmente, coordenar as atividades, definir políticas e supervisionar o funcionamento da Comunidade. A presidência da CPLP é exercida atualmente por São Tomé e Príncipe.

A política exterior brasileira confere grande importância à CPLP em suas diversas vertentes de atuação, como mecanismo de concertação político-diplomática, de cooperação entre os países-membros e de promoção e difusão da língua portuguesa. Uma quarta vertente, a cooperação econômico-comercial, começou a ganhar força nos últimos anos e tem, igualmente, merecido prioridade da parte do Brasil.

A agenda da X Reunião do Conselho de Ministros compreende, no plano da concertação político-diplomática, temas relacionados a situações nacionais e regionais de interesse para os países-membros, a exemplo da situação na Guiné-Bissau.

Bilateralmente e no âmbito da CPLP, bem como de outros foros (ONU, IBAS), o Brasil vem prestando cooperação à Guiné-Bissau em diferentes áreas. Entre outros exemplos, figuram as doações efetuadas através de fundos multilaterais, e a missão da Justiça Eleitoral brasileira (TRE-MG), que colaborou na montagem da infra-estrutura de informática necessária à eleição presidencial bissauguineense.

Ainda no plano da concertação político-

diplomática, o Conselho de Ministros examinará as posições a serem defendidas na Fase de Túnis da Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação. Entre outros pontos a merecer atenção, está o de uma sociedade da informação pluralista, que promova a língua, a cultura e os valores comuns aos países integrantes da CPLP. O Brasil tem-se posicionado pela utilização das tecnologias da informação como instrumento para o desenvolvimento social, econômico e humano.

No plano da cooperação, a CPLP já estabeleceu pequeno elenco de projetos multilaterais, que são financiados pelo Fundo Especial da Comunidade e cujo objetivo central é o desenvolvimento de capacidades nos países beneficiários. Os Centros Regionais de Excelência em Desenvolvimento Empresarial (Luanda) e em Administração Pública (Maputo) estão entre tais projetos.

No plano da promoção e difusão da língua portuguesa, dois temas a serem considerados pelos Ministros consistem no Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e no Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Espera-se para breve a entrada em vigor do Acordo, logo que se conclua o processo em curso de ratificação do seu Segundo Protocolo Modificativo (já ratificado pelo Brasil). Quanto ao Instituto, deverá ser examinado projeto de reforma destinada a flexibilizar suas atividades e a vinculá-lo mais diretamente à própria CPLP.

Finalmente, a nova vertente de atuação que se vem consolidando na CPLP refere-se às atividades de cooperação para o desenvolvimento econômico e de promoção de iniciativas empresariais e de investimentos. Nesse particular, dois importantes temas serão considerados: a) negociações comerciais entre o MERCOSUL e os países em desenvolvimento da CPLP (na V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade, no ano passado, o Presidente Lula anunciou a disposição do MERCOSUL de iniciar essas negociações); b) desenvolvimento das atividades do Conselho

Empresarial e do Fórum Empresarial da CPLP. Deverá ser examinada, a este respeito, proposta de um fundo de investimentos da Comunidade.

**Comunicado à imprensa sobre a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Comunicado Final ( 20/07/2005)**

1. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores da República de Angola, da República Federativa do Brasil, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e o Secretário de Estado da Defesa da República Democrática de Timor-Leste, reuniram-se na X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, na cidade de Luanda, Angola, nos dias 19 e 20 de julho de 2005.

A cerimônia de abertura foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores de Angola, Dr. João Bernardo de Miranda.

Esta sessão ordinária do Conselho de Ministros, presidida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, Dr. Ovídio Pequeno, contou com a presença da Coordenadora do Comitê de Concertação Permanente, Embaixadora Alda Melo dos Santos, do Secretário- Executivo da CPLP, Embaixador Luís Fonseca, e do Secretário-Executivo Adjunto, Embaixador José Tadeu Soares.

Foram convidados a participar na Reunião o Presidente da Direção do Conselho Empresarial da CPLP; a Presidente da Assembléia-Geral e o Diretor-Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); o Diretor-Geral da Organização Internacional das Migrações (OIM); o Diretor-Geral da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO).

2. Tomaram boa nota do Relatório da Coordenadora da Reunião dos Pontos Focais de

Cooperação, Dra. Ana Paula Alvim, referente ao período 2004/2005, e saudaram os resultados alcançados com os trabalhos deste órgão da Comunidade.

Manifestaram particular satisfação pelos resultados positivos alcançados no processo de institucionalização do Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, sediado em Luanda, e do Centro Regional de Excelência em Administração Pública, em Maputo.

Congratularam-se com a realização, em Luanda, em 16 de julho, da I Reunião do Conselho Deliberativo do Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial e salientaram, com satisfação, a convergência de pontos de vista sobre os principais temas da cooperação multilateral, consubstanciados nas ações decorrentes das Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP.

3. Analisaram e aprovaram o Relatório apresentado pelo Secretário-Executivo da CPLP, sobre as atividades desenvolvidas no exercício 2004/2005, no âmbito das Decisões e Recomendações da V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, nos dias 26 e 27 de julho de 2004.

4. Igualmente analisaram e aprovaram o Relatório da Coordenadora do Comitê de Concertação Permanente (CCP) sobre as atividades desenvolvidas no exercício 2004/2005, no âmbito das Decisões e Recomendações da V Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé, nos dias 26 e 27 de julho de 2004.

5. Registraram com apreço o Relatório do Presidente do Conselho de Ministros da CPLP, Dr. Ovídio Pequeno, designadamente, no que respeita ao conjunto de medidas adotadas durante o seu primeiro ano de exercício, pertinentes à consolidação da CPLP e ao cumprimento das decisões da Conferência de São Tomé.

6. Promoveram um debate geral, em que reiteraram o compromisso de contribuir para a

construção de uma Sociedade da Informação fundada nos valores da paz, dignidade humana, democracia, igualdade, solidariedade e desenvolvimento sustentável.

Com respeito à atuação externa da CPLP, reiteraram a importância da concertação político-diplomática entre os Estados membros em fora internacionais, e, nesse contexto, agradeceram aos representantes das organizações convidadas as suas contribuições.

Em particular, examinaram a recente evolução do cenário internacional e a participação de membros da Comunidade e os seus parceiros regionais em eventos de magnitude, tais como a Cimeira da União Africana; a Reunião do G-8 e Países Convidados; e a participação da CPLP nos seguintes encontros: reuniões preparatórias da VI Reunião de Alto Nível entre o Secretário-Geral das Nações Unidas e as Organizações Regionais, que se realizará em Nova Iorque, em 25 e 26 do mês em curso; Reunião dos Três Espaços Lingüísticos; Segunda Reunião do Comitê Preparatório da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação que terá lugar em Tunes, em novembro próximo; Conferência Regional da América Latina e do Caribe sobre a Sociedade da Informação; e Cimeira das Nações Unidas sobre a Implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, em setembro próximo.

7. Congratularam-se com os progressos alcançados na área da concertação político-diplomática, designadamente o reforço da presença coordenada nos diversos fora internacionais e o acompanhamento regular da situação interna nos Estados membros.

Assim, saudaram a Guiné-Bissau pelos esforços de estabilização interna e consolidação democrática que culminaram na realização das eleições presidenciais, cujo primeiro turno ocorreu em 19 de junho passado, tendo a CPLP participado com uma relevante Missão de Observadores.

Congratularam-se, também, com a abertura de uma Representação Temporária da CPLP em

Bissau, dirigida pelo Dr. Carlos Moura, de nacionalidade brasileira, que procurará contribuir, através do diálogo com as autoridades do país, forças políticas e organizações da sociedade civil, para a reconciliação nacional e a normalização democrática, a par de uma estreita coordenação com os parceiros da Guiné-Bissau para a mobilização de recursos para o desenvolvimento do país.

8. Reafirmaram as decisões da II Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Salvador, nos dias 17 e 18 de julho de 1997, e da Conferência de São Tomé, sobre a perspectiva de alargamento do número de membros permanentes do Conselho de Segurança e, nesse sentido, reiteraram o apoio à inclusão do Brasil como membro permanente daquele órgão.

Manifestaram o apoio da CPLP ao projeto de resolução sobre a Reforma do Conselho de Segurança que cria seis novos assentos permanentes, entre os quais dois para a África e um para a América Latina e o Caribe.

9. Exprimiram o seu reconhecimento pelo endosso da CPLP às candidaturas dos Estados membros no âmbito dos Sistema das Nações Unidas, destacando as candidaturas de Angola, Brasil, Cabo Verde e Portugal para o Conselho de Administração e de Operações Postais da União Postal Universal (UPU); do Brasil para a Direção de Reforço das Capacidades Aduaneiras da Organização Mundial das Alfândegas (OMA); e de Portugal para o Conselho-Executivo da UNESCO (período de 2005 a 2009).

Saudaram a eleição do Dr. Luís Gomes Sambo, de nacionalidade angolana, para o cargo de Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde (OMS), processo que resultou de uma candidatura endossada na Conferência de São Tomé em julho de 2004.

Saudaram, da mesma forma, a designação do Engenheiro António Guterres, de nacionalidade portuguesa, para o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR).

10. Examinaram temas relativos ao combate

ao crime transnacional organizado e ressaltaram a importância da ratificação e implementação por todos os Estados membros da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Transnacional Organizado e os seus protocolos. Reiteraram, nesse contexto, o firme compromisso de cooperar no combate ao narcotráfico, incluindo esforços de interdição, redução da demanda, tratamento de dependentes e combate à lavagem de dinheiro.

Repudiaram todas as formas de terrorismo e seu financiamento e reconheceram a importância da cooperação entre os Estados no combate a esse flagelo. Concordaram em que compete às Nações Unidas desempenhar papel central na luta internacional contra o terrorismo e seu financiamento, em coordenação com outras Agências de âmbito global, regional e sub-regional ligadas ao tema.

11. Reiteraram os termos da “Resolução sobre Direitos Humanos e Abolição da Pena de Morte”, aprovada na VIII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Coimbra, em 17 e 18 de julho de 2003, e endossada pela Conferência de São Tomé. Nesse sentido, encorajaram, mais uma vez, os Estados membros que ainda não o fizeram, a ratificarem o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, bem como a integrarem as normas internacionais de Direitos Humanos nas suas Constituições nacionais e na sua legislação.

12. Reiteraram o seu apoio à iniciativa do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva da “Ação contra a Fome e a Pobreza” e, em seguimento ao Encontro de Líderes, promovido em setembro do ano passado, em Nova Iorque, concordaram em conjugar forças com vistas à identificação de mecanismos financeiros e inovadores para a promoção do desenvolvimento e combate à fome e à pobreza, capazes de fornecer recursos em bases estáveis, previsíveis e adicionais aos países em desenvolvimento.

13. Afirmaram o seu interesse no aprofundamento dos debates sobre mecanismos financeiros no âmbito da Comunidade, como forma

de contribuir para o processo de mobilização internacional em torno do tema. Nesse sentido, expressaram o seu apoio ao delineamento de instrumentos inovadores na forma de projetos-piloto, os quais poderão demonstrar a viabilidade técnica de propostas desse tipo e impulsionar as discussões sobre o tema por ocasião da Cimeira das Nações Unidas sobre a Implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

14. Sublinharam a importância da conclusão, com êxito, em 2006, da Rodada de Doha da OMC, com vistas ao aprimoramento do sistema de comércio multilateral em bases justas, transparentes e não-discriminatórias. A Rodada de Doha, lançada sobre o signo do desenvolvimento, oferece valiosa oportunidade para se corrigirem distorções nas regras do comércio internacional, em particular no que diz respeito à agricultura, tema central da rodada de negociações.

Nesse sentido, ressaltaram a importância de que os atores mais relevantes demonstrem vontade política para implementar compromissos condizentes com as ambições estabelecidas no mandato de Doha.

Congratularam-se pela boa acolhida que teve, na recente Reunião Mini-Ministerial da OMC, em Dalian, a proposta do G-20 para a elaboração da fórmula sobre acesso a mercado em agricultura. Exortaram os membros da OMC a envidarem todos os esforços nas próximas semanas para avançarem nas negociações da Rodada, passo que muito contribuiria para o sucesso da Reunião Ministerial de Hong Kong, em dezembro de 2005.

15. Congratularam-se com a inclusão da CPLP na lista das organizações internacionais elegíveis do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, para as quais as contribuições são contabilizadas para Ajuda Pública ao Desenvolvimento, que contribuirá para aumentar a visibilidade da CPLP e permitir o estabelecimento de parcerias internacionais com entidades bilaterais e multilaterais, nomeadamente para o financiamento dos seus programas.

16. No âmbito da cooperação, tomaram boa nota das conclusões e recomendações das diversas reuniões setoriais em nível ministerial e institucional e da sociedade civil, realizadas desde a Conferência de São Tomé.

Notaram, com interesse, a realização da V Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP, na cidade da Praia, em 28 e 29 de setembro de 2004, na qual foram tratados temas ligados à segurança e proteção sociais no âmbito da Comunidade.

Registraram, com satisfação, as importantes decisões emanadas da III Reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP, em Maputo, em 10 e 11 de novembro de 2004, de que se ressaltam os seguintes projetos: Potencialidades das Novas Tecnologias de Comunicação, Computação e Informação (criação de uma banda larga para todos os países da CPLP); Museus, Arquivos e Outras Instituições Científicas dos Estados membros (em que o IICT deverá disponibilizar o acervo bibliográfico e documental aos outros países da CPLP, entre outras atividades); Cultura Científica e Educação para a Ciência (introdução da educação para a ciência nos sistemas nacionais de educação e sociedade em geral).

Sublinharam a realização, em Luanda, nos dias 13 e 14 de maio de 2005, da IV Reunião dos Ministros da Cultura, congratulando-se com o estabelecimento da data de 5 de maio como o Dia da Cultura da CPLP e com a iniciativa de se organizar, em Coimbra, o I Encontro dos Responsáveis pelo Patrimônio Arquitetônico da CPLP, que se deverá debruçar sobre a criação do Fundo da CPLP, com o apoio da UNESCO, para o patrimônio edificado.

Saudaram o empenho dos Estados membros na organização de outras Reuniões Ministeriais Setoriais, destacando a realização do III Encontro dos Ministros Responsáveis pela Segurança da CPLP (São Tomé, 26 e 27 de julho) e da III Conferência dos Ministros Responsáveis pelas Pescas (Lisboa, 20 e 21 de janeiro de 2005).

Notaram, com interesse, a realização da IV Reunião do Conselho de Diretores da Polícia Judiciária e da Investigação Criminal da CPLP (Lisboa, 27 de setembro de 2004), da VIII Reunião do Secretariado Permanente de Análise Estratégica no âmbito da Defesa (Lisboa, 7 e 8 de outubro de 2004), do II Encontro das Fundações Lusófonas (Lisboa, outubro de 2004), do II Fórum Permanente dos Arquivos Nacionais de Língua Portuguesa (Maputo, outubro de 2004), do X Encontro de Medicina Militar da CPLP (Luanda, 22 a 25 de novembro de 2004), da XIV Reunião dos Presidentes e Diretores-Gerais de Estatística da CPLP (Lisboa, 29 e 30 de novembro de 2004), do IV Fórum dos Parlamentos da Língua Portuguesa (Brasília, 27 e 28 de janeiro de 2005), e do VIII Encontro dos Tribunais de Contas da CPLP (Lisboa, 1º de julho de 2005).

Sublinhando a importância das organizações de juventude, que asseguram o modelo das sociedades civis de amanhã, congratularam-se com as iniciativas do Fórum de Juventude da CPLP no sentido de promover a mobilidade e intercâmbio de jovens no seu espaço, como meio de fomentar o conhecimento intercultural, a tolerância e a solidariedade ativa.

17. Congratularam-se com o esforço continuado do Secretariado-Executivo em fomentar a cooperação com a sociedade civil, através da assinatura dos Protocolos com: a Fundação Oásis Cidade Aberta - FOCA (Lisboa, 18 de novembro de 2004), a União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa – UCCLA (15 de fevereiro de 2005) e a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Lisboa, 8 de junho de 2005).

Regozijaram-se, ainda, com a assinatura de um Memorando de Entendimento com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em novembro de 2004, e encorajaram o Secretário-Executivo a prosseguir os trabalhos para a assinatura dos Protocolos de Cooperação com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUD) e com a União Econômica e

Monetária da África Ocidental (UEMOA).

18. No que concerne à Cooperação Econômica e Empresarial, tomaram conhecimento, com satisfação, dos resultados do III Fórum Empresarial da CPLP, realizado na cidade da Praia, nos dias 6 e 7 de outubro de 2004, e reiteraram a importância do continuado desenvolvimento desta nova vertente de atuação da Comunidade.

Registraram com satisfação a oferta de Portugal para acolher o IV Fórum Empresarial da CPLP, que terá lugar na ilha da Madeira, em outubro próximo.

19 Tomaram nota da proposta, em debate no Conselho Empresarial da CPLP, da criação de um Fundo de Investimentos da Comunidade. Nesse contexto, expressaram o seu apoio à iniciativa e encorajaram o Conselho Empresarial a buscar concretizá-la, tendo em vista o efeito multiplicador que tal mecanismo poderia gerar, em benefício do crescimento dos investimentos e do comércio entre os Estados membros, bem como em termos de facilitação de acesso a financiamentos multilaterais e assistência técnica qualificada.

20. Sublinharam o potencial que o comércio entre as partes poderá desempenhar no fortalecimento e na consolidação da Comunidade e reafirmaram a vontade de buscar meios para incrementar os fluxos comerciais entre elas.

Congratularam-se com a realização do Programa de Formação em Negociação de Acordos Internacionais de Investimento para Negociadores dos países africanos de língua portuguesa e Timor-Leste, em Genebra, em abril de 2005, organizado pela UNCTAD com recurso a verbas da contribuição anual de Portugal para aquela Organização.

Tomaram nota, com satisfação, do avanço dos entendimentos com vistas ao início das negociações comerciais entre o MERCOSUL e os países em desenvolvimento da CPLP, assim como a oferta do Brasil de realização de curso de capacitação em comércio internacional, a realizar-se em Genebra, no segundo semestre de 2005.

21. A fim de promover maior participação e diálogo direto entre as capitais dos Estados membros, recomendaram que o Comitê de Concertação Permanente (CCP), no início do primeiro semestre de cada ano, em Lisboa, e na reunião que precede o Conselho de Ministros, bem como extraordinariamente, sempre que necessário, tenha a participação de Altos Funcionários dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, ao lado dos Representantes de cada país em Lisboa.

22. No âmbito da promoção e difusão da língua portuguesa, apreciaram o Relatório apresentado pelo Diretor Executivo do IILP.

23. Aprovaram as seguintes Resoluções sobre:

- Estatuto de Observador;
  - Regulamento dos Embaixadores de Boa Vontade;
  - Estreitamento das relações entre o IILP e a CPLP;
  - Alteração dos Estatutos do IILP;
  - Contribuições para Missões Especiais da CPLP;
  - Alteração do Regimento do Fundo Especial da CPLP;
  - Grupos CPLP nas capitais e sedes de Organizações Internacionais;
  - Comemoração do X aniversário da CPLP;
  - Cidadania e Circulação no espaço da CPLP;
  - Coordenação das Reuniões Ministeriais;
  - Orçamento de Funcionamento do Secretariado-Executivo da CPLP para o exercício de 2005;
  - Orçamento de Funcionamento do Secretariado-Executivo da CPLP para o exercício de 2006;
  - Relatório de Auditoria Conjunta às Demonstrações Financeiras da CPLP;
  - Escala de Contribuições para o IILP;
  - Guiné-Bissau
24. Saudaram os esforços do Governo

angolano no combate e controle do vírus de Marburg, cuja epidemia assolou particularmente algumas províncias do País, com principal incidência na Província do Uíge.

De igual modo, felicitaram o Governo angolano, em particular o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, pelos esforços que tem desenvolvido para a consolidação da paz, da reconciliação nacional e do desenvolvimento da democracia, da preparação das eleições de 2006, assim como para a definição e adoção de políticas para a estabilidade macro-econômica e reconstrução do país.

25. Reconheceram as iniciativas brasileiras para promover a aproximação dos países do Sul, em particular o aprofundamento das relações do Brasil com os países africanos, a celebração da Cúpula América do Sul-Países Árabes e a constituição da Comunidade Sul-Americana de Nações. Destacaram os continuados esforços do Presidente Lula para aprimorar a cooperação Sul-Sul, seja no âmbito bilateral, seja por meio de mecanismos como o Fundo – Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) de combate à pobreza e à fome, cujo primeiro projeto está sendo implementado na Guiné-Bissau.

26. Registraram, com particular apreço, os resultados alcançados no domínio do desenvolvimento sócio-econômico de Cabo Verde e que estão na base da sua recente decisão da sua graduação ao grupo de países de rendimento intermédio.

Nesta perspectiva, asseguraram a Cabo Verde o seu incondicional apoio, nomeadamente no quadro do sistema das Nações Unidas, no sentido de assegurar a continuidade do desenvolvimento sustentado e sustentável do país, apoiando a lógica do processo de transição suave a ser definido e tendo em atenção as vulnerabilidades do mesmo, mormente a sua condição de país insular.

27. Felicitaram a Guiné-Bissau pelo desempenho do Governo, a neutralidade das Forças

Armadas no processo, a participação dos Partidos Políticos e as iniciativas da sociedade civil que repercutiram de forma positiva no escrutínio de 19 de junho passado, e os encorajam a continuarem nessa via com vistas a permitir que o segundo turno das eleições presidenciais, previsto para o dia 24 de julho de 2005, decorra de forma ordeira e pacífica.

Saudaram a designação do ex-Presidente da República de Moçambique Joaquim Alberto Chissano para o cargo de enviado especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Guiné-Bissau.

Reiteram a necessidade de acionar mecanismos que estimulem ações de cooperação articuladas com os parceiros internacionais que se interessam para as questões da Guiné-Bissau, nomeadamente as Nações Unidas e os organismos regionais e sub-regionais da sua integração, bem como os demais parceiros bilaterais e multilaterais, visando a garantia de apoios financeiros essenciais à viabilização da paz e da estabilidade, extensível ao período pós-eleitoral.

Tomaram nota, com preocupação, da epidemia de cólera atualmente afetando a população da Guiné-Bissau, exprimindo a sua solidariedade ao Governo e povo daquele país, e exortando os Estados membros e a Comunidade Internacional, apelando em particular à OMS, a prestar urgente apoio com vistas ao combate à presente epidemia.

28. Congratularam-se com a forma ordeira e pacífica que caracterizou o processo de eleições presidenciais e legislativas, realizadas em Moçambique, em 1º e 2 de dezembro de 2004, fato que demonstra, uma vez mais, a maturidade política do Povo moçambicano na consolidação da democracia.

Saudaram igualmente os progressos econômicos e sociais que têm sido registrados no país como resultado dos esforços do Governo e de todos os moçambicanos na implementação dos programas econômico-sociais no combate à pobreza.

29. Felicitaram Portugal pela organização da Reunião Preparatória da Conferência de Doadores

para a Guiné-Bissau, que se realizou em Lisboa, em 11 de fevereiro, com a presença de países e organizações internacionais e regionais, entre as quais a CPLP, FMI, PNUD e do Comissário Europeu para o Desenvolvimento e Ação Humanitária, Louis Michel. Reunião que permitiu acordar as condições necessárias à estabilização da vida política naquele país, e seu financiamento, e, designadamente, a preparação de Eleições Presidenciais.

Congratularam-se com os esforços que estão sendo desenvolvidos por Portugal para relançar o processo do Cairo, contribuição fundamental para o reforço do diálogo Europa/África.

30 Felicitaram a República Democrática de São Tomé e Príncipe por se ter disponibilizado em acolher, ainda este ano, uma Reunião dos Diretores de Emigração e Fronteiras dos Estados membros no âmbito dos Acordos sobre a Cidadania e Circulação no espaço da CPLP.

31. Congratularam-se com o estabelecimento da Comissão de Verdade e Amizade este ano, e exprimiram confiança na capacidade dos dois países vizinhos - a República Democrática de Timor-Leste e a República da Indonésia - de encaminhar positivamente as suas questões bilaterais.

Acreditam que este mecanismo ajudará a reforçar as relações entre os dois países, o que por si só é um importante contributo para a paz, estabilidade e segurança na região.

Reiteraram o seu empenho no fortalecimento da língua portuguesa em Timor-Leste, destacando a realização em Dili, em novembro de 2005, da Feira de Livro da CPLP.

32. Expressaram à República de Angola, em particular ao Ministro das Relações Exteriores e ao Governo da Província de Luanda, o seu agradecimento pela hospitalidade fraterna e pelo acolhimento caloroso dispensados a todos os participantes na X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP.

Feito em Luanda, em 20 de julho de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Resolução sobre a Guiné-Bissau (20/07/2005)**

O Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunido em Luanda, na X Reunião Ordinária, nos dias 19 e 20 de julho de 2005;

Tendo em conta que a realização do segundo turno das eleições presidenciais em curso na Guiné-Bissau representará o culminar do processo de transição consubstanciado num escrutínio que se pretende credível, livre, justo e transparente, por forma a garantir o retorno do país à normalidade política e institucional;

Reconhecendo a maturidade, a elevada participação e o civismo demonstrados pelo Povo guineense no decurso do primeiro turno das eleições presidenciais, realizadas no dia 19 de junho do presente ano, as quais foram declaradas justas, livres e transparentes pela Comunidade Internacional;

Reconhecendo, ainda, a necessidade e a importância da promoção de um ambiente social justo e equitativo, que permita garantias de progresso e bem-estar a todos os cidadãos.

Decide:

Congratular-se com as informações encorajadoras prestadas pela delegação da Guiné-Bissau, tendo em vista a reconciliação e a pacificação nacional, e exortar o Governo guineense a continuar nessa via, promovendo o diálogo em todos os níveis da sociedade;

Encorajar o Governo da República da Guiné-Bissau a dar continuidade à decisiva e exemplar gestão governativa, e felicitá-lo pela constância como vem conduzindo o processo para a instauração da ordem democrática e constitucional no país;

Felicitá-lo pelo Presidente de Transição da República da Guiné-Bissau, Senhor Henrique Pereira Rosa, pela firmeza e espírito de tolerância manifestados na plenitude do período transitório, com

vistas à materialização dos compromissos assumidos, e encorajá-lo a prosseguir nesse sentido para que o processo conducente à paz e ao progresso social se torne uma realidade;

Louvar as forças políticas e os movimentos da sociedade civil pela sua luta incansável na busca da paz e as Forças Armadas pela sua neutralidade e encorajá-los a não pouparem esforços conducentes ao reforço da democracia, manifestados na forma ordeira e na elevada participação em que decorreu o primeiro turno das eleições presidenciais de 19 de junho de 2005;

Recordar, em particular, o “memorandum” proposto pelas organizações da sociedade civil e subscrito pelos atuais candidatos, no qual se comprometem a conduzir a campanha de acordo com os princípios democráticos e a aceitar os resultados eleitorais;

Exortar a comunidade internacional, em particular a CEDEAO, a UEMOA, a União Africana, as Nações Unidas e a União Europeia a manter o seu imprescindível apoio para o segundo turno das eleições presidenciais, bem como para o período pós-eleitoral, visando o desenvolvimento sócio-económico, fator decisivo para a instauração da paz, estabilidade e progresso social e económico do Povo guineense;

Reafirmar o solene compromisso dos Estados membros da CPLP no seu apoio continuado ao Povo irmão da Guiné-Bissau, no processo de normalização política e institucional, condição essencial para o desenvolvimento e progresso do país.

Feita em Luanda, em 20 de Julho de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae (23/07/2005)**

24 a 26 de julho de 2005

O Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae, e a Primeira-Dama, Barbara Mogae, farão, de 24 a 26 de julho de 2005, Visita Oficial ao Brasil. No dia 26 de julho, o Presidente Mogae será recebido, em Brasília, pelo

Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente botsuanês também manterá encontro com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

O Presidente Mogae visitará o Rio de Janeiro, onde será recebido pela Governadora do Estado do Rio de Janeiro e visitará a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz. No dia 24, o Presidente Mogae será um dos oradores da cerimônia de abertura da 3ª Conferência da Sociedade Internacional da Aids (IAS, na sigla em inglês) sobre Patogênese e Tratamento do HIV.

A visita do Presidente Mogae ao Brasil permitirá passar em revista a agenda bilateral e as principais questões internacionais de interesse mútuo. Dentre os assuntos a serem discutidos destacam-se a cooperação internacional no combate à fome e à pobreza, o fortalecimento do multilateralismo, os assuntos financeiros e comerciais, e a cooperação técnica.

Os contatos de alto nível entre os dois países vêm aumentando desde 2004, quando o Secretário Permanente do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, Senhor Ernest Mpofo, realizou visita oficial ao Brasil, à frente de importante missão empresarial. Em reciprocidade, o Brasil enviou a Gaborone missão diplomática para consultas bilaterais em março do corrente ano. Nessa ocasião, o Governo de Botsuana assinou o Acordo de Preferências Tarifárias entre o Mercosul e a SACU (União Aduaneira da África Meridional).

A reunião entre os dois Presidentes ocorre no contexto da prioridade atribuída pelo Governo Lula às relações com a África. A cooperação técnica bilateral, que se desenvolve, desde 2002, no campo da prevenção da Aids, será significativamente ampliada com a assinatura, durante a visita, de Acordo-Quadro de Cooperação Técnica, destinado a estabelecer o marco jurídico para futuros projetos. O desenvolvimento das relações bilaterais é favorecido pelas afinidades políticas que unem os dois países, bem como pela complementaridade existente entre suas economias.

### **Comunicado à imprensa sobre a morte de cidadão brasileiro em Londres (23/07/2005)**

O Governo brasileiro ficou chocado e perplexo ao tomar conhecimento de que cidadão brasileiro foi morto ontem, dia 22 de julho, em Londres, por forças policiais, aparentemente vítima de lamentável erro.

O Brasil sempre condenou todas as formas de terrorismo e mostrou-se disposto a contribuir para a erradicação desse flagelo dentro das normas internacionais, inclusive as do respeito aos direitos humanos.

O Governo aguarda as explicações que as autoridades britânicas tenham a fornecer sobre as circunstâncias que teriam levado a essa tragédia.

O Ministro Celso Amorim, que está viajando para Londres hoje, para participar de reuniões sobre a reforma das Nações Unidas, determinou à Embaixada do Brasil que solicitasse entrevista com o Secretário do Exterior, Jack Straw, com vistas a obter esclarecimentos sobre a morte do cidadão brasileiro.

O Governo manifesta à família do cidadão brasileiro o profundo pesar pelo ocorrido.

### **Comunicado à imprensa sobre evento da OEA no Brasil (25/07/2005)**

Será realizada, amanhã, dia 26 de julho, às 17h30, no Palácio Itamaraty (Sala de Conferências), em Brasília, a cerimônia de lançamento do II Encontro de Especialistas em Segurança Cibernética da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Conferência de Segurança para Governo (SecGov), preparatória do Encontro da OEA. No evento de lançamento, haverá coletiva de imprensa com realizadores do Encontro: o Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix, a Secretária-Executiva do Ministério da Previdência Social, Liêda Amaral de Souza, o Coordenador-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais do Ministério das Relações Exteriores, Ministro Marcos Vinícius Pinta

Gama, e o Coordenador do Centro de Tratamento de Incidentes em Redes do Governo Federal, André Caricatti, bem como de representantes de outros órgãos do Governo.

O II Encontro de Especialistas em Segurança Cibernética ocorrerá entre os dias 14 e 16 de setembro de 2005, em São Paulo, no hotel Blue Tree Ibirapuera. Seu objetivo é promover a discussão sobre o andamento da Estratégia Integral de Segurança Cibernética proposta pela OEA, bem como de incentivar a cooperação no tema entre o Brasil, outros países do continente americano e países de outras regiões. O Encontro conta com o apoio de especialistas dos 34 países membros da OEA. Como evento preparatório, será realizado nos dias 12 e 13 de setembro a Conferência de Segurança para Governo (SecGov), durante a qual serão tratados aspectos da cultura da segurança cibernética e os riscos para a infra-estrutura brasileira.

Pretende-se dar continuidade às discussões iniciadas durante o Seminário de Segurança Cibernética da OEA, realizado em 2003 em Buenos Aires, e o Encontro de Especialistas em Segurança Cibernética do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) da OEA, realizada em 2004 em Ottawa, Canadá.

### **Comunicado à imprensa sobre o atentado em Sharm-el-Sheikh, Egito (25/07/2005)**

O Governo brasileiro manifesta profundo pesar e solidariedade ao Governo e ao povo egípcios ante o ato terrorista ocorrido em Sharm-el-Sheikh, na noite de 22 do corrente, que vitimou cidadãos egípcios e estrangeiros.

De acordo com sua vocação pacífica e sua tradicional postura de firme condenação ao terrorismo, o Brasil repudia esse ato de barbárie, que causou grande consternação na sociedade brasileira, e confia em que as autoridades egípcias conseguirão punir seus autores.

**Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae - Comunicado Conjunto (26/07/2005)**

1. A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República de Botsuana, Festus Gontebanye Mogae, visitou o Brasil oficialmente, no dia 26 de julho de 2005, acompanhado por membros do Parlamento, o Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, além de outras autoridades governamentais.

2. A programação da visita incluiu encontro do Presidente Mogae com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Nelson Jobim.

3. O Presidente Festus Mogae visitou, entre os dias 23 e 25 de julho, a cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebido pela Governadora do Estado. No dia 24 de julho, o Presidente foi orador especial da cerimônia de abertura da 3ª Conferência da Sociedade Internacional de Aids (IAS, na sigla em inglês) sobre Patogênese e Tratamento do HIV.

4. Os Presidentes, durante o seu encontro em Brasília, passaram em revista a agenda bilateral. Analisaram, ademais, várias questões internacionais, bem como a situação política e econômica nas respectivas regiões. O Presidente brasileiro manifestou sua satisfação pelo pronto atendimento ao convite para visitar o Brasil.

5. Expressaram grande preocupação pela persistência da fome e da pobreza no mundo, flagelo que agrava a disseminação de doenças, reduz a capacidade de trabalho, desorganiza as sociedades e aumenta as dificuldades dos países em desenvolvimento em promover o crescimento econômico com justiça social. Reafirmaram que a implementação plena, dentro dos prazos estabelecidos, das Metas de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade de todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Expressaram a firme determinação política de trabalhar em conjunto para promover maior

cooperação internacional e mobilizar o apoio em favor de esforços destinados a aumentar a disponibilidade de recursos para o financiamento do desenvolvimento.

6. No exercício coletivo de criação de um novo paradigma internacional, avaliaram que os países em desenvolvimento devem assumir papel propositivo e realizador, em autêntico esforço de promoção da solidariedade e da parceria Sul-Sul.

7. O Presidente de Botsuana reiterou seu apreço pela determinação do Governo brasileiro de, na sua política externa, privilegiar as relações com a África. O Presidente Lula expressou ao Presidente Mogae a permanente disposição do Governo brasileiro de colaborar para as iniciativas de desenvolvimento nacional e regional no continente africano.

8. Os Presidentes destacaram, também, a necessidade de implementar políticas públicas dirigidas à promoção da melhoria das condições de vida dos mais necessitados. Os Presidentes enfatizaram a importância do envolvimento das sociedades, brasileira e botsuanesa, no processo de construção de uma estreita relação entre os dois países.

9. Ressaltaram sua confiança no potencial gerador de crescimento econômico proporcionado pelo comércio internacional. Na visão dos Presidentes, a incorporação dos países em desenvolvimento na economia global passa necessariamente pelo acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos. Reconheceram a necessidade de regras comerciais que reflitam as necessidades dos países em desenvolvimento e ressaltaram, em particular, a importância das negociações em agricultura, setor em que tais países são mais competitivos e no qual persistem as maiores distorções de mercado. Expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC possam ser concluídas com êxito, de forma a corrigir esses desequilíbrios.

10. Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança,

tornando-o mais democrático e representativo, mediante a incorporação de novos membros permanentes. Nesse contexto, o Presidente de Botsuana reiterou o apoio a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente. O Presidente brasileiro expressou seu vivo reconhecimento diante de tão importante apoio, que reflete a nova dimensão política das relações bilaterais.

11. Congratularam-se pelo anúncio do início de entendimentos entre o MERCOSUL e os países da SACU com vistas a entabular negociações comerciais, cujos resultados certamente contribuirão para o incremento do comércio entre as partes.

12. O Presidente Lula parabenizou seu homólogo pelo papel protagônico desempenhado por Botsuana no âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC, destacando especialmente o trabalho dos Estados membros dessa organização na luta contra a pobreza por meio da integração regional.

13. Os líderes saudaram, no domínio da saúde pública, o bom andamento da cooperação técnica em projeto educacional que, por meio de programas de televisão interativos, chamados “Talk back”, visa a capacitar professores a lidar com o tema do combate à Aids nas escolas e junto à comunidade em geral.

14. Felicitaram-se pelo êxito dos esforços de ambos os países em combater a epidemia de Aids entre seus cidadãos por meio de programas de distribuição universal gratuita de medicamentos anti-retrovirais, que levaram à estabilização da taxa média anual de novas contaminações.

15. No âmbito da visita, foi firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica que será o marco jurídico no qual se desenvolverão os futuros programas de trabalho conjunto.

16. Ao fim de sua visita a Brasília, o Presidente Festus Mogae agradeceu a acolhida fraterna e as atenções dispensadas pelo Governo brasileiro a ele e a sua delegação e convidou o Presidente Luiz Inácio

Lula da Silva a visitar Botsuana, em datas a serem acordadas pela via diplomática.

Brasília, 26 de julho de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a morte do Sr. Jean Charles de Menezes no Reino Unido (28/07/2005)**

O Ministro Celso Amorim recebeu carta do Secretário do Exterior britânico Jack Straw, pela qual este indica haver dúvidas sobre as condições migratórias do Sr. Jean Charles de Menezes no Reino Unido.

Essa informação contraria as indicações que haviam sido recebidas até então das autoridades britânicas.

Sem entrar no mérito dessa última informação, é entendimento do Governo brasileiro que em nada se altera a responsabilidade das autoridades britânicas pela morte trágica de um cidadão brasileiro inocente e pacífico. Não deve, portanto, ter qualquer influência sobre as investigações conduzidas a respeito da tragédia ou sobre as medidas que o Governo britânico deverá tomar como reparação à família do Sr. Jean Charles de Menezes, as quais continuarão a ser acompanhadas atentamente pelo Governo brasileiro.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Montevidéu (28/07/2005)**

O Ministro Celso Amorim fará visita oficial a Montevidéu, no dia 29 de julho, atendendo a convite do Chanceler Reinaldo Gargano.

Na oportunidade, serão revisados temas do relacionamento bilateral como a Nova Agenda para a Cooperação e Desenvolvimento fronteiriço, projetos de infra-estrutura, investimentos, mecanismo de concertação política, temas comerciais e os trabalhos das Comissões de Energia e Mineração, da Ponte do Rio Jaguarão, da Lagoa Mirim e do Rio Quaraí.

Deverão ser discutidos, também, a

Comunidade Sul-Americana de Nações, o MERCOSUL e assuntos relacionados com a OMC e com as Nações Unidas.

**Comunicado à imprensa sobre o Seminário do Foro Trilateral Índia - Brasil - África do Sul (IBAS) a respeito do Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Rio de Janeiro (29/07/2005)**

O Brasil sediará, no Rio de Janeiro, nos dias 3 e 4 de agosto próximo, Seminário sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, no contexto do Fórum de Diálogo Índia - Brasil - África do Sul (IBAS).

O seminário tem por objetivos desenvolver a contribuição do IBAS como foro de diálogo Sul-Sul e buscar formas concretas de parcerias e programas conjuntos entre os três países. O evento será aberto pelo Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Geral das Relações Exteriores e contará com a presença do Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, do Ministro do Desenvolvimento Social da África do Sul, Dr. Zola Skweyiya, do Ministro da Comissão de Planejamento da Índia, Dr. Rajeeva Shah, bem como de parlamentares, representantes da academia e da sociedade civil dos três países.

O Professor Joseph Stiglitz, da Columbia University e Prêmio Nobel de Economia, proferirá palestra no dia 3 de agosto, em que abordará o tema da globalização, seus impactos nos países mais pobres e a importância geopolítica da relação entre os países do hemisfério Sul, no qual se destacam Brasil, Índia e África do Sul.

O evento apresentará também as estratégias para a redução da pobreza nesses três países e as políticas voltadas para os chamados grupos vulneráveis, como jovens e idosos. No segundo dia do encontro, serão realizadas três sessões paralelas coordenadas por cada país. O Brasil coordenará grupo sobre “Desenvolvimento Econômico”, em que serão tratados temas como microcrédito, fontes de

energia, pequenas e médias empresas e o setor informal. A África do Sul coordenará grupo que tratará de “Equidade Social”, cujos principais assuntos serão a situação das crianças, jovens e idosos e as questões de gênero e raça. A Índia, por sua vez, coordenará o grupo “Ciência e Tecnologia”, onde serão discutidos os sistemas de conhecimento tradicional, biotecnologia e sociedade da informação.

**Comunicado à imprensa sobre o Programa de Trabalho Brasil - Uruguai (29/07/2005)**

A convite do Chanceler da República Oriental do Uruguai, Reinaldo Gargano, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita oficial a Montevideu no dia 29 de julho de 2005.

Os Chanceleres reuniram-se no âmbito da Comissão Geral de Coordenação, em cumprimento à instrução dos Presidentes de ambos os países, no comunicado conjunto de Brasília, datado de 1º de abril de 2005, e aprovaram o seguinte Programa de Trabalho:

1. Os Chanceleres resolveram convocar, para 9 de agosto de 2005, em Montevideu, a Primeira Reunião do Mecanismo de Consulta e Concertação Política, no nível de Vice-Ministros das Relações Exteriores.

2. Ao mesmo tempo, decidiram que se convoque, no prazo mais imediato possível, a Comissão Mista Bilateral Permanente em Matéria Energética.

3. Resolveram dar início aos trabalhos do Mecanismo de Monitoramento do Intercâmbio Comercial Bilateral. A data será determinada de comum acordo por via diplomática.

4. Enfatizaram a necessidade de selecionar projetos específicos para o fortalecimento da infraestrutura física de transporte, energia e comunicações entre ambos os países, assim como dar seguimento aos projetos concretos nas áreas de transporte ferroviário e hidroviário: terminal de grãos em Nueva Palmira e revitalização do traçado ferroviário Rivera/Montevideu,

para sua interconexão com a rede brasileira.

5. O Ministro Celso Amorim ressaltou a intenção do Governo brasileiro de dar impulso a iniciativas empresariais que visem à realização de investimentos no Uruguai buscando integrar cadeias produtivas no Mercosul. A exemplo de decisões de empresas como Ambev e Mormaii, entende que a integração de cadeias produtivas no âmbito regional pode não só assegurar ao Uruguai acesso a capitais, insumos e novas tecnologias, mas também estimular a geração de mais e melhores postos de trabalho.

6. Quanto à “Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronterício”, os Chanceleres recomendaram potencializar a ação dos quatro Grupos de Trabalho (Saúde, Educação, Meio Ambiente e Saneamento, e Cooperação Policial e Judiciária); ao estabelecimento de mecanismo bilateral para a avaliação dos projetos de cooperação selecionados e aprovados; assim como a negociação de Acordo na Área da Saúde.

7. Também no contexto dessa “Nova Agenda”, coincidiram em colocar em execução imediata o Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto Rivera/Santana do Livramento, assim como o Plano de Desenvolvimento Urbano Conjunto Rio Branco/Jaguarão.

8. Determinaram a suas respectivas Chancelarias a mais pronta seleção dos programas de desenvolvimento fronterício para os quais se solicitará assistência financeira pertinente.

9. Os Ministros instruíram suas respectivas Chancelarias a completar as formalidades necessárias para a constituição das Seções Nacionais de ambos os países da Comissão Mista Binacional para a construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão e a Reforma da Ponte Barão de Mauá. Recomendaram que essa Comissão retome seus trabalhos o mais breve possível.

10. O Chanceler Amorim congratulou-se pela designação dos novos membros das representações uruguaias na Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, na

Comissão Mista para o Desenvolvimento da Bacia do Rio Quaraí e na Comissão de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai. Ambos os Ministros coincidiram na necessidade de reiniciar de imediato as atividades de tais Comissões.

11. Expressaram beneplácito pela assinatura de um Programa de Cooperação entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) com o Instituto Nacional de Investigações Agrícolas (INIA) do Uruguai. Neste sentido, confirmaram com satisfação a iminente viagem ao Uruguai do Representante da EMBRAPA, Dr. Darcy Camelato, a fim de ajustar detalhes para a implementação deste Programa. Também nesta área, os Chanceleres congratularam-se pela próxima assinatura de um Programa de Cooperação entre a ABC do Brasil e o Instituto Nacional de Vitivinicultura (INAVI) do Uruguai.

12. O Chanceler Amorim manifestou o apoio do Brasil a que o Uruguai se incorpore como membro pleno ao Centro Argentino-Brasileiro de Biotecnologia (CABBIO) e coordenará com a Argentina esta incorporação com a brevidade possível.

13. O Chanceler Gargano informou o Ministro Amorim de sua decisão quanto à próxima reabertura do Consulado do Uruguai na cidade de Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul, assim como a pronta designação de um Cônsul do Uruguai em Florianópolis, Estado de Santa Catarina.

14. Finalmente, e por ocasião desta Reunião da Comissão Geral de Coordenação, ambos os Chanceleres procederam à assinatura e intercâmbio de Notas Reversais – complementares às Notas Reversais de 21 de julho de 1972 – referentes à fixação do limite lateral marítimo entre os dois países. Este intercâmbio de Notas Reversais foi efetuado em atenção ao sugerido pela LIII Conferência da Comissão de Limites e Caracterização da Fronteira Brasil-Uruguai, realizada no Rio de Janeiro a 6 de dezembro de 2004.

15. Com relação ao comércio de arroz, o

Chanceler do Brasil reiterou o compromisso de seu país em assegurar o comércio desse produto de acordo com as normas do Mercosul e em adotar as medidas necessárias para evitar qualquer distorção que afete o ingresso desse produto ao mercado brasileiro.

16. Ambos Chanceleres consideraram a questão dos controles sanitários e fitossanitários na fronteira e acordaram que continue sendo considerada a luz da implementação dos compromissos assumidos sobre o controle integrado de fronteira e, em conseqüência, não adotar decisões unilaterais que prejudiquem o fluxo do intercâmbio entre os dois países.

17. O Chanceler Celso Amorim agradeceu as atenções que durante sua visita lhe dispensou o Ministro Reinaldo Gargano.

Montevideu, 29 de julho de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a II Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul - Americana de Nações (01/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim participará no dia 2 de agosto, na cidade de Guayaquil, da II Reunião de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações. A reunião será precedida, no dia 1º, de encontro de Vice-Chanceleres.

A reunião de Guayaquil dará seguimento ao processo preparatório da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, a realizar-se em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro.

A Comunidade Sul-Americana de Nações foi criada em Cuzco, em 8 de dezembro de 2004, como passo fundamental no processo de integração da América do Sul.

A conformação de um espaço sul-americano integrado política e economicamente em torno de valores como democracia, direitos humanos, solidariedade e justiça social é fundamental para o desenvolvimento e projeção da região.

Em Guayaquil, os Ministros deverão discutir

os aspectos relacionados à organização e às ações concretas que merecerão atenção prioritária na etapa inicial da Comunidade. Nessa etapa, a Comunidade deverá conferir grande impulso ao diálogo político, integração física e energética, redução das assimetrias, financiamento, e coesão e justiça sociais.

A consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações e o processo de integração regional tiveram importante avanço durante o XVI Conselho Presidencial Andino, realizado em Lima, no dia 18 de julho, ocasião em que se completou o processo de adesão do Brasil e demais Estados Parte do MERCOSUL como Estados Associados da Comunidade Andina de Nações.

### **Comunicado à imprensa sobre a Visita de Trabalho ao Brasil do Chanceler de São Tomé e Príncipe (01/08/2005)**

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe, Ovídio Pequeno, inicia hoje visita de trabalho ao Brasil, acompanhado do Diretor de Protocolo do Estado, Embaixador Urbino Botelho. O Chanceler santomense manterá encontro com o Ministro Celso Amorim e cumprirá programa de reuniões com representantes de diversos setores do Itamaraty, com o objetivo de examinar temas relacionados com a visita oficial ao Brasil do Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, a realizar-se no dia 18 de agosto corrente.

### **Comunicado à imprensa sobre o regime europeu de importação de bananas – resultado da arbitragem (01/08/2005)**

Foi divulgado hoje, 1º de agosto, em Genebra, o laudo arbitral relativo ao regime da União Européia (UE) de importação de bananas. A decisão é favorável ao Brasil e a outros exportadores de bananas latino-americanos. Além do Brasil, foram co-demandantes na arbitragem os seguintes países: Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Venezuela.

A arbitragem em tela decorre de procedimento estabelecido à margem do mecanismo de solução de controvérsias da OMC para determinar se a tarifa única a ser instituída pela UE para o regime que vigorará a partir de janeiro de 2006 garante ou não a manutenção do acesso das bananas provenientes de países que exportam sem preferências tarifárias - no presente caso, principalmente de origem latino-americana - ao mercado comunitário.

Após examinar as provas e argumentos apresentados pelas partes, os árbitros concluíram que a tarifa única de •230/tonelada proposta pela UE não garantiria a manutenção desse acesso, e poderia favorecer a expansão das exportações de bananas provenientes dos países ACP, em detrimento dos exportadores latino-americanos.

Em virtude da decisão arbitral, a UE deverá estabelecer consultas com os co-demandantes em até 10 dias a contar da data de hoje.

Caso as consultas não resultem em solução mutuamente satisfatória para o Brasil e os demais exportadores latino-americanos, estes poderão solicitar um segundo procedimento arbitral. Nessa hipótese, os árbitros deverão determinar, em até 30 dias após o eventual segundo pedido de arbitragem, se a UE retificou sua decisão – isto é, se a tarifa então proposta garantirá ou não a manutenção do acesso das bananas de origem latino-americana ao seu mercado.

O Brasil espera que o processo de consultas a ser iniciado resulte em solução satisfatória para todas as partes. Não é intenção do Brasil chegar a desfecho que possa resultar na extinção das preferências tarifárias que hoje beneficiam os países ACP. O Brasil apenas busca a manutenção das atuais condições de acesso das bananas de origem latino-americana ao mercado comunitário sob o futuro regime de tarifa única.

Vale registrar que as bananas exportadas pelo Brasil para a UE provêm, praticamente em sua totalidade, de região com baixos índices de

desenvolvimento econômico e social – o Vale do Assu, no Rio Grande do Norte. O acesso do produto brasileiro ao mercado europeu é especialmente relevante para que se mantenham as atividades de cultivo e exportação do produto e para que se concretizem expectativas de novos investimentos que sigam contribuindo para a geração de empregos e a melhoria das condições sociais na região.

### **Comunicado à imprensa sobre a participação do Ministro Celso Amorim no Seminário do IBAS a respeito do Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, Rio de Janeiro (01/08/2005)**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, participará da abertura do Seminário do Foro Trilateral Índia - Brasil - África do Sul (IBAS) sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, a celebrar-se às 9h30 do próximo dia 3 de agosto, no JW Marriot Hotel (Av. Atlântica, n°. 2600, Copacabana, Rio de Janeiro – RJ).

A sessão de abertura do Seminário contará igualmente com a presença do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; do Ministro do Desenvolvimento Social da África do Sul, Dr. Zola Skweyiya; e do Ministro da Comissão de Planejamento da Índia, Dr. Rajeeva Shah, além de parlamentares, representantes da academia e da sociedade civil dos três países.

O Professor Joseph Stiglitz, da Columbia University e Prêmio Nobel de Economia, proferirá palestra no dia 3 de agosto, em que abordará o tema da globalização, seus impactos nos países mais pobres e a importância geopolítica da relação entre os países do hemisfério Sul, no qual se destacam Brasil, Índia e África do Sul.

O Seminário sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social, a realizar-se nos dias 3 e 4 do corrente, tem por objetivo desenvolver a contribuição do IBAS como foro de diálogo Sul-Sul e buscar formas concretas de parcerias e programas conjuntos entre os três países.

**Comunicado à imprensa sobre o falecimento do Vice-Presidente da República do Sudão, John Garang de Mabior (01/08/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores expressa o pesar do Governo e do povo brasileiros pelo trágico desaparecimento do recém-empossado Vice-Presidente da República do Sudão, John Garang de Mabior, líder e principal representante do Movimento pela Libertação do Povo do Sudão (MLPS). John Garang participou decisivamente da conclusão do Acordo Abrangente de Paz, assinado em Nairóbi em janeiro de 2005, que teve por finalidade instalar Governo de Unidade Nacional e encerrar o longo ciclo de guerra civil no país.

O Governo brasileiro tem plena confiança em que o Sudão e seu povo conseguirão superar este difícil momento e continuar no caminho da pacificação e da reconstrução nacionais, em atenção aos objetivos do referido Acordo de Paz e conforme as declarações nesse sentido já proferidas pelo Presidente do Sudão, Omar Hassan al-Bashir.

O Brasil reitera sua expectativa de que o processo de pacificação em curso no Sudão seja estendido a todo o país. O Governo brasileiro está disposto a colaborar para tanto, dentro de suas possibilidades, seja no nível de seu relacionamento bilateral com aquela nação amiga, seja na esfera das Nações Unidas e de outros organismos, como a União Africana.

**Comunicado à imprensa sobre a mensagem de condolências em razão do falecimento do Rei Fahd Bin Abdul Aziz Al-Saud, da Arábia Saudita (01/08/2005)**

Transcreve-se, a seguir, a mensagem de condolências enviada hoje, 1º de agosto, pelo Presidente da República ao Rei da Arábia Saudita, Abdullah Bin Abdul Aziz Al-Saud, por ocasião da morte do Rei Fahd:

“A Sua Majestade o Rei Abdullah Bin Abdul Aziz Al-Saud, Rei do Reino da Arábia Saudita:

Foi com grande pesar que soube do falecimento de Sua Majestade o Rei Fahd Bin Abdul

Aziz Al-Saud, Guardião das Duas Mesquitas Sagradas. Em nome do povo e do Governo brasileiros e em meu próprio nome, desejo transmitir à Família Real, ao povo saudita e a Vossa Majestade as mais sinceras condolências.

Nesta oportunidade, gostaria de registrar a profunda admiração e respeito do povo brasileiro pelo legado de Sua Majestade o Rei Fahd Bin Abdul Aziz Al-Saud. O seu compromisso constante com a paz e com a unidade árabe será sempre apreciado por todos aqueles que trabalham em nome da tolerância e do entendimento entre os povos.

Envio a Vossa Majestade os mais sinceros votos de um reinado de plenas realizações e prosperidade. Tenho plena confiança de que as relações entre o Brasil e a Arábia Saudita continuarão a fortalecer-se sob a sua inspirada liderança.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

**Memorando de Entendimento Trilateral sobre Aviação Civil entre Brasil, África do Sul e Índia (03/08/2005)**

Concluíram-se com êxito as negociações entre Brasil, África do Sul e Índia de Memorando de Entendimento Trilateral sobre Aviação Civil no âmbito do Fórum de Diálogo do IBAS.

A assinatura do Memorando de Entendimento Trilateral representa importante passo na crescente aproximação entre Brasil, Índia e África do Sul, objetivo prioritário do Governo brasileiro. Constitui, igualmente, momento histórico da aviação civil dos três países, uma vez que se trata do primeiro instrumento trilateral sobre transporte aéreo por eles negociado.

O Memorando Trilateral do IBAS oferece moldura para o aprofundamento da integração e da cooperação aérea entre Brasil, Índia e África do Sul, permitindo, em particular, a introdução de vôos únicos, sem conexão, a interligar os três países, com benefícios para suas atividades econômicas, em particular o comércio e o turismo.

### **Comunicado à imprensa sobre o Instituto Social Brasil-Argentina (04/08/2005)**

A Secretária-Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Carvalho Lopes, e o Vice-Ministro do Desenvolvimento Social da Argentina, Daniel Arroyo, encerraram hoje os trabalhos da III Reunião Plenária do Instituto Social Brasil-Argentina (ISBA), que se realizou nos dias 3 e 4 de agosto, em Buenos Aires, e que contou também com a participação do Presidente do FNDE, Dr. José Henrique Paim, em representação do Ministro da Educação, Fernando Haddad, e de representantes do Ministério das Relações Exteriores.

O ISBA foi criado em 2003 e tem como objetivo articular os programas sociais do Brasil e da Argentina, de forma a impulsionar ações comuns. A Argentina é o único país com o qual o Brasil mantém um fórum bilateral específico para tratar do intercâmbio de experiências na área social. Seus coordenadores são os Ministérios do Desenvolvimento Social e de Relações Exteriores dos dois países. Participam do ISBA também outros Ministérios e órgãos que atuam diretamente e indiretamente na área social: Educação, Saúde, Desenvolvimento Agrário, Secretaria Nacional de Economia Solidária, Cidades, Integração Nacional e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

A III Reunião Plenária do ISBA decidiu colocar como prioridade do Instituto as áreas de fronteira entre os dois países, apoiando iniciativas concretas em cidades-gêmeas, o que vem ao encontro das prioridades estabelecidas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), coordenado pelo Ministério da Integração Nacional. Nesse sentido, decidiu-se contemplar, tentativamente, as cidades-gêmeas de Dionísio Cerqueira (SC) e Barracão (PR), pelo lado brasileiro, e Bernardo Irigoyen, pelo lado argentino. Posteriormente, as atividades realizadas nessas cidades serão estendidas a outras cidades-gêmeas, tais como Uruguaiana-Paso de los Libres. Os eixos temáticos escolhidos para

iniciar os trabalhos em cidades de fronteira foram a Segurança Alimentar e Nutricional e a Alimentação Escolar, pelo seu caráter transversal na área social.

Outro tema importante decidido na III Reunião Plenária do ISBA foi a criação de calendário de eventos a serem apoiados pelos dois países no âmbito do Instituto:

- Seminário para o Intercâmbio de Boas Práticas na área da Família (Buenos Aires, novembro de 2005);
- Seminário sobre Políticas de Ensino de Espanhol no Brasil (Rio de Janeiro, 18 e 19 de novembro de 2005);
- Seminário Nacional sobre Diretrizes Políticas do Programa Nacional de Agricultura Urbana (Brasília, novembro de 2005);
- Seminário sobre Violência Infantil – Exploração Sexual Comercial e Trabalho Infantil (Brasília, data a ser definida);
- Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (Porto Alegre, março de 2006);
- EXPOINTER-Agricultura Familiar (Esteio, agosto de 2006);
- III Feira da Agroindústria Familiar (Brasília, setembro de 2006);
- III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2006, data e local a definir);
- V Feira Nacional de Economia Solidária (Santa Maria, 2006);
- Encontro Internacional de Empresas Recuperadas (Buenos Aires, novembro de 2005).

### **Comunicado à imprensa sobre a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Camerun (04/08/2005)**

Realiza-se, nos dias 4 e 5 de agosto, em Brasília, a II Reunião da Comissão Mista Brasil-Camerun. A iniciativa de convocar o encontro, dezenove anos após a I Reunião, decorre de

entendimentos a que chegaram os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Paul Biya, durante a visita que o mandatário brasileiro realizou a Yaoundé, em abril passado. A delegação camaronesa à reunião é chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores de Camerun, Laurent Esso, que realiza visita oficial ao Brasil em retribuição à viagem oficial do Ministro Celso Amorim àquele país, em janeiro deste ano.

Os dois países têm mantido diálogo fluido e construtivo ao longo de seu relacionamento, que remonta a 1965. Naquele ano, o Itamaraty organizou missão a Camerun, que resultou na assinatura de Acordo Comercial, primeira iniciativa brasileira para o desenvolvimento das relações bilaterais.

A partir de 2003, com a determinação do Governo brasileiro de ampliar e aprofundar o relacionamento com o continente africano, os vínculos com o Camerun vêm rapidamente ascendendo a novo patamar, com uma agenda de cooperação dinâmica e equilibrada, em áreas como agricultura, pecuária, saúde, segurança alimentar, ciência e tecnologia e esportes. Houve, igualmente, aumento no intercâmbio de visitas oficiais e de missões técnicas. A Embaixada do Brasil em Yaoundé, desativada em 1999, foi reaberta e está em funcionamento desde maio último.

A presente reunião da Comissão Mista Brasil-Camerun tem como objetivo formular plano de trabalho e definir as próximas ações com vistas ao adensamento das relações bilaterais. Paralelamente, comitiva de empresários de Camerun manterá encontros com contrapartes brasileiros, com a finalidade de ampliar o comércio bilateral e explorar oportunidades de parcerias econômicas.

Em reunião, no dia 5 de agosto, os Chanceleres Celso Amorim e Laurent Esso passarão em revista os principais temas da agenda internacional e examinarão os resultados das conversações mantidas pelas duas delegações durante a II Reunião da Comissão Mista. O Ministro Laurent Esso e sua delegação também serão homenageados em almoço oferecido pelo Ministro Celso Amorim.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Primeira Vice-Presidente do Governo da Espanha, Maria Teresa Fernández de la Vega Sanz (05/08/2005)**

A Primeira Vice-Presidente do Governo e Ministra da Presidência da Espanha, Maria Teresa Fernández de la Vega Sanz, realizará visita oficial ao Brasil no período de 8 a 10 de agosto corrente.

Na ocasião, a Primeira Vice-Presidente manterá reunião de trabalho com sua homóloga, a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, e será recebida em audiências de cortesia pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Vice-Presidente José Alencar. Manterá encontros com os Ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; da Educação, Fernando Haddad; e da Fazenda, Antonio Palocci; e com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Velloso. A Primeira Vice-Presidente será, igualmente, homenageada em almoço no Itamaraty.

Trata-se da mais alta autoridade da Espanha em visita ao Brasil desde janeiro último, quando aqui esteve o Presidente de Governo José Luiz Rodríguez Zapatero. A vinda de mais uma alta autoridade do Governo espanhol, em curto intervalo de tempo, demonstra o elevado interesse mútuo em seguir aprofundando o relacionamento bilateral, em conformidade com a Declaração de Brasília, firmada em janeiro último, sobre a Consolidação da Parceria Estratégica Brasil-Espanha.

A ênfase conferida pelos dois Governos a políticas de combate às desigualdades sociais em diversos níveis resultou em vários projetos de cooperação bilateral nas áreas da ciência, cultura e educação, inclusive com base na proposta inovadora de troca da dívida por investimentos em educação. Os dois países estão entre os líderes da Ação contra a Fome e a Pobreza, que tem logrado mobilizar a atenção internacional para a identificação de fontes alternativas de financiamento do desenvolvimento e do combate à fome.

Entre outros pontos de convergência sobre a agenda global, a Declaração de Brasília firmou o compromisso dos dois Governos com a estabilização do Haiti, mediante a coordenação de ações nas operações das Nações Unidas (MINUSTAH) e a implementação de projetos de cooperação em benefício do povo haitiano, como, por exemplo, na área de reflorestamento.

O relacionamento bilateral caracteriza-se, também, por vultosos interesses econômicos, sendo a Espanha o segundo maior investidor direto e o terceiro em termos de estoque acumulado na economia brasileira.

Durante a visita, a Primeira Vice-Presidente examinará os preparativos para a XV Cúpula Ibero-Americana, a realizar-se em Salamanca, em 14 e 15 de outubro próximo.

### **Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial ao Brasil do Presidente da Gâmbia, Senhor Yahya Jammeh (08/08/2005)**

Visitará o Brasil, de 9 a 13 de agosto, o Presidente da Gâmbia, Senhor Yahya Jammeh, acompanhado de delegação integrada pelos Ministros das Relações Exteriores; da Juventude, Esportes e Religião; da Agricultura; do Comércio, Indústria e Emprego; da Saúde e Bem Estar Social; e da Casa Civil.

O Brasil vem intensificando suas relações bilaterais com a Gâmbia não apenas na dimensão política, mas também no que diz respeito à cooperação e às trocas comerciais. Essa aproximação é coerente com a determinação governamental de incluir as relações com o continente africano entre as prioridades de política externa brasileira.

O comércio bilateral é modesto do ponto de vista brasileiro, mas significativo para a Gâmbia, que tem no Brasil seu quarto maior fornecedor. Em 2004, o intercâmbio alcançou cerca de US\$ 30 milhões.

Em Brasília, o Presidente da Gâmbia será homenageado, no dia 9, com almoço oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio

Itamaraty. No mesmo dia, o Chefe de Estado gambiano visitará o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti, e a Presidente, em exercício, do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet. Assistirá, ainda, a uma apresentação sobre a indústria aeronáutica brasileira. No dia 10, manterá reunião com o Presidente do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e, no dia 11, visitará instalações de campo da EMBRAPA.

### **Comunicado à imprensa sobre o falecimento do ex-Chanceler do Reino Unido, Robin Cook (09/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim enviou ao Secretário do Exterior do Reino Unido, Jack Straw, a seguinte mensagem de condolências pelo falecimento do ex-Chanceler Robin Cook:

“Senhor Secretário do Exterior,

Tomei conhecimento, com pesar profundo, do falecimento no dia 6 de agosto de meu amigo pessoal e ex-Chanceler Robin Cook. Em todas as ocasiões em que pude avistar-me e trabalhar com o ex-Secretário do Exterior, nele distingui as melhores qualidades da diplomacia britânica, aliadas a uma orientação individual lastreada em fortes princípios éticos. Estou seguro de que a solidez que caracteriza o relacionamento bilateral Brasil - Reino Unido teve no ex-Chanceler patrocinador da mais elevada importância.

Em consonância com sua destacada atuação à frente do Foreign Office, o ex-Chanceler Cook exerceu com grande brilho funções parlamentares de alto nível e deixou consolidado importante e corajoso legado pessoal em defesa do diálogo e da busca democrática por soluções de consenso.

Agradeceria fossem transmitidas aos familiares do ex-Secretário do Exterior manifestações de pesar em nome do Governo brasileiro e em meu próprio.

Aproveito para encaminhar a Vossa

Excelência votos da mais alta estima e consideração,

Celso Amorim  
Ministro das Relações Exteriores”

**Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Benin, Rogatien Biaou (10/08/2005)**

Visitará o Brasil, no período de 10 a 13 de agosto de 2005, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República do Benin, Rogatien Biaou.

A visita do Chanceler Biaou representa importante passo nos esforços de aproximação bilateral, que vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos. O Presidente do Benin lançou programa de estreitamento das relações com países com os quais o Benin mantém fortes laços culturais, como é o caso do Brasil, e anunciou a disposição de seu Governo de abrir Embaixada em Brasília.

O Brasil e o Benin têm buscado, também, a ampliação do diálogo em foros multilaterais, particularmente na OMC e nas Nações Unidas. Nesta última organização, os dois países ocupam no momento assento não permanente no Conselho de Segurança.

Na qualidade de Emissário Especial do Presidente do Benin, o Ministro Rogatien Biaou será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregará mensagem do Chefe de Estado daquele país. O Ministro Biaou manterá encontros com o Ministro Celso Amorim, que lhe oferecerá almoço; com o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz; com o Ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia; e com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil. Deverá, ainda, manter reuniões com autoridades das áreas de saúde e agricultura.

Durante a visita, deverão ser assinados Acordo de Criação da Comissão Mista Brasil-Benin e Acordo Básico de Cooperação Técnica.

**Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores do Quênia, Chirau Ali Mwakwere (10/08/2005)**

O Ministro das Relações Exteriores do Quênia, Chirau Ali Mwakwere, acompanhado de importante delegação, visitará Brasília nos dias 11 e 12 de agosto corrente, a convite do Ministro Celso Amorim. As duas autoridades aproveitarão a oportunidade para aprofundar o diálogo político bilateral, que se vem estreitando ao amparo do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas. O Memorando foi firmado em março último, por ocasião da visita do Ministro Celso Amorim a Nairóbi - a primeira de um Chanceler brasileiro ao Quênia, desde a década de 70.

Durante sua permanência em Brasília, o Chanceler do Quênia será recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem entregará mensagem do Chefe de Estado daquele país.

Será realizada, durante o período da visita do Chanceler Chirau Ali Mwakwere a Brasília, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Quênia, com o objetivo de intensificar o relacionamento bilateral nas áreas econômica, educacional, cultural, desportiva, de cooperação técnica, saúde, agricultura e meio ambiente.

A Delegação queniana seguirá, no dia 13 de agosto, para o Rio de Janeiro, onde fará contatos na área de turismo. No dia 15, a Delegação viajará para São Paulo, com vistas a participar de Seminário organizado pela ABIMAQ, que objetiva incentivar a realização de operações comerciais entre os dois países, sobretudo nas áreas de indústria açucareira, cafeicultura e infra-estrutura.

**Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, ao Brasil (10/08/2005)**

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez deverão reunir-se para jantar de trabalho na Granja do Torto, em Brasília, no dia 11 de agosto de 2005, para discutir temas bilaterais e questões de

interesse comum nos planos regional e internacional. O Presidente venezuelano estará acompanhado de membros de seu Gabinete e outras autoridades.

Na ocasião, os dois mandatários avaliarão os avanços dos diversos acordos de cooperação entre os Governos e empresas dos dois países, com ênfase nas áreas de exploração de petróleo e gás, petroquímica, produção de etanol e biodiesel, mineração de carvão e projetos de infra-estrutura. Essas iniciativas inserem-se no marco da Aliança Estratégica entre os dois países, lançada por ocasião da visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Caracas, em fevereiro deste ano.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá reiterar convite ao Presidente Hugo Chávez para que compareça à Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), que se realizará, em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro.

#### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a La Paz (12/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim fará visita de trabalho a La Paz, no dia 15 de agosto, atendendo a convite do Chanceler Armando Loaiza Mariaca.

O Ministro Amorim será recebido pelo Presidente Eduardo Rodríguez, manterá encontro com o Chanceler Loaiza e participará de reunião com membros da Câmara Nacional de Comércio Boliviano-Brasileira.

Serão considerados temas do relacionamento bilateral, como projetos de infra-estrutura, investimentos e temas comerciais e cooperação. Também serão discutidos a próxima Cúpula Presidencial da Comunidade Sul-Americana de Nações e assuntos relacionados à integração regional.

Durante a visita, deverá ser celebrado Acordo sobre Regularização Migratória.

#### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Equador (12/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim fará visita de trabalho a Quito, nos dias 16 e 17 de agosto,

atendendo a convite do Chanceler Parra Gil.

O Ministro Amorim será recebido pelo Presidente Alfredo Palacio González e manterá encontros com o Chanceler Parra Gil, com a Ministra da Economia e Finanças, Magdalena Barreiro, e com o Ministro do Comércio Exterior, Oswaldo Molestina.

Além da reestruturação e fortalecimento institucional do Equador, serão considerados temas da agenda bilateral, como cooperação e temas comerciais, investimentos e projetos de infra-estrutura. Serão igualmente considerados temas relativos à integração regional, como a Comunidade Sul-Americana de Nações.

#### **Comunicado à imprensa sobre a Comissão Mista Brasil-Quênia (12/08/2005)**

Concluíram-se, com êxito, os trabalhos da Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília, em 11 e 12 do corrente mês. Registraram-se importantes resultados nas deliberações, que refletiram a confluência de opiniões nas diversas áreas de cooperação examinadas, tais como modernização tecnológica da indústria açucareira queniana, incluindo produção de etanol; setor cafeeiro; energia hidroelétrica; saúde; esportes e cultura; agricultura e desenvolvimento de rebanhos; turismo; meio ambiente; educação; e formação profissional.

Ademais das iniciativas acordadas nessas áreas, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia, Embaixador Chirau Ali Mwakwere, e o Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, firmaram, no encerramento da reunião, o Acordo para o Estabelecimento de Comissão Mista e o Acordo de Cooperação Desportiva.

#### **Comunicado à imprensa sobre o assassinato do Ministro das Relações Exteriores do Sri Lanka, Lakshman Kadirgamar (12/08/2005)**

O Governo brasileiro recebeu, com pesar e preocupação, a notícia do assassinato do Ministro

das Relações Exteriores do Sri Lanka, Lakshman Kadirgamar, na noite de sexta-feira na capital daquele país, Colombo.

O Governo brasileiro reconhece a importante contribuição que o Ministro Kadirgamar prestou no processo que estabeleceu o cessar-fogo entre o Governo e separatistas em 2002, após quase 20 anos de guerra civil.

O Governo brasileiro seguirá com atenção os desdobramentos do assassinato do Ministro Kadirgamar e confia em que as autoridades do Sri Lanka consigam identificar e punir os culpados.

O Ministro das Relações Exteriores, em nome do Governo brasileiro, enviou, hoje, mensagem de condolências ao Governo do Sri Lanka e à família do Senhor Lakshman Kadirgamar, em que expressa seu pesar e o do Governo brasileiro diante do trágico acontecimento.

### **Comunicado à Imprensa sobre a visita à Bolívia do Ministro Celso Amorim (15/08/2005)**

(versão em português de original em espanhol)

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Celso Amorim, realizou visita de trabalho a La Paz no dia 15 de agosto do corrente ano, acompanhado de importante delegação oficial.

O Ministro das Relações Exteriores e Culto da Bolívia, Embaixador Armando Loaiza Mariaca, recebeu seu homólogo na Chancelaria da República, onde mantiveram frutífera reunião, na qual se realizou revisão e avaliação geral dos temas inscritos na vasta e positiva agenda bilateral, assim como questões de interesse comum no marco âmbito regional e internacional.

Ambos os Chanceleres expressaram sua satisfação pelo impulso registrado nas excelentes relações bilaterais, que aprofunda o diálogo político e a cooperação entre o Brasil e a Bolívia.

Nesse contexto, os Ministros das Relações Exteriores manifestaram seu contentamento pela realização de reuniões dos Comitês de Fronteira que, coincidindo com o positivo desenvolvimento das relações entre ambos os países, realizam-se

simultaneamente e durante a presente semana em Cobija e em Guajará-Mirim.

Da mesma forma, os Chanceleres do Brasil e da Bolívia, ratificando o espírito de cooperação e integração que anima as relações entre os dois países, assinaram Instrumento com o qual se colocará em vigência, no prazo de trinta dias, o processo de regularização migratória para os nacionais brasileiros e bolivianos que decidam amparar-se nesse acordo, afim de regularizar sua situação no país de residência.

Os Chanceleres do Brasil e da Bolívia reafirmaram a importância da Comunidade Sul-Americana de Nações e seu compromisso de contribuir para o êxito da Primeira Reunião de Chefes de Estado que terá lugar em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro.

Posteriormente, o Chanceler do Brasil foi recebido em audiência no Palácio de Governo pelo Presidente da República da Bolívia, Doutor Eduardo Rodriguez Veltzé. Na ocasião, o dignitário brasileiro ratificou a decidida vontade política do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para aprofundar as relações de amizade e cooperação entre os dois países, na busca do fortalecimento da integração bilateral, econômica, comercial e física.

A visita do Chanceler Celso Amorim, a primeira à sede do Governo da Bolívia de um Ministro das Relações Exteriores desde que o Presidente Eduardo Rodriguez Veltzé assumiu a Primeira Magistratura, é uma clara evidência do decidido apoio do Governo do Brasil ao Governo boliviano, bem como constitui gesto político de grande significado que reflete o elevado e fraterno nível de relacionamento entre ambos os Governos e povos.

La Paz, 15 de agosto de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a situação na Guiné-Bissau (16/08/2005)**

No último dia 10 de agosto, foram anunciados os resultados oficiais das eleições presidenciais na Guiné-Bissau, com a vitória do candidato Nino Vieira.

Observadores eleitorais presentes ao pleito,

entre os quais a Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União Européia e as Nações Unidas, consideraram que o processo eleitoral foi realizado de forma livre, justa e transparente.

Em linha com a nota emitida pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no dia 11 de agosto, o Governo brasileiro está confiante em que os resultados finais serão plenamente acatados pelo Governo e pelo povo da Guiné-Bissau. O Brasil continuará apoiando, junto com a comunidade internacional, o Governo da Guiné-Bissau em seus esforços de estabilização política e em prol da retomada do desenvolvimento econômico e social do país.

O Governo brasileiro deverá integrar missão da Comunidade de Países de Língua Portuguesa a Guiné-Bissau, chefiada pelo Presidente de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, em sua qualidade de Presidente da CPLP, a qual deverá deslocar-se a Bissau na próxima semana.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes (16/08/2005)**

O Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, Fradique de Menezes, fará visita oficial ao Brasil no próximo dia 18 de agosto, acompanhado de Ministros de seu Governo e representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário. A programação da visita inclui deslocamentos aos Estados do Ceará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro.

A visita do Presidente Fradique de Menezes ao Brasil permitirá passar em revista diversos temas de cooperação bilateral, questões de interesse da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, atualmente sob presidência de São Tomé e Príncipe, e a participação brasileira no setor petrolífero santomense.

Os contatos de alto nível entre os dois países

têm-se adensado desde novembro de 2000, quando o então Chanceler Rafael Branco fez visita oficial ao Brasil. Em 2002, o Presidente Fradique de Menezes esteve em Brasília para participar da IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Em novembro de 2003, o Presidente Lula realizou visita oficial a São Tomé e Príncipe. Em julho de 2004, o Chefe de Estado brasileiro retornou ao arquipélago para participar da Cúpula da CPLP, quando passou a Presidência da entidade ao Presidente santomense. As relações bilaterais receberam forte impulso com a abertura, em 2003, da Embaixada do Brasil em São Tomé.

A reunião entre os dois presidentes ocorre no contexto da prioridade atribuída pelo Governo Lula às relações com a África. Há também o claro desejo dos dois países de aprofundar as relações comerciais, econômicas e de cooperação.

### **Comunicado à imprensa sobre a execução do plano israelense de desengajamento de Gaza (17/08/2005)**

O Governo brasileiro acompanha atentamente a implementação do plano de retirada de colonos na Faixa de Gaza e em quatro assentamentos do Norte da Cisjordânia, objeto de decisão adotada pelo Parlamento de Israel em 26 de outubro de 2004 e cuja execução teve início no último dia 15 de agosto.

O Brasil saúda a determinação do Governo israelense em levar a cabo o Plano de Desengajamento, a despeito da complexidade da empreitada. O Governo brasileiro compartilha o anseio da comunidade internacional para que a Autoridade Nacional Palestina possa assumir, sem incidentes e em ambiente de paz, o controle pleno sobre o território de Gaza, em seguida à saída dos colonos.

O Governo brasileiro reitera seu entendimento de que o Plano de Desengajamento de Gaza representa iniciativa capaz de contribuir de forma significativa para fazer avançar o processo de paz no Oriente Médio. O Brasil insta todas as partes

envolvidas a dar prosseguimento ao diálogo com esse objetivo, no âmbito do “Mapa do Caminho para a Paz”. Reafirma sua disposição de contribuir, se assim for do interesse das partes, para os esforços da comunidade internacional com vistas à obtenção de uma paz justa e duradoura na região, que contemple, por um lado, a criação de um Estado palestino soberano, economicamente viável e geograficamente coeso e assegure, por outro, o direito de Israel à existência e à segurança, dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

### **Comunicado à imprensa sobre o acompanhamento das investigações sobre a morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes em Londres (18/08/2005)**

As mais recentes notícias, acompanhadas de imagens de forte impacto, relativas às circunstâncias trágicas que resultaram na morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, no último dia 22 de julho, agravam o sentimento de indignação do Governo brasileiro.

Já em 25 de julho passado, em Londres, o Senhor Ministro Celso Amorim entrevistou-se com o Senhor Jack Straw, Secretário do Exterior do Reino Unido, ocasião em que manifestou o choque e a perplexidade do Governo brasileiro.

Em decorrência dessa entrevista e de contatos subseqüentes com autoridades britânicas, o Governo brasileiro enviará a Londres, no próximo dia 22 de agosto, missão composta dos Doutores Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República e Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, e Márcio Pereira Pinto Garcia, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça.

A missão deverá entrevistar-se com representantes da “Comissão Independente sobre Queixas contra a Polícia” (IPCC) e com o Senhor John Yates, “Deputy Assistant Commissioner” da Polícia Metropolitana de Londres, além de outras

autoridades britânicas.

É expectativa do Governo brasileiro obter amplos esclarecimentos, inclusive a respeito das notícias recentemente veiculadas pela imprensa.

### **Comunicado à imprensa sobre o Dia da Amizade Brasil-Haiti - Exposição “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti” (18/08/2005)**

Para celebrar o Dia da Amizade Brasil-Haiti, 18 de agosto, data da partida entre as seleções de futebol dos dois países em 2004, seis artistas naïfs (três brasileiros e três haitianos) estão pintando um mural em conjunto, na Praça Saint Pierre, na capital do Haiti, Porto Príncipe.

É a primeira vez que artistas naïfs haitianos e brasileiros se reúnem para pintar juntos uma tela. O Haiti está representado por Préfète Duffaut, Frantz Zephirin e Etienne Chavannes, e o Brasil, por Aparecida Azevedo, Ermelinda de Almeida e Odoteres Ricardo de Ozias.

Os pintores estão trabalhando juntos desde 13 de agosto. O público está convidado a acompanhar a execução da obra, que será símbolo da amizade que une os dois países.

Originalmente, a tela havia sido dividida em seis partes iguais, uma para cada artista. Como resultado do entrosamento entre os pintores haitianos e brasileiros, no entanto, cada um acabou por pintar também um pouco dentro do espaço do vizinho, com detalhes de um artista incrustados na pintura do outro, numa verdadeira mistura de tintas.

Crianças de escola pública da capital haitiana deverão ser levadas ao local para entrar em contato com os artistas.

O mural foi inaugurado na quinta-feira, 18 de agosto, com a presença da Ministra da Cultura e Comunicação da República do Haiti, Senhora Magali Comeau Denis, do Embaixador do Brasil no Haiti, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, e de representantes do Ministério da Cultura e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da

Igualdade Racial da Presidência da República do Brasil.

Todas as etapas de elaboração do mural foram filmadas e fotografadas. O vídeo e as fotografias daí resultantes serão exibidos à margem da exposição “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti”, na sede do edifício das Nações Unidas. Essa exposição já foi exibida no Centro Cultural Banco do Brasil, em Brasília, e no Museu de Arte Brasileira (FAAP), em São Paulo.

### **Comunicado à imprensa sobre a imposição de direitos “antidumping” pelos EUA a respeito do suco de laranja (19/08/2005)**

O Governo brasileiro recebeu com estranheza o anúncio pelo Governo norte-americano da aplicação de medidas “antidumping” preliminares sobre as importações de suco de laranja do Brasil.

O Governo brasileiro considera lamentável que o produto brasileiro, reconhecido no mercado internacional como altamente competitivo, seja objeto de mais uma medida restritiva de comércio, que vem somar-se ao já existente imposto de importação específico de US\$ 418 por tonelada.

O Governo brasileiro e o setor privado examinarão cuidadosamente as condições e os procedimentos adotados na investigação “antidumping” sobre o suco de laranja do Brasil no sentido de verificar se as disciplinas da OMC foram plenamente observadas e tomar as medidas cabíveis.

### **Comunicado à imprensa sobre o assassinato de Jean Charles de Menezes - Missão de altos funcionários a Londres (19/08/2005)**

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, recebeu, na manhã de hoje, em visita de cortesia, os Doutores Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República e Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, e Márcio Pereira Pinto Garcia, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça.

Na ocasião, trocaram impressões sobre a missão que os dois altos funcionários realizarão a Londres, a partir de 22 de agosto, para entrevistas com representantes da “Comissão Independente sobre Queixas contra a Polícia” (IPCC) e com o Senhor John Yates, “Deputy Assistant Commissioner” da Polícia Metropolitana de Londres, além de outras autoridades britânicas.

O Ministro Celso Amorim frisou o interesse do Governo brasileiro em obter amplos esclarecimentos das autoridades britânicas sobre as investigações em curso em torno do assassinato de Jean Charles de Menezes, em 22 de julho último.

### **Comunicado à imprensa a respeito da rendição de cidadão brasileiro na Colômbia (19/08/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores recebeu hoje, 19 de agosto, por intermédio da Embaixada do Brasil em Bogotá, informação do Governo colombiano sobre a rendição do cidadão brasileiro César Caio Dias Borges a forças de defesa da Colômbia, ocorrida na última terça-feira, dia 16.

O Senhor César Caio Dias Borges, que informou ter sido recrutado, à força, pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), entregou-se ao Batalhão de Infantaria Mecanizada do Exército colombiano, no Departamento de Vichada, tendo sido posteriormente trasladado para a sede da 4ª Divisão do Exército, localizada em Villavicencio, capital do Departamento de Meta.

O Senhor César Caio Dias Borges encontra-se em bom estado de saúde.

Missão da Embaixada do Brasil em Bogotá, integrada pelo Chefe do Setor Consular e pelo Adido Policial daquela Embaixada, seguiu nesta sexta-feira para Villavicencio, a fim de prestar toda assistência consular e humanitária cabível ao Senhor Borges, bem como colher informações adicionais sobre as circunstâncias do episódio, que envolveria, eventualmente, outro cidadão brasileiro.

## **Comunicado Conjunto da Visita Oficial ao Brasil do Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe (19/08/2005)**

1. A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor Fradique Bandeira Melo de Menezes, Presidente da República Democrática de São Tomé e Príncipe, visitou o Brasil, em caráter oficial, no dia 18 de agosto corrente.

2. O Presidente de São Tomé e Príncipe fez-se acompanhar de importante delegação, composta pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, o Ministro da Economia no Domínio do Comércio, Indústria, Turismo e Pescas, o Ministro da Educação, Cultura e Desporto, parlamentares, altos funcionários da Presidência e empresários. O programa da visita oficial incluiu encontros do mandatário santomense com as mais altas autoridades dos Poderes Legislativo da República Federativa do Brasil. O Presidente Fradique de Menezes visitou, ainda, os Estados do Ceará, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro, onde foi recebido pelos respectivos Governadores e por altos dirigentes de entidades empresariais e acadêmicas.

3. Em encontro privado, os dois Chefes de Estado passaram em revista o estado das relações bilaterais. Examinaram a situação interna dos dois países, tendo o Presidente Lula felicitado o seu homólogo pelos resultados obtidos no sentido da estabilidade política e econômica de São Tomé e Príncipe. O Presidente Fradique de Menezes, em resposta, congratulou-se com o Chefe de Estado brasileiro pelo cumprimento de seus objetivos de Governação.

4. Na mesma oportunidade, os Presidentes trocaram impressões sobre diversas questões internacionais de interesse mútuo, com especial ênfase no tema relacionado à Guiné-Bissau. A esse respeito, coincidiram, com satisfação, em que as duas voltas das eleições presidenciais naquele país decorreram em condições de normalidade. Manifestaram, contudo, sua preocupação ante a

situação de instabilidade que ainda persiste na Guiné-Bissau. Exortaram todos os atores políticos bissau-guineenses, assim como a sociedade civil e as Forças Armadas, a empreenderem todos os esforços com vista à preservação da ordem institucional.

5. Na perspectiva de sua atuação como presidente da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Presidente Fradique de Menezes expôs sua visão do problema na Guiné-Bissau, tendo afirmado que a referida organização vem intensificando suas gestões junto às autoridades bissau-guineenses e aos organismos multilaterais pertinentes, com vista à plena normalização democrática do país irmão. Nesse sentido, o Chefe de Estado informou que, em seu retorno a São Tomé, após o encerramento de sua Visita Oficial ao Brasil, viajará a Bissau, em missão de solidariedade junto às autoridades locais em nome da CPLP. O Presidente do Brasil manifestou pleno apoio às iniciativas do Presidente Fradique de Menezes, em nome da CPLP, no contexto da crise na Guiné-Bissau, e salientou a firme determinação de seu Governo no sentido de coordenar-se permanentemente com a referida organização, com vista à superação das dificuldades vigentes naquele país.

6. Com respeito aos demais temas pertinentes à CPLP, em especial aos que dizem respeito à cooperação, à promoção da língua portuguesa e à concertação político-diplomática, o Chefe de Estado brasileiro felicitou seu homólogo por sua prolífica gestão como presidente da Comunidade, tendo ressaltado, nesse particular, o êxito da XX Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que se celebrou em Luanda nos dias 19 e 20 de julho de 2005, sob a presidência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades de São Tomé e Príncipe.

7. No que respeita a temas bilaterais, os dois Presidentes examinaram os programas de cooperação em andamento. Ressaltaram, nesse sentido, os bons resultados dos entendimentos nos campos da agricultura, desenvolvimento urbano, educação, desporto, formação profissional, saúde e

tecnologia da informação.

8. Presidente Lula tomou boa nota do interesse manifestado pelo Presidente de São Tomé e Príncipe quanto às possibilidades de cooperação bilateral nos setores de cooperativismo agrícola e de microcrédito. Nesse sentido, instruiu as autoridades competentes brasileiras a intensificarem o diálogo com o Governo santomense a respeito daqueles temas.

9. Com relação ao comércio bilateral, os Chefes de Estado decidiram incentivar os agentes privados dos dois países a estreitarem seus contatos, tendo em vista, especialmente, as condições favoráveis oferecidas por São Tomé e Príncipe como plataforma potencial para a colocação de produtos brasileiros nos mercados dos países da região do Golfo da Guiné. Os dois Presidentes registraram, com agrado, a iniciativa de envio de missão empresarial brasileira a São Tomé e Príncipe, cuja organização está confiada ao Governo do Estado do Ceará, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

10. Os dois Presidentes saudaram a manifestação de interesse veiculada pela Câmara de Comércio Brasil-São Tomé e Príncipe, com vista a diversas ações de promoção do comércio bilateral, em especial a que prevê a constituição de um Comitê Conjunto para o Comércio.

11. Os Presidentes tomaram nota com satisfação da concordância de São Tomé e Príncipe com o texto do Acordo-Quadro de Comércio com o Mercosul, que estabelece o marco jurídico-institucional para a negociação de um acordo de livre comércio entre as duas partes. Sublinharam que o instrumento tem, como elemento central, o compromisso do Mercosul de conferir tratamento especial e diferenciado a São Tomé e Príncipe. Nessa linha, comprometeram-se a proceder à assinatura do referido Acordo-Quadro no mais breve prazo possível.

12. O Presidente de São Tomé e Príncipe manifestou o interesse de seu país em participar de projeto de assistência técnica em matéria de

negociações internacionais, que o Brasil oferece aos países em desenvolvimento da CPLP, mediante a organização de um curso a ser ministrado em Genebra.

13. Foi assinado, durante a Visita Oficial, o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científico e Técnica para a Implementação do Projeto “Ações de Prevenção e Controle do Vírus da Deficiência Imunológica Humana e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (HIV/AIDS) em São Tomé e Príncipe”. Os Presidentes destacaram a importância desse instrumento, que permitirá o início de cooperação bilateral com vista ao tratamento universal, com terapia anti-retroviral de primeira linha, aos pacientes santomenses afetados por aquela enfermidade.

14. Os Chefes de Estado registraram, com satisfação, os entendimentos bilaterais que permitirão a adoção de dois importantes projetos de cooperação bilateral na área da agricultura (desenvolvimento agrícola e extensão rural), que facultarão o acesso a São Tomé e Príncipe a avanços técnicos brasileiros no manejo de condições climáticas e de solo.

15. Presidente Lula anotou, com grande satisfação, a disposição do Governo de São Tomé e Príncipe de intensificar conversações com a EMBRAER, com vista à possível incorporação, à Air São Tomé, de aeronave produzida no Brasil. Nesse sentido, indicou que tal operação poderia, em seu devido tempo, ser apoiada pela instrumentalização de linha de crédito brasileira.

16. O Presidente Fradique de Menezes reiterou ao Presidente Lula o interesse de São Tomé e Príncipe em contar com o envolvimento brasileiro em atividades de prospecção petrolífera, tanto na zona de exploração conjunta com a Nigéria quanto na zona econômica exclusiva do país. Os dois Presidentes observaram, com interesse, o diálogo vigente entre a Petrobrás e as autoridades santomenses encarregadas de questões relacionadas ao rico potencial petrolífero de São Tomé e Príncipe.

17. Com vista a aprofundar as discussões sobre

os projetos bilaterais de cooperação e as iniciativas econômicas e comerciais em marcha ou em vias de serem implementadas, bem como as questões relativas à concertação político-diplomática, os Presidentes decidiram instalar a Comissão Mista Brasil-São Tomé e Príncipe, com reuniões regulares a serem presididas em nível ministerial, cuja periodicidade será oportunamente fixada pelos canais diplomáticos.

18. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fradique de Menezes reafirmaram o compromisso inscrito no Comunicado Final da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, pelo qual os países membros da Comunidade consignaram seu apoio à inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao projeto de resolução sobre a reforma daquele órgão, que cria seis novos assentos permanentes, entre os quais dois para a África e um para a América Latina e o Caribe.

19. Os Presidentes coincidiram na preocupação ante a persistência da fome e da pobreza no mundo. Reafirmaram que a implementação plena, dentro dos prazos estabelecidos, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio deve ser prioridade de todos os países, tanto desenvolvidos quanto em desenvolvimento. Expressaram a firme determinação política de trabalhar em conjunto para promover maior cooperação internacional e mobilizar o apoio em favor de esforços destinados a aumentar a disponibilidade de recursos para o financiamento do desenvolvimento.

20. Ressaltaram sua confiança no potencial gerador de crescimento econômico proporcionado pelo comércio internacional. Na visão dos Presidentes, a incorporação dos países em desenvolvimento na economia global torna necessário o acesso, sem discriminação, aos mercados dos países ricos. Reconheceram a necessidade de regras comerciais que reflitam as necessidades dos países em desenvolvimento e ressaltaram, em particular, a importância das negociações em agricultura, setor em que tais países são mais competitivos e no qual

persistem as maiores distorções de mercado. Expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC possam ser concluídas com êxito, de forma a corrigir esses desequilíbrios.

21. No final de sua visita, o Presidente Fradique Bandeira Melo de Menezes manifestou seu profundo agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e demais autoridades governamentais brasileiras, pela calorosa recepção e generosa hospitalidade que lhe foram reservadas, assim como à sua comitiva, durante sua visita à República Federativa do Brasil.

Brasília, 18 de agosto de 2005.

### **Comunicado à imprensa a respeito da Reunião Ministerial sobre Segurança Cidadã na América do Sul (19/08/2005)**

Será realizada em Fortaleza, Ceará, no Hotel Luzeiros, nos dias 25 e 26 de agosto de 2005, a Reunião Ministerial sobre Segurança Cidadã na América do Sul, da qual participarão Ministros da Justiça e do Interior dos países da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Além de discutir o tema da criminalidade sob o enfoque regional, o principal objetivo do encontro é formular as diretrizes que deverão orientar o tratamento desse tema no continente.

A Reunião dos Ministros será precedida de reunião técnica, nos dias 23 e 24 de agosto.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti, Embaixador Juan Gabriel Valdés (19/08/2005)**

O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti e Chefe da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), Embaixador Juan Gabriel Valdés, do Chile, fará visita a Brasília nos dias 22 e 23 de agosto. Na ocasião, manterá entrevista com o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores e fará exposição à imprensa sobre a atual situação do Haiti

e as perspectivas para o país.

A visita do Embaixador Valdés representa oportunidade para aprofundar a cooperação entre o Brasil e a MINUSTAH, na busca da estabilidade, da retomada do crescimento econômico e da reconciliação política do Haiti.

O Brasil, o maior contribuinte de tropas da MINUSTAH, vem apoiando as ações das Nações Unidas e da comunidade internacional no Haiti, movido por espírito de solidariedade e de compromisso com a observância dos direitos humanos e com o desenvolvimento do país.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves (19/08/2005)**

O Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde, José Maria Pereira Neves, fará visita de trabalho ao Brasil a partir do próximo dia 21 de agosto, acompanhado de Ministros de Estado e dirigentes empresariais. A programação da visita inclui atividades nos Estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio de Janeiro e Goiás. Os Estados do Nordeste brasileiro têm aumentado significativamente seu intercâmbio comercial com o arquipélago de Cabo Verde, após o estabelecimento de linha aérea entre Fortaleza e a Ilha do Sal.

A visita do Primeiro-Ministro Pereira Neves ao Brasil permitirá passar em revista diversos temas de cooperação bilateral, em especial a participação brasileira na instalação da Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país, e questões de interesse da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

As relações entre o Brasil e Cabo Verde têm ganho dinamismo nos últimos anos, em grande parte devido à agenda de visitas de alto nível. O Primeiro-Ministro de Cabo Verde esteve no Brasil em outubro de 2003 e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita oficial a Cabo Verde em julho de 2004. Houve, também, visitas dos Ministros da Cultura, Gilberto Gil, em dezembro de 2004, e das Relações

Exteriores, Celso Amorim, em janeiro de 2005.

A reunião entre os dois mandatários ocorre no contexto da prioridade atribuída pelo Governo Lula às relações com a África. Existe claro desejo dos dois países de aprofundar as relações comerciais, econômicas e de cooperação.

### **Comunicado Conjunto da Visita de Trabalho ao Brasil do Senhor José Maria Pereira Neves, Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde (22/08/2005)**

1. A convite de Sua Excelência o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, Sua Excelência o Senhor José Maria Pereira Neves, Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde, visitou Brasília no dia 22 de agosto corrente, no contexto de seu périplo por estados brasileiros, que compreendeu viagens às cidades de Fortaleza, Recife, João Pessoa, Maceió, Rio de Janeiro e Goiânia, nas quais o Chefe de Governo cumpriu extensos programas junto a autoridades locais, empresários e instituições diversas.

2. A delegação do Primeiro-Ministro de Cabo Verde foi composta pela Ministra da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Senhora Filomena Martins, o Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, Senhor João Pereira Silva, altos funcionários governamentais e representantes de entidades empresariais.

3. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves encontraram-se privadamente, ocasião em que passaram em revista o estado das relações bilaterais. Deram ênfase aos programas bilaterais de cooperação, sobretudo os que se desenvolvem nas áreas da educação, saúde, formação profissional e agricultura.

4. Felicitaram-se pela conexão aérea entre o arquipélago cabo-verdiano e o nordeste brasileiro, que vem propiciando intenso intercâmbio entre Cabo Verde e o Brasil, com efeitos multiplicadores nas áreas do comércio, das relações econômicas e empresariais, da cooperação educacional e cultural,

entre outros setores, no quadro do estabelecimento de parcerias estratégicas entre os dois países.

5. O Primeiro-Ministro felicitou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelas iniciativas inovadoras e geradoras de mais desenvolvimento, especificamente, o programa da luta contra a fome, bem como no âmbito da reforma das Nações Unidas e no quadro da Organização Mundial do Comércio.

6. O Presidente da República Federativa do Brasil congratulou-se com o Primeiro-Ministro da República de Cabo Verde pela solidez das instituições cabo-verdianas, pela excelência da política econômica posta em marcha pelo Governo do Senhor José Maria Pereira Neves e pelos avanços no esforço de promover a inclusão social e o combate à pobreza. Salientou o Chefe de Estado brasileiro que esse conjunto de condições favoráveis contribui para que Cabo Verde aumente sua capacidade de atrair investimentos estrangeiros. Nesse sentido, ambos coincidiram quanto à necessidade de aumentar a presença econômica brasileira no país africano, notadamente nos domínios dos transportes marítimos e aéreos, em projetos de infra-estrutura e outros.

7. Paralelamente, concluíram que o mercado cabo-verdiano oferece crescentes oportunidades comerciais a serem bem avaliadas por exportadores brasileiros de bens e serviços, em benefício mútuo. Nesse sentido, saudaram com especial satisfação a organização em curso de uma missão comercial brasileira, a ser enviada a Cabo Verde em data a ser mutuamente acordada, podendo coincidir com a X Edição da Feira Internacional de Cabo Verde a realizar-se de 16 a 20 de novembro do ano em curso. Os altos mandatários frisaram que, no contexto dessa missão, os empresários dos dois países, com apoio de ambos os Governos, devem contemplar a possibilidade de estabelecer esquemas de utilização do arquipélago cabo-verdiano como plataforma comercial, com vista à penetração de produtos brasileiros em mercados da costa ocidental da África, bem como a explorar as facilidades de acesso de Cabo Verde aos mercados dos Estados Unidos e da

União Européia.

8. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves coincidiram quanto à necessidade de regularizar a conexão marítima entre os dois países, medida que corresponderia plenamente ao grande potencial ainda a ser explorado pelos agentes comerciais do Brasil e de Cabo Verde.

9. O Chefe de Estado brasileiro reiterou ao Chefe de Governo cabo-verdiano os benefícios inerentes à proposta de assinatura de um Acordo-Quadro de Comércio entre o Mercosul e Cabo Verde, que estabelece o marco jurídico-institucional para a negociação de um futuro acordo de livre comércio entre as duas partes. Sublinharam que o instrumento tem, como elemento central, o compromisso do Mercosul de conferir tratamento especial e diferenciado a Cabo Verde. Nessa linha, comprometeram-se a prosseguir a análise da possibilidade de assinatura do referido Acordo-Quadro no mais breve prazo possível.

10. Na área da educação, os dois interlocutores manifestaram grande satisfação com o bom andamento do projeto de cooperação bilateral que visa à criação da primeira Universidade pública de Cabo Verde. O Presidente Lula lembrou que os entendimentos nesse sentido tiveram início por ocasião de sua Visita Oficial a Cabo Verde, em julho de 2004. A partir de então, o projeto tem-se desenvolvido com celeridade, graças à promoção de sucessivas iniciativas conjuntas entre instituições governamentais e acadêmicas de ambos os países. O Chefe de Estado saudou, com especial agrado, a presença, na delegação do Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves, de representantes de seu Governo encarregados de conduzir esse projeto, de grande importância para as futuras gerações de cabo-verdianos.

11. Regozijaram-se, por outro lado, pelo expressivo número de estudantes cabo-verdianos no Brasil, que se beneficiam dos Programas de Estudante-Convênio nas áreas de graduação e pós-graduação (PEC-G e PEC-PG).

12. Ainda no âmbito educacional, expressaram seu agrado ante os avanços dos programas bilaterais “Alfabetização Solidária em Cabo Verde” e “Fortalecimento e Capacitação Técnica de Recursos Humanos para o Sistema de Formação Profissional de Cabo Verde”.

13. No domínio da saúde, reafirmaram a importância do Projeto de Cooperação Internacional em HIV/AIDS, objeto de Ajuste Complementar assinado durante a visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil a Cabo Verde, em janeiro de 2005, com o objetivo de fortalecer a capacidade de resposta nacional do programa de Cabo Verde à epidemia do HIV/AIDS, particularmente nas áreas de assistência, tratamento e controle da transmissão materno-infantil.

14. O Presidente do Brasil e o Primeiro-Ministro de Cabo Verde trocaram impressões sobre a questão da Guiné-Bissau, tendo felicitado o povo e o Governo da Guiné-Bissau pela forma como decorreram os dois turnos das eleições presidenciais. O Presidente Lula deteve-se, em especial, no meritório esforço do Presidente Pedro Pires, de Cabo Verde, no sentido de influenciar positivamente no bom encaminhamento das soluções aos problemas bissau-guineenses. Em particular, o Chefe de Estado brasileiro saudou, com entusiasmo, os excelentes resultados da missão empreendida pelo Presidente Pires a Bissau, de 4 a 10 de agosto do corrente, como enviado especial do presidente da União Africana.

15. O Primeiro-Ministro de Cabo Verde congratulou-se com o importante papel desempenhado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na afirmação da CPLP na arena internacional e, particularmente, pelo seu empenho na consolidação da paz e da estabilidade na Guiné-Bissau, abrindo, assim, caminho à democracia e ao desenvolvimento

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves reafirmaram o compromisso inscrito no Comunicado Final da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, pelo qual os países membros da

Comunidade consignaram seu apoio à inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

17. O Chefe de Estado brasileiro reiterou o apoio de seu Governo ao pleito de Cabo Verde de incorporar-se à Organização Mundial de Comércio nas condições mais favoráveis, tendo em conta as vulnerabilidades da economia cabo-verdiana.

18. Saudaram o processo de consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que se tem beneficiado largamente da condução segura do Secretário Executivo da organização, o Embaixador cabo-verdiano Luís Fonseca.

19. Manifestaram satisfação com os avanços verificados durante a X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, ocasião em que o IILP foi objeto de deliberações de elevado alcance e externaram as melhores expectativas com respeito ao futuro do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Cabo Verde, cujo diretor é Doutor Manuel Brito Semedo, de nacionalidade cabo-verdiana.

20. Os dois mandatários registraram que o Brasil e Cabo Verde são, até agora, os únicos países da CPLP a ratificarem o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovado em 25 de julho de 2004, durante a V Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em São Tomé. Manifestaram a expectativa de que o referido Acordo entre em vigência no mais breve possível, bastando para tanto que um terceiro país da CPLP ratifique o Segundo Protocolo Modificativo.

21. Ao final de sua visita de trabalho, o Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves manifestou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva seu agradecimento pela calorosa acolhida que lhe foi brindada, e a sua delegação, pelo Governo e pelo povo brasileiros.

Brasília, 22 de agosto de 2005.

**Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Senhor Pastor Micha Ondo Bilé (22/08/2005)**

Visitará o Brasil, de 23 a 25 de agosto, o Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Senhor Pastor Micha Ondo Bilé. A visita coincidirá com a entrada em funcionamento da representação residente da Guiné Equatorial em Brasília, que constitui marco da aproximação efetiva entre o Brasil e a Guiné Equatorial.

A economia da Guiné Equatorial gira em torno de petróleo e gás. Sua produção petrolífera alcançou 350 mil barris em 2004, com reservas provadas de 1,1 bilhão de barris, o que projeta a Guiné Equatorial como terceiro exportador africano. As reservas de gás são estimadas em 68,5 bilhões de metros cúbicos. O Governo equato-guineense tem buscado destinar as rendas petrolíferas a projetos de melhoramento da infra-estrutura do país, como a construção de estradas e pontes, e de incremento dos índices sócio-econômicos da população.

O Chanceler Bilé visitará o Brasil acompanhado do Embaixador designado para chefiar a nova missão em Brasília, Senhor Teodoro Nsue Okomo, e será homenageado pelo Ministro Celso Amorim com almoço no Palácio Itamaraty. Cumprirá programa que prevê reuniões com a Petrobras e com responsáveis por áreas nas quais o Governo da Guiné Equatorial gostaria de contar com a cooperação brasileira, como as de saúde e educação.

**Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Presidente da República da Gâmbia, Senhor Yahia Jammeh (23/08/2005)**

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República da Gâmbia, Yahia Jammeh, visitou o Brasil oficialmente, no dia 9 de agosto de 2005, acompanhado pelo Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional e por delegação ministerial, além de outras autoridades

governamentais e de comitiva de empresários. O Presidente da Gâmbia foi homenageado com almoço oferecido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Palácio Itamaraty.

2. A programação da visita incluiu encontro do Presidente Jammeh com a Presidente, em exercício, do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie Northfleet.

3. O Presidente Jammeh efetuou visitas de campo a dois centros de pesquisa da EMBRAPA, a Unidade de Cerrados e o Centro Nacional de Recursos Genéticos e Biotecnologia (CENARGEN). Encontrou-se, também, com o Diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), Doutor Emir Suaden. No IBICT, o Presidente da Gâmbia e sua delegação assistiram a uma apresentação sobre as atividades do Instituto. O Presidente Jammeh assistiu, igualmente, a uma apresentação sobre as atividades da EMBRAER.

4. Os Presidentes, durante o seu encontro em Brasília, passaram em revista a agenda bilateral e trocaram opiniões sobre vários temas internacionais e sobre a situação política e econômica em suas respectivas regiões.

5. Os dois Chefes de Estado expressaram grande preocupação pela persistência da fome e da pobreza no mundo, flagelo que agrava a disseminação de doenças, reduz a capacidade de trabalho, desorganiza as sociedades e aumenta as dificuldades dos países em desenvolvimento em promover o crescimento econômico com justiça social. Ambos reafirmaram que a implementação plena, dentro dos prazos estabelecidos, das Metas de Desenvolvimento do Milênio, deve constituir uma prioridade para todos os países. Expressaram a firme determinação política de trabalhar em conjunto para promover maior cooperação internacional e mobilizar apoio em favor de esforços destinados a aumentar a disponibilidade de recursos para financiar o desenvolvimento.

6. Os dois Presidentes concordaram sobre a importância de que os países em desenvolvimento assumam papel positivo e empreendedor, em

autêntico esforço de promoção da solidariedade e da parceria Sul-Sul.

7. O Presidente da Gâmbia reiterou seu alto apreço pela determinação do Governo brasileiro de privilegiar as relações com a África. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva elogiou os esforços empreendidos pelo Presidente Jammeh para implementar um programa de governo fortemente engajado na promoção do desenvolvimento econômico com justiça social e expressou ao seu homólogo a disposição do Governo brasileiro de cooperar estreitamente com as iniciativas de desenvolvimento nacional e regional no continente africano. Fez especial referência à capacitação brasileira em matéria agrícola e à vasta experiência de atuação das empresas brasileiras de engenharia no continente africano.

8. Os Presidentes também reafirmaram a necessidade de promover políticas públicas dirigidas à melhor das condições de vida das populações carentes. Os Presidentes sublinharam a importância do envolvimento dos povos da Gâmbia e do Brasil no processo de construção de uma relação mais estreita entre os dois países.

9. Ressaltaram sua confiança no potencial do comércio internacional na promoção do crescimento econômico. Na visão dos Presidentes, a incorporação dos países em desenvolvimento na economia global requer, necessariamente, o acesso indiscriminado aos mercados dos países ricos. Reconheceram a necessidade de que as regras comerciais multilaterais venham ao encontro das necessidades dos países em desenvolvimento e ressaltaram, em particular, a importância das negociações em matéria de agricultura, setor em que aqueles países são mais competitivos e no qual persistem as maiores distorções de mercado. Expressaram o desejo de que as negociações em curso na OMC possam ser concluídas com êxito, de forma a corrigir esses desequilíbrios.

10. Os Presidentes coincidiram na necessidade de reformar a Organização das Nações

Unidas, em particular o Conselho de Segurança, tornando-o mais democrático e representativo, mediante a incorporação de novos membros permanentes. O Presidente da Gâmbia reiterou o apoio de seu Governo a que o Brasil integre o referido Conselho como membro permanente e expressou a esperança de que as próximas discussões entre o G-4 e os países africanos possam levar a uma posição mutuamente vantajosa na questão da reforma do Conselho de Segurança. O Presidente brasileiro expressou sua calorosa gratidão por tão importante apoio, que reflete a nova dimensão política das relações bilaterais.

11. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva parabenizou seu homólogo pelo papel ativo que a Gâmbia tem desempenhado em seu contexto regional.

12. No âmbito da visita, foi firmado Acordo Bilateral de Cooperação Técnica e Acordo de Criação da Comissão Mista Brasil-Gâmbia. Esses instrumentos fornecem o marco jurídico no qual se desenvolverão os futuros programas de cooperação.

13. Ao fim de sua visita a Brasília, o Presidente Yahia Jammeh agradeceu a calorosa acolhida e as atenções dispensadas pelo Governo brasileiro a ele e à sua delegação e convidou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a visitar a Gâmbia, em data a ser acordada pela via diplomática.

Brasília, 9 de agosto de 2005.

### **Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Ministro das Relações Exteriores da República do Benin, Senhor Rogatien Biaou (23/08/2005)**

A convite do seu homólogo, Embaixador Celso Amorim, o Senhor Rogatien Biaou, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Integração Africana da República do Benin, efetuou visita oficial ao Brasil, de 10 a 12 de agosto de 2005. Durante a visita, o Ministro Rogatien Biaou foi recebido em audiência pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a quem transmitiu mensagem do Presidente Mathieu Kérékou.

2. O Chanceler do Benin manteve reunião de trabalho com seu homólogo brasileiro no dia 11 de agosto. Examinaram o estado das relações bilaterais, com a finalidade de ampliar o diálogo político e aprofundar o intercâmbio entre os dois países e passaram em revista temas da atualidade internacional.

3. No plano bilateral, os dois Ministros enfatizaram a necessidade de consolidar as relações entre os dois países e de aproximar os povos do Brasil e do Benin, unidos por fortes laços afetivos, culturais e históricos.

4. No plano multilateral, os dois Ministros congratularam-se pela boa colaboração entre os dois países, membros não-permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, especialmente no que diz respeito aos temas da reforma do referido Conselho e da situação das crianças-soldados no mundo.

5. Ambos concordaram sobre a necessidade de que prossigam as consultas entre o G-4 e a União Africana, com vistas a alcançar, tão pronto quanto possível, consenso sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

6. As duas Partes, ademais, concordaram em trabalhar juntas, no âmbito das Nações Unidas, com vistas a encontrar solução apropriada para a situação das crianças-soldados no mundo.

7. Os dois Ministros assinaram os seguintes acordos: Acordo de Cooperação Técnica, Acordo de Criação da Comissão Mista Brasil-Benin e Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

8. O Ministro Rogatien Biaou encontrou-se, ainda, com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, com o Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz Filho, e com o Secretário-Executivo do Ministério do Turismo, Maurício Favilla.

9. As conversações mantidas durante a visita permitiram explorar os meios e modos de dinamizar a cooperação entre o Brasil e o Benin, em particular nos campos da saúde, da agricultura, dos esportes, do meio ambiente, da cultura, do turismo e da formação profissional.

10. Ao fim de sua visita a Brasília, o Ministro Rogatien Biaou agradeceu a calorosa acolhida a ele dispensada pelas autoridades brasileiras e convidou o Ministro Celso Amorim a visitar o Benin, em data a ser acordada pela via diplomática.

Brasília, 12 de agosto de 2005

### **Comunicado à imprensa a respeito da Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio (24/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim participará, em Bariloche, nos dias 25 e 26 de agosto, de Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores do Grupo do Rio, preparatória da Cúpula prevista para ocorrer em novembro próximo, na Argentina.

O Grupo do Rio, estabelecido em 1986, constitui foro para concertação política de posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais. É integrado por dezenove países, um dos quais representa a Comunidade do Caribe (atualmente, a Guiana). O Brasil e a Guiana, que sediará a Cúpula de 2006, compõem hoje com a Argentina a tríada do Mecanismo.

O Haiti será um dos temas centrais da Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores, o que sinaliza a importância atribuída pelos países da região à situação haitiana e à cooperação internacional com aquele país. O Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti, Embaixador Juan Gabriel Valdés, fará exposição durante o encontro.

A Reunião de Bariloche permitirá, também, considerar o ingresso de Belize como país membro do Grupo do Rio e examinar temas relativos à Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre as Metas de Desenvolvimento do Milênio e à Cúpula das Américas, entre outros assuntos.

### **Comunicado à imprensa a respeito da missão brasileira a Londres sobre a morte de Jean Charles de Menezes (26/08/2005)**

A missão de altos funcionários brasileiros,

destinada a buscar informações sobre as circunstâncias que levaram à morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes, encerrou sua primeira visita a Londres no dia 26 de agosto corrente.

A missão decorreu de proposta feita pelo Ministro Celso Amorim ao Secretário do Exterior britânico Jack Straw, por ocasião da entrevista que mantiveram em Londres em 25 de julho último, logo após o trágico acontecimento. Foi integrada pelo Embaixador Manoel Gomes Pereira, Diretor do Departamento das Comunidades Brasileiras no Exterior do Ministério das Relações Exteriores; pelo Doutor Wagner Gonçalves, Subprocurador-Geral da República e Corregedor-Geral do Ministério Público Federal; e pelo Doutor Márcio Pereira Pinto Garcia, Diretor-Adjunto do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça.

A missão entrevistou-se inicialmente com o Senhor John Yates, da Polícia Metropolitana de Londres, com quem examinou as primeiras providências adotadas em relação ao caso e a transferência do inquérito para a Comissão Independente sobre Queixas contra a Polícia (IPCC).

A missão manteve reunião com o Senhor Nick Hardick, Presidente da IPCC, e outros integrantes da Comissão, durante a qual foram discutidos aspectos da investigação conduzida por aquele órgão. Reuniu-se, igualmente, com o “Coroner” John Sampson, magistrado responsável pela investigação de mortes não-naturais, para tratar das circunstâncias que levaram à morte de Jean Charles de Menezes.

No órgão equivalente ao Ministério Público (“Crown Prosecution Service”), a missão pôde conhecer o futuro andamento jurídico do caso, após a conclusão da investigação pela IPCC.

A Senhora Louise Christian, Presidente da ONG Inquest, e a Senhora Helen Shaw, da mesma organização, explicaram à missão a instauração e o andamento de processos em situações do gênero e trataram do assunto do ponto de vista dos direitos humanos. O objetivo principal da mencionada ONG

é o acompanhamento de casos de mortes relacionadas à ação policial.

A missão conversou também com o Senhor Alessandro Alves Pereira, primo de Jean Charles de Menezes, a quem prestou novamente a solidariedade do Governo brasileiro, e com a Senhora Gareth Peirce, advogada que representa os interesses da família.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Burkina Faso (29/08/2005)**

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação de Burkina Faso, Youssouf Ouedraogo, visitará o Brasil de 30 de agosto a 1º de setembro. O Chanceler estará acompanhado pelo Embaixador Tertius Zongo e pelo Diretor das Américas da Chancelaria, Embaixador Hilaire Soulama, e será recebido pelo Ministro Celso Amorim no dia 30, às 12h30. No programa da visita estão previstas, também, reuniões com empresários brasileiros e visitas a unidade de pesquisa da EMBRAPA e ao Ministério dos Esportes.

A visita do Chanceler Youssouf Ouedraogo inscreve-se no quadro geral de intensificação das relações do Brasil com o continente africano e ocorre na seqüência dos contatos mantidos com autoridades daquele país, desde a vinda, em setembro de 2003, do Presidente Blaise Compaoré – primeiro Presidente africano a visitar o Brasil no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Burkina Faso, país mediterrâneo no centro-norte ocidental da África, tem-se destacado pela gestão responsável e adequada de recursos recebidos da comunidade internacional. Essa característica, aliada à crescente preocupação governamental com a implementação de políticas sociais de redução da pobreza, tem permitido àquele país registrar índices mais favoráveis de desenvolvimento sócio-econômico.

Burkina Faso tem muito interesse em contar com a cooperação brasileira nas áreas de saúde, agricultura e esporte. Durante a visita ministerial, deverá ser assinado Acordo Quadro de Cooperação Técnica,

que possibilitará a continuidade de ações já iniciadas no campo da saúde e o início de atividades de cooperação nos outros campos. O país manifesta interesse, também, em incrementar as relações comerciais com o Brasil nas áreas de produtos agro-alimentares, engenharia pesada e material médico-hospitalar.

### **Comunicado à imprensa sobre a Cerimônia de Comemoração do Tratado de Cooperação Amazônica (29/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim presidirá amanhã, 30 de agosto, às 18h00, no auditório do Palácio Itamaraty, cerimônia de comemoração dos 25 anos de entrada em vigor do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), de que são Partes Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. A cerimônia será aberta à imprensa.

O TCA instituiu o marco jurídico que orienta a cooperação entre os países amazônicos. Seus objetivos fundamentais são a cooperação internacional e a afirmação da responsabilidade soberana dos países da região na promoção do desenvolvimento sustentável, a melhoria da qualidade de vida da população amazônica e a defesa de seu imenso patrimônio natural.

Em 1998, os Estados Membros decidiram criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de uma Secretaria Permanente, que foi instalada em Brasília em 2002. Com isso, o TCA passou a contar com mecanismo institucional eficaz para acelerar os processos de integração e cooperação amazônicos. A OTCA é, também, um dos organismos regionais que dão suporte à criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim à Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal (30/08/2005)**

O Ministro Celso Amorim comparecerá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal para discutir temas relativos à

política externa brasileira.

A convite do Presidente daquela Comissão, Senador Cristovam Buarque, a visita terá lugar amanhã, quarta-feira, 31 de agosto corrente, às 9h00, no Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Ala Senador Alexandre Costa, sala 7).

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique (30/08/2005)**

A Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Alcinda Abreu, acompanhada de representantes de diversos órgãos governamentais, visitará Brasília entre os próximos dias 30 de agosto e 1º de setembro. Na ocasião, co-presidirá, com o Ministro Celso Amorim, a III Sessão da Comissão Mista Brasil-Moçambique. Os dois Ministros manterão encontro privado antes do início da Comissão Mista.

Durante a Comissão Mista, serão tratadas as possibilidades de aumentar a cooperação bilateral em temas como educação, saúde, obras públicas e habitação, indústria e comércio, meio ambiente, trabalho, defesa, administração estatal e infra-estrutura urbana, cultura, energia, agricultura, ciência e tecnologia, ação social e esporte. Destacam-se os entendimentos em curso com vistas à transferência de tecnologia para a fabricação, em Moçambique, de medicamentos genéricos para o combate ao HIV-AIDS.

As relações comerciais entre o Brasil e Moçambique ganharam ímpeto significativo após a escolha da Companhia Vale do Rio Doce no processo de seleção internacional para exploração do complexo carbonífero de Moatize, na região do Vale do Zambeze.

As visitas bilaterais de autoridades em alto nível são frequentes. O Presidente Lula visitou Maputo em novembro de 2003, e o Ministro Celso Amorim, em março de 2005. O Presidente Armando Guebuza pretende visitar o Brasil no primeiro semestre de 2006.

**Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim a Bruxelas ( 01/09/2005)**

O Ministro Celso Amorim deverá reunir-se, junto com seus homólogos do Mercosul, no dia 2 de setembro próximo, com os Comissários de Comércio, Peter Mandelson; de Relações Exteriores, Benita Ferrero-Waldner; e de Agricultura, Marianne Fischer-Boel, para discutir o encaminhamento das negociações birregionais entre Mercosul e União Européia, com vistas a um acordo de livre comércio.

A reunião ministerial visa a retomar o diálogo de alto nível entre as áreas a fim de possibilitar a continuidade das tratativas no nível técnico, com o objetivo de, ao final do processo negociador, criar a maior área de livre comércio do mundo.

**Comunicado à imprensa sobre a passagem do Furacão Katrina - Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva dirigida ao Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush ( 01/09/2005)**

“Neste momento de grande pesar, desejo expressar a mais completa solidariedade do povo e do governo brasileiros para com a Nação norte-americana, em face da catástrofe natural que se abateu sobre os estados da Louisiana, Alabama e Mississipi.

São pungentes as imagens de desolação que nos chegam da histórica cidade de Nova Orleans. Dirigimos o nosso pensamento sobretudo às vítimas fatais e aos seus familiares, bem como ao grande número de flagelados. Saiba Presidente Bush que nós brasileiros estamos prontos a participar, em tudo que estiver ao nosso alcance, dos esforços internacionais de prestação de ajuda aos que foram afetados pela tragédia.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

**Comunicado à imprensa a respeito do incidente no norte de Bagdá com peregrinos iraquianos (02/09/2005)**

O Governo brasileiro recebeu, com consternação, a notícia do lamentável incidente

ocorrido na última quarta-feira, em Bagdá, que vitimou muitas centenas de peregrinos, entre eles grande número de mulheres e crianças, nas proximidades da mesquita de Kadhimiya.

O Brasil expressa ao Governo e ao povo iraquianos o seu mais profundo pesar e manifesta sentida solidariedade com o sofrimento das famílias das vítimas.

**Comunicado Conjunto da Reunião Ministerial MERCOSUL-União Européia (02/09/2005)**

(versão em português do original em inglês)

Os Ministros reafirmaram a importância da relação estratégica entre o MERCOSUL e a União Européia e a prioridade que conferem à conclusão de um Acordo de Associação inter-regional ambicioso e equitativo, como um instrumento para reforçar as relações políticas, econômicas e comerciais e para contribuir para a redução das disparidades sócio-econômicas existentes entre as duas regiões.

Em consonância com a reunião Ministerial anterior de Lisboa, os Ministros reconheceram que já foi feito progresso substancial no sentido de concluir Acordo de Associação, incluindo uma área de livre comércio de acordo com as normas da OMC. Eles concordaram, entretanto, que mais precisa ser feito para alcançar nível de ambição que reflita a importância estratégica desse Acordo de Associação.

Para esse fim, e reconhecendo a relação entre a negociação em curso MERCOSUL-UE e a Agenda de Desenvolvimento de Doha, os Ministros concordaram em reunir-se novamente no início de 2006 para negociações substantivas em seu nível. Nesse meio tempo, os Ministros marcaram duas reuniões, em novembro de 2005 e fevereiro de 2006, em nível de coordenadores, para preparar a base, explorando caminhos e meios de avançar substancialmente em direção a um resultado ambicioso e balanceado, levando em conta os diferentes níveis de desenvolvimento entre as duas regiões.

Ressaltando a importância do futuro Acordo de Associação, que ultrapassa o aspecto comercial e inclui cooperação política, econômica, social e cultural, os Ministros definiram também diversas ações destinadas a aprofundar ainda mais a dimensão estratégica de nossa parceria, incluindo a próxima reunião de Diálogo Político no nível de Altos Funcionários, bem como convocar a Terceira reunião do Conselho de Cooperação e um evento a ser organizado no início de 2006 para consultar o setor privado e aproximar membros representativos da comunidade de negócios.

### **Comunicado à imprensa sobre o Furacão Katrina - Prestação de Assistência Consular (02/09/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores designou missão, chefiada pelo Embaixador Carlos Alberto Pimentel, Cônsul-Geral do Brasil em Houston, para prestar assistência consular aos brasileiros que vivem na região atingida pelo furacão Katrina. A missão deverá chegar amanhã, dia 3, a Dallas, para onde estão sendo transportados os brasileiros da região de Nova Orleans. A missão poderá ser contatada pelo telefone (00xx1214) 691-8700. Seus membros estão levando recursos para atender às necessidades mais prementes dos nossos compatriotas, em especial alimentos, remédios e agasalhos.

A missão deverá acompanhar os esforços desenvolvidos pelas autoridades norte-americanas no sentido de prestar assistência aos cidadãos brasileiros na região assolada pelo Katrina.

Em decorrência das últimas informações sobre a gravidade da situação, segundo as quais o Exército norte-americano teria assumido o controle da região de Nova Orleans, o MRE e Ministério da Defesa estão coordenando ações no sentido de que Adido de Defesa à Embaixada em Washington, busque estabelecer um canal de comunicação com aquela Força, a fim de obter notícias e facilitar o resgate dos brasileiros.

A Divisão de Assistência Consular (DAC)

continua a receber e a processar os pedidos de localização de brasileiros e pede seja informada da localização daqueles a respeito de quem foram formulados tais pedidos. Os telefones para contato são, nos dias úteis, (0xx61) 3411-6999, das 9h00 às 19h00, e (0xx61) 3411-6456, da Central de Atendimento do MRE, das 19h00 às 9h00. Nos fins-de-semana e feriados, os pedidos podem ser transmitidos ao telefone (0xx61) 9976-8205, do plantão da assistência consular, entre 9h00 e 19h00, ou ao telefone (0xx61) 3411-6456, entre 19h00 e 9h00. Os pedidos podem também ser encaminhados ao endereço eletrônico [dac@mre.gov.br](mailto:dac@mre.gov.br).

Até as 19h00 de hoje, foram localizados 34 brasileiros dos 88 buscados.

### **Comunicado à imprensa sobre o Furacão Katrina - Informação sobre a Senhora Wanda Campos (03/09/2005)**

A “Folha de São Paulo” publicou hoje, dia 3, notícia com o seguinte título: “Ilhada, brasileira pede a Lula que lhe envie resgate”

O Ministério das Relações Exteriores tem a prestar as seguintes informações sobre a Senhora Wanda Campos, cuja situação foi descrita na notícia:

1 - O apartamento onde se encontra a Senhora Wanda Campos está situado em área isolada pelo Exército norte-americano à qual não podem ter acesso autoridades brasileiras de forma alguma.

2 - O Itamaraty comunicou oficialmente em 1º de setembro ao Escritório de Crise do Departamento de Estado o nome da brasileira com pedido de evacuação urgente.

3 - A Senhora Wanda Campos está em contato com a Divisão de Assistência Consular desde o dia 31 de agosto. Relatou que se encontra em seu apartamento com seu companheiro e que estariam bastante apreensivos, devido à situação de insegurança e isolamento naquela cidade.

4 - A Divisão de Assistência Consular forneceu ao Consulado-Geral do Brasil em Houston os dados completos da cidadã brasileira e solicitou a prestação

urgente de assistência. Ademais, a Divisão tem contato telefônico com a Senhora Wanda e foi-lhe solicitado que mantivesse o Ministério das Relações Exteriores informado de sua situação pessoal.

5 - Foi informada de que o Consulado-Geral do Brasil em Houston está enviando missão de assistência consular para local próximo à área sinistrada. A Senhora Wanda Campos confirmou no final da tarde de 1º de setembro, haver recebido telefonema do Embaixador Carlos Alberto Pimentel, Cônsul-Geral do Brasil em Houston.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, ao Brasil (06/09/2005)**

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da Nigéria, Olusegun Obasanjo, visitará o Brasil de 6 a 8 de setembro, acompanhado de delegação ministerial, de autoridades oficiais nigerianas e de expressiva comitiva de empresários. O Presidente Olusegun Obasanjo, eleito em 1999 e reeleito em 2003, é um dos mais respeitados líderes africanos, destacado como um dos idealizadores da NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano.

A Nigéria é um dos mais importantes parceiros atlânticos do Brasil. A balança comercial bilateral monta a U\$ 4 bilhões de dólares e existe espaço para o seu incremento. Os contatos entre operadores econômicos nigerianos e brasileiros vêm permitindo a diversificação das respectivas pautas de exportação, em áreas como a agroindústria, serviços e hidrocarbonetos. A Nigéria é um dos maiores produtores africanos de petróleo e o mais importante fornecedor do produto para o Brasil. A Petrobras vem demonstrando interesse em ampliar sua atuação na Nigéria.

Na manhã do dia 6 de setembro, o Chefe de Estado nigeriano se reunirá com o Presidente Lula, que o homenageará, em seguida, com almoço no Palácio Itamaraty. Estão previstas, ainda, visitas aos Presidentes do Senado e do Supremo Tribunal Federal. Na tarde do mesmo dia, o Presidente

Obasanjo proferirá palestra no auditório do Instituto Rio Branco sobre o tema “Novas Perspectivas Africanas e a Globalização”.

No dia 7 de setembro, o Presidente Obasanjo assistirá, como convidado de honra do Presidente brasileiro, aos festejos do Dia da Independência. Na tarde do mesmo dia, viajará para São Paulo, onde participará, no dia 8, do Fórum Empresarial Brasil-Nigéria, organizado pela Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP).

Os Ministros que acompanham o Presidente nigeriano manterão reuniões com homólogos brasileiros. Está prevista a assinatura de três acordos: Acordo Aéreo, que fornecerá a base jurídica para a retomada das linhas aéreas diretas entre os dois países; Acordo de Assistência Mútua em Matéria Judiciária, que prevê a cooperação entre as autoridades dos dois países no combate a atividades criminais, como o tráfico internacional de entorpecentes e a lavagem de dinheiro; e Acordo de Cooperação entre a EMBRAPA e organismos similares na Nigéria, que promoverá o intercâmbio de informações na área da pesquisa agropecuária.

### **Comunicado à imprensa sobre o encontro dos Presidentes do Brasil, Peru e Bolívia (06/09/2005)**

Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, do Peru, Alejandro Toledo, e da Bolívia, Eduardo Rodríguez, manterão encontro na cidade peruana de Puerto Maldonado, em 8 de setembro, para a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da Rodovia Interoceânica, que ligará o Brasil aos portos marítimos peruanos de Ilo, Matarani e San Juan.

Trata-se de obra de grande interesse para os três países. Além de possibilitar o incremento das relações comerciais, estimulará a complementaridade dos mercados regionais fronteiriços, com efeitos positivos para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Para a construção da obra, serão exportados bens e serviços brasileiros no valor de US\$ 490 milhões, equivalentes a 70% do custo total

(US\$700 milhões) do projeto.

Os Presidentes do Brasil e do Peru examinarão, dentre outros, temas relacionados ao desenvolvimento da região da fronteira (Acre-Madre de Dios) e aos investimentos brasileiros no Peru, incluindo, além da Rodovia Interoceânica, a Estrada Tarapoto-Yurimaguas (eixo Amazonas da IIRSA), a extração de fosfato de Bayovar e as fábricas da AmBev e de cimento da Votorantim.

Os Presidentes do Brasil e da Bolívia também examinarão temas importantes da agenda bilateral. Ressalte-se que o encontro do Presidente Eduardo Rodríguez com os Presidentes brasileiro e peruano, em Puerto Maldonado, corresponderá à primeira viagem internacional do mandatário boliviano desde o início de seu mandato, em 9 de junho último.

#### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Paquistão (06/09/2005)**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, visitará o Paquistão nos dias 9 e 10 de setembro corrente, para presidir reunião do G-20 e manter encontros bilaterais.

A visita do Chanceler Amorim, a primeira de uma autoridade brasileira em 20 anos ao Paquistão, ocorre após a visita do Presidente Pervez Musharraf ao Brasil, em novembro de 2004. Desde então, intensificaram-se os contatos oficiais e entre as comunidades empresariais dos dois países, com boas oportunidades de negócios para o setor privado brasileiro. Existem perspectivas de negociação de acordo Mercosul-Paquistão.

O Ministro Celso Amorim manterá reunião com o Chanceler Kurshid M. Kasuri, durante a qual deverão ser examinados diversos temas de interesse, como iniciativas de cooperação bilateral nas áreas de energia, etanol e aviação. O Chanceler brasileiro realizará também visita de cortesia ao Presidente Musharraf.

Durante sua permanência no Paquistão, o Ministro Celso Amorim coordenará encontro

ministerial do G-20, na cidade de Burbhan, no contexto da preparação da reunião ministerial da OMC de Hong Kong, a realizar-se no final de 2005.

#### **Comunicado à imprensa a respeito do relatório final sobre o Programa “Petróleo-por-Alimentos” (07/09/2005)**

Foi divulgado esta manhã nas Nações Unidas o relatório final da Comissão Independente de Investigação sobre o Programa ‘Petróleo-por-Alimentos’.

A Comissão, presidida pelo ex-Presidente do Banco Central dos EUA Paul Volcker, foi criada pelo próprio Secretário-Geral Kofi Annan em março de 2004, com o respaldo da Resolução 1538 (2004) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Comissão foi estabelecida com o propósito de esclarecer acusações de malversação de fundos pelo Secretariado das Nações Unidas na condução do Programa ‘Petróleo-por-Alimentos’.

Apesar de atribuir ao Secretário-Geral das Nações Unidas responsabilidade parcial pela falta de controles adequados sobre a administração dos recursos confiados ao mencionado Programa, o relatório reitera as conclusões de documento anterior emitido pela Comissão que inocentam Kofi Annan de todas as acusações que chegaram a ser dirigidas contra ele.

Sem prejuízo do esclarecimento cabal de todos os fatos, é importante ressaltar que o Secretário-Geral Kofi Annan tem sabido mostrar liderança, firmeza e habilidade diplomática na condução política da Organização ao longo de sua gestão. A atuação de Annan ganha especial relevância neste delicado momento de preparação da Plenária de Alto Nível de 2005, que deverá contar com a presença de mais de 170 Chefes de Estado e de Governo, constituindo-se possivelmente na maior reunião de líderes de todos os tempos.

O Governo brasileiro trabalha juntamente com os outros membros das Nações Unidas para assegurar o êxito da reunião de Cúpula. Nosso propósito é o de que a ONU se torne mais forte e

eficiente de modo a promover os objetivos de desenvolvimento, erradicação da pobreza e promoção da paz e segurança internacionais, com base nos princípios do Direito e do multilateralismo.

### **Comunicado à imprensa a respeito da suspensão do acordo sobre isenção de vistos de turista e de negócios com o México (09/09/2005)**

A Embaixadora do México entregou no final da tarde de ontem, dia 8, ao Ministério das Relações Exteriores, Nota informando da suspensão por tempo indeterminado, a partir de 23 de outubro de 2005, do Acordo entre o Brasil e aquele país sobre isenção de vistos de turista e de negócios, vigente desde 7 de fevereiro de 2004.

O Governo brasileiro nada tem a comentar sobre essa decisão, que recai no âmbito da competência soberana do Governo mexicano.

Em decorrência do comando legal expresso no artigo 1º do Decreto 82.307/78, o Governo brasileiro está obrigado a reciprocidade, estabelecendo a mesma exigência de vistos de turista e de negócios em passaportes comuns mexicanos, a partir da mesma data em que o Governo mexicano suspendeu o Acordo, isto é, 23 de outubro de 2005.

Dessa forma, os turistas e homens de negócios mexicanos serão obrigados a solicitar vistos para viajar ao Brasil, a partir de 23 de outubro próximo.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala (09/09/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Guatemala, nos dias 12 e 13 de setembro de 2005, atendendo a convite formulado pelo Presidente Oscar Berger.

A visita se iniciará com encontro bilateral, quando será assinado Memorando de Entendimentos entre o Brasil e a Guatemala para o estabelecimento de mecanismo permanente de consultas políticas.

O Presidente participará do encerramento da Conferência Latino-americana sobre Fome e

Pobreza, que conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e do Programa Mundial de Alimentos, além de outros organismos internacionais.

Trata-se de iniciativa guatemalteca que se insere no marco das Metas do Milênio estabelecidas pelas Nações Unidas e para a qual foram convidados os Presidentes das demais repúblicas centro-americanas, com o objetivo de intercambiar experiências e preparar uma agenda comum latino-americana para erradicar a fome e a pobreza extrema na região.

No dia 13 de setembro, o Presidente Lula participará de reunião com Presidentes e altas autoridades de países membros do SICA (Sistema de Integração Centro-Americana). Em paralelo, será organizado encontro de empresários brasileiros e centro-americanos.

### **Comunicado à imprensa a respeito da morte de Jean Charles de Menezes - Diálogo entre o Ministro Celso Amorim e Lord Goldsmith, “Attorney General” do Reino Unido (09/09/2005)**

Em sua passagem por Londres a caminho do Paquistão, ontem, 8 de setembro, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, teve a oportunidade de entrevistar-se com Lord Goldsmith, “Attorney General” do Reino Unido. O “Attorney General” é o principal conselheiro legal do Governo britânico e chefe do “Crown Prosecutions Service” (CPS), órgão equivalente à Procuradoria-Geral da República.

A entrevista deu-se em torno da morte do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes. O Embaixador Celso Amorim reafirmou o interesse do Governo brasileiro no bom andamento das investigações sobre o caso. Lord Goldsmith comentou ter avaliado positivamente a visita da missão brasileira a Londres, no período de 22 a 25 de agosto último e afirmou que considerava necessário manter o Governo brasileiro informado

sobre o assunto. O Ministro Celso Amorim indicou que a missão voltaria futuramente a Londres para dar continuidade a seu trabalho de acompanhamento das investigações.

Por fim, o Embaixador Celso Amorim convidou Lord Goldsmith a viajar ao Brasil, ainda no corrente ano, ao que o “Attorney General” reagiu favoravelmente. Nessa ocasião, poderia ser examinada a negociação de acordos na área jurídica entre o Brasil e o Reino Unido.

### **Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Ministro de Assuntos Exteriores da República da Guiné Equatorial, Senhor Pastor Micha Ondo Bilé (09/09/2005)**

1. A convite de seu homólogo, Embaixador Celso Amorim, o Ministro das Relações Exteriores da Guiné Equatorial, Pastor Micha Ondo Bilé, visitou o Brasil, de 23 a 25 de agosto de 2005, acompanhado do Embaixador da Guiné Equatorial no Brasil, Teodoro Biyongo Nsué Okomo. O Chanceler equato-guineense foi portador de mensagem do Presidente Teodoro Obiang Nguema Mbassogo a ser transmitida ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

2. Durante reunião de trabalho entre os dois Ministros, no dia 23, foram examinadas as novas perspectivas que se abrem para as relações bilaterais, com o início do funcionamento da representação residente da Guiné Equatorial em Brasília, especialmente no que se refere ao incremento da cooperação em áreas consideradas de interesse mútuo, como saúde, agricultura, educação, esportes e recursos energéticos. Para dispor de uma moldura jurídica necessária ao desenvolvimento da referida cooperação, os dois Ministros assinaram Acordo Quadro de Cooperação Técnica. No mesmo espírito, a parte equato-guineense propôs um projeto de Acordo de Criação de Comissão Mista Bilateral e um Projeto de Acordo Marco de Cooperação Econômica, Cultural e Científica, que a parte brasileira examinará no mais breve prazo possível.

3. No plano multilateral, os dois Ministros assinalaram a importância de que os países em desenvolvimento aproveitem a presente conjuntura favorável a uma proposta de reforma do Sistema das Nações Unidas. Nesse sentido, sublinharam a necessidade de prosseguir com as consultas entre o G-4 e a União Africana, com vistas a alcançar, tão logo possível, um consenso sobre a reforma do Conselho de Segurança que assegure assentos permanentes aos países em desenvolvimento.

4. O Ministro Ondo Bilé reafirmou o interesse de seu país em associar-se à Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), considerando-se a forte herança ibérica da Guiné Equatorial, único país da África subsaariana que tem o espanhol como idioma oficial. Referiu-se, ademais, aos laços de fraternidade existentes entre a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, vizinho atlântico com o qual divide zona marítima de exploração exclusiva. O Ministro brasileiro reagiu muito favoravelmente a esse interesse equato-guineense e se comprometeu a defendê-lo no âmbito da CPLP.

5. Em reunião técnica com representantes da Petrobras, Ministério da Saúde, Agência Brasileira de Cooperação, e Divisão de Cooperação Educacional do Ministério das Relações Exteriores, o Ministro Ondo Bilé tomou conhecimento dos campos, possibilidades e modalidades de cooperação existentes e algumas ações preliminares foram definidas. Na área da saúde, o Ministro da Saúde da Guiné Equatorial será convidado a visitar o Brasil.

6. Na manhã do dia 24, o Ministro Ondo Bilé encontrou-se com o Diretor-Presidente do SEBRAE, Paulo Okamoto. Nessa ocasião, foram discutidas as possibilidades de cooperação em matéria de desenvolvimento de pequenas e micro empresas na Guiné Equatorial. Ficou acordado que, inicialmente, haveria um intercâmbio de visitas técnicas, com vista à identificação das atividades a executar, a partir da assinatura de um protocolo a ser elaborado.

7. Em seguida, o Ministro Ondo Bilé foi

recebido pelo Ministro dos Esportes, Agnelo Queiroz Filho, que apresentou uma proposta de acordo em matéria de esportes e convidou a Guiné Equatorial a participar da próxima reunião de Ministros dos Esportes dos países membros da CPLP, a ser celebrada em Brasília, no ano próximo.

8. Na tarde do mesmo dia, o Chanceler equatoguineense visitou a EMBRAPA. Em reunião com autoridades daquela instituição, foram apresentadas as alternativas de cooperação em matéria agrícola.

9. Ao final de sua visita a Brasília, o Ministro Pastor Ondo Bilé agradeceu a calorosa acolhida que lhe foi dispensada pelas autoridades brasileiras e convidou o Ministro Celso Amorim a visitar a Guiné Equatorial, em data a ser acordada pelas vias diplomáticas.

Brasília, 25 de agosto de 2005

### **Comunicado à imprensa a respeito da Declaração Ministerial de Bhurban do G-20 (10/09/2005)**

(versão em português do original em inglês)

Declaração Ministerial de Bhurban do G-20  
Bhurban, 9-10 de setembro de 2005

1. Os Ministros do G-20\*, reunidos em Bhurban, Paquistão em 9 e 10 de setembro de 2005 reafirmaram seu compromisso para com o sistema multilateral de comércio e negociações em curso sobre agricultura, cruciais para a Agenda de Desenvolvimento de Doha (ADD). Reiteraram seu compromisso de concluir as negociações da ADD em 2006 de modo que permita avançar seu objetivo comum de eliminar as políticas agrícolas distorcivas ao comércio mantidas por países desenvolvidos e substancialmente aumentar o acesso a mercados a todos os produtos, em conformidade com o nível de ambição estabelecido na Declaração Ministerial de Doha.

2. Os Ministros reafirmaram a posição do G-20 sobre os três pilares das negociações agrícolas contida na Declaração adotada em Nova Delhi em 19 de março de 2005. Aquela posição foi

subseqüentemente enriquecida com várias propostas pormenorizadas submetidas pelo G-20 à OMC. Seus elementos centrais são:

\* Apoio Interno – Qualquer fórmula de redução geral e da Medida Agregada de Apoio (AMS) deve resultar em efetiva redução no apoio distorcivo ao comércio. Novas disciplinas sobre as Caixas Azul e Verde devem assegurar que a Caixa Azul seja menos distorciva que a AMS e que as políticas da Caixa Verde de fato não sejam distorcivas para o comércio e a produção ou o sejam minimamente. A dimensão do desenvolvimento deve estar claramente refletida no pilar de apoio interno. Os países em desenvolvimento sem AMS não devem estar sujeitos a qualquer corte em seu apoio de minimis. Os países em desenvolvimento que destinarem a totalidade ou parcela substancial de seu apoio de minimis a agricultores pobres ou dedicados a culturas de subsistência também estão isentos de corte em seu de minimis.

\* Competição à Exportação – Um compromisso imediato de congelamento (standstill) de todas as formas de subsídios à exportação deve pôr em prática o espírito do Acordo-Quadro de Julho. Além disso, todas as formas de subsídios à exportação devem ser eliminadas em um período de cinco anos.

\* Acesso a Mercados – Um acordo quanto à natureza da fórmula constitui o elemento central na estrutura deste pilar. Os membros do G-20 consideram que uma fórmula de redução linear dentro de bandas, preservando a proporcionalidade global entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, é o melhor enfoque para obter substancial acesso a mercado para todos os produtos, particularmente para aqueles de interesse exportador dos países em desenvolvimento. Outros elementos importantes da proposta do G-20 incluem: teto para tarifas, a consolidação de todas as tarifas em termos ad valorem, a eliminação da Salvaguarda Agrícola Especial (SSG) pelos países desenvolvidos e acordo para um número muito limitado de produtos sensíveis,

no geral. Com isso, a ampliação do acesso a mercados resultará de uma combinação entre o corte nas tarifas e a expansão das quotas tarifárias no princípio da nação mais favorecida.

\* O Tratamento Especial e Diferenciado para os países em desenvolvimento constitui parte integral de todos os elementos da negociação. O G-20 também está determinado a tornar operacionais os dispositivos do Acordo Quadro sobre tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, de modo a preservar a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e o nível de vida de milhões de pessoas.

3. Os Ministros instruíram seus peritos a dar seqüência a essas propostas na próxima fase das negociações. Também os instruíram a continuar a desenvolver os aspectos estruturais subjacentes dessas propostas no contexto do mandato do Grupo e de modo compatível com as exigências de cada etapa particular do processo.

4. Os Ministros reiteraram que a agricultura constitui o motor das negociações, sendo vital para as economias de todos os países em desenvolvimento, e que suas estratégias agrícolas escoram seu desenvolvimento econômico e programas de alívio à pobreza.

5. Os Ministros reafirmaram seu compromisso de chegar a modalidades completas até a Sexta Conferência Ministerial da OMC e, nesse sentido, concluíram que a falta de resultados em julho último colocou a ADD em situação crítica. Não há margem para complacência ou para conduzir o processo do modo habitual.

6. Os Ministros propuseram que o passo das negociações seja intensificado. Isto deveria incluir, sempre que apropriado, a definição de níveis de ambição mediante o uso de números concretos para facilitar o acordo em elementos-chave nos três pilares. Os Ministros reconhecerem que as propostas do G-20 levaram a reações construtivas de vários membros. Tais propostas refletem um exercício de construção de consensos por meio da acomodação

de interesses diferentes dentro do Grupo e apresentam um equilíbrio entre interesses ofensivos e defensivos. Tem sido amplamente reconhecido que as propostas do G-20 representam um genuíno meio termo. São tecnicamente consistentes, oferecem uma estrutura básica sobre a qual se pode progredir em direção a um consenso. As mesmas permanecem sobre a mesa.

7. Os Ministros chamaram os países desenvolvidos em geral e os maiores subsidiadores em particular a reagir às propostas do G-20 de maneira construtiva e a se comprometerem integralmente com a reforma de suas políticas agrícolas.

8. Ao apoiar a intensificação das negociações, os Ministros insistiram em que não há alternativas ao enfoque “de baixo para cima” sugerido pelo G-20. O formato das reuniões pode variar, mas a transparência e o grau de envolvimento devem ser mantidos. Os Ministros sublinharam que somente com um processo de genuíno diálogo e negociação envolvendo todos os membros da OMC será possível progredir e obter resultados que sejam equilibrados e tragam benefícios para todos.

9. Reconhecendo que a Rodada é conduzida na base de um “single undertaking”, os Ministros alertaram, especialmente os grandes subsidiadores do setor agrícola, quanto à insistência em tentarem condicionar as necessárias mudanças de suas políticas internas distorcivas a concessões por parte dos países em desenvolvimento que levariam a resultados desequilibrados, por impor a estes ônus desproporcional e elevado. Os países em desenvolvimento que não adotam aquelas políticas não devem ter que pagar pela eliminação de distorções que afetam o comércio internacional de produtos agrícolas.

10. Os Ministros sublinharam a necessidade de dar prioridade ao reforço das alianças entre o G-20 e outros agrupamentos de países em desenvolvimento. Os Ministros deram boas vindas aos representantes convidados do G-33, Países de

Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), Grupo Africano, países ACP e CARICOM. Os Ministros deram ênfase a que o G-20 deve continuar a trabalhar em conjunto com outros grupos, incluindo o G-90, e com membros individuais, com o objetivo de reforçar convergências e assegurar que a dimensão de desenvolvimento do programa de trabalho de Doha seja alcançada.

11. Os Ministros reiteraram que os Produtos Especiais e o Mecanismo de Salvaguardas Especiais constituem elementos integrais da negociação e apreciaram a iniciativa do G-33, para a qual o G-20 está preparado a aportar contribuições, de desenvolver uma lista de indicadores para a designação de Produto Especial baseados nas necessidades de segurança alimentar e de desenvolvimento rural.

12. Os Ministros expressaram total apoio a dispositivos que isentem os PMDRs de quaisquer compromissos de redução e assinalaram a necessidade de se tomarem medidas para promover sua capacidade exportadora, que tratem inclusive limitações de oferta. Os Ministros sublinharam que se deve assegurar aos PMDRs ganhos expressivos com as reformas de cada um dos três pilares nas negociações em curso.

13. Os Ministros observaram que o trabalho do Subcomitê do Algodão precisa ser acelerado, de modo a permitir logo um acordo quanto a medidas efetivas, consistentes com todos os aspectos do Acordo Quadro. Salientaram a urgência dessa questão, a ser trata no mais tardar até a Sexta Conferência Ministerial, tendo em conta a atual crise que afeta os produtores africanos de algodão.

14. Os Ministros sublinharam que a escalada tarifária deve ser eliminada, a fim de permitir que os países em desenvolvimento diversifiquem e ampliem os rendimentos de suas exportações, agregando valor à sua produção agrícola.

15. Os Ministros ressaltaram que as modalidades para a total liberalização, por parte dos países desenvolvidos, dos produtos agrícolas e dos

produtos de particular importância para a diversificação da produção e substituição de produtos narcóticos ilícitos também deve ser assegurada até a Sexta Conferência Ministerial.

16. Os Ministros salientaram que o acesso a mercado para produtos de interesse exportador dos países em desenvolvimento não deve ser impedido pelo uso de barreiras não tarifárias por parte dos países desenvolvidos.

17. Os Ministros reconheceram que as preferências, importantes para muitos países em desenvolvimento, estão sendo erodidas pelo processo de liberalização regional e multilateral. Os Ministros também concordaram que, de conformidade com o “Acordo de Julho”, a erosão de preferências deve ser tratada nas negociações. Com tal propósito, a dimensão do desenvolvimento deve ser tornada parte integral do sistema multilateral de comércio mediante i) a expansão do acesso a mercado para produtos que sejam de vital importância para as exportações dos beneficiários de preferências; ii) a efetiva utilização das preferências existentes e iii) a assistência financeira adicional e capacitação a fim de superar constrangimentos de oferta, promover a diversificação e assistir no ajustamento e reestruturação.

18. Os Ministros sublinharam que as preocupações dos Membros de Acesso Recente devem ser efetivamente consideradas mediante dispositivos de flexibilidade em todos os pilares das modalidades completas a serem definidas até a Sexta Conferência Ministerial.

19. Os Ministros também sublinharam a importância de fortalecer as disciplinas sobre proibição de exportações e restrições permitidas ao amparo do Artigo 12.1 do Acordo sobre Agricultura. Os Ministros instruíram seus peritos a dar seguimento a esse assunto imediatamente.

20. Os Ministros concordaram que as preocupações das economias pequenas e vulneráveis também devem ser efetivamente consideradas como parte do Programa de Trabalho mandatado no

parágrafo 35 da Declaração Ministerial de Doha, sem criar qualquer nova categoria de país em desenvolvimento.

21. Os Ministros expressaram sua apreciação pelas contribuições aportadas às negociações da ADD pelo Dr. Supachai Panitchpakdi, como Diretor Geral da OMC. Igualmente, saudaram a nomeação do Senhor Pascal Lamy como Diretor Geral.

22. Os Ministros reconheceram a contribuição do ex-presidente do Comitê de Agricultura – Seção Especial, Embaixador Tim Groser, e saudaram o novo presidente, Crawford Falconer.

23. Os Ministros decidiram manter-se em contato a fim de acompanhar o surgimento de fatos importantes e permanentemente avaliar a situação das negociações, tendo em vista a aproximação da Conferência Ministerial de Hong Kong, China. Afirmaram que, para se chegar a progresso substancial em Hong Kong, os textos de negociação deveriam estar próximos de suas versões finais bem antes da Sexta Ministerial, para permitir a adequada consideração por todos os membros da OMC.

24. Convidados pelo Ministros do Comércio do Paquistão, os Ministros realizaram um retiro em 10 de setembro, quando mantiveram uma discussão frutífera sobre todos os aspectos da Rodada de Doha.

25. Os Ministros agradeceram o Governo e o povo do Paquistão pela calorosa hospitalidade e generosidade na organização desta Reunião Ministerial.

\* África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, México, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

### **Comunicado à imprensa sobre a Senhora Benilda Caixeta (11/09/2005)**

A família da Senhora Benilda Caixeta, cidadã brasileira e naturalizada norte-americana há 22 ou 23 anos, residente em Nova Orleans, entrou em contato com a Divisão de Assistência Consular

(DAC) desde o dia 31/08/2005. A Senhora Maria José, irmã de Benilda, relatou que havia falado com sua irmã na noite de 28 para 29 de agosto último e que ela havia dito que não conseguira deixar seu apartamento em Nova Orleans. A Senhora Maria José comunicou ainda que sua irmã é portadora de necessidades especiais, razão pela qual só se locomovia com auxílio de cadeira de rodas.

Foi então cientificada de que o Consulado-Geral em Houston estava recebendo os dados completos sobre a brasileira buscada e que prestaria toda a assistência consular cabível. A Senhora Benilda Caixeta foi incluída na lista de busca do Ministério das Relações Exteriores desde o primeiro dia do contato da família. Em 03/09/2005, o plantão da DAC foi comunicado, pelo Consulado-Geral em Houston, de que havia recebido mensagem eletrônica e telefonema de uma cidadã americana relatando o provável falecimento da Senhora Benilda Caixeta, informação que não foi confirmada.

Em 05/09/2005, o nome da Senhora Benilda Caixeta foi incluído no site da Cruz Vermelha Internacional, atendendo às instruções da força-tarefa montada pelas autoridades norte-americanas em cooperação com as missões diplomáticas lá representadas. Na noite de 06/09/2005, a família da cidadã brasileira acionou novamente o plantão da DAC para confirmar que ela teria sido localizada e estaria hospitalizada. Em resposta, foi cientificada de que não havia nenhuma confirmação oficial dessa notícia e que o Consulado-Geral do Brasil em Houston continuava tentando apurar o seu paradeiro.

Na manhã de hoje, 11 de setembro, a DAC foi informada de que pessoas haviam entrado na residência da Senhora Caixeta. O MRE instruiu imediatamente o Consulado-Geral em Houston para que entre em contato com as instituições e órgãos competentes norte-americanos com vista à urgente identificação do corpo lá encontrado e que envie rapidamente um funcionário para acompanhar esse trabalho.

**Comunicado à imprensa sobre as eleições parlamentares no Japão - Mensagem de congratulações ao Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi (12/09/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagem de congratulações ao Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, por sua vitória nas eleições parlamentares japonesas de 11 de setembro corrente e sua conseqüente recondução à Chefia do Governo daquele país, cuja íntegra transcreve-se a seguir:

“Em nome do povo brasileiro e em meu próprio, tenho a satisfação de felicitá-lo pela vitória alcançada nas eleições parlamentares do dia 11.

Aproveito para expressar sinceros votos de renovado êxito no exercício de suas elevadas funções.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”.

Como se recorda, Brasil e Japão mantêm laços históricos de excelência nas suas relações. A presença de significativa comunidade de nacionais brasileiros no Japão e de expressiva colônia de descendentes de japoneses no Brasil, cujos primeiros antepassados aqui chegaram há quase cem anos, dão ademais sentido e dinamismo muito especial ao relacionamento.

Mais recentemente, as visitas do Primeiro-Ministro Koizumi ao Brasil, em setembro de 2004, e do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão, em junho passado, permitiram fortalecer ainda mais os entendimentos nos planos político, econômico-comercial, da cooperação técnica, para citar apenas alguns. Nesse contexto, vale lembrar o acordo, durante a visita do Presidente brasileiro, para o estabelecimento de um Grupo de Trabalho sobre Biomassa, que permite antecipar importantes desdobramentos para a colaboração bilateral no campo do etanol.

Dentro da agenda multilateral, é importante assinalar o elevado nível do diálogo entre Brasil e Japão no âmbito do G-4, integrado, também, por

Alemanha e Índia, que busca avançar agenda de reformas dentro das Nações Unidas e, em particular, no Conselho de Segurança daquela Organização.

**Comunicado à imprensa a respeito do contencioso na OMC entre o Brasil e as Comunidades Européias sobre a classificação aduaneira de cortes de frango salgado - Relatório do Órgão de Apelação (12/09/2005)**

O Brasil recebeu, com grande satisfação, o relatório do Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as medidas das Comunidades Européias (CE) que determinaram a reclassificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado. O documento, divulgado hoje em Genebra, mantém a essência das conclusões do painel, que foram amplamente favoráveis ao Brasil. O relatório da apelação representa a última instância no processo de solução de controvérsias da Organização e, como tal, é irrecorrível.

O contencioso teve origem quando, em julho de 2002, as Comunidades Européias editaram Resolução que alterou, para fins de classificação aduaneira, a definição do produto corte de frango desossado salgado e congelado. Com essa medida, o produto brasileiro, antes sujeito a tarifa aduaneira de 15,4% “ad valorem”, passou a pagar tarifa de 1.024 %/tonelada (cerca de 75% “ad valorem”). Desde então, as exportações brasileiras de frango salgado para a UE sofreram redução de aproximadamente 80%, o que representa perda próxima a US\$ 600 milhões / ano em vendas não realizadas.

Brasil e Tailândia, principais exportadores do produto para o mercado europeu, solicitaram estabelecimento de painel que, em 30 de maio de 2005, deu ganho de causa aos reclamantes. Os procedimentos de apelação tiveram início em 13 de junho de 2005, por iniciativa das CE, e foram hoje concluídos com a divulgação do mencionado relatório, que já se encontra disponível na página da OMC na Internet.

A decisão de hoje consolida a base jurídica sobre a qual se assenta a condenação da medida comunitária relativa à reclassificação aduaneira de cortes de frango salgado e congelado. Em seu relatório, o Órgão de Apelação confirmou as conclusões do painel ao entender que cortes de frango salgado e congelado, com teor de sal entre 1,2 e 3,0%, devem ser classificados na posição tarifária correspondente a carne salgada, portanto sujeitos a tarifa de importação de 15,4%, conforme os compromissos assumidos pela UE na OMC.

Os relatórios do painel e do Órgão de Apelação serão adotados pelo Órgão de Solução de Controvérsias em não mais que 30 dias, contados a partir de hoje.

O Governo brasileiro vê o resultado positivo logrado na OMC como reflexo da estreita e profícua parceria mantida, ao longo do contencioso, com o setor privado, neste caso representado pela ABEF – Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango.

O Governo brasileiro espera que a União Européia, em sinal inequívoco de observância das disciplinas multilaterais de comércio, dê pleno cumprimento às determinações do Órgão de Apelação no mais breve prazo possível.

### **Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo - Comunicado Conjunto (12/09/2005)**

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Federal da Nigéria, Olusegun Obasanjo, visitou o Brasil de 6 e 8 de setembro de 2005, acompanhado pelos Governadores dos Estados de Bauchi e de Jigawa, na Nigéria, por ilustre delegação ministerial e de outras autoridades governamentais, e por expressiva comitiva de empresários nigerianos.

2. Durante o encontro em Brasília, os Presidentes examinaram a agenda bilateral e trocaram opiniões sobre diversos temas internacionais, além

da situação política e econômica nas suas respectivas regiões. Envocaram os laços históricos entre Nigéria e Brasil e elogiaram o presente estado das relações bilaterais.

3. A esse respeito, os dois Presidentes instruíram seus Ministros de Negócios Estrangeiros a trabalharem em uma proposta concreta de parceria estratégica entre os dois países, como meio de concretizar as medidas em curso para a renovação da cooperação bilateral.

4. Concordaram, ademais, com a necessidade de fomentar os laços econômicos e comerciais entre os dois países e solicitaram às autoridades relevantes no Brasil e na Nigéria que prossigam com as consultas de alto nível, a fim de estabelecerem-se mecanismos apropriados para facilitar e aumentar das trocas bilaterais.

5. Nesse sentido, ambos os Presidentes assinaram Memorando de Entendimento sobre o estabelecimento de um novo mecanismo para impulsionar as atividades comerciais entre os dois países.

6. Os dois Presidentes louvaram o substantivo progressos realizados no campo da cooperação em matéria de saúde, especialmente os esforços conjuntos no combate ao HIV/AIDS. Destacaram o programa de transferência de tecnologia brasileira na fabricação de drogas antiretrovirais (ARVs), que facilitará a produção local dessas drogas na Nigéria. Os dois Presidentes também expressaram interesse em expandir a cooperação em ciência e tecnologia, especialmente em biotecnologia. Expressaram satisfação, ainda, com a rápida evolução da cooperação bilateral em agricultura e instruíram suas autoridades competentes a estudarem meios e modos para desenvolver atividades de cooperação no campo da energia alternativa, particularmente o etanol.

7. Os dois líderes expressaram profunda preocupação com a persistência da fome e da pobreza no mundo. Descreveram essa situação como uma calamidade que resulta no alastramento de doenças, obstrui a capacidade de trabalho,

desorganiza sociedades e impede a capacidade de os países em desenvolvimento promoverem crescimento econômico e justiça social. As duas partes afirmaram que a implementação completa das Metas do Desenvolvimento do Milênio, de acordo com o cronograma estabelecido, deve ser uma prioridade para todos os países. Os dois Presidentes expressaram a determinação política de trabalharem juntos para promover uma maior cooperação internacional e para mobilizar apoio em favor de esforços destinados a aumentar a disponibilidade de recursos para o financiamento do desenvolvimento.

8. Os dois Presidentes enfatizaram a importância de que os países em desenvolvimento tenham papel positivo e empreendedor em um esforço autêntico para promover a solidariedade e a parceria Sul-Sul. Nesse particular, os dois Presidentes comprometeram-se a encorajar o estreitamento das relações entre os países africanos e sul-americanos. O Presidente Lula acolheu favoravelmente o interesse do Presidente Obasanjo em promover uma Conferência África-América do Sul e a oferta nigeriana para sediar o referido evento. O Chefe de Estado nigeriano, em sua atribuição de presidente da União Africana, prometeu atrair o apoio de seus homólogos, naquela organização, para essa iniciativa conjunta de uma conferência inter-regional. De sua parte, o Presidente Lula expressou sua disposição de conceder apoio à proposta nigeriana, quando os países sul-americanos formalmente considerarem a questão.

9. Adicionalmente, os líderes também declararam a necessidade de implementar políticas direcionadas à melhora das condições de vida dos necessitados e dos pobres. Os Presidentes sublinharam a importância do envolvimento dos povos brasileiro e nigeriano no processo de construção de uma relação mais próxima entre os dois países.

10. O Presidente nigeriano reafirmou sua alta consideração pela determinação do governo brasileiro em estimular as relações com a África. Por sua vez, o Presidente Lula da Silva elogiou os esforços que estão sendo feitos pelo Presidente Obasanjo na

implementação de programas e ações políticas firmemente baseados nos princípios da democracia e da boa governança. O Presidente brasileiro também comentou o papel proeminente exercido pela Nigéria na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental- ECOWAS, e ressaltou as contribuições da Nigéria para a prevenção de conflitos e para os esforços de manutenção da paz na África e no resto do mundo, já que esses conflitos desperdiçam recursos que poderiam, de outra maneira, serem usados na promoção do desenvolvimento. Nesse particular, o Presidente Lula reiterou o desejo de seu Governo de cooperar estreitamente com a África nas iniciativas de desenvolvimento nacional e regional.

11. Os dois Presidentes expressaram sua firme convicção no potencial do comércio internacional para fomentar o crescimento econômico e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Na visão dos dois Chefes de Estado, a incorporação de países em desenvolvimento à economia global necessariamente requer acesso sem discriminação aos mercados dos países desenvolvidos. Notaram que as leis e regulamentos do comércio multilateral devem atender às necessidades dos países em desenvolvimento e apontaram, particularmente, a importância das negociações em agricultura, setor no qual esses países são mais competitivos e nos quais persistem as maiores distorções comerciais. Os dois líderes expressaram seu desejo de que as negociações em curso na OMC se concluam com êxito, de forma a corrigir essas distorções.

12. Os Presidentes concordaram sobre a necessidade de reformar as Nações Unidas, especialmente o Conselho de Segurança, tornando-o mais democrático e representativo, a partir da incorporação de novos membros permanentes. Também enfatizaram que os países em desenvolvimento estão diante de momento histórico único, que pode propiciar-lhes um maior representatividade no processo decisório internacional. Os dois líderes manifestaram a esperança de que as discussões em curso entre o G-

4 e países africanos possam levar a um consenso sobre a questão da reforma do Conselho.

13. Durante a visita, os seguintes Acordos Bilaterais e Instrumentos de Cooperação foram assinados por Ministros de ambos os lados, além do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Atividades Comerciais:

I. Acordo sobre Serviços Aéreos;

II. Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal;

III. Acordo de Isenção de Vistos para Detentores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço;

IV. Ajuste Complementar ao Acordo Básico sobre Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Produção e Processamento Agro-Industrial de Mandioca na Nigéria”;

V. Acordo Complementar ao Acordo Básico sobre Cooperação Econômica, Científica e Técnica para a Implementação do Projeto “Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria”; e

VI. Acordo de Cooperação sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro.

14. Os membros oficiais da delegação do Presidente Obasanjo mantiveram encontros com seus homólogos brasileiros para avançar as negociações destinadas a incrementar a cooperação bilateral em áreas como Biotecnologia, Pesquisa e Desenvolvimento em Agricultura e Prevenção e Controle da Malária.

15. O Presidente brasileiro homenageou o Presidente nigeriano com almoço oficial no dia 6 de setembro. Na tarde do mesmo dia, o Presidente Olusegun Obasanjo proferiu palestra no Instituto Rio Branco sobre o tema “Novas Perspectivas para a África e Globalização”, na qual estiveram presentes diplomatas brasileiros, membros do corpo diplomático e outros convidados oficiais.

16. Como convidado de honra do Presidente

Lula, o Presidente Obasanjo participou das festividades que marcaram a comemoração da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro. No dia 8, o Presidente nigeriano, acompanhado de Ministros e outras autoridades de alto nível, visitou as instalações da Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, em São José dos Campos, e presidiu o Fórum Brasil-Nigéria de Negócios e Investimentos, organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, do qual participou, igualmente, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. No discurso de abertura do evento, o Presidente nigeriano exortou os empresários dos dois países a complementar a recente revitalização da cooperação Nigéria-Brasil, promovendo Parcerias Público-Privadas, por meio da estimulação de comércio significativo e do intercâmbio de investimento em setores cruciais, como pequenas e médias empresas; agronegócio, especialmente no que diz respeito à produção de etanol, na Nigéria, a partir da mandioca; gás e petróleo etc.

17. Ao final da visita a Brasília, o Presidente Olusegun Obasanjo agradeceu a calorosa acolhida e a cortesia, dispensadas pelo Governo brasileiro, a ele e à sua delegação.

Brasília, 8 de setembro de 2005.

### **Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Guatemala - Declaração Conjunta (13/09/2005)**

Atendendo a convite que lhe havia sido formulado pelo Presidente da República da Guatemala, Senhor Óscar Berger Perdomo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita oficial à Guatemala, no dia 12 de setembro de 2005.

Durante seus encontros, em um ambiente de diálogo franco e cordial, os Mandatários intercambiaram pontos de vista sobre temas bilaterais, multilaterais e sobre a conjuntura internacional e decidiram adotar a seguinte Declaração Conjunta:

1. Os Presidentes se congratularam pelo

renovado impulso adquirido na relação bilateral, produto das visitas recíprocas realizadas entre os seus Ministros das Relações Exteriores, por meio das quais se têm aprofundado o diálogo político e a cooperação entre ambos países.

2. Os Presidentes se congratularam pela assinatura do “Memorandum de Entendimento sobre Consultas”, que aprofundará e sistematizará seus intercâmbios sobre os diversos assuntos que integram a agenda bilateral, bem como sobre os distintos projetos de cooperação em curso.

3. O Presidente Óscar Berger assegurou ao Presidente Lula da Silva a gratidão do povo e do Governo guatemaltecos pela cooperação recebida em diferentes programas por meio da eficiente coordenação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que tem sido de grande importância como complemento ao conjunto de ações levadas a cabo pelo Governo da República da Guatemala a favor do desenvolvimento sócio-econômico do país.

4. Os Presidentes expressaram sua satisfação pelos resultados alcançados nas atividades de cooperação realizadas no marco do Convênio Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil. A esse respeito, congratularam-se pela assinatura do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil para implementar a Fase II do Projeto “Bolsa Escola”, bem como uma Emenda para a continuação do projeto “Alfabetização Solidária” na Guatemala.

5. Manifestaram sua disposição no sentido de ampliar a cooperação a outras áreas relacionadas com o fortalecimento da educação de jovens e de adultos, programas de educação para o trabalho, bem como o intercâmbio de experiências para o fortalecimento dos processos de avaliação educacional.

6. Adicionalmente, e conforme manifestado previamente na reunião de Chanceleres de agosto de 2004, os Mandatários manifestaram sua intenção de enriquecer seus intercâmbios de cooperação com a inclusão de projetos relacionados com a administração, planejamento e investimento público.

7. No décimo aniversário da cooperação militar em matéria educacional e de logística militar, os Mandatários expressaram seu interesse em que continuem as conversas entre seus Ministérios de Defesa a respeito da negociação de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, na área de Cooperação no Campo da Defesa, instrumento que promoverá e fortalecerá o intercâmbio de experiências e a visita de especialistas, e que resultará na cooperação técnica em diversas áreas de interesse comum de ambos países. Por sua vez, o Presidente Berger referiu-se à importância que o Acordo terá no processo de modernização das Forças Armadas da Guatemala, para desempenhar seu papel em um ambiente de paz firme e duradoura.

8. Os Mandatários destacaram a importância para ambos os países da promoção do turismo e do fortalecimento do intercâmbio comercial. Nesse sentido, o Presidente Lula anunciou ao Presidente Berger que se encontra sob a consideração do Senado Federal o “Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil”.

9. O Presidente Óscar Berger referiu-se ao interesse do Governo da República da Guatemala em contar com o apoio, no âmbito do Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil, na área do turismo e meio ambiente, com o objetivo de intercambiar experiências e informação sobre os temas específicos de ecoturismo, turismo rural, turismo comunitário, turismo cultural e outros. Por sua vez, o Presidente

Lula expressou seu interesse pela iniciativa guatemalteca, e manifestou ao Presidente Berger sua vontade de se iniciarem a curto prazo entendimentos sobre o assunto entre os funcionários encarregados destes temas em seus respectivos países.

10. Os Presidentes destacaram que a realização do I Encontro Empresarial SICA – Brasil, que ocorrerá no dia 13 de setembro de 2005, na cidade da Guatemala, contribuirá para incrementar o intercâmbio comercial e para reduzir o desequilíbrio na balança comercial entre seus países. Da mesma forma, será um meio eficiente para o estabelecimento de contatos para futuras alianças estratégicas, investimentos e transferência de tecnologia, no âmbito do Programa de Incentivos e Investimentos Brasileiros na América Central e Caribe (PIBAC).

11. Ambos Mandatários coincidiram no interesse em incrementar os investimentos brasileiros na Guatemala como resultado das conversas realizadas entre empresários guatemaltecos e brasileiros durante a realização do Encontro Empresarial.

12. Os Presidentes referiram-se à importância da cultura como instrumento para fomentar o conhecimento mútuo entre os povos. A esse respeito, congratularam-se pela apresentação da proposta de um “Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil” e instruíram os funcionários responsáveis a estudar a proposta a fim de assiná-la em um futuro próximo.

13. Ao abordar o tema relativo à cooperação em matéria de saúde, o Mandatário guatemalteco agradeceu ao Presidente brasileiro o valioso apoio técnico que o Governo brasileiro presta à prevenção e ao controle do HIV/SIDA, e, nesse sentido, expressou seu interesse em que a assistência se mantenha e se amplie, de tal forma que inclua a prevenção da mortalidade materna e neonatal, enfermidades vetoriais e outras. Os Mandatários congratularam-se pela assinatura do “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação

Científica e Técnica entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil para a implementação do projeto ‘Apoio ao Programa Nacional de Prevenção e Controle de EST/HIV/SIDA da Guatemala’”.

14. Com relação à cooperação no setor agropecuário, os Presidentes manifestaram seu interesse em continuar com os projetos no tema da fruticultura. Ao mesmo tempo, congratularam-se pela assinatura nesta ocasião do “Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil para a Implementação de Projeto de Transferência de Tecnologias em Sistemas de Produção de Frutas Tropicais para a Guatemala”.

15. Os Presidentes reconheceram a importância da cooperação técnica na área de produção de combustíveis renováveis e tomaram nota da assinatura nesta ocasião do “Protocolo de Intenções entre o Governo da República da Guatemala e o Governo da República Federativa do Brasil na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível”. Este Protocolo constitui-se no primeiro passo referencial para ampliar a cooperação neste campo.

16. O Protocolo de Intenções permitirá aprofundar a cooperação em matéria de transferência de tecnologias e uso do etanol combustível entre ambos países. Para tanto, procurar-se-ão definir, em 2005, os termos de um Ajuste Complementar, que contemple um programa de trabalho que inclua aspectos como orçamentos, entidades executoras, prazos e atividades.

17. Por sua vez, o Presidente Berger manifestou seu especial interesse em que a cooperação bilateral neste campo inclua o intercâmbio de conhecimentos e tecnologia para a produção de biocombustíveis, bem como para o desenvolvimento de energias renováveis, exploração e exploração de recursos petrolíferos em alto mar e o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas,

repotenciamento das centrais hidrelétricas existentes e reflorestamento de bacias, levando em conta a ampla experiência do Brasil nestes campos.

18. Ambos Mandatários concordaram que a conjuntura internacional do mercado de combustíveis apresenta oportunidade para a busca de recursos alternativos de energia. Nesse sentido, a relação bilateral entre ambos países intensificar-se-á ao compartilharem soluções próprias, com o uso de recursos renováveis, que permitirão oferecer a seus povos alternativas no campo energético que viabilizem o desenvolvimento sustentável.

19. Ao referir-se ao tema da segurança pública, o Presidente Berger reconheceu os esforços empregados pelo Governo do Presidente Lula por meio da campanha de desarmamento. Manifestou ao Presidente Lula que o Governo da República da Guatemala está plenamente convencido da utilidade do desarmamento como instrumento de redução da criminalidade. Expressou, também, sua satisfação pelos entendimentos já existentes entre as autoridades encarregadas deste tema em ambos Governos, de tal forma que se troquem conhecimentos e procedimentos que permitam integrar um programa que atenda às necessidades da Guatemala nesta matéria.

20. Ao referir-se à conjuntura internacional, ambos Mandatários sublinharam sua preocupação diante da persistência da fome e da pobreza no mundo. Reiteraram a importância que atribuem ao cumprimento dos objetivos das Metas do Milênio dentro dos prazos estabelecidos, tanto pelos países desenvolvidos quanto pelos países em desenvolvimento. Expressaram sua decisão no sentido de trabalhar de forma coordenada para promover maior cooperação internacional com o objetivo de aumentar a disponibilidade de recursos destinados ao financiamento do desenvolvimento.

21. Congratularam-se pela celebração, na cidade da Guatemala, da Conferência Latino-Americana sobre a Fome Crônica no Marco das Metas do Milênio, evento que permitiu o intercâmbio de conhecimentos e de experiências exitosas no

combate à fome entre funcionários encarregados do tema nos países latino-americanos, com vistas a avançar na luta contra este mal, que atinge uma porção significativa das populações dessas nações.

22. O Presidente Lula informou que se realizará, em março de 2006, na cidade de Porto Alegre, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO. A Conferência buscará dar seguimento aos trabalhos desenvolvidos pela Conferência Mundial de 1979, que culminaram na elaboração de uma importante Declaração de Princípios e Programa de Ação, conhecidos como Carta do Camponês. O fato de que três quartos da pobreza mundial se concentrem no meio rural confere à Conferência sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Social especial significado na luta contra a fome e a pobreza no mundo.

23. Os Presidentes avaliaram os avanços registrados no desenvolvimento do Plano Puebla Panamá (PPP) e da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), esquemas que fortalecem os vínculos sociais, políticos, econômicos, de cooperação e integração entre os países participantes, contribuindo assim ao aprimoramento da qualidade de vida dos habitantes de ambas regiões.

24. Os Mandatários sublinharam particularmente o compromisso comum de seus países com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo, reconhecendo ser competência do Sistema das Nações Unidas ter um papel protagônico na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Dessa forma, reafirmaram a disposição comum de seus Governos para dedicar seus melhores esforços com vistas ao seu aperfeiçoamento e à maior democratização do sistema multilateral.

25. Coincidiram na necessidade de reformar e fortalecer o Sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, para assegurar maior representatividade dos países em

desenvolvimento no Conselho, com a inclusão de novos membros permanentes e não-permanentes. Nesta oportunidade, o Presidente Lula agradeceu o apoio da Guatemala para que o Brasil integre o Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando reformado, na qualidade de membro permanente.

26. Os Presidentes coincidiram quanto à importância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países e ressaltaram a relevância de aperfeiçoar o Sistema Multilateral de Comércio. Condenaram os desequilíbrios e assimetrias existentes nas regras comerciais vigentes, que permitem a adoção de barreiras e medidas distorcivas. Ressaltaram, em especial, o intercâmbio dos bens nos quais os países em desenvolvimento (incluindo as economias pequenas) são mais competitivos, em particular os produtos agrícolas.

27. Sublinharam a importância do G-20, ao congregar países em desenvolvimento e pequenas economias com interesses convergentes, nas negociações agrícolas da Rodada de Desenvolvimento, bem como o papel central do Grupo nestas negociações.

28. Ambos Presidentes ressaltaram a importância da participação da Guatemala no G-20, grupo no qual os dois países têm encontrado coincidências que fortalecem as relações bilaterais.

29. Reconheceram que o fortalecimento da democracia no Haiti e a criação de uma ordem política, social e econômica estável requerem um compromisso de longo prazo por parte do povo haitiano e de seus sócios na comunidade internacional. Observaram que a posição do Brasil e da Guatemala baseia-se em princípios relativos ao respeito aos direitos humanos, ao Estado de Direito e à governabilidade. Observaram, também, que têm apoiado o Haiti de várias formas, em particular mediante ajuda humanitária ao povo haitiano. Reiteraram a importância da participação latino-americana na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti – MINUSTAH — e

expressaram sua confiança em que essa participação contribuirá para o restabelecimento das instituições democráticas e para a promoção do desenvolvimento econômico e social do povo haitiano.

30. Ambos Presidentes manifestaram sua condenação a toda forma de terrorismo e indicaram que quaisquer de suas manifestações, independentemente de sua origem ou motivação, não podem ser justificadas. Expressaram sua firme decisão em trabalhar de forma coordenada, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral, no combate a esta ameaça que atinge de forma indiscriminada toda a humanidade.

31. Finalmente, reiteraram o compromisso de fortalecer a integração regional, estando determinados a perseverar nos esforços para a consecução dessa aspiração comum que, no âmbito da democracia, da paz e da cooperação, deve traduzir-se na conformação de uma forma de desenvolvimento que concilie o crescimento econômico, a justiça social e a promoção da cidadania.

32. Ao final da visita, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou ao Presidente Óscar Berger Perdomo seu agradecimento pelas calorosas demonstrações de hospitalidade recebidas durante sua visita à Guatemala, e reiterou convite para que o Presidente Berger visite oficialmente o Brasil em data a ser determinada oportunamente.

Assinada na cidade da Guatemala, aos doze (12) dias do mês de setembro de dois mil e cinco (2005).

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República Federativa do Brasil

ÓSCAR BERGER PERDOMO  
Presidente da República da Guatemala

### **Declaração dos Presidentes do Brasil e da Guatemala (13/09/2005)**

Por ocasião da Visita Oficial do Presidente da República Federativa do Brasil à República da Guatemala no dia 12 de setembro de 2005, os

Presidentes de ambos os países expressaram o seguinte em relação às medidas europeias sobre importação de bananas:

Sua satisfação pelo resultado da recente arbitragem apresentada pela Guatemala, Brasil e outros países latino-americanos, que estabeleceu que a reconsolidação prevista pela União Européia para as bananas (230 euros por tonelada) não cumpre com o propósito de manter pelo menos o acesso total da banana latino-americana ao mercado europeu.

Sua profunda convicção de que qualquer reconsolidação levada a cabo pela União Européia deverá levar em conta os parâmetros e elementos estabelecidos no Waiver de Doha e no laudo emitido recentemente.

Sua certeza de que a implementação de um regime de importação exclusivamente tarifário, a partir de 1º de janeiro de 2006, constitui um fator fundamental para que a Europa estabeleça um regime de importação de banana em conformidade com suas obrigações derivadas dos Acordos da OMC e externaram seu decidido apoio a um regime de importação que ofereça transparência, segurança e oportunidades para os produtores nacionais de ambos os países.

Os dois Presidentes tomaram nota da nova proposta de tarifa externa única anunciada no dia 12 de setembro pela UE, de 187 euros por tonelada. Os Presidentes entendem que o anúncio constitui passo necessário para a conformação de um novo regime tarifário único.

Brasil e Guatemala estão dispostos a manter consultas com a União Européia, com vistas a examinar a adequação da tarifa externa anunciada com o compromisso dos países que conformam a União Européia de assegurar o acesso total ao mercado europeu para os exportadores da fruta.

Nesse sentido, os Presidentes exortaram a União Européia a que atenda, efetivamente, aos interesses da Guatemala e do Brasil no processo de consultas iniciado.

### **Comunicado Conjunto dos Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana e da República Federativa do Brasil (13/09/2005)**

Por ocasião da Reunião de Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e da República Federativa do Brasil, no dia 13 de setembro de 2005, na Cidade da Guatemala, os Presidentes do Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) reiteraram a importância de iniciar a cooperação entre os países da região e o Brasil no que se refere à transferência de tecnologias para a produção e uso do etanol combustível, do biodiesel e de outras fontes alternativas e sustentáveis de energia, para enfrentar os altos preços internacionais do petróleo.

O Presidente do Brasil ofereceu cooperação aos países interessados em desenvolver programas para a utilização de biocombustíveis em transportes e para a produção de energia, em particular para a utilização do etanol.

Com esse objetivo, será organizada, em três semanas, missão dos países do SICA ao Brasil, cujas delegações poderão ser integradas pelos Ministros de Relações Exteriores e responsáveis pelo tema em nível nacional, pelas Secretarias do SICA, SIECA e BCIE, e por especialistas e empresários.

A missão será convidada a visitar fábricas de produção de etanol, a indústria automotiva brasileira, a PETROBRAS, entidades encarregadas da regulamentação técnica e ambiental, e agências brasileiras de financiamento da produção e exportação.

Serão organizadas reuniões com órgãos do Governo nas áreas financeiras e de ciência e tecnologia, para a discussão de políticas referentes a biocombustíveis, com vistas a que os Ministros do SICA responsáveis possam harmonizar normas técnicas.

Congratularam-se pela assinatura de Protocolos Bilaterais de Intenção sobre Cooperação na Área de Técnicas de Produção e Uso do Etanol Combustível.

Nessa oportunidade, os Presidentes do SICA decidiram instruir seus Ministros de Economia e Comércio Exterior a avançar no processo exploratório do Tratado de Livre Comércio (TLC) com o Mercosul, levando em conta as assimetrias nas suas economias.

Os Presidentes do SICA reiteraram seu interesse no ingresso do Brasil, na condição de sócio extra-regional, ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica (BCIE). O Presidente do Brasil informou que instruirá seus Ministros competentes a examinar, no curto prazo, a participação do Brasil no Banco, por meio de suas agências financeiras, tal como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

### **Comunicado à Imprensa - Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana e da República Federativa do Brasil (13/09/2005)**

(versão em português do original em espanhol)

Os Chefes de Estado e de Governo do Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e da República Federativa do Brasil, reunidos na cidade da Guatemala, no dia 13 de setembro de 2005, trocaram pontos de vista sobre a Democracia, cujo fortalecimento constitui objetivo fundamental dos Governos de ambas as Partes, e expressaram, igualmente, sua vontade política de preservar os valores e mecanismos democráticos, assim como a plena vigência e irrestrito apoio ao Estado de Direito.

Os Mandatários adotaram Comunicado Conjunto no qual se comprometem a:

- Iniciar a cooperação entre os países do SICA e o Brasil para a utilização de biocombustíveis em transportes e na produção de energia, em particular para a utilização de etanol. Para esse fim, convocou-se reunião conjunta de alto nível que terá lugar em três semanas no Brasil.

- Instruir seus Ministros de Economia e de Comércio Exterior a avançar processo exploratório sobre Livre Comércio, com vistas à conclusão de

Tratado de Livre Comércio (TLC) com o Mercosul, levando em conta as assimetrias de nossas economias.

- O Presidente do Brasil instruirá a seus Ministros competentes a examinarem, a curto prazo, a participação do Brasil no Banco Centro-Americano de Integração Econômica, por meio de suas agências financeiras, tal como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Durante suas deliberações, os Mandatários se congratularam com a celebração, na cidade da Guatemala, da Conferência Latino-Americana sobre a Fome Crônica no marco das Metas do Milênio, evento que permitiu o intercâmbio de conhecimentos e experiências bem sucedidas no combate à fome. Reafirmaram sua vontade de avançar na luta contra este flagelo que afeta parcela significativa das populações da América Latina.

Nesse contexto, os Chefes de Estado e de Governo do SICA e do Brasil concordaram em levar às Nações Unidas, em Nova York, e à FAO, em Roma, no Dia Mundial da Alimentação, a iniciativa para uma “América Latina sem Fome”, como manifestação de sua vontade política e da necessidade de combater unidos a fome no Continente.

Os Chefes de Estado e de Governo salientaram que a realização do I Fórum Empresarial SICA-Brasil, realizado na cidade da Guatemala, contribuirá para incrementar o intercâmbio comercial e para restabelecer o equilíbrio na balança comercial, por meio da cooperação e apoio ao desenvolvimento da capacidade exportadora dos países centro-americanos ao obterem maior abertura do mercado brasileiro. Da mesma forma, será um meio eficiente para o estabelecimento de contatos para futuras alianças estratégicas, investimentos diretos e transferência de tecnologia.

Os Chefes de Estado e de Governo se comprometeram a aprofundar a luta contra o HIV/AIDS e ressaltaram a realização do III Fórum Latino-Americano e do Caribe HIV/AIDS/DST, assim como do IV Congresso Centro-Americano de DST/HIV/AIDS (CONCASIDA-2005) e do IV Encontro

Centro-Americano de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS, a realizarem-se em 11 de novembro deste ano, em São Salvador. O Governo de El Salvador estendeu cordial convite aos Chefes de Estado e de Governo do SICA e do Brasil para participar destes importantes eventos.

Guatemala, 13 de setembro de 2005.

**Comunicado à imprensa a respeito da participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Debate de Alto Nível sobre Financiamento do Desenvolvimento, na Reunião Plenária de Revisão da Declaração do Milênio e outros eventos (13/09/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva estará em Nova York entre os dias 14 e 15 de setembro para participar da Reunião Plenária de Alto Nível para Revisão da Declaração do Milênio. Com a participação confirmada de líderes de cerca de 150 países, a Plenária de Alto Nível (Cúpula de Setembro) deverá ser o maior encontro de Chefes de Estado e de Governo em toda a História.

Além da Plenária de Alto Nível, o Presidente da República participará, em Nova York, de outros eventos de grande relevância, como o Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento e Reuniões de Cúpula do Conselho de Segurança e do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), bem como de Declaração à Imprensa sobre a iniciativa “Ação contra a Fome e a Pobreza”.

Na manhã do dia 14, o Presidente Lula fará pronunciamento no Debate de Alto Nível sobre Financiamento do Desenvolvimento. O evento, que terá um número limitado de oradores, visa fazer um balanço da evolução do tema do financiamento do desenvolvimento desde a Cúpula de Monterrey (2002). O Brasil participará na qualidade de país que propôs uma das iniciativas-chave para o processo de financiamento do desenvolvimento – a Ação contra a Fome e a Pobreza. Logo a seguir, o Presidente Lula também participará de conferência de imprensa sobre a Ação contra a Fome e a

Pobreza, ao lado de seus parceiros nessa iniciativa (França, Alemanha, Chile, Argélia, Espanha) e do Secretário-Geral das Nações Unidas.

Também na manhã do dia 14, o Presidente Lula participará de reunião de cúpula do Conselho de Segurança, na qual está prevista a aprovação de duas resoluções, uma sobre prevenção de conflitos na África e a outra sobre medidas contra o incitamento ao terrorismo. Trata-se da III Reunião de Cúpula da história do Conselho de Segurança. As Cúpulas anteriores ocorreram em 1992 e 2000.

Na manhã do dia 15, o Presidente Lula será um dos oradores da Cúpula Mundial de 2005, evento que marca a primeira avaliação quinquenal de avaliação do cumprimento das metas fixadas na Declaração do Milênio, de 2000. O Brasil tem participado ativamente de complexo processo negociador do Documento Final da Cúpula. Temos procurado dar nossa contribuição com vistas à adoção de um documento que contemple medidas de fortalecimento do multilateralismo e da capacidade das Nações Unidas de enfrentar os desafios contemporâneos, em particular nas áreas de desenvolvimento e redução da pobreza, construção da paz, prevenção de conflitos, direitos humanos, combate ao terrorismo e aperfeiçoamento institucional da ONU.

Nos encontros que deverá manter com Chefes de Estado e de Governo de diversos países, o Presidente Lula examinará, conforme o caso, temas das agendas bilateral, regional e multilateral, inclusive a reforma do Conselho de Segurança. No contexto da promoção de investimentos produtivos no Brasil, o Presidente Lula encontrará-se-á, na manhã do dia 15, com empresários no Conselho das Américas.

O Presidente da República deverá, ainda, reunir-se com o Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na tarde do dia 14 de setembro.

**Declaração sobre fontes inovadoras de financiamento ao desenvolvimento (15/09/2005)**

Por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil, reunimo-nos em Nova York, em 20 de setembro de 2004, para discutir ações

internacionais mais aprofundadas para combater a fome, superar a pobreza e aumentar os recursos disponíveis para financiamento ao desenvolvimento.

Desde então, importantes desdobramentos ocorreram. A luta contra a fome e a pobreza e as discussões internacionais sobre fontes inovadoras de recursos ganharam relevo. O assunto tornou-se tema regular nas discussões da ONU sobre financiamento ao desenvolvimento e tem sido incluído na agenda de instituições financeiras multilaterais e outros importantes foros internacionais.

Nossos países permanecem determinados a traduzir nossa iniciativa conjunta no campo do financiamento ao desenvolvimento em medidas concretas. Estamos convencidos de que as Metas de Desenvolvimento do Milênio simplesmente não serão atingidas em muitos países se persistirem os fluxos atuais de ajuda.

Enfatizamos a necessidade urgente de aumentar os recursos a serem canalizados para a luta contra a fome e a pobreza a partir de um maior esforço de mobilização de recursos domésticos, de um sistema de comércio internacional aberto e equitativo e do incremento dos fluxos de Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD). Mecanismos Financeiros Inovadores podem desempenhar papel importante para incrementar e suplementar as fontes de financiamento tradicionais.

Faz-se necessária uma maior mobilização doméstica de recursos nos países em desenvolvimento. Isso pode ser alcançado pela promoção de boas práticas de governança e pela luta contra a corrupção, assim como pela adoção de políticas adequadas para estimular o setor privado, aprimorar a coleta de impostos e reduzir a evasão fiscal. Não deve haver nenhum relaxamento nos esforços em curso para combater a evasão fiscal.

A AOD, contudo, permanecerá sendo um componente essencial de qualquer estratégia de desenvolvimento, especialmente no caso dos países mais pobres. Reiteramos o chamado para que os países desenvolvidos esforcem-se para atingir o nível

de 0.7% do PIB até 2015, uma meta que alguns deles já adotaram ou alcançaram.

Não precisamos apenas de mais recursos. Precisamos de novos tipos de recursos. A qualidade da ajuda é tão importante quanto a quantidade. Acreditamos firmemente que a maior estabilidade e previsibilidade nos fluxos trariam maiores benefícios em termos de sua eficiência e impacto no combate à pobreza, de vez que facilitariam a prestação de contas pela ajuda fornecida e favoreceriam a adoção de políticas e reformas pelos próprios recipiendários. Esses objetivos podem ser alcançados por meio de um menu de opções, incluindo, inter alia, a alocação de Direitos Especiais de Saques e medidas coordenadas de incentivo a contribuições privadas.

Continuaremos a considerar o IFF, tal como proposto pelo governo britânico, incluindo esquemas de refinanciamento, tal como apoiado por um grupo de países.

Apoiamos a continuidade dos esforços para a criação de impostos internacionais como um elemento no sistema de financiamento ao desenvolvimento e estamos determinados a seguir buscando o consenso nessa matéria. Essas taxas deverão constituir mecanismos aplicados nacionalmente e coordenados internacionalmente. São instrumentos particularmente apropriados nos casos em que a necessidade de estabilidade e previsibilidade é maior no curso de um longo período de tempo. Trariam maior continuidade no financiamento do desenvolvimento a longo prazo.

As remessas cumprem papel crucial na economia dos países em desenvolvimento, os quais são os maiores beneficiários desses recursos, posto que recebem 65% de todos os fluxos. Para esses países como um todo, as remessas representam a segunda fonte mais importante de capital. Reduzir os custos das remessas é, portanto, uma prioridade urgente. Com esse objetivo, um projeto de resolução está sendo preparado e será levado à consideração da Assembléia Geral das Nações Unidas. Também planejam a adoção de medidas concretas nesse

domínio, baseadas no trabalho recente de alguns países e organismos internacionais.

No futuro próximo, aprofundaremos e desenvolveremos os trabalhos relativos ao projeto de uma contribuição solidária sobre passagens aéreas para o desenvolvimento sustentável global, tal como apoiado pelo Brasil, Chile, França e Alemanha. O objetivo desse projeto é combater a fome e a pobreza e financiar o desenvolvimento global sustentável, incluindo a luta contra a AIDS/HIV e outras doenças.

O mecanismo seria baseado em uma pequena contribuição solidária sobre passagens aéreas emitidas para passageiros que embarquem nos países participantes. Dessa forma, cada país participante poderia determinar, de acordo com suas prioridades nacionais e levando em conta critérios econômicos, sociais e ecológicos, conforme apropriado, uma diferenciação entre classes econômica, executiva e primeira classe, assim como uma diferenciação entre vôos domésticos e internacionais. As diferentes capacidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento deverão ser levadas em consideração. A contribuição deverá ser estabelecida em níveis que minimizariam impactos sobre empresas aéreas, a indústria do turismo e os passageiros.

Do ponto de vista legal, o mecanismo funcionaria como conjunção de contribuições aplicadas nacionalmente e coordenadas internacionalmente. Países participantes definiriam as modalidades de sua participação, de acordo com sua legislação doméstica.

Concordou-se em buscar a participação do maior número possível de países, de forma a minimizar a possibilidade de qualquer efeito remanescente na competitividade das empresas e incrementar a eficiência do mecanismo proposto. Pelas mesmas razões, passageiros em trânsito deverão ser isentos da contribuição solidária.

Nós nos comprometemos a aprofundar os trabalhos e a apoiar a continuidade do projeto referente a contribuições solidárias, sobretudo uma contribuição solidária aplicada a passagens aéreas.

Apreciamos a proposta francesa de organizar um encontro de alto nível sobre essa iniciativa em fevereiro de 2006 e o compromisso de alguns países de trilhar esse caminho e estabelecer a contribuição sobre bilhetes aéreos o mais breve possível em 2006.

Permanecemos totalmente comprometidos com a luta contra a fome e a pobreza como uma prioridade na agenda internacional. Acreditamos que fontes inovadoras de financiamento serão um instrumento essencial nesse esforço. Temos a firme esperança de que todos os países e instituições, que compartilham nossas ambições, estarão conosco nessa iniciativa.

### **Forum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) - Declaração à imprensa (15/09/2005)**

1. O Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, reuniram-se no dia 14 de setembro de 2005, em Nova York, durante a Reunião Plenária de Alto Nível das Nações Unidas.

2. Reafirmaram o valor da contínua cooperação entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento, com vistas a fortalecer os laços entre os três países e suas respectivas regiões, a reforçar o multilateralismo e a aprofundar a cooperação Sul-Sul.

3. Examinaram os progressos nas várias áreas de cooperação trilateral. Destacaram o estabelecimento do Fórum de Negócios do IBAS; a recente conclusão de um Memorando de Entendimento trilateral sobre Serviços Aéreos; e a realização do Seminário sobre Desenvolvimento Econômico e Equidade Social, que teve lugar no Rio de Janeiro, Brasil, nos dias 3 e 4 de agosto de 2005. Avaliaram, também, a implementação de projetos no âmbito do Fundo IBAS de Alívio à Pobreza e à Fome. Os três países comprometeram-se a fazer novos aportes ao Fundo, de US\$ 1 milhão cada.

4. Intercambiaram idéias sobre o Documento Final da Plenária de Alto Nível e a reforma das

Nações Unidas. Enfatizaram a necessidade de reformar a Organização e concordaram em continuar a coordenar-se a respeito de todos os aspectos da mesma. Coincidiram em que nenhuma reforma da ONU estará completa sem a reforma e a expansão do Conselho de Segurança, com a inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes. Enfatizaram que medidas urgentes devem ser tomadas para levar as discussões sobre a reforma do Conselho de Segurança a uma conclusão satisfatória, preferivelmente até o final de 2005.

#### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República da Áustria, Heinz Fischer (16/09/2005)**

O Presidente da República da Áustria, Heinz Fischer, realizará, em 19 de setembro próximo, visita de Estado ao Brasil, a primeira de um Chefe de Estado austríaco a país da América do Sul. Acompanha o mandatário austríaco significativa missão empresarial.

Empresários e investidores austríacos escolheram, desde o início da década, o Brasil como principal parceiro econômico na região. O Brasil absorve 40% de todo comércio que a Áustria realiza com os países da América Latina e capta a maior parte dos investimentos austríacos na região.

Durante a visita serão assinados dois memorandos de entendimentos: o primeiro, na área de cooperação técnica, cujo texto prevê a realização de projetos de cooperação conjunta em países africanos lusófonos; o segundo, de cooperação entre as academias diplomáticas entre os dois países.

De Brasília, o Presidente segue para São Paulo onde será recebido pelo Governador do Estado, Geraldo Alckmin, e visitará a sede da COSIPA em Cubatão, companhia com forte participação da siderúrgica “Voest Alpine”. Ainda em São Paulo, o Presidente Fischer participa, na sede da FIESP, de Fórum Econômico entre representantes das Câmaras de Comércio dos dois Países, ocasião em que as partes assinarão um Memorando de Entendimentos.

#### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Ministro Celso Amorim ao Haiti (19/09/2005)**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, realizará visita ao Haiti no dia 20 de setembro corrente.

A visita do Ministro Celso Amorim ocorre em momento histórico para as relações entre Brasil e Haiti, em que as forças de paz internacionais da ONU, sob comando do Brasil, contribuem para a criação de ambiente seguro para a realização de eleições democráticas e abertas a todas as correntes políticas do Haiti, bem como para a reestruturação econômica e revitalização das instituições do Estado naquele país.

O Ministro Amorim manterá encontros com o Primeiro-Ministro Gérard Latortue, com o General Urano Bacellar, Comandante Militar da MINUSTAH; com os membros do Conselho Eleitoral Provisório (CEP) e com o Embaixador Juan Gabriel Valdés, representante do Secretário-Geral da ONU para o Haiti.

O Governo brasileiro reitera, dessa maneira, seu compromisso com a estabilidade, observância dos direitos humanos e retomada do desenvolvimento no Haiti.

#### **Comunicado à imprensa sobre a Visita Oficial ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura (20/09/2005)**

O Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura, Professor S. Jayakumar, realiza visita oficial ao Brasil, de 18 a 23 de setembro. Nos dias 20 e 21, será recebido em Brasília pelo Vice-Presidente da República e diversas autoridades.

Durante a visita ao Rio de Janeiro, onde Cingapura mantém investimentos expressivos nas áreas de construção naval e prospecção de petróleo em águas profundas, a delegação manteve, nos dias 18 e 19, encontros empresariais na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Em São Paulo, o Vice-Primeiro Ministro será recebido pelo Governador do Estado e participará,

no dia 23, da cerimônia de inauguração do Escritório Comercial de Cingapura, que servirá de base para operações de comércio e investimento em toda a América Latina.

As relações bilaterais com Cingapura vivem momento de grande dinamismo, valendo registrar, de modo especial, o desempenho expressivo do comércio bilateral, que praticamente dobrou entre 2000 e 2004 e deverá superar, em 2005, a casa de US\$ 1 bilhão.

### **Comunicado à imprensa a respeito do Contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão (22/09/2005)**

Expirou na data de ontem, 21 de setembro de 2005, o prazo para que os Estados Unidos dessem cumprimento às recomendações do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que diz respeito aos subsídios que causam prejuízo grave ao Brasil.

Como se recorda, o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) determinou que os subsídios em tela - “Market Assistance Loan”, “Counter-Cyclical Payments” e “Step 2” - causam prejuízo grave ao Brasil devido a seu significativo efeito depressivo sobre o preço internacional do algodão, em violação aos artigos 5 e 6.3(c) do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias. Tais programas, diretamente vinculados ao nível de preços, isolam o produtor norte-americano dos sinais de mercado e levam à produção artificial de excedentes, os quais, uma vez colocados no mercado mundial, provocam quedas nas cotações ou impedem que os preços subam tanto quanto deveriam.

De acordo com as recomendações do OSC, os Estados Unidos dispuseram de seis meses, a contar da data de adoção dos relatórios do painel e do Órgão de Apelação, para tomar as medidas apropriadas para retirar esses subsídios ou remover os efeitos adversos por eles causados. O Governo brasileiro não tem conhecimento de qualquer medida que tenha sido tomada pelo Governo norte-americano

para cumprir com essa determinação. Os três programas acima citados permanecem em vigor, inalterados, e nenhuma ação foi tomada pelos Estados Unidos para retirar os efeitos adversos provocados por esses subsídios.

Nessas condições, o Brasil reservará seus direitos em conformidade com as disposições do sistema de solução de controvérsias da OMC, devendo solicitar que o OSC, dentro dos próximos 30 dias, conceda autorização para que o Brasil adote as contramedidas aplicáveis ao presente caso.

O Governo brasileiro reitera que o contencioso em pauta foi iniciado em função do descumprimento de acordos multilaterais em vigor desde janeiro de 1995. A plena observância das disciplinas comerciais já existentes é essencial para a credibilidade das negociações de novas regras multilaterais no contexto da Rodada de Doha.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura (23/09/2005)**

Durante sua visita a Brasília, o Vice-Primeiro-Ministro de Cingapura, Professor S. Jayakumar, manifestou ao Vice-Presidente da República, à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Secretário-Geral das Relações Exteriores o apoio inequívoco de seu país à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cabe observar que Cingapura é um importante articulador de posições, tanto no âmbito regional asiático, quanto multilateral.

Cingapura está também muito empenhada em dinamizar as relações interregionais, dispondo-se a trabalhar nesse sentido juntamente com o Brasil.

### **Comunicado à imprensa a respeito da viagem do Ministro Celso Amorim a Washington (26/09/2005)**

O Ministro Celso Amorim encontra-se em Washington onde manterá hoje, dia 26, reunião de trabalho com a Secretária de Estado dos EUA,

Condoleeza Rice, e com o Vice-Secretário de Estado, Roberto Zoellick, ocasião em que serão examinados temas da agenda bilateral, assim como tópicos relevantes do cenário regional e internacional.

No dia 27, o Ministro Amorim participará, na capital norte-americana, do “2005 Brazil-U.S. Business Council Plenary”, assim como de almoço de trabalho com o Representante Comercial dos EUA, Robert Portman.

### **Comunicado à imprensa a respeito da Cerimônia de Assinatura de Acordo de Sede entre o Governo Brasileiro e o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (28/09/2005)**

Será realizada hoje, 28 de setembro, às 15 horas, no Palácio Itamaraty, cerimônia de assinatura de Acordo de Sede entre o Governo brasileiro e o Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica estabelecendo os requisitos para a organização de duas reuniões que serão realizadas em Curitiba no próximo ano: Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (13-17 de março de 2006) e Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (20-31 de março de 2006).

Participarão da cerimônia o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim; a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva; o Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Zamdallah Zedan; o Secretário do Meio Ambiente do Estado do Paraná, Luiz Eduardo Cheida; e o Vice-Prefeito de Curitiba, Luciano Ducci.

A cerimônia será aberta para cobertura de imagem.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) (28/09/2005)**

Encontra-se em Brasília, o Senhor Hamdallah Zedan, Secretário Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). No dia de hoje, o Senhor Zedan assinou, juntamente com os Ministros das

Relações Exteriores e do Meio Ambiente, o Acordo Sede relativo à realização no Brasil, na cidade de Curitiba, em março de 2006, da III Reunião das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança (MOP3) e da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP8).

De 25 a 28 deste mês, o Senhor Zedan e sua comitiva estiveram na capital paranaense, onde se entrevistaram com o Governador Roberto Requião e o Prefeito Beto Richa e visitaram as instalações do Centro de Convenções que abrigará ambas as reuniões. Em Brasília, o Secretário Executivo da CDB manterá contatos com as autoridades do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente envolvidas com a preparação dos dois eventos.

A Convenção sobre Diversidade Biológica, aberta para assinaturas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, tem como objetivos a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes da utilização de recursos genéticos

A realização da MOP3 e da COP8, por envolver representantes de diferentes setores do Governo e da sociedade civil, muito contribuirá para elevar o nível de conscientização acerca da necessidade da conservação e do uso sustentável da biodiversidade. Ademais, constituirá oportunidade para realçar o sentido estratégico da biodiversidade para o desenvolvimento econômico e social.

O mandato do Senhor Zedan, de nacionalidade egípcia, será encerrado em 31 de dezembro próximo, quando será substituído pelo Senhor Ahmed Djoghlaif, de nacionalidade argelina.

### **Comunicado à imprensa a respeito da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (28/09/2005)**

Será realizada em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro, a I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA).

Os Presidentes tratarão do aprimoramento da coordenação política, dos projetos de integração da infra-estrutura e seu financiamento, do estabelecimento de uma área de livre comércio sul-americana e do desenvolvimento social dos povos do continente. Outras áreas de atenção da Comunidade serão saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, integração energética, mecanismos financeiros, redução de assimetrias, telecomunicações e promoção da coesão, da inclusão e da justiça sociais. Temas como obras de infra-estrutura e convergência dos processos de integração serão igualmente abordados.

A Comunidade Sul-Americana de Nações foi constituída em 8 de dezembro de 2004. A Declaração de Cusco, então adotada, estabelece seus propósitos e objetivos. Durante a cúpula de Brasília, os Presidentes procurarão definir a estrutura organizacional e tarefas prioritárias da Comunidade, estando prevista a adoção de declaração final.

Será também levado à aprovação dos Presidentes o Programa Sul-Americano sobre Segurança Cidadã, discutido durante reunião de Ministros da Justiça realizada na cidade de Fortaleza, em agosto passado. Os Presidentes também discutirão os resultados da reunião de Ministros de Energia realizada no dia 26 de setembro, em Caracas. Será examinada, ainda, a proposta brasileira de um acordo sul-americano sobre dispensa de vistos de turista e de passaportes.

### **Comunicado à imprensa sobre o Seminário Internacional sobre Políticas de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (“offset”) (28/09/2005)**

Será realizado, nos próximos dias 4 e 5 de outubro, no Palácio Itamaraty, em Brasília, “Seminário Internacional sobre Políticas de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (offset)”. O encontro, organizado pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Defesa, em conjunto com os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria

e Comércio Exterior e da Ciência e Tecnologia, com o apoio do Banco do Brasil, terá o objetivo de identificar as possibilidades de utilização do “offset” como instrumento de ação governamental para promover o progresso tecnológico e industrial brasileiro, mediante a criação de oportunidades para a agregação de tecnologia, desenvolvimento da indústria e alavancagem das exportações, além da redução do esforço financeiro associado às importações.

Durante o seminário, serão apresentados fundamentos legais, experiências internacionais, conceitos, aplicações e implicações da prática do “offset”, bem como debatidas as diversas formas de compensação como forma de apoiar o desenvolvimento industrial e tecnológico e o esforço exportador do Brasil.

O “Seminário Internacional sobre Políticas de Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica (offset)” deverá estabelecer agenda de pesquisa e debates sobre o “offset”, envolvendo o setor público, especialmente a Administração Federal, o setor privado (tanto grandes empresas importadoras e exportadoras nacionais e estrangeiras quanto as pequenas e médias empresas), centros de pesquisa, sindicatos e os meios de comunicação.

As inscrições para o seminário são gratuitas, porém limitadas, e podem ser feitas diretamente no portal de promoção comercial BrazilTradeNet ([www.braziltradenet.gov.br](http://www.braziltradenet.gov.br)).

### **Comunicado à imprensa a respeito do falecimento da Senhora Ana Lucia Bandeira Bezerra (28/09/2005)**

A Divisão de Assistência Consular e o Consulado-Geral do Brasil em Milão estão acompanhando o caso da cidadã brasileira falecida em Gênova, Senhora Ana Lucia Bandeira Bezerra. A família da referida cidadã foi informada da impossibilidade de o Governo brasileiro arcar com os custos do traslado do corpo para o Brasil, uma vez que não há previsão legal para esse tipo de despesa.

O Consulado-Geral do Brasil em Milão está

providenciando orçamentos de serviços funerários e transporte aéreo dos restos mortais para o Brasil, a fim de informar a família da Senhora Ana Lucia Bandeira Bezerra, que cogita de eventual sepultamento em território italiano.

Caso a família opte pelo traslado, será prestada assistência consular na tramitação dos documentos, bem como apoio às providências necessárias ao embarque e desembarço alfandegário do esquife.

Em caso de sepultamento na Itália, o Consulado em Milão também poderá prestar assistência à família junto às autoridades locais.

### **Comunicado à imprensa a respeito do falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa (29/09/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores lamenta profundamente o falecimento do Embaixador Sérgio Corrêa Affonso da Costa, ocorrido na madrugada de hoje, na cidade do Rio de Janeiro, e expressa as condolências à família do diplomata brasileiro.

Diplomata de carreira, o Embaixador Corrêa da Costa ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1939. Destacou-se em funções de grande relevo no Brasil e no exterior. Seu primeiro posto foi a Embaixada em Buenos Aires. Foi Ministro-Conselheiro em Roma (1959/62), Embaixador em Londres (1968/74), Chefe da Missão Permanente junto às Nações Unidas, em Nova York (1975/83) e Embaixador em Washington (1983/86).

Na Secretaria de Estado, ocupou, entre outras, as funções de Chefe do Serviço Econômico da América, Secretário-Geral-Adjunto para Organismos Internacionais, Secretário-Geral de Política Exterior e de Ministro de Estado, interino.

### **Comunicado à imprensa sobre os documentos adotados por ocasião da I Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (30/09/2005)**

Declaração sobre a Convergência dos Processos de Integração da América do Sul em

cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cuzco, de 8 de dezembro de 2004, e considerando que a integração Sul-Americana é e deve ser uma integração dos povos em favor da construção de um espaço sul-americano integrado, os Presidentes da Comunidade Sul-Americana das Nações decidem:

1. Promover a convergência dos Acordos de Complementação Econômica entre os países da América do Sul.

2. Solicitar aos secretariados da ALADI, do MERCOSUL, da CAN e do CARICOM, com a cooperação do Chile, da Guiana e do Suriname, que preparem, no máximo até o primeiro semestre de 2006, estudos sobre a convergência dos acordos de complementação econômica entre os países da América do Sul. Esses estudos deverão contemplar o objetivo de conformar gradualmente uma zona livre de comércio sul-americana, bem como a complementação das economias dos países da América do Sul e a promoção de seu crescimento e desenvolvimento, levando em consideração a redução das assimetrias existentes e preservando os avanços alcançados na Resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, no caso dos países-parte ou membros dessa organização.

\*\*\*\*

### **Declaração sobre Integração na Área de Infra-Estrutura**

Em cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cuzco, de 8 de dezembro de 2004, e interpretando as aspirações de seus povos em favor da construção de um espaço sul-americano integrado, os Presidentes da Comunidade Sul-Americana de Nações decidem:

1. Acelerar o processo de execução dos projetos prioritários para a integração sul-americana nas áreas de infra-estrutura, de transporte e de comunicações;

2. Dar impulso a alternativas de financiamento

que levem em conta a realidade financeira dos países sul-americanos, preservem a capacidade reguladora e a autonomia decisória dos Estados, e estimulem a realização de investimentos necessários para a implementação dos projetos prioritários de integração física, energética e de comunicações da América do Sul, identificados pelo países e reunidos na denominada “Carteira IIRSA”;

3. A Secretaria Pro Tempore solicitará aos organismos financeiros regionais que, em conjunto com os bancos e instituições nacionais de desenvolvimento, promovam os trabalhos do Processo Setorial para identificar mecanismos inovadores e encontrar soluções que permitam o financiamento da Carteira Estratégica de Projetos IIRSA.

4. Convocar reunião ministerial setorial na área de transportes, obras públicas e planejamento para, com base no aprofundamento das experiências bilaterais, regionais e sub-regionais existentes, identificar as restrições e propor um programa de ação com medidas concretas para acelerar a execução de projetos prioritários de integração física.

5. Formar um grupo de trabalho técnico, com a participação de órgãos de governo responsáveis pela formulação de políticas, normas e regulamentação de serviços de comunicação e Internet, com o propósito de examinar a possibilidade de impulsionar o desenvolvimento de uma infraestrutura de redes, indispensável para a sociedade regional da informação, que inclua pontos de intercâmbio de Internet, troncos regionais e servidores primários, respeitando a situação e as necessidades da região.

6. Reafirmam a importância da integração energética da América do Sul. Ratificam os resultados da I Reunião de Ministros de Energia da Comunidade Sul-Americana de Nações, realizada em Caracas, em 26 de setembro de 2005, na qual se decidiu a dar prosseguimento a passos concretos no âmbito da Iniciativa Petroamérica, com base nos princípios contidos na sua Declaração.

Reiteram o convite a todos os países sul-americanos para que considerem sua incorporação ao processo de estudo de um acordo de complementação energética regional, proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, do Chile, do Peru e da Bolívia, realizada em Montevidéu, em 22 de agosto de 2005.

Ademais, instam os Ministros dos países envolvidos na iniciativa da Rede de Gasodutos do Sul a avançar, o mais brevemente possível, no desenvolvimento desse projeto, levando em conta os aspectos institucionais, legais, técnicos e econômicos que possibilitem sua pronta viabilização.

\*\*\*\*

#### Declaração Presidencial e Agenda Prioritária

Em cumprimento ao acordado na Declaração Presidencial de Cuzco, de 8 de dezembro de 2004, e inspirados em valores comuns tais como a democracia, a solidariedade, os direitos humanos, a liberdade, a justiça social, o respeito à integridade territorial, à diversidade, à não-discriminação e à afirmação de sua autonomia, a igualdade soberana dos Estados e a solução pacífica de controvérsias, os Presidentes e Chefes de Governo dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, declaram:

#### Introdução

1. A essência da Comunidade Sul-Americana de Nações é o entendimento político e a integração econômica e social dos povos da América do Sul.

2. A Comunidade Sul-Americana de Nações fortalecerá a identidade da América do Sul e contribuirá, em coordenação com outras experiências de articulação regional e sub-regional, para o fortalecimento da integração dos povos da América Latina e do Caribe.

3. A associação recíproca dos Estados Partes do MERCOSUR e da CAN, assim como a

associação do Suriname, da Guiana e do Chile, são essenciais para a conformação da Comunidade Sul-Americana de Nações, com vistas à finalidade última da união sul-americana.

4. A Comunidade Sul-Americana de Nações tem como objetivo o fortalecimento dos valores e princípios comuns estabelecidos na Declaração Presidencial de Cuzco.

5. No campo econômico, os propósitos da Comunidade Sul-Americana de Nações incluem o avanço e consolidação do processo de convergência rumo ao estabelecimento de uma zona de livre comércio sul-americana, com vistas a seu aperfeiçoamento, assim como a promoção do crescimento econômico e a redução das assimetrias, quando possível, mediante a complementação das economias dos países da América do Sul.

6. Nesse sentido, e conforme o disposto na Declaração de Cuzco, decidiram solicitar à Secretaria-Geral da ALADI, em coordenação com a Secretaria-Geral da Comunidade Andina e a Secretaria Técnica do MERCOSUL, a preparação de uma proposta no marco da Resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, sobre a convergência CAN-MERCOSUL e outros acordos comerciais da região, para o aperfeiçoamento de uma área de livre comércio sul-americana, tendo em conta o tratamento preferencial e diferenciado. Os esforços da Comunidade estarão orientados principalmente para a promoção de melhores níveis de qualidade de vida, geração de trabalho decente, justa distribuição de renda e extensão de benefícios sociais a seus habitantes.

#### Organização

7. A Comunidade Sul-Americana de Nações estabelecer-se-á com base na institucionalidade existente, evitando a duplicação e superposição de esforços, sem novos gastos financeiros, estabelecendo coordenação entre as Chancelarias, com o apoio dos organismos de integração existentes e aperfeiçoando seu funcionamento.

8. As Reuniões de Chefes de Estado constituem a instância máxima da condução política da Comunidade. Elas serão anuais, realizar-se-ão em todos os países membros, preferencialmente em ordem alfabética.

9. As reuniões dos Ministros de Relações Exteriores têm por objeto primordial: promover o diálogo político, preparar as reuniões dos Chefes de Estado e adotar as decisões executivas para implementar as diretrizes presidenciais. Terão periodicidade semestral.

10. Os Vice-Ministros de Relações Exteriores coordenarão as posições dos países da Comunidade e prepararão as reuniões de Chanceleres.

11. As Reuniões Ministeriais Setoriais serão convocadas pelos Chefes de Estado e examinarão e promoverão projetos e políticas específicas de integração sul-americana em áreas como saúde, educação, cultura, ciência e tecnologia, segurança cidadã, infra-estrutura de energia, transportes, comunicações e desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, essas reuniões realizar-se-ão, valendo-se dos mecanismos existentes no MERCOSUR e na CAN.

12. As reuniões na área de infra-estrutura promoverão a implementação da agenda consensuada de projetos prioritários da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana (IIRSA), entre outros, tomando em conta os projetos de desenvolvimento nacionais, bilaterais e regionais, contando com a participação das comunidades envolvidas e protegendo o meio ambiente.

13. A coordenação e concertação política e diplomática que afirme a região como um fator diferenciado e dinâmico em suas relações externas é um objetivo prioritário da Comunidade Sul-Americana de Nações, que, nesta etapa, se expressará em torno de um diálogo e intercâmbio de informação sobre os assuntos de interesse mútuo. Seus pronunciamentos serão adotados por consenso.

14. A Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações será exercida em forma rotativa por cada um dos países

membros, em períodos anuais, que culminarão na Reunião de Chefes de Estado. O Brasil exercerá a Secretaria Pro Tempore até a realização da Segunda Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações, que se realizará na Bolívia no ano de 2006.

15. A “Troika” da Comunidade será constituída pelo país sede da Reunião de Presidentes e pelos países-sede das reuniões do ano anterior e do ano seguinte. A “Troika” apoiará as atividades da Secretaria Pro Tempore.

#### Agenda Prioritária

16. As áreas de ação prioritária da Comunidade Sul-Americana de Nações são:

- o diálogo político,
- a integração física;
- o meio ambiente;
- a integração energética;
- os mecanismos financeiros sul-americanos;
- as assimetrias;
- a promoção da coesão social, da inclusão social e da justiça social; e,
- as telecomunicações.

17. Solicitamos às Instituições Regionais de Integração que apresentem às Chancelarias e aos Ministérios interessados, sugestões para o desenvolvimento de propostas e projetos específicos de trabalho sobre as áreas da agenda mencionada no parágrafo anterior. Esses trabalhos deverão iniciar-se de imediato e ser apresentados no mais tardar no primeiro semestre de 2006.

18. Na temática referente à redução das assimetrias, solicitamos à Secretaria-Geral da CAN, à Secretaria Técnica do MERCOSUL, à Secretaria-Geral da ALADI, à Secretaria Permanente do SELA, à Secretaria Permanente da OTCA, à Secretaria do CARICOM e à CEPAL que elaborem um documento de reflexão para discussão durante a reunião convocada pela Bolívia, “Foro: Um Novo Tratamento das Assimetrias na Integração Sul-americana”, na cidade de La Paz, no dia 21 de outubro de 2005, manifestando nossa expectativa de

que este Foro contribua com sugestões para a redução das assimetrias na região e para que as relações econômicas produzam benefícios para todos.

19. As referidas Secretarias prestarão também apoio à Secretaria Pro Tempore em assuntos de natureza técnica de sua competência relativos a esta Declaração.

\*\*\*\*

#### Programa de Ação

1. O fortalecimento dos vínculos institucionais entre o MERCOSUL e a CAN será promovido pelo mecanismo de associação recíproca entre os Estados Membros dos dois organismos, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname.

2. A fim de contribuir para a operacionalidade do disposto no parágrafo 13 da Declaração Presidencial, será instituído um foro sul-americano de consulta e coordenação política, constituído pelo FCCP do Mercosul, pelo Mecanismo de Coordenadores da Política Externa Comum da Comunidade Andina e por representantes da Guiana e do Suriname.

3. A Secretaria Pro Tempore realizará consultas com vistas à emissão de declarações consensuadas com todos os membros, diante de situações internacionais e regionais de interesse comum.

4. Os países da Comunidade poderão apresentar projetos consensuados de interesse comum nos organismos internacionais e regionais.

5. Serão programadas reuniões conjuntas entre os órgãos do MERCOSUL, da CAN, do Chile, da Guiana e do Suriname que atuem em áreas afins, de acordo com um cronograma previamente estabelecido.

6. Os secretariados da CAN e do MERCOSUL farão uma revisão dos acordos já realizados pela CAN e pelo MERCOSUL nas áreas política e social, a fim de examinar, conjuntamente com o Chile, a Guiana e o Suriname, a possibilidade de sua extensão a todos os países da América do Sul.

7. Os países sul-americanos convêm em negociar um Acordo de isenção de vistos e habilitação de documentos de identidade para que seus nacionais ingressem e transitem em seus respectivos territórios como turistas.

8. A Secretaria Pro Tempore solicitará às Secretarias da ALADI, do MERCOSUL, da CAN e do CARICOM, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname, que preparem, no mais tardar até o fim do primeiro semestre de 2006, estudos sobre a convergência dos acordos de complementação econômica entre os países da América do Sul. Esses estudos deverão incluir o objetivo de conformar gradativamente uma zona livre de comércio sul-americana e a complementação das economias dos países da América do Sul, bem como promover seu crescimento e desenvolvimento, levando em consideração a redução das assimetrias existentes e preservando os avanços alcançados na resolução 59 do Conselho de Ministros da ALADI, no caso dos países partes ou membros dessa organização.

9. Será realizado em La Paz, em 21 de outubro, um seminário sobre um novo tratamento das assimetrias na integração sul-americana.

10. A Secretaria Pro Tempore instará todos os países a implementarem programas de erradicação da febre aftosa, caso seja necessário ou pertinente, e/ou a aderirem ao Programa de Ação Mercosul Livre de Febre Aftosa (Dec. CMC 8/05).

11. A Secretaria Pro Tempore estimulará a realização de rodadas sul-americanas de negócios para promover um melhor aproveitamento dos acordos de complementação econômica firmados entre os países sul-americanos. Outros países da América Latina e do Caribe poderão ser convidados a participar dessas rodadas.

12. Será fomentada a coordenação dos programas de promoção do comércio e dos investimentos entre os países da Comunidade Sul-Americana de Nações, levando em consideração, entre outras, a experiência do Brasil com seu Programa de Substituição Competitiva de Importações.

13. Os países da Comunidade Sul-Americana de Nações farão intercâmbio de experiências relativas à facilitação do comércio, à complementação de cadeias produtivas, e à integração em zonas fronteiriças. A Secretaria Pro Tempore organizará uma reunião para o intercâmbio de experiências em cooperação fronteiriça.

14. Dar-se-á impulso à conclusão de projetos prioritários para a integração sul-americana nas áreas de infra-estrutura de transportes, energia e comunicações, com base no aprofundamento das experiências bilaterais, sub-regionais e regionais existentes. Nesse sentido, destaca-se a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) como marco de trabalho apropriado para todos os países da América do Sul, que, considerando a viabilidade técnica, social, ambiental e econômica dos projetos apresentados e a Agenda de Implementação Consensuada, à qual os países expressaram seu apoio na Declaração de Ayacucho de 2004.

15. Considerando que a água é um recurso natural soberano de inquestionável importância estratégica para a região, a Comunidade Sul-Americana de Nações reitera sua firme decisão de resguardar seu aproveitamento de maneira racional, equitativa e sustentável, preservando a conservação de suas fontes. Nesse contexto, será dado impulso à realização de reuniões e seminários para intercâmbio de experiências sobre a matéria.

16. Levando em consideração as conclusões do Encontro Sul-Americano sobre Transporte Aéreo, realizado em Brasília em 29 e 30 de setembro, a Secretaria Pro Tempore convocará uma reunião de autoridades da aviação civil e Ministros de Turismo, com o fim de estudar as bases de um programa sul-americano de conexão aérea, visando a fomentar o turismo e o comércio regional, em conformidade com os entendimentos vigentes.

17. Reafirmam a importância da integração energética da América do Sul. Ratificam os resultados da I Reunião de Ministros de Energia da Comunidade

Sul-americana de Nações, realizada em Caracas, em 26 de setembro de 2005, na qual se decidiu a dar prosseguimento a passos concretos no âmbito da Iniciativa Petroamérica, com base nos princípios contidos na sua Declaração.

Reiteram o convite a todos os países sul-americanos para que considerem sua incorporação ao processo de estudo de um acordo de complementação energética regional, proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, do Chile, do Peru e da Bolívia, realizada em Montevideu, em 22 de agosto de 2005.

Ademais, instam os Ministros dos países envolvidos na iniciativa da Rede de Gasodutos do Sul a avançar, o mais brevemente possível, no desenvolvimento desse projeto, levando em conta os aspectos institucionais, legais, técnicos e econômicos que possibilitem sua pronta viabilização.

18. A Secretaria Pro Tempore solicitará aos organismos financeiros regionais que, em conjunto com os bancos e instituições nacionais de desenvolvimento, dêem impulso aos trabalhos do Processo Setorial, para identificar mecanismos inovadores e encontrar soluções que permitam o financiamento da Carteira Estratégica de Projetos IIRSA.

19. Os países membros da CAF envidarão todos os esforços para possibilitar a incorporação, a esse organismo financeiro, de todos os países sul-americanos que o solicitarem, como sócios plenos da categoria A, por solicitação das partes.

20. A Secretaria Pro Tempore convocará um seminário, com a participação de representantes dos setores público e privado e dos organismos financeiros regionais, para discutir formas alternativas de financiamento de projetos de investimento econômico e de coesão social, nas condições mais vantajosas, especialmente em apoio a pequenas e médias empresas e a cooperativas.

21. Será constituído um grupo de trabalho técnico, com a participação dos órgãos governamentais responsáveis pela formulação de políticas, normas e regulamentação dos serviços de

comunicações e de Internet, para estudar a possibilidade de dar impulso ao desenvolvimento de uma infra-estrutura de redes, indispensável a uma sociedade regional da informação e que inclua pontos de intercâmbio de Internet, troncais regionais e servidores primários, levando em conta a situação e as necessidades específicas da região.

22. Será desenvolvido um programa de erradicação do dengue e da malária em todos os países da América do Sul que o solicitarem.

23. Diante da necessidade urgente de avançar na superação das desigualdades sociais sul-americanas, a Secretaria Pro Tempore da Comunidade Sul-Americana de Nações convocará uma reunião de peritos e de responsáveis por programas governamentais de desenvolvimento social, combate à pobreza e de emergência social, a fim de recomendar propostas de ação relativas a essas questões, o mais brevemente possível.

24. Os Ministros de Turismo estudarão, ainda no decorrer do segundo semestre de 2005, um programa de cooperação para promover a responsabilidade ética em turismo, dando especial atenção à prevenção da exploração de crianças e adolescentes e aos efeitos do turismo sobre o meio ambiente.

25. Considerando que o tema do meio ambiente faz parte da agenda prioritária do processo de integração sul-americano, acordou-se realizar em Quito, no primeiro semestre de 2006, um reunião dos países sul-americanos, conjuntamente com instituições acadêmicas e organizações governamentais regionais e sub-regionais, com o fim de analisar pontos de interesse comum sobre essa matéria.

26. Promover-se-á a participação da sociedade em seu conjunto para facilitar a divulgação da integração e da realidade sul-americana por meio de diferentes sistemas de comunicação, educativos, de informação e culturais, em estrito respeito à liberdade de imprensa e ao direito que os povos têm de serem informados.

27. Os Ministros de Cultura e seus

equivalentes se reunirão no primeiro semestre de 2006 e estudarão uma proposta de agenda cultural sul-americana. Dessa agenda poderia constar, entre outros itens, um festival rotativo de cultura, produções cinematográficas conjuntas e um prêmio sul-americano de cultura.

28. Será organizada a cada dois anos, rotativamente, uma feira de ciência e tecnologia sul-americana. Serão estimulados projetos conjuntos de pesquisa científica e tecnológica. Será instituído um prêmio sul-americano de ciência e tecnologia.

29. Será elaborado um Plano de Cooperação em Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento, com especial referência a assuntos de ciência e tecnologia e suas aplicações ao desenvolvimento da produção e de serviços, dando-se ênfase à ampliação das potencialidades dos recursos naturais disponíveis na região, bem como da indústria geradora de valor agregado, tendo em conta os programas existentes.

30. Será organizado, com a colaboração do Convênio Andrés Bello, um cadastro dos instrumentos internacionais vigentes, relativos ao reconhecimento de títulos profissionais e diplomas universitários, a fim de avaliar tais instrumentos e considerar seu eventual aperfeiçoamento, mediante a negociação de textos complementares que se julgarem pertinentes.

\*\*\*\*

#### Declaração sobre a Cúpula Comunidade Sul-Americana de Nações / União Africana

Os Presidentes manifestam seu beneplácito ante a proposta do Presidente Olosegun Obasanjo, da Nigéria, de realização de uma reunião de Chefes de Estado e de Governo dos países da comunidade Sul-Americana de Nações e dos países da União Africana e instruem a Troika a fazer as consultas pertinentes para sua organização.

\*\*\*\*

#### Declaração sobre o Seguimento da Cúpula América do Sul–Países Árabes

Os Chefes de Estado dos Países Sul-Americanos, reunidos em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, reiteram a importância da Cúpula América do Sul – Países Árabes, celebrada nesta mesma capital nos dias 10 e 11 de maio, e destacam a necessidade de aproveitar o “momentum” político favorável e a dinâmica por ela gerados para promover o fortalecimento e a diversificação das relações entre essas duas regiões do mundo em desenvolvimento.

Reafirmam o seu compromisso com a implementação das decisões e recomendações dela emanadas.

Nesse sentido, confirmam sua disposição de participar ativamente das atividades de seguimento previstas na Declaração de Brasília, notadamente as reuniões de Argel (19 e 20.11.05) e Alepo (14 e 15.12.2005) sobre a Biblioteca Árabe – Sul-Americana, a reunião no Cairo de Altos Funcionários (29 e 30.11.05) e as reuniões ministeriais sobre cultura e temas econômicos, a realizar-se respectivamente em Argel e Quito, no primeiro semestre de 2006.

\*\*\*\*

#### Declaração de Caracas no âmbito da I Reunião de Ministros da Energia da Comunidade do Sul-Americano de Nações

Nós, os Ministros da Energia e Altos Representantes dos governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Uruguai, Suriname e Venezuela; reunidos em Caracas, Venezuela, em 26 de setembro de 2005, conforme acordou-se na Declaração dos Ministros de Relações Exteriores da Comunidade Sul-Americana de Nações em Guayaquil, no dia 02 de agosto de 2005, reconhecendo que, apesar dos avanços que ocorreram em matéria de integração energética na América do Sul e do enorme potencial

em recursos energéticos que possui a região, a América do Sul enfrenta ainda sérios desafios para assegurar o abastecimento energético e também:

Tendo presente os seguintes antecedentes relacionados com as reuniões e declarações de integração anteriores:

A Resolução XXXIV/D/420 da Organização Latino-americana de Energia (OLADE) sobre integração energética, subscrita em outubro de 2003;

A Declaração da I Reunião de Ministros de Energia de América do Sul sobre Energia, na Ilha Margarita, firmada por Argentina, Bolívia, Brasil e Venezuela no último dia 29 de outubro de 2004, na qual se declara realizar ações concretas para a conformação da PETROSUR;

A base conceitual para a constituição do Secretariado da PETROSUR, subscrita pelos Ministros de Energia das Repúblicas da Argentina, do Brasil e da Venezuela na cidade de Brasília, no último dia 10 de maio de 2005;

O Acordo de Adesão da República Oriental do Uruguai à Secretaria da PETROSUR, na cidade de Montevidéu, no dia 10 de agosto de 2005;

A Declaração de PETROCARIBE emitida no dia 29 de junho de 2005, em Puerto La Cruz, Venezuela;

A II Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, além do Chile, Peru e Bolívia, celebrada em Montevidéu, Uruguai, no dia 22 de agosto de 2005;

A apresentação da estratégia de PETROAMERICA feita pela Venezuela nessa Reunião;

CONSIDERANDO que a estratégia PETROAMERICA busca ser um facilitador geopolítico fundamentado na identificação de mecanismos de cooperação e integração energética, como base para o aperfeiçoamento sócio-econômico de seus povos;

CONSIDERANDO que PETROAMERICA tem por objetivo ser um acordo

multilateral para a coordenação de políticas energéticas com a finalidade de promover a integração regional e agilizar a tomada de decisões que conduzam à bem-sucedida culminação dos processos de integração;

CONSIDERANDO que PETROAMERICA busca identificar complementariedades e aproveitar os potenciais energéticos e os benefícios dos intercâmbios para resolver as assimetrias energéticas, econômicas e sociais da região;

ASSUMINDO que a iniciativa de PETROAMERICA tem por objetivo a integração em matéria de energia, através de uma plataforma que imprima celeridade aos acordos energéticos bilaterais;

CONSCIENTES da necessidade de que a integração energética promova maior ênfase no desenvolvimento social de nossos povos;

DECIDIDOS a buscar como objetivo fundamental dos processos de integração o melhor acesso em termos de disponibilidade e de custos, para benefício de nossos povos;

CONVENCIDOS do direito que têm os Estados de fazer respeitar a soberania de seus povos para, dessa maneira, assegurar o interesse e autonomia de suas nações no manejo e utilização de seus recursos energéticos;

CONSIDERANDO que a estratégia PETROAMERICA não se limita ao setor dos hidrocarbonetos, mas abrange o setor energético de modo integral;

CONSCIENTES de que a integração energética é muito importante para consolidar a integração regional;

ACORDAMOS:

CONTINUAR dando passos concretos no âmbito da iniciativa PETROAMERICA, com o objetivo de materializar a integração energética entre nossos países com base nos seguintes princípios:

A cooperação e complementação entre os países da América do Sul;

A solidariedade entre os povos;  
O respeito à soberania e à autodeterminação dos povos;

O direito soberano a estabelecer os critérios que assegurem o desenvolvimento sustentado na utilização dos recursos naturais renováveis e não-renováveis, assim como a administrar a taxa de exploração dos recursos naturais não-renováveis;

A integração regional em busca da complementariedade dos países no uso equilibrado dos recursos para o desenvolvimento dos seus povos;

O respeito às formas de propriedade que cada Estado adota para o desenvolvimento de seus recursos energéticos.

DESIGNAR o Ministro de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela como relator dos Acordos alcançados nessa Reunião, perante a Cúpula de Chefes de Estado da Comunidade Sul-americana de Nações a celebrar-se na cidade de Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro de 2005.

CONVIDAR os países presentes nessa Reunião a considerar sua incorporação no processo de estudo de um Acordo de Complementação Energética Regional proposto pelo Uruguai na Reunião de Ministros de Energia do Mercosul, Chile, Peru e Bolívia, celebrada em Montevideu, Uruguai, em 22 de agosto de 2005.

Igualmente, expressamos nosso agradecimento ao Governo da República Bolivariana da Venezuela por sua generosa hospitalidade e excelente organização dessa Reunião.

Caracas, 26 de setembro de 2005.

\*\*\*

Declaração de Segurança Cidadã na América do Sul  
Fortaleza, 26.08.2005

No âmbito da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada por meio da Declaração de Cusco, em dezembro de 2004, e aplicando-se o Ponto 10 da Declaração de Ayacucho, emitida na

mesma ocasião, que dispõe sobre a realização de uma reunião sobre Segurança Cidadã e temas afins no Brasil, os Ministros da Justiça, do Interior, da Defesa e de Segurança Cidadã dos países da CASA, reunidos em Fortaleza, nos dias 25 e 26 de agosto de 2005, considerando:

QUE os Chefes de Estado dos países sul-americanos reiteraram, durante a Cúpula realizada em Cusco, a necessidade de promover o acesso de seus povos a melhores níveis de vida e ao desenvolvimento econômico, o qual deve ser entendido de maneira integral, abrangendo a garantia de uma mais justa e equitativa distribuição da renda, o acesso à educação, a promoção da coesão e inclusão social, bem como a preservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;

QUE reconhecem o trabalho desenvolvido no âmbito do Mercosul, da Comunidade Andina e de outros foros inter-governamentais e internacionais e que, portanto, deve-se integrar os mesmos para assegurar a participação de todos os países do subcontinente com o propósito de intercambiar estratégias no tema;

QUE neste processo de integração de experiências, a responsabilidade estatal é primordial, originária e indelegável, devendo-se contar ainda com o inestimável aporte da participação comunitária e da assistência técnica e financeira dos organismos internacionais;

QUE é direito inalienável das populações dos países sul-americanos contar com condições que garantam seu desenvolvimento em um ambiente de paz, com boa qualidade de vida, livre da violência e da criminalidade;

QUE a segurança é condição necessária para o exercício da liberdade e, portanto, indispensável para o desenvolvimento dos cidadãos e das cidadãs em uma sociedade democrática. Não existe democracia sem liberdade, e é impossível a liberdade sem segurança;

QUE, do ponto de vista conceitual, as formas de tratamento da Segurança Cidadã estão em

permanente processo de evolução em todos os países da América do Sul. À preocupação com a segurança do Estado se somou a preocupação com a segurança dos cidadãos, com valores próprios, no marco do respeito à lei e à proteção dos direitos humanos. A evolução política e o desenvolvimento de paradigmas universais põem o foco de atenção da Segurança Cidadã na construção de uma cultura para a convivência pacífica, de reconhecimento da dignidade humana e do sistema democrático. Por este motivo, faz-se necessária a construção de práticas voltadas a garantir aos cidadãos o livre exercício de seus direitos e liberdades, assim como o cumprimento de seus deveres, em um ambiente livre de ameaças e riscos, que permita o restabelecimento da confiança comunitária e institucional.

QUE a participação cidadã é um elemento chave para o avanço na consolidação de valores e normas comunitárias, como o respeito e a solidariedade, que são tradicionais nas comunidades da América do Sul;

QUE em muitos países, historicamente, a segurança prestada pelo Governo ao cidadão tem sido insuficiente, concentrando-se nas forças policiais de forma isolada e dissociada da sociedade;

QUE a desigualdade social é uma das causas da violência e da insegurança na América do Sul, ao mesmo tempo em que estas últimas dificultam a obtenção de melhores níveis de equidade social;

QUE, neste sentido, é conveniente conhecer as causas sociais da criminalidade para traçar políticas efetivas de Segurança Cidadã de caráter multidisciplinar, multi-setorial em diversos níveis;

QUE os distintos instrumentos e metodologias revelam que a insegurança é uma das principais preocupações das cidadãs e cidadãos sul-americanos na atualidade. Nos diversos países da região, a sociedade civil e os Governos mobilizaram-se na busca de respostas eficazes face à violência e à criminalidade comuns em nossas cidades;

QUE a aplicação de políticas públicas no tema da Segurança Cidadã em áreas e populações de

fronteiras é de importância estratégica para o avanço do processo de integração e segurança regionais;

QUE, assim como a Segurança Cidadã constitui uma ação articulada dos Estados com a sociedade e com organismos internacionais, deve-se ter presente que a segurança pública, entendida com ação estatal exclusiva, reclama para si a intervenção naqueles delitos cuja complexidade, periculosidade e grau de organização assim recomendem;

#### DECLARAM:

(1) A importância de estabelecer políticas públicas comuns em matéria de Segurança Cidadã, mediante cooperação na capacitação, intercâmbio de informação e de experiências, considerando o corpo institucional de integração existente, evitando a superposição de esforços e maiores gastos financeiros.

(2) A necessidade de consolidar uma visão integral do fenômeno que promova o uso dos instrumentos de prevenção e controle da violência e da criminalidade, com o suporte de estudos de investigação e trabalhos acadêmicos que lhe dêem fundamento.

(3) O interesse em aprofundar os esforços para incluir, quando as normas o permitirem, novos atores na gestão de assuntos referentes à segurança do cidadão, tais como governos distintos daquele de nível nacional, agências governamentais encarregadas de atender as populações em risco, assim como o setor privado, as Organizações Não Governamentais (ONGs) e a própria sociedade civil organizada, tendo em consideração que a Segurança Cidadã deve ser assumida como responsabilidade compartilhada entre o Governo e a comunidade.

(4) A disposição, por parte de seus Governos, de empreender esforços para introduzir reformas legais e institucionais, quando isto for necessário, fortalecer institucionalmente os órgãos envolvidos no sistema de Segurança Cidadã, fomentar a coordenação inter-institucional e a formação e capacitação de recursos humano, com vistas à otimização das ações nacionais e regionais em matéria

de Segurança Cidadã.

(5) A necessidade de destacar e promover a ação em Segurança Cidadã que tenda a fortalecer e catalisar as capacidades das comunidades como agentes preventivos frente à violência e à criminalidade, considerando que a participação cidadã é um elemento chave para o avanço na consolidação de valores normas comunitárias de respeito e solidariedade, que permitam uma melhor convivência social.

(6) A relevância, para a Segurança Cidadã, da questão do controle do comércio, posse e uso de armas de fogo e munição, assim como as iniciativas de desarmamento e a eficaz regulamentação legal destes temas, inclusive em regiões de fronteiras.

(7) A importância da prevenção terciária, entendida como todas as ações do Estado e da comunidade que permitam gerar, para os envolvidos, condições de convivência cidadã, e a constituição de políticas nacionais adequadas. Comprometem-se ainda a empreender esforços para fomentar a cooperação regional e internacional neste setor.

(8) Seu acordo em aprovar o seguinte Programa de Ação e em submeter à próxima Cúpula da Comunidade Sul-Americana de Nações a recomendação de estabelecer os mecanismos necessários para sua implementação:

Programa de Ação Sul-Americano de Segurança Cidadã

Com vistas a iniciar a concretização dos princípios e diretrizes acima mencionados, os Ministros da Justiça, do Interior, da Defesa e de Segurança Cidadã dos países da CASA, decidem:

(1) Construir uma rede integrada na área da Segurança Cidadã, que permita uma acumulação de conhecimento e experiências, assim como um intercâmbio eficaz dos mesmos, conforme permitam as legislações nacionais, por meio da difusão de boas práticas, do acesso às fontes e de informação oportuna de todas as formas e manifestações dos fenômenos da violência e da criminalidade.

(2) Fomentar o conhecimento comparado do

fenômeno da violência e da criminalidade na América do Sul, o conhecimento sistematizado de boas práticas, a análise das ferramentas de diagnóstico e dos programas de reformas institucionais já empreendidas. Um dos instrumentos para alcançar este objetivo poderá ser o intercâmbio entre os observatórios de prevenção da violência e da criminalidade dos diversos países, com vistas à criação de um observatório sul-americano.

(3) Iniciar uma análise de ferramentas programáticas concretas de ação e estudo dos instrumentos de intercâmbio de formas de administração do conhecimento, que forneçam suficientes elementos de juízo, que permitam elaborar um esquema para o estabelecimento e implementação da rede.

(4) Fomentar a cooperação entre Estados, setor privado e organizações internacionais e regionais nos diversos campos relativos à Segurança Cidadã, mediante capacitação e treinamento, intercâmbio de especialistas, de experiências e de boas práticas.

(5) Recomendar a realização de consultas inter-governamentais, de forma periódica, no campo da Segurança Cidadã.

(6) Avançar os mecanismos que vem sendo desenvolvidos no âmbito da Segurança Cidadã, tais como: intercâmbio de missões técnica para visitas de trabalho e estágios, realização de seminários e oficinas, análise de fontes especiais de financiamento e promoção da inserção de entidades acadêmicas.

\*\*\*\*\*

Propostas dos Presidentes do Uruguai e da Venezuela

Os Presidentes dos Países da Comunidade Sul-Americana de Nações receberam com satisfação as sugestões elaboradas pelos Presidentes Tabaré Vázquez e Hugo Chávez Frías em sua carta de 10 de agosto de 2005, que constituem um valioso aporte de idéias para o fortalecimento da integração e solidariedade entre os povos da América do Sul.

Os Presidentes notam, com satisfação, que muitas daquelas sugestões encontram-se refletidas nas

Declarações e no Programa de Ação aprovados nesta I Reunião de Chefes de Estado dos Países da Comunidade.

Com o objetivo de chegar a uma pronta decisão a respeito desses temas, os Presidentes dos Países da Comunidade decidiram solicitar à Secretaria Pro Tempore que realize as consultas pertinentes no prazo de 90 dias.

\*\*\*\*\*

Propostas apresentadas durante o diálogo presidencial

Além do que consta nos documentos aprovados, os Presidentes fizeram várias propostas de ações concretas para a Comunidade.

Nesse sentido, os Presidentes instruíram às reuniões ministeriais e à Secretaria Pro Tempore, com a contribuição dos Secretariados dos organismos regionais de integração, que coloquem em execução imediata as seguintes diretivas:

a) estabelecer um cronograma com prazos precisos para o início de implementação dos projetos de integração da infra-estrutura de transportes;

b) promover a integração sul-americana na área de serviços e transportes aéreos, com atenção para vôos regionais;

c) definir projetos de integração na área social, incluindo acesso universal à saúde, erradicação do analfabetismo, estabelecimento de um programa de bolsas e formação técnica.

### **Comunicado à imprensa a respeito dos atentados em Bali, Indonésia (01/10/2005)**

O Governo brasileiro condena os atentados terroristas perpetrados na ilha de Bali, Indonésia, no dia de hoje, 1º de outubro. Em consonância com sua vocação pacífica, o Brasil lamenta a perda de vidas e se solidariza com as famílias das vítimas desses atos de barbárie. O Governo brasileiro manifesta seu profundo pesar ao Governo e ao povo da Indonésia e reitera seu repúdio ao terrorismo,

independentemente dos seus autores e motivações.

A Embaixada do Brasil em Jacarta está acompanhando os desdobramentos das três explosões ocorridas em Bali. O Cônsul brasileiro na ilha está em contato estreito com as autoridades policiais indonésias e com os hospitais locais a fim de identificar e prestar assistência a brasileiros eventualmente vitimados nos atentados. Até o momento, não há registro de nenhuma vítima brasileira.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde (03/10/2005)**

O Presidente da República de Cabo Verde, Pedro Pires, fará visita oficial ao Brasil no próximo dia 4 de outubro. Seu roteiro incluirá, além de Brasília, as capitais dos Estados do Ceará, São Paulo e Rio de Janeiro, onde será recebido pelos respectivos Governadores.

As relações entre o Brasil e Cabo Verde têm sido beneficiadas pela intensa agenda de visitas de alto nível. Esta será a segunda vez que o Presidente Pires visitará o Brasil em caráter bilateral, durante o mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente Lula realizou visita oficial a Cabo Verde em julho de 2004. O Primeiro-Ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, fez duas visitas de trabalho ao Brasil, em outubro de 2003 e agosto de 2005. Houve, também, visitas a Cabo Verde dos Ministros da Cultura, Gilberto Gil, em dezembro de 2004, e das Relações Exteriores, Celso Amorim, em janeiro de 2005.

A visita do Presidente Pires permitirá passar em revista temas de cooperação bilateral, em especial a participação brasileira na instalação da Universidade de Cabo Verde, a primeira universidade pública do país. A cooperação entre Brasil e Cabo Verde no campo da educação é tradicional, registrando-se, entre outros exemplos, a presença de cerca de mil estudantes cabo-verdianos em instituições brasileiras de ensino superior. Os dois mandatários examinarão, ademais, questões de interesse da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A reunião entre os Presidentes do Brasil e de Cabo Verde ocorre no contexto da prioridade atribuída pelo Governo Lula às relações com a África. Existe claro desejo dos dois países de aprofundar as relações comerciais, econômicas e de cooperação.

### **Comunicado à imprensa a respeito da brasileira assassinada na Flórida (04/10/2005)**

A cidadã brasileira Janaína Reis, de 17 anos, foi assassinada pelo Sr. Juan Rafael Arrieta-Rolon, porto-riquenho, que se encontra detido em Fort Lauderdale, na Flórida. O Consulado-Geral do Brasil em Miami já entrou em contato com a mãe da Sra. Janaína Reis, Sra. Dagmar Reis, para oferecer toda a assistência necessária.

A Sra. Dagmar Reis informou que sua outra filha, Sra. Frederica Reis, residente em Vitória, Espírito Santo, deverá viajar brevemente a Miami, para acompanhar o caso e tomar as providências necessárias em relação a eventual traslado do corpo.

O Setor de Assistência a Brasileiros do Consulado em Miami está mantendo contato regular com a polícia do Condado de Broward, em Fort Lauderdale, em cuja jurisdição o crime ocorreu, para acompanhar o desenvolvimento das investigações.

### **Comunicado Conjunto da Visita Oficial ao Brasil do Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires (04/10/2005)**

1. A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República de Cabo Verde, Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires, visitou o Brasil em caráter oficial no dia 4 de outubro de 2005. O Chefe de Estado cabo-verdiano incluiu, em seu roteiro, as capitais dos estados do Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, onde foi recebido pelos respectivos Governadores.

2. A delegação de Cabo Verde foi composta pelo Secretário de Estado de Negócios Estrangeiros e altos funcionários.

3. Os dois Chefes de Estado encontraram-se privadamente para passar em revista o estado das relações bilaterais. Felicitaram-se, nessa ocasião, pela intensidade das visitas de alto nível que têm sido trocadas entre os dois países. Mencionaram, nesse particular, a anterior visita bilateral do Presidente Pedro Pires ao Brasil, em junho de 2003, bem como as duas visitas de trabalho do Primeiro-Ministro de Cabo Verde a diversas cidades brasileiras – a última das quais, no último mês de agosto. Referiram-se, igualmente, à visita cumprida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Cidade de Praia, em julho do ano passado, e às visitas dos Ministros da Cultura e das Relações Exteriores do Brasil a Cabo Verde, respectivamente em dezembro de 2004 e janeiro de 2005.

4. Os dois mandatários concentraram-se em aspectos relacionados à cooperação bilateral em andamento e trocaram impressões sobre temas de interesse regional, com especial atenção à situação da Guiné-Bissau. Ao tratarem deste último tema, detiveram-se nos resultados da visita do Presidente Lula a Bissau, em abril deste ano, e da missão do Presidente Pires ao mesmo país, em agosto último, em representação do Presidente da União Africana.

5. Os Chefes de Estado formularam os melhores votos de êxito ao Senhor João Bernardo Vieira, cujo mandato como Presidente da República da Guiné-Bissau teve início no último dia 1º. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Pedro Pires coincidiram em que a recente posse presidencial representa importante marco na história daquele país irmão, por assinalar o fim do período de transição política que estava vigente desde setembro de 2003 e por descortinar nova etapa, que se caracterizará pela plena recuperação do tecido institucional, cujos resultados em breve se refletirão na prosperidade, na estabilidade e na consolidação democrática da nação bissau-guineense.

6. O Presidente cabo-verdiano reafirmou o propósito de ter o Brasil como um de seus principais aliados nos diversos foros internacionais, sejam eles de cunho político ou econômico. Na área política,

enalteceu a dinamização das relações do Brasil com a África, evidenciada nas viagens do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva àquele continente, desde o início de seu mandato. Reafirmou o compromisso inscrito no Comunicado Final da X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, pelo qual os países integrantes da Comunidade consignaram seu apoio à inclusão do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os Presidentes coincidiram em que outros aspectos da reforma da ONU são igualmente fundamentais, em particular os relativos à questão do desenvolvimento.

7. Ao agradecer as manifestações do Presidente Pires, nos termos acima, o Presidente Lula reiterou o apoio brasileiro ao pleito de Cabo Verde de incorporar-se à Organização Mundial de Comércio nas condições mais favoráveis, tendo em conta a situação de relativa vulnerabilidade da economia cabo-verdiana.

8. O Presidente do Brasil reconheceu que o mercado cabo-verdiano oferece crescentes oportunidades comerciais, a serem levadas em conta por exportadores brasileiros de bens e serviços. Considerou importante e oportuna, nesse contexto, a corrente preparação de missão comercial brasileira, a ser enviada a Cabo Verde em data de mútuo acordo, a qual poderá coincidir com a X Feira Internacional de Cabo Verde, a realizar-se de 16 a 20 de novembro próximo. Nessa ocasião, os empresários dos dois países, com apoio de ambos os Governos, deverão contemplar a possibilidade de estabelecer esquemas de utilização do arquipélago cabo-verdiano como plataforma de projeção comercial, com vista à introdução de produtos brasileiros em mercados da costa ocidental da África.

9. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva coincidiu com o Presidente Pedro Pires quanto à necessidade de aumentar a presença econômica brasileira no país africano, notadamente nos domínios dos transportes marítimos e aéreos, em projetos de infra-estrutura e outros. O Presidente Lula observou, com agrado, o iminente aumento da frequência do

tráfego aéreo entre os dois países para dois vôos semanais. Ressaltou, entretanto, ser ainda necessário regularizar a conexão marítima entre os dois países, medida que corresponderia plenamente ao grande potencial a ser explorado pelos agentes comerciais do Brasil e de Cabo Verde. Reiterou ainda o interesse do seu Governo em fomentar a participação de empresas brasileiras em obras de infra-estrutura em Cabo Verde, como aeroportos, autoestradas e outras.

10. O Presidente Pires realçou com satisfação o crescente interesse demonstrado por empresários e políticos, em particular do Nordeste brasileiro, no mercado cabo-verdiano, materializado nas visitas de missões político-comerciais organizadas pelos Estados do Ceará, de Alagoas, do Pará e de Pernambuco.

11. O Chefe de Estado brasileiro reiterou ao Chefe de Estado cabo-verdiano os benefícios inerentes à proposta de assinatura de um Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e Cabo Verde, que estabelece o marco jurídico-institucional para a negociação de um futuro acordo de livre comércio entre as duas partes. Sublinhou que o instrumento tem, como elemento central, o compromisso do MERCOSUL de conferir tratamento especial e diferenciado a Cabo Verde. Nessa linha, o Presidente Pires informou que o Governo de Cabo Verde tem posição favorável e oportunamente a mesma será comunicada pelos canais apropriados.

12. Na área da educação, os dois interlocutores manifestaram grande satisfação com o bom andamento do projeto de cooperação bilateral que visa à criação da primeira universidade pública de Cabo Verde, iniciado por ocasião da Visita Oficial do Presidente Lula a Cabo Verde, em julho de 2004.

13. O Presidente Lula mencionou, com satisfação, o expressivo número de estudantes cabo-verdianos no Brasil, que se beneficiam dos Programas de Estudante-Convênio nas áreas de graduação e reiterou a disponibilidade de o Brasil alargar o Programa de Estudante Convênio a

estudantes cabo-verdianos em nível de pós-graduação, tendo em conta as necessidades de Cabo Verde decorrentes do processo de criação de uma Universidade pública em Cabo Verde

14. Os Chefes de Estado congratularam-se com o êxito obtido pela recente missão do Conselho Federal de Medicina a Cabo Verde, que resultou no compromisso de assegurar, a médicos cabo-verdianos, a frequência em cursos de pós-graduação em instituições brasileiras, bem como a especialização de profissionais em áreas indicadas pela Ordem dos Médicos de Cabo Verde.

15. Reafirmaram os dois Chefes de Estado a importância do Projeto de Cooperação Internacional em HIV/AIDS, pelo qual o Brasil e Cabo Verde colaboram com vista ao fortalecimento da capacidade cabo-verdiana no combate àquela epidemia, particularmente nas áreas de assistência, tratamento e controle da transmissão materno-infantil.

16. Os Presidentes manifestaram satisfação com o fortalecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e sua progressiva afirmação no cenário internacional. Felicitaram-se pelo bom encaminhamento das soluções que visam a revigorar o Instituto Internacional de Língua Portuguesa, na perspectiva das decisões tomadas pela X Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em benefício daquele instituição. As duas partes voltaram a assinalar que Brasil e Cabo Verde são, até agora, os únicos países da CPLP a ratificarem o Segundo Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Observaram que a efetiva entrada em vigor do Acordo Ortográfico depende apenas da ratificação, por parte de um terceiro país da Comunidade, do mencionado Protocolo Modificativo.

17. O Presidente de Cabo Verde manifestou ao Presidente do Brasil sua gratidão pela fraternal acolhida que lhe foi dispensada, bem como à sua comitiva, durante a visita oficial, e estendeu seu agradecimento às autoridades e às populações do Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo, que o receberam nas demais etapas de sua viagem pelo Brasil.

### **Comunicado à imprensa sobre a Quinta Reunião do Mecanismo de Consulta Política Brasil-República da Coreia - Comunicado de Imprensa (04/10/2005)**

Realizou-se em Brasília, no dia 4 de outubro de 2005, a Quinta Reunião do Mecanismo de Consulta Política Brasil-República da Coreia.

A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral Político para África, Ásia/Oceania e Oriente Médio, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, e a delegação sul-coreana pelo Diretor do Instituto de Negócios Estrangeiros e Segurança Nacional, Embaixador Han Tae-Kyu.

O programa de trabalho contemplou temas bilaterais, regionais e multilaterais.

No plano bilateral, foram discutidos os desdobramentos dos principais assuntos tratados durante a visita do Presidente Lula da Silva a Seul, em maio de 2005. Em particular, foram examinadas questões ligadas à infra-estrutura, recursos naturais, ciência e tecnologia e comércio bilateral.

Nesse contexto, foi acordada a realização da primeira reunião do Comitê de Cooperação Agrícola e concluíram-se entendimentos com vistas à assinatura de Memorandum de Entendimento que cria um centro de tecnologia digital no Brasil.

As duas delegações manifestaram satisfação com a evolução recente do comércio bilateral, que quase alcançou US\$4 bilhões em 2004, e ressaltaram a expectativa de que continue a expandir-se e diversificar-se.

Reafirmou-se interesse em concluir, até maio de 2006, o Estudo Conjunto sobre o Impacto de um Acordo Comercial MERCOSUL-Coreia do Sul. Decidiu-se que a primeira reunião do Fórum Brasil-Coreia do Sul será realizada no Brasil ainda em 2005.

No que se refere às questões regionais, a parte sul-coreana discorreu sobre as negociações hexapartites. O lado brasileiro, por sua vez, manifestou sua expectativa de que esse processo conduza à paz duradoura na Península Coreana.

Ao reafirmarem seu apoio ao fortalecimento do multilateralismo, ambas as partes ressaltaram a

necessidade de reformar o sistema das Nações Unidas e seu Conselho de Segurança, de modo a refletir, com maior eficácia, representatividade e credibilidade, a nova realidade internacional.

O Governo sul-coreano reconheceu os esforços envidados pelo Governo brasileiro no campo ambiental, e, de modo especial, fez referência à 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica e ao 3º Encontro das Partes do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, que terão lugar em Curitiba, no primeiro semestre de 2006.

### **Comunicado à imprensa sobre o Seminário “Oportunidades Comerciais Mercosul-Índia-SACU: Uma Futura Área de Livre Comércio” (05/10/2005)**

O Ministro Celso Amorim participará, amanhã, dia 6, em São Paulo, do Seminário “Oportunidades Comerciais Mercosul-Índia-SACU: Uma Futura Área de Livre Comércio”. O encontro, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores, com o apoio da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), marcará o lançamento de missão empresarial à Índia, a ser realizada em novembro do corrente ano. A iniciativa insere-se no contexto dos esforços brasileiros para intensificação do comércio com a Índia e com os países da União Aduaneira da África Austral (SACU), bloco econômico formado por África do Sul, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia.

O encontro será realizado na Associação Comercial de São Paulo, na rua da Boa Vista, 51, Centro, a partir das 10h00 horas.

### **Comunicado à imprensa a respeito do contencioso Brasil-EUA sobre subsídios ao algodão - Pedido brasileiro de autorização para adoção de contramedidas (06/10/2005)**

Está sendo circulado hoje, na Organização Mundial do Comércio (OMC), pedido brasileiro de autorização para adotar contramedidas sob o Artigo 7.9 do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias e para suspender concessões e

obrigações para com os Estados Unidos sob o Artigo 22.2 do Entendimento sobre Solução de Controvérsias (ESC).

Como se recorda, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC (OSC) determinou que alguns subsídios norte-americanos ao algodão - “Marketing Loan”, “Step 2”, “Market Loss Assistance” e “Counter-Cyclical Payments” - causam prejuízo grave ao Brasil devido a seu significativo efeito depressivo sobre o preço internacional do produto, em violação aos artigos 5 e 6.3(c) do Acordo de Subsídios. Os Estados Unidos não retiraram ou modificaram aqueles subsídios dentro do prazo previsto, que venceu em 21 de setembro passado.

O Brasil lamenta essa situação e nota que a plena implementação das recomendações do OSC é fundamental para a credibilidade do sistema multilateral de comércio. O pedido brasileiro reserva direitos que constituem etapa importante do processo litigioso, pois reafirma a prioridade que o Brasil confere à questão e sua expectativa de que os Estados Unidos ponham fim aos subsídios que distorcem o mercado internacional de algodão e causam prejuízo grave ao cotonicultor brasileiro.

O pedido brasileiro será examinado em reunião do OSC que terá lugar em 18 de outubro próximo. Nessa reunião, caso os Estados Unidos apresentem objeção a elementos contidos no pedido brasileiro, o assunto será automaticamente remetido a procedimento de arbitragem sob o Artigo 22.6 do ESC, a qual determinará o montante e a forma das contramedidas autorizadas.

Cabe recordar que o pedido em questão em nada afeta o pedido similar apresentado à OMC em 5 de julho último, relativo aos subsídios proibidos, os quais deveriam ter sido retirados pelos Estados Unidos até o dia 1º de julho do corrente.

Segundo propõe o Brasil no pedido circulado hoje, as contramedidas seriam aplicadas anualmente no valor de 1,037 bilhão de dólares. Esta cifra corresponde ao valor médio anual dos excedentes produzidos pelos Estados Unidos como resultado da

concessão dos subsídios em tela entre os anos-safra de 1999 e 2002, e resulta da multiplicação do excedente anual médio – estimado em estudo econométrico apresentado pelo Brasil durante o contencioso – pelos preços internacionais vigentes naquele período.

O pedido de autorização para adotar contramedidas reserva os direitos do Brasil de suspender concessões e obrigações não somente na área de bens, sob a forma de impostos adicionais de importação, mas também prevê a possibilidade, sujeita a aprovação no procedimento arbitral, de se suspenderem concessões e obrigações sob os acordos de comércio de serviços (GATS) e de aspectos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (TRIPS).

O encaminhamento do pedido dentro dos prazos previstos no ESC tem a função de resguardar direitos de aplicar contramedidas. Uma vez adotada decisão pelo OSC quanto ao pedido brasileiro, o País poderá aplicar oportunamente as contramedidas autorizadas pela OMC, decisão que deverá emanar de discussões no âmbito da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX).

### **Comunicado à imprensa sobre o Prêmio Nobel da Paz - Mensagem de congratulações do Ministro Celso Amorim (07/10/2005)**

Transcreve-se, a seguir, versão em português de mensagem encaminhada pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Mohamed ElBaradei, ao ensejo do anúncio da escolha do Prêmio Nobel da Paz de 2005:

“Senhor Diretor-Geral, Caro amigo,

Gostaria de lhe estender meus mais calorosos cumprimentos pela outorga do Prêmio Nobel da Paz de 2005. Trata-se, de fato, de merecido reconhecimento pelo excelente trabalho desempenhado, durante anos, por Vossa Excelência e pelos funcionários da Agência no campo da não-proliferação nuclear e dos usos pacíficos da energia nuclear.

Como é de seu conhecimento, o Brasil tem estado comprometido com estes objetivos interconexos desde a própria criação da AIEA. Temos apoiado, especialmente, os esforços conduzidos sob a sua hábil liderança no sentido de fortalecer a estrutura multilateral em questões relacionadas à paz e à segurança internacionais, bem como ao desenvolvimento social e econômico. A este respeito, concordo plenamente com as declarações atribuídas a Vossa Excelência, que enfatizam “o papel do multilateralismo na solução dos desafios que hoje enfrentamos”.

Tenha a certeza do contínuo apoio do Brasil às iniciativas de Vossa Excelência com vistas a assegurar maior cooperação internacional em prol dos usos pacíficos da energia nuclear, da prevenção da proliferação de armas nucleares e dos esforços correlatos na direção de um mundo livre destas e de todas as outras armas de destruição em massa.

Saudações calorosas,  
Celso Amorim”

### **Comunicado à imprensa sobre o terremoto no Paquistão, Índia e Afeganistão (08/10/2005)**

O Governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas dos terremotos que atingiram regiões no Paquistão, Índia e Afeganistão, no dia de hoje, 08 de outubro. O Brasil lamenta a perda de vidas e manifesta seu profundo pesar aos Governos e aos povos desses países.

As Embaixadas do Brasil em Islamabad e em Nova Delhi estão acompanhando os desdobramentos dos tremores de terra e mantêm-se em contato estreito com as autoridades policiais e com os hospitais locais a fim de identificar e prestar assistência a brasileiros eventualmente vitimados nos terremotos. Até o momento, não há registro de nenhuma vítima brasileira.

### **Comunicado à imprensa sobre a XV Conferência Ibero-Americana (10/10/2005)**

A Conferência de Chefes de Estado e de

Governo Ibero-americanos, lançada em 1991, conta com a participação dos mandatários de todos os 22 países ibéricos da Europa e da América Latina.

Na XV Cúpula Ibero-americana, em Salamanca, nos dias 14 e 15 de outubro próximo, as reuniões de trabalho dos Chefes de Estado e de Governo se centrarão nas seguintes grandes áreas temáticas: (a) A Realidade Sócio-econômica da Comunidade e seus Desafios: Por uma Agenda Ibero-americana; (b) A Migração Ibero-americana; e (c) Projeções Internacionais da Comunidade Ibero-americana de Nações. Estão previstas quatro sessões de trabalho (as três primeiras sobre os temas relacionados e uma quarta para conclusões e considerações gerais), bem como a adoção da Declaração de Salamanca e de Declaração Especial sobre uma Carta Cultural Ibero-americana.

Nas sessões de trabalho deverão ser abordados temas como o cumprimento das Metas do Milênio, a Ação contra a Fome e a Pobreza, os mecanismos financeiros inovadores, os investimentos em infraestrutura e programas sociais requeridos para a promoção do crescimento com inclusão social, a globalização e fluxos migratórios, o diálogo político e a cooperação entre os países ibero-americanos e destes com os demais países e grupos de países.

A Cúpula da Salamanca marcará também a entrada em funcionamento da Secretaria-Geral Ibero-americana (SEGIB), órgão permanente de apoio à Conferência Ibero-americana, criado pelo Acordo de Santa Cruz de la Sierra, de 2004. A SEGIB tem como Secretário-Geral Enrique Iglesias, como Secretária Adjunta a Embaixadora brasileira Maria Elisa Berenguer e como Secretário Responsável pela Cooperação o Embaixador mexicano Miguel Hakim.

### **Comunicado à imprensa sobre a VIII Cimeira Brasil-Portugal (11/10/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado de delegação ministerial, participará, a convite do Primeiro-Ministro José Sócrates, da VIII Cimeira Brasil-Portugal, a realizar-se na cidade do Porto no próximo dia 13 de outubro. As reuniões de

Cúpula ocorrem em base anual sob a presidência dos respectivos Chefes de Governo.

A VIII Cimeira dará continuidade às conversações mantidas em Brasília no ano passado, que destacaram a importância das relações comerciais e do adequado tratamento à situação dos cidadãos brasileiros em Portugal.

Entre os tópicos que constarão da agenda da Reunião no Porto, sobressaem a expansão da corrente de comércio e do fluxo de investimentos nos dois sentidos, a avaliação sobre o processo de implementação do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, de 2003, e temas multilaterais, como a negociação em curso do acordo inter-regional Mercosul-União Européia, a reforma da ONU e a ação internacional contra a fome e a pobreza. O Presidente da República assistirá, igualmente, a seminário sobre oportunidades empresariais entre os dois países.

Deverão ser assinados, durante esta Cimeira, seis instrumentos bilaterais, nas seguintes áreas: defesa; proteção de informação classificada; mudança do clima; colaboração cinematográfica; segurança sanitária e fitossanitária; e cooperação técnica na área da administração pública.

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Jorge Sampaio participarão da cerimônia de entrega à escritora Lygia Fagundes Telles do Prêmio Camões.

### **Comunicado à imprensa sobre a ajuda humanitária a El Salvador e Guatemala (11/10/2005)**

O povo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas da erupção vulcânica e das chuvas torrenciais que atingiram El Salvador e Guatemala. O Brasil lamenta a perda de vidas humanas e manifesta seu profundo pesar aos Governos e aos povos desses países amigos. Em manifestação dessa solidariedade, o Governo brasileiro está enviando ajuda humanitária às populações de El Salvador e Guatemala, na forma de alimentos e medicamentos, que serão transportados pela Força Aérea Brasileira nos próximos dias.

## **Comunicado à imprensa a respeito das Propostas do G-20 sobre Apoio Doméstico e Acesso a Mercados (12/10/2005)**

(versão em português do original em inglês)

### **Proposta do G-20 em Apoio Doméstico**

1. O G-20 reafirma seu documento de 5 de julho de 2005, “Elementos iniciais para discussão em Apoio Interno” (Draft elements for discussion on Domestic Support), no qual apresenta a estrutura para reduções em Medida Agregada de Apoio (AMS), “de minimis” e apoio distorcivo global ao comércio (overall trade distorting support), bem como a nota anexa sobre elementos para a base de redução total de apoio global. Segue anexa, para referência, cópia do documento anterior do G-20 sobre apoio doméstico.

2. Em particular, o G-20 destaca o fato de que para atingir “reduções substanciais no apoio doméstico distorcivo ao comércio”, nos termos do mandato de Doha, é necessário contar com uma combinação de cortes, disciplinas e monitoramento.

3. Com respeito a disciplinas, o G-20 circulou as suas propostas “Revisão e Esclarecimento sobre os Critérios da Caixa Verde” (Review and Clarification of Green Box Criteria) e “Elementos do G20 para discussão da Caixa Azul” (G20 Elements for discussion: Blue Box) e recentemente endossou documento sobre limites específicos por produto. Com isso, o G-20 terá coberto todos os elementos a respeito das disciplinas contidos no Framework, ferramentas essenciais para complementar os cortes.

4. Além disso, o G-20 está apresentando proposta sobre monitoramento e vigilância que reforçará os mecanismos para garantir a transparência e cumprimento dos compromissos assumidos pelos Membros.

5. A fim de dar continuidade às negociações, o G-20 apresenta abaixo sua proposta sobre o nível de ambição referente aos cortes em apoio distorcivo ao comércio e AMS.

6. Como tratamento especial e diferenciado (S&D) é parte integral de todos os elementos em negociação, os países em desenvolvimento obrigados

a efetuar essas reduções submeter-se-ão a cortes inferiores a 2/3 daqueles aos quais estarão submetidos os países desenvolvidos na mesma banda.

### **I – Apoio Global Distorcivo**

7. A Declaração de Doha determina que as negociações deverão alcançar o objetivo de “reduzir substancialmente o apoio doméstico distorcivo ao comércio”. Em linha com esta instrução, o Framework de julho indica que o corte global constitui elemento central do pilar ao qual os demais elementos de apoio interno - AMS, caixa azul e de minimis - deverão se ajustar (vide parágrafos 10 e 12 do Framework). Com isso, o Framework determina uma limitação geral no nível dos subsídios, independentemente de onde venham a ser classificados nas diferentes caixas, bem como permite atingir o objetivo de reduzir os níveis aplicados de apoio interno distorcivo ao comércio.

8. O G-20 propõe que as bandas e os cortes para países desenvolvidos sejam definidas como segue:

<b>Bandas (limites em bilhões de dólares norte-americanos)</b>	<b>Cortes</b>
Acima de 60 bilhões	80%
10-60 bilhões	75%
0-10 bilhões	70%

9. Com respeito ao S&D, dada a diferença entre os de minimis de países desenvolvidos e em desenvolvimento (5 e 10% do valor total da produção, respectivamente), os países em desenvolvimento devem estar em banda separada para cortes globais. Além disso, os países em desenvolvimento sem direito a AMS deverão ser isentos da obrigação de redução global de apoio doméstico distorcivo ao comércio, uma vez que serão isentos de fazer reduções em seus de minimis.

## II. DE MINIMIS

10. As reduções deverão ser feitas para ambos de minimis, específico e não específico por produto. O nível dessas reduções deverá ser suficiente para se ajustar à taxa de corte referente ao apoio global distorcivo.

11. Os países em desenvolvimento sem direito a AMS deverão ser isentos de reduções. O nível da redução do de minimis para os países em desenvolvimentos com direito a AMS será determinado levando-se em consideração as reduções totais ao apoio interno distorcivo ao comércio, tendo em mente que serão isentos de reduções aqueles países em desenvolvimento que alocarem quase todo apoio de de minimis a programas para agricultores de subsistência e poucos recursos.

## III. AMS

12. O AMS final consolidado será reduzido substancialmente utilizando-se o enfoque por bandas, da seguinte forma:

<b>Bandas(limites em bilhões de dólares norte-americanos)</b>	<b>Cortes</b>
Acima de 25 bilhões	80%
15-25 bilhões	70%
0-15 bilhões	60%

## IV – Outros assuntos

13. O G-20 acredita que o trabalho no Sub-Comitê de Algodão deve ser acelerado para que um acordo sobre medidas efetivas e consistentes com todos os aspectos do Framework possa ser alcançado prontamente. Foi enfatizada a urgência de tratar essa questão antes da Sexta Conferência Ministerial, à luz da atual crise que afeta os produtores africanos de algodão.

## Comunicado à imprensa sobre a Proposta do G-20 em Acesso a Mercados

(versão em português do original em inglês)

1. O G-20 relembra que a Declaração Ministerial de Doha determina que haja “melhorias substanciais em acesso a mercados” e que o “tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento” seja parte integral de todos os elementos das negociações.

2. O G-20 reafirma o seu documento “Elementos para discussão em acesso a mercados”, datado de 7 de julho de 2005 (anexo), e os entendimentos nele contidos. Em particular, o Grupo relembra que a fórmula para redução de tarifas é o principal componente do pilar de acesso a mercados e, portanto, deve ser negociada antes de se discutir a questão das flexibilidades para países desenvolvidos.

3. O G-20 reitera a importância dos princípios do Framework contidos em seu parágrafo 29 que guiam a elaboração da fórmula de redução de tarifas que leve à expansão substancial do comércio.

4. O Grupo sustenta que a proporcionalidade geral dos compromissos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento deve ser alcançada por intermédio de menores reduções tarifárias e limites mais amplos para as bandas. Países em desenvolvimento cortarão menos de 2/3 do corte realizado pelos países desenvolvidos.

5. O Grupo ressalta, ainda, que o pleno cumprimento, pelos países desenvolvidos, do mandato de Doha em termos de substancial redução do apoio doméstico e eliminação de todas as formas de subsídio à exportação, constitui elemento substancial para a apresentação dessa proposta e é condição essencial para sua validade.

6. O G-20 reconhece a necessidade de salvaguardar agricultores de países em desenvolvimento contra importações de países desenvolvidos que se beneficiam de subsídios distorcivos ao comércio. Países em desenvolvimento terão direito a recorrer a ações remediadoras contra essas importações. O G-20 irá submeter uma proposta para garantir tal direito. Essas

disciplinas deverão ser negociadas.

7. O G-20 ressalta que sua proposta de corte linear dentro das bandas constitui a posição intermediária nas negociações de acesso a mercados e espera que os membros convisjam para essa proposta.

8. O G-20 enfatiza que o tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento constitui parte integral de todos os elementos da negociação. O G-20 está determinado também a tornar operacionais os dispositivos do Framework sobre tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os Produtos Especiais (SPs) e o Mecanismo Especial de Salvaguardas (SSM), de modo a preservar a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as preocupações de subsistência de milhões de pessoas.

9. Com o intuito de cumprir o mandato de “melhorias substanciais em acesso a mercados”, o G-20 propõe que países desenvolvidos adotem uma fórmula de corte de no mínimo 54% em média enquanto países em desenvolvimento estarão sujeitos a um corte tarifário máximo de 36% em média. Com vistas a alcançar tal objetivo, o G-20 propõe o seguinte:

	Países Desenvolvidos		Países em Desenvolvimento	
	Limites (em EAVs)	Cortes Lineares	Limites (em EAVs)	Cortes Lineares
	0<= 20	45%	0<= 30	25%
	>20<=50	55%	>30<=80	30%
	>50<=75	65%	>80<=130	35%
	>75	75%	>130	40%
Tarifas Altas & Teto	Teto:100%		Teto:150%	

Outros elementos de acesso a mercados (parágrafo 35-47)

Em relação aos elementos contidos no

documento de 7 de julho de 2005, o G-20 sublinha os seguintes pontos:

#### SP/SSM

O G-20 enfatiza que o conceito de Produtos Especiais (SPs) e Mecanismos Especiais de Salvaguardas (SSMs) são elementos integrais do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento. O Grupo reitera seu compromisso de trabalhar em conjunto com o G-33 e outros Grupos interessados, de modo a tornar efetivos e operacionais esses instrumentos.

#### Escalada Tarifária

O G-20 está finalizando sua contribuição em escalada tarifária.

Produtos Tropicais e produtos de particular importância para diversificação da produção contra o crescente cultivo de narcóticos ilícitos.

Nos próximos dias, o G-20 tabulará sua contribuição nesse sentido.

Preferências de longa duração (long-standing preferences)

O G-20 continua seu trabalho técnico acerca das preferências de longa duração.

Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs)

O Grupo reafirma seus princípios norteadores em relação aos PMDRs.

(i) Os PMDRs deverão ser isentos de compromissos de redução;

(ii) Países desenvolvidos deverão proporcionar acesso livre de quotas e tarifas para todos os produtos originários dos PMDRs; e

(iii) Medidas deverão ser tomadas para promover a capacidade de exportação dos PMDRs, incluindo a necessidade de lidar com suas limitações na capacidade de fornecimento. Deverá haver ganhos significativos para os PMDRs nesse pilar, bem como nos demais.

Membros de Acesso Recente (RAMs)

O G-20 apresentará nos próximos dias sua

proposta sobre Membros de Acesso Recente.

**Declaração Conjunta do Primeiro-Ministro da República Portuguesa e do Presidente da República Federativa do Brasil, por ocasião da VIII Cimeira Luso-Brasileira (13/10/2005)**

1. O Primeiro Ministro da República Portuguesa, José Sócrates, e o Presidente da República Federativa do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, reuniram-se na cidade do Porto, a 13 de Outubro de 2005, no quadro da VIII Cimeira Luso – Brasileira, tendo procedido a um balanço das relações entre os dois países, bem como à análise de vários temas da agenda internacional de interesse mútuo.

2. Paralelamente, realizaram-se encontros sectoriais que reuniram, pela parte portuguesa, os Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, da Educação e da Cultura e, pela parte brasileira, os Ministros da Educação e da Cultura. Estiveram, igualmente, presentes na Cimeira o Ministro de Estado e da Administração Interna, o Ministro da Economia e da Inovação e o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, bem como o Ministro interino das Relações Exteriores do Brasil.

3. Os Chefes de Governo confirmaram, uma vez mais, o relacionamento privilegiado entre os dois países e constataram com satisfação a intensificação de contactos aos mais diversos níveis governamental, parlamentar económico cultural e social, desde a última Cimeira Luso – Brasileira em Brasília em 2004.

4. Concordaram que, para o reforço do relacionamento bilateral, muito contribuiu o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 22 de Abril de 2000, o qual sistematiza mecanismos institucionais adequados ao acompanhamento das relações bilaterais, de uma abrangência, intensidade e regularidade que consideram únicos no escopo das relações bilaterais mantidas por ambos os países.

5. Congratularam-se com o especial dinamismo dos mecanismos institucionais do Tratado

de Amizade, Cooperação e Consulta, em particular, tendo em vista a preparação da VIII Cimeira. Essa preparação incluiu a realização da II Reunião da Comissão Permanente, a 11 de Novembro de 2004; da III Reunião da Comissão de Alto Nível do Acordo sobre Contratação Recíproca de Nacionais, a 14 e 15 de Dezembro de 2004; da XI Reunião da Comissão Mista Luso – Brasileira de Segurança Social, de 15 a 21 de Dezembro de 2004; da II Reunião da Subcomissão de Assuntos Consulares e Circulação de Pessoas, a 16 e 17 de Dezembro de 2004; da I Reunião da Subcomissão sobre Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício, a 22 e 23 de Fevereiro de 2005; e da II Reunião da Subcomissão de Assuntos Económicos, Financeiros e Comerciais, a 6 do corrente mês de Outubro. Por outro lado, sublinharam estar prevista, para Novembro próximo, a II Reunião da Subcomissão de Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia e Juventude e Desporto, sendo desejável que o Programa de Cooperação Cultural para 2006 – 2008 a ser então assinado contenha projectos e linhas de acção concretos reflectindo os interesses a prosseguir pelos dois países nessas áreas.

6. Na sequência da decisão tomada na VII Cimeira Luso – Brasileira de alargar o âmbito da cooperação bilateral ao domínio da defesa, os Chefes de Governo, confirmando o seu empenho no reforço do relacionamento neste domínio, congratularam-se com a assinatura, durante a VIII Cimeira, de um Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre os dois países. Manifestaram igualmente a sua satisfação pela assinatura de um Acordo sobre Matérias Classificadas.

7. Os Chefes de Governo constataram que, no domínio económico, existe um significativo desenvolvimento do relacionamento bilateral, com crescente intercâmbio entre operadores de ambos os países, o que abre perspectivas muito positivas para o reforço das linhas de acção já em curso e do

seu alargamento a outras áreas de actividade. Neste contexto, saudaram a realização, no Porto, no mesmo dia da Cimeira, de um Seminário Económico – Empresarial reunindo empresários portugueses e brasileiros, bem como a iniciativa de levar a cabo o III Congresso Empresarial Brasil – Portugal, em Salvador da Bahia, de 30 de Outubro a 1 de Novembro próximos. A parte portuguesa salientou a importância que a consolidação do investimento directo português no Brasil vem assumindo e reiterou o seu interesse em ver incrementados os investimentos brasileiros em Portugal. Neste âmbito trocaram impressões sobre a possibilidade de desenvolvimento de cooperação no domínio dos biocombustíveis, particularmente etanol. Manifestaram igualmente satisfação com os resultados positivos alcançados durante a II Subcomissão de Assuntos Económicos, Financeiros e Comerciais.

8. Atendendo à relevância crescente do Turismo no contexto das relações económicas bilaterais, partilharam o entendimento quanto à importância em proceder com brevidade à conclusão do processo de revisão do Acordo sobre Cooperação no domínio do turismo, de modo a adaptá-lo às novas realidades decorrentes do crescente fluxo de turistas e pelos investimentos já feitos nesta área.

9. Os dois Governantes sublinharam a importância da futura entrada em vigor do Acordo sobre Serviços Aéreos já assinado entre ambos os países, que reputam como instrumento da maior relevância para a sustentabilidade do crescimento dos actuais fluxos de tráfego aéreo e como suporte para a cooperação e para os investimentos nos sectores do turismo e da hotelaria.

10. Os Chefes de Governo tomaram conhecimento com satisfação da assinatura, à margem da Cimeira, do novo Protocolo de Cooperação entre a Confederação Nacional de Indústria do Brasil com a Associação Industrial Portuguesa, e a Associação Empresarial de Portugal, que permitirá acções conjuntas entre os sectores

privados dos dois países para a promoção de novos negócios e de investimentos e a constituição, nesse quadro, de um Fórum Empresarial.

11. Na área de investimentos sublinharam a importância da decisão do Conselho Nacional de Imigração do Brasil de reduzir o valor do investimento mínimo necessário para concessão de visto permanente para investidor português e saudaram a convocação, quando necessário, de um Grupo de Trabalho ad hoc para tratar de assuntos de Turismo no âmbito da Subcomissão de Assuntos Económicos.

12. Conscientes da importância das trocas comerciais cada vez mais intensas e considerando a prioridade dada ao investimento nos dois países, destacaram o Protocolo assinado no passado mês de Junho entre o ICEP - Portugal e a APEX - Brasil. Este Protocolo permite uma importante troca de experiências e abre caminho à colaboração entre as duas instituições em mercados de países terceiros, bem como facilita o mútuo apoio a iniciativas de promoção e distribuição comercial.

13. Regozijaram-se pelo prosseguimento do diálogo técnico que tem vindo a ter lugar no domínio sanitário e fitossanitário, exprimindo o interesse mútuo em continuar a aprofundar contactos, realizar visitas e promover estudos com vista à aproximação de regulamentações e ao estabelecimento de procedimentos técnicos similares que possam reflectir-se, de forma positiva, na facilitação e no incremento das relações comerciais bilaterais. Neste âmbito, saudaram a assinatura do Protocolo de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil na Área da Segurança Sanitária e Fitossanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal.

14. Os dois Governantes concordaram na importância de estabelecer diálogo bilateral em temas de segurança alimentar. O Governo brasileiro sublinhou, em especial, o interesse em agricultura familiar.

15. Concordaram na necessidade de dinamizar a implementação da totalidade dos projectos contemplados no Memorando de Entendimento, já existente, entre o INIAP- Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e a EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, de forma a incrementar a cooperação científica e técnica entre os dois Países.

16. Os Chefes de Governo concordaram, em particular, com a necessidade de promover a cooperação entre Portugal e Brasil em matéria de alterações climáticas, que constitui uma prioridade mútua em matéria de política global de ambiente. Neste sentido, congratularam-se com a criação recente da rede de organismos de alterações climáticas no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, no plano bilateral, expressaram a vontade de desenvolver e estimular actividades de projecto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, tendo para o efeito assinado um Memorando de Entendimento.

17. Os Chefes de Governo expressaram a sua satisfação pela relevante cooperação técnica desenvolvida por Brasil e Portugal no âmbito da CPLP, que tende a se ampliar e consolidar-se em espaço próprio. Prova disso são as inúmeras acções e projectos de cooperação, em grande parte financiados por ambos os Países, em benefício dos PALOP e de Timor-Leste, sobretudo nas áreas de educação, saúde, formação profissional, desenvolvimento empresarial, administração pública, relações com organismos internacionais, agricultura, governo electrónico e telecomunicações.

18. Regozijaram-se com a redinamização da cooperação ambiental no quadro da CPLP, nomeadamente pelo estabelecimento em Setembro último, em Lisboa, de um sistema de pontos focais apoiado por uma rede de Internet e pelo anúncio por parte do Brasil de que irá organizar, durante o primeiro semestre de 2006, o III Encontro de Ministros de Meio Ambiente da CPLP.

19. Cientes do potencial estratégico do

Português enquanto língua ponte entre continentes e blocos políticos regionais, como, por exemplo, entre a União Europeia, o Mercosul e a União Africana, ambos os Governantes reconheceram a especial responsabilidade dos seus Governos na promoção, ensino e difusão internacional da Língua Portuguesa, propondo-se empenhar-se ainda mais na prossecução desse objectivo, nomeadamente através da sua consolidação ou adopção como língua de trabalho em organizações internacionais. Do mesmo modo, o espaço universitário deverá também ser encarado como uma área de cooperação a privilegiar especialmente.

20. Declararam ainda como especialmente importante a promoção do ensino do Português a nível internacional, nomeadamente como primeira língua estrangeira em sistemas de ensino de países fora do espaço da CPLP.

21. Concordaram, ainda, quanto à vantagem de complementar, de forma articulada, os esforços já desenvolvidos por cada um na área da promoção e difusão da Língua comum. Salientam, assim, com vista a atingir os objectivos propostos, a oportunidade de definição de estratégias conjugadas para o efeito, associando-se, inclusive, em programas de apoio à consolidação dos sistemas educativos de cada país de Língua Oficial Portuguesa.

22. O Primeiro-Ministro de Portugal elogiou a intenção do Brasil de criar o Instituto Machado de Assis, entidade que buscará promover a Língua Portuguesa e a cultura lusófona. Trata-se de uma instituição que proporcionará também às entidades portuguesas competentes, designadamente o Instituto Camões, um parceiro privilegiado nessa área.

23. Coincidiram sobre a importância de tomar as medidas necessárias para a entrada em vigor para todos os Países da CPLP do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

24. Coincidiram sobre a importância das comemorações do 10º aniversário de criação da CPLP, em 2006.

25. Reafirmaram a disposição de promover o desenvolvimento cinematográfico e audiovisual dos

Estados-Membros da CPLP, no âmbito do Fórum das Autoridades Cinematográficas desta Comunidade, com vista a ampliar as acções de formação, desenvolvimento, produção, distribuição, exibição e promoção de obras cinematográficas, conforme expresso no Acordo de Cooperação entre os Estados-Membros da CPLP nos Domínios Cinematográfico e Audiovisual, rubricado em Luanda, em 14 de Maio de 2005. Reiteraram a necessidade da criação de um fundo autónomo multilateral de apoio às acções referidas anteriormente.

26. Reiteraram o princípio de valorização do património cinematográfico e audiovisual dos Estados-Membros da CPLP, como parte fundamental de seu património cultural e artístico, de acordo com a Resolução sobre os Arquivos Cinematográficos, assinada em Luanda, em 14 de Maio de 2005.

27. Registaram com satisfação a conclusão do Protocolo de Colaboração nos Domínios da Promoção e Distribuição de Obras Cinematográficas, instrumento útil na difusão das obras cinematográficas de ambos os países e que complementa os resultados positivos do Acordo de Co-Produção assinado pelos dois países em Março de 1981 e do Protocolo de Apoio Financeiro a Co-Produções Cinematográficas Luso-Brasileiras de 1997.

28. Regozijam-se com a assinatura do Protocolo de Cooperação no Âmbito do Património Cultural Edificado, área privilegiada do estreitamento dos laços históricos e culturais.

29. Saudaram os projectos relativos ao incremento da colaboração no domínio das artes plásticas e das artes do espectáculo entre os dois Países, que promovem um crescente incremento das relações bilaterais.

30. Reconheceram também o papel essencial do livro e da edição para o conhecimento recíproco e conseqüente aproximação das diversas culturas de expressão portuguesa.

31. Os Governantes tomam boa nota do andamento dos trabalhos para a Celebração do

Centenário do Nascimento de Agostinho da Silva em 2006, um dos eminentes pensadores do sentido histórico – cultural da CPLP e para a qual convidam os demais países dessa Comunidade a associar-se.

32. Salientaram a oportunidade da criação de uma comissão destinada a elaborar e coordenar o Projecto de Celebração dos 200 anos da Chegada do Príncipe Regente D. João ao Brasil.

33. O Primeiro Ministro José Sócrates e o Presidente Lula da Silva saudaram a escritora Lygia Fagundes Telles, distinguida no corrente ano com o Prémio Camões, o mais importante galardão da Literatura de Língua Portuguesa.

34. Congratularam-se, por outro lado, com o desenrolar dos trabalhos relativos ao Projecto de Convenção sobre a Protecção da Diversidade dos Conteúdos Culturais e das Expressões Artísticas, em discussão no seio da 33ª Conferência Geral da UNESCO, a decorrer neste momento em Paris, formulando votos de que a mesma venha a ser aprovada no decurso da Conferência.

35. Saúdam a intensificação de contactos que se está crescentemente a verificar entre estruturas e instituições no âmbito da comunicação social de Portugal e do Brasil que consideram um importante factor para a dinamização das relações culturais bilaterais e para um melhor conhecimento das realidades de ambos os países. Em particular, estimulam o prosseguimento de entendimentos e fórmulas diferenciadas de cooperação que possam facilitar o relacionamento entre empresas portuguesas e brasileiras nos domínios da imprensa, rádio, televisão, agências noticiosas e sítios informáticos, com vista a realizações em comum, nomeadamente com impacto em países terceiros, troca de experiências e formação profissional.

36. Os Chefes de Governo consideram importante prosseguir e reforçar a cooperação científica e tecnológica existente entre os dois Países que tem conduzido a uma intensa e promissora realização de contactos entre várias entidades, nomeadamente entre Universidades e instituições de

investigação, bem como a um conjunto de acordos e convénios institucionais que apoiam projectos nos mais diversos domínios.

37. No âmbito da sociedade de informação, os Governantes salientaram importância em serem exploradas as virtualidades do Protocolo de Cooperação de 2002 existente em matéria de redes electrónicas, processamento de língua portuguesa e promoção de conteúdos digitais, além de um trabalho de longa data entre empresas no domínio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e investimentos importantes no domínio das Telecomunicações. Neste contexto, deverão prosseguir e ser incrementados os mecanismos de consultas mútuas anteriores a reuniões internacionais (e.g. Cimeira Mundial da Sociedade de Informação), estudo e execução conjunta e coordenada de actividades e projectos em áreas específicas (e.g. software livre), intercâmbio regular de informação, de experiências e de know-how técnico relativo a acções e projectos em curso.

38. Decidiram reforçar a cooperação no domínio da língua portuguesa com vista à sua afirmação na sociedade moderna, dominada pelas novas tecnologias da informação e comunicação, especialmente na educação e na ciência, nomeadamente, através das seguintes iniciativas:

- Desenvolvimento da produção de conteúdos digitais em língua portuguesa e apoio a empresas portuguesas e brasileiras para o acesso aos mercados de conteúdos da esfera da língua portuguesa;

- Promoção de iniciativas coordenadas de digitalização e disponibilização na Internet de conteúdos relevantes para os dois países, designadamente de índole científica, cultural ou histórica;

- Estímulo à constituição de Bibliotecas digitais, em português, de interesse histórico, cultural, científico e artístico, ampliando a capacidade e o acesso a bancos de dados já existentes;

- Estímulo à edição electrónica de materiais

de interesse comum na área educativa ou científica;

- Desenvolvimento de bases de dados terminológicas de natureza científica e técnica em língua portuguesa;

- Apoio e motivação de professores e alunos de ambos os países para o desenvolvimento de actividades conjuntas em suporte electrónico, designadamente em projectos de trabalho entre instituições científicas e escolas (a exemplo de actividades levadas a cabo no âmbito do programa Ciência Viva, em Portugal);

- Investigação e desenvolvimento no domínio do processamento computacional da língua portuguesa, nas suas várias áreas, e promoção das aplicações neste domínio, designadamente em Educação;

- Utilização de plataformas de aprendizagem e comuns para o ensino a distância da língua portuguesa e das culturas de expressão portuguesa;

- Estimulo à produção de plataformas digitais para a formação e capacitação de professores, a exemplo do modelo do e-ProInfo no Brasil.

39. Congratularam-se com a assinatura de um Protocolo de Cooperação Técnica entre o Instituto Nacional de Administração (INA) e a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) na Área da Administração Pública. A cooperação desenvolver-se-á, nomeadamente, ao nível da formação de quadros portugueses e brasileiros, da promoção de iniciativas pioneiras de inovação e formação avançada, da promoção conjunta de eventos de interesse comum e actividades de cooperação em países de língua oficial portuguesa e no âmbito da União Europeia, bem como de actividades de consultoria, intercâmbio de técnicos, de professores e de publicações e documentos.

40. Os Chefes de Governo reiteraram a importância da próxima reunião da Subcomissão sobre Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos e para Questões Relativas ao Acesso a Profissões e ao seu Exercício.

41. Os Chefes de Governo sublinharam a

importância de realizar rápidos progressos em matéria de reconhecimento de graus e títulos académicos e de questões relativas ao acesso a profissões e seu exercício, no espírito do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta. Nessa perspectiva, assinalaram a necessidade de promover melhor conhecimento mútuo dos sistemas de Ensino Superior de ambos os países, inclusive no que tange à avaliação de qualidade, com vistas a lograr avanços substantivos no plano da mobilidade de estudantes, docentes, pesquisadores e técnicos. Consideraram, nesse particular, a conveniência de estimular o diálogo e a cooperação directa entre os Conselhos de Reitores do Brasil (ANDIFES e CRUB) e de Portugal (CRUP e CCISP).

42. Neste âmbito, os Governantes consideraram importante dar seguimento às decisões da primeira Subcomissão sobre Reconhecimento de Graus e Títulos Académicos, nomeadamente no que toca à troca de informação sobre os sistemas de Ensino Superior, quanto à avaliação da qualidade e reconhecimento de graus e títulos académicos e formas de incrementar a mobilidade recíproca dos estudantes de ensino superior dos dois países, estudando-se a possibilidade de se estabelecer um mecanismo bilateral de informação sobre avaliação e reconhecimento académico.

43. Os Chefes de Governo demonstraram interesse em aprofundar o conceito de um Espaço de Ensino Superior da CPLP, conforme anunciado na Declaração de Fortaleza dos Ministros Responsáveis pelo Ensino Superior da CPLP (2004). Tal espaço representará a concretização, no plano lusófono, do conceito de “espaço comum” aplicado na ALCUE (Espaço Comum de Educação Superior da América Latina, Caribe e União Europeia) e no contexto ibero-americano, este último a ser debatido na Cimeira Ibero-Americana de Salamanca.

44. Com o objectivo de promover e reforçar as relações bilaterais e a cooperação no domínio da juventude, os Governantes acordaram na celebração de um memorando de entendimento, para promover

o estabelecimento e o desenvolvimento de actividades comuns em matérias relacionadas com o associativismo juvenil, o voluntariado, a informação, o aconselhamento juvenil e os estudos na área da juventude, bem como facilitar a aproximação e o conhecimento recíprocos das realidades juvenis de ambos os países, nomeadamente em matéria legislativa.

45. Acordou-se em prosseguir o bom desenvolvimento das relações existentes nas áreas do desporto e da educação física entre Portugal e o Brasil, no âmbito do Protocolo de Cooperação Bilateral para a área do Desporto, celebrado em Maio de 2004, e da Conferência de Ministros de Desporto da CPLP e do Conselho Ibero – Americano do Desporto, através nomeadamente da promoção, paralelamente e ao mais alto nível, de um encontro, no sentido de se identificar plataformas comuns que possibilitem a operacionalidade de projectos, actividades e eventos sectoriais bilaterais.

46. Tendo em conta o interesse em intensificar as relações bilaterais económicas, comerciais e culturais e reconhecendo que o Acordo sobre Facilitação de Circulação de Pessoas é um instrumento fundamental nessa direcção, o Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente da República Federativa do Brasil reiteraram o objectivo de que a sua entrada em vigor se verifique num futuro próximo.

47. Quanto à implementação do Acordo para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes, que tem por objectivo coibir o crime organizado transnacional, o Governo português formulou sugestões para consideração pelo Governo brasileiro.

48. Sublinharam o estado de execução do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais que abriu caminho à regularização excepcional de cidadãos de ambos os Países, que residem no território do outro, com vista a possibilitar a sua integração plena na sociedade de acolhimento e recomendaram às autoridades competentes a divulgação através dos meios mais adequados, junto

dos potenciais beneficiários do Acordo, da oportunidade de concluírem rapidamente os respectivos processos de regularização

49. Relativamente ao Acordo de Segurança Social entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil e respectivo Ajuste Administrativo, ambos de 7 de Maio de 1991, manifestaram o seu profundo empenhamento no reforço da protecção social dos trabalhadores migrantes e suas famílias, tendo acordado, durante a reunião com representantes dos governos de ambos os Países, realizada em Lisboa, nos dias 10 e 11 de Outubro de 2005, o início imediato dos trabalhos de revisão geral destes dois instrumentos em matéria de Segurança Social, com data fixada para término em 30 de Janeiro de 2006.

50. Enalteceram, igualmente, os esforços envidados pelas respectivas instituições competentes no sentido de melhorar e agilizar os procedimentos relacionados com a aplicação do Acordo e do Ajuste Complementar em vigor, conseguindo, através de uma monitorização permanente destes procedimentos, torná-los mais céleres, eficazes e eficientes, assim se recuperando alguns atrasos verificados e se garantindo o efeito útil da aplicação destes instrumentos internacionais em matéria de Segurança Social.

51. Verificou-se convergência de pontos de vista relativamente ao aperfeiçoamento de formas de integração, tendo-se valorizado as medidas que, designadamente, no domínio do emprego e formação profissional visem potenciar a inserção sócio – económica e cultural dos cidadãos de ambos os países.

52. Os dois Governantes regozijaram-se com os esforços desenvolvidos pelos organismos competentes dos dois países, no sentido de adoptarem medidas e práticas que, numa base de reciprocidade, facilitem o acesso aos programas e benefícios de inserção/integração social e económica, por parte dos estrangeiros residindo regularmente nos respectivos territórios, designadamente os que não

disponham de recursos mínimos de subsistência ou familiares que lhes prestem assistência.

53. Os Chefes de Governo felicitaram-se pela intensa colaboração que tem vindo a ter lugar na área da Justiça entre os dois países, envolvendo instituições judiciais, universidades e sectores profissionais. Manifestaram interesse num reforço da concertação de posições nos diferentes fora internacionais, em particular no quadro da Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Portuguesa e da Conferencia dos Ministros da Justiça dos Países Ibero – Americanos. Sublinharam as vantagens que poderão advir de um trabalho conjunto na consolidação da Rede Ibero – Americana de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e Civil (Iber – Rede) e na criação da Rede de Cooperação Judiciária dos Países da CPLP.

54. Os Governantes reconheceram que o aprofundamento das relações da UE com a América Latina, e especialmente com o MERCOSUL, é um objectivo comum a Portugal e ao Brasil. Nesse âmbito, consideram que a elaboração do Acordo de Associação UE/MERCOSUL deverá ser prioritária para os dois países.

55. O Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente do Brasil felicitaram-se por na reunião ministerial de negociadores UE/MERCOSUL, em Setembro findo, ter-se acordado em dar continuidade ao processo negocial, sob a clara visão política de sua importância e com enfoque pragmático e objectivo, visando concluir o acordo antes do quarto trimestre de 2006.

56. Manifestaram, por outro lado, a expectativa de que a IV Cimeira UE/América Latina e Caraíbas, em Viena, em Maio de 2006, propicie o estreitamento das relações entre as duas regiões e permita a conclusão do Acordo de Associação UE/MERCOSUL

57. Portugal e Brasil regozijaram-se com a criação da Secretaria – Geral Ibero – Americana, enquanto passo importante na racionalização e aprofundamento da Conferência Ibero – Americana,

e reiteraram a sua confiança no seu Secretário – Geral, Enrique Iglésias, nomeado por ocasião da Reunião Extraordinária de Ministros dos Negócios Estrangeiros Ibero – Americanos em Guimarães, a 28 de Maio passado. Saudaram ainda a escolha da Secretária Geral Adjunta, a Embaixadora brasileira Maria Elisa Berenguer.

58. Os Chefes de Governo reafirmaram a prioridade das questões de apoio ao desenvolvimento, no âmbito das suas agendas de política externa, e, nesse sentido, propõem-se, em conjunto com os demais integrantes da CPLP, promover a imagem e reforçar os instrumentos da Comunidade na resolução de problemas que afectem os países de língua portuguesa, com destaque para Timor-Leste e a Guiné-Bissau, atendendo às dificuldades especiais que afectam aqueles dois Países.

59. Acordaram ainda em procurar valorizar as questões africanas no âmbito das respectivas organizações e regiões a que pertencem, designadamente pela promoção dos diálogos UE - África e América Latina – África.

60. Reconheceram, ainda, a necessidade de apoiar os esforços de estabilização e desenvolvimento em curso no Haiti.

61. O Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente do Brasil congratularam-se com o modo como decorreram as recentes eleições presidenciais na Guiné – Bissau, que puseram termo ao processo de transição política no país, e reiteraram a sua determinação de continuarem, quer no plano bilateral, quer junto da comunidade internacional doadora, a assegurar a assistência e ajuda ao processo de reformas e desenvolvimento de que o país carece, a diversos níveis.

62. Os Governantes destacaram o importante papel desempenhado pela CPLP na Guiné – Bissau, cujo âmbito de concertação político – diplomática se estende a acções de observação eleitoral e de acompanhamento atento da situação institucional vivida naquele País. São inegáveis a credibilidade internacional da CPLP e a valia dos seus esforços no sentido da

normalização democrática da Guiné – Bissau.

63. Ambos os governos manifestaram satisfação com o processo de transição democrática, reconciliação nacional e reconstrução que Angola tem vindo a desenvolver desde a cessação do conflito em 2002. Angola poderá contar com o relacionamento privilegiado que mantêm com os dois países, designadamente tendo em vista as eleições anunciadas para o fim de 2006 e os grandes desafios na área da reconstrução de infra – estruturas e da economia, da reintegração social e do desenvolvimento humano.

64. Os Chefes de Governo notaram com satisfação a projecção e reconhecimento da CPLP na cena internacional, cuja mais recente manifestação foi a sua representação pelo Secretário Executivo na VI Reunião de Alto Nível das Organizações Regionais e outras Organizações Intergovernamentais com o Secretário – Geral das Nações Unidas e saudaram o incremento de parcerias e coordenação da CPLP com Organizações especializadas das Nações Unidas.

65. Reconheceram que o empenhamento diplomático de ambos os Países nos órgãos da CPLP, onde se desenvolvem as vertentes de cooperação económica, empresarial, social e humana, e a sua ligação funcional ao reforço das políticas sectoriais de cooperação de ambos os Governos, poderiam desempenhar um substancial impulso mobilizador e enriquecedor da actuação concreta da CPLP.

66. Os Chefes de Governo registaram com agrado os resultados obtidos pelo Governo timorense no processo de reconstrução do País, consolidação da democracia e fortalecimento das instituições. Nesse sentido, manifestaram a sua convicção de que Timor – Leste deverá continuar a constituir uma prioridade da agenda internacional ao nível da cooperação para o desenvolvimento e reafirmaram o empenhamento de ambos os Governos de contribuir para este esforço comum de forma resoluta. Reconheceram, igualmente, a necessidade de um apoio continuado à divulgação e ensino da língua

portuguesa e à promoção da cultura lusófona no País.

67. Os Governos de Portugal e do Brasil reafirmaram a importância e a centralidade das Nações Unidas na manutenção da Paz e da Segurança e como garante da legitimidade internacional. Assinalaram os resultados da recente Cimeira das Nações Unidas, que decorreu em Nova Iorque entre os dias 14 e 16 de Setembro, destacando o consenso alcançado sobre a criação de uma Comissão de Consolidação da Paz e o importante acervo decisório sobre Desenvolvimento sustentado. Apelaram à célere implementação das decisões da Cimeira e reafirmaram o seu empenho na prossecução da reforma da Organização, que inclua o estabelecimento de um Conselho dos Direitos do Homem com credibilidade e eficácia, bem como o reforço da representatividade do Conselho de Segurança das Nações Unidas por meio, inter alia, do alargamento dos seus membros permanentes e não – permanentes. Ambos os Governos lembraram o apoio de Portugal e da CPLP à candidatura do Brasil à categoria de membro permanente do CSNU.

68. O Primeiro Ministro José Sócrates reiterou o apoio à iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da “Ação contra a Fome e a Pobreza” e concordou-se conjugar esforços na identificação de fontes alternativas e inovadoras de financiamento do desenvolvimento, com vista ao combate à fome e à pobreza, capazes de fornecer recursos estáveis, previsíveis e adicionais aos países em desenvolvimento.

69. Os dois Governos mencionaram a importância de continuar a apoiar reciprocamente, sempre que possível as suas candidaturas em organismos internacionais.

70. Ao terminar, o Primeiro Ministro de Portugal e o Presidente da República Federativa do Brasil, reafirmaram uma vez mais a importância das Cimeiras entre os dois Países e acordaram em realizar a IX Cimeira Luso – Brasileira no Brasil, no ano de 2006.

Porto, 13 de outubro de 2005

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República Federativa do Brasil

JOSÉ SÓCRATES  
Primeiro Ministro da República Portuguesa

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Itália (13/10/2005)**

Em atenção a convite do Governo italiano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Itália nos dias 16 e 17 de outubro corrente. O Presidente Lula manterá encontro, seguido de almoço, com o Presidente italiano, Carlo Azeglio Ciampi. Comparecerá às comemorações dos 60 anos da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e proferirá palestra na sede da Confederação Geral da Indústria Italiana (Confindustria) sobre a realidade econômica brasileira.

Durante a visita será assinada uma Declaração Conjunta com o objetivo de fortalecer a cooperação em diversas áreas de interesse mútuo. O documento prevê a criação de quatro Grupos de Trabalho nas áreas de (1) biocombustíveis, energias alternativas e eficiência energética; (2) ciência, tecnologia e indústrias criativas; (3) recursos humanos na área do turismo; e (4) cooperação com países africanos em promoção de programas na área social e recursos humanos.

O montante acumulado dos investimentos italianos na economia brasileira na última década cresceu 300%, o que torna a Itália o quinto maior fornecedor de investimentos externos diretos para o Brasil. A tendência é que esses investimentos venham a crescer mais, dado o interesse dos investidores italianos em participar de projetos de infra-estrutura no Brasil, inclusive por meio de programas de Parceria Pública e Privada do Governo Federal.

O comércio bilateral também cresceu nos

últimos anos. Em 2004, o volume do comércio foi de cerca de 5 bilhões de dólares, superando em muito os 3,9 bilhões registrados no ano anterior. De janeiro a agosto deste ano registra-se a cifra de US\$ 3,8 bilhões de dólares. Hoje, a Itália é o oitavo país de destino das exportações e o nono país de origem das importações brasileiras.

### **Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Federação da Rússia (14/10/2005)**

A convite do Presidente russo Vladimir Pútín, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial à Federação da Rússia em 18 de outubro próximo.

Em Moscou, o Presidente Lula avistar-se-á com o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir Pútín, com quem manterá encontro privado e reunião ampliada de trabalho. A visita retribuirá a que o Presidente russo realizou ao Brasil, em novembro de 2004, assinalando a continuidade do diálogo bilateral no mais alto nível e o aprofundamento do relacionamento entre os dois países, que já atinge, pela complexidade de suas agendas política e de cooperação, o patamar de uma parceria estratégica.

Facilitado pela ampla convergência de interesses e de posições – com a defesa pelos dois países de uma ordem internacional multipolar, mais pacífica, justa e democrática –, o diálogo político estreitou-se no passado recente. A Rússia foi o primeiro membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas a manifestar apoio expresso ao ingresso do Brasil como novo membro permanente no órgão. Ambos países trabalham por uma reforma que seja capaz de ajustar a ONU à realidade contemporânea e dotá-la de maior representatividade, legitimidade e eficácia.

Os dois mandatários deverão discutir temas sociais, tais como a criação de mecanismos inovadores para o combate à fome e à pobreza no mundo.

A visita do Presidente Lula à Rússia ocorre

na seqüência da IV Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação (CIC), realizada no início de outubro, em Moscou. Na ocasião, foram discutidos diversos temas da agenda de cooperação bilateral. Dentre as áreas mais promissoras dessa agenda, destacam-se a espacial, a científico-tecnológica, a agrícola e a energética. Em seus contatos, os Presidentes deverão dar continuidade ao exame dos assuntos analisados na IV Reunião da CIC, com vistas a definir possíveis iniciativas a serem adotadas em cada área temática.

Durante a visita presidencial à Rússia, está prevista a realização da segunda reunião conjunta dos Conselhos Empresariais Brasil-Rússia e Rússia-Brasil. No plano comercial, o volume do intercâmbio bilateral, que vem apresentando crescimento vigoroso e contínuo, atingiu, em 2004, a cifra de 2,46 bilhões de dólares – a maior na história do relacionamento bilateral –, sendo que o mesmo valor já foi atingido nos primeiros oito meses de 2005.

### **Comunicado à imprensa - Brasil e Argentina celebrarão, com a assinatura de acordos, os vinte anos de amizade entre os dois países (14/10/2005)**

Os governos do Brasil e da Argentina se reuniram nos dias 11 e 12 de outubro, em Buenos Aires, no contexto de jornada de trabalho preparatória do 20º aniversário da Declaração de Iguazu, a ser celebrado no dia 30 de novembro próximo.

O encontro em Buenos Aires foi o sexto de uma série de reuniões que as Partes vêm realizando desde meados de junho, tendo em vista a assinatura de instrumentos, prevista para o dia 30 de novembro, quando os dois governos celebrarão, com novas iniciativas, a assinatura dos históricos acordos pelos Presidentes Sarney e Alfonsín, há 20 anos.

Durante os dois dias de reunião, avançou-se na coordenação dos trabalhos para o aprofundamento e fortalecimento da relação bilateral. A delegação brasileira foi presidida pelo Secretário-Geral das

Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e a Argentina, pelo Subsecretário de Integração Econômica, Embaixador Eduardo Sigal.

A delegação argentina, integrada por subsecretários e funcionários de diversos órgãos do governo daquele país, destacou a presença de representativa delegação brasileira, com destaque para a presença dos Secretários-Gerais dos Ministérios da Justiça e das Minas e Energia, e de altos funcionários de outras áreas do Governo brasileiro.

Durante o encontro, as equipes técnicas dos dois países examinaram importante agenda de temas de interesse bilateral. Entre os acordos propostos, cabe destacar o protocolo de assistência de embaixadas a exportadores de ambos os países; a bilateralização da “residência MERCOSUL”, que habilitará o ingresso e permanência de cidadãos brasileiros e argentinos no outro país por dois anos, com a possibilidade de solicitar a residência permanente; e o programa de trabalho sobre equivalências dos sistemas sanitários e fitossanitários. Foram analisados, igualmente, projetos conjuntos em matéria de trabalho, saúde, educação, cultura, cooperação espacial, ciência e tecnologia, cooperação nuclear, cooperação militar e defesa, migrações, infra-estrutura e temas econômico-comerciais.

As delegações do Brasil e da Argentina coincidiram em enfatizar a importância do encontro, representativo do salto de qualidade obtido na relação bilateral durante os últimos anos.

### **Comunicado à imprensa a respeito da visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo (14/10/2005)**

O Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da ONU sobre Formas Contemporâneas de Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, Senhor Doudou Diène, realizará visita oficial ao Brasil no período de 17 a 25 de outubro de 2005.

Doudou Diène, nacional do Senegal, é advogado e cientista político, doutor em Direito Público. Foi Vice-Presidente e Secretário do Grupo Africano e do G-77 e Diretor da Divisão de Projetos Interculturais da UNESCO.

No ano de 2002, o Relator Especial foi designado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) das Nações Unidas para realizar estudos e informes sobre incidentes relativos a formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e qualquer tipo de discriminação contra afro-descendentes, árabes e muçulmanos, xenofobia e anti-semitismo e formas correlatas de intolerância, bem como sobre medidas governamentais para superá-los.

O objetivo principal de sua visita é dar seguimento à visita feita por seu antecessor, o Relator Especial Maurice Glèlè-Ahanhanzo, quando de sua vinda ao Brasil em junho de 1995, inteirar-se dos avanços e iniciativas em políticas públicas e ações governamentais de promoção da igualdade racial, ao mesmo tempo em que manterá diálogo com grupos organizados da sociedade civil.

No desempenho de seu mandato, tem abordado o tema da incompatibilidade entre democracia e racismo, tema de resolução de autoria do Estado brasileiro e que tem sido aprovada por consenso anualmente na Comissão de Direitos Humanos da ONU desde o ano 2001. O interesse do Senhor Doudou Diène centra-se especialmente sobre as plataformas dos partidos políticos.

O Relator Especial iniciará sua missão por Brasília, onde deverá encontrar-se com o Presidente do Senado Federal, o Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Ministro da Justiça, os Secretários de Política de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos e com outras autoridades federais, nos dias 17 e 18 de outubro. Será, ainda, recebido pelos Governadores da Bahia e de Pernambuco, e pelos Secretários de Justiça e Direitos Humanos dos mesmos Estados, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O Relator Especial deverá apresentar o

relatório de sua visita ao Brasil durante a 62ª Sessão da CDH, em abril de 2006.

### **Comunicado à imprensa sobre a Declaração de Salamanca (16/10/2005)**

Informa-se, a seguir, o texto de declaração aprovada ao final da XV Cúpula Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Salamanca, Espanha, de 14 a 15 de outubro :

#### **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA**

1. Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-Americana de Nações, reunidos na XV Cimeira, em Salamanca, Espanha, nos dias 14 e 15 de Outubro de 2005, ratificam a totalidade da herança ibero-americana que integra os valores, princípios e acordos aprovados nas Cimeiras anteriores. Estes são mantidos na vigência plena e no compromisso face aos objectivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, na adesão ao Direito Internacional, na consolidação da democracia, no desenvolvimento, na promoção e protecção universal dos direitos humanos, no fortalecimento do multilateralismo e das relações de cooperação entre todos os povos e nações, e na recusa à aplicação de medidas coercivas unilaterais contrárias ao Direito Internacional.

2. Damos as boas-vindas a Andorra, como novo membro que compartilha plenamente a identidade e os critérios de participação do Sistema das Cimeiras. Andorra será representada nas Cimeira pelo seu Chefe de Governo.

3. Decidimos estabelecer a Secretaria-Geral Ibero-Americana, como órgão permanente de apoio para a institucionalização da Conferência Ibero-Americana, e felicitamos o seu primeiro titular, Exmo. Sr. Enrique V. Iglesias. Confiamos na Secretaria-Geral para impulsionar os objectivos determinados na Convenção de Santa Cruz de la Sierra, que visam a consolidação da cooperação ibero-americana, a coesão interna e a projecção internacional da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

Apoiamos o Programa de Trabalho da SEGIB, proposto pelo seu Secretário-Geral, no qual serão incluídas as acções consensuais que lhes encomendamos nas nossas Reuniões de Trabalho.

4. Reafirmamos o compromisso da Comunidade Ibero-Americana para com o Direito Internacional e com um multilateralismo eficaz, para o qual queremos contribuir de forma relevante. Comprometemo-nos a apoiar activamente uma vasta reforma do Sistema das Nações Unidas, que, com base nos princípios de eficiência, participação, transparência, representatividade, igualdade soberana e democratização, potencie o seu papel na prevenção de ameaças, na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento económico e social. Neste sentido, manifestamos o nosso reconhecimento ao trabalho do Secretário-Geral das Nações Unidas por ocasião do 60º aniversário da Organização.

5. Depois de conversar em vídeo-conferência na Primeira sessão de trabalho com os Presidentes da Guatemala, de El Salvador e da Nicarágua, expressamos o nosso profundo pesar pelas graves perdas humanas ocorridas por causa do furacão Stan.

Destacamos a resposta solidária e a nossa vontade de diminuir a vulnerabilidade e de avançar na reconstrução e na transformação da América central.

6. A democracia constitui um factor de coesão do espaço ibero-americano. Consideramos que é necessário desenvolver uma agenda ibero-americana que reforce a qualidade das nossas democracias e a sua capacidade de responder às expectativas dos cidadãos, quanto à protecção dos seus direitos e à satisfação das suas necessidades socio-económicas. Nesse sentido, não há nada mais urgente que conseguir um desenvolvimento sustentável e enfrentar os desafios da pobreza e da desigualdade. É preciso, portanto, empenhar esforços de fortalecimento institucional, e conceber e implementar políticas públicas de inclusão social, concentradas na educação e no direito ao trabalho em condições de dignidade,

e num contexto de crescente produtividade, para todos os cidadãos, que contribuam para a redução da mortalidade infantil e da desnutrição crónica, e que universalizem o acesso aos serviços de saúde.

Para o acima exposto, e no quadro dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, e depois de termos examinado a situação socio-económica e política dos nossos países, solicitamos à SEGIB que dê continuidade aos seguintes acordos:

a. apoiar as diversas iniciativas que visam eliminar a fome e a pobreza;

b. impulsionar, no seio da comunidade ibero-americana, e em terceiros países, os programas de troca de dívida por educação e outros investimentos sociais;

c. estabelecer um diálogo permanente em matéria de investimentos, de expansão da base empresarial, e do acesso ao crédito e à assistência técnica;

d. concertar acções para alargar a cooperação internacional, incluindo os países de renda média, e eliminar as assimetrias do sistema financeiro e comercial internacional, assim como o peso da dívida externa;

e. ajudar os países a enfrentar as consequências das mudanças no mercado energético, e, neste contexto, efectuar uma reunião especializada sobre fontes de energia renováveis;

f. impulsionar programas de cooperação na área da saúde que ajudem a combater as pandemias e as doenças curáveis;

g. apoiar a consolidação da Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial para, entre outros aspectos, enfrentar melhor o tráfico de drogas, a corrupção e a delinquência transnacional organizada;

h. preparar um estudo que permita ter em conta as diferenças existentes na comunidade ibero-americana, com o objectivo de aplicar o princípio de solidariedade, para resolver as assimetrias existentes;

i. dar continuidade à iniciativa do Governo da República Bolivariana da Venezuela para o estabelecimento de um Fundo Humanitário.

7. As migrações, que nos envolvem a todos, quer como sociedades emissoras, de trânsito, quer como sociedades receptoras, são um fenómeno global, cada vez mais intenso, diverso e complexo, que está a influenciar a configuração política, económica, social e cultural das nossas sociedades. É também um facto, que coloca desafios em termos de reconhecimento e de aceitação da diversidade, de integração socio-económica, de desenvolvimento do capital humano e de tratamento das remessas para que se tornem elementos produtivos e de transformação positiva dos países receptores, facilitando assim o retorno dos migrantes. Em alguns países ibero-americanos uma grande parte dos grupos envolvidos são indígenas e afro-descendentes. O sucesso na gestão deste fenómeno complexo encontra-se vinculado à nossa capacidade de conceber um quadro ibero-americano de migrações, baseado na canalização ordenada e na regularização inteligente dos fluxos migratórios, na cooperação contra os tráficos e o tráfico de pessoas, e, além do mais, na responsabilidade de cada país em conceber políticas públicas a este respeito.

Considerando o anterior comprometemo-nos a:

a. coordenar políticas comuns para a canalização e o tratamento ordenado dos fluxos migratórios;

b. desenvolver, com o apoio da sociedade civil, um programa de acções públicas que promovam o respeito pelos direitos humanos dos migrantes e das suas famílias, a sua integração, e o respeito pelos direitos nos países de destino;

c. promover o valor da diversidade e o respeito pela dignidade humana, no âmbito do Estado de Direito, como elementos essenciais do tratamento dos emigrantes, e erradicar qualquer modalidade de discriminação em seu contra;

d. promover experiências de desenvolvimento que vinculem os imigrantes e as suas famílias aos esforços, para potenciar o desenvolvimento nas suas áreas de origem;

e. desenvolver políticas conjuntas entre países emissores, receptores e de trânsito que favoreçam e facilitem também processos temporários de migração laboral, com estímulos adequados de promoção, capacitação e poupança, para o seu retorno em melhores condições.

Para avançar com estes objectivos, encomendamos à SEGIB a preparação e convocação de um Encontro Ibero-Americano sobre Migrações, que se deverá realizar antes da próxima Cimeira Ibero-Americana, e que, em coordenação com a Organização Ibero-Americana de Segurança Social (OISS), e com o apoio das agências especializadas do sistema das Nações Unidas, apoie o processo de preparação e subscrição de um Convénio Ibero-Americano de Segurança Social.

8. A diversidade, a dimensão e o carácter bi-regional outorgam à Comunidade Ibero-Americana uma grande potencialidade como parceiro activo no cenário internacional. Somos conscientes da necessidade de reforçar os nossos mecanismos de diálogo e concertação para poder materializar esse potencial. Consideramos que a participação efectiva dos nossos países num multilateralismo activo será um contributo para a segurança, para a paz, para o desenvolvimento e para a defesa do Direito Internacional.

Tendo em conta o anterior, decidimos que a SEGIB:

a. faça o acompanhamento da gestão para a integração da Conferência Ibero-Americana na organização das Nações Unidas, na qualidade de órgão observador;

b. examine as possibilidades de cooperação da Conferência Ibero-Americana com outras organizações internacionais relevantes para a projecção e consolidação do espaço ibero-americano, fortalecendo particularmente o trabalho conjunto com os restantes organismos ibero-americanos, e que apresente propostas concretas a esse respeito às instâncias pertinentes da Conferência Ibero-Americana;

c. faça a gestão da vinculação formal da Conferência Ibero-Americana com a iniciativa da Aliança das Civilizações;

d. apoie os processos de integração regional e sub-regional, e impulse as negociações sobre acordos com a União Europeia;

e. colabore na preparação da próxima Cimeira: União Europeia-América Latina e Caraíbas, que se realizará em Viena, em 2006;

f. apoie o processo de aproximação das posições dos países ibero-americanos nas negociações comerciais internacionais.

9. Fomos informados dos resultados do Fórum Parlamentar Ibero-Americano, que constituem uma contribuição valiosa dos representantes dos cidadãos da Ibero-América para os trabalhos da Cimeira. Este Fórum contribuirá, de forma significativa, para a consolidação da Comunidade Ibero-Americana de Nações.

10. Tomamos nota das conclusões do Encontro Empresarial e do Encontro Cívico para dar continuidade a estes fóruns, no quadro das Cimeiras Ibero-Americanas, e destacamos a convergência nos enfoques relacionados com quatro âmbitos principais: a institucionalidade como garante da governabilidade democrática e da protecção dos direitos humanos; a importância dos investimentos para o desenvolvimento e do seu impulso, no quadro da segurança jurídica e da responsabilidade ambiental e social; a necessidade de que a cooperação oficial para o desenvolvimento se vincule com estratégias de redução da pobreza e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, incluindo a realidade dos países de renda média; e a vontade de que a Comunidade Ibero-Americana apoie os processos de integração regional e sub-regional e seja um actor relevante nas negociações para um sistema mundial de comércio mais aberto, justo e equitativo.

Solicitamos ao Secretário-Geral Ibero-Americano as recomendações destes fóruns.

11. Apoiamos as conclusões das Reuniões Ministeriais e Sectoriais que integram a Conferência

Ibero-Americana, nas quais foram abordados temas relacionados com a Administração Pública e a Reforma do Estado, a Habitação e Urbanismo, o Turismo, a Agricultura, a Infância e as demais Reuniões que ajudaram a tomar decisões que constam nalguns dos parágrafos seguintes.

12. Com o objectivo de aumentar os investimentos que promovam a inclusão social e de contribuir para o alívio da dívida externa na América Latina e no quadro da procura de mecanismos inovadores, comprometemo-nos a encorajar o maior número de credores bilaterais e multilaterais para a utilização do instrumento de conversão de dívida por investimento social e, em especial, em educação.

Nesta linha, comprometemo-nos a manter o exercício de debate e reflexão que conduza à adopção de um Pacto Ibero-Americano para a Educação, na linha da Declaração de Toledo, para a promoção de um desenvolvimento com equidade e justiça social.

13. Temos a intenção de avançar na criação de um Espaço Ibero-Americano do Conhecimento, que visa a necessária transformação do Ensino Superior, e que se articula em torno da investigação, do desenvolvimento e da inovação, condição necessária para incrementar a produtividade, oferecendo melhor qualidade e acesso aos bens e serviços para os nossos povos, assim como para a competitividade internacional da nossa região. Com esse objectivo, solicitamos à Secretaria-Geral Ibero-Americana que, em conjunto com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e com o Conselho Universitário Ibero-Americano (CUIB), trabalhe para a necessária concertação político-técnica para a entrada em funcionamento desse projecto.

Neste espaço devem incluir-se acções de investigação de planos regionais e a troca de experiências em matéria de alfabetização para se conseguir o ensino primário universal. Para esse efeito, solicitamos à SEGIB que, com base nas experiências em curso na região, apresente aos Estados Membros

um Plano Ibero-Americano de alfabetização, com o objectivo de poder declarar a região Ibero-Americana “território isento de analfabetismo” entre 2008 e 2015.

14. Decidimos elaborar, tendo em conta as Bases que se juntam a esta Declaração e outros aspectos pertinentes da vida cultural dos nossos países, uma Carta Cultural Ibero-Americana que, da perspectiva da diversidade das nossas expressões culturais, contribua para a consolidação do espaço ibero-americano, e para o desenvolvimento integral do ser humano e a superação da pobreza.

15. Procederemos, também, à criação de um fundo financiado com contribuições voluntárias dos países membros, que estimule a co-produção e a realização de conteúdos televisivos de alta qualidade cultural, assim como a formação de profissionais.

16. Acordámos promover acções e iniciativas concretas para tornar o direito à saúde uma realidade universal, colocando este objectivo no topo da agenda política dos nossos países e da cooperação ibero-americana. Nesse sentido, decidimos criar redes temáticas ibero-americanas de cooperação em doação e transplantes, em políticas do medicamento, na luta contra o tabagismo, e no ensino e investigação na área da saúde pública.

17. Decidimos iniciar o processo de preparação de uma Convenção Ibero-Americana de Segurança Social, com o objectivo de garantir os direitos dos trabalhadores migrantes e das suas famílias à Segurança Social.

18. Foi encomendada à Organização Ibero-Americana da Juventude a elaboração de um Plano de Cooperação e Integração da Juventude, para garantir e promover os direitos dos jovens e potenciar a integração das novas gerações de ibero-americanos.

Celebramos a adopção por dezassete Estados membros da Convenção Ibero-Americana de Direitos dos Jovens, que deve contribuir para a consolidação das políticas públicas que visam a protecção dos direitos dos jovens.

19. Constatamos a necessidade urgente de adotar novas tecnologias, mais meios e novos métodos para a gestão integrada dos recursos hídricos, para nos adaptarmos à mudança climática e para a gestão de resíduos. De igual modo, reconhecemos a importância que tem para a região promover o uso sustentável dos nossos recursos naturais, o desenvolvimento de energias renováveis e o papel dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo do Protocolo do Quioto, como instrumento de cooperação entre as partes. Expressamos a nossa vontade de incluir estes temas nas políticas de desenvolvimento regionais.

20. Realçamos as ações e resultados do Encontro de Ministros dos Transportes e Infra-estruturas da Ibero-América, em particular a coordenação de programas de formação e capacitação existentes nesta área, incentivando-os a que continuem a cooperar nas importantes questões das infra-estruturas e transportes.

21. Destacamos os progressos na coordenação e gestão da Rede Ibero-Americana de Ministros da Presidência e Equivalentes e na elaboração de um Sistema de Informação Estratégica para os Chefes de Governo, assim como as medidas adoptadas para consolidar a Escola Ibero-Americana de Governo e Políticas Públicas (IBERGOP), resultantes da IX Reunião de Ministros da Presidência e Equivalentes.

22. Salientamos a importância do Regulamento que estabelece as regras para a composição, competências e funcionamento da Rede Ibero-Americana de Cooperação Judicial, para articular e consolidar um Espaço Ibero-Americano da Justiça.

23. Reafirmamos o nosso compromisso no sentido de estabelecer as condições propícias com vista à criação de mais e melhores empregos. Assim, atribuímos ao trabalho digno, como direito humano, um lugar central na agenda ibero-americana, devido à sua importante contribuição para o desenvolvimento económico e social, e como forma de impulsionar

uma distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento económico, favorecendo a inclusão social, o respeito pelos direitos dos trabalhadores e o aumento do nível de vida das nossas populações.

24. Reconhecemos o valor da posição da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento relativamente aos países de renda média, que figura na Declaração da Cimeira de Chefes de Estado das Nações Unidas, e encomendamos à SEGIB o acompanhamento deste tema, aprofundando a caracterização e o tratamento dos diversos níveis de desenvolvimento humano, dando especial ênfase aos países mais pobres e vulneráveis.

25. Comprometemo-nos com o reconhecimento, a promoção e a protecção dos direitos dos povos indígenas, razão pela qual reiteramos o nosso apoio ao fortalecimento do Fundo Indígena, cuja experiência, entre outras, será muito útil à SEGIB nas suas ações de cooperação. A SEGIB integrará a perspectiva indígena e dos afro-descendentes nas suas ações de cooperação, e impulsionará a abordagem de género como um eixo transversal da cooperação ibero-americana, através de ações e projectos neste sentido.

26. Agrada-nos que passe a constar a decisão do Brasil de incluir a língua espanhola como disciplina de oferta obrigatória no currículo escolar do ensino secundário do país. Esta medida contribuirá, de forma muito positiva, para a afirmação dos processos de integração sul-americana e latino-americana, beneficiando, deste modo, a consolidação do espaço ibero-americano. Manifestamos, igualmente, a nossa intenção de impulsionar a divulgação da língua portuguesa nos países ibero-americanos de língua espanhola.

27. Agradecemos e aceitamos a oferta do Governo da República Oriental do Uruguai para realizar, no seu país, em 2006, a XVI Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

28. De igual modo agradecemos e aceitamos a oferta do Governo da República do Chile para realizar, em 2007 a XVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo.

29. Expressamos o nosso acordo com a

proposta da República Argentina de fazer da cidade de Buenos Aires a sede da Cimeira Ibero-Americana em 2010. Nesse ano, duplamente simbólico, a cidade de Buenos Aires e a República Argentina comemorarão os duzentos anos do estabelecimento nas margens do Plata do primeiro Governo pátrio, e as Cimeiras chegarão à sua vigésima edição, uma consonância que dá mais sentido à oferta, que os Estados membros estudarão em devido momento.

30. Agradecemos a oferta da cidade de Cádiz para acolher a Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo em 2012, data que coincide com a comemoração da aprovação, nessa cidade, da primeira Constituição espanhola, em 1812. Os Estados membros tomarão uma decisão sobre esse assunto na altura devida e através dos procedimentos habituais.

31. Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade Ibero-Americana de Nações, agradecem a cálida hospitalidade de Espanha, do seu Governo, da cidade de Salamanca e da sua Universidade, por ocasião da realização desta XV Cimeira. Expressam o seu sincero afecto, e felicitam Sua Majestade, o Rei Dom Juan Carlos I, pelo trigésimo aniversário da sua proclamação como Rei de Espanha.

Os Chefes de Estado e de Governo dos países ibero-americanos subscrevem a presente Declaração, em dois textos originais nas línguas espanhola e portuguesa, ambos igualmente válidos, em Salamanca, 15 de Outubro de 2005.

### **Declaração Conjunta entre o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da República Italiana para incentivar a cooperação nos setores industrial, tecnológico e de desenvolvimento (17/10/2005)**

1. Considerando o Acordo-Quadro de Cooperação Económica, Industrial e para o Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado em Roma no dia 12 de fevereiro de 1997 e em vigor a partir do dia 25.09.1998.

2. Considerando o Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana, assinado em Roma no dia 12 de fevereiro de 1997 e em vigor a partir do dia 19.03.1999.

3. Tendo em vista a Declaração Conjunta assinada entre os dois Países por ocasião da visita ao Brasil do Vice Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores, o Excelentíssimo Senhor Gianfranco Fini, no dia 5 de julho de 2005.

4. Tendo em vista as potencialidades de uma renovada cooperação ítalo-brasileira nos setores industrial, tecnológico e de desenvolvimento.

5. Visando, em especial, reforçar a cooperação bilateral nos seguintes setores:

- Ciência e Tecnologia;
- Energias renováveis e Desenvolvimento Sustentável;
- Indústrias inovadoras;
- Turismo

e estender os benefícios desta cooperação a terceiros países, no mundo em desenvolvimento.

6. O Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministro das Relações Exteriores da República Italiana, doravante denominados “As Partes”, entendem impulsionar de maneira renovada os mecanismos institucionais previstos nos dois Acordos citados.

7. Neste intuito, concordaram em esforçar-se para que a Comissão Mista prevista no Acordo geral de Cooperação Económica, Industrial e para o Desenvolvimento possa realizar sua primeira reunião no prazo de doze meses, contados a partir da assinatura da presente Declaração.

8. As Partes decidiram, outrossim: a) identificar, dentro do prazo de três meses da assinatura da Declaração, os setores prioritários de cooperação por parte da Comissão Mista Permanente, prevista no Art. 5º do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica; b) elaborar projetos conjuntos de pesquisa e um texto de Programa

Executivo de colaboração científica e tecnológica do próprio Acordo, no prazo de nove meses contados partir da assinatura da presente Declaração.

Feito em Roma, em 17 de outubro de 2005, em dois exemplares, nas línguas portuguesa e italiana, os dois textos fazendo igualmente fé.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
CELSO AMORIM

Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA ITALIANA  
GIANFRANCO FINI

Vice-Presidente do Conselho de Ministros e  
Ministro das Relações Exteriores

**Declaração Conjunta sobre os resultados das conversações oficiais entre o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Pútín (18/10/2005)**

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e o Presidente da Federação da Rússia, Vladimir V. Pútín, expressaram satisfação com a realização da visita oficial do Chefe de Estado brasileiro à Federação da Rússia e constataram a importância desta visita para a consolidação da parceria estratégica entre os dois Países.

2. Nas conversações, os Presidentes do Brasil e da Rússia confirmaram a importância que atribuem à paz, à democracia, ao desenvolvimento com justiça social, à igualdade e ao respeito e proteção dos Direitos Humanos.

Os dois Chefes de Estado expressaram igualmente sua satisfação com o adensamento do relacionamento bilateral ocorrido desde a visita do Presidente Vladimir V. Pútín ao Brasil, em novembro de 2004, a primeira de um Chefe de Estado russo àquele país.

Nesse contexto, atribuíram elevada importância ao papel da Comissão Brasileiro-Russa

de Alto Nível de Cooperação e da Comissão Intergovernamental Brasileiro-Russa de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica.

3. Os Presidentes avaliaram positivamente o grande dinamismo do intercâmbio comercial bilateral, que alcançou a cifra de 2,1 bilhões de dólares nos primeiros sete meses de 2005. Manifestaram disposição de incentivar os setores público e privado de seus países a incrementar e diversificar a pauta bilateral de bens e serviços, a fim de aperfeiçoar o perfil da balança comercial entre os dois países, buscando, em particular, o aumento de produtos de alto valor agregado, bem como a elaboração de novos projetos de cooperação econômica, inclusive de investimentos recíprocos.

Os dois Presidentes constataram com satisfação o considerável potencial de cooperação na área da indústria da aviação. Nesse contexto, assinalaram a disposição da empresa brasileira Embraer de estabelecer parceria com empresas russas, inclusive a possibilidade de estabelecimento de linha de montagem de jatos ERJ-145 na Rússia. Ao mesmo tempo consideraram positivamente a colocação no mercado brasileiro de helicópteros e hidroaviões russos, em particular o helicóptero MI-171A e do avião BE-103, já certificados no Brasil, e de outros tipos de helicópteros que venham a ser certificados brevemente.

4. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Vladimir V. Pútín registraram com satisfação a conclusão das negociações bilaterais sobre a acessão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC), cuja efetivação possibilitará o fortalecimento do sistema mundial de comércio e das relações econômico-comerciais bilaterais.

5. No contexto da formação da “aliança tecnológica” entre o Brasil e a Rússia, proposta pelos dois Presidentes, foram constatados avanços, em particular, no desenvolvimento da cooperação bilateral para os usos pacíficos do espaço exterior. Especial destaque foi dado à missão de astronauta brasileiro no segmento russo da Estação Espacial

Internacional, em 2006, conforme contrato assinado na presença dos dois Mandatários. Observaram que as negociações sobre a cooperação brasileiro-russa para a modernização do “VLS-1” brasileiro encontram-se em fase avançada e que está em fase de negociação programa conjunto para a construção de equipamento espacial de telecomunicações. Ainda no tocante à cooperação bilateral na área espacial, os dois Presidentes instruíram as instituições competentes de seus respectivos países a dar continuidade à implementação do programa de cooperação na área dos usos pacíficos do espaço exterior. Decidiram acelerar a criação da base legal e contratual necessária, priorizando-se a conclusão de acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia sobre as medidas para proteção de tecnologias relacionadas à cooperação na pesquisa e utilização do espaço exterior para fins pacíficos.

6. Ao manifestarem sua satisfação com os recentes avanços no desenvolvimento da cooperação técnico-científica, os dois Mandatários sublinharam a necessidade de se aproveitar de forma mais eficaz o potencial de cooperação existente nessa área.

7. Foi constatado avanço na cooperação bilateral na área energética, em particular, a possibilidade do aumento da participação russa na construção de usinas hidrelétricas no Brasil e o fortalecimento da coordenação entre empresas do setor do petróleo e do gás, da área petroquímica dos dois países, bem como intercâmbio de experiências na área de energia renováveis, em particular o etanol. Constatadas aquelas perspectivas promissoras, os dois Presidentes concordaram com a conveniência de estabelecer uma parceria privilegiada na área de energia.

8. Os Presidentes confirmaram sua disposição de examinar favoravelmente maneiras de explorar o potencial da cooperação técnico-militar, conforme os interesses dos dois países.

9. As Partes reiteraram seu compromisso com a utilização racional dos recursos naturais, com o

objetivo de promover o desenvolvimento sustentável. Constataram o potencial existente para o incremento da cooperação bilateral em áreas como a utilização de tecnologias ecologicamente limpas e pesquisas na área ambiental.

10. Os Presidentes assinalaram o adensamento das relações bilaterais nas áreas cultural, educacional e esportiva, que contribui para o enriquecimento cultural mútuo, assim como para um melhor conhecimento recíproco dos povos dos dois países.

11. Foi destacada a crescente interação entre as unidades da Federação no Brasil e na Rússia no estabelecimento de laços diretos e de cooperação. Os mandatários dos dois países continuarão a apoiar o desenvolvimento desta tendência.

12. Os Presidentes expressaram sua satisfação com a assinatura, no decorrer da visita, dos seguintes documentos:

-Memorando entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Federal da Rússia sobre a Criação de Grupo de Trabalho Conjunto;

-Protocolo entre a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Federal da Rússia sobre Cooperação para Modernização do Veículo Lançador VLS-1; e

-Contrato para Missão Espacial de um Participante em Vôo Espacial (SFP) ao Setor Russo da Estação Espacial Internacional.

13. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vladimir V. Pútín confirmaram a proximidade de posições do Brasil e da Rússia com relação às principais questões internacionais. Declararam-se a favor da ampliação da cooperação dos dois países no plano bilateral e em foros multilaterais, em prol do fortalecimento da paz e da segurança mundiais, e de uma nova ordem mundial, multipolar, mais democrática, justa e segura, com base no direito internacional.

14. Os Presidentes da República Federativa do Brasil e da Federação da Rússia estão convencidos de que apenas ações conjuntas da comunidade internacional podem responder

adequadamente às novas ameaças e desafios. Repudiam as decisões e ações unilaterais e defendem o fortalecimento do papel central do sistema das Nações Unidas.

15. Os Presidentes sublinharam que o sexagésimo aniversário da ONU constitui oportunidade para que todos os seus membros reafirmem seu compromisso com os objetivos e princípios da Carta da Organização e dêem sua contribuição para o seu fortalecimento e o aumento da eficácia da Organização.

Os dois Chefes de Estado apoiaram os resultados da Cúpula do Milênio. Neste contexto, e reconhecendo a importância da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o Presidente Vladimir V. Pútín expressou o apoio da Rússia ao Brasil na qualidade de um dos fortes candidatos a vaga de membro permanente do Conselho de Segurança reformado, no entendimento de que seja tomada decisão, mediante acordo, sobre a ampliação do Conselho de Segurança da ONU em ambas as categorias. Ao mesmo tempo, as Partes assinalaram a necessidade de obtenção do mais amplo acordo na tomada de decisões relativas a todos os processos de reforma na ONU.

O Presidente Lula agradeceu o gesto de apoio russo, que reconhece a necessidade de reforma da ONU e o papel positivo que o Brasil tem a desempenhar naquele contexto.

16. O Brasil e a Rússia consideram o terrorismo uma ameaça à paz e à segurança internacionais, que viola objetivos e princípios da Carta da ONU, e reiteraram a necessidade de estreitar a cooperação internacional, tanto bilateral quanto multilateral, com vistas a combater o terrorismo e seu financiamento, na observância dos Direitos Humanos e dos princípios consagrados do Direito Internacional. Os Chefes de Estado avaliaram positivamente a cooperação entre o Brasil e a Rússia na luta contra o terrorismo, o narcotráfico e o crime organizado transnacional, tanto no plano bilateral quanto no plano multilateral. Nesse sentido,

ressaltaram a importância da cooperação no âmbito das Nações Unidas, bem como no plano regional.

17. Da mesma forma, manifestaram sua preocupação com o tráfico internacional de drogas, armas e seres humanos e ante seus efeitos negativos para a paz, a segurança, a estabilidade e a democracia, e comprometeram-se a estreitar a cooperação bilateral e multilateral com vistas a combater aqueles ilícitos transnacionais.

18. O Brasil e a Rússia reiteraram seu compromisso com os princípios do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e do regime de não-proliferação nuclear em geral, em suas vertentes de não-proliferação, desarmamento e acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos. Nesse sentido, pretendem contribuir para a adoção de medidas que visem a acelerar a entrada em vigor do Tratado de Proibição Total de Testes Nucleares, e reiteraram seu compromisso de não serem os primeiros a colocarem armamentos no espaço exterior.

19. No contexto da coordenação das ações do Brasil e da Rússia no âmbito de diversos órgãos da ONU e de organismos especializados, os Presidentes sublinharam sua firme determinação de trabalhar conjuntamente a fim de promover maior cooperação internacional, com vistas à criação de novos mecanismos para o financiamento do desenvolvimento e para o combate à fome e à pobreza em escala mundial.

20. O Brasil e a Rússia, conscientes das amplas possibilidades que são abertas pelo desenvolvimento vertiginoso e pela maciça utilização dos meios e tecnologias de informação e comunicação, exprimem sua preocupação com o fato de que, ademais das vantagens que os processos de informatização global oferecem a nossos dois países, surgem reais ameaças de utilização dos avanços na área de informação para fins incompatíveis com as tarefas que visam a assegurar a estabilidade e a segurança internacionais, tanto na esfera civil como na militar.

Os Presidentes confirmam a vontade dos dois países de continuar o diálogo Brasil-Rússia e

intensificar os esforços conjuntos para promover a cooperação, inclusive no âmbito da ONU, sobre segurança da informação.

21. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Vladimir V. Pútín destacaram a importância das organizações regionais das quais fazem parte o Brasil e a Rússia para o desenvolvimento de processos de integração, e confirmaram a sua disposição de contribuir para os contatos entre estas organizações, inclusive entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Grupo do Rio, a Comunidade dos Estados Independentes (CEI) e o Espaço Econômico Comum (EEC).

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República Federativa do Brasil

VLADIMIR V. PUTIN  
Presidente da Federação da Rússia

**Comunicado à imprensa sobre o envio da ajuda humanitária brasileira a El Salvador e Guatemala (18/10/2005)**

Embarcará amanhã para a América Central a ajuda humanitária brasileira às populações de El Salvador e Guatemala vitimadas pelos desastres naturais ocorridos naqueles países.

A referida ajuda humanitária, compreendendo um total de 6 toneladas de cestas básicas e 12 toneladas de medicamentos, deverá partir de Brasília em aeronave 707 da Força Aérea Brasileira às 12h00 (hora local) do dia 19 de outubro.

**Nota conjunta à Imprensa - Governo Federal enviará ajuda humanitária à região da Caxemira (18/10/2005)**

O Governo brasileiro, profundamente entristecido com as conseqüências dos terremotos que atingiram a região da Caxemira no último dia 8 de outubro, solidariza-se com as vítimas dessa calamidade e manifesta seu profundo pesar aos Governos e aos povos desses países.

O Senhor Presidente da República determinou, com vistas a contribuir para obviar o sofrimento das pessoas atingidas, o envio de ajuda humanitária ao Paquistão. Essa ação está sendo articulada pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR). Já foram disponibilizados 300 kg de remédios, oriundos do Ministério da Saúde, e cerca de 14 toneladas de alimentos, provenientes do Ministério do Desenvolvimento Social. O transporte será feito pela Força Aérea Brasileira e a data e a rota do vôo mais adequadas ainda estão em estudo e serão informadas oportunamente.

As Embaixadas do Brasil em Islamabad e em Nova Delhi acompanham os desdobramentos dos tremores de terra e mantêm contato estreito com as autoridades e os hospitais da área a fim de localizar e prestar assistência a cidadãos brasileiros eventualmente vitimados nos terremotos. Até o momento, não há registro de nenhuma vítima brasileira.

Ministério das Relações Exteriores e  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República.

**Comunicado à imprensa sobre os 60 anos das Nações Unidas (21/10/2005)**

Em comemoração aos 60 anos da Organização das Nações Unidas, será realizada, no dia 24 de outubro, segunda-feira, às 9h00, em frente ao Palácio Itamaraty, cerimônia de hasteamento da bandeira das Nações Unidas e, às 19h00, concerto comemorativo no terceiro andar do Palácio.

A ONU existe formalmente desde 24 de outubro de 1945, quando entrou em vigor a Carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco, em 26 de junho de 1945. O Brasil é um dos 51 membros fundadores. As Nações Unidas hoje têm 191 Estados membros e abrangência praticamente universal. Representam, no plano político, a unidade, a solidariedade e a igualdade entre os Estados.

O Brasil tem sido membro ativo das Nações

Unidas desde sua fundação. É o país que ocupou maior número de mandatos (nove) como membro não-permanente no Conselho de Segurança, inclusive o mandato inicial, 1946-47, e o atual, 2004-05. O Brasil exerceu, também, quinze mandatos de três anos no Conselho Econômico e Social (ECOSOC), onde tem estado presente de forma quase ininterrupta desde 1970. O Brasil ocupou a presidência, na pessoa do Chanceler Oswaldo Aranha, da II Sessão Regular da Assembléia Geral das Nações Unidas (1947). Desde o estabelecimento da Corte Internacional de Justiça, em 1945, quatro juízes brasileiros já a integraram.

A partir da IV Sessão Regular da Assembléia Geral (1949), firmou-se o costume de conceder ao Brasil o primeiro lugar entre os oradores no debate geral que se realiza a cada abertura de sessão. Esse costume passou a simbolizar o vínculo especial entre o Brasil e a ONU.

O Brasil tem histórico de relevante contribuição aos esforços de manutenção da paz e segurança internacionais por meio de consistente participação nas operações de paz das Nações Unidas. Desde a missão precursora das operações de paz das Nações Unidas, que acompanhou o encerramento da guerra civil na Grécia em 1945-7, temos integrado contingentes de missões em várias partes do mundo. No passado mais recente, estivemos em Angola e Moçambique, assim como no Timor-Leste, país em que o bem-sucedido esforço de reconciliação política e normalização democrática contou com a ação decisiva de um dos mais ilustres brasileiros, funcionário das Nações Unidas, Sérgio Vieira de Mello. Hoje temos observadores militares na Côte d'Ivoire, no Kossovo, na Libéria, no Sudão, no Chipre e na Guiné-Bissau. Neste último caso, é brasileiro o Conselheiro Militar. A dedicação e o elevado profissionalismo do militar brasileiro em missões de paz da ONU são sempre reconhecidos e são motivo de orgulho para o Brasil.

Em cumprimento a mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o Brasil participa com

o principal contingente (1.200 soldados) e detém o comando militar da força de paz desde junho de 2004. O Brasil realiza no Haiti, ao lado de contingentes da Argentina, Chile, Equador, Espanha, Filipinas, Guatemala, Jordânia, Marrocos, Nepal, Peru, Sri Lanka e Uruguai, além de observadores e policiais de outros 29 países, esforço decisivo em prol da estabilização do país. Atua com a convicção de que solução duradoura para as dificuldades haitianas requer a cooperação internacional nas vertentes de segurança, reconciliação política e reconstrução sócio-econômica.

A partir dos anos 60, com a fundação da UNCTAD e do G-77, a ONU fortaleceu as ações internacionais em prol do desenvolvimento. O tema tomou novo impulso nos anos 70, com a série de grandes conferências das Nações Unidas sobre temas econômicos e sociais (meio ambiente, direitos humanos, situação da mulher, população, desenvolvimento social, assentamentos humanos, igualdade racial, financiamento do desenvolvimento). Hoje, a Ação contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil em parceria com França, Chile e Espanha, à qual posteriormente aderiram Alemanha e Argélia, e as iniciativas para identificar fontes inovadoras de financiamento para o desenvolvimento situam o Brasil na vanguarda da mobilização diplomática internacional pelo cumprimento das Metas do Milênio.

O sentimento de que a ONU precisa adaptar-se a novos tempos e novas realidades geopolíticas ganhou forte impulso nos últimos anos. É hoje amplamente reconhecido que a Organização deverá ser fortalecida e reformada para que possa estar em condições de enfrentar antigos e novos desafios inter-relacionados em matéria de segurança, desenvolvimento e direitos humanos. O documento que emanou da Plenária de Revisão da Declaração do Milênio, a que esteve presente o Presidente Lula, ao lado de mais de 170 Chefes de Estado e de Governo, em setembro último, constitui hoje a base para esse esforço.

A 60ª Assembléia Geral das Nações Unidas

tem pela frente o desafio de examinar agenda ampla de reformas, que inclui a criação da Comissão de Construção da Paz e de Conselho de Direitos Humanos, a negociação de uma Convenção abrangente contra o terrorismo, e melhorias no funcionamento do Secretariado, entre outros temas. O Brasil atribui grande importância a esse esforço de reforma, que busca corrigir o déficit de legitimidade do Conselho de Segurança das Nações Unidas, entre outros temas. Conforme assinalou o Secretário-Geral Kofi Annan, nenhuma reforma da ONU estará completa sem a expansão do Conselho de Segurança e a atualização de seus métodos de trabalho.

#### **Comunicado à imprensa sobre a ajuda humanitária ao Paquistão (21/10/2005)**

De conformidade com a determinação do Presidente da República de enviar ajuda humanitária ao Paquistão, partirá do Rio de Janeiro, no dia 24 de outubro corrente, um Boeing 707 da Força Aérea Brasileira, que transportará doação do Governo brasileiro em apoio às vítimas do terremoto de 8 de outubro.

A operação resulta da coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. A aeronave, em atendimento às necessidades prioritárias indicadas pelo Governo paquistanês, transportará 300 kg de medicamentos e 14 toneladas de alimentos, além de mil cobertores.

#### **Comunicado à imprensa sobre a Segunda Reunião de Consultas Políticas Brasil-República da Turquia (22/10/2005)**

Realizou-se no dia 21 de outubro, em Brasília, a II Reunião de Consultas Políticas entre o Brasil e a República da Turquia. A delegação brasileira foi chefiada pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos-1, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e a delegação turca, pelo Diretor-Geral de Assuntos Políticos Bilaterais (Américas), Embaixador Selahattin Alpar.

O encontro insere-se no âmbito de intensificação de contatos entre as duas Chancelarias no sentido de aprofundar o diálogo político bilateral. Durante a conversa, foram repassados diversos temas da agenda bilateral, em preparação a visitas de alto nível e ao estabelecimento de Comissão de Alto Nível e de Comissão Empresarial Brasil-Turquia. As delegações trocaram também pontos de vista sobre temas regionais e globais.

Em 2004, o volume do comércio entre os dois países atingiu a cifra de 529,6 milhões de dólares, patamar que não reflete todo o potencial das relações comerciais bilaterais. O interesse dos empresários dos dois países em aumentar o volume desse comércio, estimulados com o apoio que vêm recebendo dos governos, gera expectativas quanto a resultados no curto e médio prazo. Há grandes oportunidades de cooperação na área da defesa. Cabe mencionar o interesse do Brasil, por meio da Petrobras, em participar, pela formação de “joint ventures”, do projeto de gás e oleoduto BTC (Baku-Tblisi-Ceyhan), que transportará o produto bruto dos mercados do Cáucaso aos mercados europeus, e o interesse turco no agronegócio e na exportação de equipamento industrial.

#### **Comunicado à imprensa sobre o Protocolo de Montevideu sobre o Comércio de Serviços do MERCOSUL (25/10/2005)**

O Governo brasileiro depositará nos próximos dias, junto ao Governo da República do Paraguai, o instrumento de ratificação do Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços do MERCOSUL, com base no Decreto Legislativo nº 335, de 24 de julho de 2003, que aprovou o texto do Protocolo, e no Decreto Legislativo nº 926, de 15 de setembro de 2005, que aprovou a Lista de Compromissos Específicos Iniciais do Brasil e a Lista de Compromissos Específicos do Brasil resultante da Primeira Rodada de Negociações ao amparo do Protocolo.

O Protocolo de Montevideu responde ao

compromisso fixado no Artigo I do Tratado de Assunção em favor da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países do MERCOSUL. O Protocolo prevê a liberalização completa do comércio intra-regional de serviços em prazo de dez anos a partir de sua entrada em vigor, mediante a adoção progressiva de compromissos específicos nos vários setores.

Com a ratificação brasileira, o Protocolo de Montevidéu entrará em vigor, juntamente com as Listas de Compromissos Específicos Iniciais para liberalizar as condições de acesso a mercados e de tratamento nacional em vários setores de prestação de serviços, a exemplo dos serviços de engenharia, de consultoria, de informática e de comunicações. O Protocolo representa importante passo para o aprofundamento da União Aduaneira e a progressiva conformação do Mercado Comum, na medida em que inicia a redução das barreiras existentes hoje ao comércio de serviços entre os países do MERCOSUL.

### **Comunicado à imprensa sobre a solução amistosa na Comissão Interamericana de Direitos Humanos (26/10/2005)**

Realizou-se, em Washington, no dia 21 de outubro corrente, reunião de trabalho em que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos examinou o caso conhecido como “meninos emasculados”, ocorrido no Maranhão, entre 1991 e 2004. Trata-se de assassinatos em série de crianças e adolescentes que começaram no ano de 1991 e se estenderam até 2003, vitimando 31 crianças e adolescentes. No ano passado foram concluídas as investigações, tendo o mecânico Francisco das Chagas Rodrigues assumido a autoria de todos os crimes.

Na reunião de Washington, foi possível alcançar solução amistosa, com base em proposta apresentada pelos representantes do Estado do Maranhão, que abrangeu todos os itens reivindicados pelos peticionários, em nome das famílias das vítimas.

Trata-se de resultado muito positivo para as famílias afetadas, em primeiro lugar, e para a proteção dos direitos humanos no Brasil em geral. Como é o Estado brasileiro, ou seja, a União, que responde por violações de direitos humanos perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, a boa articulação e o espírito de cooperação entre a União e o Estado do Maranhão foi fundamental para o êxito das negociações.

A solução deste caso específico reveste-se de caráter inédito ao incluir o compromisso com a implementação de políticas públicas de grande alcance e ao contemplar o conjunto das famílias afetadas. A solução amistosa alcançada poderá ter efeito favorável na negociação de soluções para outros casos relativos ao Brasil que tramitam na Comissão.

### **Comunicado à imprensa sobre o Regime Europeu de Importação de Bananas - Resultado da Segunda Arbitragem (27/10/2005)**

Foi circulado hoje, 27 de outubro, aos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) o laudo relativo à segunda arbitragem sobre o regime comunitário europeu de importação de bananas. Após examinar os argumentos e provas apresentados pelas partes, os árbitros concluíram que o novo regime proposto pela UE, com tarifa de 187 euros por tonelada, não garantiria a manutenção do acesso das bananas de origem latino-americana ao mercado comunitário.

A arbitragem em tela - bem como a anterior, cujo resultado foi divulgado em 1º de agosto passado -, decorre de procedimento estabelecido à margem do mecanismo de solução de controvérsias da OMC para determinar se a tarifa única a ser instituída pela União Européia (UE) para o regime que vigorará a partir de janeiro de 2006 garante ou não a manutenção do acesso das bananas provenientes de países que exportam em condições de nação mais favorecida (no presente caso, principalmente latino-americanos) ao mercado comunitário. O procedimento foi estabelecido como parte da permissão

(“waiver”) contida em Decisão Ministerial adotada na Conferência Ministerial de Doha, que autoriza a concessão de preferências tarifárias a ex-colônias europeias da África, Caribe e Pacífico (ACP).

Além do Brasil, participaram do procedimento dessa segunda arbitragem, como co-demandantes, os seguintes países: Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.

Como se recorda, a primeira arbitragem determinou que a tarifa única anteriormente proposta pela União Europeia (UE), de 230 euros por tonelada, não garantiria a manutenção daquele patamar de acesso. Após período de consultas que não levaram a solução mutuamente satisfatória para as partes, a própria UE solicitou o segundo procedimento de arbitragem, desta vez para que os árbitros determinassem se a questão seria “retificada” com uma nova tarifa única – de 187 euros por tonelada -, combinada com limitação de 775.000 toneladas, livre de impostos de importação, para as bananas provenientes de países ACP.

Como consequência da segunda decisão arbitral, a qual determinou que a UE não retificou a proposta anterior, o “waiver” deixará de se aplicar no que diz respeito a bananas a partir da entrada em vigor do novo regime de importação europeu. Nessas condições, eventuais preferências concedidas pela UE às exportações de bananas dos países ACP não mais seriam amparadas pelo “waiver” e estariam em desacordo com as disciplinas da OMC.

Cumprindo observar que, ao longo da arbitragem, o Brasil não questionou a legitimidade ou a importância das preferências concedidas aos países ACP. O País buscou apenas a manutenção das atuais condições de acesso das bananas de origem latino-americana ao mercado comunitário sob o futuro regime de tarifa única. Nesse sentido, tendo em vista as consequências da decisão arbitral hoje divulgada, o Brasil lamenta que a UE não tenha sido capaz de propor regime que atendessem àquele compromisso.

O Brasil permanece aberto a participar de esforços na busca de soluções que preservem as oportunidades de acesso ao mercado europeu das bananas provenientes tanto dos países latino-americanos quanto ACPs, de maneira compatível com as disposições da OMC, sob o regime de tarifa única a ser colocado em vigor a partir de janeiro de 2006.

### **Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Chanceler de Israel ao Ministro Celso Amorim (27/10/2005)**

O Ministro Celso Amorim recebeu hoje, 27 de outubro, mensagem do Ministro das Relações Exteriores de Israel, Silvan Shalom, a propósito de recentes declarações do Presidente Mahmoud Ahmadinejad do Irã.

Em resposta, o Ministro Celso Amorim reiterou ao Chanceler Shalom a posição brasileira de que, ao mesmo tempo em que reconhece o direito palestino a um Estado soberano, defende ter o Estado de Israel o direito de viver em paz e segurança dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas.

Na mesma nota, o Ministro Amorim expressou ao Chanceler de Israel que o Brasil, fiel ao princípio da solução pacífica de controvérsias, condena de maneira veemente quaisquer declarações destinadas a incitar à violência e ao desrespeito do direito internacional.

### **Comunicado à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC - Cartas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (28/10/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou mensagens, em 25 de outubro corrente, ao Presidente da França, Jacques Chirac; ao Presidente da Itália, Carlo Azeglio Ciampi; ao Chefe de Governo da Espanha, José Luis Rodríguez Zapatero; e ao Primeiro-Ministro de Portugal, José Sócrates. Ademais de aspectos específicos do relacionamento bilateral, as mensagens tratam das questões da Rodada Doha da OMC nos seguintes termos:

“Com a aproximação da Conferência Ministerial da OMC em Hong Kong, as negociações na Rodada Doha se encontram em uma hora crítica. As negociações sobre Agricultura, o motor da Rodada, enfrentam a perspectiva de possível paralisação.

Neste mês de outubro, em seguimento aos compromissos assumidos pelo Presidente George W. Bush na Cimeira do G-8, em Gleneagles, os Estados Unidos apresentaram uma proposta sobre a redução de subsídios domésticos em Agricultura. Embora não atenda plenamente às nossas expectativas de uma “redução substancial” nos subsídios praticados, aquele foi um passo importante que animou o G-20, grupo de países em desenvolvimento com interesses em Agricultura, a submeter propostas ambiciosas para a redução no uso de apoio doméstico e cortes nas barreiras tarifárias e não-tarifárias. Na parte relativa a acesso a mercados, a proposta do G-20 se situa a meio caminho entre a proposta norte-americana e a proposta européia. O G-20 propõe, essencialmente, que tanto países desenvolvidos quanto em desenvolvimento dêem um passo além do que fizeram na Rodada anterior em termos de abertura de mercado. O Brasil e o G-20 estão dispostos, conforme demonstrado em nossas propostas, a fazer a sua parte se houver equilíbrio e proporcionalidade também dos principais parceiros.

Agora, aguardamos com grande interesse que a União Européia apresente, ainda nesta semana, sua contribuição sobre acesso a mercados. Alimentamos a expectativa de que essa proposta contemple uma efetiva abertura de mercado para os produtos agrícolas, in natura e processados, dos países em desenvolvimento.

A UE ocupa lugar de relevo no comércio internacional como o maior importador mundial de produtos agrícolas. Portanto, a proposta que venha a fazer nas negociações em Agricultura dará a medida das contribuições que os demais países poderão realizar nesse tema. A proposta comunitária em Agricultura, igualmente, constituirá importante

referência para o esforço que o Brasil poderá fazer nas áreas das tarifas industriais (NAMA) e de serviços. Além do mais, dada a interrelação entre os vários pilares da negociação agrícola, um passo efetivo da União Européia, que signifique real abertura de mercados, estimulará outros parceiros, especialmente os Estados Unidos, a fazer movimentos adicionais, que consideramos indispensáveis, no que toca a subsídios internos.

Assinalo por fim que estou consciente de que alguns países em desenvolvimento que se beneficiam de tratamento preferencial no mercado europeu ou norte-americano têm posição ambivalente em relação às reduções tarifárias. Mas sei que Vossa Excelência concordará comigo no sentido de que não será perpetuando a dependência em relação a poucos produtos e poucos mercados, graças a tarifas artificialmente elevadas, que tais países lograrão desenvolver-se de forma autônoma e sustentável. O Brasil, que já vem reconhecendo e praticando o princípio da assimetria em seu relacionamento com nações em desenvolvimento mais pobres, reafirma sua disposição de trabalhar para que estes países encontrem tratamento digno para suas necessidades, e estará pronto a cooperar com a União Européia para encontrar fórmulas justas e equânimes com este objetivo.

Assim, neste momento crucial, encareço a melhor atenção e cooperação de Vossa Excelência no sentido de influir para que a proposta da União Européia sobre acesso a mercados em Agricultura represente um verdadeiro impulso às negociações agrícolas. Isso só ocorrerá se for contemplada uma redução significativa nas tarifas e barreiras não-tarifárias, para além do acordado na Rodada Uruguai. O êxito da Conferência Ministerial de Hong Kong, e da própria Rodada Doha, depende do esforço que nossos parceiros comunitários possam fazer nesse setor de comércio vital para os países em desenvolvimento.”

Mensagem sobre o mesmo assunto foi também enviada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 25 de outubro, ao Presidente da

Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso.

**Comunicado à imprensa sobre o árbitro da OMC define prazo razoável para implementação no contencioso sobre subsídios europeus ao açúcar (28/10/2005)**

Hoje, 28 de outubro de 2005, o Brasil recebeu, com satisfação, laudo de arbitragem da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre subsídios da União Europeia à exportação de açúcar. O documento estabeleceu que a União Europeia terá 12 meses e três dias para implementar as recomendações do painel e do Órgão de Apelação (OA) a contar da data de adoção dos seus relatórios, 19 de maio de 2005.

Com esta decisão, as Comunidades terão até 22 de maio de 2006 para compatibilizar as normas referentes ao regime açucareiro com suas obrigações sob o Acordo de Agricultura. Mais especificamente, a União Europeia deverá limitar suas exportações de açúcar a 1.273.500 toneladas anuais e seu dispêndio em subsídios à exportação do produto a 499,1 milhões de euros por ano.

O resultado de hoje é satisfatório para o Brasil porque o prazo concedido pelo árbitro, o indiano A. V. Ganesan (membro do Órgão de apelação), expira antes do início do novo ano fiscal europeu (em julho).

Com a retirada dos subsídios ilegais, o mercado internacional de açúcar deverá ser ampliado em volume que pode atingir cinco milhões de toneladas por ano. Ao preço atual de US\$ 296,50/tonelada, abre-se ao Brasil e aos outros produtores competitivos de açúcar mercado potencial da ordem de US\$ 1,48 bilhão por ano.

O Governo brasileiro espera que a União Europeia dê cumprimento às determinações do Órgão de Solução de Controvérsias dentro do prazo estipulado e reitera que a plena observância das disciplinas comerciais já existentes é essencial para a credibilidade das negociações de novas regras multilaterais no contexto da Rodada de Doha.

**Comunicado à imprensa sobre a Reunião Ministerial do Conselho de Segurança (29/10/2005)**

O Ministro Celso Amorim participará na próxima segunda-feira, dia 31 de outubro, em Nova York, de reunião ministerial do Conselho de Segurança das Nações Unidas para examinar o relatório da Comissão Internacional Independente de Investigação, também conhecida como Comissão Mehlis.

A Comissão foi estabelecida pela resolução 1595(2005), com o objetivo de esclarecer as circunstâncias do atentado que matou, em 14 de fevereiro de 2005, o ex-Primeiro-Ministro do Líbano, Rafik Hariri, e 22 outras pessoas.

**Comunicado à imprensa sobre os atentados em Nova Delhi, Índia (29/10/2005)**

O Governo brasileiro condena com veemência os atentados terroristas ocorridos hoje, 29 de outubro, em Nova Delhi, Índia. O Governo brasileiro manifesta seu profundo pesar e sentimento de solidariedade ao Governo e ao povo da Índia e reitera seu repúdio ao terrorismo, independentemente dos seus autores e motivações.

O Governo brasileiro lamenta a perda de vidas inocentes e apresenta suas condolências aos familiares e amigos das vítimas desses atos de violência.

**Comunicado à imprensa sobre a visita do Primeiro-Ministro da Jamaica ao Brasil (31/10/2005)**

O Primeiro-Ministro da Jamaica, Percival J. Patterson, realizará visita oficial ao Brasil, nos dias 1º e 2 de novembro de 2005, atendendo a convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Integrarão a comitiva jamaicana o Ministro do Comércio, Ciência, Tecnologia e Energia, Phillip Paulwell; o Diretor-Geral do Ministério do Desenvolvimento, Denis Morrison; a Presidente da “Jamaica Promotions Corporation”, Patricia Francis, e o Presidente da Agência da Indústria do Açúcar da Jamaica, Embaixador Derick Heaven.

Serão examinadas formas de intensificar a cooperação entre os dois países em diversas áreas, em particular no campo da cultura e da saúde (AIDS/HIV). Nesse sentido, serão discutidas possibilidades de aprofundar os memorandos de entendimento em Açúcar e Etanol e em Agricultura Tropical, assinados durante a visita do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, a Kingston, em maio passado. Também serão discutidos temas de interesse da atualidade mundial e regional e o aprofundamento das relações entre o MERCOSUL e a CARICOM.

Maior ilha dos países caribenhos anglófonos, a Jamaica conta hoje com uma das economias mais robustas da CARICOM. Em termos políticos, tem em sua diplomacia uma referência para países em desenvolvimento. Em 2005, o país preside o G-77. Importante mercado de destino de produtos, serviços e investimentos brasileiros, a Jamaica tem potencial para aumentar sensivelmente seu comércio com o Brasil.

### **Comunicado à imprensa sobre as Jornadas de Direito Internacional Público no Itamaraty (31/10/2005)**

Durante três dias, de 7 a 9 de novembro de 2005, o Ministério das Relações Exteriores promoverá, em Brasília, as “Jornadas de Direito Internacional Público no Itamaraty”.

O objetivo das Jornadas será debater cinco grandes temas do Direito Internacional Público: a Reforma das Nações Unidas e o Sistema Internacional Contemporâneo; a Evolução da Justiça Internacional; a Solução de Controvérsias Comerciais Internacionais; a Atualização do Direito dos Tratados; e os Desafios para a Efetiva Proteção Internacional dos Direitos Humanos.

A realização das Jornadas decorre da percepção de que a célere evolução do Direito Internacional Público está a exigir um estudo de atualização de vários de seus institutos. Nesse contexto, a possibilidade de reforma da Carta das Nações Unidas, a criação do Tribunal Penal

Internacional, a consolidação da Organização Mundial do Comércio, a multiplicação dos tratados internacionais e os avanços do sistema de proteção internacional dos direitos humanos são questões do cenário mundial contemporâneo que, entre outras, requerem análise aprofundada.

Além do exame desses temas, os participantes buscarão atualizar os conteúdos programáticos escolares do Direito Internacional Público, com vistas ao aproveitamento das sugestões das “Jornadas” pelas instituições brasileiras de ensino.

### **Comunicado à imprensa sobre a Criação do Núcleo de Acompanhamento da Febre Aftosa (NAFA) (31/10/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores, em estreita coordenação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem dado acompanhamento permanente às ocorrências de febre aftosa no rebanho bovino e participado ativamente dos esforços do Governo brasileiro no sentido de minimizar o impacto do surto sobre as exportações de produtos brasileiros.

Para facilitar o seguimento de tema crucial na pauta exportadora brasileira, foi criado, no âmbito da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos (SGET), o Núcleo de Acompanhamento da Febre Aftosa (NAFA), que coordenará todas as ações do Itamaraty sobre o assunto.

Em espírito de total transparência junto a nossos parceiros comerciais, as seguintes medidas vêm sendo tomadas pelo MRE:

1 – manutenção de contínuo fluxo de informações para as embaixadas, consulados e representações brasileiras junto à União Européia e a organismos internacionais, a fim de fornecer-lhes, para retransmissão às autoridades locais, os dados técnicos atualizados sobre os focos e as medidas tomadas para contê-los;

2 – atualização diária do quadro de restrições impostas pelos países importadores, com base nas

informações enviadas pelos Postos no exterior, para imediata retransmissão ao MAPA;

3 – gestão da Delegação Permanente do Brasil em Genebra, no Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, instando os países-membros a limitarem medidas restritivas ao Estado afetado e aos produtos que representem risco de contaminação, de acordo com os padrões internacionais;

4 – gestões bilaterais, no mesmo sentido, junto a países que impuseram medidas restritivas a produtos brasileiros para esclarecer o real alcance territorial dos focos e o fato de que o Brasil exporta, em sua grande maioria, carne sem osso e maturada, a qual não apresenta risco de disseminação da doença.

### **Comunicado Conjunto da Visita Oficial do Senhor Percival J. Patterson, Primeiro-Ministro da Jamaica, Brasília (1/11/2005)**

1. Atendendo a convite formulado pelo Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro da Jamaica, Percival J. Patterson, realizou visita oficial ao Brasil, em 1º de novembro de 2005.

2. Os mandatários qualificaram a reunião como uma iniciativa de grande valor para aprofundar as relações entre os dois países e enfatizaram os recentes movimentos de aproximação mútua, como a assinatura, em 16 de maio deste ano, do Memorando de Entendimento para a Modernização da Indústria Açucareira e Produção de Etanol e do Memorando de Entendimento para Cooperação em Agricultura Tropical, durante a viagem do Ministro Celso Amorim a Kingston, e a visita do Ministro da Agricultura Roger Clarke, que esteve em Brasília, São Paulo e Bahia, entre 16 e 22 de agosto. O Presidente do Brasil recebeu, com muita satisfação, a informação de que o Governo jamaicano decidiu estabelecer Embaixada residente no Brasil.

3. O Presidente e o Primeiro-Ministro trataram dos temas da agenda bilateral de interesse

comum, destacando-se aqueles referentes à cooperação técnica na área da saúde, infra-estrutura e turismo, ao comércio, aos investimentos, à produção de biocombustíveis e à conjuntura política regional e internacional. Congratularam-se pelo excelente estado das relações bilaterais, hoje fortalecidas por ampla coincidência de valores e princípios, como a defesa da democracia, dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável, do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias. Registraram, ademais, com satisfação o início dos trabalhos da Cátedra de Português na Universidade das Índias Ocidentais, Campus de Mona, prevista para o próximo mês de janeiro.

4. Reconheceram as assimetrias existentes entre as economias do Brasil e da Jamaica e ressaltaram seu interesse no desenvolvimento de ações que permitam, ao mesmo tempo, promover e reforçar os laços comerciais bilaterais e reduzir o desequilíbrio no fluxo de comércio. Destacaram, ainda, a conveniência de promover investimentos com vistas, inclusive, à possibilidade de aproveitamento de oportunidades em terceiros mercados.

5. Reiteraram a importância de iniciar a cooperação entre os países da CARICOM e o Brasil na utilização de tecnologias para a produção e uso do etanol combustível, do biodiesel e outras fontes alternativas e sustentáveis de energia. Nesse sentido, tomaram conhecimento do interesse de empresas brasileiras tanto na aquisição de usinas jamaicanas de produção de açúcar e álcool quanto na expansão da produção de etanol naquele país.

6. Congratularam-se pela proposta de intercâmbio de técnicos tanto na área de saúde (HIV/AIDS e Anemia Falciforme), quanto na área de agroindústria (açúcar, etanol e frutas tropicais). Registraram, a esse respeito, com satisfação, o fato de que a Agência Brasileira de Cooperação enviará à Jamaica, ainda no corrente mês de novembro, especialista na área agrícola, com ênfase em produção de açúcar e álcool, para prestar assistência técnica ao Governo daquele país, em matéria de

levantamento e análise de solos, tipos de cultivares adequados e estudo sobre a viabilização da introdução de novas variedades de cana-de-açúcar. Também registraram com satisfação a assinatura de Protocolo de Intenções em Cooperação Técnica na Área de Técnicas para o Processamento de Frutas.

7. Concordaram em relação à importância de incrementar a cooperação na área do turismo e, nessa linha, registraram a relevância do estabelecimento de ligações aéreas diretas entre Brasil e Jamaica, com vistas a estimular o fluxo de turistas brasileiros para aquele país. Nesse sentido, comprometeram-se a negociar novo acordo de serviços aéreos em prazo não superior a seis meses.

8. Sublinharam, particularmente, o compromisso comum de ambos os países com a defesa e o fortalecimento do multilateralismo, reconhecendo competir ao Sistema das Nações Unidas papel protagônico na manutenção da paz e da segurança internacionais e na promoção do desenvolvimento econômico e social de forma sustentável. Desse modo, reafirmaram a disposição comum a ambos os países de engajar seus melhores esforços pelo aperfeiçoamento e maior democratização do sistema multilateral. Enfatizaram, em particular, a necessidade da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, no sentido de que este represente, de forma equilibrada, a comunidade internacional de Estados, sobretudo através da inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes. O Primeiro-Ministro reiterou o reconhecimento da Jamaica da aspiração histórica do Brasil por ocupar um assento permanente naquele Conselho.

9. Nesse sentido, manifestaram sua disposição de intensificar o diálogo e a cooperação no marco da ONU, OEA e outros foros multilaterais em temas de interesse comum, com o fim de contribuir para o estabelecimento de um Sistema de Relações Internacionais mais justo, equitativo e democrático, baseado na preeminência do Direito Internacional.

10. Reconheceram a importância desempenhada pela comunidade internacional e em

especial pela liderança brasileira da MINUSTAH, no esforço pela estabilização e pelo desenvolvimento de uma sociedade mais justa e democrática no Haiti, e manifestaram a esperança de que o processo eleitoral, ora em curso naquele país, leve ao fortalecimento das instituições e à retomada do desenvolvimento econômico e social, com a plena reintegração do Haiti na comunidade americana.

11. Reafirmaram o compromisso de seus Governos com a luta contra o terrorismo, o tráfico de narcóticos e armas leves e outras formas de crime internacional, assim como a intenção de promover o intercâmbio de experiências no combate a esses grupos e identificar áreas para a cooperação futura sobre o tema.

12. O Presidente e o Primeiro-Ministro coincidiram acerca da importância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de seus países e, particularmente, para garantir a segurança alimentar de suas populações. Enfatizaram a necessidade de que todos os povos se beneficiem das oportunidades proporcionadas pelo sistema multilateral de comércio. Consideraram injustificáveis os desequilíbrios e assimetrias nas regras comerciais vigentes, que permitem a utilização de subsídios e barreiras para aqueles produtos em que os países em desenvolvimento são mais competitivos.

13. Reiteraram seu compromisso de favorecer a integração dos países da região, estando determinados a perseverar nos esforços para a consecução dessa aspiração comum que, no âmbito da democracia, da paz e da cooperação, deve traduzir-se na conformação de modelo de desenvolvimento que conjugue crescimento econômico, justiça social e promoção da cidadania. Nesse sentido, reafirmaram seu empenho em colaborar para o bom encaminhamento das negociações para um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a CARICON.

14. Ao término da visita, o Primeiro-Ministro Patterson agradeceu a calorosa hospitalidade

recebida por ele e pelos membros de sua delegação por parte do Governo e do Povo do Brasil. O Primeiro-Ministro Patterson convidou o Presidente do Brasil para que visite a Jamaica.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente George W. Bush ao Brasil (03/11/2005)**

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush, realizará visita de trabalho a Brasília nos dias 5 e 6 de novembro corrente. Virá acompanhado da Primeira-Dama Laura Bush, e sua delegação contará com a presença da Secretária de Estado Condoleezza Rice, do Assessor para Assuntos de Segurança Nacional Stephen Hadley, além de outros altos funcionários do Governo.

O Chefe de Estado norte-americano será recebido pelo Presidente Lula na manhã e início da tarde do dia 6, na Granja do Torto, onde será cumprida a programação oficial. Os mandatários passarão em revista a agenda bilateral e discutirão temas de interesse comum da atualidade regional e internacional. Ao final da visita, será emitido Comunicado Conjunto.

Destino de quase um quinto das exportações brasileiras, os Estados Unidos permanecem na posição de principal parceiro comercial individual do Brasil. As trocas bilaterais vêm-se incrementando, havendo as exportações crescido 20% em 2004 – resultado significativo quando se considera que cerca de 90% da pauta se compõe de produtos manufaturados. A corrente de comércio superou os US\$ 31 bilhões no ano passado e chegou a US\$ 26 bilhões nos primeiros nove meses de 2005. Na América do Sul, o Brasil continua a ser o maior receptor de investimentos diretos norte-americanos, cujo estoque acumulado se estima em US\$ 34 bilhões.

Dentre os resultados esperados do encontro presidencial, destaca-se o fortalecimento dos mecanismos de cooperação nas áreas de ciência e

tecnologia, educação, meio ambiente e saúde, nos moldes da experiência bem-sucedida dos grupos de trabalho sobre crescimento, agricultura e energia, criados durante a visita do Presidente Lula a Washington, em junho de 2003. Igualmente, serão intensificados os canais de diálogo institucional, com vistas a estimular os setores público e privado a aumentarem e diversificarem os fluxos de bens e serviços. Ainda no contexto da visita, à luz das afinidades existentes entre as duas grandes democracias multiétnicas que representam, onde se encontram os maiores contingentes de afrodescendentes fora da África, os Presidentes expressarão seu compromisso com a implementação de ações conjuntas destinadas à promoção da igualdade de oportunidades.

### **Comunicado à imprensa sobre a IV Cúpula das Américas, Mar del Plata (03/11/2005)**

A IV Cúpula das Américas se realizará na cidade argentina de Mar del Plata, nos dias 4 e 5 de novembro de 2005. O processo de cúpulas, iniciado em Miami, em 1994, conta com a participação de 34 países da região.

Estão neste momento em fase final os trabalhos preparatórios para a reunião de Mar del Plata, que incluem a discussão de uma declaração política e de um plano de ação, centrados nos elementos que compõem o tema escolhido por unanimidade para o evento: “Gerar Trabalho para Enfrentar a Pobreza e Fortalecer a Governabilidade Democrática”.

Poderão ser também submetidos à consideração dos países participantes comunicados sobre tópicos específicos, não diretamente vinculados ao tema central, mas de interesse comum dos países da região.

Os trabalhos preparatórios de hoje, 3 de novembro, estão dedicados ao diálogo entre os governos participantes e representantes da sociedade civil, setor privado, trabalhadores e empregadores, povos indígenas e parlamentares.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (04/11/2005)**

O Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados, Dr. António Guterres, realizará visita oficial ao Brasil de 6 a 8 de novembro. O Alto Comissário, eleito pela Assembleia Geral das Nações Unidas em junho último para mandato de cinco anos, exerceu a função de Primeiro-Ministro de Portugal de 1996 a 2002.

O ACNUR tem manifestado reconhecimento pelos esforços do Brasil no domínio da proteção internacional de refugiados. Atualmente, o Brasil abriga 3.200 refugiados, procedentes de 54 países. A programação da visita prevê audiências com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os Ministros das Relações Exteriores e da Justiça, assim como encontros com parlamentares, representantes da CNBB, de universidades e entidades civis.

O Alto Comissário tem trabalhado para aprofundar a coordenação do ACNUR com as agências e programas de desenvolvimento do sistema das Nações Unidas, com vistas a combater as causas que, nos países de origem dos refugiados, contribuem para desencadear crises humanitárias.

A política brasileira de proteção e reassentamento de refugiados, cuja implementação compete ao Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), tem-se expandido nos últimos anos. Os esforços do Governo brasileiro, em coordenação com o ACNUR, estão concentrados na busca de soluções duráveis para a questão dos refugiados, sobretudo com base no fortalecimento institucional do regime de parceria e compartilhamento de responsabilidades entre o Governo Federal e entidades civis – aspecto imprescindível na consolidação de políticas públicas de alcance humanitário.

### **Comunicado à imprensa sobre a viagem do Ministro Celso Amorim a Londres e Genebra (04/11/2005)**

O Ministro Celso Amorim viajará a Londres,

onde participará, no dia 7 de novembro, de reunião ministerial sobre o estado geral das negociações na OMC com representantes da Índia, dos Estados Unidos e da União Europeia (G-4).

No dia seguinte, em Genebra, participará de consultas informais conduzidas pelo Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, sobre o andamento da Rodada.

Na quarta-feira, dia 9, ainda em Genebra, o Ministro Amorim presidirá Reunião Ministerial do G-20, ocasião em que o Grupo fará uma avaliação do estado das negociações em agricultura. Também manterá encontros bilaterais com seus congêneres de diversos países, incluindo membros do grupo de ex-colônias europeias da África, Caribe e Pacífico (ACP), Grupo Africano e Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).

### **Declaração Conjunta por ocasião da visita do Presidente George W. Bush ao Brasil (06/11/2005)**

1. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush ressaltaram os laços cada vez mais profundos e estreitos entre o Brasil e os Estados Unidos, baseados em valores e objetivos comuns, incluindo promoção da democracia, desenvolvimento, crescimento econômico, liberalização do comércio, segurança internacional e luta contra o terrorismo. Reconheceram o elo entre desenvolvimento, paz, segurança, direitos humanos e justiça social. Reafirmaram o compromisso de fortalecer, ainda mais, as relações bilaterais baseadas nesses princípios e aprofundar o diálogo estratégico em curso entre os dois países sobre democracia, desenvolvimento e outras prioridades compartilhadas.

2. Os Presidentes enfatizaram a prioridade conferida por ambos os governos à reforma das Nações Unidas para torná-la mais eficiente e sintonizada com a realidade contemporânea. Concordaram em trabalhar juntos em temas como a reforma administrativa, bem como a criação do Conselho de Direitos Humanos e da Comissão para Construção da Paz. Comprometeram-se ademais em

estabelecer coordenação estreita sobre a questão da Reforma do Conselho de Segurança, vista por ambos como importante componente da reforma. Reafirmaram também o compromisso de combater a fome e a pobreza, promover valores democráticos e incentivar o desenvolvimento econômico e frisaram a importância de implementar o Consenso de Monterrey sobre Financiamento para o Desenvolvimento e as Metas de Desenvolvimento do Milênio.

3. Concordaram em trabalhar conjuntamente no âmbito da Comunidade das Democracias para promover o aprimoramento da governabilidade, os diálogos regionais e inter-regionais, o desenvolvimento e a redução da pobreza. O Brasil e os Estados Unidos também concordaram em aumentar os esforços para cooperar na promoção da igualdade de oportunidades, dos valores democráticos e diversidade na força de trabalho, levando-se em conta a natureza multiétnica e multicultural de suas sociedades.

4. Os Presidentes reafirmaram também o compromisso de trabalhar a fim de garantir um resultado positivo na Conferência Ministerial da OMC, a realizar-se em Hong Kong, em dezembro de 2005, bem como por uma conclusão bem sucedida da Rodada Doha até o fim de 2006. Nesse contexto, o Presidente Lula acolheu, com satisfação, o pronunciamento feito pelo Presidente Bush na Reunião Plenária de Alto Nível das Nações Unidas em 2005, no qual se reafirmou que os Estados Unidos estão prontos para eliminar as tarifas, os subsídios e outras barreiras ao livre fluxo de bens e serviços, desde que outras nações procedam da mesma forma.

5. Os Presidentes observaram, com satisfação, o crescimento do comércio bilateral e do investimento entre os EUA e o Brasil. Comprometeram-se a incentivar os setores público e privado de seus respectivos países a aumentar e diversificar os fluxos bilaterais de bens e serviços. Para tanto, manifestaram expectativa de incrementar substancialmente o comércio até 2010.

6. Reafirmando o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio da OMC (TRIPS), reconheceram que a proteção e a observância dos direitos de propriedade intelectual deverão contribuir para a promoção da inovação tecnológica e a transferência e difusão de tecnologia, em benefício recíproco dos produtores e dos usuários de conhecimentos tecnológicos e de modo a favorecer o bem-estar social e econômico e o equilíbrio de direitos e obrigações. Os mandatários concordaram em promover inovação e avanços tecnológicos, inclusive mediante a promoção de forte proteção da propriedade intelectual e observância efetiva dos direitos de propriedade intelectual. Os Presidentes também reafirmaram a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública.

7. Concordaram em reforçar a cooperação bilateral para combater o narcotráfico, o tráfico de animais silvestres, o terrorismo e a lavagem de dinheiro, com ênfase na troca de informações entre as unidades de inteligência financeira dos dois países e na definição de mecanismos para recuperação de ativos resultantes de ilícitos transnacionais.

8. Como Co-Presidentes do processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), os Presidentes observaram a importância de prosseguir com os esforços para promover a liberalização do comércio, reafirmaram o compromisso com o processo da ALCA, baseados no marco de Miami, e manifestaram a expectativa pela oportuna retomada das negociações. Observaram, também, que os esforços para a integração da América do Sul, como o Mercosul e a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), são instrumentos importantes para a promoção da prosperidade, da estabilidade e da democracia na região. De igual modo, notaram que a aproximação entre os países sul-americanos contribui, de forma adicional, para os objetivos de integração regional no âmbito latino-americano e das Américas como um todo.

9. Os Presidentes manifestaram o desejo de trabalhar conjuntamente para enfrentar desafios

específicos nas Américas e em outras regiões. Os Presidentes Lula e Bush manifestaram apoio para trabalhar em parceria com os africanos para promover paz, democracia e prosperidade na África.

10. Na área de saúde, reconheceram a necessidade de estruturação do diálogo bilateral e indicaram o desejo de realizar ações conjuntas para combater o HIV/AIDS, a malária e a tuberculose, desenvolver estratégias para o tratamento de doenças não contagiosas e enfrentar a ameaça da gripe aviária.

11. Os Presidentes afirmaram o compromisso de assegurar que estabilidade política, democracia e desenvolvimento se estabeleçam de forma permanente no Haiti. O Brasil e os Estados Unidos acompanham, com atenção, o desenrolar do processo eleitoral no Haiti, e expressaram confiança em que um novo Presidente democraticamente eleito tome posse no dia 7 de fevereiro de 2006.

12. Os Presidentes observaram, com satisfação, as atividades dos Grupos de Trabalho sobre crescimento econômico, agricultura e energia, criados em junho de 2003, bem como as do Mecanismo de Consultas sobre Comércio e Investimentos, criado em 2001. Os Presidentes comprometeram-se igualmente a intensificar os diálogos e a cooperação existentes em ciência e tecnologia, educação, meio ambiente e promoção do comércio e do investimento. Concordaram em:

a. convocar a Comissão Conjunta prevista no Acordo Bilateral de Cooperação em Ciência e Tecnologia de 1984 e reforçar atividades de médio e longo prazo em áreas como ciências da terra, do ar e do espaço, saúde, biodiversidade e agricultura;

b. renovar o atual Memorando de Entendimento, continuando a “Parceria para a Educação”;

c. elevar o nível do atual diálogo sobre a proteção do meio ambiente e sobre o manejo sustentável dos recursos naturais; e

d. estabelecer um mecanismo de consultas informais entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e o Departamento de

Comércio.

13. Os Presidentes reafirmaram sua amizade e o compromisso de reforçar ainda mais os laços entre os dois países, a fim de promover a liberdade, a democracia, a segurança e a prosperidade.

Brasília, 6/11/05

### **Comunicado à imprensa sobre a IV Cúpula das Américas - Declaração de Mar del Plata (07/11/2005)**

Transcreve-se, abaixo, texto, em espanhol, da Declaração de Mar del Plata, do Plano de Ação, e de Declarações específicas aprovadas ao final da IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, de 4 a 5 de novembro.

Os demais documentos aprovados durante o evento poderão ser acessados nos seguintes endereços eletrônicos:

<http://www.Ivcumbreamericas.gov.ar>,

<http://www.cumbre-americas.org>.

#### **Cuarta Cumbre de Las Américas Declaración de Mar del Plata**

**“Crear Trabajo para Enfrentar la Pobreza y Fortalecer la Gobernabilidad Democrática”**

Mar del Plata, Argentina - 5 de noviembre de 2005

1. Convencidos de la necesidad de profundizar la democracia y afianzar la libertad en las Américas de acuerdo con los principios contenidos en la Carta de la Organización de los Estados Americanos y en la Carta Democrática Interamericana y de su plena aplicación como fundamento de nuestra comunidad hemisférica, nosotros, los Jefes de Estado y de Gobierno de los países democráticos de las Américas, reunidos en la ciudad de Mar del Plata, Argentina, en ocasión de nuestra Cuarta Cumbre, reafirmamos nuestro compromiso de combatir la pobreza, la desigualdad, el hambre y la exclusión social para elevar las condiciones de vida de nuestros pueblos y reforzar la gobernabilidad democrática en las Américas. Le

asignamos al derecho al trabajo tal como se encuentra estipulado en los instrumentos de derechos humanos un lugar central en la agenda hemisférica, reconociendo así el rol esencial de la creación de trabajo decente para alcanzar estos objetivos.

2. Teniendo en cuenta la Declaración de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sobre los Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo (1998) y el compromiso con la promoción, el fortalecimiento y la defensa de la democracia adoptados en la Carta de la OEA y en la Carta Democrática Interamericana, impulsaremos el bienestar social, una distribución equitativa de los beneficios del crecimiento económico, el aumento de los niveles de vida del hemisferio, la eliminación del hambre y alcanzar la seguridad alimentaria, la creación de nuevas fuentes de empleo y la promoción del espíritu emprendedor.

3. Reafirmamos nuestro apoyo a los mandatos y compromisos asumidos en las Cumbres de las Américas; la Cumbre Mundial sobre Desarrollo Social (Copenhague, 1995); la Cumbre del Milenio de Naciones Unidas (Nueva York, 2000); la Conferencia Internacional sobre la Financiación para el Desarrollo (Monterrey, 2002); la Cumbre Mundial sobre el Desarrollo Sostenible (Johannesburgo, 2002); y la Reunión Plenaria de Alto Nivel del sexagésimo período de sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas (Nueva York, 2005)\*, como condición fundamental para el desarrollo sostenible de nuestros países.

---

\* Reserva de Venezuela  
Crecimiento con Empleo

4. En la búsqueda de un crecimiento económico sostenido, de largo plazo y equitativo que cree trabajo, reduzca la pobreza, elimine el hambre y eleve los niveles de vida de la población, inclusive para los sectores y grupos sociales más vulnerables, y en el marco de estrategias nacionales, nos comprometemos a continuar instrumentando políticas macroeconómicas sólidas encaminadas a mantener

índices altos de crecimiento, el pleno empleo, políticas monetarias y fiscales prudentes, regímenes de tasas de cambio apropiadas, una gestión prudente y adecuada de la deuda pública, la diversificación de la economía y el mejoramiento de la competitividad. Al mismo tiempo, estimularemos el aumento de los ingresos y mejoraremos su distribución, aumentaremos la productividad y protegeremos los derechos de los trabajadores y el medio ambiente. Reconocemos que la función apropiada del Estado en las economías con orientación de mercado variará de un país a otro.

5. Destacamos la importancia de la participación del sector empresarial en el logro de nuestros objetivos. Reconocemos, en particular, que las micro, pequeñas y medianas empresas, proveedoras de bienes y servicios, constituyen un componente fundamental para el crecimiento económico, la creación de empleo y la reducción de la pobreza y la desigualdad social en nuestros países.

6. Reafirmamos nuestro compromiso con el Consenso de Monterrey, en el sentido de que cada país es el principal responsable de su propio desarrollo social y económico a través de políticas sólidas, la promoción de una buena gestión pública en todos los niveles y el respeto al estado de derecho y que al mismo tiempo la comunidad internacional debe apoyar los esfuerzos nacionales de desarrollo. En este contexto, reiteramos que las oportunidades de comercio e inversión son necesarias para los países en su lucha contra la pobreza y en sus esfuerzos de desarrollo. De igual manera, en este contexto, nos comprometemos a coordinar esfuerzos internacionales que apoyen políticas de desarrollo sostenible, identificar fuentes de financiamiento seguras y movilizar recursos para el desarrollo y el combate contra la pobreza y el hambre.

7. Nos preocupa constatar que la pobreza es un fenómeno que está presente en todos los países del Hemisferio y que la pobreza extrema afecta a millones de personas. En ese sentido, nos comprometemos a intensificar nuestros esfuerzos para

dar cumplimiento a los compromisos asumidos en la Cumbre del Milenio, especialmente el de la reducción, para 2015, en un 50%, de la proporción de personas que viven en pobreza extrema, ya que, a pesar de los esfuerzos realizados por los países de América Latina y del Caribe, más de 96 millones de personas aún viven en pobreza extrema.

8. Reconocemos que el crecimiento económico es una condición básica e indispensable, pero no suficiente, para enfrentar las elevadas tasas de desocupación, la pobreza y el crecimiento de la economía informal. Reconocemos que sólo los países que han logrado crecimiento económico sostenido han tenido éxito en disminuir la pobreza. Sin embargo, en el pasado reciente, algunos países de nuestro Hemisferio han pasado por períodos de crecimiento económico que no se han traducido en tasas de empleo equivalentes, acentuando los problemas existentes de alta concentración de ingresos, pobreza e indigencia. El desafío consiste en sostener tasas más altas de crecimiento con equidad e inclusión social, y generar mayores oportunidades, inversión social y desarrollo social.

Las políticas económicas apropiadas y un contexto económico y comercial internacional favorable son factores que ayudaron a la región a alcanzar en el 2004 un aumento de ingresos y la tasa más alta de crecimiento en un cuarto de siglo, lo cual contribuyó a la generación de empleo.

9. Reconocemos que algunas economías de la región han confrontado perturbaciones externas negativas con consecuentes ajustes internos que afectan su capacidad de generar empleo adecuado. Instamos a los países a que continúen a implementar políticas sólidas para abordar esos factores. También hacemos un llamado a una mayor cooperación a nivel bilateral, regional y multilateral para enfrentar estos problemas.

10. Reconociendo la existencia de factores externos que obstaculizan el crecimiento económico, reafirmamos la importancia de la cooperación internacional a los países de renta media-baja, a fin

de complementar los esfuerzos nacionales para que cumplan con sus programas de desarrollo y los compromisos de los objetivos del milenio, cooperación que coadyuvará a la generación de empleo y a la gobernabilidad democrática.

11. Manifestamos nuestra preocupación por el incremento de la intensidad de los desastres naturales o causados por el hombre y su impacto devastador en las vidas humanas, la infraestructura y las economías en el Hemisferio. Hacemos un llamado a la acción a nivel nacional, regional e internacional para fortalecer los programas de manejo de desastres, incluyendo un incremento en la capacidad de preparación, desarrollo de sistemas de alerta temprana, mitigación de riesgos y recuperación y reconstrucción después del desastre y asistencia técnica y financiera, según corresponda, particularmente para países vulnerables a los mismos para reducir su impacto. Apoyamos los esfuerzos en curso para explorar la participación de los sectores público y privado en medidas comprensivas de seguro de riesgo contra catástrofes.

12. El crecimiento económico sostenido, con equidad e inclusión social, es una condición indispensable para crear empleo, enfrentar la pobreza extrema y superar la desigualdad en el Hemisferio. Para ello, es necesario mejorar la transparencia y el clima de inversión en nuestros países, acrecentar el capital humano, estimular el aumento de los ingresos y mejorar su distribución, promover la responsabilidad social de las empresas, y alentar tanto el espíritu de empresa como una vigorosa actividad empresarial.

13. Reconociendo que la reducción de la desigualdad y eliminación de la pobreza no pueden alcanzarse sólo a través de políticas sociales de carácter asistencial, nos comprometemos a implementar políticas integrales que institucionalicen la lucha contra la pobreza. Nos comprometemos a consolidar sociedades más democráticas con oportunidades para todos y a fomentar un mayor acceso para nuestros pueblos a la educación, a la

salud y a los mercados laborales y de crédito.

14. Considerando los esfuerzos realizados en el Hemisferio en la lucha contra el narcotráfico, reiteramos nuestro respaldo para asegurar que los proyectos de desarrollo alternativo contribuyan al crecimiento económico, fomenten la creación de trabajo decente y apoyen la viabilidad económica sostenible de las comunidades y familias en los países afectados por la presencia de cultivos ilícitos.

15. Uno de los principales desafíos a la estabilidad democrática es generar empleos productivos y de calidad con el interés de asegurar que nuestros pueblos se beneficien de la prosperidad económica. Respalamos el derecho legítimo de un país a procurar y alcanzar su desarrollo dentro del marco de sus realidades políticas, económicas, sociales y culturales. Reiteramos nuestro compromiso de lograr una mayor integración económica y adoptaremos políticas económicas que promuevan el crecimiento económico, generen empleo y reduzcan la pobreza. Para ello, abordaremos los problemas que plantean las barreras al comercio y la deuda insostenible, y continuaremos reformando la arquitectura financiera internacional.

16. Esta reforma tiene, entre otros, los siguientes objetivos: contribuir a la prevención y resolución rápida de las crisis financieras, que perjudican particularmente a los países en desarrollo de la región; aumentar la financiación para el desarrollo; combatir la pobreza; y fortalecer la gobernabilidad democrática. Subrayamos la necesidad de que las instituciones financieras multilaterales, al proporcionar asesoramiento sobre políticas y apoyo financiero, se basen en sólidas opciones nacionales de reforma con las cuales se identifiquen los respectivos países, que tengan en cuenta las necesidades de los pobres y las medidas para reducir la pobreza. Para lograr nuestros objetivos de desarrollo sostenible, necesitamos instituciones internacionales y multilaterales más eficaces, democráticas y dispuestas a rendir cuentas. Instamos a las instituciones financieras internacionales

y regionales a que fortalezcan la coordinación de sus actividades para poder responder más eficazmente a las necesidades de desarrollo a largo plazo de los países de la región y alcanzar resultados medibles en sus esfuerzos para erradicar la pobreza, mediante un uso más eficaz de todos los recursos financieros disponibles para el desarrollo. Para los países más pobres y con menor capacidad crediticia, apoyamos un aumento del financiamiento de los bancos multilaterales de desarrollo (BMD), con carácter no reembolsable, sobre la base de resultados.

17. Haremos esfuerzos con el fin de incrementar la inversión en infraestructura para generar las condiciones favorables para crear trabajo y aumentar la productividad. Asimismo, instrumentaremos políticas que impulsen el desarrollo de nuestros mercados locales y/o regionales.

18. Expresamos nuestro compromiso con el avance de las negociaciones sobre la Agenda de Doha para el Desarrollo. Realizaremos los mayores esfuerzos para lograr un resultado ambicioso y equilibrado de la Sexta Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio (OMC), que permita una exitosa conclusión de la Ronda de Doha en el 2006, sobre la base, entre otros, del principio de trato especial y diferenciado para los países en desarrollo.

Seguimos comprometidos con el progreso sustancial en todos los elementos de las negociaciones de Doha, a fin de lograr, en particular, mayor acceso a los mercados para nuestras exportaciones, la eliminación de todas las formas de subsidios a la exportación de productos agrícolas y una reducción sustancial de las medidas de apoyo interno que distorsionan el comercio. Seguimos comprometidos en lograr un resultado ambicioso en las negociaciones, y en la implementación plena y efectiva del programa de trabajo referente a las pequeñas economías. Nuestro objetivo es el de expandir nuestro comercio, como medio para ampliar el crecimiento y la capacidad de generar más y mejores empleos con mejores remuneraciones.

19. Reconociendo la contribución que la integración económica puede efectuar al logro de los objetivos de la Cumbre de crear trabajo para enfrentar la pobreza y fortalecer la gobernabilidad democrática:

Algunos miembros sostienen que tenemos en cuenta las dificultades que ha tenido el proceso de negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), y reconocemos la contribución significativa que los procesos de integración económica y la liberalización del comercio en las Américas pueden y deben aportar al logro de los objetivos de la Cumbre de crear trabajo para enfrentar la pobreza y fortalecer la gobernabilidad democrática. Por ello, mantenemos nuestro compromiso con el logro de un Acuerdo ALCA equilibrado y comprensivo, dirigido a la expansión de los flujos comerciales y, en el nivel global, un comercio libre de subsidios y de prácticas que lo distorsionen, con beneficios concretos y sustantivos para todos, teniendo en cuenta las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías participantes y el tratamiento especial y diferenciado de las economías más pequeñas y vulnerables. Participaremos activamente para asegurar un resultado significativo de la Ronda de Doha que contemple asimismo las medidas y propósitos del párrafo anterior. Continuaremos promoviendo las prácticas y actividades establecidas en el proceso del ALCA, que garanticen la transparencia y promuevan la participación de la sociedad civil.

Instruimos a nuestros responsables de las negociaciones comerciales a reanudar sus reuniones en el primer semestre de 2006, para examinar las dificultades del proceso ALCA, a fin de superarlas y avanzar en las negociaciones, de acuerdo con el marco adoptado en Miami, en noviembre de 2003. Asimismo, instruimos a nuestros representantes en las instituciones del Comité Tripartito a que continúen asignando los recursos necesarios para apoyar la operación de la Secretaría Administrativa del ALCA.

Otros miembros sostienen que todavía no

están dadas las condiciones necesarias para lograr un acuerdo de libre comercio equilibrado y equitativo, con acceso efectivo de los mercados libre de subsidios y prácticas de comercio distorsivas y que tome en cuenta las necesidades y sensibilidades de todos los socios, así como las diferencias en los niveles de desarrollo y tamaño de las economías.

En función de lo expuesto hemos coincidido en explorar ambas posiciones a la luz de los resultados de la próxima reunión ministerial de la Organización Mundial de Comercio (OMC). A tal efecto el gobierno de Colombia realizara consultas con miras a una reunión de responsables de negociaciones comerciales.

#### Trabajo para Enfrentar la Pobreza

20. Considerando la demanda generalizada en el Hemisferio de contar con trabajo digno, decente y productivo, la gran tarea de nuestras sociedades y gobiernos para combatir la pobreza y la exclusión social es la adopción de políticas en torno a la generación de más y mejores empleos tanto en el área rural como en la urbana, con el objeto de contribuir eficazmente a la cohesión e inclusión social, la prosperidad y la gobernabilidad democrática.

21. Nos comprometemos a implementar políticas activas que generen trabajo decente, dirigidas a crear las condiciones de empleo de calidad, que doten a las políticas económicas y a la globalización de un fuerte contenido ético y humano poniendo a la persona en el centro del trabajo, la empresa y la economía. Promoveremos el trabajo decente, es decir: los derechos fundamentales en el trabajo; el empleo; la protección social y el diálogo social.

22. Reafirmamos el respeto de los derechos enunciados en la Declaración de los Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo de la OIT (1998) y nos comprometemos a promover estos derechos fundamentales. Desarrollaremos e implementaremos políticas y programas que ayuden a que los mercados laborales funcionen de forma eficiente y transparente, y que preparen a los

trabajadores para responder a las oportunidades creadas por el crecimiento económico y las nuevas tecnologías.

23. Combatiremos la discriminación de género en el trabajo promoviendo la igualdad de oportunidades con el fin de eliminar las disparidades existentes entre hombres y mujeres en el mundo del trabajo, a través de un enfoque integrado que incorpore la perspectiva de género en las políticas de empleo, incluyendo la promoción de más oportunidades para que las mujeres sean dueñas de su propia empresa.

24. Reafirmamos nuestro firme compromiso para enfrentar el flagelo del racismo, la discriminación y la intolerancia en nuestras sociedades. Estos problemas deben ser combatidos en todos los niveles de gobierno y la sociedad en general. El Sistema Interamericano también tiene un papel vital en este proceso mediante, entre otras actividades, el análisis de los obstáculos sociales, económicos y políticos que enfrentan los grupos marginados y la identificación de pasos prácticos incluyendo las mejores prácticas sobre cómo combatir el racismo y la discriminación. Con este fin, apoyamos la implementación de la resolución, AG/RES. 2126 del Trigésimo Quinto Periodo Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de la OEA (XXXV- O/05), que resultó en el establecimiento del Grupo de Trabajo a cargo de, entre otros, la preparación del Proyecto de Convención Interamericana de Prevención del Racismo y de todas las Formas de Discriminación e Intolerancia, y alentamos la labor de este Grupo de Trabajo para combatir el racismo, la discriminación e intolerancia a través de los medios disponibles como un asunto de la más alta prioridad. También reiteramos nuestro compromiso de cumplir plenamente las obligaciones asumidas mediante la Convención de Naciones Unidas sobre la Eliminación de Todas las Formas de Discriminación Racial.

25. Nos comprometemos a proteger a los niños y las niñas de la explotación económica y de la realización de tareas que puedan interferir con su

educación y desarrollo integral, conforme al principio de abolición efectiva del trabajo infantil, recogido en la Declaración de Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo de la OIT (1998). Asimismo aplicaremos medidas prioritarias y efectivas para prevenir y erradicar las peores formas del trabajo infantil de acuerdo al Convenio 182 de la OIT (1999). Nos esforzaremos en mejorar el acceso y calidad de la educación básica de todos los niños y las niñas, reconociendo que la provisión de oportunidades educativas es una inversión a futuro para nuestras sociedades.

26. Reafirmamos que debe dársele a todo migrante, sin importar su condición migratoria, la protección plena de sus derechos humanos y la observancia plena de las leyes laborales que les aplican, incluyendo los principios y derechos laborales contenidos en la Declaración de la OIT sobre los Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo.

27. Promoveremos el trabajo decente para los trabajadores migrantes en el marco de la Declaración de Nuevo León y fomentaremos el apoyo el Programa Interamericano adoptado en la Resolución AG/RES 2141 (XXXV-O/05 del Trigésimo Quinto Periodo Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de la OEA (XXXV- O/05). Asimismo, los Estados partes de la Convención Internacional sobre la Protección de los Derechos Humanos de todos los Trabajadores Migrantes y de sus Familias, reiteran la importancia de su plena implementación por las partes.

28. Instamos a incrementar la cooperación y el diálogo interamericano con el fin de reducir y desalentar la migración indocumentada, así como promover procesos migratorios de acuerdo con el orden jurídico interno de cada Estado y el derecho internacional de los derechos humanos aplicable. Nos comprometemos a dialogar con el fin de reducir el costo y facilitar las transferencias de remesas, e incrementar los esfuerzos para combatir el tráfico ilícito de migrantes y la trata de personas, de acuerdo con los instrumentos internacionales de derechos

humanos, y facilitar el retorno digno, ordenado y seguro de los migrantes; e invitamos a los Estados a intercambiar las mejores prácticas sobre el establecimiento de programas bilaterales para trabajadores migrantes.

29. No escatimaremos esfuerzos para lograr la abolición inmediata y completa del trabajo forzoso u obligatorio en las Américas. Estamos convencidos de que ello será una contribución fundamental para la consecución de los objetivos de desarrollo sostenible con equidad social en nuestros países y para la construcción de un futuro mejor para todos los americanos.

30. Nos comprometemos a procurar la igualdad de oportunidades de empleo para todos así como a trabajar para erradicar la discriminación en el trabajo, en el acceso a la educación, en la capacitación y en la remuneración. En este contexto, prestaremos atención especial a las diferentes necesidades basadas en género y a las necesidades de los pueblos indígenas, los afro-descendientes y otros grupos en situación de vulnerabilidad.

31. Reafirmamos nuestro compromiso de respetar los derechos de los pueblos indígenas y nos comprometemos a concluir exitosamente las negociaciones de la Declaración Americana sobre los Derechos de los Pueblos Indígenas. El ejercicio pleno de estos derechos es indispensable para la existencia, el bienestar y el desarrollo integral de los pueblos indígenas y para su plena participación en las realidades nacionales, por lo que debemos crear las condiciones necesarias para facilitar su acceso al trabajo decente y a condiciones de vida que permitan superar la pobreza, la exclusión y la desigualdad social.

32. Afirmamos nuestro compromiso de respetar los derechos de los afro-descendientes y asegurar su pleno acceso a las oportunidades de educación en todos los niveles y al trabajo decente que les ayudará a superar la pobreza y la exclusión social, y contribuirá a que se incremente su participación en todos los sectores de nuestras

sociedades.

33. Promoveremos marcos integrados de políticas públicas ambientales, de empleo, de salud y de seguridad social para proteger la salud y seguridad de todos los trabajadores y trabajadoras, e impulsaremos una cultura de prevención y control de riesgos ocupacionales en el Hemisferio.

34. Fortaleceremos la cooperación y los intercambios de información en la lucha contra enfermedades crónicas así como enfermedades emergentes y reemergentes tales como el VIH/SIDA, SARS, malaria, tuberculosis, gripe aviar y otros riesgos de salud. Nos comprometemos a combatir la estigmatización, la desinformación y la discriminación en el trabajo contra las personas afectadas por el VIH/SIDA y a favorecer su pleno acceso al empleo con dignidad. Nos proponemos desarrollar estrategias y mecanismos de cooperación transversales, principalmente dentro del marco de la Organización Mundial de la Salud (OMS) y la Organización Panamericana de la Salud (OPS) para combatir estas enfermedades, incluyendo el fortalecimiento y la financiación adecuada del Fondo Mundial de Lucha contra el SIDA, la Tuberculosis y la Malaria, así como también el desarrollo de planes nacionales de prevención para combatir posibles pandemias tales como la gripe aviar. Instamos a todos los países a acelerar el proceso de ratificación de nuevas reglamentaciones sanitarias internacionales y a procurar ampliar los mecanismos de cooperación que faciliten el acceso a las medidas pertinentes de prevención, diagnóstico y tratamiento de la población en riesgo.

35. Reconociendo la necesidad de sistemas de protección social de amplia cobertura, examinaremos los dispositivos de seguridad social, para la protección de los desempleados, más apropiados y posibles para nuestros respectivos países. Como parte de un paquete de redes de seguridad social para los desempleados, reconocemos, asimismo, la contribución positiva de los sistemas de seguro por desempleo para aliviar

temporalmente el padecimiento socio-económico de los individuos, reduciendo la necesidad de los trabajadores de recurrir a actividades de subsistencia a través de trabajos precarios y facilitando su reinserción en el mercado laboral.

36. Consideramos fundamental fortalecer el diálogo social inclusivo, transparente y amplio, con todos los sectores interesados de la sociedad, a nivel local, nacional, regional y hemisférico. El diálogo social es un instrumento importante y básico para promover y consolidar la democracia y para construir sociedades con inclusión y justicia social.

37. Reconocemos el papel consultivo fundamental y único que ejercen las organizaciones de empleadores y trabajadores en la definición de políticas de empleo y políticas laborales. Nos comprometemos a promover y facilitar el diálogo tripartito en los ámbitos nacional, subregional y hemisférico.

38. Reconocemos el vínculo importante entre el desarrollo y la cultura y estamos de acuerdo en que el apoyo a la cultura en sus dimensiones múltiples contribuye, entre otras cosas, a la preservación y protección del patrimonio histórico, al realce de la dignidad e identidad de nuestros pueblos, a la creación de trabajo decente y la superación de la pobreza.

39. Destacamos la importancia de la realización, en el marco de la OEA, de la Reunión de Ministros y Altas Autoridades sobre Desarrollo Sostenible a llevarse a cabo en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia, en agosto de 2006. Alentamos la participación de los Estados miembros y encomendamos a la OEA que continúe prestando apoyo a los trabajos preparatorios necesarios para el éxito de esta reunión.

#### Formación de la fuerza laboral

40. Reconocemos el papel esencial del acceso a la educación continua, en especial de la formación profesional y técnica de la población. La inversión para aumentar los conocimientos, aptitudes, competencias y habilidades, facilita el acceso y la

reinserción al empleo, apoya el desarrollo personal y profesional, y maximiza la productividad de la economía y el fortalecimiento institucional.

41. Reconocemos la importancia de facilitar la incorporación al mercado laboral de los jóvenes, ampliando la cobertura y mejorando la calidad de los servicios de información y orientación laboral.

42. Convenimos, que para mejorar las oportunidades laborales debemos asegurar una educación de calidad para todos los ciudadanos, lo cual requiere la evaluación de nuestros esfuerzos en base a normas claramente definidas y la responsabilización por los resultados.

43. Apoyamos las recomendaciones contenidas en la Declaración y el Plan de Acción de la IV Reunión de Ministros de Educación que tuvo lugar en Scarborough, Trinidad y Tobago, del 10 al 12 de agosto de 2005. Nos esforzaremos para que la educación pública sea de calidad en todos los niveles, así como promoveremos la alfabetización para asegurar una ciudadanía democrática, fomentar el trabajo decente, luchar contra la pobreza y lograr una mayor inclusión social. Para alcanzar estos objetivos se requiere una inversión financiera sustancial por parte de los gobiernos y de las instituciones financieras internacionales. Tomamos nota con satisfacción de la sugerencia de los Ministros de Educación para que nuestros gobiernos exploren, con las instituciones financieras internacionales, otras formas innovadoras de incrementar el financiamiento para la educación, tales como el canje de deuda por inversión en educación.

44. Entendemos que el potencial para desarrollar la capacidad de nuestra ciudadanía y alcanzar una mayor productividad depende de una fuerza de trabajo debidamente educada y preparada. En este sentido, reconocemos los avances logrados en el incremento del acceso a la educación y reiteramos la necesidad de ampliar la cobertura, fomentar la calidad, fortalecer la profesión docente y mejorar la eficiencia de nuestros sistemas educativos. Reiteramos la importancia de incorporar las nuevas

tecnologías de la información y la comunicación en la capacitación de nuestra ciudadanía para aumentar su productividad.

45. Nos comprometemos a apoyar la mejora en la calidad de la enseñanza de las ciencias y nos esforzaremos en incorporar ciencia, tecnología, ingeniería, e innovación como factores principales para los planes y estrategias nacionales de desarrollo económico y social, con el propósito fundamental de contribuir a la reducción de la pobreza y a la generación de trabajo decente. En este sentido, apoyamos la Declaración y el Plan de Acción adoptados en la Reunión de Ministros de Ciencia y Tecnología de Lima.

46. Reconocemos que la investigación científica y tecnológica y el desarrollo y el progreso científicos juegan un papel fundamental en el desarrollo integral de nuestras sociedades creando economías basadas en el conocimiento, que contribuyan al crecimiento económico y a elevar la productividad. En este sentido, reiteramos nuestro apoyo a las instituciones establecidas anteriormente por el Proceso de Cumbres, como la Comisión Interamericana de Ciencia y Tecnología para crear una cultura científica en el Hemisferio. Seguiremos apoyando las asociaciones de investigación, públicas y privadas, y promoviendo su interacción.

47. Continuaremos incrementando las inversiones en el área de ciencia y tecnología, con la participación del sector privado y el apoyo de los organismos multilaterales. Asimismo, intensificaremos nuestros esfuerzos para incentivar a nuestras universidades e instituciones superiores de ciencia y tecnología a multiplicar sus vínculos, y a profundizar la investigación básica y aplicada y a promover una mayor incorporación de los trabajadores en la agenda de la innovación. Facilitaremos la mayor interacción posible entre las comunidades de investigación tecnológica y científica promoviendo el establecimiento y consolidación de redes de investigación y sinergia entre instituciones educativas, centros de investigación, el sector público y privado

y la sociedad civil.

48. Reconocemos que la protección y la observancia de los derechos de propiedad intelectual deberán contribuir a la promoción de la innovación tecnológica y a la transferencia y difusión de la tecnología, en beneficio recíproco de los productores y de los usuarios de conocimientos tecnológicos y de modo que favorezcan el bienestar social y económico y el equilibrio de derechos y obligaciones. Por consiguiente, reiteramos nuestro compromiso con su protección, de conformidad con el Acuerdo sobre los Aspectos de los Derechos de Propiedad Intelectual relacionados con el Comercio de la OMC.

49. Realizaremos el máximo esfuerzo para aprovechar las posibilidades que ofrecen las tecnologías de la información y la comunicación, con el fin de incrementar la eficiencia y la transparencia del sector público y facilitar la participación de la ciudadanía en la vida pública, contribuyendo así a consolidar la gobernabilidad democrática en la región. En ese sentido, continuaremos promoviendo la adopción regional de programas de capacitación en materia de gobierno electrónico, compartiendo la experiencia de los países que hayan avanzado en este ámbito. Ello permitirá reforzar las capacidades de los empleados del sector público mediante el uso de herramientas innovadoras como los portales de capacitación en línea para funcionarios públicos actualmente implementados en varios países. Estas acciones permitirán proveer preparación en múltiples niveles, contribuyendo de esta manera a mejorar las habilidades de los servidores públicos y a reforzar la educación en valores y a mejores prácticas democráticas en la región.

Micro, pequeñas y medianas empresas como motor de crecimiento del empleo

50. Las micro, pequeñas y medianas empresas constituyen una fuerza estratégica en la generación de nuevos empleos y la mejora en la calidad de vida y tienen un impacto positivo en el desarrollo y en el crecimiento económico, fomentando

al mismo tiempo la equidad y la inclusión social.

51. Impulsaremos y respaldaremos acciones para facilitar la participación de las pequeñas y medianas empresas en el mercado interno y el comercio internacional. En este sentido, apoyamos el Congreso PYME de las Américas y alentamos la más amplia participación en esta iniciativa. Destacamos la importancia de la apertura de nuevos mercados para los bienes y servicios de las PyMES.

52. Comprometidos con la lucha contra la pobreza y la desigualdad, reconocemos la contribución a la economía y a la creación de trabajo decente de las organizaciones productivas, de acuerdo con las características de cada país tales como cooperativas y otras unidades de producción.

53. Fomentaremos el desarrollo de capacidades empresariales y competencias técnicas de las PyMES, con el objetivo de facilitar su inserción en nuevos mercados con el fin de fortalecer y aumentar el empleo en las PyMES.

54. Respaldaremos los esfuerzos que los bancos multilaterales de desarrollo lleven a cabo con las micro, pequeñas y medianas empresas como factores fundamentales del crecimiento económico y recibiremos con beneplácito el incremento de los esfuerzos del Banco Mundial, del Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y de otros bancos regionales de desarrollo para crear condiciones favorables para el fortalecimiento de dichas empresas.

#### Marco para la creación de trabajo decente

55. Nos comprometemos a construir un marco institucional más sólido e inclusivo, basado en la coordinación de políticas públicas en el ámbito económico, laboral y social para contribuir a la generación de empleo decente, el cual deberá comprender:

a) Un marco laboral que promueva el trabajo decente y reafirme el respeto a la Declaración de la OIT Relativa a los Principios y Derechos Fundamentales en el Trabajo y su seguimiento.

Continuaremos reforzando la aplicación de nuestras leyes nacionales laborales y a promover su efectiva aplicación;

b) Un marco económico caracterizado por políticas fiscales responsables que fomenten un crecimiento equitativo que genere empleo;

c) Un clima comercial que atraiga la inversión, promueva la creación de nuevas empresas y fomente la competencia;

d) Un marco jurídico que sustente el estado de derecho, la transparencia, y el acceso a la justicia; que refuerce la imparcialidad y la independencia de las instituciones judiciales; que impida y combata la impunidad y la corrupción tanto en la esfera pública como en la privada y que combata los delitos internacionales;

e) Un marco de políticas públicas para el desarrollo integral y sostenible que pueda reducir la pobreza y la desigualdad, fomentar la salud humana y proteger el medio ambiente, de conformidad con los acuerdos ambientales internacionales de los que todos somos parte, incluidos aquellos que se refieren a la fauna y las especies migratorias en peligro de extinción, los humedales, la desertificación, las sustancias químicas que agotan la capa de ozono y los cambios climáticos. Tomamos nota con satisfacción de la próxima Conferencia de Naciones Unidas sobre Cambio Climático en Montreal;

f) Un marco regulatorio que busque incorporar al sector formal el sector informal y el trabajo no registrado, reconociendo el carácter heterogéneo del sector informal, en aras de expandir la protección social y mejorar la calidad y la productividad del trabajo;

g) Un marco global para el desarrollo del sector rural y agropecuario que promueva la inversión, la generación de empleos y la prosperidad rural, y

h) Para lograr los objetivos precedentes habremos de promover una mayor cooperación y coordinación entre los gobiernos locales, nacionales y regionales.

56. Reconocemos las contribuciones importantes de los Ministerios de Trabajo para el logro de los objetivos de la IV Cumbre de las Américas de “Crear Trabajo para Enfrentar la Pobreza y Fortalecer la Gobernabilidad Democrática” y la promoción de trabajo decente y políticas que estimulen la inversión y el crecimiento económico con equidad. Estamos comprometidos a fortalecerlos con el objetivo de asegurarles suficientes recursos nacionales presupuestarios y técnicos para permitirles llevar a cabo sus deberes de forma eficiente y eficaz. Hacemos un llamado a nuestros respectivos Ministros de Trabajo, en una labor conjunta con empleadores y trabajadores para promover la capacitación profesional y el aprendizaje a lo largo de toda la vida de los trabajadores para que puedan insertarse adecuadamente en los mercados laborales; para facilitar el desarrollo de habilidades y conocimiento de los trabajadores y de las personas que buscan empleo; para implementar políticas y programas como la mejora de los servicios de empleo y el acceso a la información laboral de calidad; para el funcionamiento efectivo del mercado laboral y para impulsar eficazmente el cumplimiento de nuestras leyes y regulaciones laborales.

Instamos a los ministros a continuar la cooperación bilateral y multilateral dirigida al desarrollo de capacidades. Tomamos nota también de la Declaración y Plan de Acción de México y su contribución para avanzar hacia los objetivos de la Cumbre.

Fortalecimiento de la Gobernabilidad Democrática

57. Reiteramos nuestro compromiso con la Carta de la OEA y la Carta Democrática Interamericana y reafirmamos nuestra resolución de fortalecer su plena y efectiva implementación.

58. Estamos convencidos de que la democracia representativa es una condición indispensable para la estabilidad, la paz y el desarrollo de la región\*. Reconocemos que para que la democracia prospere, los gobiernos deben responder a las aspiraciones legítimas de sus pueblos y trabajar

para proveerles las herramientas y oportunidades para mejorar sus vidas.

59. En ese sentido, respaldamos los compromisos asumidos en la Declaración de Florida adoptada en el trigésimo quinto período ordinario de sesiones de la Asamblea General de la OEA, celebrada en Junio de 2005. Asimismo, tomamos nota de la importancia de lo acordado por los Estados participantes de la Comunidad de las Democracias en su Tercera Reunión Ministerial realizada en Santiago en abril de 2005.

60. Reafirmamos que el carácter participativo de la democracia en nuestros países, en los diferentes ámbitos de la actividad pública, contribuye a la consolidación de los valores democráticos y a la libertad y la solidaridad en el Hemisferio.

61. Nuestros esfuerzos para la creación de trabajo decente contribuirán a promover la equidad, la movilidad social, una mejor calidad de vida y la inclusión social de nuestros ciudadanos así como al logro de la justicia social.

62. Una mayor participación ciudadana, comunitaria y de la sociedad civil contribuirá a asegurar que los beneficios de la democracia sean compartidos por la sociedad en su conjunto.

63. Reconocemos que la promoción y protección universal de los derechos humanos – incluidos los civiles, políticos, económicos, sociales y culturales- con base en los principios de universalidad, indivisibilidad e interdependencia, así

---

\* Reserva de Venezuela

como el respeto al derecho internacional, incluidos el derecho internacional humanitario, el derecho internacional de los derechos humanos y el derecho internacional de los refugiados, son fundamentales para el funcionamiento de las sociedades democráticas. En tal sentido, reafirmamos la necesidad de continuar con el proceso de fortalecimiento y perfeccionamiento de la eficacia del Sistema Interamericano de Derechos Humanos en

particular el funcionamiento y el acceso a la Corte Interamericana de Derechos Humanos y a la Comisión Interamericana de Derechos Humanos.

64. Reafirmamos que una gobernabilidad democrática basada en el respeto al estado de derecho y que sea estable, transparente, efectiva, incluyente y responsable contribuye a crear un entorno facilitador para atraer la inversión, construir prosperidad económica, fomentar la creación de trabajo decente y alcanzar justicia social.

65. En ese sentido, reconocemos la labor de las Reuniones de Ministros y Autoridades de Alto Nivel Responsables de las Políticas de Descentralización, Gobierno Local y Participación Ciudadana y de la Red Interamericana de Alto Nivel sobre Descentralización, Gobierno Local y Participación Ciudadana (RIAD), en particular la III RIAD, cuyo tema central fue el papel de los gobiernos locales y regionales, la participación ciudadana y el desarrollo regional en el combate a la pobreza, la generación de trabajo e ingreso y el fortalecimiento de la gobernabilidad democrática.

66. La rendición de cuentas es un instrumento fundamental para el logro de la transparencia y la eficiencia en el uso de los recursos administrados por nuestros gobiernos. La lucha contra la corrupción es uno de los pilares fundamentales para el fortalecimiento de la democracia y el crecimiento económico. Por este motivo, hacemos un llamado a implementar la Convención Interamericana contra la Corrupción y participar plenamente en el Mecanismo de Seguimiento de la Implementación de la Convención Interamericana contra la Corrupción. Destacamos la importancia del papel de supervisión de los legisladores, cuando resulte apropiado, en la lucha contra la corrupción y la importancia de promover los intercambios interparlamentarios para colaborar en el desarrollo de estrategias nacionales e internacionales para combatir la corrupción.

67. Promoveremos la prosperidad económica asegurando que la comunidad democrática de Estados continúe comprometida con la paz y con el

tratamiento de las amenazas, preocupaciones y otros desafíos a la seguridad. Reiteramos nuestro compromiso con los objetivos y propósitos contenidos en la Declaración sobre Seguridad en las Américas, fundamentada en el concepto multidimensional de la seguridad, y continuaremos fortaleciendo la cooperación entre nuestros Estados.

68. Manifestamos que el terrorismo afecta el normal funcionamiento de nuestras sociedades e incide negativamente en nuestras economías, en los mercados de trabajo y especialmente en la generación de empleo. Para mantener un ambiente que fomente la prosperidad económica y el bienestar de nuestros pueblos, tomaremos todas las medidas necesarias para prevenir y combatir el terrorismo y su financiación en cumplimiento pleno de nuestros compromisos en el marco del derecho internacional, incluidos el derecho internacional humanitario, el derecho internacional de los derechos humanos y el derecho internacional de los refugiados.

69. Fortaleceremos el intercambio oportuno de información y la más amplia asistencia jurídica mutua para prevenir, combatir y eliminar el terrorismo, impedir la circulación internacional de terroristas y asegurar su enjuiciamiento y, en su caso, su extradición de acuerdo con la legislación interna y los tratados y convenciones relevantes. Cooperaremos para evitar que toda persona que participe en la financiación, planificación, preparación, y comisión de actos terroristas encuentre refugio en nuestros países.

70. Enfatizamos nuestra preocupación por el problema de las pandillas delictivas y sus aspectos conexos, así como sus efectos en el entorno económico y social que ponen en riesgo los progresos alcanzados por nuestras sociedades en el proceso de estabilidad, democratización y desarrollo sostenible; situación que requiere una acción complementaria y urgente para promover la prevención de hechos delictivos, enjuiciar a aquellos que los cometan, rehabilitarlos, reinsertarlos, así como crear oportunidades para facilitar el acceso de

los jóvenes al trabajo decente.

71. Alentamos los trabajos de la OEA en la elaboración de la Carta Social de las Américas y su Plan de Acción, cuyos principios y objetivos estarán dirigidos al logro, por parte de los Estados miembros, de sociedades que ofrezcan a todos nuestros ciudadanos más oportunidades para beneficiarse del desarrollo sostenible con equidad e inclusión social.

72. Los esfuerzos nacionales para generar trabajo decente y empleos de calidad deben ser apoyados por la cooperación y la solidaridad internacional. En este contexto reforzaremos los mecanismos de cooperación entre nuestros países en el marco de la OEA y con otras organizaciones multilaterales e instituciones financieras, de modo de lograr un completo y efectivo uso de los instrumentos y recursos necesarios para fomentar un crecimiento y desarrollo sostenible. En este sentido, tomamos nota con interés de las iniciativas, contribuciones y debates internacionales, como la Declaración sobre la Acción contra el Hambre y la Pobreza, encaminados a encontrar fuentes innovadoras y adicionales de financiación para el desarrollo de carácter público, privado, interno o externo de acuerdo con las estrategias de desarrollo nacionales de cada país que aumenten y complementen las fuentes tradicionales de financiación para lograr los objetivos de desarrollo acordados internacionalmente, incluyendo los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) y que refleje la asociación mundial del Consenso de Monterrey.

73. Tomando en cuenta los resultados de esta Cumbre y de la XIV Conferencia Interamericana de Ministros de Trabajo (CIMT) solicitamos que la OIT trate, en su XVI Reunión Regional del 2006 el que fue el tema central de la XIV CIMT: “Las personas y su trabajo en el centro de la globalización” con énfasis particular en el trabajo decente y considere acciones gubernamentales y tripartitas para dar cumplimiento a la Declaración y el Plan de Acción de Mar del Plata.

74. Reconocemos el papel central de la OEA en la implementación y seguimiento de los mandatos

de las Cumbres de las Américas e instruimos a la Secretaría General a que continúe ejerciendo las funciones de secretaría técnica, brinde apoyo a las reuniones del Grupo de Revisión de la Implementación de Cumbres (GRIC), y a las reuniones ministeriales y conferencias especializadas, coordine la participación de la sociedad civil y asegure la divulgación de información sobre el proceso de Cumbres y los compromisos asumidos por los países.

75. Encomendamos a las instituciones miembros del Grupo de Trabajo Conjunto de Cumbres constituido por la Organización de los Estados Americanos, el Banco Interamericano de Desarrollo, la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, la Organización Panamericana de la Salud, el Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura, el Banco Centroamericano para la Integración Económica, el Banco Mundial, la Organización Internacional del Trabajo, la Organización Internacional para las Migraciones, el Instituto para la Conectividad en las Américas, el Banco de Desarrollo del Caribe, la Corporación Andina de Fomento, que bajo la coordinación de la OEA, continúen apoyando a través de sus respectivas actividades y programas, el seguimiento e implementación de las Declaraciones y los Planes de Acción de las Cumbres de las Américas, así como de esta Declaración y el Plan de Acción de Mar del Plata, y que presten su asistencia en los preparativos de futuras Cumbres.

76. Con esta Declaración y el Plan de Acción anexo, los Jefes de Estado y de Gobierno del Hemisferio reafirmamos el papel fundamental que otorgamos a la creación de trabajo decente para cumplir con nuestros compromisos de enfrentar la pobreza y fortalecer la gobernabilidad democrática. Reconocemos una vez más el valor del trabajo como actividad que estructura y dignifica la vida de nuestros pueblos, como un instrumento eficaz de interacción social y un medio para la participación en las realizaciones de la sociedad, objetivo primordial de nuestra acción gubernamental para las Américas.

### **Comunicado à imprensa sobre as Exposições do Itamaraty na sede da ONU em Nova York (08/11/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil vai inaugurar na próxima segunda-feira, dia 14, duas exposições no Edifício-Sede das Nações Unidas, em Nova York. As duas mostras, que marcam a presença brasileira nas comemorações dos 60 anos da ONU, já foram vistas, este ano, no Brasil: “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti” e “Amrik: Presença Árabe na América do Sul”. As exposições permanecem no Hall dos Visitantes do Edifício da ONU até o dia 8 de dezembro.

A exposição “Brazil-Haiti: Naïve Art” (na versão em inglês) apresenta quadros de pintores naïf haitianos e brasileiros. Uma vez selecionadas obras de alguns dos mestres da pintura haitiana, foram escolhidos, do acervo do Museu Internacional de Arte Naïf do Rio de Janeiro, quadros que pudessem mostrar um contraponto na arte brasileira. A mostra é composta de cerca de 90 pinturas e um grande painel, pintado conjuntamente, em agosto passado, por três artistas brasileiros e três haitianos, em Porto Príncipe. A exposição na ONU representa a terceira parada na itinerância de “Encontros e Reencontros na Arte Naïf: Brasil-Haiti”, que já foi vista pelo público de Brasília e São Paulo.

Já a mostra de fotografias “Amrik: Presença Árabe na América do Sul” apresenta um panorama da influência árabe na região, produzido por 23 fotógrafos, de diversos países do continente. “Amrik” conta com cerca de 80 fotografias, que retratam costumes e influências em diversos aspectos, como a música, os idiomas, a religião, a culinária, a dança e a arquitetura. Há imagens de Cuzco, Santiago, São Paulo, Salta, Buenos Aires, Manaus, La Paz, Quito, entre outras cidades sul-americanas. A exposição tem apresentação do Prof. Oswaldo Truzzi, um dos maiores especialistas brasileiros em imigração árabe, e conta com imagens em diversos formatos e estilos. A mostra “Amrik: Presença Árabe na América do Sul” já foi vista em Brasília, Quito e Bogotá e passará

por Assunção, Beirute, Buenos Aires, Cairo, Madri e Santiago.

### **Declaração de imprensa da Reunião Ministerial do G-20 (09/11/2005)**

A agricultura está no centro da Rodada de Doha. Ela é o motor das negociações. É principalmente em agricultura que os países em desenvolvimento detêm vantagens comparativas consideráveis.

O G-20 é um agrupamento de países em desenvolvimento devotado a colocar um fim às políticas distorcidas ao comércio agrícola e a promover a liberalização comercial da agricultura. Ao mesmo tempo, o G-20 compartilha compromisso firme com o tratamento especial e diferenciado para preservar a segurança alimentar e meios de subsistência, levando em conta as necessidades em termos de desenvolvimento rural.

Estamos diante de um momento crucial da Rodada de Doha. A um mês da Conferência Ministerial de Doha, enfrentamos uma grande distância entre as posições negociadoras. De modo mais preocupante, os sinais de movimento por parte dos países desenvolvidos, os maiores responsáveis pelas distorções ao comércio e pelo protecionismo, têm sido escassos e insuficientes.

O G-20 apresentou propostas nos três pilares das negociações agrícolas. Elas estão em conformidade estrita com o Mandato de Doha e com o Acordo Quadro de Julho e representam genuinamente a posição intermediária. Elas permanecem sobre a mesa.

A proposta de 28 de outubro da União Européia fica aquém de oferecer resposta às propostas do G-20. Ela prevê apenas melhorias marginais em acesso a mercados. Com vistas a serem significativos, os cortes médios para os países desenvolvidos devem ser de pelo menos 54%, conforme proposto pelo G-20.

Em Apoio Interno, de modo similar a proposta dos EUA fica aquém de responder

adequadamente às propostas do G-20. Há necessidade de cortes reais em todas as formas de apoio interno distorcivo ao comércio e novas disciplinas efetivas.

No pilar de subsídios à exportação, ainda falta definir data com credibilidade para a sua eliminação. O G-20 propôs que todas as formas de subsídio à exportação sejam eliminadas no mais tardar até 2010.

Além disso, as propostas dos países desenvolvidos não incorporam adequadamente o S&D (Tratamento Especial e Diferenciado) para países em desenvolvimento. O G-20 reafirma que S&D é parte integral de todas as áreas de negociação. Em particular, SP (Produtos Especiais) e SSM (Mecanismo de Salvaguardas Especiais) devem ser tratados com vistas a um resultado exitoso em Hong Kong. Também é essencial alcançar resultados concretos sobre algodão no contexto da Conferência Ministerial, bem como tratar dos temas dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs) e dos países de acesso recente.

Movimentos adicionais em agricultura, em conformidade com o mandato e com o Acordo-Quadro de Julho, produzirão uma resposta em termos de contribuições proporcionais em outras áreas das negociações. Reafirmando que a agricultura é o foco principal da atuação do G-20, o Grupo considera contrário ao Mandato de Doha esperar que as vinculações com as outras frentes negociadoras possam levar a resultados desequilibrados para os países em desenvolvimento na Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

O desafio comum enfrentado por todos os Membros, no pouco tempo disponível, é o de trabalhar com expectativas realistas sem reduzir o nível de ambição da Rodada. O G-20 está preparado para enfrentar este desafio e insta todos os parceiros a fazerem o mesmo.

### **Comunicado à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC – Carta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Chefes de Governo do G-20 (10/11/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou, em 4 de novembro corrente, mensagem aos Chefes de Governo dos países do G-20, a respeito das negociações da Rodada Doha da OMC, cujo teor segue abaixo:

“Aproximamo-nos da Conferência Ministerial da OMC em Hong-Kong e, portanto, de uma hora decisiva nas negociações da Agenda do Desenvolvimento de Doha. Recentes propostas negociadoras apresentadas pela União Européia e pelos Estados Unidos colocam novos desafios para o G-20. A atuação do Grupo em Genebra continua a ser tecnicamente sólida e politicamente madura. Suas propostas sobre os três pilares da negociação agrícola - fruto da composição dos interesses ofensivos e defensivos de seus integrantes - são reconhecidas como o “meio do caminho”.

Tenho para mim que o papel desempenhado pelo G-20, desde a sua criação em agosto de 2003, tem sido instrumental para os progressos alcançados até o presente e para dar-nos esperança de que o resultado final recompensará todo o esforço feito. O G-20 firmou-se, amadureceu e fortaleceu-se a ponto de constituir hoje referência central no processo de negociações agrícolas da OMC. Em Cancún, pudemos neutralizar propostas de países desenvolvidos que não atendiam a nossas preocupações. Na negociação do chamado “Acordo-Quadro”, de julho de 2004, nossos interesses foram incorporados ao mandato negociador.

Estou convencido, mais do que nunca, que somente a unidade do G-20 poderá garantir que, nesse momento crucial, nossos interesses sejam bem considerados e que a Rodada seja bem sucedida. Devemos reforçar a unidade do Grupo e sua capacidade de resposta frente às tentativas que, estou certo, se sucederão para dividi-lo e enfraquecê-lo. Precisamos também estar atentos aos interesses dos países menos desenvolvidos e devemos trabalhar no

sentido de procurar estabelecer soluções criativas que levem ao aumento de suas receitas exportadoras, sem criar dependências como as que hoje subsistem. Escrevi recentemente a vários líderes europeus, salientando a disposição brasileira de contribuir efetivamente para tal.

É consenso que a Agricultura deve ser o motor da Rodada de Doha. É também a peça central do impulso ao desenvolvimento e o foco da atuação do G-20. Temos defendido que o nível de ambição em agricultura ditará o nível de ambição da Rodada como um todo. Neste contexto, o G-20 tem sustentado, juntamente com os interesses na liberalização do comércio e o fim dos subsídios distorcivos, a absoluta necessidade de tratamento especial e diferenciado (S&D) para países em desenvolvimento, seja no que toca à noção de proporcionalidade das reduções tarifárias, seja no que diz respeito a salvaguardas especiais (SSMs) ou a produtos especiais (SP).

Temos que estar atentos também a propostas que, a pretexto de introduzir elementos realistas, representariam um rebaixamento do nível de ambição dos resultados, com efeitos negativos para nossos objetivos em relação aos subsídios, especialmente as medidas de apoio interno (“AMS”, “Caixa Azul” e “Cortes Globais”).

O desenlace das negociações agrícolas será, portanto, fundamental para a criação de um comércio internacional mais justo, livre de distorções, aberto às vantagens comparativas dos países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se preservam os legítimos interesses de suas populações rurais vulneráveis.

A Conferência de Hong-Kong será um momento fundamental para garantirmos o atendimento de nossos interesses nacionais e de nossas aspirações como G-20. Devemos olhar para o futuro, tendo presente que a manutenção da unidade do Grupo e que sua força transcende essa etapa. Estou seguro de que todos os líderes do G-20, como Vossa Excelência, estenderão seu apoio decidido e entusiástico à defesa das teses do nosso Grupo nesta fase decisiva das negociações na Rodada Doha.”

### **Comunicado à imprensa sobre os atentados em Amã (10/11/2005)**

O Governo brasileiro condena com veemência os atentados ocorridos ontem, dia 9 de novembro, em três hotéis de Amã, que resultaram na morte de dezenas de pessoas e deixaram grande número de feridos. O Brasil lamenta a perda de vidas inocentes e reitera seu total repúdio ao terrorismo. Ao manifestar seu profundo sentimento de pesar e sua solidariedade ao Governo e ao povo da Jordânia, o Governo brasileiro apresenta suas condolências aos familiares e amigos das vítimas desses deploráveis atos de violência.

### **Brasil – Argentina - Comunicado de imprensa conjunto - Encontro Presidencial Iguazu + 20 (11/11/2005)**

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner deverão encontrar-se em Puerto Iguazú, no próximo dia 30 de novembro, acompanhados de altas autoridades dos dois países, para as comemorações do Dia da Amizade Brasil-Argentina.

Na ocasião, serão assinados novos instrumentos de cooperação nas áreas comercial, de integração produtiva, transportes, energia, ciência e tecnologia, cooperação espacial, cooperação nuclear, cooperação militar e de defesa, migrações, trabalho, saúde, educação e cultura.

No contexto dessa celebração, está prevista a realização, em Foz de Iguazú, no dia 29, de Foro de Reflexão sobre a evolução da relação bilateral nos últimos vinte anos e suas perspectivas políticas e econômicas.

No dia 30 de novembro, comemoram-se vinte anos do encontro entre os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín e da assinatura da Declaração de Iguazú, marco central do processo de integração entre os dois países.

### **Comunicado à imprensa sobre a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (11/11/2005)**

O Brasil sediará, de 7 a 10 de março de 2006, em Porto Alegre, a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da FAO (CIRADR), com a presença dos 198 Países Membros das Nações Unidas. Para preparar a participação do Brasil, realiza-se reunião no Itamaraty, de 9 a 11 de novembro, com representantes governamentais e da sociedade civil. A reunião foi instalada com a presença do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, o Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o Secretário-Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, o Ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, o Secretário do Comitê Diretor da Conferência da FAO, Parviz Koohafkan e o Representante da FAO no Brasil, José Tubino.

A Conferência de Porto Alegre continuará, em março de 2006, o debate, iniciado em 1979, na Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, cujos resultados estão na “Carta do Campesino”, e deverá ampliar a cooperação entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, em busca de um plano de ação conjunto que combata, de forma estrutural, as causas da pobreza no mundo.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita a Brasília do Ministro do Comércio Exterior da República Popular Democrática da Coreia, Rim Kyong Man (11/11/2005)**

Visitou Brasília, nos dias 9 e 10 de novembro, o Ministro do Comércio Exterior da República Popular Democrática da Coreia (RPDC), Rim Kyong Man.

A visita teve como objetivo a negociação de acordo que prevê o tratamento recíproco de nação mais favorecida no comércio bilateral.

Os entendimentos evoluíram de maneira positiva e terão continuidade por meio dos canais diplomáticos.

Durante a visita, foi anunciada a abertura do escritório comercial da RPDC em São Paulo, o qual estará subordinado à Embaixada em Brasília.

O Ministro Rim Kyong Man foi recebido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, e pelo Subsecretário-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira.

Foi também homenageado em almoço no Itamaraty, oferecido pelo Embaixador Affonso Celso de Ouro-Preto, primeiro Embaixador do Brasil junto ao Governo de Pyongyang.

O comércio bilateral Brasil-RPDC alcançou em 2004 um total de US\$ 240 milhões, com um superávit brasileiro de US\$ 100 milhões. Os principais itens exportados pelo Brasil são produtos do complexo soja, óleos brutos de petróleo, milho em grão e ferro fundido. A exportação coreana inclui terminais portáteis de telefonia celular, circuitos integrados e memórias para computadores.

### **Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Lula ao Primeiro-Ministro Tony Blair (15/11/2005)**

Reproduz-se, a seguir, mensagem enviada hoje, 15 de novembro, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro do Reino Unido, Tony Blair, a propósito das negociações comerciais no âmbito da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio:

“Tomei conhecimento com muito interesse de seu discurso ontem na Mansion House, no qual Vossa Excelência aborda vários aspectos relativos à globalização e ao combate à pobreza. Notei, com especial interesse, suas afirmações sobre a importância da conclusão rápida e exitosa da Rodada de Doha em benefício de todos, mas em especial dos países em desenvolvimento. Concordo com sua avaliação segundo a qual foi a consciência em fazer

com que o comércio traga benefícios efetivos para as populações mais pobres do mundo que impulsionou o lançamento da Rodada em meio à atmosfera sombria que se seguiu aos trágicos eventos de 11 de setembro. Somente combatendo a pobreza construiremos a segurança de que todos necessitamos e somente com o comércio livre de distorções injustas e injustificadas poderemos integrar milhões de seres humanos na esfera dinâmica da economia mundial.

O momento é crucial. Os países ricos, de cuja população ativa, como bem assinala Vossa Excelência, menos de 2% estão empregados no campo, têm de abrir seus mercados agrícolas e eliminar subsídios distorcivos que impedem os países mais pobres de competir em igualdade de condições, portanto, de usufruir das riquezas geradas pelas novas tecnologias. Os Estados Unidos fizeram um gesto importante, embora insuficiente, ao sinalizar sua disposição de reduzir substancialmente os subsídios mais distorcivos. Esse gesto terá de ser complementado por disciplinas para assegurar a natureza menos distorciva de outras formas de apoio à produção agrícola. O corte global no montante de subsídios também deve ser mais significativo. Mas sabemos que, para que tais passos ocorram, é indispensável que a UE dê sinais claros de que está efetivamente disposta a abrir seus mercados e reduzir os subsídios internos que hoje são, de longe, os maiores do mundo.

Louvo, pois, a atitude de liderança assumida por Vossa Excelência, não só como Primeiro-Ministro de um influente membro do G-7, mas como Presidente da UE. Estou certo de que os países em desenvolvimento não deixarão de fazer sua parte em prol do nosso objetivo comum de fortalecer o sistema multilateral e tornar o comércio mais livre e mais justo, respeitados os critérios de proporcionalidade e flexibilidade que estão no cerne do tratamento especial e diferenciado consagrado pela OMC e reforçados em Doha. O Brasil tem plena consciência do que deve fazer e, na verdade, já tem feito pelos países mais pobres.

Dentro desses parâmetros, Vossa Excelência pode estar certo de contar com meu apoio, inclusive pessoal, para que alcancemos esses objetivos, cujas implicações não se limitam ao comércio, mas dizem respeito à própria preservação da paz e da segurança internacionais”.

### **Comunicado do Mercosul sobre as Negociações na OMC (15/11/2005)**

Los Ministros de Relaciones Exteriores de los Estados Partes del MERCOSUR, reunidos en la Ciudad de Montevideo, República Oriental del Uruguay, el día 15 de noviembre de 2005, expresan su compromiso con el éxito de la Ronda de Doha de la Organización Mundial del Comercio en este momento de definiciones del proceso y, en particular, reafirman el lugar central de la agricultura en estas negociaciones.

En tal sentido, reafirman su adhesión a la labor realizada en el ámbito del G-20 con el fin de terminar con las políticas distorsivas del comercio agrícola y de promover la liberalización comercial de la agricultura, profundizando el Trato Especial y Diferenciado para los países en desarrollo. Los Ministros reconocen igualmente la tarea llevada a cabo por el Grupo de Cairns.

Los Cancilleres del MERCOSUR reiteran su determinación de identificar e implementar mecanismos que contribuyan a una mayor apertura de mercados de los productos de interés de los países menos adelantados, especialmente de África y de América Latina, incluyendo el acceso libre de cuotas y aranceles.

A pocas semanas de la Conferencia Ministerial de la OMC en Hong Kong, los Ministros expresan su preocupación por la falta de flexibilidad demostrada por ciertos países desarrollados para reducir sustancialmente o eliminar el proteccionismo agrícola y los subsidios de los cuales son responsables. Asimismo, manifiestan que las demandas de apertura que los países desarrollados efectúan en materia de acceso a mercado para

productos no agrícolas y en el comercio de servicios, no se corresponden con sus ofertas en ninguno de los tres pilares de la negociación agrícola. Para el MERCOSUR, solamente el avance en las negociaciones sobre la agricultura podrá encontrar respuestas proporcionales en otras áreas de las negociaciones.

El MERCOSUR reitera una vez más su llamado a todos los miembros de la Organización Mundial del Comercio, en especial a los países más desarrollados, a extremar los esfuerzos en el escaso tiempo que resta hasta la VI Conferencia Ministerial, prevista para los días 13 al 18 de diciembre de 2005, de manera que los objetivos del desarrollo de la Declaración de Doha se cumplan cabalmente. En ese sentido, han recibido con expectativa positiva el reciente pronunciamiento en Guildhall del Primer Ministro Británico Tony Blair, actual Presidente de la Unión Europea.

Los Ministros del MERCOSUR reiteran el compromiso de sus Gobiernos en asegurar un alto nivel de ambición en la Ronda de Doha y que a través del mismo sea promocionada la dimensión del desarrollo.

Los Ministros, una vez más, comprometen sus plenos esfuerzos para continuar trabajando en forma coordinada los próximos días y durante la misma Conferencia a fin de concretar sus legítimas aspiraciones.

### **Comunicado à imprensa sobre a petição com denúncias contra o Brasil apresentada à CIDH (16/11/2005)**

Grupo de ONGs norte-americanas (Global Exchange, Institute for Justice and Democracy in Haiti e Haiti Action Network, entre outras) entregou, no início da tarde do dia 15 de novembro, ao Secretário-Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - CIDH, petição com denúncias de violação dos direitos humanos no Haiti, por parte da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti - MINUSTAH.

A petição não foi transmitida oficialmente à Missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos, que recebeu cópia informal.

O trâmite normal para análise de admissibilidade inicial de petições semelhantes na CIDH costuma ser de 18 meses. Após comunicado oficialmente, pela Comissão, sobre a admissão de uma petição, o Estado acusado passa a ter prazo de 60 dias para enviar resposta às alegações.

O Governo brasileiro reitera a sua permanente disposição de cooperar com a CIDH.

A petição em causa sugere que “há um modelo sistemático de assassinatos extra-judiciais e massacres em Porto Príncipe, perpetrados pela Polícia Nacional Haitiana e forças da Minustah sob o comando brasileiro”. Sem prejuízo do exame de acusações específicas, claramente definidas, o Governo brasileiro rejeita esta afirmação genérica e assinala que houve, na verdade, uma diminuição sistemática e consistente de assassinatos e massacres e uma melhoria constante do ambiente de segurança geral no Haiti, graças à presença e atuação das forças da ONU.

A petição parece acusar a Minustah de deixar de proteger a população civil de violações de direitos humanos. O Governo brasileiro não apenas desconhece casos semelhantes como, pelo contrário, tem recebido manifestações inequívocas, de representantes do Governo e da sociedade haitianos, de apoio e agradecimento pela ação de estabilização no Haiti.

Nenhuma força política ou organização da sociedade no Haiti fez chegar ao Governo brasileiro qualquer espécie de acusação de violação dos direitos humanos ou conivência por parte de tropas ou comandos brasileiros. A atuação das tropas e do comando brasileiro da Minustah tem sido objeto de agradecimento formal por parte do Governo haitiano e de inúmeras lideranças políticas do Haiti, inclusive do partido Lavalas, a autoridades brasileiras que visitam aquele país.

### **Comunicado à imprensa sobre a Missão aos Emirados Árabes Unidos e à Arábia Saudita (17/11/2005)**

No âmbito da política de promoção comercial para novos mercados, e na seqüência dos resultados da recente Cúpula América do Sul-Países Árabes, o Ministério das Relações Exteriores organizará, no período de 19 a 24 de novembro corrente, missão empresarial aos Emirados Árabes Unidos (19-21) e à Arábia Saudita (21-24), da qual participarão empresas e instituições com interesses previamente identificados naqueles mercados. A agenda de trabalho contemplará reuniões com autoridades de alto nível dos Governos daqueles países, bem como encontros individuais com empresas, bancos e entidades governamentais.

Em Dubai, os empresários brasileiros terão a oportunidade de participar da Feira da Indústria de Construção do Oriente Médio (“Big 5 Show”), maior feira do setor na região, além de manter encontros com o Diretor-Geral da Câmara de Comércio e Indústria e com empresários locais. Em Riade, a programação contará com reuniões de trabalho no Ministério do Petróleo e Recursos Minerais, no Ministério do Comércio e Indústria, na Autoridade Saudita de Investimentos – órgão responsável pela concessão de licenças aos investidores estrangeiros e pela definição dos projetos prioritários de investimento no país – e no Fundo de Desenvolvimento Industrial Saudita, além de encontros com bancos comerciais e empresários locais.

A missão empresarial é resultado do processo de negociações entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) para o estabelecimento de Acordo de Preferências Tarifárias em seguimento ao Acordo Quadro Mercosul-CCG, assinado em Brasília, em maio último, por ocasião da Cúpula América do Sul-Países Árabes.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Arábia Saudita tem apresentado dinamismo nos últimos anos, com crescimento médio anual de 14,6% entre 2000 e 2004. O comércio bilateral alcançou

US\$ 2,1 bilhão no ano passado, posicionando a Arábia Saudita como principal parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio. As exportações brasileiras para o mercado saudita entre 2000 e 2004 aumentaram de US\$ 413 milhões para US\$ 826 milhões. Os principais produtos brasileiros exportados foram carnes, açúcar, minérios, ferro, máquinas e materiais elétricos.

As exportações do Brasil para os Emirados Árabes Unidos, por sua vez, aumentaram mais de 200% nos últimos cinco anos. Em 2004, as exportações brasileiras alcançaram US\$ 707 milhões, 28% a mais do que em 2003. Entre 2000 e 2004, o intercâmbio comercial registrou superávit de mais de US\$ 2,2 bilhões em favor do Brasil. Os principais produtos brasileiros exportados foram carnes, açúcar, veículos, calçados e ferro fundido.

### **Comunicado à imprensa sobre os Acordos Sobre a Faixa de Gaza (18/11/2005)**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, encaminhou mensagens à Secretária de Estado dos EUA, Condoleeza Rice, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Silvan Shalom, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina, Nasser Al-Kidwa e ao Emissário Especial do Quarteto para o Desengajamento, James Wolfenson, congratulando-os pelos entendimentos logrados em 15 de novembro último, relativos à Faixa de Gaza.

Em suas mensagens, o Ministro Amorim registrou que os acordos obtidos para o tratamento de questões de fronteira, logística e infra-estrutura constituem decisivos avanços nas negociações de paz e na implementação das diretrizes estabelecidas pelo “Mapa do Caminho para a Paz”

Na mesma linha, o Chanceler Amorim expressou que o Governo brasileiro, em consonância com sua firme postura favorável à solução pacífica das controvérsias, empresta seu apoio às gestões empreendidas pelos diversos atores políticos no sentido de fazer os Governos israelense e palestino

perseverarem nos esforços pela paz no Oriente Médio, bem como pela segurança das fronteiras regionais e pelo desenvolvimento econômico e social dos territórios palestinos.

### **Comunicado à imprensa sobre a Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (21/11/2005)**

A Delegação brasileira, chefiada pelo Ministro da Cultura, Gilberto Gil, contribuiu, decisivamente, para a redação dos dois documentos adotados pela Cúpula Mundial da Sociedade da Informação, realizada em Túnis, Tunísia, no período de 16 a 18 de novembro corrente.

Tanto o Compromisso de Túnis, quanto a Agenda de Túnis para a Sociedade da Informação reiteram a necessidade de uma sociedade da informação inclusiva, e orientada para o desenvolvimento e para as pessoas. Consolidou-se a noção de que as tecnologias da informação e das comunicações não constituem um fim em si mesmo, mas sim um instrumento para o desenvolvimento.

Nos termos do Compromisso de Túnis (art. 29), o “software” livre e aberto constitui importante instrumento de inclusão digital.

A Governança da Internet foi o tema mais difícil das negociações, mas, ao final, garantiu-se a internacionalização da gestão da rede mundial. A proposta brasileira para a internacionalização do sistema de gerenciamento da Internet (Governança da Internet) foi acolhida na Cúpula de Túnis.

A Cúpula, por unanimidade, instituiu o chamado “Fórum da Governança da Internet” (FGI), cuja primeira reunião ocorrerá já em 2006, em Atenas. No FGI, ao contrário do que ocorre hoje, todos os Governos do mundo discutirão políticas públicas ligadas à Internet em pé de igualdade. Garantiu-se, também, que o gerenciamento dos nomes de domínio dos países (os ccTLDs) somente podem ser feitos pelo próprio país (como o pontoBR - .br), sem a influência hoje exercida pelo ICANN – entidade privada criada pelo Governo dos EUA, em

1998. Acordou-se, do mesmo modo, que deverá haver coordenação internacional sobre temas relacionados aos nomes de domínio genéricos (GTLDs) – assunto também sob a égide da ICANN.

O FGI será constituído pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, em formato multissetorial (com representantes de Governo, do setor privado e da sociedade civil), com estrutura bem próxima daquela do Comitê-Gestor da Internet no Brasil. Também nesse aspecto, a ação brasileira foi essencial.

A Delegação brasileira atuou, ao longo das negociações, em estreita coordenação com os países em desenvolvimento, em particular a Índia, a África do Sul, os países da América Latina e do Caribe, e a China. Articulou-se com a União Européia em várias ocasiões. A consolidação das posições brasileiras levadas à Cúpula deu-se no âmbito do Grupo Interministerial sobre Sociedade da Informação, mecanismo institucional com ampla participação da sociedade civil, academia e meios empresariais. A reunião ministerial preparatória América Latina/Caribe sobre Sociedade da Informação, realizada no Rio de Janeiro, em junho passado, possibilitou a coordenação das posições regionais para a Cúpula.

Em Túnis, o Governo brasileiro também fez-se representar na exposição “ICT for ALL”, por meio da “Maison Brésil”, estande organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com os ministérios da Ciência e Tecnologia e Comunicações, Caixa Econômica Federal e Tribunal Superior Eleitoral.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil do Príncipe Philippe da Bélgica (22/11/2005)**

O Príncipe herdeiro do trono da Bélgica, Sua Alteza Real o Príncipe Philippe, visita o Brasil, entre os dias 20 e 26 de novembro corrente. O Príncipe está acompanhado pelo Ministro federal da Economia, Energia, Comércio Exterior e Política Científica, Senhor Marc Verwilghen, e pelo Ministro da Economia, Emprego e Comércio Exterior da região da Valônia, Senhor Jean-Claude Marcourt, e

por significativa missão empresarial. O Príncipe já havia anteriormente chefiado missão econômica ao Brasil, em novembro de 1999. Em sua visita ao Brasil, iniciada no último dia 20 de novembro em São Paulo, o Príncipe terá, ainda, atividades em Brasília e no Rio de Janeiro.

As relações econômicas entre Brasil e Bélgica são intensas e promissoras. A Câmara de Comércio Brasil-Bélgica foi a primeira do gênero a se estabelecer em Bruxelas, em 1911, e a parceria que resultou na fundação da Companhia Belgo-Mineira remonta a 1921. Atualmente, a Bélgica é o décimo maior investidor estrangeiro no Brasil, décimo-primeiro destino das exportações brasileiras e sétimo maior fornecedor europeu para o País. A corrente de comércio entre os dois países ultrapassa 2 bilhões de dólares por ano, com superávit brasileiro de US\$ 1,2 bilhão de janeiro a outubro deste ano.

O diálogo entre Brasil e Bélgica beneficia-se de uma comunhão de valores e propósitos, como o compromisso com a democracia, a tolerância, a diversidade cultural e o fortalecimento do multilateralismo. A Bélgica apóia a ampliação do número de membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas com novos membros permanentes e não-permanentes e é co-patrocinadora do projeto de Resolução do G-4 na Assembléia-Geral.

O Príncipe Philippe participará de almoço de trabalho no Itamaraty amanhã, dia 23 de novembro. Após o almoço, serão assinados a Declaração Conjunta entre os Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e da Economia, Energia, Comércio Exterior e Política Científica do Reino da Bélgica, que prevê o compromisso de negociar o estabelecimento conjunto de um Fundo de Investimentos Brasil-Bélgica, e o Ajuste Complementar ao Acordo de cooperação científica, tecnológica e industrial de 1985, entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e sua contraparte belga, o Centre d'Étude de l'Énergie Nucléaire.

### **Comunicado à imprensa sobre o II Prêmio Binacional das Artes e da Cultura Brasil-Argentina (23/11/2005)**

O Ministério das Relações Exteriores tem a honra de anunciar o nome do escritor paranaense Miguel Sanches Neto e o do escritor argentino Gonzalo Moises Aguilar como laureados do II Prêmio Binacional das Artes e da Cultura Brasil-Argentina.

O Prêmio Binacional foi instituído por iniciativa conjunta do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Presidente Nestor Kirchner, em 16 de março de 2004, para dar reconhecimento e estímulo à produção de artistas e intelectuais dos dois países.

Em 2004, o Prêmio Binacional laureou artistas da área de cinematografia, tendo sido agraciados então os cineastas Beto Brant, pelo Brasil, e Hector Olivera, pela Argentina.

Este ano a área de premiação é a literatura para o que foi constituída Comissão julgadora brasileira composta pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro, Diretor do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores; a Professora Maria Nazaré Pedroza, Assessora Especial para Assuntos Internacionais do Ministro de Estado da Cultura; o Professor Antonio Carlos Secchin, membro da Academia Brasileira de Letras; a Senhora Lucila Nogueira, professora da Universidade Federal de Pernambuco; e o Senhor Adriano Espínola, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O escritor Miguel Sanches Neto é natural de Bela Vista do Paraíso, no Estado do Paraná. Nasceu em 24 de julho de 1965. É professor de Literatura Brasileira na Universidade Estadual de Ponta Grossa desde 1993, e crítico literário da Gazeta do Povo, de Curitiba, e da revista Carta Capital. Sua produção literária inclui poesia (Inscrições a giz; Venho de um País Obscuro; Abandono), conto (Hóspede secreto), romance (Chove sobre Minha Infância; Um amor anarquista), crônica (Herdando uma biblioteca), ensaio (Achados do Chão), e crítica (Biblioteca Trevisan). Por sua obra Inscrições a giz, recebeu,

em 1989, o Prêmio Nacional Luís Delfino, concedido pela Fundação Catarinense de Cultura. Obteve o título de Doutor em Letras pela Universidade de Campinas, em 1998, com tese sobre a Revista Joaquim. Em 2002, foi agraciado com o Prêmio Cruz e Souza por seu livro de contos *Hóspede Secreto*.

O escritor argentino Gonzalo Moises Aguilar trabalhou como docente das cátedras de Literatura Latino-americana e de Literatura Brasileira da Universidade de Buenos Aires. Atualmente é pesquisador adjunto do Conselho Nacional de Investigações Científicas e Técnicas (CONICET) e professor assistente visitante na Universidade de Stanford, durante o período 2005-2006. Dedicou-se à crítica de cinema com as obras: *Lautaro Murua*, *El Cine de Leonardo Favio*, *El Guion Cinematografico* e *La perseverancia de los mundos* (ensayo sobre el nuevo cine argentino). Participou de várias obras coletivas, elaborando verbetes para o *Diccionario de sociologia de la cultura*; e o capítulo “*Television y Vida Privada*”, para a coletânea *La Vida Privada en la Argentina*. Em 1993, ganhou o Prêmio do Concurso Cristóbal Colón e, no mesmo ano, recebeu o Prêmio Estimulo TEA (Taller Escuela Agencia de Periodismo Argentina) por “melhor livro jornalístico escrito por jovens” com a obra *El Cine de Leonardo Favio*. Em 1995, recebeu o Prêmio Educação Navarro Viola como graduado que mais se destacou por seu desempenho, seus trabalhos de pesquisa, seu currículo e sua trajetória na carreira de letras nas Universidades do país, no período 1992-1995.

A cerimônia de premiação ocorrerá no Dia da Amizade Brasil-Argentina, na cidade de Puerto Iguazú, em 30 de novembro do corrente. Os laureados terão direito a um prêmio de R\$ 25.000,00.

### **Comunicado à imprensa sobre o Instituto Social Brasil-Argentina (25/11/2005)**

No marco do Instituto Social Brasil-Argentina (ISBA) e em comemoração ao Dia da Amizade Brasil-Argentina e aos vinte anos da Declaração de Iguazu (“Iguaçu + 20”), em 30 de novembro, será

realizado, nas cidades de fronteira de Barracão (Paraná), Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Bernardo de Irigoyen (província de Misiones, Argentina), Seminário sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Alimentação Escolar em Cidades de Fronteira. O Seminário visa a trocar experiências entre os dois países e discutir possíveis projetos de cooperação na área social.

O ISBA foi criado em 2003 e tem como objetivo articular os programas sociais do Brasil e da Argentina, de forma a impulsionar ações comuns. A Argentina é o único país com o qual o Brasil mantém fórum bilateral específico para tratar do intercâmbio de experiências na área social. Seus coordenadores são os Ministérios do Desenvolvimento Social e das Relações Exteriores. Participam do ISBA também outros Ministérios e órgãos que atuam na área social.

A IIIª Reunião Plenária do ISBA decidiu estabelecer como prioridade as áreas de fronteira entre os dois países, apoiando iniciativas concretas em cidades-gêmeas de fronteira, o que vem ao encontro das prioridades estabelecidas pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), coordenado pelo Ministério da Integração Nacional.

O envolvimento de vários Ministérios evidencia a adoção, por ambos os Governos, de iniciativas inéditas no combate à fome e à pobreza. O Fome Zero é desenvolvido mediante a integração e a formação de parcerias de âmbito intergovernamental, entre as três esferas de Governo e entre o Estado e a sociedade. Pelo menos 11 dos programas e ações envolvem, ao mesmo tempo, Ministérios, Governos estaduais e municipais e outros parceiros.

No âmbito da estratégia do Fome Zero e do Programa “*El Hambre Más Urgente*”, da Argentina, o Instituto Social Brasil-Argentina decidiu iniciar, no biênio 2005-2006, os trabalhos em cidades de fronteira, a partir dos eixos temáticos da Segurança Alimentar e Nutricional e Alimentação Escolar, por sua importância na área social.

## **Comunicado à imprensa sobre as Audiências na Corte Interamericana de Direitos Humanos relacionadas ao Brasil (25/11/2005)**

Caso Damião Ximenes Lopes

Nos próximos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, será realizada em São José da Costa Rica, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, audiência sobre o caso Damião Ximenes Lopes, portador de sofrimento psíquico, falecido em 4 de outubro de 1999, em clínica privada conveniada ao Sistema Único de Saúde, no Município de Sobral, Estado do Ceará.

Trata-se do primeiro caso relacionado ao Brasil a ser julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos desde o reconhecimento brasileiro da jurisdição obrigatória da Corte, em dezembro de 1998. Anteriormente, a Corte havia decidido apenas pedidos de medidas provisórias, de natureza cautelar.

A apreciação pela Corte de São José do caso Damião Ximenes Lopes é, nessa perspectiva, um marco histórico da abertura e do compromisso do Brasil com o sistema internacional de promoção e de proteção dos direitos humanos, manifestada igualmente pelo convite permanente aos Relatores Especiais da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para visitarem o país, pelos acordos de solução amistosa negociados na Comissão Interamericana para os casos José Pereira e dos Meninos Emascarados do Maranhão e pelas resoluções que o Brasil tem logrado aprovar tanto na Comissão de Direitos Humanos como na Assembléia Geral dos Estados Americanos.

A delegação brasileira, durante sua participação na audiência, exporá o andamento dos processos judiciais relativos à morte de Damião Ximenes Lopes e os vários avanços ocorridos no sistema de atenção à saúde mental no país, que passou a enfatizar os direitos humanos dos portadores de transtornos mentais e sua não-internação, especialmente após a aprovação e implementação da Lei nº 10.216/2001. O Município de Sobral, onde ocorreram os fatos, é atualmente referência nacional em

políticas de saúde mental. A Rede Integral de Saúde Mental de Sobral recebeu, em 2001, o Prêmio David Capistrano da Costa Filho de Experiências Exitosas na Área de Saúde Mental e, em outubro deste ano, o Prêmio de Inclusão Social – Saúde Mental.

Medidas Provisórias do Complexo do Tatuapé da FEBEM/SP

No dia 17 de novembro a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou, por solicitação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, medidas provisórias em favor dos adolescentes internos do Complexo Tatuapé da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor do Estado de São Paulo (FEBEM/SP) e convocou o Estado brasileiro para audiência pública sobre as mencionadas medidas no dia 29 do corrente. O processo elevado à Corte deixou de incluir o relatório e documentos anexos apresentados pelo Brasil durante reunião de trabalho da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 21 de outubro.

O Brasil pediu o adiamento da audiência pública com base em solicitação do Governo de São Paulo para resguardar o devido processo legal e permitir que a Corte receba e tome conhecimento da documentação apresentada pelo Estado brasileiro à CIDH.

O Governo brasileiro está ciente da gravidade dos últimos acontecimentos na FEBEM Tatuapé e reafirma o seu propósito de honrar plenamente o seu compromisso com o sistema interamericano de direitos humanos. O pedido de adiamento foi apresentado exclusivamente com base na importância do atendimento pleno do devido processo legal.

## **Comunicado à imprensa sobre a Reforma do Regime Açucareiro Europeu (25/11/2005)**

O Brasil tomou conhecimento ontem, dia 24 de novembro de 2005, do acordo alcançado pelos Ministros de Agricultura dos 25 países membros da União Europeia acerca da reforma do regime açucareiro europeu. Trata-se de passo importante

em direção à eliminação das distorções geradas pelo regime europeu no mercado internacional do açúcar.

O Brasil espera que as medidas ontem aprovadas pela União Européia levem ao cumprimento efetivo das recomendações do painel e do Órgão de Apelação da OMC no contexto do contencioso do açúcar. Caberá à União Européia limitar suas exportações de açúcar a 1.273.500 toneladas anuais, em conformidade com as obrigações contraídas na Rodada Uruguai.

Nos termos do laudo arbitral de 28 de outubro de 2005, a União Européia terá até o dia 22 de maio de 2006 para compatibilizar seu regime açucareiro com suas obrigações no âmbito do Acordo de Agricultura da OMC.

O entendimento ontem logrado pelos Ministros de Agricultura europeus constitui desdobramento auspicioso para os países em desenvolvimento, responsáveis por cerca de 80% dos fluxos internacionais do produto. A plena observância pela UE das disciplinas multilaterais da OMC retirará do comércio mundial cerca de 5 milhões de toneladas/ano, o que deverá resultar em ganhos anuais para os países em desenvolvimento da ordem de US\$1,48 bilhão.

### **Comunicado Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (27/11/2005)**

(versão em português do original em inglês)

Realizou-se, nos dias 26 e 27 de novembro de 2005, em Riade, Arábia Saudita, a primeira reunião Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), que deu início ao processo de implementação do Acordo-Quadro sobre Cooperação Econômica entre as duas regiões, firmado no contexto da Reunião de Cúpula América do Sul-Países Árabes (Brasília, maio de 2005). Os dois lados confirmaram sua firme disposição de aprofundar os laços econômicos e comerciais entre o Mercosul e o CCG. Suas respectivas autoridades estão convencidas de que este objetivo pode ser alcançado no curto prazo, em reforço aos interesses complementares e convergentes entre os dois grupos.

Em sintonia com os propósitos do Acordo-Quadro, os dois lados concordaram em iniciar negociações com vistas a um Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o CCG, tendo atribuído prioridade ao seu agendamento. As negociações poderão ser concluídas em 2006. Foi bem recebido o convite da Argentina para sediar a primeira rodada de negociações em Buenos Aires.

Tão logo esteja definido o cronograma, os dois lados intercambiarão, com antecedência em relação à primeira reunião, suas listas iniciais de pedidos na área de bens e suas ofertas iniciais nas áreas de serviços e investimentos (com formato de listas positivas), como base para as negociações nessas três áreas, que deverão acontecer em paralelo.

Também como parte da implementação do Acordo-Quadro de maio de 2005, acordou-se, além das negociações de um acordo de livre comércio, a organização de uma série de iniciativas conjuntas destinadas a fomentar negócios e promover melhor entendimento mútuo de ambos os processos de integração, tais como:

- realização de conferência sobre investimentos, reunindo potenciais investidores das duas regiões e destinada a identificar projetos concretos para investimentos, “joint ventures” e outras parcerias;
- intercâmbio de missões comerciais para a promoção do comércio e melhor compreensão de seus respectivos mercados;
- realização de sessões de troca de experiências sobre os processos de coordenação macroeconômica de cada região; e
- realização de sessões para compartilhamento de experiências sobre os sistemas alfandegários de cada região.

Os dois lados concordaram em aprofundar a discussão destas iniciativas, de modo a que se chegue a formatos e modalidades mutuamente acordados.

### **Comunicado à imprensa sobre a Audiência Pública na Câmara dos Deputados com a presença do Ministro Celso Amorim (29/11/2005)**

O Ministro Celso Amorim participará de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados para discutir temas relativos à política externa brasileira.

A Audiência Pública terá lugar hoje, dia 29 de novembro, às 15h30, no Plenário 10 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

### **Comunicado à imprensa sobre o encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner (Iguaçu+20) (29/11/2005)**

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner deverão encontrar-se no próximo dia 30 de novembro, na cidade argentina de Puerto Iguazú.

Nessa data, que é o Dia da Amizade Brasil-Argentina, será celebrado o 20º aniversário do histórico encontro entre os Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, em 1985, quando foi assinada a Declaração do Iguaçu, marco fundamental do processo de aproximação entre os dois países.

Desde então, a relação bilateral se intensificou numa série de áreas de cooperação e evoluiu para uma parceria que serve de pedra angular para o novo edifício da integração regional, refletido nos avanços do Mercosul e da Comunidade Sul-Americana de Nações.

O encontro dos Presidentes Lula e Kirchner contará também com a presença dos ex-Presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, pioneiros que, há duas décadas, deram o passo decisivo para a aliança entre os países. As bases então lançadas permitiram que se pusesse em marcha um irreversível processo, cujos bons frutos são evidentes em todos os campos.

Os Presidentes Lula e Kirchner deverão assinar o Compromisso de Puerto Iguazú, em que renovam a determinação de aprofundar sua cooperação na defesa de valores compartilhados, no

cenário internacional, e as iniciativas para que a integração bilateral se reverta em benefícios para o dia-a-dia dos cidadãos. Firmarão igualmente uma Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, pela qual reafirmam seu compromisso com a manutenção da paz e a defesa do desarmamento e da não-proliferação, sem prescindir do uso de uma fonte de energia importante. Além disso, Ministros de Estado de diferentes áreas deverão assinar uma série de acordos, declarações e programas de trabalho conjunto.

### **Comunicado à imprensa sobre o Compromisso de Puerto Iguazú - Desenvolvimento, Justiça e Integração (30/11/2005)**

Os Presidentes Lula e Kirchner celebram hoje o 20º aniversário da Declaração do Iguaçu, assinada pelos Presidentes Alfonsín e Sarney em seu histórico encontro de 30 de novembro de 1985.

2. Os Presidentes renovam o compromisso de seus povos e Governos com o fortalecimento da cooperação, da integração e da amizade que os unem, as quais se encontram a serviço de valores e objetivos comuns, tais como o desenvolvimento com equidade, a erradicação da fome e da pobreza, e a promoção da democracia e dos direitos humanos. A aliança Argentina-Brasil é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. A integração regional proporcionará uma base sólida para a negociação de acordos comerciais mais equilibrados e justos, nos âmbitos regional, extra-regional e americano, e no marco da Organização Mundial do Comércio.

3. Os Presidentes Kirchner e Lula estão determinados a fortalecer o multilateralismo como a melhor forma de lidar com os grandes desafios contemporâneos: o respeito ao direito internacional, a luta contra o terrorismo e o combate ao racismo e à intolerância. Ressaltam o compromisso de levar a

bom termo a reforma da Organização das Nações Unidas, na qual Brasil e Argentina cooperarão ativamente e trabalharão em estreita coordenação.

4. Os Presidentes Lula e Kirchner advogarão conjuntamente, no referente às instituições multilaterais de crédito, para evitar a imposição de condições que afetem a capacidade dos Governos de promover políticas de crescimento, emprego digno e inclusão social. Brasil e Argentina consideram, baseados na realidade da experiência regional, que o mercado não resolve todos os problemas, e que é indispensável desenvolver uma estratégia comum de promoção do desenvolvimento, centrada no combate direto à exclusão.

5. Argentina e Brasil vêm percorrendo um caminho de fecunda cooperação desde o encontro histórico de Iguazu, há vinte anos, quando ambos os países apostaram no desenvolvimento de um processo de integração sobre a base do diálogo político permanente, da criação de um espaço econômico comum e de medidas de confiança mútua para evitar corridas armamentistas e criar as condições para que o hemisfério sul das Américas se constitua em uma zona de paz e livre de armas de destruição em massa. Celebra-se hoje o rico patrimônio conquistado durante duas décadas, com a certeza de que, juntos, os dois países superarão os entraves internos e externos ao desenvolvimento e construirão nações mais prósperas, justas e democráticas.

6. Assim como em 1985 Argentina e Brasil estabeleceram pautas para a integração e para a paz regional, nesta etapa nossos esforços estão, cada vez mais, dirigidos no sentido de que os benefícios da integração possam ver-se efetivamente refletidos na vida cotidiana dos cidadãos. Com esse propósito, os Presidentes Lula e Kirchner celebram a assinatura, neste 20º aniversário da Declaração do Iguazu, de um amplo conjunto de novos protocolos e instrumentos de cooperação em áreas estratégicas, que representam a vontade de ambos os países de aprofundar a integração e seguir fortalecendo a

amizade argentino-brasileira.

7. Os Presidentes encomendaram a seus Ministros de Minas e Energia e de Planejamento Federal, Investimento Público e Serviços que realizem com a Venezuela, e em coordenação com os demais países interessados da região, a continuação dos estudos com vistas à construção de um gasoduto que una os três países e outros da América do Sul, devendo-se reunir as delegações técnicas da Argentina, Brasil e Venezuela em 5 de dezembro em Caracas

8. Ambos os mandatários determinaram que se realizem os melhores esforços para concluir, antes de 31 de janeiro de 2006, um instrumento capaz de evitar o impacto dos desequilíbrios no comércio e assimetrias entre setores produtivos de ambos os países e promover a integração da produção e a expansão equilibrada e dinâmica do comércio bilateral.

9. Os Presidentes decidiram convocar uma reunião com empresários argentinos e brasileiros para tratar de questões de política econômica, investimento e cooperação empresarial, durante o mês de fevereiro de 2006, em São Paulo, continuando, assim, as reuniões que presidiram os Chanceleres em São Paulo e Buenos Aires.

10. Ambos os mandatários se comprometeram a trabalhar conjuntamente na consolidação democrática e no fortalecimento institucional da América do Sul, com o devido respeito ao princípio de não intervenção nos assuntos internos dos estados.

## A N E X O

Os Presidentes destacaram a realização do “Foro Bilateral de Reflexão”, ocorrido na cidade de Foz do Iguazu no dia 29 de novembro passado. Esta reunião promoveu uma análise histórica-estrutural da relação bilateral, assim como do papel da Argentina e do Brasil no âmbito regional e mundial.

Da mesma forma, ressaltaram a importância do amplo conjunto de novos protocolos e instrumentos de cooperação assinados por ocasião da Cúpula de Iguazu, que se mencionam a seguir:

1. Declaração Conjunta sobre Cooperação Nuclear;

2. Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e a Aplicação de Energia Nuclear para Fins Pacíficos em Matéria de Reatores, Combustíveis Nucleares, Abastecimento de Radioisótopos e Radiofármacos, e de Gestão de Resíduos Radioativos;

3. Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento de Energia Nuclear para Fins Pacíficos nas Áreas Normativa e de Regulação Nuclear;

4. Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais para o Desenvolvimento Conjunto do Satélite Argentino-Brasileiro de Informação sobre Recursos Hídricos, Agricultura e Meio Ambiente;

5. Acordo para o Estabelecimento de um Mecanismo de Cooperação Comercial;

6. Acordo, por troca de notas, para bilateralização do Acordo sobre Residência para Nacionais do Mercosul;

7. Acordo para Concessão de Permanência a Detentores de Vistos Temporários ou a Turistas;

8. Protocolo para o Estabelecimento de um Grupo de Alto Nível para a Implementação da Livre Circulação de Pessoas;

9. Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas;

10. Declaração sobre Subtração e Restituição de Menores;

11. Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa;

12. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica na Área da Tecnologia Militar;

13. Regulamento da Comissão Binacional Brasil-Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai;

14. Protocolo de Estabelecimento do Centro

Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN);

15. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica para a Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Produção de Insumos, de Medicamentos e de Recursos de Diagnóstico;

16. Declaração dos Ministros da Área Energética;

17. Programa de Cooperação entre a Agência Espacial Brasileira e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais da República da Argentina Referente ao Projeto Sac-D/Aquarius;

18. Programa de Trabalho entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Alimentos para a Determinação da Equivalência dos Sistemas de Controle Sanitário e Fitossanitário;

19. Protocolo para a Promoção do Ensino do Português e Espanhol como Segundas Línguas;

20. Acordo de Cooperação Cultural entre a Secretaria de Cultura e o Ministério da Cultura - Programa de Trabalho Amazônia-Patagônia;

21. Protocolo de Intenções entre o Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social sobre Cooperação em Matéria Trabalhista;

22. Convênio de Cooperação em Matéria de Esportes entre o Ministério do Esporte e a Secretaria de Esporte.

### **Comunicado à imprensa sobre o Protocolo Bilateral sobre acesso do Vietnã à OMC (30/11/2005)**

O Brasil assinou, em Genebra, Protocolo Bilateral relativo à acesso do Vietnã à Organização Mundial de Comércio. O documento formaliza, na OMC, a conclusão, em novembro de 2004, das negociações de acesso a mercados em bens e em serviços mantidas com aquele país.

O Governo brasileiro expressa o seu firme apoio à acesso do Vietnã à OMC e manifesta a expectativa de que tal processo possa ser concluído

com a brevidade possível.

O Brasil espera, sob os auspícios da OMC, poder estreitar seus laços comerciais com o Vietnã. Entre os produtos negociados bilateralmente, encontram-se importantes itens de interesse exportador brasileiro, tais como carne, fumo, café, arroz, açúcar, cacau, frutas, filmes fotográficos, inseticidas, couro, madeira, produtos laminados, aquecedores e máquinas.

### **Comunicado à imprensa sobre os donativos do Brasil a El Salvador ( 30/11/2005)**

Tendo presente os laços de solidariedade regional e na seqüência de doação de seis e meia toneladas de medicamentos e quatro toneladas de alimentos já realizada pelo Governo brasileiro a El Salvador, em 21 de outubro último, o Brasil enviará, amanhã, dia 1o de dezembro, 14 toneladas de donativos diversos, arrecadados junto à população de Salvador-BA, por iniciativa do Cônsul daquele país, com o objetivo de auxiliar as vítimas do furacão Stan e da erupção do vulcão Ilamatepec.

Os donativos seguirão em aeronave Hércules C-130 da FAB, e incluem cobertores, cadeiras de rodas, medicamentos e alimentos. A chegada da aeronave no aeroporto de São Salvador está prevista para as 12h50.

### **Comunicado à imprensa sobre o envio de urnas eletrônicas à República Dominicana (02/12/2005)**

O Governo brasileiro e a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) assinaram, em novembro passado, em Brasília, “Convênio de Cooperação Técnica para Automatização do voto na República Dominicana”. Sob os auspícios deste Convênio, o Brasil prestará assistência técnica no planejamento e na utilização de urnas eletrônicas nas eleições municipais e legislativas, em maio de 2006, na República Dominicana. Para a execução desse projeto prevê-se a utilização de 500 urnas de votação. As urnas e as peças eletrônicas correspondentes chegaram a

São Domingos no dia de hoje, 2 de dezembro, e foram entregues à Junta Central Eleitoral dominicana.

### **Comunicado à imprensa sobre a visita ao Brasil da Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Defensores dos Direitos Humanos (03/12/2005)**

A Senhora Hina Jilani, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para Defensores dos Direitos Humanos, visitará o Brasil entre 4 e 20 de dezembro corrente. A visita inscreve-se no contexto do convite permanente estendido pelo Brasil aos mecanismos de monitoramento da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH).

A Senhora Hina Jilani, de nacionalidade paquistanesa, ocupa o cargo desde agosto de 2000. No Brasil, a Senhora Jilani visitará, além de Brasília, os estados do Pará, Bahia, Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina. Em Brasília, deverá avistar-se com os Presidentes da Câmara e do Senado, com os Presidentes do STF e do STJ, com diversos Ministros de Estado e com a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. A Senhora Hina Jilani também deverá ser recebida pelo Ministro Celso Amorim.

O Governo brasileiro apresentará à Representante Especial o Programa Nacional de Proteção de Defensores dos Direitos Humanos, que está sendo implementado, em parceria, pela Subsecretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Programas-piloto estão sendo desenvolvidos nos estados do Espírito Santo, Pará e Pernambuco.

O Estado brasileiro tem atuado no aprimoramento das instituições policiais, bem como na sua estruturação com a finalidade de habilitá-las para o serviço de proteção aos defensores dos direitos humanos. A orientação fundamental seguida pelo Governo nessa matéria baseia-se no princípio de que a proteção aos defensores dos direitos humanos é essencial ao Estado Democrático de Direito no Brasil.

O Programa Nacional propõe atribuições ao Governo federal e aos Governos estaduais, ao Ministério Público, à Magistratura, às organizações não-governamentais e a outras instituições.

A agenda da visita prevê, igualmente, contatos com a sociedade civil organizada.

### **Comunicado à imprensa sobre o atentado em Netanya, Israel (06/12/2005)**

O Governo brasileiro condena com veemência o atentado perpetrado neste domingo, dia 4 de dezembro, em “shopping center” da cidade israelense de Netanya e apresenta seu mais profundo sentimento de solidariedade aos familiares e amigos das vítimas. O Governo brasileiro lamenta a perda de vidas inocentes e reitera seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, independentemente de seus atores e motivações.

O Governo brasileiro exorta os Governos de Israel e da Autoridade Nacional Palestina a que, a despeito da gravidade do atentado de Netanya, prossigam nas negociações de paz, com vistas à implementação das medidas contempladas no “Mapa do Caminho para a Paz”.

### **Comunicado à imprensa sobre a I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Israel (06/12/2005)**

No próximo dia 7 de dezembro, será realizada no Palácio Itamaraty, em Brasília, a I Reunião de Consultas Políticas entre as Chancelarias do Brasil e de Israel. O mecanismo anual de consultas políticas entre as duas Chancelarias foi estabelecido por Memorando de Entendimento assinado durante a visita do Ministro Celso Amorim a Israel, em 29 e 30 de maio último.

Durante a reunião inaugural, ambas as partes deverão examinar a situação dos respectivos entornos regionais, incluindo as perspectivas do cenário político no Oriente Médio, além de passar em revista os principais tópicos do relacionamento bilateral. A delegação brasileira será chefiada pelo Subsecretário-Geral para Assuntos Políticos II do MRE,

Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho. A Embaixadora Dorit Shavit, Vice-Diretora-Geral para América do Sul, América Central e Caribe do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiará a delegação de Israel.

### **Comunicado à imprensa sobre a Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Reino Unido (07/12/2005)**

A convite de Sua Majestade a Rainha Elizabeth II, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, acompanhado da Senhora Marisa Letícia Lula da Silva, realizará Visita de Estado ao Reino Unido de terça-feira, 7 de março, a quinta-feira, 9 de março de 2006. O Presidente e Senhora hospedar-se-ão no Palácio de Buckingham.

#### **Retrospecto**

A Rainha e o Duque de Edimburgo realizaram Visita de Estado ao Brasil em novembro de 1968.

O Presidente Ernesto Geisel e Senhora realizaram Visita de Estado ao Reino Unido em maio de 1976.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso e Senhora realizaram Visita de Estado ao Reino Unido em dezembro de 1997.

O Príncipe de Gales visitou o Brasil em março de 2002.

O Duque de York visitou o Brasil em novembro de 2002.

### **Comunicado à imprensa sobre o TRIPS e Saúde Pública - Decisão do Conselho-Geral da OMC (07/12/2005)**

O Conselho-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) adotou ontem em Genebra, por consenso, decisão de emendar o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo TRIPS), incorporado ao ordenamento jurídico nacional pelo Decreto 1.355 de 30 de dezembro de 1994.

A referida emenda ao Acordo TRIPS atende

a reivindicação de países de menor desenvolvimento relativo, sobretudo os do continente africano. Ela incorpora ao texto daquele Acordo o teor da Decisão de 30 de Agosto de 2003 do Conselho-Geral da OMC (“Decisão de 30 de Agosto”) sobre o Parágrafo 6º da Declaração Ministerial de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública de 2001 (“Declaração de Doha”). A ação de ontem do Conselho-Geral resulta de mandato contido na Decisão de 30 de agosto e dá caráter permanente ao sistema provisório estabelecido na mencionada Decisão.

A emenda reconhece que Membros da OMC com insuficiente ou inexistente capacidade de fabricação no setor farmacêutico podem enfrentar dificuldades para fazer efetivo uso de licenciamento compulsório sob o Acordo TRIPS. Nesse contexto, ela flexibiliza, para aqueles Membros, a aplicação dos artigos 31 (f) e 31 (h) do Acordo TRIPS. O artigo 31 (f) determina que o licenciamento compulsório será “autorizado predominantemente para suprir o mercado interno”, enquanto o artigo 31 (h) estabelece que, em caso de licença compulsória, o titular da patente “será adequadamente remunerado”.

A emenda em questão não diminui nem qualifica os direitos de que gozam os Membros da OMC de: (I) adotar medidas para a proteção da saúde pública; (II) implementar o Acordo TRIPS de modo a apoiar o direito à saúde pública e a promover o acesso a medicamentos; (III) conceder licenças compulsórias nas situações previstas nos textos multilaterais da OMC; e (IV) fazer uso das flexibilidades previstas no Acordo TRIPS e na Declaração de Doha.

Para fins de aplicação dos dispositivos previstos na citada emenda, o Brasil mantém o direito soberano de determinar, caso a caso, se possui insuficiente ou nenhuma capacidade de fabricação no setor farmacêutico.

### **Comunicado à imprensa sobre a XXIX Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul (08/12/2005)**

Será realizada, no próximo dia 9 de dezembro, a XXIX Reunião de Cúpula dos Presidentes do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai, país que exerce atualmente a presidência “pro tempore” do Mercosul.

Na Reunião de Cúpula, deverá ser formalizada a decisão política sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul e iniciado o processo de adesão previsto no Artigo 20 do Tratado de Assunção.

A Cúpula celebrará também a aprovação – pelo Conselho Mercado Comum – de diversos projetos importantes, entre eles:

- Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que determina as bases do Parlamento que será instaurado até 31 de dezembro de 2006;
- a regulamentação da livre circulação de bens no interior do bloco;
- as regras de procedimento do Tribunal Permanente de Revisão (TPR), peça-chave na estrutura institucional do bloco;
- a aprovação do programa “Mercosul Livre de Febre Aftosa”;
- a implementação do regulamento do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), que permitirá seu funcionamento já em 2006;
- e a aprovação da “Estratégia Mercosul de Crescimento de Emprego”, que busca a elevação do emprego de qualidade como uma das diretrizes do processo de desenvolvimento econômico dos países da região.

Durante o diálogo que manterá com seus pares em Montevidéu, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterará o compromisso do Brasil com o Mercosul. O Brasil continua atento às necessidades específicas de seus sócios e parceiros, mantendo a perspectiva de longo prazo e o imperativo de caminhar rumo ao aprofundamento da integração.

## **Comunicado Conjunto dos Presidentes dos Estados Partes do MERCOSUL (09/12/2005)**

*(original em espanhol)*

1. Se realizó en la ciudad de Montevideo, entre los días 7 y 9 de diciembre de 2005, la XXIX Reunión del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, con la presencia de los Presidentes de Argentina, Néstor Kirchner; de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; de Paraguay, Nicanor Duarte Frutos, y de Uruguay, Tabaré Vázquez Rosas.

2. Los Presidentes reafirmaron los compromisos de sus países con la consolidación y profundización del MERCOSUR. Destacaron el papel central del bloque en la búsqueda del desarrollo sustentable en la región y una mejor inserción en la economía global, resaltando su contribución para el fortalecimiento de la institucionalidad democrática.

3. Saludaron la participación de los Presidentes de Bolivia, Eduardo Rodríguez; de Chile, Ricardo Lagos; de Venezuela, Hugo Chávez; y de los Vicepresidentes de Colombia, Francisco Santos y de Ecuador, Alejandro Serrano; así como del Canciller de Perú, Oscar Maurtua, como muestra del interés y la voluntad política del MERCOSUR y de los Estados Asociados en estrechar sus lazos de integración económica, comercial y política.

4. Expresaron también su satisfacción por la presencia del Primer Ministro de Namibia, del señor Vicepresidente de la República Dominicana, del enviado especial del Presidente de la República Popular China y del representante del gobierno del Estado de Israel, en calidad de invitados especiales.

5. Se congratularon por la presencia del Secretario General de la Organización de Estados Americanos, del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, del Secretario General de la Comunidad Andina, del Presidente de la Corporación Andina de Fomento, del Secretario General Iberoamericano y del representante del Banco Interamericano de Desarrollo.

6. Acogieron con satisfacción la solicitud de incorporación de la República Bolivariana de

Venezuela como Estado Parte del MERCOSUR, a efectuarse en los términos del Tratado de Asunción y del correspondiente proceso de adhesión.

7. Reconocieron los avances realizados para la implementación del “Programa de Trabajo 2004-2006” del MERCOSUR, que refleja el empeño de los Estados Partes para la profundización de la unión aduanera y el continuo fortalecimiento del proyecto de integración política, económica, comercial, institucional, social, cultural y física del MERCOSUR, comprometiéndose a renovar los esfuerzos para el cumplimiento de los objetivos trazados. Destacaron la labor desplegada por la Presidencia Pro Tempore del Uruguay durante este semestre con el fin de dinamizar los trabajos del programa 2004 – 2006.

8. En ese sentido, otorgaron relevancia a la aprobación de importantes instrumentos para el fortalecimiento de la Unión Aduanera. Al respecto, expresaron su satisfacción por los esfuerzos emprendidos por sus Gobiernos para el perfeccionamiento de la circulación de mercaderías en el MERCOSUR, que incluye la reglamentación de la Decisión CMC N° 54/04 que estableció un programa para la eliminación del doble cobro del Arancel Externo Común y la distribución de la renta aduanera. Destacaron la labor desplegada para la interconexión de los sistemas informáticos de control aduanero de los Estados Partes, que permitirá el inicio de la primera etapa del programa el 1° de enero de 2006.

9. En línea con esos objetivos, saludaron el reinicio de los trabajos para la determinación de los parámetros que regirán el alcance y las definiciones que contendrá el Código Aduanero del MERCOSUR.

10. Resaltaron que los trabajos realizados por los Estados Partes tienen como objeto asegurar el desarrollo sustentable y equilibrado entre sus países, el aumento de la inversión y la complementariedad de los procesos productivos, con un enfoque regional, que genere mayor valor agregado y potencie la creación de empleo y la mejora de la calidad de vida

de sus habitantes. En este sentido, señalaron la importancia de la facilitación del comercio intrazona. Enfatizaron también la prioridad de promover una mejor competitividad internacional de nuestros países que permita un mayor acceso a terceros mercados.

11. Manifestaron su satisfacción por la suscripción del Acuerdo Marco sobre Complementación Energética Regional entre los Estados Partes del MERCOSUR y los Estados Asociados, que significa un avance en la integración de los sistemas de producción, transporte, distribución y comercialización de energéticos en los Estados Partes, con el fin de asegurar los suministros y minimizar los costos de las transacciones en este sector.

12. Expresaron su satisfacción por la conclusión de los trabajos del Grupo de Alto Nivel sobre Convergencia Estructural y Financiamiento del Proceso de Integración y por la aprobación de la Decisión sobre “Reglamento del Fondo para la Convergencia Estructural del MERCOSUR” (FOCEM), que fija los criterios de presentación, aprobación, ejecución y seguimiento de los proyectos a ser financiados por el FOCEM; los aspectos institucionales; así como la modalidad de administración y utilización de los recursos financieros que integran este importante instrumento para el tratamiento de las asimetrías en la región. Exhortaron a los Parlamentos Nacionales para que, en el más breve plazo posible, aprueben las medidas legislativas necesarias para la efectiva implementación del Fondo y así, habilitar su operatividad a partir del año 2006.

13. Manifestaron su satisfacción por la aprobación del “Programa de Acción MERCOSUR Libre de Fiebre Aftosa” (PAMA), que contribuirá a mejorar la situación de la salud animal y propiciará condiciones de comercialización más favorables para los productos agropecuarios del MERCOSUR.

14. Destacaron la aprobación de la Decisión que dispone el inicio de un proceso de reforma institucional del MERCOSUR, con vistas a actualizar y mejorar la estructura y el funcionamiento de sus órganos.

15. Recibieron con satisfacción la aprobación por el CMC del Proyecto de Protocolo Constitutivo del Parlamento MERCOSUR y felicitaron a la Comisión Parlamentaria Conjunta por el impulso dado a la tareas previstas en la Decisión CMC N° 49/04. Reiteraron su convicción de que la conformación de un Parlamento del MERCOSUR, electo por sufragio universal, directo y secreto de la ciudadanía, contribuirá a profundizar el proceso de integración, contemplando las necesidades de sus habitantes, y consolidará la institucionalidad democrática y la seguridad jurídica en la región integrada.

16. Destacaron la aprobación de las Reglas de Procedimiento del Tribunal Permanente de Revisión (TPR) que permitirá su pleno funcionamiento, constituyendo un avance significativo en el fortalecimiento del Sistema de Solución de Controversias del MERCOSUR.

17. Tomaron nota con satisfacción de la aprobación de las pautas de funcionamiento del Centro MERCOSUR para la Promoción del Estado de Derecho. Su instalación y el inicio de sus actividades permitirá contar con un foro académico para la discusión y difusión de los temas políticos, jurídicos, económicos, sociales y otros, vinculados con la integración regional.

18. Registraron con satisfacción la suscripción del Acuerdo de Sede entre la República Oriental del Uruguay y el MERCOSUR para el funcionamiento de la Comisión Parlamentaria Conjunta (CPC) y su Secretaría Administrativa Parlamentaria Permanente.

19. Destacaron la entrada en vigencia del Protocolo de Montevideo sobre el Comercio de Servicios. Remarcaron la importancia de profundizar los compromisos a través de la VI Ronda de Negociaciones sobre el Comercio de Servicios. Asimismo, instaron a proseguir las tareas tendientes a la armonización de los marcos regulatorios y compromisos horizontales y sectoriales, por su relevancia para la economía de nuestros países.

20. Tomaron nota del estado de las negociaciones del proyecto de Acuerdo sobre el

Acuífero Guaraní, que consagra principios y criterios que garantizan la soberanía permanente e incuestionable de los cuatro Estados Partes sobre ese importante recurso hídrico transfronterizo, asegurando su utilización racional y sostenible. Asimismo, destacaron la importancia de ampliar el conocimiento técnico y científico sobre el Sistema Acuífero Guaraní.

21. Destacaron los esfuerzos realizados por los Estados Partes para acelerar el proceso de incorporación de las normas MERCOSUR a sus ordenamientos jurídicos. En ese sentido, comprometieron sus máximos esfuerzos en continuar con esa tarea, en el entendido de que constituye un paso fundamental para la consolidación jurídica, política y económica del MERCOSUR.

22. Tomaron nota de los progresos logrados en las áreas de Asuntos Laborales, Empleo y Seguridad Social, así como de los avances logrados por el Grupo de Alto Nivel para elaborar una Estrategia MERCOSUR de Crecimiento del Empleo, que constituirá un instrumento sustancial para consolidar la dimensión social del proceso de integración. Estas acciones crearán las condiciones propicias para la aprobación de un Protocolo Sociolaboral del MERCOSUR.

3. Manifestaron su decidido apoyo para dotar de un marco normativo adecuado para la integración efectiva de las zonas y pasos fronterizos, atendiendo las particularidades que distinguen a cada una de esas regiones. En ese sentido, alentaron la pronta culminación de los trabajos relacionados con el anteproyecto de “Acuerdo de Comunidades Fronterizas Vinculadas del MERCOSUR”.

24. Manifestaron su satisfacción por los resultados alcanzados en la Reunión de Ministros de Economía, Hacienda y Presidentes de Bancos Centrales que se realizó el día 8 de diciembre. Asimismo, destacaron la coincidencia en apoyar los trabajos desarrollados en el ámbito del Grupo de Monitoreo Macroeconómico (GMM), en particular, en lo que respecta a la armonización de estadísticas

fiscales, de deuda, monetarias y de crédito, como parte de un proceso de avance en la coordinación de políticas macroeconómicas.

25. Elogiaron los trabajos de la Reunión Especializada de Promoción Comercial Conjunta del MERCOSUR en la promoción de los bienes y servicios de la región en terceros mercados. Tomaron nota, con satisfacción, de los trabajos tendientes a la implementación de una estrategia común para la promoción comercial del MERCOSUR.

26. Resaltaron la relevancia de los trabajos realizados en la Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR y les instaron a trabajar coordinadamente con sus pares de agricultura a fin de elaborar un Plan de Contingencia con componentes de vigilancia epidemiológica y zoonosaria, y para el control de la gripe aviar o de cualquier enfermedad con potencial pandémico. Se manifestaron a favor de la aplicación de los mecanismos previstos en la Declaración de Doha, en el marco de la OMC, que prevé flexibilidades en materia de propiedad intelectual para el caso de emergencias de salud pública para garantizar el acceso universal a medicamentos y vacunas, así como su producción.

27. Destacaron la labor de la Reunión de Ministros de Desarrollo Social por los avances logrados en el marco del Plan Bienal 2005 – 2007 en materia de desarrollo social y combate a la pobreza, así como la adopción de la Declaración de Montevideo en la que se señala la impostergable búsqueda de la integración social, a través de una adecuada y eficaz articulación entre las políticas económicas y las políticas sociales en el marco de una estrategia de pleno desarrollo del individuo.

28. Valoraron positivamente la labor desarrollada por el Foro Consultivo Económico y Social cuyo objetivo fundamental es canalizar las contribuciones de la sociedad civil para la marcha del proceso de integración. Asimismo, consideraron como muy positivo el relacionamiento registrado entre el Foro Consultivo Económico y Social y el Grupo

Mercado Común durante el semestre que finaliza.

29. Destacaron la celebración entre los días 28 y 30 de junio de la I Reunión de la Comisión Administradora del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y Colombia, Ecuador y Venezuela, señal inequívoca de los avances existentes entre ambos bloques. Manifestaron su satisfacción por la asociación de los Estados Partes del MERCOSUR a la Comunidad Andina, concretada el pasado 7 de julio de 2005 que favorecerá el proceso de convergencia hacia la Comunidad Sudamericana de Naciones a partir de la asociación recíproca de ambos bloques.

30. Tomaron nota, con satisfacción, de la conclusión del proceso de protocolización del Acuerdo de Libre Comercio entre el MERCOSUR y Perú, lo que permitirá ponerlo en vigencia a la brevedad.

31. Recibieron con agrado los resultados de la IX Reunión Ordinaria de la Comisión Administradora del ACE N° 35 MERCOSUR – Chile, así como la celebración de reuniones de los Grupos Ad Hoc sobre Normas y Reglamentos Técnicos y de Servicios del referido Acuerdo.

32. Se congratularon por la celebración en Brasilia de la I Cumbre de Presidentes de la Comunidad Sudamericana de Naciones y reiteraron la importancia del diálogo y la coordinación política, de la convergencia de los procesos de integración económica y de la integración física, para poder avanzar hacia la unidad sudamericana. En el mismo sentido, destacaron la celebración de la Sesión Extraordinaria de la Cumbre de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones, que tendrá lugar en la ciudad de Montevideo el día 9 de diciembre.

33. Expresaron su satisfacción por la adopción del Comunicado Conjunto de Cancilleres y del Programa de Trabajo con la República Dominicana, que prevé acciones orientadas a la negociación de un acuerdo de libre comercio.

34. Tomaron nota de la reunión celebrada en Ottawa en el marco de la iniciativa con Canadá sobre acceso a mercados en materia de comercio de bienes,

servicios e inversiones, acordándose una nueva reunión para el año 2006.

35. Reafirmaron el compromiso del MERCOSUR con el proceso negociador del Acuerdo de Asociación Interregional con la Unión Europea y reiteraron la constante disposición del MERCOSUR a continuar con dicho proceso. En ese sentido, destacaron la celebración, el 2 de setiembre de 2005, de la Reunión Ministerial en Bruselas y la Reunión de Coordinadores celebrada en Montevideo el 16 de noviembre pasado, que han permitido relanzar el proceso de negociaciones entre ambos bloques. Reiteraron, por otra parte, que dicha negociación debe conducir a la ampliación efectiva de comercio con la Unión Europea.

36. Destacaron la realización, en la ciudad de Mar del Plata, de la IV Cumbre de las Américas que tuvo por objetivo promover la creación de trabajo para enfrentar la pobreza y fortalecer la gobernabilidad democrática.

37. Resaltaron la coordinación del MERCOSUR en dicha Cumbre respecto de las negociaciones comerciales hemisféricas y reiteraron su compromiso de mantenerla, promoviendo el acceso a mercados sobre bases equilibradas.

38. Manifestaron su satisfacción por la suscripción durante la XXIX Reunión Ordinaria del CMC del Acuerdo Marco de Comercio con el Estado de Israel y reiteraron el interés en concluir un Acuerdo de Libre Comercio con ese país.

39. Se congratularon por la celebración de una reunión, en Riad, con el Consejo de Cooperación del Golfo (CCG), en la que se acordó iniciar negociaciones para la suscripción de un Acuerdo de Libre Comercio en acceso a mercados en materia de bienes, servicios e inversiones, de acuerdo a lo previsto en el Acuerdo Marco de Cooperación Económica suscrito en mayo pasado.

40. Manifestaron su agrado por los avances registrados durante la IX Ronda Negociadora del Acuerdo de Comercio Preferencial con la Unión Aduanera del África Austral (SACU).

41. Reafirmaron la importancia de la coordinación de sus posiciones y su compromiso con el sistema multilateral de comercio y, en particular, con el éxito del Programa de Doha para el Desarrollo y de la próxima Conferencia Ministerial de Hong Kong. Exhortaron a todos los Estados miembros para que se avance en las negociaciones, con un espíritu constructivo, teniendo particularmente en cuenta la situación de los países en desarrollo. Reiteraron su determinación de identificar e implementar mecanismos que contribuyan a una mayor apertura de mercados de los productos de interés de los países menos adelantados, especialmente de África y de América Latina, incluyendo el acceso libre de cuotas y aranceles. Destacaron que, para asegurar el éxito de la Ronda del Desarrollo, es fundamental alcanzar el nivel de ambición establecido para la agricultura en la Declaración Ministerial de Doha.

Señalaron que es indispensable una demostración efectiva de liderazgo por parte de las grandes economías desarrolladas. En especial, es fundamental una oferta sustancialmente mejorada por parte de la Unión Europea en acceso a mercados para productos agrícolas. Eso facilitará la indispensable reducción sustancial y efectiva de los subsidios domésticos de los Estados Unidos, de la propia Europa y de otros países ricos. Para el MERCOSUR, solamente el avance en las negociaciones sobre la agricultura podrá encontrar respuestas proporcionales en otras áreas de las negociaciones.

Subrayaron que la aceptación, en Hong Kong, de la fecha de 2010 para la eliminación de todas las formas de subsidio a la exportación daría un impulso importante a la fase final de las negociaciones.

42. Saludaron al Director de la Secretaría del MERCOSUR (SM) Dr. Reginaldo Braga Arcuri, y, en ocasión de la finalización de su mandato, le agradecieron por su importante contribución al proceso de transformación de la SM y el alto nivel de relacionamiento y cooperación alcanzado con los

demás órganos y foros del MERCOSUR. Asimismo, manifestaron su beneplácito por la designación del Dr. José Ernesto Buttner Limprich, como nuevo Director de la Secretaría del MERCOSUR.

43. Destacaron la tarea desarrollada por la Comisión de Representantes Permanentes del MERCOSUR y expresaron su reconocimiento al desempeño de su Presidente Dr. Eduardo Duhalde durante su mandato, quien demostró su determinación para fomentar una cooperación más estrecha entre los Estados Partes y fortalecer el proceso de integración. Asimismo, desearon éxito en su gestión al Lic. Carlos Alvarez, con motivo de su reciente designación como Presidente de la CRPM.

44. Destacaron la creciente dimensión política y social del MERCOSUR y el dinamismo del proceso de integración regional en esas áreas. Así, recibieron con satisfacción los resultados del Foro de Consulta y Concertación Política del MERCOSUR, que en este semestre contó con la participación de la totalidad de los Estados Asociados, y logró importantes avances en temas como diálogo político, educación, justicia, derechos humanos y cultura, entre otros. En ese sentido destacaron la constitución del Fondo Educativo mediante la suscripción de un convenio de administración con la Corporación Andina de Fomento y la aprobación, por los Ministros del Interior, del Acuerdo Marco sobre Cooperación en Materia de Seguridad Regional.

45. Manifestaron su agradecimiento a la República Oriental del Uruguay, sus autoridades y población, por la generosa y fraterna acogida durante esta Presidencia Pro Tempore y saludaron la iniciativa SOMOS MERCOSUR emprendida por la Presidencia de Uruguay que tiene como objetivo lograr una mayor implicación de la sociedad civil en el proceso de integración.

### **Comunicado à imprensa sobre o Brasil recebe prêmio do PNUD (12/12/2005)**

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) escolheu o Brasil para

receber “Reconhecimento Especial por Solidariedade Sul-Sul”, em razão da extraordinária contribuição do país para os esforços de cooperação em apoio à recuperação e reconstrução após o desastre causado pelo tsunami no Sudeste asiático, no final de 2005.

Os demais países escolhidos foram Argélia e China, que deram as maiores contribuições individuais; Benin, que fez contribuição significativa em se tratando de país tradicionalmente recebedor; e Samoa, que mesmo na condição de pequeno país insular em desenvolvimento fez contribuição relevante para apoiar seus vizinhos. O Brasil destacou-se pela notável contribuição do setor privado.

A cerimônia de entrega do prêmio será realizada no dia 19 de dezembro corrente, na sede das Nações Unidas em Nova York.

### **Comunicado à imprensa sobre o voluntário Syllas Souza Silveira, Condecorado com a Ordem do Rio Branco (12/12/2005)**

O voluntário Syllas Souza Silveira receberá condecoração do Ministério das Relações Exteriores, a Ordem do Rio Branco.

O Senhor Syllas é empresário, natural de São Jerônimo, Rio Grande do Sul, e especialista em serragem de concreto. Tem desempenhado atividades como voluntário ao longo dos últimos vinte anos, em contextos de terremotos, como o do Paquistão. Trabalhou como voluntário também na Argélia, em 2001; no Irã, em 1990; no Equador, em 1987; no México e Colômbia, em 1985; e no Sri Lanka e na Índia, por ocasião do tsunami.

O Senhor Syllas Silveira é exemplo de coragem e solidariedade e motivo de orgulho para os brasileiros. Em suas viagens como voluntário internacional, arcou com seus próprios custos de deslocamento e hospedagem, partindo imediatamente com seu equipamento, tão logo a imprensa noticiava algum desastre natural. A máquina de serragem de concreto, desenvolvida por sua empresa e utilizada em operações de resgate, tem sido de inestimável ajuda.

O Itamaraty teve a honra de colaborar com o Senhor Silveira por meio das Embaixadas em Londres - facilitação de desembarço aduaneiro -, Nova Dehli - por ocasião do tsunami - e Islamabad - realizando contatos com instituições governamentais, além de entidades e pessoas, no sentido de se definir o destino mais adequado para o voluntário brasileiro.

### **Comunicado Conjunto de los Presidentes del Mercosur y Estados Asociados (12/12/2005)**

(original em espanhol)

Los Presidentes de los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados, reunidos en la ciudad de Montevideo, el 9 de diciembre de 2005, en ocasión de la XXIX Reunión del Consejo del Mercado Común, manifestaron su satisfacción por el fortalecimiento de la democracia y sus instituciones dentro del bloque regional, como condición indispensable para el cumplimiento de los objetivos del Tratado de Asunción y para alcanzar el desarrollo económico con justicia social en la región, afrontando con urgencia el desafío que plantea la pobreza, la desigualdad, el desamparo y la exclusión social.

Asimismo, expresaron su respaldo al multilateralismo a través de la adhesión a los principios y propósitos de la carta de Naciones Unidas y a las reformas de las Naciones Unidas.

En ese contexto:

1. Saludaron la presencia del Primer Ministro de Namibia, del Vicepresidente de la República Dominicana, del enviado especial del Presidente de la República Popular China y del representante del gobierno del Estado de Israel, en calidad de invitados especiales.

2. Se congratularon por la presencia del Secretario General de la Organización de Estados Americanos, del Secretario General Iberoamericano, del Secretario General de la Asociación Latinoamericana de Integración, del Secretario General de la Comunidad Andina, del Presidente de

la Corporación Andina de Fomento, y del representante del Banco Interamericano de Desarrollo.

3. Reafirmaron el compromiso con el respeto, protección y promoción de los derechos humanos y las libertades fundamentales, como una de las bases sobre las cuales se sustenta el proceso democrático. Ratificaron la interdependencia e indivisibilidad de los derechos civiles, políticos, económicos, sociales y culturales; y se comprometieron a aplicar políticas públicas tendientes a asegurar estos derechos.

4. Desde esta perspectiva, destacaron los avances alcanzados por la II y la III Reunión de Altas Autoridades Competentes en Derechos Humanos y Cancillerías del MERCOSUR y Estados Asociados. Consideraron que esta Reunión constituye un mecanismo eficaz para el intercambio de información y experiencias, así como para la búsqueda de consensos de los países del bloque en los foros en que participan, tomando en consideración los acuerdos existentes. Tomaron nota con beneplácito de la decisión de establecer un Foro específico para la promoción de la igualdad racial.

5. Celebraron la realización del Seminario mercosuriano “Memoria, Verdad y Justicia de nuestra historia reciente”, realizado los días 17 y 18 de noviembre de 2005 en Montevideo, siendo la primera vez que Estados de América del Sur se reúnen para analizar estos temas, lo que constituye un hito histórico, político y jurídico dada la cercanía temporal de los hechos. Coincidieron en que constituye un derecho colectivo de nuestras sociedades el conocer la verdad acerca de las violaciones a los derechos humanos ocurridos en el pasado como forma de asegurar la armonía social, base de la democracia.

6. Manifestaron el decidido compromiso de sus Gobiernos en la lucha contra la corrupción, así como promover una mayor cooperación en las áreas de asistencia judicial mutua, cuando sea apropiado, en materia de extradición, de la recuperación de activos y de los dineros provenientes de la

corrupción.

7. Expresaron su satisfacción ante la aplicación del “Plan de Acción”, aprobado por el Foro de Consulta y Concertación Política en el marco de la XXVIII Reunión del CMC en Asunción, en cumplimiento del mandato contenido en la Decisión N° 53/04, y resaltaron su valor como herramienta eficaz para fortalecer la cooperación política, propendiendo a la integración en América del Sur.

8. Constataron la creciente dimensión política y social del MERCOSUR enfatizaron su determinación de fortalecer los cometidos del Foro de Consulta y Concertación Política, en función de las demandas de una agenda internacional más activa que requiere un mayor esfuerzo de coordinación de posiciones entre nuestros países. Asimismo, destacaron su intención de profundizar el diseño del MERCOSUR ciudadano y la integración educativa, social y cultural.

9. Reconocieron la labor de la Reunión de Ministros de Desarrollo Social por los avances logrados en el marco del Plan Bienal 2005 – 2007 en materia de desarrollo social y combate a la pobreza. Subrayaron la importancia de analizar la pobreza desde una perspectiva multidimensional y de fortalecer el MERCOSUR social incrementando la coordinación, los sistemas de información y los instrumentos para la protección de los sectores más desamparados.

10. En ese sentido, destacaron la adopción de la Declaración de Montevideo del 25 de noviembre pasado, en la cual se señala la impostergable concreción de la integración social, a través de una adecuada y eficaz articulación entre las políticas económicas y las políticas sociales en el marco de una estrategia de pleno desarrollo del individuo.

11. Igualmente, destacaron la importancia de la negociación en curso en el seno de la OEA sobre la “Carta Social de las Américas: Renovación del Compromiso Hemisférico del Combate a la Pobreza Extrema en la Región”.

12. Recibieron con agrado los avances de la XIV Reunión Especializada de la Mujer del MERCOSUR (REM), en materia de promoción de los derechos de las mujeres y de prevención de la violencia doméstica. Del mismo modo, destacaron la importancia de que la REM fomente la perspectiva de género en la integración para lograr una sociedad más justa y equitativa, considerando que la participación plena de las mujeres es fundamental para el desarrollo económico, social, político y cultural de nuestros países.

13. Se congratularon por la aprobación de la XXXIII Conferencia General de la UNESCO de la Convención para la Protección y Promoción de la Diversidad de las Expresiones Culturales, comprometiéndose a impulsar su ratificación legislativa y a trabajar en forma conjunta para el logro de sus objetivos, sobre la base de que la cultura, por sus características especiales, no es una simple mercancía.

14. En consecuencia con estos objetivos, y a diez años de la creación del MERCOSUR Cultural, se proponen actualizar el Protocolo de Integración Cultural del MERCOSUR junto a los Estados Asociados, a fin de contar con un marco adecuado para próximas acciones.

15. Reiteraron su compromiso de promover una educación de buena calidad para todos los ciudadanos como medio fundamental para el desarrollo y la inclusión social, considerando que la educación es un factor fundamental para el crecimiento y desarrollo de nuestros países, así como para la formación de una conciencia ciudadana favorable a la integración.

16. Se congratularon por la suscripción del Convenio de Administración del Fondo Educativo del MERCOSUR con la Corporación Andina de Fomento, que permitirá la implementación efectiva de este Fondo para la financiación de proyectos y programas del MERCOSUR Educativo. Asimismo, expresaron su deseo de que dicho instrumento cuente con la adhesión de todos los Estados Asociados.

17. Por otra parte, expresaron su satisfacción por los logros alcanzados por la República Bolivariana de Venezuela en materia de alfabetización, al haber sido reconocida por la UNESCO recientemente como territorio libre de analfabetismo. Por ello, agradecieron la iniciativa Venezolana de poner a disposición su experiencia y asistencia a los países que así lo soliciten.

18. Valoraron positivamente los avances del tema de la conversión de la deuda externa en inversiones en educación realizados en las Cumbres Iberoamericana y de las Américas, así como la resolución al respecto en la XXXIII Conferencia General de la UNESCO.

19. Respaldaron el Programa de la UNESCO “La Voz de los sin Voz”, que busca preservar las expresiones musicales y danzas que integran el Patrimonio Cultural inmaterial de los países del MERCOSUR y Estados Asociados.

20. Felicitaron la realización de la primera reunión de Ministros de Deporte del MERCOSUR y Estados Asociados y reconocieron la importancia del deporte como una de las manifestaciones socio-culturales más importantes para la integración de nuestros pueblos. Destacaron la firma de convenios de Cooperación e intercambio en esta materia.

21. Reconocieron los resultados de la reunión de los Ministros de Trabajo del MERCOSUR y Estados Asociados, expresada en la resolución suscrita el 7 de diciembre de 2005, que hace énfasis en la articulación entre las políticas económicas, sociales, y laborales, y en la profundización del diálogo social, a fin de hacer efectiva la erradicación de la pobreza, entendiendo que la generación de trabajo decente es esencial para fortalecer el tejido social, lograr la inclusión y la mejora de la calidad de vida en la región.

22. Subrayaron la conveniencia de avanzar en una postura regional sobre el fenómeno migratorio, teniendo en cuenta los cambios que en la materia se están produciendo en la coyuntura internacional y la vinculación de la movilidad de personas con el

desarrollo de los Estados, así como la importancia de la protección y preservación de los Derechos Humanos de los migrantes y sus familias.

23. Recibieron con satisfacción la Declaración de Montevideo contra la Trata de Personas en el MERCOSUR y Estados Asociados, y acogen positivamente la realización de la I Reunión de Autoridades Nacionales sobre Trata de Personas que se llevará a cabo en Venezuela del 7 al 10 de febrero de 2006.

24. Felicitaron asimismo, a la República Argentina por su iniciativa reconocida en la Declaración sobre el Programa Patria Grande, tendiente a implementar a la brevedad un programa de regularización migratoria para los nacionales de los países del MERCOSUR y Estados Asociados.

25. Igualmente, acogieron con beneplácito la propuesta formulada por Chile para efectuar una Reunión de Entidades Responsables de las Comunidades Exteriores de los países del MERCOSUR y Estados Asociados. Dicho encuentro se efectuará en Santiago, durante el primer semestre de 2006.

26. En ese sentido, toman nota con interés de la convocatoria para la Conferencia Internacional Especial a nivel Ministerial de países en desarrollo, con flujos sustanciales internacionales de migrantes a realizarse en Lima, Perú, del 22 al 24 de marzo de 2006, que tendrá como objetivo coordinar políticas y posiciones comunes en torno al tema de la migración internacional, discutir el tema del racismo, xenofobia y toda forma de discriminación a los migrantes en los países receptores, así como identificar áreas de potencial cooperación entre los Estados con flujos migratorios importantes.

27. Destacaron los trabajos llevados a cabo en el marco de la Reunión de Ministros del Interior del MERCOSUR y Estados Asociados para la conformación de un espacio común en el que prevalezca la cooperación regional en materia de seguridad pública, con pleno respeto a los principios democráticos y de responsabilidad común y

compartida. En ese sentido, destacaron la adopción del Acuerdo Marco sobre Cooperación en Materia de Seguridad Regional entre los Estados Partes y Estados Asociados del MERCOSUR, e invitaron a los Estados Asociados que no lo han hecho a que consideren su plena participación en este instrumento.

28. Enfatizaron la necesidad de optimizar los mecanismos de prevención y fortalecer la lucha contra todas las manifestaciones del crimen organizado transnacional y sus autores centrandos los esfuerzos en la cooperación, incluida la asistencia judicial recíproca y la extradición, de acuerdo con la legislación interna, los Tratados y Convenciones vigentes.

29. Destacaron la necesidad de profundizar la cooperación regional para combatir el tráfico ilícito de armas de fuego, municiones, explosivos y otros materiales relacionados, en el marco del Grupo de Armas de Fuego del MERCOSUR y Estados Asociados, y se comprometieron a renovar este esfuerzo con vista a la Conferencia de Revisión del Programa de Acción de las Naciones Unidas para prevenir, combatir y erradicar el tráfico ilícito de armas pequeñas y ligeras que tendrá lugar en junio de 2006.

30. Asimismo, valoraron los avances realizados por las instancias competentes en materia de Seguridad Ciudadana considerando su importancia para la consolidación de las democracias y la búsqueda de mejoras en la calidad de vida de nuestros pueblos.

31. Destacaron la adopción, por parte de la Reunión de Ministros de Justicia del MERCOSUR, de la Declaración de Montevideo, en la que se encomienda a las delegaciones nacionales la publicación, difusión y evaluación de los Protocolos y Acuerdos emanados de esas Reuniones.

32. Reafirmaron la necesidad de profundizar la cooperación bilateral, regional y multilateral para resolver el problema mundial del incremento del uso indebido de drogas, el tráfico ilícito de estupefacientes y sustancias psicotrópicas, el desvío de precursores químicos y demás delitos relacionados, planteando la necesidad de ubicar a la prevención como una

estrategia privilegiada en las políticas nacionales de cada país. En tal sentido, coincidieron en la necesidad de actuar bajo el principio de la responsabilidad compartida con un enfoque equilibrado en el tratamiento de sus diversos aspectos.

33. En esta materia, se congratularon por la realización y avances obtenidos por la IX Reunión Especializada de Autoridades de Aplicación en Materia de Drogas, Prevención de su Uso Indebido y Rehabilitación de Dependientes de Drogas del MERCOSUR (RED).

34. Destacaron la labor de la II Reunión Especializada de Defensores Públicos Oficiales del MERCOSUR (REDPO) y sus avances dirigidos al fortalecimiento de la Defensa Pública en la región como instrumento necesario para el acceso a la justicia y la inclusión social.

35. Se congratularon por la realización de la I Reunión de Autoridades Responsables de Política Multilateral del MERCOSUR y Estados Asociados (ARPM) para la promoción del accionar conjunto en los foros multilaterales a partir de un mecanismo coordinado de consultas entre las Cancillerías y las representaciones permanentes ante organismos internacionales.

36. Expresaron su satisfacción por la asociación de los Estados Partes del MERCOSUR a la Comunidad Andina, aprobada por el Consejo Ampliado de Ministros de Relaciones Exteriores y la Comisión, el pasado 7 de julio de 2005 y la cual, junto con la participación de Chile, Guyana y Suriname, es esencial para la consolidación de la Comunidad Sudamericana de Naciones.

37. Reiteraron la importancia del diálogo y coordinación política, de la convergencia de los procesos de integración comercial y de la integración de la infraestructura física, de transporte, energía, comunicaciones, cohesión, inclusión y justicia social y atención a las asimetrías en la región, para la conformación de la Comunidad Sudamericana de Naciones, en los términos de la Declaración de Cusco y de la Declaración Presidencial y la Agenda

Prioritaria y los demás documentos aprobados en la Cumbre de Brasilia.

38. En tal sentido, acogieron la propuesta presentada por los Presidentes de la República Oriental del Uruguay y de la República Bolivariana de Venezuela en ejercicio de la Presidencia Pro Tempore de MERCOSUR y CAN, respectivamente, durante la Cumbre de Brasilia, para el establecimiento de una Comisión Estratégica de Reflexión sobre el proceso de Integración Sudamericano, cuyo objetivo será elaborar propuestas para impulsar el proceso de integración sudamericana en todos sus aspectos político, económico, social, cultural, energía e infraestructura, entre otros.

39. Asimismo, reconocieron los avances realizados en la negociación de la “Red de Gasoductos del Sur y Norte – Sur” las propuestas sobre alianzas entre las Operadoras Energéticas Nacionales, en el marco de la propuesta de PETROSUR, y manifestaron su interés en considerar otras iniciativas que propendan a la integración energética regional. Expresaron su voluntad de continuar trabajando en el desarrollo de proyectos regionales que favorezcan un rápido crecimiento en materia de recursos energéticos. En ese sentido, resaltaron la trascendencia de las iniciativas que comprenden el anillo energético, el cono energético suramericano y la Declaración de Montevideo sobre integración gasífera suramericana, manifestando su convencimiento de que estas iniciativas redundarán en directos beneficios a las economías y pueblos de la región.

40. Se congratularon por la suscripción del Acuerdo Marco sobre Complementación Energética Regional entre los Estados Partes del MERCOSUR y Estados Asociados, con el fin de contribuir a avanzar en la integración energética regional en materia de los sistemas de producción, transporte, distribución y comercialización de energéticos en los Estados Partes, con el fin de asegurar los suministros energéticos y establecer las condiciones para minimizar los costos de las transacciones de intercambio energético entre dichos Estados,

asegurando una valorización justa y razonable de dichos recursos, fortaleciendo los procesos de desarrollo de manera sustentable, respetando los compromisos internacionales vigentes, así como los marcos regulatorios vigentes en cada Estado Parte, y ratificaron el derecho de los países de administrar soberanamente sus recursos energéticos de acuerdo con sus políticas nacionales. En tal sentido, invitaron a los Estados Asociados que no lo han hecho a que consideren su plena participación en este instrumento.

41. Hicieron hincapié en la importancia de continuar los avances en el marco de la Iniciativa de Integración Regional Sudamericana (IIRSA) para el desarrollo de la infraestructura en la región, entre otros, tomando en cuenta los planes de desarrollo nacionales, bilaterales y regionales, contando con la participación de las comunidades involucradas, protegiendo el Medio Ambiente, e hicieron un llamado al sector privado a contribuir con esta iniciativa para promover los Ejes de integración y desarrollo.

42. Igualmente, destacaron las medidas acordadas para materializar los proyectos priorizados de la Agenda de Implementación consensuada de IIRSA, tomando en cuenta las consideraciones bilaterales a los proyectos que correspondan, e invitaron a la coordinación permanente entre los distintos actores estratégicos para su ejecución antes del año 2010.

43. En este sentido, conscientes de que la conectividad entre los territorios de los países mejora las condiciones de abastecimiento y la calidad de vida de sus pueblos, manifestaron su más decidido apoyo al desarrollo de los Ejes de integración identificados en el marco de la Iniciativa de Integración Regional Sudamericana IIRSA, como el Eje MERCOSUR-Chile, el Eje Interoceánico Central, el Eje de Capricornio, y el Eje Perú-Brasil. Al respecto, destacaron el inicio el 8 de septiembre de 2005, de las obras de construcción del Corredor Vial Interoceánico del Sur Perú-Brasil.

44. Reiteraron su pleno respaldo a los trabajos que desarrolla la ALADI, en estrecha

colaboración con las Secretarías de la CAN y del MERCOSUR, para la estructuración progresiva de un Espacio de Libre Comercio, en cumplimiento de los mandatos derivados de las Resoluciones 59, 60 y 61 del XIII Consejo de Ministros de esa Asociación, de conformar gradualmente una Zona de Libre Comercio Sudamericana, así como la complementación de las economías de los países de América del Sur y la promoción de su crecimiento y desarrollo, tomando en consideración la reducción de asimetrías existentes y preservando los avances adquiridos.

45. Expresaron su satisfacción por el encuentro entre el Canciller de la República Oriental del Uruguay, Sr. Reinaldo Gargano, en ejercicio de la Presidencia Pro Tempore y representantes de los Gobiernos de los Estados Partes y Asociados del MERCOSUR y el Canciller de la Federación de Rusia, Sr. Sergei Lavrov, que tuviera lugar el día 15 de septiembre del corriente en ocasión del 60 Período Ordinario de Sesiones de la Asamblea General de Naciones Unidas.

46. Saludaron la realización de las elecciones del pasado 4 de diciembre para elegir la Asamblea Nacional de la República Bolivariana de Venezuela, COMO EXPRESIÓN de la soberanía y libre determinación del pueblo venezolano, en el marco del respeto ala democracia y a los mandatos constitucionales

47. Manifestaron su complacencia por la convocatoria a las elecciones generales que se realizarán en la República de Bolivia el próximo 18 de diciembre. En tal sentido, reiteraron su más firme y solidario apoyo al pueblo y Gobierno de Bolivia en el proceso de fortalecimiento democrático y en la consolidación de sus instituciones dentro del marco constitucional.

48. Reconocieron la importancia de la IV Cumbre América Latina y el Caribe-Unión Europea (ALC-UE), que tendrá lugar en Viena, Austria entre los días 11 y 13 de mayo de 2006, en el proceso de desarrollo de una asociación estratégica birregional para alcanzar resultados concretos en las áreas

política, de cooperación y económico-comercial.

49. Celebraron la adopción de la “Declaración de Salamanca” por los Jefes de Estado y de Gobierno durante la XV Cumbre Iberoamericana, llevada a cabo en el Reino de España, los días 14 y 15 de octubre de 2005. Subrayaron la importancia de la creación de la Secretaría General Iberoamericana y su satisfacción por la designación del Sr. Enrique Iglesias como su primer titular.

50. Subrayaron su intención de profundizar los compromisos asumidos en el marco de la IV Cumbre de las Américas, realizada en Mar del Plata, entre los días 4 y 5 de noviembre de 2005, en particular en los temas que hacen al desarrollo económico con equidad, basado en la inclusión social a partir de la promoción y creación de fuentes de trabajo decente que permitan combatir la pobreza y fortalecer la gobernabilidad democrática.

51. Evaluaron con particular interés las negociaciones en curso en la Organización Mundial del Comercio (OMC). En ese sentido, enfatizaron la importancia que reviste, para el sistema multilateral del comercio y para el bienestar de sus pueblos, la exitosa culminación de dichas negociaciones, en la medida en que benefician al conjunto de los Estados Miembros de la OMC y que tengan especialmente en cuenta la dimensión del desarrollo, elemento principal del mandato emanado de la Conferencia Ministerial celebrada en Doha.

52. En materia agrícola, coincidieron en la necesidad de que el resultado final responda cabalmente al nivel de ambición previsto en el referido mandato, sobre la base de los tres pilares contemplados en el mismo: mejoras sustanciales en el acceso a los mercados; reducciones de todas las formas de subvenciones a las exportaciones con miras a su eliminación definitiva; y reducciones sustanciales de la ayuda interna causante de distorsión del comercio. Resaltaron además la necesidad de que los países en desarrollo dispongan de la flexibilidad necesaria sobre la base de criterios relativos a

seguridad alimentaria, seguridad de los medios de subsistencia y desarrollo rural y se comprometieron a continuar el esfuerzo desplegado hasta ahora para alcanzar dicha meta.

53. Además, reconocieron el principio de un trato especial y diferenciado a las economías pequeñas y vulnerables en referencia a las negociaciones comerciales en curso.

54. Saludaron la adopción de la denominada “Plataforma de Asunción” que fuera adoptada en la Primera Conferencia de Ministros Responsables del Comercio de Países en Desarrollo sin Litoral, realizada en Asunción en el mes de agosto del año en curso, por la cual los países de este Grupo definieron su posición con vista a la próxima Conferencia Ministerial de la OMC en Hong Kong.

55. Tomaron nota con interés de la presentación de la candidatura de Brasil al cargo de Secretario General de la Unión Internacional de Telecomunicaciones, en las elecciones que se realizarán en noviembre de 2006.

56. Teniendo en consideración el cambio de Gobierno que sucederá en Chile en marzo de 2006, los Presidentes expresaron su profundo agradecimiento al Presidente de Chile, Sr. Ricardo Lagos, por el constructivo aporte a la integración regional que siempre realizó en las deliberaciones de las Cumbres del MERCOSUR y Estados Asociados durante los seis años de su mandato.

57. Por otra parte, los Jefes de Estado saludan al Presidente de la República de Bolivia Sr. Eduardo Rodríguez Veltzé al término de su mandato, cuyo compromiso con el proceso de transición democrática de Bolivia incide sobre la integración regional.

58. Manifestaron su agradecimiento al Presidente de la República Oriental del Uruguay, Sr. Tabaré Vázquez, al pueblo y al Gobierno uruguayos, por su vocación integracionista y por sus atenciones en la preparación, organización y realización de la Cumbre del MERCOSUR y Estados Asociados.

**Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia - Bogotá, 13 e 14 de dezembro de 2005 (12/12/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará visita de Estado à Colômbia nos próximos dias 13 e 14 de dezembro com o propósito de incrementar os laços de cooperação e de estimular a integração econômica e comercial.

Durante a visita serão tratados os principais temas da agenda bilateral, incluindo as questões relativas à cooperação fronteiriça e à segurança na região amazônica. Os dois Presidentes deverão discutir questões de interesse comum no âmbito regional e internacional, dentre os quais o fortalecimento da democracia e do multilateralismo, a reforma das Nações Unidas e as negociações comerciais internacionais. Deverão tratar, também, da implementação das iniciativas e projetos previstos na Agenda Prioritária e no Programa de Ação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Além do encontro com o Presidente Alvaro Uribe, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá visitar o Prefeito de Bogotá, ocasião em que receberá as chaves da cidade, e se encontrará com o Presidente da Corte Suprema de Justiça e com integrantes da Mesa do Congresso da República.

Deverão ser assinados acordos sobre cooperação policial e de cooperação técnica nas áreas de promoção dos direitos da criança e do adolescente, cultivo de seringueiras, energia rural, reciclagem de detritos urbanos.

O Brasil e a Colômbia dividem fronteira com extensão superior a 1.600 Km. O comércio bilateral em 2005 deverá alcançar em torno de US\$ 1,2 bilhão. Há importante presença de empresas brasileiras na Colômbia, que atuam nas áreas de exploração de petróleo (Petrobras), aviação civil, metalurgia, siderurgia, construção civil e projetos de infra-estrutura.

**Comunicado à imprensa sobre o assassinato do jornalista e Deputado libanês Gibran Tueni (12/12/2005)**

O Governo brasileiro condena com veemência e indignação o atentado terrorista cometido em Beirute nesta segunda-feira, 12 de dezembro, que resultou na morte do renomado jornalista e Deputado libanês Gibran Tueni e de mais quatro pessoas, deixando ainda dezenas de feridos.

Gibran Tueni desempenhava papel de relevo, tanto em sua atividade jornalística, à frente do jornal “An-Nahar” (O Dia), quanto no Parlamento libanês. Destacou-se pela defesa incansável da liberdade de imprensa e por seu abnegado patriotismo, bem como pelo empenho em prol da afirmação da soberania do Líbano, país com o qual o Brasil mantém laços históricos de amizade.

Ao reiterar sua mais enérgica condenação ao terrorismo, o Governo brasileiro manifesta seu profundo sentimento de solidariedade aos familiares e amigos de Gibran Tueni e às demais vítimas desse inaceitável ato de violência.

**Declaração Ministerial do G-20 em Hong Kong, (13/12/2005)**

(Versão em português do original em inglês)

Representando 21 países em desenvolvimento de diferentes quadrantes do globo (África, Ásia e América Latina), os Ministros do G-20 estão comprometidos a contribuir para o êxito da VI Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) e para a continuidade das negociações após o seu término. O processo negociador deve continuar a se dar segundo o enfoque de “baixo para cima”. Ele deve estar voltado para alcançar progresso substancial e relevante durante esta Conferência.

Uma rodada do desenvolvimento requer a remoção das distorções nas regras do comércio agrícola internacional. As maiores distorções estruturais do comércio internacional ocorrem na

agricultura por intermédio da combinação de tarifas altas, apoio interno e subsídios à exportação que protegem os agricultores ineficientes dos países desenvolvidos. A remoção dessas medidas contrárias ao desenvolvimento é um objetivo central da Rodada de Doha, na medida em que auxiliará na retomada da dimensão do desenvolvimento da Agenda de Doha para o Desenvolvimento e na integração efetiva dos países em desenvolvimento na economia global. É por essa razão que a agricultura é o tema central da Rodada de Doha. Desde o seu início, o G-20 lutou por esses objetivos e continua unido em torno deles e busca aproximar-se de outros grupos de países em desenvolvimento que compartilham o mesmo propósito, em particular, os PMDRs, o Grupo Africano, o G-33, os ACPs, o Caricom, o G-90 e o Grupo das pequenas economias vulneráveis.

Foi com isso em mente que o G-20 foi criado em agosto de 2003, nos estágios finais da preparação da Quinta Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun, em setembro de 2003. Desde então, ele tem trabalhado de modo construtivo nas negociações e feito contribuições positivas ao processo negociador adotando uma atitude prospectiva e com vistas a alcançar resultados ambiciosos em agricultura em linha com o mandato de Doha. Isso transformou o Grupo em uma força motriz dessas negociações ao colocar os países em desenvolvimento – pela primeira vez na história do GATT/OMC – no coração do processo de tomada de decisões.

O G-20 se caracteriza por uma representação geográfica variada e equilibrada. Ele responde por quase 60% da população mundial, 70% da população rural do mundo e 26% das exportações agrícolas mundiais. As posições do Grupo refletem compromissos que emanam da diversidade de interesses e que o habilita a construir pontes entre posições negociadoras distanciadas.

Em seu esforço para romper o impasse na fase atual das negociações, o G-20 apresentou propostas equilibradas e de “meio do caminho” em

todas as áreas das negociações. Essas propostas permanecem sobre a mesa e fornecem uma base com credibilidade para a conclusão exitosa da Rodada. Devemos mover-nos em agricultura para que as outras áreas também se movam. O G-20 está preparado para negociar agricultura aqui em Hong Kong. Esperamos que os demais também o estejam.

Os Ministros recordam que as propostas do G-20 submetidas até o momento nos três pilares refletem proporcionalidade de compromissos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. No coração de todas essas propostas encontra-se o imperativo de assegurar reduções substanciais do apoio distorcivo ao comércio por intermédio tanto de cortes como disciplinas. Além disso, essas propostas buscam a eliminação de todas as formas de subsídios à exportação até 2010, complementadas por disciplinas relevantes. Como os subsídios à exportação são a forma mais distorciva de apoio, os Ministros em Hong Kong devem concordar com um imediato congelamento no uso dessas medidas, baseada nos compromissos atuais. As propostas do Grupo também demandam incremento substancial do acesso a mercados, ao mesmo tempo em que buscam assegurar o necessário espaço para a implementação de políticas por intermédio de tratamento especial e diferenciado. O Grupo encontra-se determinado a tornar operacionais os dispositivos sobre tratamento especial e diferenciado contidos no acordo-quadro, em particular sobre produtos especiais e mecanismo de salvaguarda especial de modo a salvaguardar a segurança alimentar, o desenvolvimento rural e as preocupações com os meios de vida de milhões de pessoas.

O sofrimento dos agricultores africanos dos países produtores de algodão e de outros produtores da mercadoria no mundo em desenvolvimento evidencia as distorções em agricultura com cuja eliminação estamos comprometidos. Os Ministros do G-20 enfatizam a necessidade de um compromisso firme a ser feito em Hong Kong sobre como tratar o tema do algodão de modo ambicioso, rápido e

específico.

Como a agricultura é o motor das negociações, o G-20 espera que os Ministros em Hong Kong forneçam uma base sólida para alcançar progresso nas negociações ao colocar o processo firmemente de volta aos trilhos. Eles devem colocar-se de acordo em um programa de trabalho em agricultura claro e específico para 2006, de modo a concluir a Rodada ao final daquele ano. Para esse propósito, modalidades deverão ser acordadas no mais tardar em princípio de abril e as listas iniciais nelas baseadas deverão ser submetidas no máximo três meses depois daquela data.

Reafirmamos o enfoque de “baixo para cima” como a única maneira viável de manter e de construir confiança para o processo negociador.

Ainda que as expectativas para a Conferência de Hong Kong não sejam aquelas originalmente previstas, os Ministros do G-20 reiteram a importância de manter o nível de ambição do Mandato de Doha e do acordo-quadro de 2004. Isso somente pode ser alcançado por um compromisso real e pela vontade política de todos os membros, e, em particular, dos maiores países desenvolvidos.

### **Comunicado à imprensa sobre a viagem do Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio a Israel (13/12/2005)**

O Embaixador Extraordinário para o Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto, realizará visita a Israel nos próximos dias 14 e 15 de dezembro. Deverá reunir-se com autoridades israelenses e do chamado Quarteto (EUA, Rússia, União Européia e Secretaria-Geral da ONU) diretamente envolvidas nas negociações de paz israelo-palestinas.

A visita do Embaixador Ouro-Preto a Israel insere-se no contexto da prioridade conferida pela política externa brasileira ao relacionamento com os países do Oriente Médio. Ocorre em momento caracterizado por eventos de relevante significado para a evolução futura do processo de paz, tanto no

âmbito político doméstico (eleições iminentes em Israel e nos territórios palestinos) como no contexto regional mais amplo (retirada israelense de Gaza).

A visita reflete, também, a disposição do Brasil de contribuir, de forma mais ativa, em conjunto com outros países em desenvolvimento de projeção externa semelhante, para os esforços empreendidos pela comunidade internacional com vistas à retomada das negociações de paz entre Israel e a Autoridade Nacional Palestina, em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo “Mapa do Caminho para a Paz”. Essa disposição foi transmitida ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon, por ocasião da visita do Ministro Celso Amorim a Israel, em maio de 2005.

### **Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia (14/12/2005)**

Atendendo ao convite formulado pelo Senhor Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou Visita de Estado à Colômbia no dia 14 de dezembro de 2005.

No transcurso de sua Visita de Estado, o Presidente Lula da Silva foi recebido pela Mesa Diretora do Honorável Congresso da República e pelo Presidente da Corte Suprema de Justiça. Igualmente, foi declarado Hóspede de Honra do Distrito Capital e recebeu as chaves da cidade.

No marco da Visita de Estado, o Presidente Álvaro Uribe Vélez impôs a condecoração da Ordem de Boyacá, no grau de “Gran Collar”, ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No curso de suas conversações, os Presidentes abordaram diversos temas de interesse da agenda bilateral, regional e multilateral, constatando o excelente nível histórico em que se encontram as relações entre os dois países, que se vê refletido numa dinâmica associação preferencial.

Após o frutífero diálogo mantido, e

determinados a continuar aprofundando o entendimento e a cooperação entre ambos os países, os Presidentes do Brasil e da Colômbia firmaram a seguinte:

#### Declaração Conjunta

1. Os Presidentes reiteraram seu compromisso com a democracia e a promoção do desenvolvimento econômico e social e a luta contra a pobreza, a fome e a discriminação e destacaram a importância de colocar em prática programas de inclusão social e de combate a esses flagelos, dirigidos, em especial, aos grupos vulneráveis.

2. Nesse sentido, ressaltaram a importância do processo de integração regional e da intensificação do diálogo político e da cooperação entre os países para a consecução daqueles objetivos.

3. Os Presidentes destacaram, também, a necessidade de aprofundar a cooperação internacional para combater o terrorismo, a delinquência organizada transnacional, o tráfico de armas e munições, o problema mundial das drogas e os delitos conexos, o seqüestro e o tráfico de pessoas dentro de uma perspectiva de responsabilidade compartilhada, assim como seus efeitos negativos sobre o desenvolvimento econômico e social dos países.

4. Para tal fim, os Chefes de Estado decidiram estimular os mecanismos de cooperação em matéria de segurança e concordaram em convocar a II Reunião do Grupo de Trabalho Brasileiro-Colombiano para a Repressão da Criminalidade e do Terrorismo para o primeiro semestre do ano de 2006, oportunidade em que as autoridades competentes deverão adotar um Plano de Ação que permita fortalecer os mecanismos de cooperação judicial, a troca de informação e a colaboração técnica para melhorar o controle fronteiriço.

5. Os Presidentes destacaram a contribuição que, por meio da Missão de Acompanhamento do Processo de Paz (MAPP-OEA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) brinda aos esforços de

paz que o Governo da Colômbia empreende. Do mesmo modo, ressaltaram a importância do processo de reinserção e do apoio às comunidades onde vêm ocorrendo as desmobilizações, o qual contribui para assegurar uma paz sustentável, dentro do marco do estrito respeito aos direitos humanos. Por sua vez, o Presidente do Brasil manifestou o interesse de seu Governo em estudar a possibilidade de contribuir com recursos humanos para a mencionada Missão.

6. Os Presidentes recordam a intensa cooperação existente entre as autoridades militares do Brasil e da Colômbia, salientando a eficiência dos instrumentos atualmente em vigor para o combate às atividades ilícitas na região de fronteira. Destacaram, a esse respeito, o “Acordo de Cooperação para o Combate ao Tráfico Ilícito de Aeronaves”, firmado em 1997, o “Memorando de Entendimento Brasil-Colômbia sobre Cooperação em Matéria de Defesa”, assinado em 2003, e o “Memorando Tripartite Brasil-Colômbia-Peru para Combater Atividades Ilícitas nos Rios Comuns”, firmado em 2004.

7. Os Presidentes se congratularam pela assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Policial, com vistas a combater a criminalidade organizada transnacional e outras modalidades delituosas.

8. Os Presidentes destacaram o êxito do exercício coordenado de defesa aérea realizado em maio de 2005 pelas Forças Aéreas dos dois países, que contribuiu para desenvolver capacidades para combater o tráfico ilícito de drogas, armas, precursores químicos e os delitos conexos, e ressaltaram a importância de dar maior continuidade a esse tipo de exercícios, assim como aos encontros regulares entre os Altos Comandos Militares dos dois países.

9. Os Mandatários ressaltaram a importância do SIVAM-SIPAM, programa que permitirá melhorar o controle ambiental e de segurança da Amazônia, e expressaram sua satisfação pelas atividades que, nesse sentido, vêm sendo desenvolvidas no marco da Organização do Tratado

de Cooperação Amazônica (OTCA).

10. Os Presidentes reafirmaram que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é um foro adequado para promover a integração, o desenvolvimento sustentável e a solidariedade regional e, nesse sentido, destacaram o oferecimento, por parte da Colômbia, para realizar a Reunião Temática Ministerial de Defesa e Segurança Integral da Amazônia, que será celebrada em Bogotá, nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2006.

11. Os Presidentes acolheram com satisfação a convocação, para o primeiro trimestre de 2006, em Lima, de uma reunião técnica, no âmbito da OTCA, que permita avançar na formulação de um projeto de “Regulamento Geral de Navegação Comercial nos Rios Amazônicos”.

12. Os Chefes de Estado reafirmaram sua vontade de seguir explorando a possibilidade de levar adiante projetos de infra-estrutura de caráter binacional que contribuam para a integração física da América do Sul. Nesse sentido, instruíram suas autoridades competentes a avançar na possível adoção de um Memorando de Entendimento sobre Projetos Binacionais de Infra-estrutura e Integração Física.

13. Os presidentes ressaltaram a significativa contribuição da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia para o aprofundamento da relação entre os dois países e assinalaram a pertinência de que esse importante mecanismo examine possíveis ajustes em sua estrutura para abordar os novos temas de interesse bilateral. Nesse sentido, acolheram com satisfação a realização de sua VIII reunião nos dias 19 e 20 de dezembro de 2005, em Brasília.

14. Os Presidentes manifestaram sua disposição de encontrar uma solução para o tema da praticagem e segurança operativa da navegação pelo Rio Amazonas e outros rios amazônicos. A esse respeito, o Governo brasileiro assinalou que buscará, de maneira concertada, uma solução para esse assunto, tendo em conta o estipulado no Tratado de Limites e Navegação Fluvial entre o Brasil e a

Colômbia, firmado no Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1928, e no Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 3 de julho de 1978.

15. Os Presidentes se congratularam pelos resultados da Reunião de Consultas entre as Autoridades Aeronáuticas do Brasil e da Colômbia, realizada em setembro de 2005, que permitiram o aumento de quatro para sete frequências de vôos semanais entre os dois países operadas pelas empresas aéreas designadas por cada país.

16. Tendo em conta a importância de impulsionar o desenvolvimento sustentável da região fronteira, que repercutirá positivamente na qualidade de vida de seus habitantes, os Chefes de Estado concordaram em avançar na identificação de alternativas que permitam o desenvolvimento e a execução do projeto “Manejo e aproveitamento dos resíduos sólidos gerados nos municípios de Letícia e Tabatinga”, assim como do Projeto da Hidrelétrica sobre o Rio Calderón.

17. Ao revisar as relações comerciais, os Presidentes manifestaram sua vontade de aprofundar o intercâmbio bilateral. Nesse sentido, o Presidente do Brasil expressou sua disposição de brindar cooperação técnica à Colômbia nos temas comerciais, a fim de reduzir o desequilíbrio nas relações comerciais entre os dois países e favorecer o incremento das compras de produtos colombianos no âmbito do Programa Brasileiro de Substituição Competitiva das Importações.

18. Do mesmo modo, os Presidentes destacaram a importância de trocar informação e promover assistência técnica à Colômbia, mediante a capacitação de funcionários colombianos em temas de política comercial, canais de comercialização, marco jurídico para o tratamento do investimento estrangeiro, assim como em qualquer outro tema que as partes considerem oportuno.

19. Os Chefes de Estado se comprometeram a promover o aumento do investimento das empresas brasileiras na Colômbia, para o que instruíram suas autoridades competentes a examinar possíveis

alianças entre investidores em setores específicos, realizar divulgação normativa que estimule o investimento estrangeiro e examinar novas alternativas de investimento.

20. Os Presidentes destacaram o crescente interesse de empresas brasileiras em investir no mercado colombiano, em particular nos setores de siderurgia, aviação civil e petróleo, ressaltando especialmente a presença da Petrobrás.

21. Os Presidentes se congratularam pela conclusão do acordo comercial entre o Ministério da Defesa da Colômbia e a empresa brasileira Embraer, relativo à venda de aeronaves Supertucano. Igualmente, felicitaram-se pelos entendimentos em curso entre a empresa aérea colombiana Satena e a Embraer, com vistas à venda de duas aeronaves ERJ-190, de uso comercial.

22. Os Presidentes se congratularam pelo êxito da Segunda Macro-rodada de Negócios, realizada em 27 de junho de 2005 em Bogotá, a qual contribuiu para a reativação e expansão do comércio binacional.

23. Os mandatários reconheceram a ativa participação do Brasil durante todo o processo de Londres a Cartagena, assim como na elaboração da Estratégia de Cooperação Internacional, processo que constituiu um exemplo de construção incluyente e participativa de todos os setores governamentais e sociais envolvidos no tema da cooperação.

24. Os Presidentes manifestaram sua satisfação pela assinatura dos Ajustes Complementares “Esquemas de Energização Rural vinculados ao Desenvolvimento Local”, “Capacitação Integral de Técnicos Colombianos no Cultivo da Seringueira”, e “Apoio ao Programa Distrital de Reciclagem de Bogotá D.C.”, que permitirão transmitir a experiência brasileira em temas que garantem um benefício ambiental, econômico e social.

25. Os Presidentes reafirmaram seu interesse em realizar, no primeiro trimestre de 2006, a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica e Científica entre Colômbia e Brasil, a fim

de avançar e implementar a realização de programas e projetos com intercâmbio de conhecimentos, que permitam dar solução às múltiplas necessidades que demandam nossos países.

26. Da mesma forma, expressaram seu beneplácito pela inclusão nos programas de cooperação bilateral dos projetos: “Bases para a formulação Binacional do Ordenamento Pesqueiro e Aqüícola no Eixo Fronteiriço Colômbia-Brasil”, “Plano de Manejo Binacional para as Áreas Protegidas Fronteiriças Localizadas nas Margens do Rio Caquetá ou Yapurá” e “O Ecoturismo: Estratégia de Sustentabilidade Ambiental, Tecnológica, Socioeconômica e Política para o Desenvolvimento da Fronteira Brasil-Colômbia”, com os quais a qualidade e articulação da cooperação aumentarão consideravelmente e representarão um avanço significativo no desenvolvimento produtivo das zonas fronteiriças dos dois países.

27. Os Presidentes sublinharam o interesse mútuo em aprofundar a cooperação técnica na área de produção de álcool carburante, tendo em conta o desenvolvimento e a utilização de combustíveis alternativos, não poluentes.

28. Os Chefes de Estado coincidiram em destacar a importância de estabelecer mecanismos de concertação para o desenvolvimento de um programa de atenção médica em casos de emergência para os nacionais de ambos os países e, para este fim, instruíram seus Ministros de Saúde e de Proteção Social para que conformem, com a brevidade possível, a Comissão Técnica Binacional prevista no Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia para Saúde na Fronteira, adotado mediante Troca de Notas em 22 de março de 2005.

29. Com o propósito de fortalecer a capacitação do serviço exterior de ambos os países, os Presidentes expressaram sua satisfação com a assinatura do Memorando de Entendimento entre os Ministérios das Relações Exteriores da República

Federativa do Brasil e da República da Colômbia sobre Cooperação entre Academias Diplomáticas, ocorrida em 27 de junho de 2005.

30. Os Presidentes de congratularam pela assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Sindical, que permitirá aos dois países apoiar-se mutuamente em temas relativos à liberdade sindical e ao diálogo social tripartite. Instam os Ministros competentes a definir quanto antes o Plano de Ação que permita colocá-lo em prática com a maior brevidade possível.

31. Igualmente, felicitaram-se pela assinatura do Convênio de Cooperação Interinstitucional entre o Ministério da Proteção Social, o Instituto Colombiano de Bem-estar Familiar da República da Colômbia e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da República Federativa do Brasil em Matéria de Direitos Relativos à Infância e à Adolescência, com vistas ao fortalecimento da cooperação e do intercâmbio de experiências e conhecimento no tratamento das diferentes problemáticas que afetam crianças e adolescentes de ambos os países, especialmente na zona de fronteira.

32. Levando em consideração o grande interesse que os Governos da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia têm em intensificar a integração fronteiriça de nossos países em matéria de educação, os Chefes de Estado se congratularam pela instalação do Grupo de Trabalho Binacional previsto na assinatura do Memorando de Entendimento sobre Ensino do Português e do Espanhol na Região Fronteiriça, firmado pelo Ministério de Educação da República Federativa do Brasil e pelo Ministério de Educação Nacional da República da Colômbia, em 27 de junho último em Bogotá.

33. O Presidente do Brasil manifestou o interesse de seu Governo em aumentar a oferta de bolsas em todas as áreas para estudantes colombianos de graduação e pós-graduação.

34. Os Presidentes se congratularam pela adesão do Ministério da Cultura da Colômbia ao

Projeto DOC-TV Iberoamérica – Programa de Fomento, à Produção e Teledifusão do Documentário Iberoamericano, a ser adiantado no marco da Conferência de Autoridades Audiovisuais e Cinematográficas da Iberoamérica (CAACI), sob a coordenação geral da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura do Brasil.

35. Os Presidentes convieram na importância do fortalecimento do multilateralismo e na necessidade urgente de proceder à reforma da Organização das Nações Unidas, em particular do Conselho de Segurança, com o objetivo precípua de dotá-lo de maior representatividade, legitimidade e eficácia. Com relação ao Conselho de Segurança, os dois Presidentes sublinharam ser necessária reforma ampla. Os dois Presidentes reiteraram o reconhecimento da histórica aspiração do Brasil em ocupar assento permanente em um Conselho de Segurança reformado, ao mesmo tempo que indicaram a importância de a Colômbia ter voz presente no Conselho, questões que devem ser consideradas de maneira construtiva.

36. Os Presidentes sublinharam a importância do processo de integração no âmbito sul-americano. Nesse sentido, o Presidente da Colômbia manifestou sua satisfação pela oficialização do ingresso dos quatro países que integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) como Membros Associados à Comunidade Andina (CAN) durante o XVI Conselho Presidencial Andino, realizado em 18 de julho de 2005.

37. Os Presidentes reiteraram seu apoio político à Associação Latino-americana de Integração (ALADI) como espaço privilegiado da integração regional e expressaram seu compromisso de avançar no desenvolvimento das ações acordadas pelo Conselho de Ministros para dar novo impulso à Associação.

38. Os dois Mandatários saudaram a realização, em Brasília, nos dias 29 e 30 de setembro de 2005, da Reunião de Chefes de Estado da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA),

que constituiu etapa fundamental na construção da Comunidade, com vistas ao fortalecimento do diálogo político entre os países da região e a convergência dos processos de integração econômica e comercial existentes na região.

39. Os Presidentes expressaram satisfação com os resultados da Cúpula América do Sul-Países Árabes, em maio de 2005, que constituiu importante sinalização das possibilidades de cooperação e concertação política dos países das duas regiões.

40. Os Presidentes reafirmaram seu entendimento sobre o papel do comércio internacional como instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social, sobretudo por permitir crescimento, criação de empregos, ganhos de competitividade, geração de divisas, difusão de tecnologia e incremento da capacidade produtiva. Nesse sentido, ambos os Mandatários coincidiram na necessidade de continuar trabalhando para levar a bom termo as negociações em curso da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio, com vistas ao aprimoramento de um sistema de comércio multilateral justo, transparente e não-discriminatório. Assinalaram ainda que um desfecho positivo das negociações exigirá demonstrações concretas de flexibilidade e vontade política, sobretudo por parte dos países desenvolvidos, em particular no que diz respeito ao tema dos subsídios agrícolas.

Ao término de sua Visita de Estado, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, expressou seus sentimentos de gratidão e afeto pelas atenções recebidas durante sua visita à Colômbia e estendeu um cordial convite ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República da Colômbia, Álvaro Uribe Vélez, para que visite o Brasil em data de sua conveniência.

Bogotá, aos quatorze (14) dias do mês de dezembro de 2005.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DO BRASIL

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Presidente da República Federativa  
do Brasil

PELA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

ÁLVARO URIBE VÉLEZ  
Presidente da República Colômbia

**Comunicado à imprensa sobre o Encontro do Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Presidente da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, por ocasião do lançamento da pedra inaugural da futura Refinaria Binacional Abreu e Lima (15/12/2005)**

Os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Bolivariana da Venezuela, Hugo Rafael Chávez Frías, deverão encontrar-se no Porto de Suape, Pernambuco, em 16 de dezembro de 2005, para o lançamento da pedra inaugural da futura refinaria binacional Abreu e Lima.

A construção da refinaria faz parte dos entendimentos de cooperação na área de energia contemplados no âmbito da aliança estratégica firmada por ocasião da visita do Presidente Lula a Caracas, em fevereiro deste ano. É também um dos três projetos definidos no memorando constitutivo da Petrosul, assinado pelos Ministros de Energia do Brasil, Argentina e Venezuela, em Brasília, no dia 10 de maio passado. Os outros dois projetos conjuntos são o desenvolvimento da bacia do Orinoco e o desenvolvimento da bacia marítima argentina. A construção da refinaria Abreu e Lima envolverá investimentos da ordem de US\$ 2,5 bilhões, e deverá gerar milhares de empregos diretos e indiretos. Durante o encontro presidencial, devem ser discutidos, também, temas como a construção de uma planta petroquímica na Venezuela e de uma terceira ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela.

Durante a reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevidéu, no dia 9 de dezembro,

formalizou-se a decisão política sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul. Naquela mesma ocasião, os Presidentes do Brasil, Argentina e Venezuela anunciaram a intenção de realizar, em coordenação com outros países interessados da região, estudos de viabilidade para a construção de um gasoduto ligando os três países.

**Comunicado Conjunto - G-20, G-33, ACP, PMDRs, Grupo Africano, Pequenas Economias (16/12/2005)**

(versão em português do original em inglês)

Pela primeira vez na OMC, realizou-se Reunião Ministerial entre todos os grupos de países em desenvolvimento. O G-20, o G-33, o ACP, os PMDRs, o Grupo Africano e as Pequenas Economias intercambiaram pontos de vista e decidiram intensificar os seus esforços de coordenação com vistas ao desenvolvimento de enfoque comum sobre os temas de interesse compartilhado.

Os Grupos recordaram o compromisso, assumido em Doha, no sentido de colocar os interesses e necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente os de menor desenvolvimento relativo, no coração da Rodada. Reiteraram o seu interesse compartilhado na dimensão de desenvolvimento da Rodada e as suas expectativas por um resultado abrangente no que diz respeito aos temas de desenvolvimento. Recordaram que a agricultura é central para o desenvolvimento.

Os Grupos acordaram que a Rodada deverá resultar na remoção das distorções que inibem o crescimento das exportações dos países em desenvolvimento e a garantia de margem adequada para políticas que assegurem seu desenvolvimento socio-econômico sustentável. Conclamaram os países desenvolvidos a acordar a completa eliminação das medidas de apoio à exportação até 2010 ao mesmo tempo em que tratem concretamente das necessidades específicas dos países de menor desenvolvimento relativo e dos países em desenvolvimento importadores líquidos de alimentos.

Os Grupos também afirmaram a necessidade de reduções substanciais no apoio doméstico que distorce o comércio.

Os Grupos reconhecem a importância de melhorias substanciais no acesso aos mercados dos países desenvolvidos para os produtos de interesse exportador dos países em desenvolvimento. Reconhecem também a necessidade de tratamento das preocupações dos países beneficiários de preferências. Comprometeram-se a trabalhar conjuntamente com vistas a encontrar soluções criativas com base no parágrafo 44 do Acordo Quadro de Julho de 2004.

Os Grupos sublinharam a importância do tratamento especial e diferenciado em todos os três pilares da negociação agrícola. Nesse contexto, enfatizaram o papel dos Produtos Especiais (SPs) e do Mecanismo de Salvaguardas Especiais (SSMs) como meio de tratamento das preocupações de segurança alimentar, de desenvolvimento rural e de meios de subsistência dos países em desenvolvimento no pilar de acesso a mercados.

Os Grupos reafirmaram o seu apoio às demandas dos países de menor desenvolvimento relativo por acesso a mercados livre de tarifas e de quotas e reconheceram a necessidade de resultados concretos neste tema em Hong Kong.

Os Grupos enfatizaram a necessidade de um compromisso firme em Hong Kong para a solução do tema do algodão de maneira ambiciosa, expedita e específica.

Os Grupos também reconheceram a necessidade de adoção de medidas específicas destinadas a proporcionar respostas adequadas às preocupações relacionadas ao comércio apontadas pelas economias pequenas e vulneráveis.

Ao reconhecer a diversidade de situações e percepções que representam, os Grupos comprometeram-se a intensificar o seu diálogo, com vistas a assegurar que as negociações produzam resultado consistente com o mandato de desenvolvimento da Rodada de Doha.

Nesse contexto, reiteraram seu compromisso com a conclusão bem-sucedida da Rodada Doha até o final de 2006.

### **Declaração Conjunta do Grupo de Cairns e G-20 (16/12/2005)**

(versão em português do original em inglês)

Os 27 membros do G-20 e Grupo de Cairns, que compreendem mais da metade da população mundial e que representam vários níveis de desenvolvimento econômico, instam os principais subsidiadores e protecionistas agrícolas a retomarem os temas centrais desta Rodada. A menos que as negociações ataquem as questões centrais de acesso a mercados, apoio interno e subsídios às exportações, Hong Kong terá sido uma oportunidade perdida.

Progresso significativo em agricultura nessa semana em Hong Kong é crucial para o êxito da Rodada de Doha.

Estamos unidos em nossos esforços para garantir a remoção das distorções no comércio agrícola internacional.

A agricultura encontra-se no centro desta Rodada e dos dividendos para o desenvolvimento que nela buscamos. A remoção das distorções e restrições no comércio agrícola internacional é essencial para desbloquear os benefícios do desenvolvimento derivados da reforma do comércio.

Os principais responsáveis por tais distorções devem agora tomar as difíceis decisões políticas necessárias para fazer a rodada avançar. A dinâmica da negociação requer movimentos por parte da UE e dos EUA. É chegado o momento de eles mostrarem liderança. Acesso a mercados continua a limitar progresso em outras áreas, uma vez que a UE ainda não apresentou uma oferta compatível com as exigências do Mandato de Doha. Movimentos adicionais em termos de cortes e disciplinas são necessários em apoio doméstico. Reclamamos uma total eliminação de todas as formas de subsídios às exportações – a forma mais distorciva de apoio – no

máximo até 2010. Queremos ver progressos na efetiva operacionalização dos dispositivos previstos para o tratamento especial e diferenciado acordados no acordo-quadro de julho de 2004, incluindo produtos especiais, mecanismos de salvaguarda especial e temas tais como produtos tropicais.

Sem progressos significativos nessas áreas em Hong Kong, corre-se o risco de estender o impasse ainda por um longo período de tempo, perspectiva insustentável para a Rodada. Conclamamos os principais membros a demonstrarem a necessária flexibilidade nesta semana para garantir que possamos concluir as negociações em 2006 e cumprir as promessas da Agenda de Doha para o Desenvolvimento.

Os membros dos dois grupos são: África do Sul, Argentina, Austrália, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Egito, Filipinas, Guatemala, Índia, Indonésia, Malásia, México, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue.

### **Comunicado à imprensa sobre a Resolução das Nações Unidas sobre o Holocausto (16/12/2005)**

A Assembléia-Geral das Nações Unidas aprovou recentemente resolução - co-patrocinada pelo Brasil - que marca o reconhecimento histórico do Holocausto, reafirma o compromisso dos países membros de lutar contra todas as formas de intolerância e estabelece o dia 27 de janeiro como o “Dia Internacional das vítimas do Holocausto”. O Governo brasileiro considera primordial a participação de cada um dos membros da comunidade internacional para a consecução dos objetivos da referida resolução, tendo em vista a manutenção da paz e segurança mundiais. Nesse sentido, o Governo brasileiro lamenta toda declaração que possa pôr em causa a existência do Holocausto.

### **Comunicado à imprensa sobre o Prêmio América do Sul (16/12/2005)**

O “Prêmio América do Sul”, instituído pela

Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG, através da Portaria de número 46, datada de 25 de maio do corrente ano, sobre o tema “O Brasil e a América do Sul: desafios no século XXI”, com enfoque em temas de interesse para a política externa na América do Sul, foi criado com o objetivo de estimular mestres e doutores brasileiros a desenvolverem pesquisas que contribuíssem para a formulação da política externa brasileira com seus vizinhos do continente Sul-Americano.

Para a premiação do concurso, além de observar o enfoque em temas de interesse para a política externa na América do Sul, a Banca Julgadora que indicou as três melhores monografias, formada pelos Professores Tullo Vigevani, da UNESP, Paulo Gilberto Fagundes Vizentini, da UFRGS, e Eugênio Vargas Garcia, do Instituto Rio Branco – IRBr/MRE, primou pela originalidade, criatividade, adequação da linguagem à norma culta da língua portuguesa e pelo grau de conhecimento sobre o objeto da monografia.

Em primeiro lugar, recebendo o prêmio no valor de quinze mil reais, a senhora TATIANA LACERDA PRAZERES, Mestre em Direito na Área de Concentração Relações Internacionais, pela Universidade Federal de Santa Catarina, e doutoranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, vencedora do concurso com a monografia apresentada sob o pseudônimo “Sofia de Almeida Palha”, de título “A Integração Sul-Americana: uma idéia ainda fora do lugar?”;

Em segundo lugar, recebendo o prêmio no valor de dez mil reais, a senhora ÂNGELA MARIA CARRATO DINIZ, Mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília, com a monografia apresentada sob o pseudônimo “Cruzeiro do Sul”, de título “Identidade, Desenvolvimento e Integração: Desafios para o Brasil e a América do Sul no Século XXI”;

Em terceiro lugar, recebendo o prêmio no valor de cinco mil reais, o senhor MAURÍCIO SANTORO ROCHA, Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, da

Universidade Cândido Mendes, com a monografia apresentada sob o pseudônimo “Daniel Borges”, de título “Desenvolvimento como Integração”.

Os prêmios serão outorgados pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, no dia 20 de dezembro de 2005, às 12:30h, na Secretaria-Geral do MRE, e as três monografias serão publicadas pela Fundação Alexandre de Gusmão.

### **Comunicado à imprensa sobre a I Reunião do Fórum Brasil-Coréia (16/12/2005)**

A I Reunião do Fórum Brasil-Coréia teve lugar em Brasília, de 13 a 14 de dezembro corrente.

O Fórum foi criado pelos Presidentes do Brasil e da Coréia, durante a visita do Presidente Lula a Seul, em maio último. A Declaração Conjunta emitida naquela ocasião atribuiu aos seus participantes a função de analisar o estado atual e as perspectivas das relações bilaterais.

A reunião contou com a presença de personalidades das áreas do comércio e economia; meio ambiente; infra-estrutura; ciência e tecnologia; e produção cultural. Também participaram parlamentares de ambos os países.

Durante o encontro, foi acordado que o Fórum Brasil-Coréia se reunirá alternadamente em cada país, com o objetivo de preparar sugestões aos dois Chefes de Governo até 2009, quando Brasil e Coréia celebrarão o 50º aniversário do estabelecimento de suas relações bilaterais.

Com esse fim, os dois lados destacaram, entre outros, os seguintes pontos:

a) Identificação de áreas potenciais para expandir e diversificar os fluxos bilaterais de comércio e de investimento, com atenção especial à mineração, indústria siderúrgica, construção naval e projetos de infra-estrutura;

b) Temas ambientais: fontes alternativas e renováveis de energia; tratamento de água; e mecanismo de desenvolvimento limpo;

c) Cooperação em ciência e tecnologia;

avaliação das iniciativas atuais e identificação de novas áreas, particularmente nos campos da tecnologia da informação e energia nuclear;

d) Estudos conjuntos sobre os campos econômico e de ciência e tecnologia, salientando-se o interesse por um estudo comparativo sobre inovação tecnológica;

e) Novas iniciativas no campo da cooperação cultural, incluindo intercâmbio universitário, organização de seminários sobre tópicos selecionados e projetos conjuntos nas áreas da produção cultural e do entretenimento;

f) Entornos regionais do Brasil e da Coréia: possíveis mecanismos de cooperação.

A próxima reunião do Fórum Brasil-Coréia deverá ser realizada em Seul, em setembro de 2006.

#### **Comunicado à imprensa sobre as eleições no Iraque (19/12/2005)**

O Brasil saúda a realização de eleições legislativas no Iraque, que tiveram lugar no corrente mês de dezembro, para a escolha de uma nova Assembléia, que deverá levar, em conformidade com o cronograma estabelecido pela Resolução 1546 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, à composição de um Governo permanente naquele país.

O Governo brasileiro felicita o povo iraquiano por sua determinação em transpor mais uma etapa rumo à retomada de sua plena soberania e à reconstrução nacional.

#### **Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente Bouteflika, da Argélia (19/12/2005)**

Transcreve-se, a seguir, texto de mensagem enviada hoje pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Presidente da República Argelina Democrática e Popular, Abdelaziz Bouteflika.

“Senhor Presidente,  
Tomei conhecimento, com satisfação e alívio, da boa notícia relativa à sua saída do hospital e aos

sinais de progressiva e completa recuperação de sua saúde.

Fiquei muito sensibilizado pelas manifestações de alegria e de confiança do povo argelino ante essa notícia.

Tais manifestações são testemunho eloqüente do afeto do povo argelino por Vossa Excelência, bem como reconhecimento pelas realizações de seu Governo.

Espero, em breve, poder saudá-lo pessoalmente em Argel, de forma a expressar a amizade que eu e os brasileiros nutrimos por Vossa Excelência e seu povo.

Com essa expectativa de um próximo reencontro, queira aceitar, Senhor Presidente e estimado amigo, meus melhores sentimentos.

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente da República Federativa do Brasil”

#### **Comunicado à imprensa sobre a mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro Ariel Sharon, de Israel (19/12/2005)**

Transcreve-se, a seguir, texto de mensagem enviada hoje pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Primeiro-Ministro de Israel, Ariel Sharon :

“Senhor Primeiro-Ministro,

Em nome do Governo e do povo brasileiros, e em meu próprio, gostaria de estimar os melhores votos para a pronta recuperação de Vossa Excelência.

O Governo e o povo brasileiros também se confraternizam com o povo de Israel, na espera de que Vossa Excelência possa tão logo possível reassumir suas funções como Primeiro-Ministro de Israel.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente da República Federativa do Brasil.”

### **Comunicado à imprensa sobre as eleições na Bolívia (19/12/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu hoje a reunião de seu ministério manifestando seu regozijo pela vitória obtida nas eleições bolivianas de domingo, 18 de dezembro, pelo candidato Evo Morales.

O Presidente Lula expressou satisfação com o transcurso transparente e pacífico do processo eleitoral, o que demonstra, de maneira inequívoca, a maturidade democrática e institucional da Bolívia.

O Presidente Lula falará com Evo Morales, nas próximas horas, para desejar-lhe sucesso e reafirmar a disposição do Brasil de intensificar ainda mais as relações com a Bolívia, em prol do desenvolvimento econômico e social de ambos os países.

O Presidente Lula enfatizará o que disse anteriormente a Evo Morales: a cooperação é o caminho natural para aprofundar nosso diálogo político, ampliar nossas parcerias econômicas e construir um Mercosul e uma Comunidade Sul-Americana de Nações prósperos e justos.

O Presidente da República convidará Evo Morales para visitar o Brasil em data a ser definida oportunamente.

### **Comunicado à imprensa sobre as eleições na Tanzânia (21/12/2005)**

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro Celso Amorim enviaram mensagens de cumprimentos alusivas à eleição do atual Chanceler da Tanzânia, Jakaya Kikwete, à Presidência da República daquele país.

Nas mensagens, foi salientada a satisfação do Governo brasileiro com a maneira democrática e transparente em que se realizou o pleito do último dia 14. Também foi expressa a expectativa do Brasil de seguir desenvolvendo, com a Tanzânia, o excelente nível de relacionamento atingido no atual Governo do Presidente Benjamin Mkapa, de que é exemplo significativo a reabertura da Embaixada brasileira residente em Dar es Salaam.

### **Comunicado à imprensa sobre a Constituição da República Democrática do Congo (RDC) (21/12/2005)**

O Governo brasileiro acompanhou, com interesse, o referendo sobre a adoção da Constituição da República Democrática do Congo (RDC), ocorrido em 18 de dezembro corrente.

O referendo insere-se nos esforços do Governo congolês para reorganizar a estrutura institucional do país, entre os quais se inclui o alistamento de quase 25 milhões de eleitores, que deverão ser chamados mais uma vez às urnas para eleições no transcurso do primeiro semestre de 2006.

O Brasil congratula-se com o Governo e o povo congolês pela tranqüilidade em que transcorreu o referendo, o que contribui para o processo de transição política e o aprofundamento da democracia no país.

Entre os observadores internacionais que acompanharam o referendo, estiveram dois representantes do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Sua participação reflete a importância que o Brasil atribui ao processo político em curso e ao aprofundamento da cooperação bilateral com a RDC. O Governo brasileiro reabriu, este ano, Embaixada residente em Kinshasa.

### **Comunicado à imprensa sobre o registro da marca “escapulário” na Alemanha (23/12/2005)**

Cidadã brasileira residente na Alemanha denunciou ao Itamaraty, em 21 de dezembro corrente, o registro indevido, por empresa alemã, da marca “escapulário” naquele país. Segundo a denúncia, a empresa alemã – cujo endereço eletrônico é [www.escapulario.de](http://www.escapulario.de) - estaria processando brasileiros que comercializam aquele produto na Alemanha.

Em avaliação preliminar, o caso assemelha-se ao registro indevido do termo “rapadura”, também por empresa alemã, e “cupuaçu”, por empresa japonesa. Por carecer de distintividade e por ser o nome genérico que designa os produtos em questão,

o registro é indevido à luz do disposto no artigo 6 da Convenção de Paris sobre Propriedade Industrial e no artigo 15 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio - TRIPS - da OMC.

A cidadã brasileira informa ter entrado “com todos os recursos possíveis junto ao Bundespatentamt (Instituto de Propriedade Industrial da Alemanha)”, tendo sido aberto processo para que a marca seja anulada.

O assunto foi levado ao conhecimento do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual – GIPI, e a Embaixada do Brasil em Berlim foi instruída a realizar gestões junto à empresa alemã no sentido do abandono voluntário do mencionado registro indevido da marca “escapulário”, sem prejuízo de eventual interveniência no processo administrativo de anulação da marca já em curso. Outras medidas administrativas ou judiciais para reverter a situação poderão ser adotadas, em caso de não ser lograda composição amigável com a empresa alemã.

### **Mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao povo do Sri Lanka, por ocasião do primeiro aniversário do tsunami de dezembro de 2004 (26/12/2005)**

Transcreve-se, a seguir, mensagem do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao povo do Sri Lanka, enviada hoje à Embaixada do Sri Lanka em

Brasília:

“Ao completar-se um ano da tragédia do tsunami, que tanta perda de vida causou ao Sri Lanka e aos demais países atingidos, reitero ao Governo e ao povo cingaleses os sentimentos de consternação e amizade do povo brasileiro.

É com um sentimento de esperança, que verifico que, após aquela onda de destruição, seguiu-se outra onda, ainda mais poderosa: a da solidariedade.

Por meio de ajuda em escala inédita, a comunidade internacional vem apoiando os esforços das autoridades do Sri Lanka para superar esse trauma profundo e promover a recuperação das populações afetadas.

O Brasil juntou-se a esse movimento global enviando missão técnica de caráter humanitário para contribuir à superação do impacto social e humano sofrido por tantos povos e países amigos.

A determinação dos sobreviventes em retomar suas vidas, partindo muitas vezes do zero, é exemplo e inspiração para todos que acreditam na capacidade humana de vencer obstáculos e desafios.

Reafirmo, em nome do povo e do Governo brasileiros, o compromisso em colaborar, de maneira fraterna, para a plena recuperação do Sri Lanka.

Luiz Inácio Lula da Silva  
Presidente da República Federativa do Brasil”

### “A ONU aos 60”

*Artigo do Embaixador Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, publicado na “Revista Política Externa”, vol. 14 Brasília, DF, 03/10/2005*

Em 2005, as Nações Unidas comemoram sessenta anos. Representantes dos 191 membros da Organização, entre os quais cerca de 170 chefes de Estado e de governo, deverão estar em Nova York, no próximo mês de setembro, para participar da Sessão de Alto Nível convocada pelo Secretário-Geral da Organização, Kofi Annan. Será uma excepcional oportunidade para reflexão sobre como a comunidade internacional pode agir conjuntamente para promover a paz e o desenvolvimento com justiça social. O cenário atual, caracterizado por novas ou persistentes ameaças à estabilidade global – da pobreza e da fome ao terrorismo; da degradação ambiental à continuada existência de armas de destruição em massa –, exige um sentido de urgência para o fortalecimento do sistema multilateral.

Criada em 1945, para evitar a repetição da experiência traumática de duas guerras mundiais, a ONU continua sendo a organização internacional por excelência. Reunindo a maioria absoluta dos países em torno do objetivo comum de promover a paz, a Organização contribuiu de maneira significativa, durante sessenta anos, para uma ordem internacional fundamentada no direito.

Profundas mudanças, contudo, alteraram o cenário internacional ao longo das últimas seis décadas. A ONU foi criada por 51 Estados (entre os quais o Brasil), que representavam a quase totalidade dos países independentes na época. O acelerado processo de descolonização dos anos

1960 e 1970 e a mais recente onda de fragmentação de certos Estados (entre os quais a antiga União Soviética e a Iugoslávia) elevaram o número de Estados soberanos. Hoje, a ONU possui 191 membros, a grande maioria países em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a agenda internacional evoluiu e ampliou-se. Discutem-se, hoje, em foros internacionais, assuntos tão diversos como meio ambiente, tecnologias da informação, direitos humanos ou o combate à fome e à pobreza. Questões como a manutenção da paz e da segurança internacionais adquiriram novos contornos, seja pela natureza interna de alguns dos conflitos, seja pelo envolvimento de atores não estatais.

O sentimento de que a ONU precisa se adaptar a novos tempos e novas realidades geopolíticas ganhou impulso depois da intervenção militar contra o Iraque, em março de 2003. Antes disso, durante os doze anos que separaram a primeira da segunda Guerra do Golfo, o Conselho de Segurança tinha utilizado grande parte de seus instrumentos na contenção do regime iraquiano, entre os quais a autorização para o uso da força e as mais abrangentes sanções já impostas a um país. Havia também explorado novas modalidades de ação, como a verificação do desarmamento, para que o Iraque de Saddam Hussein não constituísse uma ameaça para a segurança regional e global. Não é este o local para uma análise mais aprofundada dos resultados da ação do Conselho no Iraque, de 1990 a 2003. Mas parece correto afirmar que o Conselho de Segurança conseguiu impedir que o regime de Saddam mantivesse e/ou desenvolvesse seus programas de armas de destruição em massa.

Ao contrário da primeira Guerra do Golfo (1991), a intervenção do início de 2003 não foi avalizada pelo Conselho de Segurança. A incapacidade do Conselho de manifestar-se e sua marginalização do processo de tomada das decisões que conduziram à ação militar contra o Iraque tornaram mais nítida a percepção de um desequilíbrio entre a estrutura do Conselho e as funções que deve desempenhar, expondo assim suas limitações em responder aos desafios do mundo atual. O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, interpretou o sentimento cada vez mais generalizado entre os membros da ONU de que a Organização precisava atualizar-se, convocando um Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, encarregado de apresentar propostas para o fortalecimento do sistema de segurança coletiva das Nações Unidas. Em março de 2005, Annan publicou seu relatório “Um conceito mais amplo de liberdade”, no qual defende uma ampla revisão na estrutura da Organização. Além do relatório do Painel de Alto Nível, ele aproveitou elementos do relatório do Projeto “Millennium”, que desenvolveu um programa de ação para a implementação do conjunto de objetivos de desenvolvimento estabelecidos na Cúpula de 2000, as chamadas Metas de Desenvolvimento do Milênio.

A reunião de Cúpula dos Estados membros de setembro adquire, nessas condições, ressonância histórica. Nas palavras de Kofi Annan, “cabe a nós decidir se esse momento de incerteza pressagia o aumento dos conflitos, o aprofundamento da desigualdade e a erosão do Estado de Direito, ou se será usado para renovar nossas instituições comuns para promover a paz, a prosperidade e os direitos humanos”.

Na Sessão Plenária de Alto Nível da Assembleia Geral da ONU, de 14 a 16 de setembro de 2005, os líderes mundiais terão diante de si uma agenda ampla e complexa. Trata-se, em grandes linhas, de repensar a relação entre três pilares: segurança, desenvolvimento e direitos humanos. Na

área de segurança, é necessário atualizar o sistema de segurança coletiva; a questão do desenvolvimento inclui o combate à pobreza e a consecução das Metas do Milênio até 2015; e o tema dos direitos humanos ganhará relevo especial com a proposta de criação de um Conselho de Direitos Humanos. As decisões a serem tomadas nos próximos meses determinarão a capacidade de as Nações Unidas continuarem a cumprir os objetivos e princípios da Carta sob um enfoque contemporâneo.

#### Um novo conceito de segurança coletiva

A noção de segurança coletiva tende a evoluir ao longo do tempo. Articulada juridicamente pela primeira vez no Pacto da Liga das Nações (Artigos 10 e 16), a idéia de que a integridade e a independência de cada Estado devem ser asseguradas por todos os outros conheceu momentos de maior ou menor relevância ao longo do século XX. Sua formulação mais elaborada encontra-se na Carta das Nações Unidas, que, em seu Capítulo VII, estabelece as condições para a autorização do uso da força para preservar a paz.

O reconhecimento da interconexão entre diferentes ameaças à paz em um mundo globalizado levou o secretário-geral da ONU a defender um conceito mais abrangente de ameaças à segurança, que incluía não apenas conflitos internacionais de formato clássico, mas também a “violência civil, o crime organizado, o terrorismo e as armas de destruição em massa, a pobreza, as doenças contagiosas, entre outras”. Ao mesmo tempo, Kofi Annan enfatiza a necessidade de se estimular uma cultura de prevenção, a qual deve incluir o combate à fome e à pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

O Brasil privilegia um sistema de segurança coletiva verdadeiramente multilateral, em que a força militar seja contemplada como último recurso, uma vez esgotados todos os esforços diplomáticos. Sabemos, por experiência, que a paz mundial é posta em xeque por atores dotados de vultosos

armamentos e meios econômicos, o que obriga a comunidade internacional a trabalhar seriamente pelo desarmamento e não-proliferação. Por outro lado, a maioria dos conflitos, hoje, ocorre em países fragilizados econômica e socialmente, e seria um erro ignorar a inter-relação entre elementos econômicos e sociais, e situações de insegurança. A ação do Brasil, portanto, tem-se pautado pela defesa de uma abordagem mais ampla para as questões de segurança, que envolva, além do Conselho de Segurança, outras instâncias da ONU, particularmente o Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

O caso do Haiti é ilustrativo. Entre as considerações que levaram o governo brasileiro a decidir assumir o comando da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah), está a convicção de que se trata de uma operação de paz diferente. Em nosso entendimento, a ação da ONU no Haiti deve assentar-se em um tripé: a estabilização do país; a promoção do diálogo entre as diversas facções políticas e a capacitação institucional, social e econômica. Não haverá paz duradoura no Haiti se não adotarmos essa perspectiva integrada.

A sugestão do secretário-geral de criação de uma Comissão de Construção da Paz visa a apoiar o processo de transição de conflito para uma paz duradoura em cenários de fragilidade socioeconômica e institucional. Preocupado com a inexistência de uma instância para auxiliar países recém-saídos de conflito, Annan sugere maior atenção a setores, como a recuperação institucional e o financiamento da reconstrução. O Brasil apóia o estabelecimento da Comissão.

Acreditamos, contudo, que esta deva se ocupar também da prevenção de conflitos, desde que solicitada pelo país afetado. Um exemplo claro da necessidade de apoio preventivo da Comissão é o da Guiné-Bissau, onde a recorrência de situações de instabilidade agrega um componente dramático à situação de extrema pobreza da maioria da população.

Uma agenda mais ampla de desenvolvimento

O objetivo de colocar o tema do desenvolvimento no topo da agenda internacional é um dos elementos que orientam a atuação externa do Brasil. No governo do presidente Lula, o tema ganhou relevância ainda maior, em consonância com a prioridade atribuída ao combate à fome e à pobreza em âmbito nacional. Depois de reunir mais de cinquenta líderes mundiais, na sede da ONU, em 20 de setembro de 2004, o Brasil vem chamando a atenção para a necessidade de soluções inovadoras para o financiamento do desenvolvimento e, em particular, para o combate à pobreza extrema. As estimativas mais conservadoras indicam ser necessário o aporte adicional de, pelo menos, US\$ 50 bilhões ao ano para que as Metas de Desenvolvimento do Milênio possam ser cumpridas dentro do prazo previsto, em 2015.

Para além do compromisso – ainda não cumprido – dos países desenvolvidos de destinarem 0,7% de seu PIB para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, são necessários recursos financeiros adicionais. Mais do que isso, recursos de melhor qualidade, que sejam canalizados de forma estável e previsível para investimentos de longo prazo nos países que mais necessitam. O Grupo de Trabalho sobre Mecanismos Inovadores de Financiamento, criado no âmbito da Ação Internacional contra a Pobreza e a Fome, e que reúne Brasil, França, Chile, Espanha, Alemanha e Argélia, vem estudando uma série de opções. Trabalha-se com alternativas que envolvem desde esquemas relativamente simples de contribuição voluntária, com a participação do setor privado, até esquemas mais complexos de taxas aplicadas nacionalmente e coordenadas internacionalmente sobre operações financeiras e bilhetes aéreos internacionais. Apesar de diferentes no formato, escopo e tempo de maturação política, todos os mecanismos têm em comum o fato de estarem baseados na racionalidade econômica, além de procurarem interferir o mínimo possível no funcionamento dos mercados.

Ao mesmo tempo, o Brasil promove a idéia de ações de cooperação entre países do Sul, que compartilham realidades e desafios de natureza similar. Durante a XI Unctad, realizada em São Paulo, em junho de 2004, promovemos uma nova rodada de negociações no âmbito do Sistema Geral de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento. Juntamente com a África do Sul e a Índia, lançamos o Fundo “Ibas” de combate à pobreza e à fome, destinado a financiar projetos de cooperação em países de menor desenvolvimento relativo. A coordenação entre países em desenvolvimento reunidos no G-20, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, vem demonstrando que a articulação entre países do Sul, com especial interesse em agricultura, é fundamental para que suas reivindicações legítimas sejam consideradas em negociações multilaterais de comércio como as da Rodada de Doha. Também estamos engajados na promoção de acordos comerciais entre países em desenvolvimento, que podem servir de instrumento para a ampliação das correntes de comércio entre os países do Sul.

A consecução das oito Metas do Milênio, o conjunto de metas definidas pelos Estados-membros no ano 2000, não esgota a questão do desenvolvimento. Os resultados da série de grandes conferências patrocinadas pela ONU ao longo dos anos 1990 também contribuíram para a consolidação de uma visão mais ampla de desenvolvimento. Conceder maior destaque ao tema na agenda e na estrutura da ONU é, finalmente, uma decorrência natural do conceito de segurança coletiva expandido defendido pelo secretário-geral.

**Maior destaque para os direitos humanos**

O Brasil tem renovado seu compromisso com os direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito. Somos signatários dos principais tratados e temos trabalhado conjuntamente com todos os organismos internacionais de promoção e proteção de direitos humanos. A participação do Brasil na

Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, quase ininterrupta desde 1978, pauta-se pelo mesmo objetivo de construir consensos em favor do aprimoramento do sistema internacional de direitos humanos. O Brasil, nesse sentido, tem manifestado preocupação com a seletividade e a politização que têm comprometido a credibilidade e a eficiência da Comissão, questões que espera ver superadas na reforma.

Na busca de avanços na promoção e proteção dos direitos humanos no mundo, o Brasil tem tomado iniciativas visando à evolução do arcabouço conceitual e dos instrumentos à disposição da comunidade internacional. Um exemplo é o projeto de resolução que afirma a incompatibilidade entre a democracia e o racismo, apresentado na Comissão de Direitos Humanos, desde 2000, e, mais recentemente, na Terceira Comissão da Assembléia Geral da ONU. A resolução brasileira condena a existência de partidos políticos com plataformas racistas, e alerta a comunidade internacional contra a possibilidade de que tais partidos venham a ser conduzidos para o poder numa democracia. Na esfera regional, o Brasil tem impulsionado, na Organização dos Estados Americanos, a discussão sobre a elaboração de uma Convenção Interamericana contra o Racismo e toda Forma de Discriminação e Intolerância, com o objetivo de ampliar e aprofundar, nas Américas, o combate ao racismo e a promoção da igualdade racial.

O Brasil também tem sido defensor ativo do princípio de que a luta contra o terrorismo não pode ser travada às expensas dos direitos e das liberdades que fundamentam o Estado de Direito. As situações de graves violações de direitos humanos, sejam civis e políticos, sejam econômicos, sociais e culturais, muitas vezes estão entre as causas profundas do terrorismo. A “relativização” de direitos e liberdades fundamentais em prol da luta antiterrorista, portanto, além de violatória das obrigações internacionais de direitos humanos dos Estados, seria contraproducente.

Reconhecemos a inter-relação entre o respeito

aos direitos humanos e a promoção do desenvolvimento e da segurança internacional, o que nos leva a defender o aperfeiçoamento do sistema de direitos humanos das Nações Unidas. Uma maneira de lograr esse objetivo é atribuir à Alta Comissária para Direitos Humanos mandato para elaborar um relatório global sobre a situação dos direitos humanos no mundo. A independência e legitimidade inerentes a um relatório dessa natureza, além de reforçarem o multilateralismo e o princípio da universalidade no acompanhamento dos direitos humanos em todo o mundo, contribuiriam para garantir a efetividade e credibilidade do sistema, reduzindo o risco de seletividade e politização indevida.

A criação de um Conselho de Direitos Humanos está em sintonia com a política externa brasileira de prevalência dos direitos humanos. A prioridade a ser concedida ao tema no âmbito das Nações Unidas deve ser equivalente à que se concede à paz e segurança e ao desenvolvimento. Parece prematuro, entretanto, estabelecer o Conselho de Direitos Humanos como órgão principal da Organização já nesse primeiro momento. Poder-se-ia contemplar sua vinculação direta à Assembleia-Geral e proceder a um processo de revisão em quinze anos.

#### Estrutura das Nações Unidas

O objetivo de atingir progressos nas três áreas citadas requer uma atualização da estrutura das Nações Unidas. Na visão do secretário-geral, três cursos de ação seriam necessários: (I) a revitalização da Assembleia Geral; (II) a reforma dos dois Conselhos existentes – o Conselho de Segurança e o Conselho Econômico e Social (ECOSOC) – e a criação de um Conselho de Direitos Humanos; e (III) a reforma do Secretariado.

Cabe à Assembleia Geral, órgão que reúne a totalidade dos Estados-membros, um papel central na orientação política das Nações Unidas. A Assembleia foi, por exemplo, responsável pela criação do Estado de Israel, em 1947. Foram também ali consolidados conceitos importantes como

o direito inalienável à autodeterminação dos povos e a universalidade dos direitos humanos. A crescente abrangência de sua agenda e a estrutura de suas comissões, contudo, levaram a que, paulatinamente, as deliberações da Assembleia se fossem burocratizando. Há amplo consenso quanto à necessidade de dotar a Assembleia Geral de maior eficácia. O secretário-geral propõe que o órgão se concentre em grandes temas substantivos da conjuntura atual, como a migração internacional e a discussão de uma convenção abrangente sobre terrorismo. Assuntos como desarmamento poderiam ser incluídos nessa agenda.

Não se pode ignorar, além disso, o papel que a Assembleia Geral desempenhou historicamente, atuando no lugar do Conselho de Segurança quando este se via paralisado pelo veto de um dos membros permanentes. A Resolução 377, também conhecida como “Uniting for Peace”, permite que a Assembleia Geral realize sessões de emergência quando o Conselho de Segurança mostrar-se incapaz de agir diante de atos de agressão ou de ameaça à paz e à segurança internacional. Ainda que a condenação, por parte da Assembleia, não seja juridicamente vinculante, ela oferece cobertura política para posições defendidas por uma maioria dos Estados-membros.

A renovação do Conselho Econômico e Social, órgão com mandato para a revisão de políticas e estratégias de promoção do desenvolvimento e para a coordenação das atividades das agências especializadas, deve equipá-lo para desempenhar um papel mais estratégico na formulação e implementação de políticas coerentes de desenvolvimento. Para tanto, o ECOSOC necessitará de agenda e estrutura mais flexíveis, além de atuar em coordenação mais estreita com o Conselho de Segurança, em particular no exame das raízes sociais e econômicas dos conflitos atuais. O ECOSOC, contudo, não deve estar limitado à coordenação de atividades do sistema das Nações Unidas. É importante buscar recuperar seu papel de inspirador

de outras organizações no aprimoramento da relação economia/desenvolvimento.

A reforma do Secretariado e a promoção de maior coordenação do sistema das Nações Unidas são também necessárias, na medida em que delas depende a adequada implementação dos mandatos determinados pela Assembléia Geral e outras instâncias deliberativas da ONU.

Grande parte das atenções volta-se para a reforma do Conselho de Segurança, órgão encarregado de assegurar a paz e a segurança internacionais. Na verdade, como ressalta o Secretário-Geral Kofi Annan, nenhuma reforma da ONU estará completa sem a expansão do Conselho e a atualização de seus métodos de trabalho.

Ao ser estabelecido, em 1945, o Conselho de Segurança reunia o grupo de países vencedores da Segunda Guerra Mundial (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China) e mais seis países eleitos pela Assembléia Geral. Em 1963, o Conselho de Segurança foi ampliado para quinze membros, com a inclusão de quatro novos assentos não-permanentes, formato que permanece até hoje. No atual debate, está em pauta a questão da ampliação equitativa do Conselho. Também se discute uma ampliação das atribuições do órgão, para ocupar-se de temas como não-proliferação e combate ao terrorismo. Por trás dessas questões está o problema de como dotar o órgão de maior eficácia e legitimidade, de modo que suas decisões sejam respeitadas pela comunidade internacional.

A percepção de que a presente composição do órgão não mais representa adequadamente a realidade atual vem ganhando corpo há mais de uma década. Anos de debates no Grupo de Trabalho criado para analisar o tema não conduziram a um consenso sobre como proceder à atualização da composição e dos métodos do órgão, ainda que esses objetivos sejam declaradamente compartilhados por todos.

A segunda Guerra do Golfo (2003), decidida à margem do Conselho de Segurança, parece ter

reavivado, na comunidade internacional, o temor de que o paulatino enfraquecimento da autoridade do Conselho pudesse conduzir a um unilateralismo exacerbado. A idéia de atualizar o Conselho de Segurança recebeu, a partir de então, um impulso político sem precedentes.

As primeiras sugestões concretas emergiram dos debates do Painel de Alto Nível sobre Ameaças, Desafios e Mudanças, que reuniu dezesseis personalidades internacionais ao longo de 2004. Seu relatório final apresenta dois modelos de reforma do Conselho: o primeiro, conhecido como modelo A, propõe a criação de seis novos assentos permanentes (dois para a África, dois para a Ásia, um para a Europa e outros e um para a América Latina e o Caribe) e três não-permanentes; o segundo, ou modelo B, limita a expansão a assentos não-permanentes ou elegíveis (oito assentos com direito a reeleição e um assento nos moldes atuais). Ambas as propostas prevêm um Conselho composto por 24 países.

Em seu relatório sobre a reforma das Nações Unidas, o Secretário-Geral Kofi Annan limita-se a apresentar as propostas delineadas pelo Painel, sem optar por qualquer dos dois modelos. Faz, contudo, duas observações importantes. Em primeiro lugar, sugere que uma decisão sobre o assunto deve ser tomada antes da Cúpula de setembro de 2005. Mais importante do que isso, afirma que a incapacidade de se lograr consenso sobre o tema não deve servir de “desculpa para adiar a decisão”.

É irrealista pensar que uma questão de tamanha transcendência possa ser resolvida por consenso. Já em sua criação, dispositivos importantes das Nações Unidas, como o direito de veto dos membros permanentes do Conselho, não foram adotados por consenso. A ampliação do Conselho de onze para quinze membros em 1963 tampouco logrou apoio universal. Apesar de folgada maioria a favor, a Resolução 1991 (XVIII) recebeu onze votos contrários, entre os quais os de dois membros permanentes, a França e a então União Soviética.

Os Estados Unidos e o Reino Unido abstiveram-se. Isso não impediu que fosse posteriormente ratificada pelos Paramentos dos cinco membros permanentes.

O Brasil, cuja candidatura a membro permanente foi seriamente considerada em 1945 – com o apoio do presidente Roosevelt –, tem defendido a necessidade de um Conselho de Segurança renovado, que reflita a emergência de países em desenvolvimento como atores globais. Nossa percepção é de que, tal como hoje composto, o Conselho é incapaz de articular uma visão equilibrada e inclusiva da ordem internacional que reflita de forma satisfatória as percepções do mundo em desenvolvimento.

Em 2004, o Brasil uniu-se ao Japão, à Alemanha e à Índia – um grupo conhecido como G-4 – para desenvolver conjuntamente uma proposta capaz de aumentar a representatividade do Conselho, tornando-o mais democrático. Partiu-se da premissa de que o estabelecimento de um equilíbrio de forças que melhor reflita o conjunto dos Estados-membros aprimorará a capacidade de resposta do órgão. Para tanto, é necessário incorporar grandes países em desenvolvimento, com credenciais territoriais e demográficas, capacidade de articulação diplomática e contribuição consistente e significativa para a paz e a segurança internacionais.

O projeto de resolução apresentado pelo Grupo à Assembléia Geral da ONU no último dia 11 de julho propõe a expansão do Conselho de Segurança de quinze para 25 membros, com a inclusão de seis novos membros permanentes (dois da África, dois da Ásia, um da América Latina e do Caribe e outro da Europa Ocidental e outros) e quatro não-permanentes (um para a África, um para a Ásia, um para a América Latina e Caribe e um para a Europa Oriental). Os entendimentos mantidos no final de julho com países africanos indicaram que a inclusão de um assento não-permanente adicional, a ser ocupado alternadamente pelas regiões do mundo em desenvolvimento, permitiria alcançar a maioria necessária. A visão básica dos africanos, que fizeram

grandes esforços para buscar uma posição regional, apresentava muitos pontos em comum com a proposta do G-4, tornando possível a busca de tal convergência.

O projeto do G-4 também determina que a delicada questão do direito de veto seja discutida em um momento futuro, e sugere uma revisão da reforma em quinze anos. A idéia de uma revisão é importante, pois permite que o formato e as práticas do Conselho evoluam de acordo com a realidade internacional, que o órgão deve refletir. A geopolítica do mundo pode mudar muito em poucas décadas e até mesmo formas diferentes de representação no Conselho poderão vir a ser consideradas, inclusive as de natureza regional. Esse momento ainda não chegou.

No momento em que escrevo, o debate em torno da reforma encontra-se em uma etapa decisiva. A apresentação do projeto de resolução do G-4 sobre a reforma do Conselho de Segurança abriu o debate sobre o tema na Assembléia Geral.

Aproxima-se a Cúpula de setembro, quando os Estados-membros estarão reunidos para tomar uma série de decisões que determinarão a estrutura e os meios com que contarão as Nações Unidas para cumprirem seus objetivos. Como bem alertou o Secretário-Geral Kofi Annan, a janela de oportunidade oferecida por este momento pode não permanecer aberta durante muito tempo. Independentemente dos resultados desse processo, porém, a questão de tornar o Conselho de Segurança mais democrático e legítimo continuará presente e vai requerer constante atenção da comunidade internacional.

Não é pequeno o desafio que têm pela frente os integrantes das Nações Unidas. Existe uma crescente consciência de que a ONU corre o risco de ver sua influência erodida na ausência de uma reforma. Ao permanecer como está, a Organização está sujeita a perder dinamismo ou, pior, a se tornar irrelevante.

A escolha que a comunidade internacional tem diante de si, portanto, não é simplesmente uma

escolha entre fazer ou não a reforma. Trata-se de decidir se é do interesse da maioria dos Estados que uma organização como as Nações Unidas siga funcionando como garantia de uma ordem internacional estável e capaz de promover o desenvolvimento de todos os seus membros, em condições de liberdade.

### **“As rotas da integração sul-americana”**

*Artigo de Paulo Sérgio Oliveira Passos, Secretário-Executivo do Ministério dos Transportes, publicado no jornal “O Globo”. Brasília, DF, 22/10/2005*

A abertura em setembro, pelo Presidente Lula, da Cúpula da Comunidade Sul-Americana, em Brasília, veio coroar o processo iniciado no fim de 2004, de construção da Comunidade Sul-Americana de Nações. A Comunidade deverá se consolidar como o ambiente de concertação e coordenação política do processo de integração científica, educacional, cultural e de infraestrutura do continente.

Entre os temas abordados pelos chefes de Estado dos doze países integrantes mereceu destaque a integração física do continente, que depende do deslanche de projetos no setor de transportes. O Brasil tem desenvolvido uma ampla agenda nesse sentido. Ao mesmo tempo que executa obras, avança em estudos de viabilidade e apóia financeiramente o desenvolvimento nos países vizinhos. Fazemos fronteira com nove países: já existem ligações rodoviárias com oito deles, além de duas ligações ferroviárias. Dez pontes internacionais também ligam estados brasileiros a Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

Hoje, a principal obra em andamento é a duplicação do Corredor Mercosul, que liga os principais mercados consumidores brasileiros aos países do extremo sul do continente. Integram esse corredor as rodovias Fernão Dias (BR-381, ligação Belo Horizonte-São Paulo), Régis Bittencourt (BR-116, São Paulo-Curitiba), BR-116-376-101 (Curitiba-Florianópolis) e a BR-101 Sul

(Florianópolis-Osório). As três primeiras estradas estão em fase final de construção, em condições de tráfego na maior parte dos trechos. Já a ligação Florianópolis-Osório deverá ficar pronta nos próximos anos. Ainda na Região Sul, está em construção o trecho da BR-282 entre Florianópolis e a fronteira Argentina.

No Norte, avançam obras para conectar por via rodoviária o Brasil à Guiana (BR-401 em Roraima, trecho Boa Vista-Bonfim-Normandia) e ao Peru (BR-364 no Acre, trecho Sena Madureira-Cruzeiro do Sul). O governo federal também trabalha na pavimentação da BR-156, no Amapá (Ferreira Gomes-Oiapoque), para se ter acesso à Guiana Francesa, território ultramarino francês, aproximando o país da comunidade européia.

Em novembro deste ano, deverá estar concluída a ponte sobre o Rio Acre na BR-317, ligando Assis Brasil a Iñapari, no Peru. Devem ser retomadas a curto prazo as obras da ponte sobre o Rio Tacutu, na BR-401, em Roraima, unindo Bonfim a Lethem, na Guiana. Em julho último, os governos brasileiro e francês assinaram acordo para construção da ponte sobre o Rio Oiapoque na BR-156 no Amapá, conexão entre Oiapoque e Saint George d’Oyapock, Guiana Francesa. Além de todas essas obras, a construção de três outras pontes com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai está sendo avaliada.

Ao mesmo tempo em que investe na infraestrutura nacional para fins de integração, o Brasil vem cooperando decisivamente no financiamento da construção de rodovias em nações vizinhas. É o caso da ligação Pailón-Puerto Suarez, na Bolívia, em que há participação brasileira no financiamento de um trecho de 227 quilômetros; do aporte financeiro nos projetos da Carretera Atlântico-Pacífico (Iñapari-Puente Inambari-Urcos-Azangaro), que futuramente ligará Assis Brasil no Acre aos portos peruanos; e da Carretera Paita-Tarapoto-Yurimáguas, que propiciará a interconexão rodo-hidroviária do Brasil ao Peru, beneficiando, do lado brasileiro, as

exportações da Zona Franca de Manaus. O fomento a iniciativas de transporte na América do Sul traz ainda oportunidades para a indústria da construção brasileira, gerando milhares de empregos.

As ações de transportes em curso demonstram a importância que o governo brasileiro atribui à questão da infra-estrutura. A interligação física com os vizinhos sul-americanos amplia fortemente os horizontes comerciais e socioculturais, ao mesmo tempo que beneficia populações dos estados brasileiros dentro do território nacional. A infra-estrutura está abrindo caminho para a consolidação de uma comunidade de nações efetivamente unida.

**“A política externa do governo Lula: dois anos”**  
*Artigo do Ministro das Relações Exteriores,*  
*Embaixador Celso Amorim, publicado na*  
*Revista Plenarium - Brasília, DF, 25/11/2005*

A diplomacia brasileira vive momento de grande dinamismo, conforme as prioridades do governo do Presidente Lula: ampliar a geografia das relações externas do Brasil, atualizando o conteúdo de nossa vocação universalista; e adotar uma postura firme e ativa nas negociações multilaterais, inclusive regionais, com vistas a assegurar um espaço regulatório internacional justo e equilibrado. Subjacente a essas prioridades está o imperativo de preservar a nossa capacidade soberana de definir o modelo de desenvolvimento que desejamos para o País.

Completados dois anos de governo, um balanço preliminar das realizações na agenda externa revela coerência com a trajetória pessoal e política do chefe do Executivo. O presidente tem a visão de um Brasil mais democrático e mais justo, e isso se reflete na sua defesa de uma maior equanimidade nas relações internacionais, e na convicção de que paz, segurança e desenvolvimento não podem estar dissociados.

Logo no primeiro mês de governo, o presidente decidiu – de forma inédita – participar tanto do foro social de Porto Alegre quanto do foro

econômico de Davos. Nos dois eventos, o presidente transmitiu a mesma mensagem da importância de se incorporar o elemento de justiça social às propostas de desenvolvimento econômico e do imperativo de se construir uma ordem internacional mais estável e segura.

Também em janeiro de 2003, ocorreu um fato que marcaria a inflexão do governo brasileiro para uma atitude de solidariedade ativa nas questões regionais. Ao princípio da “não-intervenção”, tão importante na tradição diplomática brasileira, veio somar-se o da “não-indiferença”. De fato, do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que os países com capacidade demonstrem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social.

A constituição do Grupo de Amigos do Secretário-Geral da OEA para a Venezuela, que atuou, ao longo de mais de um ano, como facilitador do diálogo entre os diferentes atores políticos venezuelanos, foi emblemática da postura que o Brasil adotaria diante de situações de instabilidade nos países da região. Confrontado com a crise política no país vizinho, o governo brasileiro entendeu que não podia permanecer como mero observador. Ao mesmo tempo, estávamos cientes de que cabia aos venezuelanos encontrar as soluções para seus problemas. Foi, afinal, possível estabelecer pontes entre o governo venezuelano e as forças de oposição para o encaminhamento de uma solução política, na forma do referendo que confirmou a permanência do presidente Hugo Chávez na presidência da Venezuela.

A intensidade da atividade diplomática ao longo do biênio 2003/2004 deixou evidente a determinação do Presidente Lula de conceder atenção especial à dimensão externa de sua agenda. O presidente tem estado pessoalmente à frente das iniciativas para estreitar as relações diplomáticas com todas as regiões do globo, o que o levou a realizar 56 viagens, por 35 diferentes países. Em

contrapartida, foram recebidas 52 visitas de chefes de Estado e de governo estrangeiros, oriundos de 39 países.

Tem alta prioridade na agenda externa brasileira a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, como afirmou o presidente já em seu discurso de posse. Marco importante da integração sul-americana foi a reunião de presidentes da América do Sul, em Cuzco (dezembro de 2004), que deu origem à Comunidade Sul-Americana de Nações. A criação de uma verdadeira comunidade de nações constitui um processo necessariamente complexo. Basta lembrar que a Europa levou cinquenta anos para concretizar uma união.

Na verdade, o processo de criação de uma comunidade sul-americana de nações avança mais rápido do que se poderia imaginar. De 2003 para cá, concluímos o acordo, entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações (CAN) e foram concebidos diversos projetos para a integração da infra-estrutura, em transportes, comunicações e energia, no contexto da Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Sul-Americana, a IIRSA. Essa integração física do continente, nunca é demais lembrar, constitui parte essencial do projeto de desenvolvimento do próprio Brasil. A ligação rodoviária do Acre ao Pacífico, via Peru, por exemplo, além de seu significado histórico, terá impacto econômico significativo para o progresso do Oeste brasileiro.

O outro fato recente que merece ser ressaltado foi o ingresso de novos Estados associados ao Mercosul, por ocasião da Cúpula de Ouro Preto, no final de 2004. Dez anos após a reunião, na mesma cidade que deu personalidade jurídica ao Mercosul, seis países associados – Bolívia, Chile, Peru e, agora, Colômbia, Equador e Venezuela – somam-se aos quatro integrantes originais do bloco. Está sendo construído o que parecia um sonho há uma década, quando o Brasil propôs, em reunião do Grupo do Rio, a criação de uma área de livre comércio sul-

americana.

Ciente de sua posição geográfica e do peso de sua economia nas transações intra-regionais, o Brasil reconhece que seu papel nesse processo de integração comporta custos e supõe uma visão “generosa”, para que possamos compensar os desequilíbrios nos diferentes graus de desenvolvimento dos países da região. Generosidade, nesse caso, nada mais é do que a capacidade de colocar os interesses do longo prazo acima de objetivos imediatistas.

Outro continente a que o governo Lula tem conferido atenção especial é o africano. Nessa empreitada, temos presentes nossos laços históricos e culturais, nossa condição de país com grande população de afrodescendentes e, ainda, os esforços internos do governo para a promoção da igualdade racial. A África é um continente pobre, mas não estagnado. Em minhas diversas viagens ao continente africano, noto haver dinamismo e vontade de encontrar soluções autóctones para os problemas africanos.

O Presidente Lula já realizou três viagens à África. Em uma primeira etapa, esteve em Angola, Moçambique, África do Sul e Namíbia; na segunda viagem, visitou São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Gabão – acompanhado, em ambas as oportunidades, de numerosa delegação de ministros, empresários e parlamentares. A terceira viagem (abril de 2005) incluiu o Cameroun, a Nigéria, Gana, Guiné-Bissau e o Senegal. Não se trata de viagens para obter resultados a curto prazo, ainda que, sob a ótica econômica, a África represente um mercado importante: o total do nosso comércio, em 2004, esteve em torno de US\$ 6 bilhões. Além do componente econômico-comercial, está-se buscando fortalecer um vínculo político com uma região do mundo à qual nos unem afinidades culturais e laços históricos.

Um dos focos da ação brasileira na África está, por razões óbvias, nos países lusófonos. Na presidência da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa (CPLP), até julho de 2004, o Brasil desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Angola é um parceiro tradicional, com o qual mantemos estreito relacionamento em diversas áreas. Com Moçambique, estamos estreitando vínculos comerciais e estabelecendo uma cooperação no setor agropecuário, por exemplo. Na Guiné-Bissau, que passa por uma conjuntura política complexa, o Brasil tem procurado contribuir para que o país reencontre o caminho da democracia e do desenvolvimento econômico.

Buscamos também fortalecer nossos laços com grandes democracias do Sul, o que se refletiu na iniciativa de criação do G-3 ou Ibas – Índia, Brasil e África do Sul – foro de coordenação e cooperação que reúne três países com visões convergentes sobre a ordem internacional. Não é mera coincidência que os três países façam parte do núcleo do G-20, que se consolidou como interlocutor necessário nas negociações comerciais globais, sempre em defesa de uma perspectiva dos países em desenvolvimento.

Em um espírito de cooperação e convergência, Índia, Brasil e África do Sul integram um grupo que, juntamente com China e Rússia, poderá assumir papel internacional crescente nas próximas décadas. O Ibas é um projeto de vanguarda, consistente com a perspectiva do impacto que terão: o crescimento econômico da China e da Índia; a rápida recuperação da Rússia; o crescimento da África do Sul na era pós-apartheid; e a consolidação democrática, estabilização econômica e retomada do crescimento com justiça social no Brasil.

Como primeira iniciativa do Ibas, foi estabelecido um Fundo de Solidariedade pioneiro, que envolve três países em desenvolvimento no financiamento de projetos sociais em benefício de países menos desenvolvidos. O primeiro beneficiário foi Guiné-Bissau, na área do desenvolvimento agrícola e pecuário. Trata-se de um caso particularmente

emblemático, por envolver um país africano, membro da CPLP.

Também se beneficiam de um novo impulso as relações entre o Brasil e o Oriente Médio. O Presidente Lula viajou, em 2003, à Síria, Líbano, Emirados Árabes Unidos, Egito e Líbia. O primeiro-ministro e o presidente do Líbano estiveram em Brasília, tendo sido criada uma Comissão Bilateral de Alto Nível para o aumento do intercâmbio comercial, o desenvolvimento das relações financeiras e o incremento dos investimentos. Em Evian, à margem da reunião do G-8 ampliado, o Presidente Lula encontrou-se com o príncipe herdeiro da Arábia Saudita. De minha parte, acabo de realizar uma viagem que me levou à Jordânia, Egito, Palestina, Líbano, Síria, Arábia Saudita, Catar, Omã, Kuwait, Tunísia e Argélia. Abrimos um escritório comercial nos Emirados Árabes Unidos e realizou-se uma missão de empresários brasileiros à Líbia – a primeira em vinte anos.

É promissor o potencial para o incremento do comércio e a atração de investimentos do mundo árabe. Precisamos recuperar o espaço perdido nos últimos dez anos, depois da primeira Guerra do Golfo. Em 1990, a corrente de comércio brasileiro com o Oriente Médio era de US\$ 5 bilhões. Em 2002, caiu para US\$ 3.7 bilhões, o que representa apenas 3% de nossa pauta de comércio externo. A compra de produtos brasileiros equivale hoje a tão-somente 1,5% do total de importações dos países árabes. Estudos governamentais e do setor privado, indicam que é possível aumentar as exportações para aquela região para pelo menos US\$ 5 bilhões, em prazo relativamente curto.

O Brasil deseja aprofundar as relações com os países árabes também por intermédio de contatos mais sistemáticos com entidades representativas da região, como a Liga dos Estados Árabes – organismo regional do qual nos tornamos, em 2003, o primeiro observador latino-americano. O Presidente Lula foi o primeiro chefe de Estado brasileiro a comparecer a uma reunião de Cúpula da Liga dos Estados

Árabes.

A aproximação do Brasil com o Oriente Médio em muito se beneficiará de uma redução das tensões políticas na região. O Brasil tem consistentemente apoiado a criação de um Estado Palestino independente, democrático, coeso e economicamente viável, assim como o direito à existência e à segurança de Israel dentro de fronteiras internacionalmente reconhecidas. Respalamos os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas e do Quarteto (EUA, Rússia, União Européia e ONU) para levar adiante o “Mapa do Caminho” entre israelenses e palestinos. Estamos dispostos, inclusive, a cooperar com o processo, caso solicitados pelas partes envolvidas.

A determinação de ampliar nossa presença em uma das regiões estratégicas para a paz e a segurança globais e, eventualmente, de contribuir para o Processo de Paz, nos levou a abrir um escritório de representação em Ramalá e a designar um embaixador extraordinário para os assuntos do Oriente Médio.

Será realizada, em 10 e 11 de maio de 2005, em Brasília, uma Cúpula pioneira reunindo países sul-americanos e árabes. Serviram de inspiração a essa iniciativa os sólidos laços de amizade e cooperação que temos com o Oriente Médio. Encontra-se no Brasil a maior comunidade de origem árabe fora do mundo árabe: mais de dez milhões de brasileiros possuem ascendentes naquela região. Os descendentes de árabes deram decisiva contribuição à formação da identidade brasileira, bem como ao desenvolvimento de nosso país e ao enriquecimento de nossa cultura.

A preocupação com a paz e a justiça social reflete-se no compromisso do governo Lula com os esforços das Nações Unidas no Haiti. Nossa principal motivação ao assumir a liderança das Forças de Estabilização (MINUSTAH) foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, caísse no abandono, em um círculo vicioso de instabilidade e conflito.

Trata-se de uma operação de estabilização diferente das anteriores, que, no nosso entendimento, deve assentar-se sobre um tripé: a promoção da estabilização; o diálogo entre as diversas facções políticas; e a capacitação institucional, social e econômica do país. Não haverá reconciliação e paz no Haiti se não adotarmos essa perspectiva integrada.

Estamos tentando algo novo, buscando aprender lições com as intervenções anteriores, baseadas numa visão essencialmente militar da questão do Haiti. Queremos que a ação das Nações Unidas possa contribuir para o progresso e a autonomia da sociedade haitiana. Daí a importância dos projetos de cooperação como os que iniciamos, em dezembro, na área da merenda e material escolar e do cultivo da mandioca e do caju.

O Itamaraty tem dedicado especial atenção às negociações comerciais, multilaterais, regionais ou intra-regionais, além de trabalhar pela abertura de mercados não tradicionais e ampliação dos mercados no mundo desenvolvido. Os resultados falam por si. Em 2003, nosso intercâmbio comercial somou US\$ 121 bilhões, sendo 73 bilhões em exportações. Em 2004, elevou-se para US\$ 160 bilhões, dos quais 96,5 bilhões em exportações, o que representa 32% de aumento das exportações e 31% de aumento da corrente de comércio. Trata-se das melhores cifras de nossa história.

Merece registro, em 2004, o recorde histórico de exportações para a Argentina, mais de US\$ 7 bilhões. O comércio brasileiro com a América do Sul também cresceu significativamente, 61% nos primeiros nove meses, passando de quase US\$ 7 bilhões para mais de US\$ 11 bilhões; destaca-se o alto valor agregado do comércio com os países sul-americanos: os produtos manufaturados ocupam 91% da pauta exportadora. Vale lembrar que a América do Sul é um mercado em dimensão equivalente à do Brasil, em tamanho, PIB e população. Se trabalharmos com uma visão de longo prazo, seremos capazes de auferir os benefícios de uma América do Sul unida em sua infra-estrutura e em seus mecanismos

políticos e sociais.

O aumento do comércio com países sul-americanos e com os países em desenvolvimento em geral – que, hoje, já respondem por 49% de nossas exportações – não se tem feito em detrimento do comércio com os parceiros tradicionais, como os Estados Unidos e a União Européia (UE). Ao contrário, nosso comércio com ambos só tem aumentado: de 2003 para 2004, nossas exportações para os norte-americanos cresceram 15,9% e para a UE, 31,6%. Ao mesmo tempo, temos conseguido preservar um comércio diversificado e equilibrado com todas as regiões do mundo. Em 2004, os EUA receberam 21% das exportações brasileiras; a UE, 24%; a Argentina, 7,6%; a China, 6,2%; e o México, 4%.

No terreno das negociações comerciais, a iniciativa brasileira de coordenar-se, por meio do G-20, com outros países em desenvolvimento exportadores de produtos agrícolas alterou a dinâmica das negociações comerciais, no antigo Gatt e na Organização Mundial do Comércio (OMC). A ação do G-20 é hoje reconhecida pelos principais interlocutores na OMC como uma força aglutinadora e propiciadora de consensos.

Desnecessário insistir no caráter antidemocrático e desfavorável aos países em desenvolvimento da dinâmica negociadora bipolar de rodadas comerciais anteriores, em que os Estados Unidos e a UE acertavam entre si os limites de acordos que eram depois oferecidos aos demais países como “o consenso possível”. A criação do G-20 facilitou uma interlocução mais direta, fluida e transparente entre os principais grupos de interesse. Acima de tudo, mostrou que a coordenação Sul-Sul não é um objetivo irrealista ou ultrapassado, e que pode ocorrer sem ser movida por razões ideológicas, mas por uma visão pragmática, baseada em interesses legítimos tanto do ponto de vista econômico como moral.

Nossa prioridade é concluir com êxito as negociações na OMC. Por meio delas, poderemos efetivamente obter a eliminação dos bilionários

subsídios à exportação e uma redução significativa do apoio interno à produção agrícola dos países desenvolvidos. Tal eliminação e redução terão efeitos extremamente benéficos aos produtores eficientes do Brasil e de outros países em desenvolvimento, cuja economia depende da agricultura. Serão beneficiados, sobretudo, países pobres da África e de outros continentes, cuja produção mal sobrevive à competição desleal subsidiada.

As concessões que os países desenvolvidos fizerem no setor agrícola serão a chave para o êxito daquela que foi batizada como a “Rodada do Desenvolvimento”. Só assim terá expressão concreta a vontade geral de avançar em um tema essencial para os países do Sul e que permaneceu intocado nas rodadas de negociação anteriores. Para o devido enquadramento das negociações na área agrícola, foi um passo importante o acordo (framework) que o G-20, sob a coordenação do Brasil, conseguiu negociar em Genebra, em julho de 2004 – em termos bem mais equilibrados do que os do texto que pautara a reunião de Cancún, em agosto de 2003.

Nas negociações regionais da Alca e nas inter-regionais, entre o Mercosul e a UE, temos procurado avaliar o interesse nacional de uma perspectiva mais ampla, sem precipitações, nem dilações artificiais. Nunca é demais repetir que só fecharemos um acordo se este for um bom acordo para o Brasil. E um bom acordo não pode servir apenas aos interesses imediatos deste ou daquele setor produtivo, mas, sim, contribuir para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira. A idéia de que países em desenvolvimento dispõem de escassa margem de manobra, e que a eles caberia apenas decidir se querem ou não aderir ao que é proposto pelos países desenvolvidos não se sustenta mais, depois de Cancún e Genebra.

Temos clareza de que não podemos comprometer a faculdade do Estado de adotar políticas industriais, tecnológicas, ambientais. A experiência brasileira de participação nas rodadas anteriores do Gatt e do início da OMC serve de alerta

para eventuais concessões cujas conseqüências potencialmente danosas só se farão sentir muitos anos depois.

Segundo cálculos do Ipea, se o acordo Mercosul-UE tivesse sido fechado nas bases propostas, em 2004, pelos europeus, os ganhos da Europa superariam em quase 50% os ganhos do Brasil. Tanto o governo, quanto as entidades de representação empresarial fizeram uma cautelosa avaliação da oferta européia. Havia, por exemplo, clara preocupação da Confederação Nacional da Indústria com drawback e regras de origem, bem como dificuldades na área de serviços financeiros. Por outro lado, a oferta da União Européia em produtos agropecuários, limitada a cotas, era altamente insuficiente. Seguimos comprometidos com a continuidade das negociações com a UE em 2005, em busca de bases mais favoráveis e equilibradas. Afinal de contas, a associação inter-regional é considerada estratégica pelos dois lados, que buscam relações internacionais baseadas na multipolaridade, nos campos econômico e político.

No tocante à Alca, chegamos, em Miami, no final de 2003, a um importante entendimento para a reestruturação das negociações. O ano eleitoral nos EUA acabou dificultando o avanço nas negociações. Apesar de não haverem sido concluídos as negociações da Alca ou o acordo com a UE, nosso comércio com os Estados Unidos e a Europa só tem aumentado. Nosso comércio exterior tem-se ampliado de forma global, ainda que em proporção maior para alguns mercados, como é o caso, sem paralelo (aliás, não só para o Brasil), da China.

O comércio brasileiro com a China chega hoje a 8 bilhões de dólares e poderá mais do que duplicar nos próximos cinco anos. Nossa parceria estratégica consolida-se. Em retribuição à visita do Presidente Lula à China, o Presidente Hu veio ao Brasil, em novembro passado, quando foram assinados diversos acordos em áreas que vão do comércio ao combate ao crime organizado, passando por ciência e tecnologia, infra-estrutura e turismo. Continuamos

com o bem sucedido programa de construção e lançamento conjunto de satélites.

A Rússia também é um parceiro de grande potencial. Só em 2004 exportamos 500 mil toneladas de carnes para aquele país. O comércio bilateral, de cerca de 2 bilhões de dólares, foi, no ano passado, o maior na história de nossas relações. A visita do Presidente Putin – a primeira de um chefe de Estado russo ao Brasil – abriu campos promissores de colaboração nas áreas espacial, tecnológica e energética.

No que tange à aproximação comercial com países em desenvolvimento de diversas regiões, finalizamos, junto com o Mercosul, acordos com a Índia e a União Aduaneira da África Austral, a qual inclui a República da África do Sul. Estão em curso, também, múltiplas negociações com parceiros tão diferentes quanto o México, o Sistema de Integração Centro-Americano, a Comunidade dos Países do Caribe (Caricom), o Egito, o Marrocos, o Conselho de Cooperação do Golfo e membros em desenvolvimento da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. No mesmo espírito, no contexto da XI Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), realizada em São Paulo, em junho de 2004, examinaram-se as possibilidades de lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais no âmbito do Sistema Geral de Preferências entre Países em Desenvolvimento (SGPC).

A erradicação da fome e da pobreza é uma prioridade das agendas interna e externa do governo Lula. Temos clareza em relação aos vínculos desses males com as assimetrias do sistema de comércio internacional. Apenas para citar um dado, o Banco Mundial estima que uma efetiva liberalização do comércio agrícola poderia gerar cerca de US\$ 200 bilhões de renda global adicional, o suficiente para retirar mais de 500 milhões de pessoas da situação de pobreza.

Paralelamente aos esforços no campo comercial, é preciso reduzir o déficit que hoje existe

no financiamento ao desenvolvimento. Os progressos nesse campo têm sido lentos e desiguais, e a pobreza continua a crescer, principalmente nos países africanos. São poucos os países desenvolvidos comprometidos com o objetivo de canalizar 0,7 de seu PIB à assistência oficial ao desenvolvimento (AOD). Seria irrealista supor que os atuais recursos em AOD venham a aumentar significativamente a curto ou médio prazo. Não se trata apenas de dar assistência, é claro. Por um lado, os países pobres devem melhorar suas condições gerais de governança, inclusive no que tange à maneira pela qual os recursos de cooperação são geridos e gastos; por outro, os países desenvolvidos devem colaborar também por meio de maior acesso a seus mercados, da promoção de investimentos diretos e do alívio da dívida externa.

Com o propósito de colocar a questão da fome e da pobreza no centro da agenda internacional, o Presidente Lula convocou, em setembro último, juntamente com seus homólogos da França, do Chile e da Espanha, com o apoio do Secretário-Geral da ONU, uma reunião em Nova York da qual participaram mais de cinquenta chefes de Estado e de Governo. Na ocasião, foram apresentados diversos mecanismos inovadores de financiamento do desenvolvimento. Não propusemos nenhum deles como solução única ou definitiva. Abrimos um leque de opções dirigidas a diferentes atores – governos, setor privado, indivíduos. Queremos resolver o problema global do financiamento, o que não poderá ser feito apenas com esforços nacionais. A partir da reunião de Nova York, intensificamos esforços no âmbito das Nações Unidas e de outras instâncias, como o Banco Mundial e o FMI, para que os mecanismos sejam considerados com seriedade e urgência, à luz, inclusive, da avaliação que será feita, em 2005, da implementação das Metas do Milênio.

O fortalecimento da cooperação internacional nos mais diversos campos constitui um dos grandes desafios do presente. O mundo vive ainda sob o impacto da intervenção no Iraque, que, realizada sem

o devido respaldo do Conselho de Segurança, teve sérias repercussões para as Nações Unidas. O Brasil procurou contribuir para um encaminhamento pacífico da questão. O Presidente Lula realizou esforços pessoais, em contatos com o Secretário-Geral Kofi Annan e outras lideranças, inclusive o Papa João Paulo II, para manifestar o sentimento nacional contrário à guerra. Entre as numerosas vítimas da guerra, está o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que honrou o País pelo exemplo de toda uma vida dedicada às Nações Unidas, à causa da paz e do diálogo entre as nações. Mais recentemente, temos envidado esforços para a libertação do engenheiro João José Vasconcelos, seqüestrado em Bagdá.

O Brasil reconhece os riscos reais, para toda a humanidade, de uma intensificação de ameaças como o terrorismo internacional e a proliferação de armas de destruição em massa. Com a consciência de que é preciso, a um só tempo, revitalizar os instrumentos multilaterais e encontrar meios para enfrentar as ameaças contemporâneas, apoiamos os esforços do Secretário-Geral das Nações Unidas de convocar um Painel de Alto Nível para examinar respostas a essas ameaças e encarar o desafio da mudança.

Esse desafio pressupõe uma reforma dos mecanismos de concertação internacional em matéria de paz e segurança. Não é de hoje que se evidenciam os desequilíbrios e limitações da estrutura decisória do Conselho de Segurança da ONU, que já não refletem a realidade contemporânea, a começar pelo fato de que o número de Estados Membros é quase quatro vezes maior do que os Estados fundadores. A situação atual do Conselho expõe, com efeito, um grave e crescente descompasso: a expansão das atribuições do órgão para tratar de temas como terrorismo e não-proliferação, sem a contrapartida da revisão dos desequilíbrios em sua representatividade, tenderia a agravar os questionamentos que se fazem a respeito de suas ações (ou inação) e comprometer-lhes a eficácia.

É nesse contexto que se coloca a aspiração

do Brasil a um Conselho de Segurança ampliado, que conte com novos membros, permanentes e não permanentes, com a presença de países em desenvolvimento nas duas categorias. O Brasil já indicou sua disposição de assumir as suas responsabilidades como membro permanente, ao lado de outros países igualmente capazes de agir em nível global e contribuir para a paz e a segurança internacional.

Nos últimos meses, houve nítido progresso nas discussões sobre o assunto, e emerge uma maioria de países favoráveis a uma reforma do Conselho de Segurança que inclua países desenvolvidos e em desenvolvimento como novos membros permanentes. Fator importante para essa aceleração foi, sem dúvida, a união de Brasil, Índia, Alemanha e Japão (o grupo conhecido como G-4) para a coordenação de posições e apoio mútuo às respectivas candidaturas a um assento permanente no Conselho. Países africanos terão naturalmente que ser incluídos. Significativa terá sido a decisão da União Africana em favor da ampliação nos moldes da chamada “opção A”, abandonando o conceito de rotação. Há um movimento, impulsionado pelo próprio Secretário-Geral, para que a questão da reforma chegue a um desfecho ainda em 2005, quando se completam sessenta anos de criação das Nações Unidas.

O Brasil deseja um Conselho de Segurança ampliado, no qual possamos defender um enfoque da segurança com base nos vínculos entre paz, desenvolvimento e justiça social. Um Conselho mais representativo, legítimo e eficaz poderá, também, dar um impulso renovado ao tratamento mais equilibrado das questões que maior impacto têm sobre a paz e segurança internacional, entre elas a do Oriente Médio e, particularmente, as chamadas novas ameaças: terrorismo, tráfico de armas e de drogas, proliferação de armas de destruição em massa.

O conjunto de iniciativas do governo na área externa, acima apresentado de forma resumida, revela a disposição do Brasil de contribuir ativamente para

a construção da paz e da segurança entre as nações, a partir de uma visão que privilegia o desenvolvimento econômico com justiça social. Nesse espírito, o governo do Presidente Lula continuará a trabalhar para que os benefícios gerados pelo progresso sejam mais amplamente disseminados e que os valores da democracia e da justiça social sejam parte da realidade cotidiana da maioria da população mundial.

**“O dia 30 de novembro e a amizade Brasil e Argentina”.**

*Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, e do Chanceler Rafael Bielsa, da Argentina. Jornal Folha de São Paulo, 30/11/2005*

A aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina não é um imperativo do destino, mas sim um projeto político de extraordinária importância para as duas nações.

Na história das relações entre nossos países, foi preciso percorrer um longo caminho para superar as rivalidades – mais artificiais que reais – e instalar definitivamente a amizade como princípio ordenador do vínculo bilateral. A Declaração de Iguazu, firmada pelos presidentes Sarney e Alfonsín no dia 30 de novembro de 1985, constitui um marco nesse processo de aproximação e de construção da amizade.

A construção de uma paz sólida e duradoura, a afirmação dos laços de amizade e cooperação e a consolidação, nos dois lados da fronteira, das democracias recém-recuperadas são fruto daquele acontecimento histórico. A conformação do Mercosul – o mais promissor entre os projetos de integração regional de que tenhamos participado – materializa o sentido daqueles acordos: muito mais que um mero acordo comercial, o bloco constitui um projeto audacioso e efetivo, orientado para o desenvolvimento de nossas economias e para o fortalecimento da capacidade dos dois Estados de conduzir um processo de melhoria da qualidade de vida de nossos povos. O Mercosul é, hoje, um fator

de estabilidade democrática no âmbito regional e irradia poderosa força de atração a toda a América do Sul.

Neste dia 30 de novembro, 20 anos depois da Declaração de Iguazu, os presidentes Lula e Kirchner voltam a reunir-se. Será oportunidade para firmar novos e ambiciosos acordos de complementação nas mais diversas áreas de interesse comum.

Essas duas décadas demonstraram que as diferenças, baseadas em interesses legítimos, encontram solução em um marco de diálogo e disposição mútua de avançar, cada vez mais, na construção de uma integração plena, uma maior articulação produtiva, uma sólida base institucional.

Ao comemorar a amizade entre nossos países, celebramos o muito que já se avançou e olhamos para o futuro, sem deixar de reconhecer a necessidade de seguir trabalhando quotidianamente. A base desse esforço é a convicção de que nossa relação, mais do que estratégica, é verdadeiramente imprescindível.

Haverá outras relações estratégicas, mas a associação Brasil-Argentina é o eixo central do processo de integração sul-americana, fator decisivo de coesão e cooperação regional. Essa associação é, também, um instrumento-chave para alcançar o desenvolvimento econômico e social de nossas nações e melhorar a vida de nossos povos.

O Brasil e a Argentina acumularam, nestes anos, um considerável capital de confiança mútua, que permite uma coordenação ativa de suas ações no plano internacional. A Cúpula das Américas, realizada recentemente na cidade argentina de Mar del Plata, demonstrou os benefícios da coordenação bilateral e no âmbito do Mercosul.

A relação entre o Brasil e a Argentina é imprescindível para que, nesta parte do mundo, o sonho de um futuro economicamente próspero e socialmente justo se torne realidade tangível para todos. Se conseguirmos fortalecer ainda mais essa relação, não apenas teremos alcançado um propósito

que corresponde a nossos interesses nacionais mas teremos, também, dado uma valiosa contribuição à consolidação do Mercosul e à aceleração do processo de integração sul-americana.

Celso Amorim é ministro das Relações Exteriores do Brasil e Rafael Bielsa é chanceler demissionário da Argentina.

### **“Unfinished Business”**

*Artigo do Ministro Celso Amorim publicado no International Herald Tribune, 10/12/2005*

The remark by the French statesman Georges Clemenceau that war is too important to be left to the generals could be applied to the Doha round of world trade talks as we approach next week's Hong Kong ministerial meeting.

That was the reasoning behind the suggestion made last week by Brazil's president, Luiz Inácio Lula da Silva, to Britain's prime minister, Tony Blair: that a conference of world leaders be convened in order to give new impetus to WTO negotiations. The present deadlock in trade talks demands the vision and commitment that could perhaps only be achieved through the personal engagement of heads of state and government.

Fortunately trade is no longer cause for war, but it still affects the lives of millions of people and can be a matter of life and death, particularly in poor countries. International trade can be a fundamental tool for raising standards of living, improving income distribution and combating poverty and hunger. It can lead to the promotion of peace and security and even contribute to the fight against terrorism.

Almost 60 years ago, world leaders decided to include trade in the multilateral agenda. The creation of the General Agreement on Tariffs and Trade, and successive rounds of negotiation, led to an unprecedented liberalization in the international flow of industrial goods, which, in turn, became one of the main drivers of global economic growth. But this growth was uneven. Most notably, gains were very limited for poor countries that are heavily dependent

on agriculture.

The Doha development agenda was meant to address the unfinished business of the previous rounds, by correcting the ever-growing gap between rich and poor nations and the gap in the existing trade rules for industrial and agricultural goods. One gap compounds the other. The central idea behind the Doha agenda is to redress the development deficit in world trade, by allowing developing countries to benefit from their comparative advantages, most of all in agriculture.

The successful conclusion of the Doha round will depend on credible and courageous moves from all parties. Brazil is ready to do its part in the hopes that others will do the same. Together with our partners in South America's Mercosur trade group, we have expressed our willingness to offer duty free and quota free access for products coming from least developed countries, especially from Africa and Latin America.

The Group of 20 has tabled comprehensive, balanced proposals that are ambitious and realistic. Their legitimacy stems from the G-20's diversity: large agricultural exporters, countries that rely on family agriculture and least developed countries.

The ball is now in the other court. The United States presented an important, although insufficient, offer in domestic support, which was not matched by the European Union response in market access. The logic of the negotiations requires that a more significant move be made in this area, in which the EU has a special responsibility.

The major economies, which are responsible for the greatest distortions in agricultural trade, must show the political will necessary to bridge the wide differences that still exist in the negotiations. They cannot expect more concessions in industrial goods and services from developing countries than what they are willing to offer in agriculture.

As Blair said, agriculture accounts for only 2 percent of employment in the richest countries. Furthermore, billions of dollars in subsidies, and other trade barriers in agriculture, benefit mostly a few

privileged individuals and companies in developed countries, to the detriment of their own consumers and of the farmers of poor nations worldwide.

The elimination of such distorting practices is essential for progress of developing countries and of the world economy as a whole. We cannot abandon the level of ambition of Doha and accept a trade round on the cheap. The world cannot wait another 20 years for a true reform of agricultural trade. That is why a bad agreement would be worse than no agreement.

Many of us had hoped to define the outline of our agreement in Hong Kong. At the very least, we should aim at a credible date for total elimination of export subsidies and equivalent forms of support. This now seems uncertain. But we have to continue our fight against subsidies and other trade-distorting practices for as long as it takes.

Two hundred years of social progress were unable to erase the last remnants of feudalism and other forms of privileges that still prevail in agricultural production and trade. This constitutes the real unfinished business we have to address.

### **“Os avanços de Hong Kong”**

*Artigo do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado no jornal Folha de São Paulo. São Paulo, 26/12/2005*

Ao partir para Hong Kong, não tinha maiores expectativas a respeito do que seria possível obter na Conferência Ministerial da OMC. Nas reuniões preparatórias de que havia participado em Genebra e em outras cidades com os principais atores envolvidos (EUA, UE, Índia, Austrália e Japão), ficara-me claro que as possibilidades de avanço nas áreas centrais da negociação eram limitadas. Sabia, contudo, que havia espaço para progressos “pelos flancos”, os quais contribuiriam para o cumprimento do mandato da Rodada de Doha até o final de 2006.

O resultado foi até mais positivo do que esperava, atendendo aos interesses brasileiros, tanto em setores nos quais temos maiores vantagens

comparativas, como agricultura, como naqueles em que procuramos preservar espaço para políticas de desenvolvimento, como indústria e serviços.

A definição de uma data para a eliminação dos subsídios às exportações foi um ganho efetivo, fruto em boa parte da atuação do Brasil e do G-20, a ser celebrado por todos os que desejam mais justiça e menos distorção no comércio agrícola.

A absoluta maioria dos países pretendia fixar o ano de 2010 como prazo para o fim dessas medidas. Alguns dos parceiros comerciais importantes, entretanto, não admitiam referência a datas, alegando dificuldades de estabelecer paralelismo com outras formas de apoio à exportação. No último dia da Conferência, acordou-se o ano de 2013 para a total eliminação, com substancial redução dos subsídios já na primeira metade do período de implementação, ou seja, por volta de 2010.

Mais do que simbólico, esse acordo representou compromisso importante, que beneficiará grande número de países em desenvolvimento.

Ainda na área agrícola, logramos significativo avanço no tocante aos subsídios internos que distorcem o comércio, mediante compromisso de redução do valor global que vá além do mero somatório de seus componentes (as chamadas “caixas”). Também as “disciplinas”, já previstas no acordo de julho de 2004, deverão agora propiciar reduções reais em relação ao efetivamente despendido.

Pela primeira vez, um texto sobre subsídios internos consagrou a expressão “cortes efetivos”, por oposição ao conceito de redução do que é “permitido”. Trocando em miúdos, os países deverão “cortar na própria carne”, e não apenas “eliminar a água” (diferença entre o permitido e o aplicado), no jargão da OMC.

Em matéria de acesso a mercados para produtos agrícolas, alcançamos avanços técnicos que facilitarão a convergência em torno das posições que sustentamos, estipulando, por exemplo, tratamento

diferenciado entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Com relação ao setor industrial, em que a preservação de espaço de política é fundamental, a adoção da “fórmula suíça” com mais de um coeficiente (não se dizem quantos) dá margem a várias hipóteses. Isso permitirá ao Brasil e a outros países em desenvolvimento somente decidir se aceitam ou não esquemas mais ambiciosos depois que ficar claro qual será o real valor da oferta dos países desenvolvidos, sobretudo em agricultura.

No mesmo sentido, a conferência propiciou, pela primeira vez, a criação de vínculo explícito de proporcionalidade entre os cortes tarifários em produtos agrícolas e industriais, o que assegura o equilíbrio das negociações.

Quanto à área de serviços, manteve-se a estrutura do Acordo de Serviços da Rodada Uruguai (Gats), que garante a necessária flexibilidade para o processo negociador, levando em conta os interesses dos países em desenvolvimento.

Dois importantes passos foram dados nas questões de desenvolvimento: o compromisso de proporcionar amplo acesso a mercado, livre de cotas e tarifas, para os países mais pobres e a eliminação, em 2006, dos subsídios à exportação no caso do algodão, de interesse direto de nações africanas e do Brasil.

A Conferência de Hong Kong consolidou a percepção de que o G-20, coordenado pelo Brasil, tornou-se elemento de importância sistêmica nas negociações da OMC. O G-20 manteve a unidade, encontrando força na própria diversidade de seus integrantes. Foi, ainda, fator catalisador para a aproximação com todos os outros grupos de países em desenvolvimento, e não apenas nos temas agrícolas, o que se refletiu em inédito esforço de coordenação nas reuniões restritas, decisivas para a conferência.

Nada disso seria possível sem uma política externa que busca permanentemente universalizar o nosso relacionamento, sem prejuízo dos tradicionais

parceiros. Os passos importantes em direção à integração sul-americana, iniciativas como o Ibas, que reúne Brasil, Índia e África do Sul, visitas presidenciais, missões e, em geral, o fortalecimento da cooperação com grande número de países nas mais variadas áreas criaram condições para nossa atuação em Hong Kong.

Ao mesmo tempo, contamos com uma atitude firme de apoio no mais alto nível decisório. O

presidente Lula tem estado pessoalmente empenhado em contribuir para o êxito da Rodada de Doha. É essa postura, a um tempo afirmativa e pragmática, que guia a atuação de nossa diplomacia e permite defender com altivez os interesses do Brasil no cenário internacional.

Celso Amorim, 63, diplomata, é o Ministro das Relações Exteriores. Ocupou a mesma função no governo Itamar Franco.

## ENTREVISTAS

### **Entrevista concedida pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à revista Forbes, em 08 de julho de 2005**

Brazil's President Luiz Inacio Lula da Silva was interviewed via e-mail by Richard C. Morais.

**Forbes:** Based on the tenor of the conversations at the World Economic Forum in Davos earlier this year, and the Doha round of negotiations unfolding, Brazil is in a unique leadership position to influence agriculture trade reform on behalf of developing nations. In Brazil's agricultural circles, however, your government is being criticized for having become preoccupied with social issues and for having lost the momentum on the trade reform debate. Specifically, your government is criticized for not aggressively following up on the cotton and sugar subsidy WTO cases that Brazil won last year. Please explain to us what precisely your government's priorities are in regards to agricultural trade reform?

**President Lula:** The cotton and sugar disputes Brazil won at the WTO are the most visible and publicized cases, but Brazil has been involved in a number of other cases that affect the interests of its agricultural sector, cases related to bananas, poultry, frozen chicken, orange juice, soluble coffee, and apples (as a third party).

Some [cases] are also following up on the cotton and sugar [WTO decisions], since the United States and the European Union are under the obligation to implement the rulings and recommendations of the Dispute Settlement Body. There is still a lot to do with regard to the monitoring and enforcement of those recommendations.

Also, the dispute on frozen salted chicken cuts is now entering the appeal phase. Brazil is also

actively pursuing its agricultural negotiating objectives in the Doha Round, together with the G-20. By the end of this round, we hope to see a real reform of agricultural policies, with the end of export subsidies, substantial reductions in domestic support and significant improvements in market access.

**Forbes:** Property rights enforceable through a relatively efficient judicial system are the bedrocks of modern societies. Societies that do not enforce this concept-even those with great economic potential-are forever damned to the under performing economic half of the globe. Traveling through Brazil, it was clear to me that your country suffers terribly and unnecessarily because of murky property rights-a curse that bedevils the poor and rich alike-a nebulous environment that encourages the country's worst criminal elements. Why have successive governments in Brazil failed to tackle this issue? What is your government doing to address this deep-rooted problem?

**President Lula:** Property rights and rural land ownership issues have never been completely resolved in Brazil-and this is a historic liability that our government needs to deal with. Agrarian reform was never completed in our country. Even today, in the 21<sup>st</sup> century, in hard-to-reach farms in the interior, there is still exploitation of slave labor, which cannot be tolerated. This has resulted from a process of unequal and unfair modernization. It is more than a mere coincidence that today Brazil is one of the 15 largest economies in the world, yet has the second worst income distribution on the planet. We have taken strong actions to change this situation. We have been peacefully and productively promoting an efficient agrarian reform program. Within our Ministry of Labor and Employment, we established a program

to combat slave labor that has received praise from around the world. To combat the problem of what you called a “nebulous” legal environment with “murky property rights”, in March 2004 we launched the National Program to Register Land and Document Rural Land Ownership, which will establish a satellite monitoring system to improve the efficiency and effectiveness of the procedures for identifying and regulating all of Brazil’s national territory. We have also worked forcefully to establish environmental policies that are economically and ecologically sustainable.

Through such approaches, since I took office, we have already demarcated eight million hectares as forest Conservation Units, meeting our target far ahead of the schedule we had agreed on with international organizations for 2007. Establishing a clear legal framework for Brazil’s national territory will tend to reduce rural land conflicts significantly, while stimulating productivity and reducing social exclusion in rural areas, without putting at risk the natural resources that belong to future generations of Brazilians.

We are fully aware of how important this is for Brazil’s economic development: agribusiness has been one of the primary sectors responsible for Brazil’s record-setting exports last year, which surpassed the \$100 billion mark. That success resulted from combining well-integrated public policies aimed at both agricultural entrepreneurs and family farmers. In our view, there is no incompatibility between the policies aimed at these two sectors, but rather a perfect marriage between economic development and social justice, which is the primary goal of my government.

### **Palavras do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Conferência de imprensa em Paris em 15 de julho de 2005**

Quero cumprimentar os representantes do Governo francês e quero, outra vez, de público, agradecer o carinho e a gentileza com que o governo francês e o povo francês trataram a mim e a minha delegação.

Foi gratificante participar do 14 de Julho, participar do show – uma verdadeira tomada da Bastilha pelos artistas brasileiros –, assistir à queima de fogos na torre Eiffel e saber que o Brasil, cada vez mais, desperta interesse na França e que os brasileiros têm interesse pela França.

Alguns assuntos que discutimos já estão em franco andamento. A questão do Haiti é um tema que interessa à França e ao Brasil, e tenho dito ao Presidente Chirac que só vamos garantir o processo democrático no Haiti quando criarmos as condições para o Haiti se desenvolver. Daí ser necessária a ajuda financeira dos países mais ricos, para que possamos não apenas fazer eleições no Haiti, mas consolidar uma política de recuperação do país. Caso contrário, a democracia não resistirá à miséria absoluta que existe no Haiti.

Somos agradecidos ao Presidente Chirac pelo comportamento da França e pela decisão do país, não só de apoiar a reforma no Conselho de Segurança da ONU, como pelo apoio firme que tem dado ao Brasil. Somos agradecidos ao Presidente Chirac por ser um parceiro de primeira hora na luta pelo combate à fome. Ele tem participado, e a França tem estado representada em todos os eventos que fazemos para discutir formas para combater a fome no mundo.

Acabamos de discutir a necessidade de criarmos as condições de França e Brasil, juntos, criarem um grupo de trabalho para que possamos pensar políticas para a África. A intenção é a de não apenas pensar projetos de desenvolvimento da África, mas também incluir parceiros de outros países ricos que possam contribuir no financiamento de projetos que garantam que a África tenha um maior desenvolvimento.

Ditas estas palavras, quero dizer que vamos assinar acordos, como disse o Presidente Chirac, sobre materiais de serviço em nome da aeronáutica militar, aviões, a construção da ponte (entre o Brasil e a Guiana Francesa), a questão de tecnologias avançadas na área espacial, na área do biocombustível. Ainda vamos convencer os franceses

de que o etanol é a grande saída para um combustível alternativo. Queremos que a França seja nossa parceira na produção do biodiesel, afinal de contas, as indústrias automobilísticas francesas estão no Brasil fazendo experiências na construção de motores a biodiesel. O mundo caminha para não ficar dependente de um combustível fóssil. Além disso, achamos que o combustível renovável gera mais emprego, gera crédito de carbono para os países pobres, mais riqueza e mais independência para todos nós. Queremos discutir com a França, fortemente, a questão do biodiesel, a questão do etanol.

Todo mundo sabe que Brasil e França são dois países irmãos e que temos uma grande divergência, não porque perdemos a Copa do Mundo de 98, até porque já ganhamos outra depois disso, mas porque a toda hora que discutimos a questão dos subsídios agrícolas, os franceses dizem o que pensam. Digo sempre: os franceses pensam na sua situação política e econômica. Mas nós, no Brasil, vamos continuar na OMC, fazendo gestão para que a Europa e os Estados Unidos possam fazer concessões que favoreçam os países mais pobres.

Quando, Presidente Chirac, ganhamos na OMC a questão do algodão, o maior beneficiado não foi o Brasil, mas alguns países africanos que têm no algodão a base principal de sua economia. Acredito que uma maneira de pagarmos a dívida que grande parte da humanidade tem com os países africanos é criar as condições para que eles possam crescer economicamente, em função daquilo que eles podem produzir em agricultura. É um aspecto importante para alguns países africanos.

Queria dizer, na verdade repetir, algo que disse ontem: depois deste ano, no qual a França permite que o Brasil ocupe as suas esquinas, os seus teatros, as suas praças, as suas lojas, os seus jornais, as suas televisões, a relação entre França e Brasil, daqui para frente, será outra.

Muito além do interesse do Presidente do Brasil e do Presidente da França, porque somos passageiros, acredito que há uma consciência crescente no povo

francês e no povo brasileiro de que poderemos fazer muito mais se acreditarmos mais nas nossas relações. Ter uma balança comercial de apenas 4 bilhões de dólares é pouco para um país do tamanho da França e para um país do tamanho do Brasil.

Espero que, com a ponte e com os dois parques que vamos fazer do lado da Guiana e do lado do Amapá – no Oiapoque – muitos turistas de outros países que vêm para a França e que estão preocupados em viajar para conhecer a biodiversidade da Amazônia, possam ir à Guiana, e da Guiana, utilizando a ponte que pretendemos inaugurar, visitar o Amapá. Vamos poder desenvolver essas duas regiões com mais rapidez e com muito mais disposição. Estou convencido de que a construção da ponte será, para a história da França e para a história do Brasil, um passo extremamente importante, porque estabelece uma ligação direta, nos 700 quilômetros de fronteira, do Brasil com um dos países mais importantes da Europa e também liga um país da Europa com o mais importante país da América do Sul. Portanto, acho que juntou a fome com a vontade de comer, basta que tenhamos disposição de fazer essas coisas acontecerem. Acho que o passo que estamos dando é um passo extremamente importante.

Tenho dito para muitas pessoas que o mundo caminha de forma muito rápida e que não podemos permitir que no século XXI sejam cometidos os mesmos erros que foram cometidos no século XX. Que a história sirva para permitir que avancemos nas nossas relações. Neste mundo globalizado, em que as grandes potências econômicas têm um certo domínio, o Brasil tenta, junto com outros parceiros, criar condições de igualdade. Criamos fóruns multilaterais, como é o caso do G-20, que permite ao Brasil chegar na OMC com um pouco mais de força, um pouco mais de garra e, quem sabe, isso vá sensibilizando os governos dos países mais ricos e, daqui a pouco, estaremos também com uma relação comercial mais equânime, mais justa, para permitir que todos sobrevivam.

Quero dizer, Presidente Chirac, que daqui a duas horas ou duas horas e meia, estarei regressando ao Brasil e volto com a alma feliz de perceber que Brasil e França deram um passo extremamente importante.

Não poderia terminar sem agradecer às pessoas que trabalharam para isso. As pessoas que se dedicaram do lado francês para que neste ano o Brasil tivesse sucesso. As pessoas que trabalharam do lado brasileiro, o nosso Embaixador, o nosso Ministério das Relações Exteriores, o nosso querido Gilberto Gil, que acreditou nisso o tempo inteiro, que ficava brigando, às vezes, por pouco dinheiro para que pudéssemos acreditar. Não pense que foi uma decisão fácil trazer os nossos militares aqui porque tudo isso custa pouco dinheiro. Mas o pouco dinheiro, para nós, significa muito. Mas fiquei extremamente orgulhoso porque aquela Banda dos Fuzileiros Navais que o senhor viu desfilar ali é uma das melhores do mundo, tem ganho prêmios. É uma pena que seja proibido, em Paris, acrobacias, porque aqueles nossos pilotos são mestres, são motivo de orgulho. Lá em Brasília ainda não proibimos e eles passam em cima das nossas cabeças a toda hora. Quando dizem que Deus é brasileiro, nunca aconteceu um acidente, e Deus queira que não aconteça.

Quero agradecer aos brasileiros que trabalharam para que este ano fosse o que foi. Penso que a alegria do povo, estampada na rua, é uma demonstração de que o Oceano Atlântico não nos dividirá – quem sabe, ele seja uma extensão da nossa relação humana. Acredito que o mundo está ficando menor e, portanto, temos que ser mais humanos, mais solidários, mais generosos, e acho que a França pode, como consciência política da Europa, ajudar para que mais países acreditem nisso e trabalhem para que possamos ajudar aqueles que não tiveram a mesma sorte e que ainda estão vivendo situações de atraso.

Portanto, Presidente Chirac, de coração, mais uma vez obrigado pelo tratamento que dedicaram a mim e ao povo brasileiro que tem, esses dias, frequentado Paris e a França.

Dito isso, só posso dizer: “merci”.

### **Coletiva de Imprensa do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim e do Secretário do Exterior do Reino Unido, Jack Straw (Londres, Inglaterra, em 25 de julho de 2005)**

**Jack Straw:** Ladies and Gentlemen, this is a sombre occasion. I have been very pleased, of course, to welcome the Foreign Minister of Brazil, Celso Amorim, to a meeting which we have just held. I profoundly regret the circumstances in which we have had to hold this meeting which was to discuss the death of the Brazilian citizen, Jean-Charles de Menezes, at Stockwell Underground Station last Friday.

Sir Ian Blair, the Commissioner of Police in London, has already apologised to the family, to the Brazilian people and to the Brazilian Government for what happened, and I have repeated that and said how deeply I regret what happened last Friday and how very, very sorry I am that it has happened, and I would personally, Minister, like to take this opportunity to offer my own condolences to Mr Menezes' family and friends and condolences to the Brazilian Government and people.

As I said to you in our meeting, my own sense of loss is made the more poignant because I happen to live in this area of London. I have lived there for well over 25 years. I go to the local park each year where there is a celebration of Portuguese and Brazilian culture and I don't need therefore to be told about the great contribution that both the Portuguese and the Brazilian communities are making to the life of London.

At our meeting, Minister, I was joined by John Yates, who is the Deputy Assistant Commissioner of Police in London and by Roy Clark, who is the Director of Operations of the Independent Police Complaints Commission. Deputy Assistant Commissioner John Yates repeated the Commissioner's apologies to you. You said that you wished, on behalf of the family, to see fast progress made in respect of the claim for compensation which

is being submitted by the family. I explained to you that this is by law a matter for the Commissioner, but Mr Yates on behalf of the Commissioner said that the claim would be handled sympathetically and quickly.

You raised questions about the release of the body. This is a matter which is partly in the hands of the Independent Police Complaints Commission but ultimately a matter for decision by the Coroner who is the special judge who handles enquiries into deaths like this and Mr. Clark, on behalf of the Independent Police Complaints Commission, said that he would do everything that he could to expedite the release of the body.

I should also say how grateful we have been to you for your, and your government's, support over the years for the fight against terrorism in which we are involved and which indeed the whole of the international community is involved.

Thank you.

**Celso Amorim:** Thank you, maybe if I can say some words in Portuguese because there are some Brazilian press also here.

Queria dizer que estive aqui hoje na sequência do meu encontro de ontem com Lord Triesman. Agradeço a atenção que o Secretário do Exterior, Jack Straw, deu a esse nosso encontro. Tive hoje a ocasião de expressar os mesmos sentimentos que já havia expressado ontem, que são sentimentos de consternação e de perplexidade diante da morte de um brasileiro inocente e pacífico. Recebi, conforme foi dito aqui, pedidos de desculpas – colocaria dessa maneira – das autoridades britânicas. Recebi, também, renovadas garantias de que haverá uma investigação em profundidade sobre as circunstâncias da morte. Evidentemente que nós conhecemos as circunstâncias gerais, mas sobre as mais específicas haverá uma investigação independente. O Secretário Jack Straw lembrou seu próprio papel em criar esta Comissão para queixas ou reclamações relativas à ação da polícia. Isto é importante para que se saiba exatamente as razões do erro, uma vez que o erro já foi admitido.

Tive ocasião de levantar - embora isso seja um assunto naturalmente da família, mas a família tem todo o nosso apoio - duas questões específicas. Uma tem a ver com a questão do retorno do corpo ao Brasil. Lembrei que os familiares, inclusive os pais, são pessoas idosas, humildes, e que é importante que isso ocorra o mais rápido possível. Tive garantias – embora com a ressalva de que não há uma dependência clara do Poder Executivo, se entendo bem – de que isso ocorrerá rapidamente; não há razões para que isso não ocorra rapidamente. Recebi também resposta positiva, na hipótese da família pedir uma segunda autópsia, de que isso também possa ser feito rapidamente.

O outro ponto que mencionei, também lembrado pelo Secretário do Exterior, diz respeito à compensação. Evidentemente, isso não é algo para nós. O Governo brasileiro, expressando a opinião pública brasileira, está chocado, naturalmente, consternado com os eventos, mas, além disso, há esse aspecto específico. Claro que a única coisa que poderia nos dar satisfação é impossível, que seria dar a vida de novo ao Jean Charles. Como isso não é possível, também algum tipo de compensação financeira para a família é importante, em se tratando de pessoas humildes. Claro que isso não diminuirá a consternação, a perplexidade, o choque diante da morte de um inocente, mas, enfim, será uma maneira concreta de expressar esse pedido de desculpas que já foi feito de maneira verbal.

O Secretário já disse aqui que entende que além do pedido de desculpas à família, há também a opinião pública brasileira, que o Governo brasileiro encarna, e isso também foi feito. Creio que agora a nossa preocupação mais imediata é que a família e os familiares que estão aqui continuem a ter todo o apoio. Apoio para que possam acompanhar o caso até o seu desfecho, garantir que o corpo volte ao Brasil o mais rápido possível e examinar essa outra questão da indenização, que, evidentemente, não cabe ao Governo pedir, mas que tendo eu estado hoje também com alguns dos familiares, me senti

obrigado a colocar como uma questão importante, como uma expressão, inclusive, dos sentimentos que foram expressos aqui por mais de uma autoridade britânica e, sobretudo, pelo Secretário.

**Question:** Inaudible

**Jack Straw:** I am just saying I haven't got any precise information about his immigration status here. My understanding is that he was here lawfully.

**Celso Amorim:** A informação que temos, que foi dada ao nosso Consulado, é a de que ele estava aqui legalmente.

**Question:** First of all a question to the Brazilian Foreign Minister. You are obviously under the understanding that he was here legally. Could you give us therefore your reaction to the news that has just come out late this afternoon that Mr. de Menezes was shot a total of 8 times by the Police?

**Celso Amorim:** Well, I am not a police expert and I don't know if 5 times, 8 times, or 10 times make that kind of a difference. Of course we understand the plight that the British people are living after the terrorist attacks and the suicide bombings of 7 July and by chance I had the opportunity to express our shock because the following day I was chairing a meeting in the Brazilian Embassy of the so-called G-4 on the reform of the United Nations, so I was personally the person who spoke on that. Of course we have always stressed, and I did stress today in our conversations, that the matter of combating terrorism has to be done with full respect for human rights, and of course if things happen in the way that apparently they did happen this time, it may play into the hands of terrorists actually because they are disturbing the whole thing.

**Question:** And a question for Mr. Straw. As a part of the wider hunt for these would-be bombers from last Thursday we have the names now of two of the suspects the Police are trying to trace. It would seem -initially anyway...that they wouldn't appear to be from the Pakistani community. Can you confirm if these two men are British-born and if not, or on top of that, can you confirm what other countries you are

liaising with regard to trying to find out about these men?

**Jack Straw:** Detail about suspects is a matter for the Police to issue, not for me, and it would be quite inappropriate if I was trying to add a gloss to information which the Police have released. So far as cooperation with other countries, we are in contact with a wide range of other countries inside the European Union and beyond to enhance the overall fight against terrorism in which we are now all involved.

**Question:** Mr. Amorim, are you satisfied with the response by the British Government to the event?

**Celso Amorim:** Eu vou responder em português. A pergunta é se estou satisfeito com a resposta ou com a reação do Governo Britânico à situação. Creio que só posso dar esta resposta plenamente quando todas as etapas que foram anunciadas aqui estiverem cumpridas, isto é, quando a investigação tenha sido completada e eventuais culpados punidos; se foi um erro, um acidente, ou se foi realmente algo mais; quando as questões relativas à família tiverem sido plenamente atendidas. O que posso dizer é que fui bem recebido, que as minhas gestões foram bem recebidas, que, digamos, o sentimento de choque, de perplexidade e de consternação do povo brasileiro e do Governo brasileiro foi bem recebido e que o fato do Governo britânico ter pedido desculpas pelo que aconteceu demonstra uma atitude positiva. O resto nós veremos à medida que o tempo corra.

**Question:** Mr. Straw how long was intelligence investigating Jean-Charles de Menezes? At what point was it decided that he was a threat to society being a suicide bomber, and who decided that and why?

**Jack Straw:** Can I say that I am not in a position to answer those questions, but those are exactly the questions, amongst others, which will be considered very actively by the Independent Police Complaints Commission and Mr Clark is here as

Director of Operations of that Commission. It may be helpful if I just provide some background to the Independent Police Complaints Commission and that is this, that we have had some system of investigating complaints against the Police for many years, but there was criticism of the system which increased during the early 1990's. When I became the Home Secretary I was determined greatly to strengthen the system for investigating complaints against the Police and to make it more independent. In parallel I set up a Judicial Inquiry into the murder of a young black man called Stephen Lawrence and that Inquiry reinforced proposals which I already had for strengthening the independent investigation of complaints against the Police and that led to legislation, which I introduced, establishing this Commission and I would suggest that the system we now have is amongst the most thorough, and the most independent of any in the world.

**Question:** Doesn't the ... kind of show that maybe the entire policy of shoot to kill, if not wrong of course because there has got to be a quick response to this kind of thing, is a bit too eager and as Minister Amorim said could be shown to the world as ... can be used basically by the guys who are trying to scare all of us?

**Jack Straw:** Well look, on the exact circumstances in which this happened, this is a matter for the independent investigation and you will understand why it would not be fair to the family if I was to start speculating about what happened. All I would say, and I think everybody understands this, is that the introduction of suicide bombing into this country has obviously changed the context of policing as it would in any country at any time. Now the Minister is absolutely right to say that whatever the context, it has to include an observance of human rights at the highest level and the need for proportionality. But whilst in this country we have sadly had long experience of dealing with terrorism, we have not had experience of dealing with this particularly pernicious type of terrorism, random killing in which the bomber themselves are ready to kill themselves.

**Celso Amorim:** Queria dizer uma palavrinha. Primeiro, para nós há dois aspectos, e estou mais concentrado no caso concreto, e o caso concreto, uma vez que não podemos reabilitar a vida de Jean Charles, é a família e as várias circunstâncias, tanto emotivas quanto materiais, que podem beneficiar a família, e as satisfações que o Governo britânico procurou dar nas conversas que tivemos. Este é o caso concreto e a razão imediata de eu estar aqui.

Jack Straw mencionou o fato de que a questão do terrorismo necessita um combate global. Eu acho que sim. Sobre o primeiro aspecto, ainda, queria acrescentar algo, porque os sentimentos que expressei, em nome do povo brasileiro, foram também objeto da minha conversa com o Presidente da República, que tem sido informado durante todo o processo. Inclusive hoje, depois de estar com a família, conversei diretamente com ele. Quanto ao aspecto mais global, não há a menor dúvida de que o terrorismo tem que ser enfrentado globalmente. Mas justamente porque ele tem que ser enfrentado globalmente, acho que temos que trabalhar – e isso não é uma questão que vai ser resolvida hoje, nem amanhã – para que haja normas globais para o combate ao terrorismo, incluindo as normas de proteção aos direitos humanos.

**Question:** Do you know of any specific sum of money he wanted in compensation?

**Celso Amorim:** No. It would not be up to me to deal with this matter.

**Question:** Yes, I understand that. And could I ask Mr. Straw do you have any plans to meet the family?

**Jack Straw:** I would be very happy to meet representatives of the family if they wish to meet me. Of course, it goes without question. And may I say that also applies to Sir Ian Blair and his senior colleagues.

**Question:** Mr. Straw I am sure you were informed of the sequence of events since the time that Mr. Menezes left his home and until the time that he was shot. As you are a member of the government, you must be informed of that. Could you share this with us?

**Jack Straw:** May I say that it is precisely because I am a member of the government I have not been informed of that. It is an independent investigation. This detail is held by the Police and it will now be passed on, if it has not already been passed on, to the Independent Police Complaints Commission. I have not sought to obtain any information about the detail of the operation, nor would it be proper for me to do so until this investigation is complete.

**Celso Amorim:** Queria dizer mais uma coisa. Me desculpem, acho que com isso tenho que partir, porque, se não, não cheguei a tempo. Tenho que estar no Brasil amanhã. Queria dizer mais uma coisa. Primeiro que, tendo vivido aqui no Reino Unido, tenho confiança em que a Comissão Independente fará uma investigação plena, “thorough” como se diz aqui na Inglaterra, uma investigação completa e plena sobre as circunstâncias, e que, se houver culpados, eles serão punidos. Mas quero também dizer, e faço isso publicamente porque o assunto não chegou a ser mencionado, e não tenho dúvida da resposta, que, se ao longo desse processo, caso a família ou o Governo brasileiro tenha dúvidas sobre a Comissão, que nos será dada a oportunidade de colocar estes questionamentos.

**“Isto é uma reforma, e não uma revolução”.**  
*Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim (O Globo, em 13 agosto de 2005)*

Helena Chagas

**BRASÍLIA.** Dos primeiros dias de agosto até o início de setembro, 13 Ministros do Exterior e chefes de Estado e Governo africanos terão passado por Brasília. É o sinal mais concreto de que o Brasil e os outros países do Grupo dos Quatro (Alemanha, Japão e Índia) não jogaram a toalha e continuam trabalhando pela reforma que poderá lhes garantir vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. A derrota no primeiro round — a decisão da União Africana de apoiar proposta diferente da do

G-4 — não desanima o Chanceler Celso Amorim, que continua cabalando votos africanos para chegar aos dois terços necessários na Assembléia-Geral da ONU, em 13 de setembro. Em entrevista ao GLOBO, em que critica a nova bipolarização entre EUA e China, Amorim assegura que a posição africana pode mudar. E que não perdeu o jogo.

**O Globo:** Com a decisão da União Africana de apoiar outro projeto, o Brasil perdeu a chance de ser membro permanente do Conselho de Segurança da ONU?

**Celso Amorim:** De jeito algum. Não jogamos a toalha. Até porque o Brasil não está sozinho nisso. A reforma da ONU é um projeto do G-4 e de 32 outros países que patrocinaram a proposta, entre eles a segunda e a terceira maiores economias do mundo, França e Reino Unido. Não é uma aspiração brasileira tirada do abstrato. Os países da América do Sul também apóiam, com exceção de Argentina e Colômbia.

**O Globo:** Mas a posição da União Africana não jogou por terra as chances do G-4?

**Celso Amorim:** O que é essa posição? A África não se posicionou contra o nosso projeto. Ela fechou posição em torno do projeto deles, que é muito parecido com o nosso, com uma diferença importante, que é o direito a veto dos novos membros permanentes. No nosso, deixamos o veto para um segundo momento. Achamos que isto é uma reforma, e não uma revolução, e tem que ser feita em etapas.

**O Globo:** Esses países estariam traduzindo interesses de EUA e China em inviabilizar a reforma?

**Celso Amorim:** Não acredito que haja má-fé. Alguns países podem ter insistido nessa proposta maximalista para inviabilizar, mas acho que, progressivamente, a grande maioria dos africanos está entendendo que é melhor apoiar outra proposta do que não haver reforma alguma. Eles não disseram não à proposta do G-4. Criaram uma comissão para estudar e vão ter nova reunião no início de setembro. Podem chegar à conclusão de que a deles é inviável e apoiar a do G-4. Pelo menos parte dos países pode

mudar de posição.

**O Globo:** Por isso esse desfile de 13 chefes de Estado e Chanceleres africanos em Brasília?

**Celso Amorim:** Não é por isso, mas é claro que ajuda. O Presidente da Gâmbia disse aqui claramente ser favorável à proposta do G-4. A luta continua.

**O Globo:** Por que a proposta do G-4 é melhor?

**Celso Amorim:** Porque atende a uma necessidade de reforma da ONU. Não é a reforma definitiva. O mundo muda. Em 15 anos, pode haver uma situação diferente. Colocamos uma cláusula de revisão com esse prazo.

**O Globo:** O pleito brasileiro está sendo boicotado na própria região, pela Argentina...

**Celso Amorim:** O Brasil já concordou em ter um argentino em sua delegação na ONU, e temos que deixar claro que os países que entrarem no Conselho estarão representando suas regiões. O país terá que ver uma forma de representar toda a região. Se não, não faz sentido entrar.

**O Globo:** A disputa na ONU deixa clara uma nova bipolarização entre EUA e China?

**Celso Amorim:** É uma coisa que a China sempre criticou na época da URSS. Mas agora parecem estar criando uma nova bipolarização mundial. Deveria haver uma forma de expressarem isso sem que seja a de não permitir a entrada de quatro países no Conselho de Segurança. E tem que ficar claro para esses países que um Conselho mais representativo vai facilitar a implementação das decisões, dará legitimidade para que as decisões sejam seguidas. Fazer a guerra unilateralmente é possível, mas construir a paz é impossível.

**O Globo:** A política externa brasileira está sendo criticada por causa dessa questão do Conselho...

**Celso Amorim:** No Brasil, ocorre uma coisa estranha. Há setores que parecem satisfeitos com fracassos do próprio país. Isso contrasta com a atitude interna dos outros países do G-4, por

exemplo. No Japão, todos, a população, a mídia, fazem campanha para integrar o Conselho. Aqui, não. Mas esse processo, ainda que não se conclua agora, foi fundamental para nós. Com o G-4, o Brasil mudou de patamar na ordem mundial. Traçamos um caminho sem volta.

**“Amorim defende financiamentos e diz que integração é boa para o Brasil” - Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim à Folha de São Paulo, em 14 de agosto de 2005**

Cláudia Trevisan, enviada especial a Brasília  
O Brasil não é a Alemanha, mas pode desempenhar na América do Sul um papel semelhante ao que o país teve na integração europeia. Essa, pelo menos, é a opinião do ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, que defende o financiamento brasileiro a projetos de infra-estrutura nos países vizinhos.

Amorim diz que o governo já aprovou investimentos de US\$ 2 bilhões (R\$ 4,8 bilhões) para a integração da região e prevê que os valores podem chegar a US\$ 4,4 bilhões (R\$ 10,56 bilhões).

“A integração é útil para o Brasil”, disse Amorim em entrevista concedida à Folha, na quarta-feira, em Brasília.

**Folha:** É possível um país como o Brasil, que tem carências enormes, liderar o processo de integração da infra-estrutura da América do Sul?

**Celso Amorim:** Eu digo sempre, e acho que esse é o pensamento do Presidente Lula, que a integração da América do Sul não é apenas boa para a América do Sul, ela é boa para o Brasil.

Se houver, por exemplo, uma integração melhor no que às vezes é chamado de Arco Norte, que envolve Venezuela, Guiana, Suriname e o Amapá, isso nos ajudará a aproximar o Norte do Nordeste brasileiros. Nós não estamos fazendo isso só por generosidade. A integração é útil para o Brasil.

As rodovias que estão sendo feitas com financiamento parcialmente brasileiro no Peru, por

exemplo, são boas para o Acre, para as populações que estão ali em volta. Não há uma dicotomia.

**Folha:** Em qual estágio esse processo de integração está?

**Celso Amorim:** O que nós estamos fazendo hoje na América do Sul é algo que na América do Norte ocorreu no século 19, que é uma integração do continente. Embora se diga que o Brasil é um país continental, nós não estamos no Pacífico. E a maioria dos países da região não chega ao Atlântico.

Sua pergunta é se já está ocorrendo? Sim, está ocorrendo. Nós temos projetos aprovados ou em execução no nosso e nos outros países de US\$ 2 bilhões e há outros US\$ 2,3 bilhões em negociação. O total é de US\$ 4,4 bilhões.

**Folha:** Por que a integração da América do Sul não ocorreu antes?

**Celso Amorim:** Já ouvi algumas pessoas perguntarem: “Por que nós damos tanta atenção à América do Sul?”. E eu respondo: “Porque nós moramos aqui”.

Sua pergunta é boa porque ela nos remete a uma questão histórica: por que nós não fizemos isso antes? Você tem que olhar para a história. A rigor essa pergunta deveria ser feita aos governantes que antecederam o atual presidente.

O comércio com a América do Sul era visto como secundário do ângulo brasileiro, diante do comércio com os Estados Unidos, a União Européia ou o Japão. A mesma coisa acontecia nos outros países. Ao iniciarmos esse processo de integração, nós fizemos acordo de livre comércio com todos os países da América do Sul.

Os dados do comércio têm revelado um dinamismo formidável. A América do Sul representou 14% do nosso comércio em 2003, um pouco mais de 16% em 2004 e 18% de janeiro a junho deste ano.

É uma participação crescente em um bolo também crescente. Só no ano passado, nosso comércio com a América do Sul cresceu 54%. Neste ano, cresceu quase 40%. E 91% das exportações são de produtos manufaturados.

Isso também explica por que tem havido atenção crescente à integração. É como a Lei de Say: a oferta cria sua própria demanda.

**Folha:** O fato de o Brasil ter a América do Sul como prioridade não se traduziu em apoio da maioria de seus vizinhos a duas das principais pretensões do país no cenário internacional: as disputas pela diretoria geral da OMC (Organização Mundial do Comércio) e a presidência do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

**Celso Amorim:** Candidaturas são candidaturas. Quando nós estamos investindo na integração da América do Sul, nós não estamos comprando votos. Na União Européia, freqüentemente há um candidato francês e um candidato alemão para o mesmo posto.

No caso da OMC, havia uma questão de afirmação de uma certa posição, que era muito ligada ao G-20 [grupo de países em desenvolvimento que negocia em bloco na OMC].

Ela pode não ter sido bem-sucedida, mas teve o mérito de aprofundar o debate na OMC. O G-20, ao contrário de sair enfraquecido, saiu fortalecido. Do ponto de vista dos objetivos da política externa, o Brasil não saiu enfraquecido.

Antes, os ricos se encontravam, decidiam, e depois é que falavam com os outros. Hoje, a conversa envolve Brasil e Índia diretamente. Então, envolve os países em desenvolvimento diretamente.

**Folha:** Mas o fato de o Brasil ter lançado uma candidatura que não recebeu apoio de seus próprios parceiros naturais não colocou em xeque sua liderança no G-20?

**Celso Amorim:** Não estou falando em liderança. Você está falando, mas a resposta vem da prática. Nós fomos agora à China para uma reunião ministerial da OMC, e quem presidiu foi o Brasil. O prestígio do Brasil, para usar uma palavra melhor do que liderança, não foi afetado em nada.

O Brasil não tinha a aspiração de ter a direção geral da OMC para si. Nós queríamos que o G-20 tivesse. Eu disse aos nossos amigos argentinos que,

se houvesse uma candidatura argentina de peso, nós retiraríamos a nossa.

Nós ficamos numa situação em que decidimos fazer um posicionamento político. Nossa candidatura teve esse sentido. Houve outras na história. Ulysses Guimarães foi candidato à Presidência e perdeu, mas foi importante.

**Folha:** E o caso do BID?

**Celso Amorim:** O caso do BID é um pouco mais complexo. O Brasil teve até muito apoio na América do Sul. Não teve integral e não sei, por exemplo, por que alguns países do Mercosul votaram na Colômbia, mas é possível que eles tenham trocado o voto por outra coisa. Eu não sei, não posso julgar.

Acho que a candidatura do Ministro [João] Sayad não foi má. Seria muito difícil derrotar outra candidatura apoiada pelos Estados Unidos [no caso, a do colombiano Luis Alberto Moreno], depois de os Estados Unidos terem perdido na OEA [Organização dos Estados Americanos, para cuja presidência foi eleito o chileno José Miguel Insulza].

Os Estados Unidos perderam a eleição na OEA e perderam para um candidato apoiado pelo Brasil. Por que o Brasil apoiou tanto o Chile naquela ocasião? Porque achamos que era necessário um certo equilíbrio regional.

A OEA é um organismo por natureza desequilibrado, que envolve uma superpotência, outro país desenvolvido, que é o Canadá, e uma porção de países em desenvolvimento. Então, é preciso que a América do Sul esteja presente.

Agora, imaginar que os Estados Unidos iriam perder a OEA e depois não fazer de tudo para ganhar no BID...era difícil.

**Folha:** Na eleição do BID não ficou clara a dificuldade de o Brasil disputar com os Estados Unidos a influência na América do Sul?

**Celso Amorim:** É uma análise que você está fazendo. Se você for analisar a questão da OEA, o candidato não era brasileiro, mas foi apoiado pelo Brasil ostensivamente.

Nós não estamos disputando espaço

necessariamente com os Estados Unidos. Pode ser que haja algum estrategista no Departamento de Estado pensando dessa maneira, não me surpreenderia, mas acho que nós temos que ver a coisa de outra forma. Aqui na América do Sul nós tratamos da integração. A integração não é um processo fácil, não é um processo linear, mas ela está ocorrendo.

Vejo artigos que dizem que o Brasil não está dando prioridade ao Mercosul. Não é verdade. O Brasil tem dado grande importância ao Mercosul. Em termos de comércio, as nossas exportações para a Argentina são recorde.

Agora, a mesma coisa está acontecendo inversamente nas importações? Não está. Então, quando as pessoas dizem, parecendo que descobriram a pólvora, que há uma situação difícil no Mercosul por esse lado, é uma coisa que o próprio Presidente Lula disse.

O Presidente Lula disse na última reunião do Mercosul que há um mal-estar no bloco. Nós temos que desenvolver políticas industriais comuns, trabalhar mais nas cadeias produtivas.

No longo prazo, para o Brasil, interessa que a América do Sul esteja bem, interessa que os países estejam estáveis. Então, temos que comprar mais da Argentina, do Uruguai, do Paraguai.

**Folha:** Mas como?

**Celso Amorim:** Facilitando investimentos nossos lá, criando oportunidades dentro da cadeia produtiva. Como é que se deu na União Européia? Você vai à Espanha ou vai a Portugal hoje em dia, não é a Espanha e Portugal de 1950, 1960.

**Folha:** Mas lá havia a Alemanha, que podia financiar projetos que reduzissem as disparidades regionais.

**Celso Amorim:** O Brasil pode perfeitamente financiar projetos que sejam bons para o Brasil, do qual participem empresas brasileiras, que sejam úteis para a integração física, que tenham repercussão na nossa economia e também sejam bons para esses países.

**“Sob críticas, Amorim defende política externa de Lula” - Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à Agência Reuters em 26 de agosto de 2005**

Por Guido Nejamkis

BARILOCHE, Argentina - O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, defendeu a política externa do governo Lula, duramente criticada pela oposição, e disse que o Brasil prefere competir por posições em órgãos internacionais a ser um espectador passivo.

A atual política externa do Brasil é frequentemente elogiada no exterior, onde o país é reconhecido com um ator global relevante. Pesam nisso as iniciativas brasileiras para dar mais transparência à Organização Mundial do Comércio (OMC) e para melhorar a representatividade do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Internamente, porém, a situação é diferente. Recentemente, em um furioso artigo, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) qualificou de “megalomania” e “fracasso” a política externa do governo petista, críticas que ecoam entre políticos e especialistas no assunto.

Mas, em entrevista à Reuters na noite de quinta-feira, Amorim disse que “quem não compete não se postula, não perde; não perde, mas vê as coisas passarem”. O objetivo do Itamaraty, segundo ele, é “estar à frente junto com outros, não só ficar vendo as coisas passarem pela janela, é sermos protagonistas e defender os princípios nos quais acreditamos”.

As críticas se acentuaram neste ano por causa da derrota de Luiz Felipe de Seixas Corrêa ao cargo de diretor-geral da OMC. Logo depois, João Sayad perdeu para o candidato colombiano Luis Alberto Moreno a eleição para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

“Há pessoas, e não me refiro ao senador Péres, a quem respeito, que às vezes tendem a ver as coisas como se fossem uma partida de futebol, como se fossem uma Copa do Mundo, que termina para quem perde.

Na política exterior não é assim. A gente vai lançando sementes, e as coisas vão germinando, algumas hoje, outras amanhã”, disse Amorim.

“Às vezes muitas pessoas têm um certo imediatismo, e é mais fácil perceber um resultado às vezes eleitoral do que questões de longo prazo”, acrescentou.

O Brasil vem atuando agressivamente na OMC, onde articulou em 2003, na reunião de Cancún (México), o chamado Grupo dos 20 (G-20), junto com países como China, Índia, África do Sul e Argentina, para agir em defesa dos seus interesses comerciais no setor agrícola.

“O G-20 mudou o conteúdo e a forma das negociações na OMC. Fui embaixador ali, cansei de ver que Estados Unidos, Europa, Japão e Canadá resolviam praticamente tudo e depois discutiam algumas poucas vírgulas conosco”, disse Amorim, que está em Bariloche para uma reunião de chanceleres latino-americanos.

“Hoje o quadro é Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia. Isso graças ao G-20 em Cancún. Não tenho a menor dúvida de que os historiadores vão lembrar que a reunião de Cancún foi um marco para as negociações comerciais mundiais.”

O ministro também defendeu a aspiração brasileira a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU, após uma eventual reforma do órgão. Para isso, o Itamaraty se uniu a Índia, Alemanha e Japão, também candidatos, formando o chamado G-4.

A proposta do grupo, cuja discussão foi iniciativa do secretário-geral da ONU, tem a oposição, entre outros, de China e de vários países da África, o que pode inviabilizá-la — possibilidade que também provocou críticas no Brasil.

“Essa questão da reforma da ONU não sei que resultado terá. Espero que seja positivo. Mas posso garantir que a reforma, quando ocorrer, será muito mais justa e equilibrada. Não se podem ver as coisas só no curtíssimo prazo, a história não se faz

de uma vez só”, concluiu o chanceler.

### **Entrevista concedida pelo Ministro Celso Amorim à rede CBN de rádio, em 30 de agosto de 2005**

**Heródoto Barbeiro:** Quem está conosco agora, para conversar com o ouvinte da CBN, é o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Bom dia, Ministro.

**Celso Amorim:** Bom dia.

**Heródoto Barbeiro:** Ministro, quais são as ações mais importantes em que o senhor e o Governo do Presidente Lula se envolvem neste momento no campo internacional?

**Celso Amorim:** Acho que o Governo do Presidente Lula está consolidando muita coisa do que plantou no começo. A integração na América do Sul certamente é uma delas. Deve realizar-se a cúpula da América do Sul no Brasil em setembro. Temos continuado a aproximação intensa com os países africanos. Vamos retomar as negociações Mercosul-União Européia agora no dia 2 de setembro, uma negociação complexa. E continuamos a trabalhar intensamente, por exemplo, na OMC, onde o G-20 – que é um grupo coordenado pelo Brasil, não hesitaria mesmo em dizer liderado pelo Brasil, porque, na realidade, neste caso foi o que ocorreu – tem hoje, segundo opiniões que não são minhas, mas dos jornais internacionais, dos Ministros dos Estados Unidos e da União Européia, um papel central na discussão das negociações comerciais multilaterais. Há outras coisas. Muitas têm de ter continuidade, como a Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul etc.

**Heródoto Barbeiro:** Ministro, como anda aquela gestão para que o Brasil ocupe uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU, na condição de membro permanente?

**Celso Amorim:** Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que este tema não está colocado na agenda das Nações Unidas pelo Brasil – não é que nós sejamos contra; nós apoiamos. Ele foi colocado, há doze anos, pelo Presidente Clinton, quando ele

queria que a Alemanha e o Japão, dois países desenvolvidos, com tantos méritos, entrassem. Mais recentemente, em função da crise no Conselho de Segurança e da própria falta de legitimidade e de apoio ao Conselho, o próprio Secretário-Geral das Nações Unidas lançou um processo de reforma. Dentro deste processo de reforma, está a do Conselho de Segurança. O Brasil encontra-se numa posição em que está junto com a Alemanha, o Japão e a Índia, quer dizer, os dois países mais ricos do mundo depois dos Estados Unidos, com os PIBs mais altos, e o segundo país em população. O quarto desses países é o Brasil. Nós defendemos novos membros permanentes cobrindo as regiões das quais esses países fazem parte e mais dois para a África. Nós estamos avançando. É claro que esses avanços não são como uma partida de futebol, em que você joga um jogo, ganha um outro, terminou e é a final da Copa do Mundo. Essas coisas não são assim. São avanços históricos. O que posso dizer é que, sim, a reforma da ONU ocorrerá. Não sei se será agora, porque há resistências, ou se isso vai ter que demorar mais. Mas nós temos fundadas esperanças de que, sim, pode ser agora. E eu vou lhe dizer por quê: porque nunca nós tivemos uma conjugação de forças tão boa. O projeto do G-4, esses quatro países que eu mencionei, tem o co-patrocinio – co-patrocinio é mais do que apoio, você sabe – de 32 países e apoio de pelo menos uns 80 ou 90 países. E tem o projeto da União Africana, que é muito parecido com o nosso. Então, se prevalecer o bom senso e nós conseguirmos aproximar o nosso projeto do da União Africana, ou vice-versa, temos muita chance de ter os dois terços necessários. Agora, como você sabe, essas coisas são eleições e você não pode saber o resultado até os últimos votos serem contados.

**Heródoto Barbeiro:** Sabe-se que a China vetou essa participação do Brasil...

**Celso Amorim:** Não, a China não pode vetar..

**Heródoto Barbeiro:** ...Ela vai votar contra?

**Celso Amorim:** Ela pode votar contra, mas isso será um voto; vale tanto o voto da China quanto

o voto de Tuvalu ou de Kiribati, ou qualquer outro. É um voto. Ela pode tentar exercer influência sobre outros países. Não sei se ela está fazendo isso, porque disso não tenho provas. O que ela poderá fazer é deixar de ratificar uma emenda se ela não estiver de acordo. Mas, no passado, quando houve outras reformas da Carta da ONU, alguns membros permanentes votaram contra, mas, depois, o próprio fato de que a grande maioria foi a favor fez com que esses países mudassem de idéia. Então, isso não é uma coisa definitiva. Até certo ponto, nós esperávamos que a China pudesse ter um comportamento um pouco mais positivo do que tem, mas respeitamos os interesses deles. Temos que trabalhar pelo nosso interesse e não ficarmos preocupados só com o dos outros. E o interesse nosso não é o Brasil; é o interesse de tornar o Conselho de Segurança mais democrático. O Conselho de Segurança é quem toma as decisões que afetam a paz mundial. Há gente que diz: “olha, isto não tem nada a ver com a gente”. Tem, sim! Quando um brasileiro é fuzilado numa rua de Londres, isto tem a ver com a guerra contra o terrorismo, tem a ver com a invasão do Iraque, tem a ver com uma porção de coisas. Nada do que acontece no mundo nos pode ser indiferente, e o Conselho de Segurança é o centro disso.

**Heródoto Barbeiro:** Ministro, essa crise política pela qual o país está passando tem abalado a imagem do Brasil no exterior, e mesmo a do Presidente Lula?

**Celso Amorim:** Não. Estive lendo aqui algumas notícias internacionais recentemente e uma das coisas também que causam admiração é como a sociedade brasileira, as instituições brasileiras funcionam numa total transparência, numa liberdade de imprensa absoluta. Não vou justificar – longe de mim – coisas que ocorreram, que aliás já estão sendo investigadas e devem ser investigadas até o fim. É isso o que o povo brasileiro espera e é o que a opinião pública internacional também espera. Agora, esses problemas de fundo partidário não são,

infelizmente, privilégio brasileiro. Há muita coisa que tem que ser corrigida, que tem sido corrigida em outros países e espero que este caso nos ajude também a corrigir aqui no Brasil. É um dos aspectos da reforma política. Não vou entrar nisso, porque não é a minha seara, mas é absolutamente indispensável.

**Heródoto Barbeiro:** Os seus colegas têm perguntado para o senhor isso por aí afora?

**Celso Amorim:** Acho que a situação do Brasil é acompanhada com interesse, naturalmente. O Presidente Lula é um figura emblemática internacionalmente, um líder operário que chega ao poder e simboliza uma reforma democrática. Então, alguns – diria que a grande maioria – que simpatizam com ele às vezes vêm com preocupação, porque – embora eu esteja seguro de que passaremos por isto, venceremos e continuaremos a trabalhar pelo futuro do Brasil, que é o que interessa – obviamente isso retira um pouco de energia, desconcentra a energia de algumas áreas; disso não há dúvida, talvez não da área interna, mas na área internacional há um pouco desse reflexo.

**Heródoto Barbeiro:** Ministro, como é que o senhor responde quando alguns críticos da política externa brasileira dizem que nós estamos tentando reviver a chamada “política externa terceiro-mundista” das décadas de 60 e 70?

**Celso Amorim:** Veja bem, primeiro, essa coisa de terceiro-mundismo não tem cabimento, porque hoje em dia não tem primeiro nem segundo mundo. Essas pessoas deviam começar com a revisão de seu vocabulário. O que nós temos hoje são alianças operacionais, que têm sido extremamente valiosas, como no caso do G-20 na OMC, reconhecido por todos, não só pelo Brasil. Foi muito atacado no início, atacado pelos Estados Unidos, atacado por parte da mídia brasileira, inclusive, que não quer ver a gente avançar, mas muito reconhecido no mundo inteiro. Agora, veja, tudo o que nós temos feito é de interesse. As pessoas perguntam: “quais são os resultados? É uma coisa ideológica!” Eu posso

dizer os resultados: todo mundo fala das exportações brasileiras, mas não faz um desglosamento dessas exportações. Quando a gente diz que crescem 30%, é verdade, mas 50% foram para países em desenvolvimento. Se você pegar as estatísticas de janeiro a junho deste ano, entre os 30 maiores importadores brasileiros – portanto, não estou falando de países que cresceram de zero ou de um para dez – os 10 países que mais cresceram são todos países em desenvolvimento. Isso tem um resultado prático. Como me disse outro dia um líder empresarial, “petróleo não jorra na Place des Vosges, manganês não dá na 5ª Avenida”. A gente tem que andar pelo mundo e eu fico muito contente de que os empresários brasileiros têm andado. Nós vemos, por exemplo, que com a Índia, nossas exportações neste último semestre cresceram 223%. Dos países da América do Sul, 4 dos países do Grupo Andino com os quais fizemos acordo estão entre esses 10 que mais cresceram. Então, não há nada de ideológico nisso. Ideológico é quem acha que só têm valor as exportações se elas forem para os Estados Unidos ou para a União Européia. Isso, sim, é ideológico. Para nós, não. Desde que seja correto o negócio, que seja uma coisa feita de maneira honesta e clara, não interessa quem é o cliente. Além disso, queremos nos aproximar da África, queremos nos aproximar do mundo árabe, sem prejuízo das excelentes relações com Israel. Isto faz parte de um certo ecumenismo que sempre foi decantado pela política brasileira, mas não foi praticado.

**Heródoto Barbeiro:** Ministro Celso Amorim, obrigado pela entrevista

**Celso Amorim:** Obrigado a você, Heródoto.

### **Íntegra de entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à revista Veja, em 24 de agosto de 2005**

**Veja:** Quando o senhor assumiu o cargo, quais foram as metas estabelecidas para a política externa brasileira?

**Celso Amorim:** Uma coisa muito simples; digo isso sempre, pois pode ser comprovada facilmente: se você ler trechos dos discursos de posse, meu e do Presidente Lula, sobre política externa, você verá que ali há metas e raramente verá uma condução da política externa – pode-se gostar ou não, isso é outro problema – tão próxima do que efetivamente havia sido anunciado. As metas são várias: a prioridade à América do Sul, o reforço do MERCOSUL, a aproximação com a África, o reforço em geral da cooperação com os grandes países em desenvolvimento, as negociações na Organização Mundial de Comércio, o reequilíbrio das negociações na ALCA - que a nosso ver estavam desequilibradas - a reforma das Nações Unidas; enfim, coisas sobre as quais nós realmente trabalhamos muito. É bastante nítido que o Governo foi muito fiel ao que se propôs.

**Veja:** Dentro destas metas, em quais o senhor acha que o Brasil avançou mais?

**Celso Amorim:** No caso da América do Sul, por exemplo, não há a menor dúvida. A América do Sul mal era usada como conceito, e, hoje em dia, não apenas estamos institucionalizando a Comunidade Sul-Americana de Nações, mas a estamos institucionalizando sobre uma base sólida, porque um comércio que aumentou 50% em um ano, 40% em outro, é algo impressionante, que nunca aconteceu na história – em dois anos seguidos, no conjunto da América do Sul – e com uma a forte integração física, que está ocorrendo e vai se desenvolvendo dia a dia. Esse é um caso claro. Falando mais amplamente, se você pensar, por exemplo, nos países em desenvolvimento, a cooperação crescente, que tem reflexos no comércio, mas tem reflexos muito além também, entre três grandes democracias do mundo em desenvolvimento, Brasil, Índia, África do Sul, também é um dado muito importante, é um fato novo nas relações internacionais. O número de vezes que os Ministros se vêem, os Chefes de Governos se encontram, a cooperação na área de ciência e tecnologia desses países são outros exemplos.

**Veja:** Um dos esforços principais foi a busca pela vaga permanente no Conselho de Segurança. A China e os Estados Unidos já deram sinais de que não aceitam a proposta feita pelo G-4. A União Africana também não.

**Celso Amorim:** Não confunda as coisas. A União Africana tem uma proposta que é muito semelhante à do G-4. Há duas pequenas diferenças: eles estão pedindo veto para os novos membros permanentes, o que nós, realisticamente, achamos que não vai ocorrer. Não é nem uma divergência de princípio, é uma divergência do que pode na prática ocorrer. E eles pedem um assento a mais, não-permanente, além do que já está no projeto do G-4, para a União Africana. Nós, não que sejamos contra, mas, também por uma questão de realismo, fizemos outra proposta de compromisso. Não é que eles rejeitem o G-4, é muito diferente. Temos conversado muito com os africanos, houve vários encontros. Eles não aceitaram ainda a proposta de compromisso, mas dizer que eles rejeitam é uma falsificação da realidade.

**Veja:** Então ainda é possível?

**Celso Amorim:** É possível, não garanto, não tenho certeza. Agora, em primeiro lugar, o Brasil não inventou isso. É um tema que está na agenda internacional porque o Presidente Clinton, depois da primeira Guerra no Iraque, queria que o Japão e a Alemanha entrassem. Quando a questão se colocou, o Brasil achou que também deveria entrar, como devem entrar outros países em desenvolvimento. Não é só para o Brasil. É para tornar o Conselho de Segurança mais equilibrado. Se não tivéssemos feito nada, hoje haveria mais dois países desenvolvidos como membros permanentes do Conselho de Segurança, provavelmente, e nem se falaria de países em desenvolvimento. Atualmente, a discussão está posta em outros termos. História é algo que ocorre a longo prazo. Isso não é um campeonato de futebol, uma Copa do Mundo – não ganhou em 2005, não vai ganhar mais – não é assim. Espero ainda que tenhamos o resultado em 2005 e acho que temos uma janela de oportunidade. Mas garanto a você que

a reforma, quando vier, será muito melhor, independentemente de ela ser exatamente como nós estamos propondo. A reforma será muito melhor do que seria em função da ação do G-4, em função da ação do Brasil e da Índia no G-4 e da nossa aproximação com a África. Isso não pode ser colocado como “o Brasil está perseguindo uma vaga e não conseguiu”, “que derrota”, “que horror”, não é assim. Estamos buscando reformar um organismo internacional e estamos avançando nesse sentido.

**Veja:** O fato de os Estados Unidos se oporem à candidatura da Alemanha, a China se opor à candidatura do Japão, e Estados Unidos e China terem o poder de veto, não se pode dizer que foi um esforço em vão?

**Celso Amorim:** Não, porque essas coisas avançam aos poucos. Quando o Dr. Ulisses Guimarães foi candidato à Presidência da República, muitos acharam que era um esforço em vão. Dez ou oito anos depois, a democracia estava consolidada no Brasil. Essas questões ocorrem com o tempo. Nem os Estados Unidos nem a China têm poder de veto na Assembléia Geral. Eles podem deixar de ratificar e, aí sim, isso paralisaria o processo. Mas, em uma ocasião anterior, a única vez em que houve expansão do Conselho de Segurança, mas somente de membros não-permanentes, quando aumentaram de 11 para 15, acho que dois membros permanentes votaram contra e depois ratificaram. Às vezes, a própria pressão política, a pressão moral, acaba prevalecendo. Cada coisa a seu tempo. Há pessoas torcendo contra. Curiosamente, não vejo isso no Japão, na Alemanha, na Índia, mas vejo isso no Brasil. Pessoas torcendo contra e descobrindo motivos para que não sejamos membros permanentes. Acabamos dando argumentos para aqueles que não querem.

**Veja:** Quais são os motivos para sermos membros permanentes do Conselho de Segurança?

**Celso Amorim:** Não estou querendo ganhar dinheiro com isso. Não é uma questão imediata dessa maneira. É uma questão de buscar maior equilíbrio nas questões internacionais, buscar maior equilíbrio

no centro de decisões mais importante que existe. Você pode dizer que há decisões importantes que são tomadas fora do Conselho de Segurança. Sobre essas, não podemos fazer nada, mas muitas decisões são tomadas no Conselho de Segurança. O Brasil, quando estava lá, defendeu interesses, por exemplo, da paz em Angola – para dar um exemplo em uma área que nos interessa –, defendeu no Timor Leste, e, se você estiver permanentemente no Conselho, poderá fazer isso de forma permanente. Se estiver esporadicamente, somente poderá fazer de modo esporádico. São questões desse tipo. Não se mede isso em dinheiro. Há muitas coisas na vida que não podem ser medidas em dinheiro.

**Veja:** Talvez não em dinheiro, mas, de qualquer forma, o Brasil como membro permanente terá mais obrigações.

**Celso Amorim:** Isso também é outra ilusão. Há aumento efetivo da contribuição apenas de parte das despesas da ONU. As despesas da ONU são divididas basicamente em dois grandes grupos. O principal é o orçamento regular, no qual, aliás, estamos muito atrasados, infelizmente, já desde o Governo Fernando Henrique, quando estávamos mais ainda. No orçamento regular, continuaremos pagando a mesma proporção. Quanto ao orçamento das operações de paz, os membros permanentes pagam mais. Mas, como na nossa proposta são membros permanentes sem veto, você terá de negociar quanto exatamente será. Não creio que haja nenhum acréscimo substancial para isso. A idéia que freqüentemente é veiculada de que sendo membro permanente tem de estar presente em mais operações militares é falsa. A China, que é membro permanente, está participando pela primeira vez em uma operação de paz, com uma força policial no Haiti. A China nunca participou e é membro permanente. É uma idéia falsa. Não estou dizendo que o Brasil deva ou não participar. Isso é um outro raciocínio. Mas não é uma decorrência de ser membro permanente.

**Veja:** O Brasil ganha prestígio?

**Celso Amorim:** Para buscar o equilíbrio no

Conselho de Segurança, você tem de ter mais países de vários tipos, entre outros, países em desenvolvimento. Por isso é que na proposta do G-4 entrariam um país da América Latina, um país em desenvolvimento da Ásia, e dois países africanos. Vai ser o equilíbrio perfeito? Não, mas será menos desequilibrado do que é hoje. As chances de as decisões serem, digamos, hostis aos interesses dos países em desenvolvimento serão menores. É o Brasil; poderia ser outro; mas o Brasil é o maior país da região, é um país que tem uma tradição diplomática muito grande, é um país que tem 10 fronteiras e não tem uma guerra há 130 anos. Muitas vezes querem diminuir o Brasil. Infelizmente para aqueles que querem diminuir o país, o Brasil é grande e não pode renunciar à sua grandeza, como dizia um Chanceler antigo, Azeredo da Silveira: “você pode renunciar a muitas coisas, mas não à grandeza”.

**Veja:** Essa idéia de participar do Conselho de Segurança como membro permanente vem de quando?

**Celso Amorim:** Vem de 1945. O Presidente Roosevelt queria que o Brasil fosse membro permanente do Conselho de Segurança. Nos tempos recentes, o Presidente Sarney, em 1989, falou no assunto. Eu falei em 1993, quando Ministro do Presidente Itamar Franco.

**Veja:** Então era uma convicção que o senhor já tinha?

**Celso Amorim:** Não só eu. O Presidente Sarney tem essa convicção. Os fundadores da ONU, alguns deles, tinham essa convicção. Pessoas que acreditam no Brasil, não só na sua capacidade de crescer economicamente, mas também de influir positivamente pela paz no mundo. E muitos acreditam. Acabei de vir de Israel. Sentei para conversar com o Presidente e com o Primeiro-Ministro de Israel, e eles começaram imediatamente a conversar sobre a questão da Palestina. Não ficaram se queixando da Conferência América do Sul-Países Árabes, ao contrário da mídia brasileira. Era sinal de que a opinião do Brasil sobre aquele tema é importante para eles. Foi dito pelo Shimon Peres, na

televisão, que o Brasil, que é o país mais tolerante do mundo, pode ajudar na resolução de conflitos lá, como tem ajudado na América do Sul. São esses os fatos.

**Veja:** Na tentativa de aumentar a influência do Brasil no exterior, aumentando a integração com os países sul-americanos, com países africanos e assim por diante, nós, o Brasil, lançamos duas candidaturas, a da OMC e a do BID.

**Celso Amorim:** Não, não foi com esse objetivo. Acho que aí há outro equívoco. Claro que preferia ter ganhado. A OMC sempre foi um organismo dominado pelos países ricos, exclusivamente. Cansei de participar de reuniões da OMC. Os países ricos resolviam entre si e, no final, chamavam alguns poucos países em desenvolvimento para obterem algumas migalhas do processo. Eu mesmo participei, então você pode dizer que estou criticando a mim mesmo. Eu era Embaixador em Genebra quando se negociou boa parte da Rodada Uruguai e assinei o acordo como Ministro – porque era melhor assinar do que não fazê-lo, pois não havia jeito de ficar de fora; defendi, também, a ratificação no Congresso – mas o processo negociador era um processo excludente dos países em desenvolvimento. Nossa participação era marginal. Claro que, dentre os países em desenvolvimento, o Brasil sempre foi um país de destaque. Isso não é novidade, mas no conjunto era assim. Havia algo chamado o QUAD: eram os Estados Unidos, a União Européia, o Canadá e o Japão. Eles resolviam entre si e depois chamavam os outros para informar. É claro que estou simplificando, mas a essência era assim.

Com Cancún, houve uma mudança fundamental no processo, porque os países do G-20 – que o Brasil ajudou a criar e coordenou; foi o principal motor na criação – tornaram-se interlocutores indispensáveis nas negociações internacionais, a tal ponto que são hoje os países ricos que dizem “por que o G-20 também não faz uma proposta sobre produtos manufaturados?” E a ponto de, na última reunião, na China, a proposta feita pelo G-20 para os três pilares de agricultura ser aceita.

Não quer dizer que depois eles não fujam disso, pois isso é outro problema, como qualquer negociação. Tantos os Estados Unidos quanto a União Européia aceitaram como base. Então nós nos tornamos interlocutores indispensáveis. E, dentro do G-20, o Brasil, juntamente com a Índia, é o país de maior destaque. Não quero entrar no mérito das pessoas, mas as candidaturas que estavam postas não pareciam adequadas para os interesses do G-20 naquele momento. Era importante que houvesse um candidato do G-20. Nós procuramos outro que quisesse se lançar candidato, mas não havia. Então, voltando até um pouco ao Doutor Ulisses, tínhamos esperança de ganhar. É um sistema muito pouco transparente. Até hoje não nos mostraram os números das consultas. Não é uma votação, é uma consulta. Não sei, até hoje, porque se fazia primeira, segunda, terceira opção, como se distribuíram as opções. Não sei, portanto, como foi sugerido que nosso candidato fosse eliminado. É muito pouco transparente. Mas acho que a candidatura do Brasil ajudou a firmar as teses do G-20, ajudou a caminhar no sentido da transparência da OMC, porque muitas pessoas viram isso. Acho que não perdemos em absoluto o respeito nem dos países membros, nem do Diretor-Geral. O novo Diretor-Geral, Pascal Lamy, que é meu amigo pessoal, foi visitar-me, quando o Presidente Lula estava em Paris para o 14 de julho, e passou uma hora comigo. Não fui nem eu quem pediu a entrevista com ele, o que seria normal. No passado, era o contrário. O Brasil é respeitado, e isso não afetou em nada o prestígio do Brasil dentro da OMC. A reunião que houve logo em seguida, que foi para discutir algo complicadíssimo, que são os equivalentes ad valorem das tarifas, que estavam empacando a negociação agrícola, quem resolveu ali foi o G-20, na realidade Brasil e Índia, mas sobretudo o Brasil, lhe digo com toda a franqueza, negociando com os Estados Unidos e a União Européia.

Preferia ter ganhado. Seria ótimo ter um brasileiro na OMC, mas não fizemos isso para ganhar prestígio. Fizemos isso para defender e deixar claras

quais eram nossas posições e porque não podíamos aceitar outras posições. Isso foi amplamente dito na época, não preciso repetir isso agora, porque parece até uma agressão desnecessária a outro candidato, algo que não farei.

**Veja:** No caso da Presidência do BID, o Brasil perdeu sem os votos inclusive do Uruguai e do Paraguai. O que aconteceu?

**Celso Amorim:** Não posso lhe dizer com precisão, mas nas candidaturas internacionais há muita troca de voto. Muitas vezes, um país candidata-se a um órgão, troca por outro, já tem compromissos anteriores. O candidato brasileiro teria ganho, em matéria de capital votante, se você tirar os Estados Unidos. Ele teve praticamente 50% do capital votante, o que indica que teve apoio da maioria das grandes economias da América do Sul, inclusive um pouco de fora, da Europa. A performance foi boa. Pergunta-se: já não se sabia que os Estados Unidos votariam assim, então para que arriscar? Não, acho que algumas vezes é preciso afirmar. O fato de a Argentina nos ter apoiado é muito importante. Importante até para a relação Brasil-Argentina. Quem não compete, não perde, mas também não ganha nunca. Perdemos algumas, ganhamos outras. Acho que a posição do Brasil no mundo não foi minimamente afetada por esses fatores. Infelizmente, devo reconhecer para mim, afeta na mídia brasileira.

**Veja:** Eu lhe perguntei isso porque o Presidente Lula, em diversos momentos, disse que o Brasil almejava uma liderança.

**Celso Amorim:** Ele usou a palavra liderança alguma vez ou isso é inventado? Eu não me lembro.

**Veja:** Bom, isso acaba sendo, talvez, um senso comum.

**Celso Amorim:** Ah bom! Não me lembro de ele ter usado, nem de eu ter usado essa palavra. Posso, às vezes, ter esclarecido o que significa liderança. Não me lembro de o Presidente Lula ter dito que nós queremos ser líderes na América Latina.

**Veja:** Mesmo que não tenha usado a palavra líder, em diversos momentos manifestou a vontade

brasileira de mediar questões...

**Celso Amorim:** Manifestou não, ajudou a resolver, facilitou a resolução do conflito na Venezuela.

**Veja:** Houve uma mudança de postura do Governo Lula em relação a isso.

**Celso Amorim:** A frase que usamos para definir essa mudança de postura é a seguinte: não intervenção e não indiferença. Essa frase foi inventada por nós. Fico feliz de já ter sido plagiado por vários representantes, porque, na OEA, várias pessoas já usaram essa expressão. O que isso significa? Você vive com seus vizinhos, com seus amigos. Você não quer intervir, não quer impor solução a ninguém. É muito diferente da intervenção. Ao mesmo tempo, o que ocorre com seus amigos, com seus vizinhos, com seus familiares, não lhe é indiferente. Se você pode ajudar, dentro de um contexto em que eles próprios pedem ajuda, por que não?

Veja o caso da Venezuela. Claro que alguns podem não ter gostado do resultado. É diferente. Mas falamos o tempo todo com o governo, com a oposição, a própria oposição apoiou o Grupo de Amigos. O Grupo de Amigos que o Chávez queria não era o que foi criado. Nós atuamos com isenção e demos solução para um caso que, caso não houvesse a ação brasileira, a iniciativa brasileira, poderia ter tido conseqüências muito graves. O que queriam fazer na época, aquilo sim, era um golpe – que era antecipar eleições ou fazer um referendo que não estava previsto na Constituição; diferentemente do que trabalhamos para que se realizasse – e teria tido provavelmente conseqüências muito graves.

**Veja:** Quais foram então as principais realizações?

**Celso Amorim:** Essa foi uma delas. A América do Sul é muito complexa. Os nossos países são pobres. Nós enfrentamos crises. Mesmo no Brasil, estamos enfrentando uma crise agora. Se Deus quiser sairemos dela, mas são crises. A crise nesses países decorre de diversos fatores: da brutal iniquidade da distribuição de renda, de sistemas políticos frágeis. Parece muito tempo, mas há 15, 20

anos, a maioria deles eram ditaduras militares. Isso é pouco tempo. A democracia aqui é jovem. Portanto, temos trabalhado na Venezuela, na Bolívia. Na Bolívia, acho que contribuimos também com conselhos, com palavras, sem interferência alguma, mas acho que contribuimos tanto na primeira transição, quando houve até mortes previamente aos nossos bons ofícios, e agora novamente. Acabei de ir lá. Fui o primeiro Ministro das Relações Exteriores de qualquer país a visitar a Bolívia nessa fase de transição. Com que objetivo? As pessoas disseram que fui negociar gás. Não. Fui lá mostrar que o Brasil apoia o processo de transição democrática na Bolívia. A mesma coisa no Equador. Temos interesse na estabilidade da América do Sul, porque a estabilidade da América do Sul é boa para nós, porque como é que você terá estabilidade, se você viver em um meio totalmente instável? Como você pode viver em paz no seu edifício, se o chuveiro do vizinho está vazando no seu apartamento? Há um lado de egoísmo e há também um lado de amizade. São dois lados que se equilibram e que não são contraditórios.

**Veja:** Ao mesmo tempo, países importantes da América do Sul não apoiaram totalmente todas as iniciativas brasileiras como essa que o senhor citou. Se o Presidente Lula nunca usou a expressão líder, o Chanceler Bielsa já disse claramente que se o Brasil quer liderança, ele não nos perguntou.

**Celso Amorim:** Mas é porque vocês aqui da imprensa brasileira ficam falando muito disso. Aí eles lêem os jornais brasileiros. É exclusivamente por causa disso.

**Veja:** Mas, de qualquer forma, a expressão que ele usou foi de que o Brasil não pode ser líder se os outros não querem ser liderados.

**Celso Amorim:** Estou de acordo. Nem nós queremos ser líderes. Nós apenas queremos trabalhar junto com os outros.

**Veja:** O senhor acha que a diplomacia brasileira se precipitou em almejar ajudar, tomar iniciativas desse tipo?

**Celso Amorim:** O problema é o seguinte. O

Brasil tem fronteiras com 10 países da América do Sul. Os outros dois também são muito ligados a nós, Equador e Chile, por motivos históricos diferentes. Você tem de ter uma relação positiva com eles. E o que nós fizemos pela integração da América do Sul, pelo que temos trabalhado muito, é bom para eles e bom para nós. Quem nos pede muito para estarmos presentes, para estarmos financiando, apoiando estradas, muitas vezes são os outros países. Peru é um caso, Bolívia outro, Venezuela outro. Como no Brasil as pessoas só vêem as coisas em termos de números, vamos olhar números. O nosso comércio com a Venezuela aumentou, de 2003 para 2004, 141%. Em cima disso, aumentou, neste ano, 73%, de janeiro a junho, comparado com o mesmo período do ano passado. São números notáveis. Se pegarmos, hoje, os 10 maiores clientes do Brasil, veremos 4 ou 5 da América do Sul. A América Latina em seu conjunto, hoje, representa tanto quanto a União Européia. Mais do que os Estados Unidos. Estamos falando de coisas reais, de negócios. Sem contar os investimentos e a exportação de serviços, que não sabemos contabilizar muito bem. Estou falando de exportação de bens, que é apenas uma parcela do que estamos fazendo. Se isso não é do interesse do Brasil, eu não entendo.

**Veja:** Se o Brasil obteve avanços nas relações ditas Sul-Sul, ao mesmo tempo outras iniciativas, como as negociações da ALCA, estão paradas. Nesse caso, não há uma inversão de prioridades?

**Celso Amorim:** Não, porque, em primeiro lugar, o comércio com os EUA cresceu mais nesse período do que no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso inteiro. Está crescendo muito. Cresceu 20% um ano, 25% outro ano. Depois posso lhe dar os números. E com a União Européia idem. O que tem acontecido é que com os países em desenvolvimento tem crescido mais...

**Veja:** Porque sai de uma base menor...

**Celso Amorim:** Não, não é só porque sai de uma base menor. Nosso comércio com a América Latina é, hoje, maior do que com os Estados Unidos.

Então não é por causa de uma base menor. Esse é um falso raciocínio. As nossas exportações para países em desenvolvimento em conjunto representam praticamente 50% do total. É algo real, que está acontecendo. Não são palavras minhas. São palavras de um líder empresarial que esteve aqui: “Petróleo não jorra na Place des Vosges, nem se descobre manganês na Quinta Avenida”. Temos de trabalhar no mundo inteiro. Não estou dizendo que os Estados Unidos não são importantes. É claro que são importantes, importantes para o setor têxtil, para a área agrícola.

Voltando à ALCA, queremos negociar a ALCA, mas queremos uma ALCA equilibrada. Não é uma ALCA em que os temas de nosso interesse são jogados para fora, para a OMC, como é o caso dos subsídios agrícolas, e a própria proteção agrícola brutal que existe nos Estados Unidos; e em que os temas que são sensíveis para nós, as nossas dores de dente – que todos têm – esses sim entram na ALCA. Isso não dá. Isso era o que estava acontecendo. O Brasil teria de fazer todas as concessões em serviços, todas as concessões em investimentos, inclusive em coisas que têm sido rejeitadas pelo Congresso Nacional. Não é nem o Executivo. O Governo Fernando Henrique Cardoso acabou tendo que retirar os vários acordos de investimento que o Congresso não votava. Como é que eu posso colocar em um acordo comercial uma cláusula de disputa Investidor versus Estado, sujeitando-me a uma retaliação comercial por algo que nem sei se o Congresso Nacional pode aceitar? Buscamos, então, reequilibrar. A minha conversa com o Zoellick sempre foi muito positiva e muito clara. Eu dizia: “Vocês não têm interesse em acesso ao mercado brasileiro?” Mercado de bens, serviços. Estamos dispostos a negociar serviços. Não queremos é reinventar a roda. A roda foi reinventada na OMC. Então fizemos até Miami e chegamos até um ponto. O que aconteceu depois de Miami? Acho que tanto os americanos quanto nós, que tínhamos a co-presidência da ALCA, tivemos que nos

concentrar na OMC. E fizemos andar a OMC. Se me perguntarem se tenho certeza de que dará certo, não sei, mas está caminhando, graças, em grande medida, aos esforços do Bob Zoellick, dos meus, do Lamy, que hoje é Diretor-Geral, do indiano e de outros. No caso dos dois da ALCA, tivemos que concentrar todos os nossos esforços nisso. Não é que o Brasil tenha paralisado as negociações. O Brasil foi a favor, e o arcabouço de Miami, para nós, continua sendo uma moldura adequada. Acho que depois de Hong Kong podemos estabelecer um cronograma para voltar a discutir. Outro ponto. É curioso, e já falei com o Zoellick sobre isso, que com todos os outros países os EUA aceitam negociar bilateralmente. A única dificuldade é com o MERCOSUL. Por que será? Não estou falando com nenhum sentimento de desprezo em relação a nenhum país, mas cada país é um país. Você não pode esperar que um pequeno país da América Central ou do Caribe tenha uma política de fármacos equivalente à do Brasil. Tem que levar em conta nossas idiossincrasias. Estávamos negociando de uma forma que ignorava essas dificuldades. A impressão que tenho é a de que, se nós continuássemos negociando, teríamos um acordo que não seria ratificável no Congresso Nacional. Estávamos aceitando coisas que não poderíamos, depois, ratificar.

**Veja:** O senhor citou números que mostram o aumento das exportações para a Argentina, para outros países da América do Sul, para os EUA também, mas, no entanto, o MERCOSUL, em si...

**Celso Amorim:** As nossas exportações para a Argentina estão em nível recorde; então acho que o MERCOSUL para alguma coisa serve, do nosso ponto de vista.

**Veja:** Do ponto de vista institucional, o MERCOSUL não avançou.

**Celso Amorim:** Não. Avançou. É uma obsessão inacreditável. Olhe para a União Européia e veja o que aconteceu lá. Não foi muito mais grave que uma Constituição tenha sido rejeitada pelas populações? Estamos avançando gradativamente. O

MERCOSUL é uma criança em termos de instituição internacional. Eu participei da fundação do MERCOSUL. Eu rubriquei o Tratado de Assunção e assinei o Tratado de Ouro Preto junto com o Presidente Itamar Franco. Conheço bem a história do MERCOSUL. O MERCOSUL é um exercício de grande voluntarismo que deu certo, porque as nossas exportações para a Argentina, que eram de um US\$ 1,5 bilhão, são hoje de US\$ 9 bilhões. Você terá dificuldade de encontrar na relação comercial entre quaisquer outros dois países um aumento comercial tão grande. O próprio Presidente Lula reconhece que há um mal-estar no MERCOSUL. Nesse sentido, sim, é possível falar em liderança. Não é para comandar os outros, mas é que o Brasil é o país maior, então tem mais responsabilidade. O Brasil teria que encontrar fórmulas – infelizmente isso caminha de forma lenta – para que pudéssemos também importar mais. Qual é a razão do mal-estar? É porque nós exportamos e nosso mercado não se abre ou se abre pouco, ou a oferta exportável deles é pequena. Temos que descobrir fórmulas de ter uma política industrial compartilhada. Coisa que não temos. Não aprendemos a pensar “mercosulmente”. Isso é um avanço cultural. A União Européia está começando. Faz isso, mas em alguns pontos não fez até hoje. Por exemplo, até hoje os italianos resistem a ter uma integração total na questão de bancos. Essas coisas não são simples. O processo de integração leva tempo. O importante é manter o sentido certo. Temos mantido o sentido certo. O MERCOSUL – tão desprezado aqui pela mídia brasileira – é procurado pelo mundo inteiro. Quando nós fizemos a reunião de Ouro Preto, havia fila de países que queriam participar. Até hoje há fila de países que querem.

Há interesse de países em negociar com o MERCOSUL e esse interesse é enorme. Na América mesmo, estamos negociando com todos. O único com o qual não estamos negociando são os Estados Unidos, que disseram que só negociam na ALCA. Com o Canadá, já há os primeiros entendimentos. Com o México, já estamos negociando.

**Veja:** A minha pergunta na verdade é, talvez usando até uma expressão informal, se o Brasil não “pegou leve” com os parceiros do MERCOSUL em questões como a da Argentina, de tentar impor cotas aos eletrodomésticos, por exemplo.

**Celso Amorim:** Nossas exportações para lá são recordes. Você pergunta se poderiam ser ainda maiores. Poderiam. Você quer destruir o parceiro e não ter mais com quem comerciar? Porque quem vende tem de comprar, não é? Não, não estamos comprando. Eu tenho que respeitar, digamos, o desejo da Argentina que, depois de dez anos em uma política absolutamente fora do que seria do interesse industrial argentino, procura restabelecer sua indústria. Temos que respeitar, ver os ritmos, dar tempo para a adaptação. E temos conseguido fazer isso. As exportações estão aumentando. Ao mesmo tempo em que essas restrições, como você as chama, têm surgido, temos aumentado as nossas exportações. É preciso entender que comércio não é religião. Você tem regras que são indicativas para se seguir um certo caminho, mas aquilo não pode ser visto como dogma, como se fosse a Bíblia ou o Corão. Não é isso. As pessoas que vêem comércio dessa maneira cometem um grande erro e não ajudam o comércio. Se o comércio está aumentando, você tem que ser pragmático. Quem inventou essas idéias de comércio foram os pragmatistas americanos e anglo-saxões. Nós procuramos seguir essa linha.

**Veja:** Quer dizer, o senhor acha que é preciso ceder um pouco?

**Celso Amorim:** Não é ceder. Você tem que entender como as coisas caminham. Se eles estivessem fazendo restrições, se o nosso comércio estivesse diminuindo. Temos que ir discutindo e vendo. Não estou defendendo que temos que ceder, temos que compor. É uma coisa diferente, compor é diferente de ceder.

**Veja:** Compor? O que o senhor quer dizer?

**Celso Amorim:** Quero dizer que você tem de compreender que se tem uma indústria que foi praticamente arrasada durante anos e anos, em uma

política macroeconômica errada, que sofreu com a nossa desvalorização. Também é preciso ver isso. Quando o Brasil desvalorizou – não agora, no período logo depois da reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso – isso atingiu profundamente a Argentina, não foi pouco. O que temos que fazer é o seguinte: nossas exportações não estão aumentando? Estão aumentando. Então, claro, vamos continuar querendo que seja o mais aberto possível. Por isso, até hoje, não aceitamos certos mecanismos rígidos que queriam ser impostos, mas temos que ter um pouco de compreensão, porque, se não, vamos matar a “galinha dos ovos de ouro”. Talvez seja exagero, mas se você está aumentando as exportações constantemente para um país, você vai dizer: “não, você tem que seguir à risca, não pode ser dez, tem que ser dez e meio, porque tenho direito a dez e meio?” Daí, de repente, vão lhe deixar em uma situação e dizer: “então, está bem, vou negociar com Estados Unidos, União Européia, que entendem isso. Você não entende. Então, em vez de dez, você vai ter seis.”

**Veja:** O Brasil reconheceu a China como economia de mercado, certo?

**Celso Amorim:** No contexto de um acordo econômico com várias outras cláusulas, e é dentro desse contexto que, eventualmente, vai ter que ser regulamentada a medida que, até hoje, não foi regulamentada.

**Veja:** Em seguida a China barrou a soja...

**Celso Amorim:** Não foi em seguida. O negócio da soja já tinha acontecido, já tinha sido corrigido. Se voltou a acontecer, não foi de maneira importante, porque ninguém veio se queixar para mim. Em geral, a primeira coisa que acontece é que alguém vêm se queixar. O que houve foi uma queda nos preços da soja em geral.

**Veja:** Em seguida também houve a questão da entrada no Conselho de Segurança da ONU.

**Celso Amorim:** Nós nunca discutimos isso. Nunca se tocou nisso. Isso é uma invenção.

**Veja:** Foi feito um compromisso em geral?

**Celso Amorim:** Não. Houve compromisso

do Conselho de Segurança, de uma maneira, digamos assim, não bem metafórica, mas com linguagem indireta: a China é a favor de países em desenvolvimento no Conselho de Segurança; o Brasil é o maior país em desenvolvimento no Sul; então, o Brasil deve ter uma presença crescente. Uma coisa, digamos, que indicava simpatia pelo Brasil no processo de reforma da ONU. Isso foi feito de maneira totalmente independente. Na primeira vez que fui à China - e isso me foi dito antes de o Presidente Lula ir - nem se falou de economia de mercado. O tema economia de mercado surgiu depois, de modo que eu acho que são duas coisas independentes, as questões ligadas à economia de mercado estão estritamente ligadas a outras questões econômicas. Se você quiser, pode até ter um aspecto político, no sentido de que há um impacto em você tomar essa decisão antes de outros, porque os outros todos vão tomar, mas antes de outros tomarem, em relação à economia que é a economia que mais cresce no mundo, que provavelmente dentro de vinte ou trinta anos será a maior economia do mundo. Então tem um sentido político, mas não tem nada a ver com o Conselho de Segurança. Isso é totalmente independente.

**Veja:** Não dá para falar em traição?

**Celso Amorim:** Não, traição não. A palavra que usei foi decepção, pela qual fui até muito criticado. Disseram que era ingenuidade e tudo. Usei em função do que eles haviam dito de maneira totalmente independente dessa questão da economia de mercado. Nas primeiras vezes em que tratei desse assunto com os chineses neste Governo – já tinha tratado no Governo do Presidente Itamar Franco, porque, naquela época, começava-se a falar sobre o tema –, eles sempre manifestaram essa mesma linha, independentemente da discussão sobre o tema da economia de mercado. Até entendo que possa haver lógica nessa relação para quem vê de fora. Nunca foi estabelecido, nunca foi estabelecido.

**Veja:** Eu vi a expressão “à maneira oriental” junto com o termo decepção. O que quis dizer?

**Celso Amorim:** Ao invés de dizer “a China apóia o Brasil”, eu disse assim: “a China apóia países em desenvolvimento com maior presença no Conselho de Segurança. O Brasil é o maior país em desenvolvimento. O Brasil é um grande amigo da China. A China quer ver o Brasil com maior presença.” Então é uma forma, digamos assim, quando se está falando do Conselho de Segurança, de apoio, no momento em que houver a reforma. Não tenho agora todas as palavras presentes comigo, mas é algo que você diz e deixa a impressão desse sentido.

**Veja:** A expressão, essa “maneira oriental...”

**Celso Amorim:** É porque, digamos, em vez de se falar de uma maneira direta, que apóia, há essa maneira de dizer, por várias metáforas, imagens. Não sei, é o que eu acho que é oriental. De repente, estou aqui padecendo de algum etnocentrismo.

**Veja:** De qualquer forma, no momento de conceder o reconhecimento de economia de mercado...

**Celso Amorim:** Esse reconhecimento, por enquanto, é uma afirmação política que tem de ser regulamentada e, para ser regulamentada, aquelas condições todas terão que ser analisadas. Condições não digo, mas aquele conjunto de compromissos que envolve, por exemplo, compra de aviões brasileiros, que envolve dar um tratamento equânime – claro, que eles tem que ter o direito deles de proteger a saúde – nas questões fitosanitárias e sanitárias, que são muito importantes para as carnes brasileiras, por exemplo, com a própria questão da soja. Quer dizer, tudo isso vai ser visto em conjunto para a regulamentação.

**Veja:** É possível, por exemplo, voltar atrás na decisão?

**Celso Amorim:** Não. Voltar atrás eu não digo. Você não vai voltar atrás, mas, digamos, para você operacionalizar, precisa regulamentar. Para lhe falar a verdade, se hoje alguém entrar com um pedido de “anti-dumping” com relação à China, é uma certa área cinzenta, porque não está regulamentada.

**Veja:** Quería voltar à questão da vaga no

Conselho de Segurança. No momento em que se tem o acesso à vaga permanente, exige-se uma postura pró-ativa do país que está concorrendo a essa vaga...

**Celso Amorim:** Não, não é verdade. A premissa é falsa. Pró-ativa politicamente, porque você está lá.

**Veja:** A pergunta é justamente sobre a questão de...

**Celso Amorim:** Eu já lhe disse que a China, por exemplo, nunca participou de uma operação de paz, está participando agora pela primeira vez, e é membro permanente desde a fundação, só que antes era Taiwan e depois virou a China Popular.

**Veja:** Eu queria saber se faz sentido o Brasil reivindicar essa vaga, quando, por exemplo, se abstém de resoluções da Comissão de Direitos Humanos contra violações de direitos humanos.

**Celso Amorim:** Não vejo isso. Primeiro, porque abster-se é ter uma posição, é reconhecer que é uma situação que, digamos, não lhe permite votar a favor da resolução, porque você sabe que ela é politizada, ela obedece a interesses específicos de certos setores e, por outro lado, você sabe que a situação do país em questão, digamos, também não é a ideal. Então, a abstenção também é uma posição. É o reconhecimento de que, digamos, há uma tensão entre fatores. E os Estados Unidos a todo instante se abstém em muitas resoluções, a China se abstém, a Rússia se abstém. Essa pergunta é totalmente improcedente, me desculpe, com todo o respeito.

**Veja:** Concordo, foi mal formulada. Mas eu queria saber o seguinte: o que justifica esse tipo de postura em uma situação como essa, no caso específico de Cuba?

**Celso Amorim:** Como você quer que eu fale da questão específica de Cuba, não estamos sozinhos nessa posição. Hoje em dia, todos os países da América do Sul que estão na CDH tiveram a mesma posição. Muitos países que são democracias indiscutíveis e até louvadas no mundo inteiro, como a África do Sul, vão mais longe, votam contra a

resolução. Você não pode desconhecer que Cuba é objeto de um bloqueio há quarenta anos, você não pode desconhecer que isso é objeto de um conflito político entre os Estados Unidos e Cuba. Não quer dizer que a gente concorde com o que está acontecendo em Cuba. Se concordasse, aliás, totalmente, votaria contra a resolução. Agora, percebemos também esses outros fatores que lhe mencionei, que são muito importantes. Quer dizer, um país que está sob bloqueio há quarenta anos, uma situação que é manipulada, que já foi objeto de invasão estrangeira, inclusive; enfim, que é um resquício da Guerra Fria. Acho que, digamos, a maneira de acelerar uma transição de Cuba para um regime mais democrático é haver um engajamento maior. Essa deveria ser a política. Em determinado momento, quase pareceu que seria a política norte-americana, quando houve aquele alívio sobre os vistos, que começaram a se discutir, ainda no Governo Clinton. Depois, houve aquele episódio da avioneta e tudo piorou. Mas a nossa opinião não é muito diferente das de pessoas, não quero dar opinião em nome dos outros, mas, por exemplo, do Centro Carter, que opera numa idéia de lidar com esses países na base do engajamento e não da hostilidade.

**Veja:** O Senhor citou anteriormente a Cúpula Árabe. Eu queria saber, na sua opinião, qual é o saldo da Cúpula Árabe, enfim, que foi muito criticada pela imprensa brasileira.

**Celso Amorim:** Pela imprensa brasileira, porque pela imprensa mundial não foi tanto não. Estive em Israel, fui recebido de maneira pela qual dificilmente um Ministro do Exterior é recebido. Estive com o Sharon, com o Presidente, com o Ministro do Exterior, com o outro Vice-Primeiro-Ministro, com o Shimon Perez. Todos me trataram muito bem. Esse assunto, se ocupou um por cento do tempo que eu levei, nem um por cento, meio por cento, foi muito. Eles viram claramente que o nosso objetivo não é ser hostil a Israel, pelo contrário. O que nós fizemos na Cúpula? Foi aproximar duas regiões do mundo em desenvolvimento que não olhavam uma para outra,

e onde as oportunidades de negócios, de comércio e de colaboração são imensas. Em 1993, encontrei Shimon Perez, quando eu era Ministro, e ele me disse voluntariamente que achava que o Brasil podia ter um papel – não é que o Brasil, evidentemente, vá resolver o problema, que é o problema mais complicado do mundo –, mas que poderia ter um papel, que seja um papel pequeno, mas em ajudar até para moderar certas posições, dada a própria relação que temos com os países árabes.

Você só pode ajudar numa situação quando você tem uma relação com os dois lados. Aliás, isso eu disse na Síria, e disse em outros lugares: temos uma boa relação com Israel e vamos continuar tendo uma boa relação. A imprensa brasileira aqui fez uma coisa totalmente da imaginação dela, não sei se provocada por “A” ou “B”, não sei por quem. Eu via nos mesmos dias declarações de organizações internacionais judaicas – agora não sei exatamente qual, posso estar cometendo um erro – moderadíssimas e, aqui, a imprensa brasileira muito crítica. É um direito, faz parte da democracia, é bom que seja assim.

Volto aos países árabes, se você quiser. Antes mesmo de a Cúpula se realizar, essa nova ênfase que o Brasil deu, as nossas exportações para eles aumentaram, de 2003 para 2004, de cerca de 2,7 bilhões para 4 bilhões. Só as exportações. Não estou falando do petróleo que compramos. Isso dá um crescimento de cerca de 40% mais ou menos; aumentou cerca de 20% mais ou menos nesse primeiro semestre em relação ao mesmo semestre do ano passado.

Antes mesmo de a Cúpula realizar-se, já estava dando resultado; agora, não posso querer medir tudo imediatamente. Sei que muita coisa vai frutificar a longo prazo. A Arábia Saudita comprou 15 aviões da Embraer. Eu estava passando em Catar, fazendo os convites ainda para a Cúpula, e Catar estava comprando 500 ônibus brasileiros. Há empresas brasileiras investindo em Djibuti, por exemplo, que é um pequeno país árabe; há empresas

brasileiras investindo em vários deles, aumentando exportação para a Argélia, investindo na Líbia. Você pergunta se tudo isso é resultado da Cúpula. É como você me perguntar se a interiorização do Brasil é resultado de Brasília. Não sei, mas antes de Brasília não estava interiorizado. Entendeu? Essas coisas ocorrem simultaneamente, têm um impacto, estão ocorrendo, continuarão a ocorrer, você tem empresas de mineração brasileiras já operando na própria Arábia Saudita. Vejo um enorme aumento de comércio, de oportunidades e com os reflexos também políticos que já mencionei, que acho que são reais. Acho que você, tendo uma presença confiável junto às duas partes, poderá ajudar. Talvez não seja para hoje nem para amanhã, é um processo complexo, de mais de 50 anos na fase atual, sem contar com a história. Então ninguém fará milagre, mas para você salvar algumas vidas humanas, nem que ajude um pouquinho, é bom.

**Veja:** O Brasil tem tropas no Haiti em missão de paz. O Brasil lidera...

**Celso Amorim:** O Brasil e a grande maioria dos países da América do Sul. O Brasil é um dos que têm mais tropas, mas não é uma desproporção tão grande. O Brasil tem 1200; a Argentina tem uns 650-700; o Peru tem também. Deve-se levar em conta as proporções dos países. Mas o Brasil lidera. Tem o comando militar também.

**Veja:** Estávamos falando sobre a crítica que a imprensa brasileira faz. No caso, a imprensa americana criticou recentemente a missão no Haiti, dizendo que a missão não conseguiu controlar as gangues, com embates violentos. Qual é a sua avaliação?

**Celso Amorim:** Acho que estamos dando uma contribuição muito importante para que o Haiti possa sair dessa situação. Não posso nem falar em ciclo, mas dessa violência permanente que o país viveu nos últimos 100, 200 anos, com os países desenvolvidos sempre tratando o Haiti como problema. Entravam lá, faziam uma intervenção e, quando acabava o problema, iam embora. Nunca a América Latina – não são palavras minhas, são de

Juan Gabriel Valdés, que é o representante do Secretário-Geral da ONU que está lá – tratou do Haiti como está tratando agora. Nunca o Haiti foi um tema dominante numa reunião da América Latina. Às vezes aparecia na OEA, porque os EUA colocavam lá para obter apoio do Canadá, de um ou outro país do Caribe, mas de forma marginal. Amanhã, na reunião do Grupo do Rio, um dos temas a serem tratados vai ser o Haiti. Por quê? Nós todos – não só o Brasil, mas vamos falar só do Brasil – estando lá com essa presença militar, temos autoridade moral para cobrar que a ajuda ao Haiti chegue e temos autoridade moral para falar com nossos interlocutores no Haiti, inclusive com o governo. Temos feito isso. Hoje, por exemplo, já estão registrados mais ou menos 2 milhões de eleitores no Haiti, em um total de 4 milhões possível. Se comparar com o número de pessoas que votaram na eleição em que Aristide foi eleito, é muito mais. Claro que não sei no dia da eleição, pois pode haver abstenção, mas isso é um ganho muito grande. E se não fosse a MINUSTAH, isso não seria possível. Também nas palavras do Secretário-Geral, ele calcula que cerca de 400 milhões dos 1,2 bilhão de dólares prometidos já chegaram ao Haiti. Talvez nem tudo ainda tenha se materializado em estrada, escola, mas está ocorrendo. Não quero dar a impressão de que tudo é o Brasil quem faz, mas o Brasil está contribuindo para isso.

Isso não é opinião minha e do Presidente Lula: é a opinião do Presidente Chirac, da Secretária Condoleeza Rice. Aliás, quem às vezes critica a MINUSTAH, nesse contexto, são amigos em outras questões, como é o caso da Venezuela, por exemplo. Nada é perfeito. No início, por exemplo, achavam que a MINUSTAH estava agindo muito levemente e ocorria esse problema das gangues. Depois criticaram porque ela estava agindo pesadamente. Sempre há algo que temos que enfrentar, ou então ficamos em casa, dormindo, esperando o mundo passar, a banda passar e pronto. Acabou-se aí. Você não é criticado, ninguém te vê.

**Veja:** Queria falar um pouco sobre a relação com a Argentina. O Presidente Kirchner raramente tem falado de cordialidade com o Governo brasileiro. O que azedou as relações brasileiras com a Argentina?

**Celso Amorim:** Não sinto isso. Não vou comentar a política e os comentários de outros países. Acho que Argentina e Brasil têm uma relação boa. Estamos fazendo juntos uma série de projetos que devem maturar na época da comemoração do Dia da Amizade – que é em outubro, não sei o dia exato –, que é o dia em que se fez o acordo. Serão vinte anos este ano, porque foi no primeiro ano do governo Sarney. Temos vários projetos que vão desembocar aí. O nosso comércio tem aumentado, temos procurado fazer coisas conjuntas, como é o caso, por exemplo, do próprio Haiti, de maneira coordenada. No ano passado, tivemos até um argentino na Delegação brasileira no Conselho de Segurança. No G-20, atuamos com perfeita harmonia. Não vejo esse problema. Acho que aqui é como se fosse Corinthians x São Paulo, Corinthians x Palmeiras. Fica-se vendo qualquer coisa que um fala, tudo ganha uma amplitude tremenda e, quando é positivo, não se fala. Os próprios problemas comerciais – não sou eu que estou dizendo, são pessoas da própria área industrial que, muitas vezes, até defendem uma posição dura – representam 3% ou 4% do relacionamento. O resto todo está bem. Na área de investimentos, o Brasil tem cada vez mais investido na Argentina. Quando estive lá, na última visita oficial que fiz, bilateral, o Presidente Kirchner queria que a Petrobras realizasse investimentos e os expandisse, e nós viemos aqui, conversamos com o Presidente Lula, e a Petrobras fez isso, acho que em benefício comum. Não vejo esse problema. Se ficar procurando demais, vai sempre achar problemas com qualquer um.

**Veja:** Queria falar um pouco sobre a tradição do Itamaraty. A pergunta seria como é planejada a política externa do Itamaraty? Como é? Tenho a informação passada de terceiros de que funciona assim: há diplomatas em diversas áreas, estudando em específicos temas, e são feitas propostas que são passadas para cima. É assim que funciona? Debaixo

para cima ou de cima para baixo?

**Celso Amorim:** Das duas maneiras, como em qualquer estrutura organizacional. Como é que funciona na editora Abril? Das duas maneiras, isso é lógico. Muitas vezes, um problema me é trazido e já vem com solução; muitas vezes, eu percebo o problema. As grandes linhas da política externa, naturalmente, é o Presidente quem define. Isso é uma coisa política. Essas grandes linhas também não se afastam dos princípios básicos. Elas podem, digamos, ter matizes, podem ter maior ênfase num aspecto. Acho que a não intervenção, a autodeterminação dos povos, o respeito ao direito internacional, esses princípios não foram criados pelo Governo Lula ou pelo Governo Fernando Henrique ou por nenhum outro Governo: isso vem da tradição brasileira. Até a América do Sul, quem lançou primeiro a idéia da zona de livre comércio da América do Sul foi o Presidente Itamar Franco, em 1993, numa reunião do Grupo do Rio, depois ficou meio abandonada. Depois, o Presidente Fernando Henrique teve o mérito de fazer a reunião de presidentes da América do Sul, mas a coisa não se desenvolvia. Por quê? Porque, às vezes, você precisa não só de uma definição teórica, você precisa de intensidade. Quando olho para a minha agenda de viagem, viajei seis vezes ao Equador nesta minha gestão, em dois anos e meio. Viajei sete vezes ao Peru. Uruguai, Paraguai e Argentina, nem sei, porque também nem conto. Viajei quatro vezes à Colômbia. Viagens do Presidente também, em ritmo naturalmente menor, mas igualmente importante. O Presidente, no primeiro ano de Governo, recebeu aqui todos os Presidentes da América do Sul e, dentro desses dois anos, visitou todos os países da América do Sul. Então, quando você vê esse aumento de comércio, o aumento de investimentos, tudo isso reflete coisas como essas. É de cima para baixo, em parte, mas é também de baixo para cima. Muitas idéias novas surgem da base.

**Veja:** Que influência têm os conselheiros próximos do Presidente, como o Professor Marco Aurélio Garcia?

**Celso Amorim:** Você tem que perguntar ao Presidente, eu não posso falar. Nunca tive divergências importantes, nem desimportantes com o Marco Aurélio Garcia. Temos uma colaboração muito boa. São papéis diferentes. Isso é uma tradição. O Presidente da França tem o “Conselier Diplomatique”, o Presidente dos Estados Unidos tem o Conselheiro de Segurança Nacional, que é muito mais até do que um Conselheiro e tem ao mesmo tempo as Chancelarias. O Marco Aurélio Garcia tem sido um fator positivo, tem muito contato com os partidos, de modo que facilita, e não só com partidos. Foi à Colômbia a pedido do Presidente Uribe. É uma pessoa muito útil nesse aspecto. Tem um conhecimento da realidade, não apenas, mas sobretudo, da América Latina, que é muito útil. Complementa o que podemos fazer. Há coisas, por exemplo, que às vezes são mais difíceis, menos apropriadas para a Chancelaria fazer diretamente, que ele pode fazer.

**Veja:** Por exemplo?

**Celso Amorim:** A Chancelaria, quando falo, é uma posição de Estado. Ele vai como enviado pessoal do Presidente. São formas diferentes. Mas não há divergências de posições. É como o Presidente dos Estados Unidos mandar para um determinado país o Colin Powell ou a Condoleeza Rice. Ou receber aqui o Ministro do Exterior da França ou o Conselheiro Diplomático. Nós é que não estamos acostumados ainda, porque o Brasil, como estava sempre muito tímido em política externa, tinha pouca presença internacional.

**Veja:** Queria saber qual a participação de Marco Aurélio Garcia, José Dirceu e Gushiken na formulação da política externa brasileira, porque eles fizeram viagens...

**Celso Amorim:** Todos os ministros fazem viagens. Sobre as viagens deles, você tem que perguntar a eles. Agora, nós sempre demos o apoio possível, cabível, dentro do que temos que fazer com qualquer ministro. O Ministro Furlan também viaja muito, o Ministro do Turismo viaja muito.

**Veja:** O José Dirceu, por exemplo, foi à Venezuela...

**Celso Amorim:** Nós demos o apoio. É normal que ele converse. Não sei o que ele conversou, o que sei está refletido em telegramas. Acho que ele manteve conversas políticas. É normal que um Conselheiro de um Presidente converse com Conselheiro de outro Presidente. Nenhuma dessas coisas afetou o curso da diplomacia brasileira.

**Veja:** Entendi. Nenhum tipo de comentário fora de lugar que tivesse criado constrangimentos?

**Celso Amorim:** Nada que tenha criado constrangimentos pelo menos. Às vezes, os próprios governantes estrangeiros querem encontrar com gente interna. Quando a Condoleeza Rice veio aqui, ela quis conversar com o José Dirceu. Nós vamos dizer não? Claro que não.

**Veja:** Alguns críticos do Governo dizem que raras vezes na história do Itamaraty um programa de um partido político, no caso o PT, influenciou tanto a política externa brasileira. O senhor concorda com essa avaliação?

**Celso Amorim:** Eu não sou filiado ao PT. Fui Ministro do Governo Itamar Franco. Acho que o que estamos fazendo hoje são coisas, grande parte delas, que fazem parte da tradição diplomática brasileira. Estamos, simplesmente, fazendo com mais intensidade, com mais velocidade, ao invés de deixar só na retórica. O Brasil sempre teve uma política de aproximação com os países em desenvolvimento, sempre teve uma posição de integração da América do Sul, aliás, integração da América Latina, que é um pouco mais ampla, mas as coisas têm que ocorrer por etapas. Está na Constituição Brasileira. Às vezes fica lá na retórica; estamos fazendo na prática e isso incomoda.

**Veja:** O Brasil mediu o entendimento de Hugo Chávez com Uribe com sucesso...

**Celso Amorim:** Mediu talvez seja exagerar o papel que tivemos. Ajudamos um pouco.

**Veja:** O Brasil teve também papel importante na criação do Grupo de Amigos da Venezuela. No entanto, as tentativas de convencer o Presidente

Chávez a moderar o discurso em relação aos Estados Unidos não dão certo, apesar de toda a amizade. Por quê?

**Celso Amorim:** Continuaremos a fazer o esforço, mas tem que ser dos dois lados. Para conseguir, por exemplo, a questão do Grupo de Amigos, eu me recordo, um dia em Nova York, de ter falado, no mesmo dia, com o senhor Cisneros, com o Ministro do Exterior da Venezuela, duas vezes com o Colin Powell, com o Secretário-Geral da OEA, tudo no mesmo dia, para irmos adiante no exercício, aceito pela OEA como absolutamente correto, que foi o referendun. Não temos nenhuma veleidade de controlar o discurso nem dos norte-americanos nem dos venezuelanos. Se pudermos ajudar a desfazer equívocos, trabalharemos nesse sentido. É preciso que haja desejo dos dois lados. Quando é para impor uma determinada visão, não adianta. Tem que haver diálogo. No caso de Venezuela e Colômbia, houve desejo dos dois lados. Também não quero exagerar. Outros também ajudaram. Não foi só o Brasil, mas o Brasil ajudou também.

**Veja:** Em sua avaliação, quais são os principais sucessos?

**Celso Amorim:** Eu já falei de tantos. O principal foi ter conseguido fazer páginas amarelas da VEJA.... Assim pelo menos a VEJA ficou conhecendo a opinião do Ministro uma vez. Eu não sei o que vai acontecer dessa vez.

**Veja:** Muito obrigado, Ministro.

**Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornalista Stephen Sackur, do programa “Hard Talk” (BBC World Service), em 20 de setembro de 2005**

*(versão em inglês)*

**Stephen Sackur:** Today Hard Talk is in New York city home of the United Nations still dominated by the big five permanent members of the Security Council. But just how tenable is that status quo? Well,

my guest today is the Foreign Minister of Brazil, a country now determined to flex its muscle on the international stage.

Celso Amorim, welcome to Hard Talk.

**Celso Amorim (Brazilian Foreign Minister):** Thank you.

**SS:** Why does Brazil want a seat, a permanent seat, on the UN Security Council?

**CA:** First, I think this has a history and I think it was reminded by Jack Straw last year. Brazil was already considered a candidate in forty five. President Roosevelt wanted Brazil to be on the Security Council, for different reasons that didn't happen then.

I think now it's a question not so much of Brazil wanting but the need to change the Security Council and to have developing countries there.

**SS:** In the past you've written about the moral case for reform of the Security Council, what do you mean moral case?

**CA:** It's a moral and political case, I would say, in the sense that you need to have a legitimacy for the decisions of the Security Council because it has to be able to take the decisions quickly, that's important too, but the other thing is that decisions should be followed by a majority of the countries.

**SS:** But you're, you're suggesting that there is no legitimacy to the current decisions taken ...

**CA:** No ...

**SS:** ... by the Security Council?

**CA:** I'm not a political science although I did study in England political science but, you know, there is the, let us say, the legal sense of legitimacy. Of course there is a legal legitimacy but there is also something called the political legitimacy and in order for the countries to feel that their views are being represented it's important that you have a fair representation in the Security Council. Not ...

**SS:** In making your ...

**CA:** ... the one that emerged from the Second World War, that's long ago.

**SS:** ... and in making your case for an

expanded Security Council you've basically teamed up with Japan, India, Germany is it your belief, your perception that Brazil carries as much weight in the world if not more as Japan, India, Germany?

**CA:** It's other people's who have perception. If they think. I think it's normal in Brazil ...

**SS:** But I'm interested to, to pin down what you and your president ... believe to be Brazil's rightful place in the world.

**CA:** The comparative advantage that Brazil has, if you wish, is the capacity to work out the problems peacefully, its own problems and other people's problems and I think that's the best possible contribution. I give you one example. We have borders with ten countries. I think we are the second or third country in terms of neighbours. We haven't had a war for a hundred and thirty years. So that's a good example.

And we have helped in many other situations with diplomacy. Some times also the presence of Brazilian troops but mostly with diplomacy in Africa, in Latin America, in Haiti now, many, many situations.

**SS:** Let me quote to you the words of Nicholas Burns, one of the top officials at the State Department, he said recently quote, 'We have to be concerned about the effectiveness of the Security Council. We believe an intake of nine or ten countries', which is the sort of proposal you're putting forward, 'is not easily digestible by the Council. We wouldn't be able to be assured of the Council's continued effectiveness'.

**CA:** Well may be it's not digestible by those who want to keep power only for themselves. I reply to that question when I say I think you have to consider effectiveness from two angles. One is the ability to take decisions. It may be if you had only one country that would be even easier. On the other hand you have to take the capacity of the world community to follow, to abide by those decisions. In that respect I think an intake of nine or ten can help quite a lot.

**SS:** A clear implication of what you've just

said is that you believe the Americans are trying to preserve their domination of the United Nations Security Council?

**CA:** I'm not saying the Americans, you are saying the Americans, but I'm saying that the countries that want to prevent the enlargement of the Security Council, whatever the reasons that they give, in practice that's what they're doing.

**SS:** The fact is your desire for reform is not going to be fulfilled is it?

**CA:** I think it will. Not my desire I think it's, as I said before, it's the need for the change of the Security Council, that will happen. The President of the General Assembly has mentioned that, the Swedish Prime Minister, that any reform will be incomplete if you don't enlarge the Security Council. The Secretary ...

**SS:** Have you talked to ...

**CA:** ... General have said that, I mean, it's not my perception, not Brazil's perception. You may vote for other countries actually if you choose but one thing is clear: you can't have the world of a hundred and ninety odd countries with the same amount of permanent members as you had when the war was over.

**SS:** ... have you talked to Condoleezza Rice about this?

**CA:** I have talked on and off with her yes.

**SS:** What does she say?

**CA:** I didn't talk to her very, very recently, but we talked before, and the Americans when they came to Brazil, both Colin Powell and herself said that Brazil has solid credentials but we have to see and let us see. These will continue, these are ...

**SS:** They're not, they're not enthusiastic at all are they?

**CA:** ... may be they are not enthusiastic but, actually, the reform of Security Council would be useful for them and I think a country like Brazil is able to build bridges that some times other countries can not.

I have seen for instance very polarised situations. When I was here as ambassador in the

question of Iraq and we did build bridges between the US, the UK almost on the one side, China, Russia and France on the other side. I think Brazil has that capacity. I don't know why, you can ask why. We think that we have a bigger capacity than others of building bridges. I actually don't know but it's part may be of the national ...

**SS:** Well we'll address, we'll address whether that's actually true ...

**CA:** ... national characteristic ...

**SS:** ... in a moment but, but just to stick to this point about the Security Council would you agree that at the moment it is the central plank of Brazil's foreign policy?

**CA:** No.

**SS:** It seems to many people inside Brazil to have become a preoccupation.

**CA:** Because it's may be more polemic. So it engenders more discussion. Brazil first priority is integration of South America, changing the trade geography, as we have been doing, fifty two per cent of our trade now is with developing countries. Latin America became our largest trading partner in the last year. Continuing discussions with Europe and United States and the WTO and so on ...

**SS:** Well ...

**CA:** ... We can't, we ...

**SS:** ... there's a long list there but I'm interested in your first ...

**CA:** ... we can't be reductionist.

**SS:** ... your first point was that your priority is integration with the rest of South America .

**CA:** Yes.

**SS:** ... why is it then that the rest of South America doesn't even appear to back Brazil's claim to a permanent seat on the Security Council?

**CA:** No. A great majority of the countries do back Brazil.

**SS:** Argentina, Mexico.

**CA:** Mexico's not South America to start with but, anyway, Argentina has a historic position, we respect that. The same kind of differences exist in

Europe you know and that doesn't prevent Europe to be integrated ...

**SS:** So ...

**CA:** ... I mean, as far as know at least so far Italy doesn't support Germany but we have to respect each country's views.

**SS:** Despite the feelings of many inside the United Nations in New York you say that reform is coming, when is it coming?

**CA:** I don't have a crystal ball so I can't really be sure on that but world history, as you know very well, is not made in one day. We have to profit from the momentum that exists now so I would hope we can have a deal the end of the year but if it has an over flow, if it goes to the beginning of next year that will not be tragic.

**SS:** By the end of the year you say and how many new members in the expanded council do you think there'll be?

**CA:** The proposal of the G-4 provides for six new permanent members without a veto.

**SS:** Without a veto?

**CA:** Without a veto.

**SS:** Let's widen the discussion, Brazil's foreign policy generally. Clearly you and your president want Brazil to play a very active role on the world stage.

**CA:** Yes.

**SS:** Why?

**CA:** It's an interesting question because it is the second time I'm foreign minister and the first time that I was foreign minister about ten years ago or so people would ask the opposite question; why Brazil doesn't play a bigger role in international politics. Actually it was, I think, the American expression was that Brazil was punching below its weight or something like that.

I think that the world has become globalised as we all know. We are effected by things that happen in Iraq, in the Middle East, wherever, and I think if we can have an influence and if the influence can be a peaceful one fine. And I think also in matters of, that

relate to trade, if you'll allow me a minute, for instance Brazil was instrumental to the creation of the G-20 in the WTO and I think this is probably the most important thing that happened in the politics of world trade in the last few years. I say that without any false modesty.

**SS:** To be specific when it comes to trade, when it comes to economics Brazil wants to create a new pole of power in the world, a pole of power which can effectively stand up to the United States ...

**CA:** Yes.

**SS:** ... and to Europe?

**CA:** Well let us say not stand to but we, we ...

**SS:** Well that's exactly what's been happening when it comes to trade issues particularly.

**CA:** ... aye in the negotiation yes but I think in the end we have been very useful and everybody recognises that for instance when we arrived at the framework last July in Geneva after ten months, ten months after Cancun every one recognised the role of the G-20. It's not Brazil alone by the way it's Brazil, India, South Africa, Argentina and many others.

**SS:** But do you think it's really useful to pose as the bastion of a new rival pole of power to the United States in particular?

**CA:** Oh that may be is your perception it's not my perception and I don't think it's the US perception, at least the US Government perception. It might have been in the moment in Cancun because there was a pre-cooked agreement between the US and European Union and it would be easier for everyone to, to approve the agreement. But once that didn't happen I think we see Brazil and the G-20 as very useful partners for a, for a trade agreement.

**SS:** It's easy to see why the Americans would begin to believe that Brazil has aspirations to become the leader of a rival pole of power. President Lula quote 'Brazil had to stop viewing itself as a small country, as a humble, Third World country very dependent on relations with the US and Europe, very concerned over what it could and could not do because the wealthy might not like it. Our basic principle is respect but we like to get it as well as give

it and we've proved that Brazil can be as internationally respected as any other country'. Very interesting quote ...

**CA:** Very good quote actually. .

**SS:** ... what he's doing and what you are doing is giving a clear message to Washington that you will not be pushed around any more because you feel you have been.

**CA:** Well it may be to Washington, it may be to Brussels, it may be to any where, I mean, we, we don't, we don't want to be pushed and we don't want to push. But let's ...

**SS:** Is that why you've organised for example a South America / Arab World summit?

**CA:** Well I think that has several reasons. It's not actually to defy any one but I think it's, it is why should we look to the Arab world that there are ten million people in Brazil who are descendants from Arabs, why should we look to the Arab world through the eyes of the Americans or through the eyes of the, of Europe? I mean if we can look directly and vice versa. So I think there is a mutual discovery then and I can tell you that's very pragmatic. Our trade with them almost, let us say, increased by sixty per cent in two years.

**SS:** Pragmatic you say some would call it clumsy particularly when in February of 2005 you chose to go to the Middle East, you visited Jordan, you spent time with the Palestinians in Ramallah, you did not stop at all in Israel and the Israelis noticed and so did the Americans.

**CA:** Well let me say ...

**SS:** It's clumsy.

**CA:** ... clumsy? Well it's your evaluation, I'll not defend, I'll not be defending my own abilities as a diplomat. What I can say at that, at that stage not as a justification, because I don't think that needs to be justified in any way, but what we were doing at that stage was preparing the summit. Israel was not a participant in the summit nor was the United States so that's why I, I went to these countries. Nor, nor did I go to Iran for instance which was all, also in the Middle East but it's not Arab country.

Having said that after the summit I went to Israel, I talked ...

**SS:** Because they were very angry ...

**CA:** ... no, well ...

**SS:** ... that you'd snubbed them before.

**CA:** ... well I talk to everybody, I received the amount of attention that was of, of country, no, I mean, if the summit, it took may be two per cent of the whole discussions, it was, was not even mentioned by the Foreign Minister and I spoke with Sharon, I spoke with the Foreign Minister, I spoke with, with the Vice - Prime Ministers, Simon Perez said Brazil was a, a country very well placed even to help. And I always was very clear.

When I went to Syria for instance I told them we, we are friends of the Israel and will continue to be friends with Israel. So there, there is no, you know, of course you can probably distort some action and see under a certain prism, I'm not saying that you do that, but sometimes people do that.

**SS:** But to be clear you don't regret that decision not to go to Israel ...

**CA:** No, no, no ...

**SS:** ... and which, of course, frustrated and disappointed them?.

**CA:** ... and I went there later and was so well received actually that shows...

**SS:** ... another aspect of this theme that I'm developing about Brazil's aspirations on the world stage you're spending millions and millions of dollars opening up new embassies in, in the developing world aren't you?

**CA:** Do you know how much a Brazilian embassy costs, I think it may cost maybe two hundred thousand dollars a year or something like that ...

**SS:** But when people in Brazil question President Lula as to the expenditure he said it's justified and he said look the US already has its flag flying in all of these countries.

**CA:** ... that's true, you know ten years ago, so I can say something that can be even used as self criticism if you wish because I'm also very capable

of self criticism and it's very useful from time to time. Ten years ago I was Foreign Minister, eleven years ago, and I said we have to open an Embassy in (indistinct) because that's the only Portuguese speaking country, East Timor was not independent then, where we don't have an embassy. And some times they were, some time in the future they will discover oil in (indistinct). They did, we did not have an embassy now we have. So we were late. Let me tell you one thing it's not my ...

**SS:** But is it really useful always to compare yourself with the US and say if they have embassies in these tiny developing countries we should have one too ...

**CA:** ... it's, it's, well it's a brotherly country, you know Brazil is very proud of the fact that we have probably half of our population of African origin. We are the second biggest population of African origin in the world. I mean we are more than the United States, only Nigeria has more African descendants than, than Brazil. So I think it is only natural. These, this month of August I think we had eleven leaders including Presidents and Prime Ministers and Foreign Ministers who went to Brazil. We didn't make any, let us say, calling, convocation, I mean they went there because they feel, they feel well in Brazil and we feel well in Africa. I think it's only natural.

**SS:** The problem ...

**CA:** I, we are not a colonial power so I don't know if the colonial powers are worried that we go there but we'll, we'll go.

**SS:** ... but the problem we keep coming back to is that you, you have this level of aspiration on the world stage, you pose as the leaders of the South American bloc and yet time and again it seems you do not have the support of your own neighbours. To quote Candido Glibowski, member of the World Social Forum's International Council, he said recently in an article quote 'Brazil's global ambition is madness, the product of 'quote', the old nationalist militarism and the dream of becoming a great power which is

possibly generating negative effects like tension, renewed tension with Argentina'.

**CA:** Well we respect anyone's opinions, Brazil's position is very peaceful. We don't, we don't expand military bases or anything around the world so I think it's totally out of order to think that we, are let us say off the target, to think that we want to have a militaristic, nationalistic, it's totally different.

Actually, I don't want and I don't like to speak of leadership but since we're here the leadership of President Lula has been sought very often and we have asked to be more present in Africa. That's what we see, it's not only that Brazil wants to go there it's that many people want us to be there and in South America, let me tell you again, it's very pragmatic. The region where our trade has grown more, especially our export, has been South America, it's, in two years it's almost double. That, that's something which never happened before.

**SS:** Isn't there a, a very difficult irony for you being the Foreign Minister of Brazil which is so keen to reach out to play a much bigger role on the world stage while at the same time your Government, your ruling party back home is, is falling apart?

**CA:** Well we have a political crisis there's nothing, we can't hide that but this is being, let us say, dealt with the proper way, the democratic way. The Congress, the, the what you call it, the equivalent of your Attorney General and all these are actively working. People are being condemned if they have to be condemned in a democratic way ...

**SS:** You ...

**CA:** ... so I think this in, in the end will reinforce the democratic credentials of Brazil. The fact that the institute...

**SS:** You're a, you're a ...

**CA:** ... the institutions are working as they should work.

**SS:** His popularity, President Lula, has dropped from sixty six per cent at the beginning of this year to fifty per cent or below now, thirty nine per cent of Brazilians say they would not vote for him

now under any circumstances, makes it difficult for this Government to operate with credibility doesn't it?

**CA:** Well I think a, a of course there are difficulties, I'm not saying there are not, I think on the other hand what President Lula is doing in the social field is so important, never done in Brazil before, the amount of transfer of income to, Brazil is the most unequal, one of the most unequal countries in the world ...

**SS:** It's the second, second most unequal country in the world.

**CA:** ... well you see, so, and President Lula is really working to diminish this inequality and

**SS:** Fifty per cent of the wealth is held by ten per cent of the people ...

**CA:** ... indeed, indeed ...

**SS:** ... President Lula is supposed to have changed this system instead we find he's mired in corruption scandals.

**CA:** ... no, no, no he's changing and that hurts those who don't want to see Brazil change.

**SS:** Do you think he's let, do you think he's let Brazil down?

**CA:** No I don't think so, I think on the contrary, I think President Lula continues to, to elicit a lot of hope and I think when all this has cleared and, of course, it will be very clear that he is not involved, and all those who have to be punished are punished in the democratic way with the full right of defence which is, that's something that democracy also presuppose, not only, only condemned by, by the media by this or that but condemned by the proper due process. When all of them are tried and the things have finished I'm sure that President Lula will emerge as a great leader that he is, respected not only in Brazil but internationally.

**SS:** Of course there's not only poverty and inequality which you've acknowledged which is a huge problem in Brazil ...

**CA:** No I have not, yes ...

**SS:** ... it's also, if I may continue, it's also the violence, the levels of gun violence in Brazil and the

levels of Police violence inflicted on the civilian population. For example over five hundred people in Rio de Janeiro alone, in the first six months of this year, shot dead by the Police. Sal Paulo a hundred and fifteen complaints of Police shooting civilians in the first six months of this year. And yet ...

**CA:** I don't want to speak about Police, Police violence so much in the world but any way if you ask for the first time in Brazil there was a big drop in violent death and this ...

**SS:** Big drop from totally unacceptable to still totally unacceptable.

**CA:** ... well that, that was the history of inequality ...

**SS:** But my point which ...

**CA:** ... the history of inequality in Brazil we don't want to, we don't want to hide history .

**SS:** ... I just, I just ...

**CA:** ... Brazil was a country that had slavery until 1889 now we have a Minister, a Cabinet Minister for combating racial discrimination, for combating gender discrimination. Now that's why President Lula is not so loved by so, by some people...

**SS:** ... but what I was coming to was setting out the context for your intervention in a tragic event that happened in London in the wake of the London bombings ...

**CA:** Come on, come on that's totally different. I mean we have had problems of Police violence, we have called the, the report, human rights rapporteur for extra judicial execution, he went to Brazil he spoke with everyone. Brazil's a ...

**SS:** But let's, let's just, let's just ...

**CA:** ... no let me finish, no, no, no, you know, wait a moment we are a poor country, we have problems, we have problems, we're still a developing country but these are illegal acts that are being combated in Brazil. We are not trying to justify them, (indistinct) to say that's the correct way to combat crime or anything else ...

**SS:** But when a, when a Brazilian ...

**CA:** ... so it's a totally different situation when ...

**SS:** ... well let's ...

**CA:** ... you would try to justify the killing, I'm not saying and I have, we are having a good cooperation of the British authorities so I don't want to question that but I, I think it's different when we try to justify the killing of an innocent, we have never tried to justify it. But Brazil is a poor country it has its problems.

**SS:** ... but let, just so that people understand we are now talking about the shooting ...

**CA:** They, it would be a good excuse but I don't think I ...

**SS:** ... death of a Brazilian citizen ...

**CA:** ... all the British authorities to whom I have spoken to didn't have resort to this argument because it's a bad argument, it's a tabloid argument that, that doesn't stand the level of the BBC.

**SS:** ... the only argument, the only argument, the only argument which I, I'm, I'm not making but which Amnesty International for one pointed out was that your very quick intervention in, in the tragic death of Jean Charles des Menezes was a counter point to the fact that as Amnesty International say Brazil, quote, 'Can not pick and choose cases based on the publicity they receive. The Government does not show the same care, the same approach at home ...

**CA:** You see I, I'm, I am the Foreign Minister of Brazil I have to deal with things that happen that effect our relations with other countries or happen or effect in Brazilians in other countries. Brazil is doing what it can in a very unequal society which came from a very bad basis and we have one of the best campaigns of disarmament in the world which is working. Police officials even have been put in prison in a great number in the last few years in all areas including environment, all areas. So I don't think this is argument is good because it doesn't do justice to the good way that I have been treated and the good, at least the attempt to be transparent that the Police, that the UK authorities have had with Brazil.

**SS:** Do you think, do you think that the family of Mr. de Menezes will get some form of justice from the British authorities?

**CA:** Well justice would be bringing him to life so I don't think that's possible but I think they will get some sort of compensation, I believe that. And the Brazilian public opinion also will get some sort of compensation when those who are found guilty, if they are found guilty, are also punished in a proper way. Everybody speaks of impunity so I think we are always shown the finger of what we should do, we're not trying to but in this particular we are, we are effected, a Brazilian was effected in a brutal manner for something that we didn't he anything to do with neither Brazil nor him personally, I think that has to be (indistinct) ...

**SS:** I suppose ...

**CA:** ... has to be put right.

**SS:** ... I suppose all I was getting at and am getting at ...

**CA:** And I'm sure it will be because Jack Straw promised me that, all the British authorities that I have spoken to have been very cooperative and I want to ...

**SS:** ... but I want to pose the ...

**CA:** ... stress that point as well.

**SS:** ... the underlying point of much of, of what we've been discussing is whether Brazil's ability to project on, on the international stage is undermined by the profound problems that you've acknowledged Brazil has at home?

**CA:** Well all of use some how are effected, it's true of any country I'm sorry to say, but I think also other countries that have many other problems have been, Brazil is a democracy. We are, are working hard to be more and more of a racial democracy, a real one, substantively one not only legally that we have been for a long time. We work peacefully, we don't have any, any problem with any of our neighbours so this is the kind, these are kind of, our country that we want to project; democratic, peaceful and, and turn to social justice.

**SS:** Celso Amorim thank you very much for being on Hard Talk.

**CA:** My pleasure.

### **Entrevista coletiva à imprensa concedida pelo Senhor Ministro de Estado em Washington, em 26 de setembro de 2005**

**Celso Amorim:** Boa tarde. Como sabem, estou aqui em Washington por dois motivos principais. Na realidade, eu originalmente fui convidado para participar da abertura da reunião do Conselho Empresarial de Negócios, o *Business Council*, e, ao mesmo tempo, atender ao convite que já me havia feito – não pudemos conciliar datas – a Secretária de Estado Condoleezza Rice. Hoje meus contatos foram no Departamento de Estado. Estive com ela num encontro, inicialmente em um encontro restrito, depois em um encontro maior, durante o almoço, onde tratamos de assuntos de interesse bilateral, regional e global.

Do ponto de vista bilateral, falamos essencialmente de que tipo de resultados desejamos para a visita do Presidente Bush ao Brasil e da expectativa muito positiva que existe a esse respeito da parte do Presidente Lula. Falamos sobre o formato geral de como deverá ser a visita, sem entrar em detalhes muito específicos de horários, e que tipo de resultados se pode ter. Além, naturalmente, das conversas políticas, que já são um resultado em si mesmo, discutiu-se a idéia de ampliarmos a cooperação que já existe, muito frutífera, entre o Brasil e os Estados Unidos, que foi reforçada quando o Presidente Lula veio aqui, há dois anos, e se criaram grupos – grupo de crescimento econômico, grupo de energia e alguns outros.

A idéia é expandir um pouco isso para algumas áreas. Não definimos o quê em termos de bater o martelo, mas mencionamos ciência e tecnologia, meio ambiente, educação. Há grande interesse da nossa parte também que haja – aliás, os ministros vão se encontrar em outubro também, em Paris, à margem da reunião da Unesco – cooperação, que acho importante, na área da promoção da democracia, com ênfase, inclusive, no aspecto da democracia racial. Acho que são países que estão bem posicionados para tratar desse tema, não só

bilateralmente, mas no mundo. E conversamos também sobre cooperação com a África, refletindo, aliás, um desejo que já estava presente desde o primeiro encontro do Presidente Lula com o Presidente Bush, que foi reiterado durante a nossa conversa, em Brasília, e entre nós, eu e a Condoleeza Rice. Não definimos projetos específicos, mas reiteramos o desejo de trabalhar em conjunto em alguns projetos. Acho que houve concordância plena dos dois lados. Isso no que diz respeito à parte de cooperação bilateral.

Tratamos também de temas globais, inclusive a reforma das Nações Unidas nas suas várias dimensões. Reforma do secretariado, que sabemos que interessa muito aos Estados Unidos. Também reforma de outras instituições. E não fugimos, de maneira alguma, do assunto, que poderia ser considerado mais difícil, e que foi, aliás, objeto de um bom diálogo, que é a reforma do Conselho de Segurança. Concordamos que continuaremos a conversar sobre esses temas. Foi uma boa conversa hoje. É uma conversa que poderá ser continuada em nível de altos funcionários.

Falamos também de temas regionais. Diria que talvez o que tomou mais tempo – certamente o que tomou mais tempo – foi o Haiti. Venho do Haiti. Estive lá na terça-feira e quarta-feira passada e a Secretária de Estado está indo lá amanhã. Assim, ela naturalmente estava interessada em ouvir as minhas percepções. Informei que é preciso compartilharmos algumas das linhas de ação que são importantes diante do quadro eleitoral que agora está se desenhando, já com a perspectiva de que as eleições sejam bem-sucedidas e o que devemos fazer para isso. Diria que, em termos gerais, esses foram os temas tratados.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Evidente que todos temos interesse em que os resultados da cúpula sejam substantivos. Devo dizer que o tema não foi tratado diretamente nas minhas conversas com a Secretária de Estado. Foi objeto de uma referência, rápida, na conversa que tive depois – era quase que uma visita

de cortesia, mas que se estendeu – com o Vice-Secretário de Estado Bob Zoellick, meu amigo, pessoa com quem já tive e tenho tido divergências, mas com quem também tivemos convergências muito importantes, que possibilitaram, creio eu, viabilizar o acordo-quatro de julho do ano passado em Genebra. Foi mencionado muito *en passant* que era importante que não fosse documento puramente burocrático. Todos estamos de acordo sobre isso, mas foi a única referência que ocorreu ao documento. Com relação à Venezuela, nosso interesse é naturalmente que haja sempre o melhor diálogo. Somos amigos dos Estados Unidos, somos amigos da Venezuela e o Presidente Chávez é o presidente eleito, com grande apoio popular. É importante que haja um diálogo, o melhor possível, e o que pudermos fazer para contribuir para esse diálogo, faremos. Mas não temo que haja essa confrontação, não. Eu, pessoalmente, não. Claro que numa reunião, num plenário, sempre pode haver opiniões divergentes, faz parte da democracia tanto dentro dos países quanto fora dos países. Temos certeza de que tudo correrá de maneira civilizada.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Acho que quando dois presidentes se encontram, isso em si já é um resultado que aumenta o entendimento. O Presidente Bush falou na ONU – foi tema hoje também, e antes, na sexta-feira – sobre a eliminação dos subsídios. O que nós podemos fazer juntos para garantir essa eliminação dos subsídios no mundo é algo muito importante. Quem sabe a Cúpula das Américas também pode produzir um chamamento a isso? Vemos que quando chegamos à negociação há muito mais dificuldades do que nas manifestações políticas. Então, vamos tentar traduzir esse ânimo tão positivo do Presidente Bush, por exemplo, numa ação concreta que permita avançar na Rodada de Doha. Acho que esse apoio à democracia, da maneira que também nós temos, da maneira que sempre entendemos, para usar uma expressão muito comum aqui, de “engajamento construtivo”, é uma coisa muito positiva, dando, inclusive, uma substância social importante e até

valorizando o aspecto racial da democracia. Acho que nesse tema tanto os Estados Unidos quanto o Brasil já estão obtendo resultados concretos. Se, além disso, tivermos grupos sobre esses temas, meio ambiente, ciência e tecnologia, educação, qualquer outro que possa surgir, isso também é muito positivo. O Secretário do Tesouro esteve no Brasil com o Ministro Palocci e os contatos entre os ministros de Energia têm sido extremamente positivos. Também o Ministro Furlan com o Departamento de Comércio, o Secretário de Comércio. Acho que você vai criando uma teia de relacionamentos que é muito importante. Na área de educação, não há a menor dúvida, temos muito interesse de continuar podendo formar brasileiros nas universidades americanas, que obviamente têm excelência. E sempre teremos interesse de que todos eles voltem para o Brasil.

**Jornalista:** E que dia ele vai?

**Celso Amorim:** A hora precisa eu não sei. A reunião deles é no dia 6.

**Jornalista:** Mas ele tem um almoço com o Presidente Lula, ou...?

**Celso Amorim:** Como eu lhes disse, não entramos nos detalhes sobre horário. O formato vai ser o formato habitual quando o Presidente Lula recebe os Chefes de Estado de países amigos. Um contato restrito, depois um contato de trabalho mais amplo, depois um almoço, mais ou menos isso.

**Jornalista:** Uma visita de trabalho?

**Celso Amorim:** Se você quiser, uma visita de trabalho diferenciada de visita de Estado, no sentido de que não necessariamente vai ter cavalinhos na Esplanada dos Ministérios. Como foi a dele aqui, não é? Foi uma visita de trabalho – você que tem muita experiência e conhecimento disso – como poucas se realizam, com tanto tempo de trabalho intenso. É um formato mais ou menos parecido. Não necessariamente com o mesmo número de ministros...

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Primeiro, deixa eu te dizer, Paulo, que estive agora com a Secretária de Estado e com o Vice-Secretário de Estado. Não ouvi de

nenhum deles essas preocupações com que você está tão angustiado. Vamos chegar a um bom documento, que será um documento substantivo. Claro que, como todo documento – acabamos de vir da ONU, tivemos que acertar um documento entre 190 países, 192 países –, nunca é o ideal para cada um. Cada um faz concessões. As concepções não são exatamente iguais. Acho que o que nos une a todos, aqui, é o apego à democracia, o apego ao progresso. Ninguém contesta a importância do mercado na economia, mas muitos acham que tem que ser complementado por outras preocupações, digamos assim. O mercado não resolve tudo. Vamos encontrar um ponto comum para falar desses aspectos. Eu não vejo nenhum problema sobre isso. Não vi ainda. Pelo menos não chegou a mim. Então deve estar ainda num nível de discussão.. Não foi colocado a mim. Nem pela Secretária de Estado nem pelo Vice-Secretário, que até mencionou a cúpula, e teria tido a oportunidade de expressar essas preocupações que você está expressando agora.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Essas reuniões também, como você sabe, têm um tempo limitado. Temos que falar do que é imediatamente mais premente, digamos assim, que requer ações, como é o caso do Haiti. Então, o tema não apareceu. Mas isso não quer dizer que ele esteja...que expressão você usou? Que ele morreu, ou está interrado.

**Jornalista:** Na sua conversa com a Condoleezza Rice... alguma coisa sobre Doha... (inaudível)

**Celso Amorim:** Primeiro me deixa dizer que, com a Condoleezza Rice, não tratei desse tema de todo.

**Jornalista:** E com o Zoellick?

**Celso Amorim:** Com o Zoellick não posso dizer que tratei do tema, no sentido de que não vim para negociar com ele. Quem trata do assunto hoje é o Rob Portman, que esteve extensamente comigo em Paris. Uma hora e meia, bilateralmente, na quinta-feira, e depois todos participamos da reunião quadrilateral, na sexta. De modo que não há muito o que acrescentar a isso. O Zoellick, naturalmente, tem

interesse quase que nostálgico, eu diria, se posso interpretar, no trabalho relativo a isso. Então, comentamos um pouco. Mas foi mais uma questão de percepções, de impressões... Agora, se você está perguntando sobre a minha impressão em função de Paris, não tenho nada daqui de Washington que possa acrescentar à minha impressão de Paris.

Acho duas coisas. Estamos chegando ao momento em que estamos próximos da hora da verdade. As decisões políticas difíceis vão ter que ser tomadas. A liderança nas decisões políticas difíceis tem que ser dos grandes, sobretudo dos países que subsidiam, porque o subsídio, na parte agrícola, que é o motor dessa rodada – o que é reconhecido, aliás, por todos –, é a grande distorção que tem que ser corrigida. O resto são coisas normais de negociação. Os subsídios têm que ser modificados. Estamos chegando numa situação em que, realmente, as decisões críticas têm que ser tomadas. Você me pergunta. Senti grande disposição política de continuar o engajamento para encontrar soluções. Agora, se você perguntar se elas são fáceis, não acho que sejam fáceis. Tenho alguma experiência dessas negociações e, por exemplo, quando fomos para Doha, também não achava muito provável que fechássemos um acordo, porque as diferenças eram muito grandes. Na época, por exemplo, na questão de remédios, de patentes, a diferença era muito forte. Mas a noção da importância estratégica do sistema multilateral acabou prevalecendo. Espero que, dessa vez, ocorra o mesmo. Agora, se vai acontecer daqui até dezembro, ou se ainda vai ficar uma margem para ser discutida mais tarde, isso não posso dizer. O regente dessa orquestra agora é o Pascal Lamy. Ele que vai ter que organizar. Sei que estamos perto, que estamos próximos do cerne da negociação – Brasil, Índia, Estados Unidos, União Européia – de uma maneira como nunca estivemos. Isso nos permite ter uma influência no processo. Acho que isso, hoje, que no início despertou tanta resistência, hoje em dia é até bem-vindo, porque, como disse de brincadeira para o Zoellick: “olha, estou até mal agora com os

meus radicais, porque dizem que o G-20 é o meio-termo.” Então, veja só: nós somos os moderados e somos os que podem propiciar um acordo.

**Jornalista:** Em relação à reforma da ONU e, muito especificamente, à reforma do Conselho de Segurança. Ela ficou melhor? O que é que ela quis dizer quando ela falou na abertura lá da Assembléia que seria... (inaudível)

**Celso Amorim:** Acho que quem tem que dizer exatamente o que pensa, é ela. Vou relatar o que disse e qual é minha percepção. Enfatizei que era muito importante, quando se vêem Japão e países em desenvolvimento, que essa participação não seja em bases diferentes. Qualquer que seja a eventual forma de participação permanente do Japão, a mesma terá que ser dos países em desenvolvimento. Ela não discordou dessa percepção. Me tranquilizou em relação a isso. Mas isso foi uma conversa que vai continuar. É uma conversa que não se resolve de imediato, é um processo. Tem gente que é muito impaciente, que acha que tudo pode ser resolvido... Até aliados nossos são muito impacientes; acham que você pode resolver assim, rapidamente. Tem coisas que são lentas, não podem durar a vida inteira, mas que exigem paciência, exigem perseverança, exigem confiança, e essas coisas não nos faltam.

**Jornalista:** (inaudível) ...Como é que ela está falando... o Japão... O que o Japão vai fazer?

**Celso Amorim:** O que o Japão vai fazer? Creio que não. Aliás, o G-4 é uma proposta japonesa, inicialmente, do Primeiro-Ministro Koizumi. Volto a dizer, não posso falar pela Secretária de Estado. Mas é muito claro – e não vi ela discordar disso – que não existe hipótese, mesmo que você quisesse, que só o Japão entrasse, mesmo se alguém quisesse. Eles não estão dizendo que querem, tanto assim que ela falou de país em desenvolvimento e, na conversa, reconheceu que não pode haver uma discriminação. Essa palavra é minha, não é dela, mas ela, digamos, pareceu assentir. Agora, mesmo que alguém quisesse, isso é impossível. Não há, digamos, força humana que possa produzir esse resultado.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Porque o G-4 foi, no fundo, o reconhecimento disso. Há dez anos, o Paulo Sotero, que é veterano, como eu, da área internacional – um pouquinho mais moço, mas é veterano –, sabe que doze anos atrás só se falava de Japão e Alemanha. E era uma luta você falar de país em desenvolvimento. O próprio Japão propôs a criação do G-4. Sabem que a nossa sorte, de alguma maneira, está ligada.

**Jornalista:** Sobre o Haiti, tem alguma novidade, já foi definida alguma questão sobre o Haiti mais imediata?

**Celso Amorim:** Acho que o mais imediato é apoiarmos o processo eleitoral. Venho do Haiti agora e tive ocasião de falar com os jornalistas. Acho que a situação de segurança melhorou consideravelmente. Longe de ser perfeita, sobretudo em lugares como as favelas, como Cité Soleil, é problemática. Há outros eventos que ocorrem, seqüestros – a maior parte deles é de motivação econômica e social, infelizmente. Há, digamos, disposição das forças políticas todas com que conversei no Haiti, todas. Estive com sete candidatos a presidente. Claro que não é muito porque lá tem 54, mas, de qualquer maneira, sete é um número expressivo. Envolve direita, esquerda, centro-direita, centro-esquerda, e todos estão engajados no processo eleitoral. Isso é muito importante.

Há preocupações, tanto da comunidade internacional quanto dos partidos haitianos – não vou dizer que sejam idênticas sempre, mas enfim – sobre a mecânica do processo e a importância de que se tomem decisões rápidas sobre alguns temas, que são temas muito práticos: prazo para recursos, realização das eleições locais, municipais, juntamente ou não das eleições presidenciais, prazo para preparar a cédula eleitoral. Todas essas questões parecem simples, mas, como elas exigem decisões de um órgão colegiado – e temos que respeitar, porque o Haiti é que tem que tomar essas decisões – às vezes há divergências. Então, às vezes, há demora nas decisões. A principal preocupação é essa, mas senti,

por exemplo, da parte também do Primeiro-Ministro, o desejo de incentivá-los a tomar essas decisões rapidamente, sem desprezar a autonomia do colégio eleitoral. E tenho sentido que isso tem ocorrido da parte dos políticos também.

**Jornalista:** Mas o Brasil foi elogiado aí na condução do processo, nessa questão prática...

**Celso Amorim:** Voltou a elogiar...

**Jornalista:** Foi chamado a ajudar?...

**Celso Amorim:** O Brasil tem ajudado. Nós já mandamos pessoal do Tribunal Eleitoral. Por exemplo, no caso, não há urnas eletrônicas, porque há preocupação de falta de eletricidade e de não ter baterias suficientes. Então o sistema não vai ser igual. Houve uma concorrência, que os mexicanos acho que ganharam, para fazer o título de eleitor, que é muito importante, porque não será apenas um título de eleitor. Será a primeira vez que os haitianos terão uma carteira de identidade, um registro civil aberto. Assim, acho que tudo isso são progressos que estão sendo feitos para a sociedade haitiana para o longo prazo. Na minha conversa hoje com ela, lembrei que o Haiti não é um tema só até as eleições e depois vamos abandoná-lo – acho que ela também concorda com isso. É um engajamento de longo prazo. A partir do momento em que haja as eleições, em algum momento, creio que provavelmente algum contingente militar terá que continuar por algum tempo, desde que o Governo haitiano também aceite. Mas terá que ser um engajamento cada vez mais na área de reconstrução e na área socioeconômica. Até mencionei algo que tinha falado já no meu discurso na ONU. Não sei se concordou ou não, mas achei que recebeu bem a idéia de que, até para a Comissão de Construção da Paz, o Haiti, quem sabe, vai ser o primeiro caso de teste. Está bom? Posso falar um pouquinho com os outros?

**Jornalista:** Falaram no Irã?

**Celso Amorim:** Falamos de um modo geral, trocamos impressões. Tanto os Estados Unidos quanto o Brasil concordam sobre a importância da não-proliferação. Os nossos objetivos são

semelhantes. A questão é qual a melhor maneira de chegarmos a um resultado que seja positivo. E continuaremos a conversar.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** A situação do Irã como um todo frente à Agência Atômica, a importância de preservar a autoridade da Agência Atômica, enfim, a importância de que o Irã cumpra com as obrigações que contraiu. Sobre isso não temos nenhuma divergência. A questão que se coloca, e que temos que examinar, é a oportunidade de o assunto vir ou não ao Conselho de Segurança. Temos muito desejo de manter o diálogo sobre esse e sobre outros temas.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Compliance with WTO decisions and the decisions of the Dispute Settlement Body is of course very important for the credibility of the system as a whole. I won't go into details of delays now, or exact timetables, because we have to look at that in an appropriate way. Of course, the sooner the better. That's the only thing I can tell you.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Well, I hope that we don't need to come to that point. It was not us who invented the idea of cross-retaliation. It was basically the U.S. and the European Union, more the U.S. at that time, in the Uruguay Round. What came about finally was that you can retaliate from IPR to goods, or services to goods, you can also retaliate from goods to services or to IPR. But hopefully we won't come to that. We want to have a positive settlement, but of course it has to be a settlement that is also in accordance with the interest that motivated us in the first place, which is the Brazilian cotton production.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** Well, I can't say that I'm surprised, you know, I'm too old to be surprised by this kind of difficulties, but I think that we continue to be prepared to talk, and how far we'll be able to go is something that the negotiations will show. Of course we're interested to have real cuts in domestic support, so that involves not only reductions, but also

disciplines, and that's clearly in paragraph 14 of the framework agreement in agriculture... in Geneva, July last year. But exactly how it will be, what I've been hearing most, not exclusively, but what I've been hearing most is that the U.S. needs also important progress in market access. We totally agree with that – especially market access in agriculture. So, I think for Brazil, I would say for developing countries. And actually President Bush said that it would be a win-win situation: the European Union reducing the trade barriers, the tariffs, and the U.S. reducing the domestic support.

**Jornalista:** (inaudível)

**Celso Amorim:** I don't think I would like to negotiate through the media, but I think that. I would say that we don't gain much by complicating things, and if I say grey it's grey, but if I say it's a mixture of black and white, indefinite proportions to be defined and decided later, it makes it a bit difficult, doesn't it? And the experience we had in the Uruguay Round, when we had this average reduction, is that, you know, the thing that always is kept for the end of a negotiation is the actual scheduling of products. So we'll never know what really is in need for us before you have the actual scheduling of products. So, if you have an average, as I told – I can repeat to you what I told in Paris, you know –, if your head is in a stove and your feet are on the ice, the average in your body is quite good, but you may die.

### “Café com o Presidente”

*Programa de rádio, com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (Rádio Nacional, em 26 de setembro de 2005)*

**Luís Fara Monteiro:** Bom dia amigos em todo o Brasil, começa mais uma edição do Café com o Presidente, programa de rádio do presidente Lula. Tudo bem Presidente?

**Presidente:** Tudo bem, Luís.

**Luís Fara Monteiro:** Café quente esta semana, como nós prometemos.

**Presidente:** Eu acredito que o café está melhor do que nunca.

**Luís Fara Monteiro:** Presidente, nas próximas quinta e sexta-feira acontece a Primeira Reunião de Chefes de Estado da Cúpula da América do Sul, aqui em Brasília. Pode ser mais um passo para a integração sul-americana?

**Presidente:** Na verdade, a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações é quase que a unificação de procedimentos, da integração, da discussão do modelo de desenvolvimento, da discussão sobre as estradas, as ferrovias, as parcerias empresariais que nós queremos fazer na América do Sul. Precisamos interligar todos os países da América do Sul, precisamos ter aeroportos melhores, precisamos ter portos melhores, hidrovias funcionando – porque quase todos os países são cortados por rios que permitem a utilização de barcos – porque isso significa desenvolvimento para todos os países. É importante lembrar, Luís, que as exportações brasileiras para a América do Sul nesses 30 meses praticamente dobraram, aumentaram 98.4%, e nós estamos exportando produtos manufaturados – telefone celular, carro, autopeças – numa demonstração de que isso significa criar mais riqueza para o Brasil, criar mais riqueza para os países da América do Sul, gerar mais empregos no Brasil e gerar mais empregos lá também. E o Brasil tem muita responsabilidade. Veja, por exemplo, estamos fazendo uma grande rodovia que liga o Brasil ao Chile, que dá saída para o Pacífico. Estamos fazendo, junto com a Argentina, um gasoduto e isso é importante para nós e para a Argentina. Estamos fazendo a rodovia, sobre a qual já falei aqui nesse programa, ligando o norte do Brasil, através do estado do Acre, ao Oceano Pacífico, passando pelo Peru. Isso gera empregos aqui, gera empregos lá, vai melhorar as exportações do Brasil, vai melhorar as exportações do Peru.

**Luís Fara Monteiro:** O senhor falou em corredor de exportação. Como é que está, por exemplo, a duplicação da BR 116 no trecho entre Curitiba e São Paulo?

**Presidente:** A BR-116 já está praticamente

pronta, falta apenas a Serra do Cafezal, que vai ser feita pela iniciativa privada quando for realizada a concessão da estrada. O que é importante é que nós tiramos do papel o trecho da BR 101 sul que vai de Osório a Palhoça, do Rio Grande do Sul a Santa Catarina, que vai ser a grande rodovia de integração dos países do Cone Sul. Essa estrada tinha sido anunciada no governo passado, foi entregue uma carta dando ordem de serviço e não aconteceu nada, ou seja, agora fomos lá, fui visitar as obras e a estrada está andando muito rapidamente. Acho que vamos cumprir o prazo e, se Deus quiser, vai melhorar para o Brasil, vai melhorar para a Argentina, vai melhorar para o Uruguai e vai melhorar para o Mercosul.

**Luís Fara Monteiro:** Na prática, Presidente, o que o povo ganha com essa integração dos países da América do Sul?

**Presidente:** Muita coisa. Isso permite – quando um país tem estradas, quando um país tem pontes, quando um país tem energia elétrica, quando um país tem comunicação – que empresários do mundo inteiro façam investimentos, e isso facilita a geração de empregos, facilita criar empregos em todo o Continente e isso é a coisa mais sagrada, não apenas para mim, mas para os presidentes de outros países da América do Sul. Por isso que o Ministério do Trabalho anunciou, na semana passada, nesses 33 meses, a criação de 3 milhões e 380 mil empregos com carteira profissional assinada, ou seja, mostrando que tem uma parcela significativa conquistando sua cidadania.

**Luís Fara Monteiro:** A população já entendeu, na sua opinião, que esse aumento de exportações, essa integração com os outros países, o aumento do número de comércios, refletem no número de empregos criados no Brasil também?

**Presidente:** Muitas vezes um cidadão comum pode pensar que as exportações não têm nada a ver com ele, mas, muitas vezes, ele é que não sabe que o produto que está produzindo numa fábrica vai ser utilizado num carro produzido na Suécia, na Alemanha, na Inglaterra, e isso é muito importante. Por isso que nós somos otimistas. Quando saímos

de R\$ 60 bilhões de exportação para R\$ 111 bilhões, como nós estamos agora, aumentando nossa balança comercial e aumentando o nosso saldo da balança comercial, hoje nós temos US\$ 40 bilhões de saldo comercial e isso é uma garantia que o Brasil oferece ao mundo de que pode vender para o Brasil que não tem problema, que nós temos dinheiro para pagar nossa conta. E, aos poucos, as pessoas vão compreendendo, “perai, o presidente Lula está viajando, mas cada vez que ele viaja a gente exporta um pouco mais, cada vez que a gente exporta um pouco mais a gente é obrigado a produzir mais aqui, a gente produzindo mais aqui vai ter mais empregos, mais salário, a gente vai poder comprar mais no comércio, o comércio vai fazer mais pedidos para as fábricas, as fábricas vão contratar mais gente, a gente vai vender mais”. Esse ciclo virtuoso é que é importante para o Brasil.

**Luís Fara Monteiro:** Obrigado Presidente. Até então a próxima segunda-feira com mais um Café com o Presidente.

**Presidente:** Obrigado a você Luís.

### **Chanceler afirma que Brasil deve ajudar mais outros países do bloco e elogia relações com os EUA – Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim (Correio Braziliense, em 09 de outubro de 2005)**

Carlos Alberto Jr. e João Cláudio Garcia da equipe do Correio

**Correio:** A um mês da visita do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, a Brasília, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, garante que as relações entre os países não esfriaram. Ao contrário, revela que há “camaradagem” entre Bush e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Já em referência ao Mercosul, o chanceler faz um mea culpa e admite que é preciso um “sacrifício de competitividade” por parte do Brasil para ajudar outros países, como o Paraguai. “O Brasil não pode pensar que, se acabamos mais competitivos em tudo, vamos produzir tudo. Temos de comprar algumas

coisas”, afirmou Amorim em entrevista exclusiva ao Correio, na última quinta-feira.

O Ministro embarcou ontem para a Suíça. Em Genebra, ele participa de uma Reunião Miniministerial sobre a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Entre os desafios, convencer representantes da União Européia e dos Estados Unidos a reduzir subsídios agrícolas e abrir o mercado para os produtos de países em desenvolvimento. Amorim avisou que, sem um acordo que represente mudanças, o Brasil vai esperar outra rodada de negociações para fazer concessões.

**Correio:** O presidente George W. Bush vem ao Brasil em novembro, mas analistas dizem que as relações com os EUA esfriaram. O governo deixou de priorizar essas relações?

**Celso Amorim:** As relações estão ótimas. Há até uma camaradagem do ponto de vista do relacionamento pessoal dos dois presidentes. Isso está na imprensa internacional, que se refere ao presidente Lula como de esquerda moderada, com boas relações com a Casa Branca. Conversei com a secretária de Estado Condoleezza Rice há pouco mais de uma semana sobre temas regionais e globais. Dedicamos bastante tempo à reforma da ONU e a temas como desarmamento, não-proliferação e Oriente Médio. Há sintonia de opiniões. O mesmo ocorre na área comercial. O comércio com os EUA nunca cresceu tão rápido. Não vejo falta de prioridade. Há uma diferença entre ter determinado assunto como prioridade e fazer todas as concessões para conseguir um acordo numa semana.

**Correio:** Muito se fala sobre uma estratégia americana para minar o Mercosul e impedir a consolidação do bloco. Parte dessa ação envolveria os acordos bilaterais dos EUA com países da região. Qual sua avaliação?

**Celso Amorim:** No comércio internacional, a monogamia não é uma virtude. O que não pode é ser membro de duas uniões aduaneiras ou de uma união aduaneira e outra área de livre comércio ao mesmo tempo. Vários países já tinham acordos

preferenciais com os EUA. Vejo uma diversificação das oportunidades. Não creio que a ação americana seja para irritar o Brasil ou criar alguma dificuldade.

**Correio:** A Cúpula Sul-Americana, realizada em Brasília, revelou alguns problemas. O presidente argentino, Néstor Kirchner, foi embora antes da reunião, o uruguaio Tabaré Vázquez não veio, e o venezuelano Hugo Chávez ficou insatisfeito com a estrutura da Comunidade Sul-Americana de Nações. A integração regional está mais difícil?

**Celso Amorim:** Kirchner veio ao Brasil a propósito da reunião. Esteve aqui, participou do jantar, conversou longamente com o presidente Lula. A Argentina teve uma participação construtiva no documento final da cúpula. Se você me perguntasse no início do governo se eu achava que agora teríamos um documento consolidando uma comunidade sul-americana de nações, eu acharia improvável. Mas a coisa avançou muito. A comunidade não é só um documento declaratório. É baseada em acordos de livre comércio que envolvem praticamente todos os países. Quando se começou a falar mais no assunto, dissemos: não queremos retórica. Queremos que seja para valer. Fechamos acordos e temos feito investimentos na área de infra-estrutura, que ainda são poucos diante de tudo o que é possível e necessário.

**Correio:** Como estão as relações com o Paraguai? Recentemente, o Brasil manifestou preocupação com a instalação de uma base militar dos EUA no país e cobrou mais transparência do governo paraguaio.

**Celso Amorim:** Tivemos conversas positivas e satisfatórias. O Brasil tem de fazer mais pelo Paraguai em vários campos, sobretudo no econômico. É legítimo quando o Paraguai diz que o PIB deles caiu desde que o país entrou para o Mercosul. Temos de contribuir para mudar isso. O Brasil não pode pensar que, se acabamos mais competitivos em tudo, vamos produzir tudo. Temos de comprar algumas coisas. Em alguns casos, é preciso fazer um sacrifício da competitividade, transferir a produção para outro

lugar, fazer uma joint-venture, ajudar os outros países porque isso nos dará força. Não adianta pensar só no Brasil e depois fazer o Mercosul como um apêndice.

**Correio:** Qual a perspectiva para a reunião na OMC em Genebra nesta semana? Há uma proposta do Ministério da Fazenda para uma redução drástica das alíquotas de importação...

Tem uma proposta?

**Celso Amorim:** Não sei... Não houve uma proposta formal do Mministro. Não vejo negociação comercial como oportunidade para liberalização unilateral. Negociação comercial é toma-lá-dá-cá. A tarifa é uma defesa. Se você se despoja de tudo, qual o seu instrumento de barganha? Os países em desenvolvimento já fizeram muito comparado com os países desenvolvidos. Teremos de fazer mais no processo de negociação, mas tem de ser compatível com nosso grau de desenvolvimento. Não adianta eliminar tarifas. Seria um desarmamento unilateral que não sei se o Brasil está em condições de fazer.

**Correio:** Qual a percepção do Brasil sobre a disposição dos países desenvolvidos de abrir a área agrícola?

**Celso Amorim:** Estamos chegando na hora da verdade. A Europa terá de fazer um movimento importante no que diz respeito a acesso a mercados e os EUA terão de mexer na questão do apoio interno às exportações. Se vamos definir todos os pontos até Hong Kong (reunião ministerial da OMC, em dezembro), não sei. Mas fica um jogo de empurra entre a União Européia e os EUA. Não podemos ter um acordo que não represente mudanças. Aí o Brasil vai esperar outra rodada.

**Correio:** O Brasil venceu o caso do algodão na OMC, mas os EUA ainda não mudaram a legislação para reduzir os subsídios. É frustrante ter um organismo internacional como a OMC, que estabelece regras e os países não as cumprem?

**Celso Amorim:** A ONU e a OMC têm suas limitações. As mudanças ocorrem de forma gradual. No caso do algodão, são várias questões diferentes.

A que dependia de medida administrativa, os americanos começaram a tomar. Vamos avaliar se nos atende. Outra dependia do Legislativo, e a medida foi enviada ao Congresso. No caso do apoio interno às exportações, objeto do nosso pedido de autorização para retaliar, nada foi feito. Vamos ver o que acontece. Não vamos abdicar dos nossos direitos.

**Correio:** A médio e longo prazos, o que se espera da relação com a China? O Brasil vai se consolidar como um mero fornecedor de matérias-primas?

**Celso Amorim:** Exportamos minério para a China como exportamos para outros países. Para ser sustentável e estratégica, a parceria precisa de equilíbrio quantitativo e qualitativo. Quantitativamente, apesar dos problemas setoriais, a relação aumentou muito. Qualitativamente, a relação está ficando desequilibrada. Ainda enfrentamos muita dificuldade nas áreas sanitária e fitossanitária na China. Fizemos parcerias na área de aviação, mas o ritmo de encomendas é lento. Tudo terá de ser visto em conjunto para a relação se manter estratégica.

**Correio:** Apesar de toda a aproximação do Brasil com nações africanas, árabes e latino-americanas, há um desapontamento com a resposta obtida. O senhor acredita que o Brasil ainda vai colher os frutos, ou o Itamaraty errou em algum ponto da campanha para o Conselho de Segurança da ONU?

**Celso Amorim:** Não nos aproximamos dos países africanos para obter em troca um apoio deles ao Conselho. O Conselho até ajudou a desenvolver as relações com esses países. O aumento do relacionamento expressa a consciência de que o Brasil é um ator regional e global. Eles se interessam em saber nossa opinião. A reforma do Conselho não se resolve num passe de mágica. Qualquer reforma tem de incluir países em desenvolvimento. Vamos continuar trabalhando para isso. O jogo não acabou.

**Correio:** Argentina e México não apoiaram a candidatura brasileira. E o Brasil, estaria disposto a aceitar esses países como membros permanentes

no Conselho de Segurança?

**Celso Amorim:** O Conselho de Segurança não é concurso de beleza, nem para ver qual país é melhor. Claro que alguns aspectos contam, entre eles o peso que o país tem. O peso decorre do território, da população, do PIB e também da ação diplomática. Mas não é realista achar que haverá três da América Latina. É preciso ver quais países têm viabilidade de estar lá. Isso também deve estar sujeito a algum mecanismo de revisão. Ser membro permanente não significa ser membro eterno.

### **Palavras do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, em entrevista coletiva à imprensa sobre a Rodada Doha da OMC, em 28 de outubro de 2005**

Antes de comentar a proposta européia, gostaria de fazer duas ou três observações. Primeiro, é importante ter em mente o contexto em que nós nos encontramos, que se reporta ao que conversamos em Genebra, até mais ou menos uma semana atrás. A expectativa naquele momento estava voltada para uma proposta significativa em acesso a mercados por parte da União Européia. E, naquele momento, chegamos a conclusão de que isso não havia ocorrido. A proposta da União Européia para acesso a mercados não era suficiente para os objetivos de abertura de mercados que muitos de nós temos, e também por outras razões, que vou mencionar em seguida. A própria União Européia, de certa maneira, aceitou isso porque a Comissão Européia e os Comissários voltaram e foram discutir com seus Estados membros a possibilidade de melhorar a oferta. Esse é o contexto.

Antes de passar mais adiante sobre a proposta, queria fazer um outro comentário. Para nós a questão de acesso a mercados na União Européia é muito importante por vários motivos. Simplificando bastante, diria que por dois motivos. Primeiro, porque temos interesse no mercado da União Européia, que é o maior mercado importador do mundo, e dos grandes mercados talvez seja o mais fechado.

Portanto, temos interesse em aumentar o nosso acesso ao mercado europeu. Essa já é uma razão suficiente para querer uma oferta significativa em acesso a mercados na União Européia. Mas, há outra razão também, que para países como o Brasil e os países do G-20 em geral é muito importante. A negociação agrícola se desenrola em torno de três pilares, dois que são relativos a subsídios – os subsídios de exportação e os subsídios internos – e o de acesso a mercados. E há uma correlação necessária entre esses pilares. Eu diria até que sobre os subsídios de exportação, embora haja uma discussão técnica e um problema importante com relação à data para sua eliminação, já existe um entendimento conceitual, estabelecido e firmado no acordo-quadro, a de que nós caminharemos para a eliminação dos subsídios e das outras formas de apoio que tenham efeito equivalente. Então, diria que esse pilar está bem encaminhado, embora precise ainda de algum trabalho. Mas o pilar de apoio interno, que afeta países como o Brasil, mas também países africanos, como os países francófonos produtores de algodão, é muito importante, porque, por meio dos subsídios internos, países como os Estados Unidos, por exemplo, subsidiam a produção de certos produtos agrícolas, gerando distorções e inviabilizando a produção dos países em desenvolvimento.

Por outro lado, há uma correlação entre o que cada país vai fazer num pilar e o que os outros podem fazer nos outros pilares. E nós entendemos que, para os Estados Unidos, que são um dos grandes subsidiadores, como para a União Européia, embora em proporção menor, mas com efeitos distorcidos, é muito importante que haja também um aumento importante de acesso a mercados. Na realidade as ambições americanas não estão limitadas à União Européia, mas a União Européia é o parâmetro, porque é o maior mercado e um dos mais protegidos. Então, tudo isso fez com que houvesse uma grande expectativa durante essa semana.

Vocês terão visto, creio que já foi distribuído

pela Assessoria de Imprensa, que o Presidente Lula escreveu cartas para alguns líderes europeus, inclusive para o Presidente Chirac. As cartas não são idênticas, mas distribuimos o teor que diz respeito especificamente à OMC. Evidentemente, cada carta tem um componente da relação bilateral que não vem ao caso aqui. Essas cartas mostram claramente, e vocês têm os textos, não preciso repetir em detalhes, os nossos interesses e as nossas expectativas. Nós achávamos, e achamos, que era muito importante que a União Européia fizesse uma oferta significativa na área de acesso a mercados por esses dois motivos, porque é importante em si mesmo no acesso a mercados, e porque uma oferta significativa da União Européia em acesso a mercados possibilita consolidar aquilo que os Estados Unidos já ofereceram, e avançar um pouco mais. Pelo menos é o que nós esperamos que possa acontecer. Essa carta também é importante por dois outros motivos. Primeiro porque ela fixa um certo conceito em relação ao que se pode obter em agricultura, o que pode ocorrer em outras áreas, mas sempre reconhecendo que a rodada é, usando um anglicismo porque é a expressão usada sempre, um “single undertaking”, quer dizer um empreendimento único, e que, portanto, nós temos consciência que tem que haver avanço em todas as áreas. Porém, não se pode esperar jamais, que os países em desenvolvimento possam fazer uma oferta em produtos industriais que seja maior que oferta que os países desenvolvidos estão dispostos a fazer em agricultura. É algo que foge ao bom senso em uma rodada para o desenvolvimento. “Mutatis mutandi”, no que diz respeito a serviços a situação é um pouco mais complexa porque é mais difícil você quantificar a mesma coisa em serviços. O Presidente Lula assinala na carta que nós entendemos que haverá necessidade também de movimento nessas outras áreas, mas que é preciso guardar a proporcionalidade.

O segundo aspecto que eu queria chamar a atenção, a respeito da carta do Presidente, tem a ver com a questão de outros países em desenvolvimento,

muitos dos quais não são membros do G-20, alguns países de menor desenvolvimento relativo, os países ACP e outros países. Achemos obviamente os interesses deles muito respeitáveis. Nós ficamos preocupados quando há, voluntariamente ou não, o uso do interesse desses países para encobrir uma falta de liberalização por parte dos países desenvolvidos. Explico: como muitos desses países dependem de preferências tarifárias, ainda, eles têm uma preocupação legítima, que tem que ser considerada na rodada, mas que tem que ser considerada da maneira certa, com a erosão de preferências. A maneira mais fácil de você atender a isso, do ponto de vista do país rico, do ponto de vista da União Européia, é dizer: “nós vamos baixar pouco a tarifa, porque assim a gente mantém a preferência tarifária de vocês em nível alto”. Esse argumento acaba sendo usado para legitimar uma posição protecionista que não é positiva. Por isso mesmo o Presidente Lula, na carta para o Presidente Chirac e para outros líderes, demonstra que está plenamente consciente de que existe essa questão e que essa questão terá que ser abordada de uma maneira ou de outra, e que nós, países como o Brasil, estamos dispostos a ver maneiras de atender as preocupações desses países, e estamos dispostos até a trabalhar com a União Européia e com outros, para encontrarmos formas de atender às preocupações deles. Agora, não podemos compactuar com a idéia de que, a pretexto de preservar os interesses desses países, na realidade eles se mantenham na eterna dependência de poucos produtos e poucos mercados. Até porque, havendo essa dependência, de um momento para o outro, por qualquer motivo – interno, de preço, ou de orçamento – o país desenvolvido pode mudar a política e colocar os países que dependem dessas preferências em situação muito difícil.

Assim, acho que essa carta é importante. Queria chamar a atenção para esses pontos, porque sei que vocês todos já a receberam, mas quero dizer que isso foi feito num “timing” também com a intenção

de tentar pelo menos influir na atitude da União Européia. Se influiu ou não eu não sei. Isso não se esgota em uma única ocasião, mas acho que é importante deixar claro, inclusive para países com os quais a gente tem ligações políticas fortes e com os quais estamos unidos na luta contra a pobreza e a fome, como é o caso da França, a nossa visão dessas questões, para não haver confusão ao se pensar que o Brasil está apenas perseguindo interesses individuais como país, e que não está prestando atenção aos outros. Aliás, diga-se de passagem, a própria oferta do G-20 já é, em boa medida, uma conciliação de interesses entre vários tipos de países.

Esses são alguns preâmbulos, mas acho que eles eram importantes.

Deixe-me agora passar para a oferta. Não vou aqui descrever em todo detalhe a oferta da União Européia, até porque não me cabe fazê-lo. Eles até já puseram na internet a oferta, os números. Vou fazer alguns comentários gerais.

Primeiro, sobre como está estruturado o papel que a União Européia apresentou, e acho isso muito, muito importante, quero chamar a atenção de vocês. A UE apresentou um papel, que tem uma parte discursiva seguida da oferta agrícola. Depois vem um anexo sobre os objetivos negociadores da UE em outras áreas da negociação como produtos industriais, serviços, regras e questões ligadas a desenvolvimento. Mas, na realidade, creio que eles estavam querendo muito focalizar nas áreas de produtos industriais e serviços. Bom, isso é importante porque na medida em que é um anexo, não se trata de um pacote, isso nos permitiu, na videoconferência, focalizar 95% do tempo na questão agrícola, que é a questão que realmente está em discussão. Mas é muito importante ter presente que a nossa reação – e vou explicitar um pouco a nossa reação – se tornaria mais negativa, ou menos positiva, vamos deixar aí uma ambigüidade, se tivéssemos de tratar essa oferta como um pacote. Um anexo é um anexo, sobre objetivos negociadores, cada um é livre para dizer o que quiser, nós temos comentários a

fazer sobre isso, mas não encaramos como um pacote. Bom, depois se quiserem eu posso voltar um pouco aos outros aspectos também.

Com relação à oferta agrícola diria que não há dúvidas de que a UE deu um passo. Se nós tomarmos o que havia antes sobre a mesa e o que tem agora, há um avanço. Um avanço em termos, sobretudo na parte das reduções tarifárias. O resto é muito mais difícil de calcular, e nós não temos ainda, eu pelo menos não tenho, uma visão muito clara do vai ocorrer em cada outro aspecto.

Em relação aos cortes, há um avanço que você poderia traduzir em aproximadamente 10 a 12 pontos percentuais de corte em cada banda, dentro da estrutura. Por exemplo, onde eles se propõem a cortar quarenta, eles agora estão se propondo a cortar cinquenta – não estou sendo preciso, porque também é banda por banda, cada uma é de um jeito. Há um avanço nesse sentido de aproximadamente 10 a 12%. Esse é o principal aspecto positivo que eu veria na proposta. Mas ao fazer isso, fica ainda bastante distante da proposta do G-20, para não falar da proposta dos EUA. A proposta do G-20 é vista por muitos – não apenas pelos que estão envolvidos na negociação, mas por analistas do Banco Mundial, da própria OMC, claro que alguns falando em capacidade mais oficial, outros menos – como um meio termo entre as visões dos Estados Unidos e da União Européia. Estou me referindo especificamente à parte de acesso a mercados em agricultura. Então ele ainda fica bastante distante, e essa distância é um pouco disfarçada quando você olha banda por banda, mas quando você toma em conta a média global de cortes, a distância ainda é considerável.

Pela proposta do G-20, a média de corte dos países desenvolvidos seria, será esperamos, da ordem de 54%. A proposta da União Européia dá uma média de corte de 39%, em números grosseiros. Esses números que nós calculamos correspondem exatamente aos mesmos que foram calculados por outros parceiros. Então há uma diferença significativa. Lógico que se você considerar o que eles tinham

proposto antes há um avanço, pois a proposta anterior de corte era de 26%. Mas a idéia não é fazer um meio termo entre as propostas do G-20 e da União Européia. A idéia era a de que o que o G-20 havia proposto constitui um meio termo entre o que os Estados Unidos e a União Européia propuseram. Então eles avançaram um pouco, mas ficaram muito abaixo. 39% é muito pouco. Somente um pouco mais do que foi a média da Rodada Uruguai, de 36%.

Nosso objetivo não é alargar a diferença entre bens industriais e agrícolas nessa rodada, é diminuir a diferença, então o corte é um corte médio, muito modesto, de 39%, levando em conta que na Rodada Uruguai foi de 36%.

Gostaria de chamar a atenção para um ponto. Não li os “press releases” da União Européia, li a proposta diretamente, mas entendo, por que isso também foi comentado na videoconferência, que a própria União Européia tem dito que a média do corte deles é de 47%. Números não mentem, mas talvez vocês lembrem da frase do Presidente Itamar Franco sobre o que certas pessoas fazem com os números. Agora, como se chega a duas médias diferentes? Porque a média da União Européia é calculada na média do que eles se propõem a cortar em cada banda. Então isso não está ponderado pelas tarifas que existem em cada banda. A média que conta, não é uma média abstrata, porque você pode imaginar uma banda que não tenha nenhum produto e ponho que nela o corte é 100%. Isso só vai fazer baixar minha média, sem ter nenhum significado na realidade. Então a média que conta, é a média que está ponderada por linhas tarifárias. Eu não digo nem ponderada por comércio, mas ponderada pelo número de linha tarifárias em cada banda. Com base nessa média nós chegamos a 54% na proposta do G-20, e a União Européia 39%. O absurdo é tão grande, nesse aspecto, que o corte para a Índia seria da ordem de 36%, e para a União Européia, 39%. Então o princípio que a União Européia diz que aceita, de dois terços, na realidade, quando se traduz em números, não está sendo aplicado, porque é aplicado

banda por banda. Como as bandas têm números de tarifas diferentes, o resultado final seria que a UE cortaria uma média de 39%.

Há um outro aspecto que gostaria de acrescentar: esses 39%, que é pouquíssimo mais do que se tem na Rodada do Uruguai, não levam em conta os produtos sensíveis. Quer dizer, se você tiver 8%, o máximo que eles dizem para produtos sensíveis, evidentemente que quando aplicar os cortes que serão necessariamente menores dos produtos sensíveis, essa média de 39% vai baixar ainda mais – não sei exatamente quanto porque não fizemos as contas, nem sabemos exatamente quantos produtos serão, mas a média certamente vai abaixar. Este é um aspecto. Melhor explicando: os produtos sensíveis obviamente sofrerão uma redução substancialmente menor, da maneira que eles estão propondo, do que os produtos normais, digamos, não sensíveis. Então, quando esses 8% de linhas tarifárias, dos sensíveis, que terão tratamento diferente, estiverem computados, com os cortes que terão; a média que era 39% irá para mais baixo, porque, provavelmente, nesses produtos sensíveis a média será menor do que a de cada banda para os produtos normais.

Já tinha falado de um problema que era a média, aproveitei e falei de um outro, dos sensíveis. O G-20 tinha proposto 1% como número de sensíveis, a União Européia está dizendo que o máximo é 8%. Então há aí uma discrepância grande que terá que ser enfrentada. Vou dar dois exemplos e termino a parte numérica e então, comento um pouco a avaliação.

Para não entrar banda por banda, faixa por faixa, vamos, por exemplo, tomar a faixa mais alta na proposta do G-20. Há aí dois aspectos importantes: onde se situa a faixa mais alta e qual é o corte da faixa mais alta. Nos países do G-20, a faixa mais alta está acima de 75%, então isso significa que produtos que têm tarifas acima de 75% terão maiores cortes. Para a União Européia, a faixa mais alta é 90%. Então já ficaria de fora do corte mais alto uma série de produtos que são de grande interesse para nós,

que estão nessa faixa, entre 75% e 90%. Agora, além disso, o corte deles é menor, é 60% e, na realidade, como alguns iriam para a faixa anterior, provavelmente terão um corte de 50%. Então há dois problemas que se acumulam: qual é a faixa e quais são os cortes. Os EUA tinham proposto mais. Acho que a média americana ficava em 72,5% de corte, as bandas são mais altas, os cortes são mais altos em tudo.

A União Européia manteve as bandas essencialmente como eram, as faixas; a melhora teria sido num corte em cada faixa. Mas com essas limitações que já descrevi, do número de sensíveis, da média, nos cortes nas mais altas. Gostaria de mencionar um último ponto em relação à parte de acesso a mercados. Na faixa menor, que vai de 0 a 30%, se não me engano, mas onde se concentra 72% dos produtos comercializados hoje com a União Européia, eles reintroduziram aquele conceito de pivô e flexibilidade. Ao invés de ter um corte realmente linear, como é a proposta do G-20, eles propõem cortar entre 20 e 45%, o que aumenta a incerteza, pois já não se sabe se o produto do seu interesse vai ser cortado por 20, 25, 30 ou 45%. O mais provável é que sempre naqueles em que estamos interessados, seja pelo número menor. Então, tudo isso entra na média de uma maneira um pouco enganosa. Na realidade, quando digo enganosa, não estou atribuindo nada de maléfico, mas de uma maneira que pode levar a percepções erradas.

Não vou comentar os outros pilares em detalhe, porque, digamos, eles não apresentam uma grande novidade, porque a expectativa toda agora estava na proposta de acesso a mercados. Mas quero fazer um comentário, que é importante em relação à parte dos subsídios domésticos. Como vocês se lembram, os EUA fizeram uma oferta, que nós consideramos um passo importante, na direção certa, construtiva, embora não suficiente, mas um passo importante, que nós desejamos inclusive consolidar. Um aspecto da proposta americana era que o limite de uma eventual “caixa azul” seria 2,5% do PIB agrícola. A UE, nesse aspecto, escuda-se no Acordo-

Quadro que fala em 5%. Mas a nossa expectativa é que eles pudessem pelo menos acompanhar os EUA. E eles estão voltando, insistindo na proposta dos 5%. Então este é um aspecto certamente pouco positivo. Eu não sei como isso vai jogar nas relações entre os EUA e UE, são cálculos todos que a gente tem que fazer, de que maneira isso vai ser aplicado aos produtos específicos. Mas de qualquer forma, numa primeira visão, isso não é encorajador. Por outro lado, em alguns aspectos da parte de apoio interno, nós até temos uma visão que é semelhante da UE, quando eles pedem disciplinas também específicas, limites, tetos para o produto, que é uma coisa positiva, inclusive em relação à “caixa azul”, tanto a existente quanto a nova.

Diria também que na parte de tratamento para países em desenvolvimento, sobretudo na parte de exceções para países que tem sensibilidades especiais, a UE revela maior flexibilidade. Eu não sei até se ela estava esperando com isso criar algum tipo de divisão entre os países, mas não criou. Estamos todos firmes, tratando de obter uma melhor proposta em todos sentidos. Queria, só para terminar, numa avaliação, repetir que é de alguma forma um passo positivo, sabendo das dificuldades que existem na UE. Mas é um passo limitado, primeiro intrinsecamente, porque ele não vai o suficiente, seja para atender as nossas próprias demandas em acesso a mercados, seja para motivar suficientemente outros grandes subsidiadores a limitarem seus subsídios, então ela tem esse problema intrínseco. Dependendo da forma de se ler o anexo, ela beiraria o inaceitável, até para começar a conversar. Vou dar apenas um exemplo: quando a UE menciona produtos industriais, coloca um coeficiente só para países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Isso é totalmente impossível, totalmente descabido, contraria o que eles próprios dizem em respeito ao tratamento especial e diferenciado.

Concluindo, não posso falar pelos outros, vocês lerão, ouvirão os comentários dos meus colegas que estavam lá, e cada um fará o seu comentário, cada um

acentuará pontos de especial interesse. Evidentemente que todos sabemos que há nuances, indicadas por cada país, ou grupos de países, mas eu diria – assumo o risco de dizer isso – que claramente a pressão continua sobre a UE. Todos os presentes, por motivos que não são necessariamente idênticos, continuam a ver a necessidade de melhora na proposta, seja em um aspecto, seja em outro. Nós acertamos, como antecipei, uma nova videoconferência, que está marcada para o dia 2 de novembro, e há novos encontros marcados que se realizarão na Europa, em formatos variáveis, também entre os dias 7, 8 e 9 de novembro.

Aspectos positivos: houve um passo, a UE procurou demonstrar flexibilidade, há um engajamento continuado dos Ministros, o que significa que ninguém jogou a toalha, todo mundo está continuando a lutar para obter um resultado, tanto que nós já marcamos reuniões imediatamente posteriores. Diria que esses são os principais passos positivos, comparando com o que havia antes sido colocado. No tocante aos aspectos, digamos, das limitações, já os mencionei ao longo da minha exposição. O tempo vai ficando cada vez mais curto até Hong Kong – para dizer o óbvio, como diria o Conselheiro Acácio –, de maneira dramática, impondo a nós um sentimento muito grande de responsabilidade na negociação. Obviamente, o que está hoje sobre a mesa, levando em conta todos aspectos e equilíbrios, não é suficiente. Há muito trabalho a fazer. Obviamente nenhum dos parceiros presentes podia contemplar a idéia de que essa proposta criasse uma situação de pegar ou largar, porque o momento para isso não chegou. De qualquer maneira, estamos ainda negociando, mesmo entendendo os constrangimentos que sofre a União Européia, que, aliás, todos sofrem. Estamos numa situação, digamos, de “38 minutos do segundo tempo e placar indefinido”. A diferença em relação ao jogo de futebol é a expectativa de que todos podemos ganhar. Mas para que todos possamos ganhar tem que haver ainda movimentos especiais e importantes.

**Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao jornal alemão Handelsblatt, em 22 de novembro de 2005**

Entrevistadores: Christoph Rabe e Jan-Dirk Herbermann

*(Tradução para o português do original em alemão)*

O Ministro das Relações Exteriores do Brasil defende melhores condições para o acesso a mercados no setor agrícola, com o objetivo de alcançar um maior nível de dinamismo. Em entrevista ao diário econômico-financeiro “Handelsblatt”, Celso Amorim tece comentários sobre as chances da Rodada da OMC em Hong Kong em meados de dezembro.

**Handelsblatt:** Senhor Amorim, considerando a paralisação das negociações de comércio internacional, haverá novos movimentos dos países em desenvolvimento do G-20 ainda antes da Conferência da OMC em Hong Kong, em meados de dezembro?

**Celso Amorim:** Bem, acho que a iniciativa deve partir da UE. Todos os membros da OMC, com exceção dos europeus, consideram insuficiente a proposta da Comissão para acesso a mercado no setor agrícola. Digo aos europeus: quando alguém marcha numa tropa e tem a impressão de que todos os outros marcham no ritmo errado, então deve começar a repensar seus próprios passos. Agora devemos refletir como ainda podemos conferir um certo significado à Conferência de Hong Kong e dar um passo substancial à frente. Hong Kong não será o fim de todos os esforços.

**Handelsblatt:** Mas como o Senhor pode esperar flexibilidade de uma UE cuja margem de manobra está sendo restringida pela ameaça de um veto da França?

**Celso Amorim:** É meio estranho que 24 países possam ser pressionados contra a parede por apenas um único. Seja como for, nós depositamos nossa confiança na sinceridade dos franceses, que sempre têm sublinhado a sua solidariedade com os

pobres deste mundo. Espero que não sejam palavras vãs. Alguém teria que convencer os franceses a reduzir os subsídios agrícolas e melhorar o acesso aos mercados da UE.

**Handelsblatt:** Quem poderia desempenhar este papel?

**Celso Amorim:** Bem, nós tentamos com todos os meios. Eu não quero dizer que a França aja de má fé. Dos franceses, escutamos que eles até poderiam ser mais maleáveis na hipótese de os EUA demonstrarem maior flexibilidade. Agora foi apresentada a proposta dos EUA. Essa proposta foi importante, mas, na nossa opinião, não foi satisfatória sobretudo no que diz respeito a subsídios internos. Portanto, necessitamos de melhores condições de acesso a mercado no setor agrícola, para se alcançar maior dinâmica.

**Handelsblatt:** A UE, por sua parte, espera que o Brasil coloque na mesa uma oferta concreta para a diminuição das tarifas industriais.

**Celso Amorim:** O Brasil não pode agir sozinho. Precisamos da anuência dos Estados-membros do Mercosul. Isso não me parece impossível. Mas também não me parece correto que a UE espere de nós uma oferta de tarifas aduaneiras. Isso por vários motivos: trata-se de uma rodada de desenvolvimento. O objetivo principal é a redução de barreiras no comércio agrícola. Não vamos colocar a carroça na frente dos bois. Não obstante, o Brasil já deu sinal de flexibilidade. Mas não se pode esperar que os países em desenvolvimento, antecipadamente, façam mais concessões em produtos industriais do que venham a obter em agricultura. Isso seria uma dupla distorção.

**Handelsblatt:** Mas com uma atitude de “tudo ou nada” os senhores arriscam o fracasso de toda a Rodada de Doha.

**Celso Amorim:** As propostas do G-20 não são uma oferta do tipo tudo ou nada. Elas acentuam o que é necessário. Não assumimos qualquer postura radical.

**Handelsblatt:** Então, mais uma vez, a questão: o Brasil vai apresentar, antes ou durante

Hong Kong, uma proposta concreta acerca sobre acesso a mercado para produtos industriais?

**Celso Amorim:** Se percebermos um impulso na Rodada em Hong Kong, não descartamos nenhuma possibilidade. Mas tal oferta depende de diferentes fatores. Deve seguir o espírito de uma Rodada do desenvolvimento e não pode aprofundar o abismo já existente. De modo algum, não podemos ser responsabilizados pelo bloqueio da Rodada, só porque assumimos uma postura ofensiva. Pode ser que esse truque tenha funcionado no passado, mas agora não mais. Afinal de contas, existem, além dos países do G-20, uma série de outros que compartilham nossa avaliação de que as ofertas européias seriam insuficientes.

**Handelsblatt:** A UE, no entanto, entende que as negociações perderam o equilíbrio. Muito se discute sobre a redução de tarifas no setor agrícola e pouco sobre produtos industrializados e serviços...

**Celso Amorim:** A realidade é outra. O comércio agrícola está muito mais fechado. A UE exerce uma enorme pressão para que baixemos nossas tarifas industriais. A tarifa máxima no Brasil é de 35 por cento. A alíquota máxima de importação para produtos agrícolas na UE situa-se entre 150 e 160 por cento. Nesse ponto, existe uma distorção.

**Handelsblatt:** Não parece que essas divergências possam ser superadas antes de dezembro. O senhor propôs conferências subseqüentes três meses após Hong Kong. De onde vem seu otimismo para crer que, em poucas semanas, possam ser alcançados tantos progressos, se nos últimos três anos não houve progresso algum?

**Celso Amorim:** Falo por experiência própria. Na Rodada Uruguaí, já passamos por tudo isso. As bases já foram estabelecidas. Temos um acordo-quadro a partir do qual podemos construir o resto. Agora, devemos tomar decisões, caso contrário, não veremos outra rodada de comércio nos próximos 20 anos.

**Handelsblatt:** Quer dizer que o senhor não concorda com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy,

que quer minimizar ambição de de Hong Kong?

**Celso Amorim:** Não quero interpretar as palavras do senhor Lamy. Uma coisa é minimizar a ambição de uma conferência. Outra coisa seria reduzir as ambições da Rodada de Doha. Hong Kong não vai marcar o fim do caminho. Se conseguirmos progressos conceituais, isso já seria um avanço, mesmo que não fosse possível estabelecer as modalidades completas para a redução das tarifas. O importante é que os objetivos centrais da Rodada sejam atingidos.

**Handelsblatt:** As federações de indústrias de 21 países desenvolvidos e de países em desenvolvimento têm uma percepção completamente diferente. Elas demandam uma atuação muito mais agressiva já em Hong Kong e muito mais engajamento político.

**Celso Amorim:** Assino embaixo. A questão é só se vamos conseguir tudo em Hong Kong, ou se precisaremos de um pouco mais de tempo. Eu tenho certeza de que, se a UE apresentar uma nova oferta em agricultura em Hong Kong, ocorrerá uma reação em cadeia. Mas faz parte da lógica desta Rodada o fato de que não podemos passar para uma próxima etapa sem ter resolvido esse problema.

**Handelsblatt:** Mas em termos de números, não há tanta diferença. A UE pretende cortar suas tarifas para produtos agrícolas em média em 46 por cento, e os senhores propuseram 54 por cento.

**Celso Amorim:** 46 por cento não passam de uma piada, é uma distorção estatística. A verdadeira oferta da UE se situa muito abaixo disso. Chegaríamos mais perto de uma solução, se a UE oferecesse 46 por cento em termos reais, conforme os nossos cálculos.

**Handelsblatt:** Agora já transcorreram quatro anos sem progressos substanciais nas negociações na OMC. O que não está funcionando na condução das negociações?

**Celso Amorim:** Talvez seja conveniente lembrar as palavras de Clemenceau: a guerra é importante demais para ser deixada aos generais. As negociações na OMC precisam é de maior liderança política.

### **Comentários do Ministro Celso Amorim sobre telefonema do Presidente Lula ao Primeiro-Ministro Tony Blair, em 01 de dezembro de 2005**

**Celso Amorim:** O que o Presidente Lula sugeria era uma reunião de líderes, de presidentes ou primeiros-ministros, e que ele estaria disponível no momento em que o Primeiro-Ministro Tony Blair se dispusesse a convocar uma reunião desse tipo. Obviamente, não se falou de datas, mas seria o mais rápido possível. O objetivo seria talvez o de ainda poder incluir, no ânimo de Hong Kong, o que implicaria uma reunião a curtíssimo prazo. Nós temos também aqui a Cúpula do Mercosul e também teríamos de ter uma conciliação de datas. O Primeiro-Ministro Tony Blair recebeu muito bem a idéia, disse que era uma excelente sugestão, mas que teria de consultar, naturalmente, os demais membros do G-7. O Presidente, sem entrar em detalhes de como seria o formato, mencionou a possibilidade de um formato parecido com o de Gleneagles, em que se teria o G-7 mais um grupo de países em desenvolvimento expressivo, uns cinco ou seis, que dependeria um pouco da própria convocatória. E isso talvez pudesse dar um impulso político indispensável para superar as diferenças que continuam havendo e que continuam sendo tratadas como assuntos estritamente comerciais, técnicos e vistos por ângulos muito paroquiais.

A atitude do Presidente Lula, independentemente da realização ou não da reunião, demonstra o engajamento do Brasil, o engajamento pessoal do Presidente Lula nessas negociações comerciais, para que elas não percam o foco de serem efetivamente conducentes ao desenvolvimento. O Presidente Lula disse também que o Brasil está pronto para fazer todos os gestos que sejam necessários para beneficiar os países mais pobres que o Brasil, na África ou mesmo na América Latina.

Este foi o conteúdo geral da conversa. Foi uma conversa muito amena, muito positiva e de grande empatia em torno dos objetivos. O Primeiro-Ministro Tony Blair, que, creio, estava na Hungria e

deverá voltar amanhã a Londres, ficou de chamar novamente o Presidente Lula, depois de ter feito as consultas com outros. Sabemos que uma reunião dessas não é simples, não sabemos se conseguiremos ou não que ela se realize, mas a causa é importante demais para que seja deixada simplesmente ao seu curso.

Eu mesmo devo estar partindo agora para uma reunião em Genebra, mas que na prática, pelo que tenho escutado na preparação, deve se resumir a processos. Na realidade, estamos lidando com um momento muito sério, muito fundamental para o Brasil, para o mundo, para os países pobres, e é preciso que grandes decisões políticas sejam tomadas. Grandes decisões políticas somente podem ser tomadas por grandes líderes políticos.

Naturalmente, qualquer orientação que seja tomada deverá ser socializada entre todos os membros da OMC, mas seria um passo importante se um grupo parecido com o que se reuniu em Gleneagles – na área de comércio talvez convenha incluir um ou outro país – pudesse ajudar nesse sentido. Seria um grupo que incluiria o G-20, que incluiria Cairns, UE, EUA... Sabemos que as agendas dos Chefes de Estado e de Governo são complexas, mas o Presidente Lula fez questão de manifestar sua disponibilidade para um esforço desse tipo, se for considerado útil também pelos outros.

**Jornalista:** Pode ocorrer antes de Hong Kong 2?

**Celso Amorim:** Pode até ocorrer antes de Hong Kong 1. O tempo é muito curto, o Presidente tem consciência disso. A conversa dele foi mais conduzida no sentido de que ela pudesse se realizar no mais breve prazo possível.

**Jornalista:** A resposta do Primeiro-Ministro foi afirmativa?

**Celso Amorim:** Ele reagiu positivamente. Não foi afirmativa porque ele não agiria só na capacidade de Primeiro-Ministro do Reino Unido. Ele estaria agindo como coordenador do G-7 e como Presidente da União Européia. Ele tem, naturalmente, de realizar consultas.

**Jornalista:** Ele teria respaldo político para mudar o mandato dos negociadores da UE e poder dar mais flexibilidade?

**Celso Amorim:** A minha expectativa, se eu for confiar na palavra dos negociadores – e eu confio na palavra deles, apesar das farpas que freqüentemente são trocadas nessas negociações, o mandato que eles têm atualmente, ou pelo menos como ele é interpretado, não estaria dando margem a que houvesse uma negociação verdadeira.

**Jornalista:** Então uma reunião dessas poderia servir para se ampliar o mandato?

**Celso Amorim:** Eu não posso dizer que uma reunião de outros vai mudar o mandato da UE. Ela tem de tentar desbloquear a negociação. Desbloquear a negociação pode envolver várias coisas.

O Presidente mencionou a preocupação dele de que os países mais pobres que o Brasil tenham acesso facilitado aos nossos mercados.

O Presidente pediu que eu fosse a Arusha, na Tanzânia, depois da última vez que estive em Genebra, para levar esta mensagem, que já foi aprovada pelo próprio Mercosul. O que estamos discutindo é como operacionalizá-la, mas não há dúvidas de que há uma disposição de dar acesso aos países de menor desenvolvimento relativo, sobretudo da África e da América Latina, aos nossos mercados. Temos de encontrar uma maneira de fazê-lo. Temos de levar em consideração os nossos países que são quase de menor desenvolvimento relativo, como é o caso do Paraguai. Isso tem de ser uma coisa muito bem estudada. Não adianta descobrir um santo para cobrir um outro. Mas estamos dispostos a fazer os gestos que sejam necessários. Diria mais do que isso: não podemos ignorar o problema da erosão das preferências. Há países muito pequenos que dependem dessas preferências. Mas a preferência acaba sendo um vício, que não resolve o problema. Temos de encontrar outras formas, uma delas é esta: países em desenvolvimento darem maior acesso aos seus mercados. Outra forma é ajudar a diversificar a produção e as exportações

desses países, como estamos fazendo ao ajudar a Jamaica no caso de suas exportações de etanol para os EUA. Em outros casos, pode até requerer outras medidas imaginativas, em que ninguém estava pensando, mas que é flexibilizar as regras de origem para as importações de países de menor desenvolvimento relativo, para estimular que haja investimento nesses países.

Mas esses são detalhamentos técnicos que extrapolam a conversa que o Presidente Lula teve hoje com o Primeiro-Ministro Blair. O importante é essa decisão, senão única, muito rara, na política brasileira em relação ao comércio internacional, de elevar o tema a esse nível e de tomar a iniciativa de ligar para o PM Tony Blair, uma pessoa que, no mundo desenvolvido, está hoje numa posição ímpar, não só pelas atitudes que tem, mas também por ser no momento Presidente da U E e Presidente do G-7. Isso é um fato novo, muito importante, que procura demonstrar que é preciso tirar as negociações comerciais, nem é do ramerrão dos embaixadores, mas do ramerrão dos ministros. É preciso realmente dar uma visão política de futuro, de longo prazo e relativa a toda a humanidade. Isso são os grandes líderes políticos que têm a obrigação de fazer e não os negociadores comerciais. O presidente Lula procurou ter essa conversa.

**Jornalista:** Alguns países pobres estão preocupados de que a proposta do Brasil não atenda a seus interesses...

**Celso Amorim:** Acho que há sempre preocupações diversificadas. Há países que dependem exclusivamente de preferências e eles ficaram muito felizes de ouvir da minha boca que nós achamos que a questão das preferências precisa ser enfrentada de frente. Não pode ser ignorada ou escondida debaixo do tapete, porque atinge um grande número de países, sobretudo países muito pequenos, não só em seu grau de desenvolvimento, que dependem às vezes de um só produto. Acho que eles esperam do Brasil, sem dúvida alguma, como esperam da Índia, de outros, uma atitude sempre forte

e militante nas causas do desenvolvimento, como aliás foi em muitas questões. Começou já em Doha e depois de Doha em relação a questões como TRIPS e saúde e outras questões de interesse desses países. Acabei de reiterar a questão do livre acesso a mercados, que para eles é importantíssimo.

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal The Guardian, em 09 de dezembro de 2005**

Brazil viewpoint

Tom Phillips in Rio de Janeiro

The WTO talks in Hong Kong don't start until next week, but Celso Amorim already has earache. As Brazil's Foreign Minister, he is on the front line of trade negotiations between the G-20 group of developing nations – of which Brazil is a leading member – and the US and the EU.

It is a frantic tug-of-war. The G-20 is calling for the removal of agricultural tariffs and subsidies. In exchange the EU wants Brazil and others to reduce their tariffs on industrial goods. Amorim is emphatic that Brazil has placed all its cards on the table. "The next move must be the move of the Europeans," he says. "The offer made so far is really poor. What we need now to move things further is a better offer in terms of market access on the part of the EU."

Many people have been predicting the failure of the talks. "If it carries on like this, it doesn't make sense any more", Amorim told reporters in Geneva last month. "There is no negotiation. We will need Hong Kong II". But Amorim now says he is positive that some progress can still be made, "although I understand realistically that what we can get in Hong Kong is probably more limited".

EU demands on industrial tariffs have been inflated to make any deal impossible, he believes. "I have the impression that [agreement] is not even a goal - I'm convinced that setting the bar so high was a way not to make an additional move on agriculture. For instance the EU was asking for a 75% [cut in

industrial tariffs] in the case of Brazil and 77% in the case of India. That is of course absurd."

Some experts see the deadlock over agricultural subsidies as a gamble by the G-20, with trade negotiations in effect having stalled for the past two years. If no progress is made before next year, some observers believe it could take 20 years to achieve significant changes in trade relations between developing and developed countries.

Amorim, however, is adamant that the G-20 will not retreat from its demands. "I don't know what we can afford", he says. "If you are in a political process and someone asks you: 'Either vote for the dictator or you will not be able to vote', I don't know what I would prefer. Probably not to vote".

"We can't afford it. But I hope developed countries would also understand that they cannot afford to keep the inequalities [and] to widen the gap between developing countries and developed countries".

Despite the differences, Amorim is optimistic that the Europeans will bring something new to the table next week. He is less accepting of comments by the EU trade commissioner, Peter Mandelson, that Brazil's commercial interests are incompatible with those of other G-20 nations.

"What do we [the G-20 nations] have in common? The need to dismantle the absurd subsidies which distort world trade and which create hunger in the third world. We are talking about 60%-70% of mankind, something like 50% of agricultural production. Real reform is what will help countries like Burkina Faso, like Chad [and] Benin".

Amorim also addresses the need to have fairness and to combat poverty and the causes of terrorism in the wake of the attacks on the US on September 11, 2001. "That's why the Doha round [of trade talks] came into being in the first place, because there was this kind of vision at the time because of the event that had just happened", he says. "I hope nothing similar will have to happen again for us to make the important decisions that must be made".

**“Brazil ups pressure on Europe ahead of trade talks” - *Entrevista concedida pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, à agência Reuters, em 12 de dezembro de 2005***

By Susan Fenton

HONG KONG - Brazil believes that growing political pressure will force a multilateral trade agreement next year but says an urgent gesture is needed from the European Union to move talks forward.

“The political pressure is growing for an agreement”, Brazilian Foreign Minister Celso Amorim told Reuters on the eve of a ministerial meeting of the World Trade Organisation in Hong Kong. “I don’t think the Doha round will collapse. It would be too big a responsibility for everyone”.

Brazil is a key player in the Doha Development round of talks which must be completed by early 2007. The talks are being held up by the lack of a serious offer by the European Union to cut import tariffs on agricultural goods, Amorim said on Sunday.

The EU has proposed cutting average import tariffs on agricultural goods by 38 percent, far short of demands by Brazil and other members of the G-20 group of developing nations for a 54 percent reduction.

The European Union maintains it cannot make any further offer until leading developing nations cut barriers to trade in industrial goods and services. Amorim dismissed calls by the EU for Brazil to slash its import tariffs on industrial goods by 75 percent.

“This is not a round primarily to help Europe but a development round to help developing countries”, Amorim said.

“How can someone ask a developing country for a 75 percent cut in industrial goods and at the same time in reciprocity offer to cut its tariffs on agricultural goods by 38 percent? That doesn’t stand to reason”, he said.

However, Amorim said that a further offer by the EU, even if it was less than the 54 percent required, would be an encouraging sign. “If they

offered a cut of 45 or 46 percent say, we would not accept – because we are asking for 54 percent – but that would be a sign that they are willing to do business”, he said.

#### AMBITIOUS APPROACH

Brazil recently signalled it was willing to make further concessions on opening up its markets for industrial goods and services but only after Europe moves first.

Farm leaders from the Cairns Group of agricultural exporting countries said on Sunday that the Doha round was under serious threat of failure if Europe did not make concessions.

“The EU is calling for a very ambitious approach on non-agricultural market access but is not prepared to make a similar approach on agricultural market access. That view needs to be balanced”, Peter Corish, president of the Cairns Group Farm Leaders Organisation, told reporters.

Led by Australia, the group includes Brazil among other Latin American countries as well as South Africa and some Asian countries such as Thailand.

Amorim believes Europe will finally be forced by political pressure to make a new offer but not until next year.

“I don’t think there will be an offer here in Hong Kong. But I hope I’m wrong”, he said.

The Doha round, which would lift millions out of poverty in poorer nations, needs to be completed before a U.S. presidential “fast-track” authority to negotiate a trade deal expires in 2007.

Still, Amorim believes some progress can be made at this week’s meeting, which starts on Tuesday and brings together trade ministers from all 148 WTO members. Reaching agreements on thresholds for tariff bands is possible, he said.

The WTO agreed last year to eliminate export subsidies and getting the EU to agree to set 2010 as the deadline for this, as many other members have said they are in favour of, would be another sign of

progress, he said.

“That would be the kind of gesture that would show they are serious on reforming agriculture,” he said. “That would be a big encouragement to the round as a whole”.

Smaller ministerial meetings would continue next year and Amorim said a final framework trade pact could be reached by the middle of 2006.

“There’s still time. I would rather wait for another six months and some political pressure to build up. We want to finish it and finish it quickly but not at any price”, Amorim said.

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal Die Zeit, em 14 de dezembro de 2005**

*(Original em alemão)*

**Die Zeit:** Senhor Ministro Amorim, a conferência mundial da OMC em Hong Kong vai ter êxito?

**Celso Amorim:** Isto depende principalmente dos europeus. Enquanto os Estados Unidos pelo menos deram um primeiro passo ao fazer novas propostas relativas ao setor agrícola, tudo aquilo que a UE ofereceu até agora é completamente insignificante. Esta atitude é mesmo imoral.

**Die Zeit:** Mas porque imoral?

**Celso Amorim:** Nós estamos falando aqui do destino de milhões de pessoas vivendo muitas vezes na miséria. Suas vidas dependem da agricultura. Na Europa, apenas dois por cento da população trabalham no setor agrícola. E mesmo assim, a UE recusa qualquer abertura significativa de seu mercado para esses produtos, enquanto, ao mesmo tempo, fala das Metas do Milênio das Nações Unidas para diminuir a pobreza e faz grandes promessas.

**Die Zeit:** Por outro lado, a UE reclama que grandes países em desenvolvimento como o Brasil não fazem concessões em relação às tarifas sobre bens industriais.

**Celso Amorim:** Nas negociações sempre os

dois lados têm que fazer concessões. Mas essa rodada da OMC foi definida como uma “rodada do desenvolvimento”. Em seu cerne deve estar a agricultura. O Brasil não vai ceder na questão das importações de bens industriais enquanto não for feita uma oferta melhor aos países do Sul no setor agrícola. Além disso, a tarifa máxima de importação no Brasil é de apenas 35 por cento. Ficaria entusiasmado se as tarifas agrícolas da União fossem tão baixas assim. Mas, em vez disso, elevam-se a 150 ou 160 por cento. Estamos dispostos a fazer acordos. Mas o motor das negociações é a agricultura. Nada vai acontecer se este motor não pegar.

**Die Zeit:** Durante a fracassada conferência da OMC de Cancún, muitos ficaram surpreendidos pela autoconfiança de alguns países em desenvolvimento, sobretudo os países do G-20. Na altura, seus membros, entre eles Índia, China e África do Sul, não queriam aceitar mais acordos formais. Qual será o papel do G-20 em Hong Kong?

**Celso Amorim:** Do meu ponto de vista, Cancún não foi um fracasso. Não foi apresentada nenhuma oferta razoável da parte dos países do Norte e, por conseguinte, não pôde ser firmado nenhum acordo. E essa decisão foi correta, como se verifica hoje no caso do G-20: na altura éramos considerados rebeldes, adversários das negociações e de um acordo. Hoje somos uma força que é levada a sério, um ponto de referência para todos os parceiros de negociação. Vamos utilizar esta força para conciliar a liberalização do comércio com o progresso social.

**Die Zeit:** Isso significa isso em termos concretos para Hong Kong?

**Celso Amorim:** Não haverá acordo se não forem cumpridas três exigências; primeira: os europeus têm de indicar uma data a partir da qual vão abolir os subsídios à exportação de bens agrícolas. Segunda: os EUA terão de rever sua posição na questão dos subsídios que concedem a seus agricultores. Terceira: deverá ser reconhecida claramente a relação direta entre os subsídios

agrícolas do Norte e os problemas de desenvolvimento do Sul. E o Norte terá de declarar quando irá suspender esses subsídios. Os prazos poderiam ser colocados entre parênteses em Hong Kong e negociados depois.

**Die Zeit:** Algumas pessoas criticam que uma liberalização abrangente traria benefícios sobretudo às grandes potências agrícolas no G-20, como o Brasil, enquanto ameaçaria a subsistência de milhões de pequenos agricultores nos países em desenvolvimento mais pobres.

**Celso Amorim:** Os europeus muito freqüentemente alegam que o G-20 constitui apenas um grupo de países em desenvolvimento grandes e agressivos. No entanto, integram o nosso grupo os países mais diversos como Tanzânia e Nigéria. Além disso, é natural que países menores como Maurício necessitem de prazos de transição adequados, dentro dos quais poderão continuar se beneficiando das quotas de exportação para a UE. Isto vale especialmente para setores nos quais o Brasil é líder de mercado, como o açúcar. Tais soluções transitórias não estão em contradição com nossos interesses.

**Die Zeit:** Por que o Brasil envia seu Ministro das Relações Exteriores para fazer as negociações na OMC e coordenar o G-20? No passado, os países em desenvolvimento enviavam apenas comitivas pequenas para os encontros, hoje o Ministério das Relações Exteriores é considerado centro de competência em questões econômicas.

**Celso Amorim:** Por muitos anos interessei-me muito mais pela paz e a segurança no mundo. Mas tive que constatar que as duas coisas estão intimamente ligadas às questões do comércio internacional e à existência ou falta de regras comerciais justas. O foco do interesse da política externa brasileira está numa estreita cooperação na América do Sul e com outros países em desenvolvimento. É só assim que conseguiremos defender nossos interesses de maneira eficaz. E ao mesmo tempo poderemos nos tornar cada vez mais

independentes dos mercados do Norte. Já agora, a América do Sul é a região com que temos a mais intensa troca comercial.

**Die Zeit:** Então, para o Senhor Ministro política externa significa sobretudo política de comércio externo?

**Celso Amorim:** Existe essa frase famosa “A guerra é demasiadamente importante para ser deixada aos generais”. Eu acredito que as questões comerciais são demasiadamente importantes para serem deixadas aos negociadores. Precisamos é de uma visão mais ampla sobre as negociações comerciais e não devemos considerar o livre comércio e as forças do mercado como um fim em si. Precisamos de visões políticas que conciliem comércio, justiça social e paz. Essas visões fizeram uma falta dramática no passado.

**Die Zeit:** O que é que vai acontecer se a conferência de Hong Kong fracassar?

**Celso Amorim:** Se Hong Kong não tiver êxito, as coisas ficam como estão. De maneira alguma vamos aceitar algum acordo que não nos traga benefícios. Se isso levar mais tempo, que assim o seja. Um sucesso ainda é possível, mas exige uma árdua luta e grande engajamento por parte de todos os participantes.

**Die Zeit:** Quais as probabilidades de um sucesso?

**Celso Amorim:** Para fecharmos um acordo em Hong Kong vamos precisar de um milagre.

### **Entrevista concedida pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, ao Jornal Le Figaro, em 19 de dezembro de 2005**

Celso Amorim: L'Europe n'avait pas envie de négocier

“L'offre européenne en matière de baisse des droits de douane est pauvre”, reconnaît Celso Amorim. *Yeung/Reuters*

Un entretien

Un entretien avec le ministre brésilien du Commerce extérieur. Celso Amorim s'est imposé

comme le leader du G-20, groupe des pays émergents.

De nos envoyés spéciaux

**Le Figaro:** Les Etats membres se sont mis d'accord pour fixer l'échéance de la fin des subventions agricoles à l'exportation. Que pensez-vous de ce bilan ?

**Celso Amorim:** Le résultat est maigre, mais c'est mieux que rien. Nous aurions préféré avoir une offre permettant de baisser les barrières douanières. Même si une telle opération ne constitue pas notre objectif principal, elle aurait eu au moins le mérite de créer un cercle vertueux de négociation, nous permettant par ricochet d'obtenir satisfaction sur notre demande principale: la baisse des subventions internes à la production, aux Etats-Unis et en Europe.

**Le Figaro:** L'Union européenne craint que ces démantèlements que vous réclamez n'aboutissent à une invasion du boeuf brésilien sur son marché.

**Celso Amorim:** Cette crainte est ridicule. Notre intérêt n'est pas de vendre quelques tonnes de viande en plus. Et pour l'agriculture européenne, l'enjeu n'est pas de concurrencer le Brésil sur ces produits alimentaires de base. Pour notre part, nous n'allons pas entrer en compétition avec le camembert ou le bordeaux. Je fais remarquer, par ailleurs, que nous n'avons jamais eu de cas de vache folle au Brésil. Chez nous, les bêtes disposent de grands pâturages et elles sont végétariennes...

**Le Figaro:** On a l'impression que l'Europe est votre tête de Turc...

**Celso Amorim:** L'offre européenne en matière de baisse des droits de douane est pauvre. Ceci a été reconnu par tout le monde, y compris les Etats-Unis et l'Inde. Lavant-dernière nuit, la Commission européenne nous a fait perdre notre temps: nous avons négocié durant quatre heures les contreparties à la fin des subventions agricoles à

l'exportation. Au bout du compte, elle nous a dit qu'elle ne pouvait s'engager à cesser ces subventions en 2010. Je n'aime pas ces méthodes. En fait, je crois que l'Europe n'était pas intéressée à négocier.

**Le Figaro:** C'est le même reproche qu'elle adresse au Brésil qui, selon l'Union, refuse d'ouvrir ses marchés aux produits industriels et aux services.

**Celso Amorim:** Ce n'est pas vrai. Madame Lagarde, ministre française du Commerce extérieur, est peut-être mal informée par Peter Mandelson. Lors d'une réunion il y a plusieurs semaines à Londres, j'ai déclaré que j'étais prêt à proposer une baisse de 50 % de nos tarifs industriels, à condition que l'Europe nous fasse une proposition crédible sur l'accès aux marchés agricoles. J'admets qu'il s'agissait d'une offre virtuelle, mais soyons sérieux je ne vais tout de même pas offrir des concessions gratuitement! On reproche, par ailleurs, au Brésil d'être protectionniste. Dois-je vous dresser la liste des entreprises françaises et européennes implantées dans notre pays, dans le traitement de l'eau, la banque, la grande distribution ou le nettoyage urbain?

**Le Figaro:** Le Brésil, qu'on pourrait considérer à certains égards comme un pays développé, se fait le porte-parole des pays en développement. Etes-vous bien placé pour défendre leurs intérêts?

**Celso Amorim:** C'est bien une vision de pays riches. Avez-vous posé cette question à la Tanzanie? Quand je parle à mes frères africains, ils considèrent le Brésil comme le porte-parole de leurs intérêts. Quant au G-20, nous n'avons jamais prétendu qu'il formait un groupe homogène. C'est justement sa capacité à réconcilier des intérêts différents qui constitue sa force et sa beauté. Lors de sa création, on avait prédit que le G-20 s'écroulerait au bout de deux mois. Cela fait au contraire deux ans et demi qu'il s'affirme.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

#### **ACP**

124, 166, 212, 249, 279, 343, 350, 396, 403, 475

#### **Açúcar**

54, 67, 144, 176, 201, 345, 347, 371, 376, 380, 486

#### **Afeganistão** 314

#### **África**

26, 35, 36, 37, 47, 48, 50, 51, 54, 56, 59, 61, 62, 63, 67, 71, 72, 74, 79, 80, 90, 92, 95, 97, 100, 102, 107, 110, 113, 118, 137, 138, 141, 151, 152, 161, 163, 171, 175, 176, 183, 189, 191, 192, 203, 223, 236, 242, 257, 262, 263, 264, 267, 269, 276, 283, 284, 291, 310, 311, 312, 326, 343, 349, 352, 395, 414, 415, 418, 421, 430, 436, 440, 441, 443, 444, 465, 481, 482

#### **África do Sul**

36, 45, 46, 47, 62, 63, 64, 66, 75, 92, 137, 143, 146, 158, 174, 175, 226, 240, 246, 249, 250, 280, 291, 293, 313, 372, 404, 412, 418, 419, 422, 428, 440, 443, 452, 485

#### **Agricultura Familiar**

32, 46, 88, 89, 111, 207, 251, 320

#### **AIDS/HIV** 293, 346

#### **Ajuda humanitária** 288, 315, 339, 341

#### **Alemanha**

28, 38, 39, 59, 85, 112, 171, 222, 229, 230, 231, 281, 291, 293, 340, 407, 408, 411, 415, 424, 436, 437, 439, 440, 441, 444, 468, 470

#### **Algodão** 317

48, 67, 123, 149, 150, 151, 176, 223, 231, 279, 295, 313, 366, 396, 403, 427, 431, 472, 474

#### **América do Sul**

34, 36, 37, 38, 40, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 107, 109,

110, 129, 135, 142, 144, 145, 155, 157, 163, 170, 171, 172, 173, 174, 180, 181, 182, 186, 187, 188, 189, 192, 194, 199, 200, 203, 207, 232, 240, 248, 262, 294, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 349, 351, 365, 371, 376, 378, 381, 399, 404, 405, 417, 418, 420, 425, 431, 437, 438, 439, 441, 443, 445, 447, 448, 449, 452, 454, 455, 456, 470, 486

#### **Angola**

63, 145, 153, 162, 234, 235, 236, 326, 340, 418, 419, 445

#### **Antidumping** 259

#### **Arábia Saudita**

63, 143, 250, 371, 376, 419, 453

#### **Argélia**

38, 62, 85, 143, 230, 291, 340, 388, 406, 411, 419, 454

#### **Argentina**

37, 39, 61, 62, 76, 91, 94, 96, 101, 133, 135, 143, 144, 146, 149, 156, 157, 158, 170, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 187, 194, 199, 203, 205, 208, 216, 220, 221, 247, 251, 268, 280, 304, 305, 328, 329, 335, 340, 352, 367, 373, 374, 376, 377, 378, 379, 383, 391, 402, 403, 404, 416, 420, 421, 424, 425, 436, 439, 440, 447, 449, 450, 451, 454, 455, 459, 460, 470, 472, 473

#### **Armas de destruição em massa**

39, 91, 115, 314, 378, 409, 410, 423, 424

#### **Assembléia Geral das Nações Unidas**

57, 88, 89, 231, 292, 340, 350

#### **Associação Latino-Americana de Integração** 205

#### **Associação Latino-americana de Integração** 401

#### **Áustria** 217, 218, 294

**Aviação Civil** 250, 302, 395, 400

## **B**

**Banana** 289

**Bélgica** 219, 372, 373

**Benin** 48, 215, 254, 267, 268, 388, 483

**Bolívia**

38, 77, 81, 83, 94, 135, 144, 174, 182, 191, 199, 205, 216, 222, 232, 256, 270, 273, 299, 301, 303, 304, 305, 306, 404, 407, 416, 418, 448

**Bolsa Família**

48, 88, 117, 118, 119, 120, 121, 193

**Botsuana** 43, 44, 242, 244, 245, 313

**Bruxelas** 207, 229, 271, 373

## **C**

**Cabo Verde**

99, 100, 106, 234, 235, 236, 240, 263, 264, 265, 309, 310, 311, 312, 418

**Câmara dos Deputados** 141, 253, 377, 380

**Camerun** 49, 50, 251, 252

**Canadá**

47, 135, 149, 157, 159, 160, 186, 243, 386, 404, 439, 440, 446, 450, 454

**Caxemira** 339

**Chile**

38, 41, 67, 112, 120, 143, 199, 203, 205, 209, 230, 262, 280, 291, 293, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 334, 340, 383, 386, 391, 392, 393, 394, 404, 411, 418, 423, 439, 448, 470

**China**

59, 60, 65, 66, 67, 79, 102, 137, 142, 151, 157, 189, 192, 193, 197, 203, 211, 212, 216, 218, 221, 226, 228, 280, 372, 383, 388, 414, 419, 421, 422, 436, 437, 438, 440, 441, 442, 444, 445, 446, 451, 452, 473, 485

**CIDH** 370, 375

**Cingapura** 294, 295

**Colômbia**

62, 143, 144, 155, 188, 189, 192, 203, 222, 232, 248, 259, 270, 304, 343, 388, 395, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 404, 418, 439, 455, 456, 457

**Combate à Fome**

31, 35, 38, 45, 48, 64, 70, 106, 111, 112, 116, 117, 120, 207, 226, 227, 230, 237, 242, 249, 251, 252, 287, 290, 327, 328, 338, 374, 409, 410, 411, 430

**Comércio de Serviços** 224, 314, 341, 342

**Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas**

329, 342, 370, 375, 380, 412

**Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal** 270

**Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional** 377

**Compensação Comercial, Industrial e Tecnológica** 297

**Comunidade dos Países de Língua Portuguesa** 55, 74, 234, 235, 241, 257, 260, 263, 265, 309, 312, 321, 418

**Comunidade Sul-Americana de Nações**

37, 75, 83, 91, 93, 94, 96, 98, 102, 132, 135, 137, 174, 180, 181, 206, 209, 232, 240, 246, 248, 255, 256, 262, 270, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 304, 306, 308, 351, 377, 395, 401, 407, 416, 418, 443, 470, 472

**Conferência Ibero-Americana**

314, 315, 330, 332

**Congo** 407

**Conselho de Cooperação do Golfo**

92, 371, 376, 422

**Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social** 30, 31, 33, 193

**Conselho de Segurança**

26, 27, 28, 39, 43, 52, 56, 59, 60, 66, 75, 86, 87, 89, 90, 97, 100, 116, 144, 156, 169, 174, 229, 231, 236, 244, 254, 262, 265, 267, 268, 274, 281, 288, 291, 294, 295, 311, 313, 327, 328, 338, 340,

341, 345, 348, 351, 373, 401, 406, 409, 411, 413, 414, 415, 423, 424, 430, 436, 437, 440, 441, 442, 444, 445, 451, 452, 465, 467, 469, 473

**Conselho Presidencial Andino** 232, 248, 401

**Conselho-Geral da OMC** 381, 382

**Coréia** 62, 137, 312, 368, 405, 406

**Corte Interamericana de Direitos Humanos**  
375

**Cuba** 66, 79, 145, 161, 222, 280, 404, 452

**Cúpula das Américas**

268, 349, 352, 425, 465

**Cúpula Ibero-Americana** 253, 315, 330

**Cúpula Mundial da Sociedade da Informação**  
372

## D

**Declaração de Salamanca** 315, 330

**Defesa e Segurança** 95, 399

**Defesa Nacional** 57, 270, 377

**Desarmamento e não-proliferação** 411

**Desenvolvimento Rural**

113, 218, 231, 251, 278, 279, 287, 318, 320, 365, 368, 396, 403

**Direito Internacional Público** 346

**Direitos Humanos**

27, 30, 31, 40, 60, 66, 67, 70, 86, 89, 90, 91, 93, 95, 111, 138, 184, 238, 243, 248, 251, 263, 288, 291, 294, 299, 307, 329, 330, 331, 332, 336, 338, 340, 342, 346, 347, 350, 370, 375, 377, 380, 398, 401, 409, 410, 412, 413, 435, 452

**Diversidade Biológica** 296, 313

**Doha**

38, 65, 75, 92, 107, 112, 136, 139, 147, 159, 165, 166, 167, 168, 193, 203, 211, 212, 213, 226, 227, 228, 231, 233, 237, 271, 277, 279, 280, 289, 295, 316, 317, 343, 344, 345, 351, 355, 356, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 382, 385, 387, 394, 396, 397, 402, 403, 404, 412, 425,

426, 428, 429, 465, 466, 467, 471, 473, 479, 480, 483, 484

## E

**ECOSOC** 87, 89, 340, 411, 413

**Egito**

143, 146, 160, 243, 280, 404, 419, 422

**El Salvador** 217, 291, 315, 330, 339, 380

**Eleições** 241

41, 63, 74, 104, 135, 138, 156, 173, 182, 195, 236, 240, 241, 242, 256, 260, 265, 281, 294, 326, 380, 397, 406, 407, 430, 441, 447, 465, 468

**Emirados Árabes** 371, 419

**Encontro Presidencial Iguazu + 20** 367

**Energia renováveis** 331, 337

**Equador**

62, 78, 174, 191, 199, 203, 220, 232, 248, 255, 270, 304, 340, 343, 388, 418, 448, 455

**Espanha**

38, 39, 85, 105, 112, 120, 142, 230, 252, 253, 291, 330, 335, 340, 343, 411, 423, 439

**Estados Unidos (EUA)**

37, 47, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 69, 76, 79, 98, 112, 123, 124, 125, 126, 127, 135, 137, 138, 139, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 159, 160, 169, 170, 172, 175, 176, 177, 178, 186, 188, 189, 192, 203, 208, 209, 218, 223, 224, 259, 264, 271, 274, 295, 296, 313, 344, 349, 350, 351, 352, 366, 369, 371, 372, 387, 397, 404, 414, 415, 420, 421, 422, 426, 431, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 454, 456, 457, 464, 465, 466, 467, 468, 471, 472, 474, 476, 477, 478, 479, 481, 482, 485

**Etanol**

54, 103, 131, 216, 217, 228, 255, 274, 281, 282, 284, 286, 289, 290, 320, 337, 346, 347, 431, 482

## F

**Faixa de Gaza** 233, 257, 371

### **FAO**

110, 111, 113, 114, 235, 251, 275, 287, 290, 327, 368

**Febre Aftosa** 180, 206, 302, 346, 382

**FMI** 38, 102, 112, 241, 423

### **França**

29, 30, 33, 34, 38, 39, 40, 41, 60, 79, 97, 112, 124, 173, 230, 231, 291, 293, 340, 343, 411, 414, 423, 430, 431, 432, 436, 456, 475, 479

### **Frango**

119, 281, 282

**Furacão Katrina** 271, 272

## G

### **G-20**

38, 46, 47, 58, 63, 64, 65, 75, 92, 97, 100, 123, 124, 125, 126, 127, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 160, 166, 172, 208, 211, 212, 231, 232, 274, 277, 278, 279, 288, 316, 317, 318, 344, 350, 365, 366, 367, 369, 395, 396, 397, 403, 404, 412, 419, 421, 426, 427, 429, 431, 438, 440, 441, 442, 446, 455, 460, 467, 474, 475, 476, 477, 479, 481, 483, 484, 485, 486, 487

**G-3** 419

**G-33** 212, 278, 318, 396, 403

### **G-4**

28, 39, 52, 59, 75, 149, 158, 229, 231, 267, 268, 276, 283, 350, 373, 415, 424, 434, 436, 437, 440, 441, 444, 445, 459, 467

**G-77** 45, 132, 329, 340, 346

### **G-8**

35, 38, 39, 41, 48, 89, 112, 149, 203, 208, 226, 227, 228, 229, 236, 344, 419

### **Gâmbia**

51, 52, 54, 61, 215, 216, 253, 266, 267, 437

**Gaza** 191, 233, 257, 371, 397

**Grupo Africano** 279, 329, 350, 396, 403

**Grupo de Cairns** 46, 146, 369, 404

**Grupo do Rio** 268, 339, 418, 454, 455

### **Guatemala**

113, 217, 248, 275, 280, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 315, 330, 339, 340, 343, 404

### **Guiana**

95, 132, 216, 217, 268, 270, 298, 300, 301, 302, 304, 416, 431

*Guiné Equatorial* 107, 266, 276, 277

### **Guiné-Bissau**

36, 47, 56, 64, 74, 87, 92, 100, 153, 162, 234, 235, 236, 239, 240, 241, 242, 256, 257, 260, 265, 310, 326, 340, 411, 418, 419

## H

### **Haiti**

39, 47, 57, 59, 64, 74, 79, 87, 92, 95, 107, 113, 132, 138, 144, 153, 156, 171, 173, 174, 175, 180, 183, 190, 191, 253, 258, 262, 268, 288, 294, 326, 340, 348, 352, 365, 370, 411, 420, 430, 445, 454, 455, 458, 465, 466, 468

### **HIV/AIDS**

44, 91, 92, 215, 216, 217, 233, 261, 265, 270, 282, 290, 291, 312, 347, 352

**Holocausto** 404

## I

### **IBAS**

45, 46, 47, 48, 63, 174, 175, 189, 190, 234, 240, 246, 249, 250, 291, 293, 412, 419, 428

### **Índia**

28, 36, 39, 45, 46, 47, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 75, 92, 102, 103, 126, 137, 143, 146, 150, 151, 159, 160, 171, 174, 175, 189, 190, 192, 226, 229, 231, 240, 246, 249, 250, 280, 281, 291, 293,

313, 314, 345, 372, 388, 404, 412, 415, 419, 422, 424, 426, 428, 436, 438, 440, 441, 443, 444, 446, 467, 476, 482, 485

**Indonésia** 160, 241, 280, 309, 404

**Infra-Estrutura**

37, 52, 55, 75, 82, 94, 95, 97, 100, 101, 102, 106, 109, 111, 135, 173, 180, 199, 200, 207, 230, 232, 243, 245, 246, 254, 255, 264, 266, 270, 287, 297, 298, 299, 300, 302, 303, 309, 311, 315, 327, 329, 347, 371, 395, 399, 405, 416, 418, 420, 422, 437, 472

**Instituto Rio Branco**

69, 72, 73, 218, 273, 284, 405

**integração regional**

102, 200, 206, 207, 245, 248, 255, 288, 305, 332, 352, 377, 398, 401, 424

**Iraque**

60, 71, 155, 169, 184, 190, 406, 409, 410, 423, 442, 444

**Israel**

92, 191, 232, 257, 258, 343, 371, 381, 383, 386, 397, 406, 413, 420, 443, 445, 453

**Itália**

109, 110, 223, 224, 225, 298, 327, 328, 343

**J**

**Jamaica**

131, 132, 219, 345, 346, 347, 348, 349, 482

**Japão**

28, 39, 47, 59, 60, 69, 98, 137, 157, 159, 175, 192, 229, 231, 281, 415, 424, 426, 436, 437, 438, 440, 441, 444, 446, 467, 468

**Jean Charles de Menezes**

245, 258, 259, 268, 269, 275

**L**

**Líbano** 129, 345, 395, 419

**Líbia** 419, 454

**Liga dos Estados Árabes** 92, 419

**Luanda** 234, 235, 238, 241, 242, 260, 322

**M**

**Meio Ambiente**

31, 51, 54, 82, 94, 220, 227, 230, 247, 254, 255, 268, 270, 285, 296, 297, 300, 301, 303, 306, 321, 340, 349, 352, 368, 379, 405, 409, 464, 466

**Mercosul**

37, 44, 62, 75, 76, 91, 94, 95, 96, 97, 102, 107, 110, 132, 135, 137, 141, 145, 146, 151, 152, 156, 157, 170, 171, 172, 180, 181, 186, 187, 188, 189, 192, 199, 205, 206, 207, 208, 212, 225, 230, 232, 234, 239, 242, 245, 246, 247, 248, 261, 264, 271, 274, 290, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 305, 306, 311, 312, 313, 315, 321, 325, 329, 339, 341, 342, 346, 348, 351, 369, 371, 376, 377, 379, 382, 383, 402, 407, 416, 418, 421, 422, 424, 425, 439, 441, 449, 450, 470, 471, 472, 479, 481, 482

**Metas do Milênio**

34, 39, 75, 85, 86, 88, 89, 112, 118, 120, 203, 223, 275, 287, 290, 315, 340, 410, 412, 423, 485

**México**

58, 60, 171, 172, 186, 188, 226, 275, 280, 362, 388, 404, 421, 422, 440, 450

**Moçambique**

63, 72, 215, 234, 235, 240, 270, 340, 418, 419

**N**

**NAFA** 346

**Namíbia** 205, 313, 418

**Nigéria**

62, 79, 92, 95, 143, 158, 175, 189, 216, 261, 273, 280, 282, 283, 284, 304, 404, 418, 486

**Núcleo de Acompanhamento da Febre Aftosa**

346

## O

### **OEA**

63, 173, 205, 243, 342, 348, 353, 357, 359, 362, 364, 380, 389, 398, 417, 439, 447, 454, 457

### **OMC**

38, 46, 54, 57, 58, 60, 64, 65, 66, 67, 92, 100, 112, 123, 125, 136, 145, 147, 148, 156, 158, 163, 171, 174, 176, 181, 192, 208, 223, 224, 228, 232, 237, 244, 246, 249, 254, 259, 262, 271, 274, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 289, 295, 313, 336, 342, 343, 345, 347, 350, 351, 355, 356, 360, 366, 369, 376, 379, 381, 382, 385, 394, 395, 396, 403, 408, 421, 426, 427, 431, 438, 440, 441, 442, 446, 449, 471, 472, 473, 476, 479, 480, 481, 485

### **ONU**

39, 64, 66, 70, 79, 86, 87, 89, 107, 111, 117, 120, 138, 142, 181, 193, 218, 219, 229, 234, 244, 267, 274, 275, 291, 292, 294, 311, 315, 327, 328, 329, 332, 338, 339, 340, 341, 365, 370, 378, 380, 397, 401, 409, 410, 411, 412, 414, 415, 420, 423, 430, 436, 437, 440, 441, 442, 445, 451, 454, 465, 466, 467, 468, 471, 472, 473

### **Ordem do Rio Branco** 388

### **Organização dos Estados Americanos**

205, 219, 243, 370, 380, 398, 412, 439

### **Organização Mundial do Comércio**

38, 75, 97, 116, 181, 223, 264, 281, 295, 313, 336, 342, 345, 346, 368, 377, 381, 395, 412, 421, 438, 440, 471

### **Oriente Médio**

36, 37, 39, 79, 87, 92, 102, 130, 191, 257, 312, 371, 372, 381, 397, 419, 420, 424, 471

## P

### **Paquistão**

65, 66, 274, 275, 277, 280, 314, 339, 341, 388, 404

### **Paraguai**

97, 171, 187, 199, 203, 205, 208, 209, 222, 280, 304, 341, 404, 416, 439, 447, 455, 471, 472, 482

### **Patentes** 35, 101, 467

### **Peru**

38, 62, 78, 81, 83, 91, 94, 96, 143, 175, 189, 192, 199, 203, 232, 273, 299, 303, 304, 305, 340, 398, 416, 418, 437, 448, 454, 455, 470

### **Petróleo**

62, 94, 131, 143, 161, 175, 189, 201, 255, 266, 273, 274, 284, 289, 294, 306, 337, 368, 371, 395, 400, 443, 449, 453

### **PMDRs** 279, 318, 350, 366, 396, 403

### **PNUD** 45, 47, 48, 175, 241, 387

### **Portugal**

101, 102, 103, 218, 219, 234, 236, 239, 240, 241, 315, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 343, 350, 439

### **Prêmio América do Sul** 404

### **Prêmio Binacional das Artes** 373

### **Prêmio Nobel da Paz** 314

### **Processo de Paz** 257, 397, 398, 420

### **Promoção Comercial** 50, 297, 371

### **Propriedade Intelectual**

192, 224, 229, 314, 351, 381, 408

### **Puerto Iguazú** 179, 180, 367, 374, 377

## Q

### **Quênia** 53, 54, 216, 254, 255

## R

### **Racismo**

66, 67, 329, 357, 377, 391, 412

### **Refinaria Binacional Abreu e Lima** 402

### **Reforma Agrária**

31, 32, 89, 111, 113, 251, 287, 368

### **Reforma das Nações Unidas**

28, 43, 46, 54, 59, 75, 87, 97, 110, 116, 230, 243, 264, 293, 346, 350, 395, 414, 443, 465

**Regime Açucareiro Europeu** 375

**Reino Unido**

59, 60, 169, 215, 229, 245, 253, 258, 275, 368, 381, 414, 415, 432, 436

**República Democrática do Congo** 407

**República Dominicana**

173, 191, 217, 219, 380, 383, 386, 388

**Reunião de Cúpula dos Presidentes do**

**Mercosul** 382

**Rodada de Doha**

38, 75, 92, 107, 112, 139, 147, 159, 193, 203, 228, 237, 280, 295, 345, 365, 367, 368, 396, 403, 404, 412, 426, 428, 465, 479, 480

**Rodovia Interoceânica**

38, 81, 82, 83, 199, 273, 274

**Rússia**

62, 79, 102, 115, 116, 137, 142, 143, 175, 189, 226, 328, 336, 337, 338, 339, 397, 414, 419, 420, 422, 452

## S

**SACU** 44, 242, 245, 313, 386

**São Tomé e Príncipe**

55, 56, 74, 80, 92, 161, 175, 234, 235, 241, 248, 257, 260, 261, 262, 418, 419

**Saúde**

31, 44, 49, 54, 87, 99, 106, 111, 117, 118, 131, 138, 157, 181, 190, 207, 216, 245, 247, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 260, 263, 266, 268, 269, 270, 276, 282, 286, 297, 300, 309, 321, 329, 331, 333, 346, 347, 349, 352, 367, 375, 400

**Saúde Pública** 333, 351, 381, 382

**Segurança Cidadã na América do Sul**

232, 262, 306

**Síria** 129, 130, 419, 453

**Sistema de Integração Centro-Americano** 422

**Sri Lanka** 64, 255, 256, 340, 388, 408

**Suco de laranja** 193, 201, 259

**Sudão** 250, 340

**Suécia** 61, 89, 470

**Suriname**

95, 132, 270, 298, 300, 301, 302, 304, 392, 437

## T

**Tanzânia** 146, 158, 280, 404, 407, 482, 486

**Territórios palestinos** 232, 372, 397

**Terrorismo**

35, 86, 91, 106, 115, 116, 195, 203, 208, 230, 237, 243, 288, 291, 309, 338, 341, 345, 348, 350, 351, 363, 377, 381, 395, 398, 409, 410, 412, 413, 414, 423, 424, 435, 442

**Timor Leste** 215, 216, 234, 445

**Tratado de Cooperação Amazônica**

94, 270, 398, 399

**TRIPS**

166, 167, 192, 213, 224, 314, 351, 381, 382, 408, 483

**Turismo**

44, 52, 82, 100, 109, 144, 218, 219, 250, 254, 255, 260, 268, 285, 302, 303, 320, 327, 347, 348, 422

**Turquia** 110, 341

## U

**UNCTAD** 239, 340, 412

**União Aduaneira da África**

44, 242, 313, 422

**União Africana**

28, 39, 52, 56, 59, 74, 87, 92, 229, 236, 242, 250, 265, 268, 276, 283, 304, 310, 321, 424, 436, 441, 444

**União Européia**

37, 57, 61, 63, 65, 67, 76, 79, 107, 110, 112, 123, 124, 125, 126, 127, 135, 143, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157, 159, 160, 170, 171, 175, 176, 177, 188, 191, 192, 206, 230, 248, 257, 264, 271, 282, 289, 315, 323, 342, 344, 345,

346, 350, 365, 366, 372, 376, 397, 420,  
421, 422, 438, 439, 440, 441, 443, 446,  
448, 449, 451, 467, 471, 472, 473, 474,  
475, 476, 477, 478

**Uruguai**

47, 78, 101, 126, 141, 147, 149, 171,  
177, 182, 187, 199, 203, 205, 207, 208,  
215, 246, 247, 280, 299, 303, 304, 305,  
306, 308, 334, 340, 344, 404, 416, 439,  
447, 455, 470

**V**

**Venezuela**

62, 63, 77, 101, 143, 145, 157, 173, 174,  
175, 188, 191, 199, 205, 206, 208, 248,  
254, 270, 304, 305, 306, 308, 331, 353,  
362, 378, 382, 383, 390, 391, 392, 393,  
402, 404, 417, 418, 447, 448, 454, 456, 465

**Vietnã** 379



## **RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL**

Número 97, 2º semestre de 2005

Ano 32

Capa

Cidade Gráfica e Editora Ltda

Editoração eletrônica e projeto gráfico

Hilton Ferreira da Silva

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman 12 x 18 (textos);

Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Papel

Supremo 250 g/m<sup>2</sup>, plastificação fosca (capa),  
e 75 g/m<sup>2</sup> (miolo)

Número de páginas

498

Tiragem

1.000 exemplares

Impressão

Gráfica do MRE

Acabamento

Gráfica do MRE